



Vera Mónica Gaspar Domingues

# CULTURA E PATRIMÓNIO URBANÍSTICOS DE INFLUÊNCIA PORTUGUESA NA ÁSIA, 1503-1663

Tese de doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa, ramo de Arquitetura e Urbanismo,  
orientada por Professor Doutor Walter Rossa e apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra

Agosto 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



**VERA DOMINGUES**

**CULTURA E PATRIMÓNIO URBANÍSTICOS DE INFLUÊNCIA  
PORTUGUESA NA ÁSIA, 1503-1663**

**Agosto de 2017**



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra

**Título** *Cultura e património urbanísticos de influência portuguesa na Ásia, 1503-1663*

**Autor** Vera Mónica Gaspar Domingues

**Orientador Científico** Professor Doutor Walter Rossa

**Identificação do curso** Patrimónios de Influência Portuguesa

**Ramo de conhecimento** Arquitetura e Urbanismo

**Financiamento** trabalho cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional Potencial Humano e por Fundos Nacionais do MCTES, através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito da Bolsa de Investigação SFRH/BD/71361/2010



*Para os meus pais, Adélia e Jorge.*

“licito és a cada uno medir el credito con la coriosidad, hallanandose primero a no querer creer de lo antiguo otras evidencias, que las que el tiempo conduze delesnable, caduco, y vario en sus effectos, y solo permanente en sus mudanças”

Menezes, 1681: 14.

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	5
RESUMO/ABSTRACT .....	7
<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1. TEMÁTICA, CONTEXTO E OBJETIVOS .....	12
2. CASOS DE ESTUDO E CONTEXTOS HISTÓRICO E HISTORIOGRÁFICO .....	21
3. ESTRUTURA DA TESE .....	37
<b>II. ANÁLISE DO URBANISMO DE INFLUÊNCIA PORTUGUESA NA ÁSIA .....</b>	<b>41</b>
1. SANTA CRUZ DE COCHIM, KERALA (COSTA SUDOESTE DA ÍNDIA) .....	43
1.1. introdução .....	46
1.2. localização e contexto geopolítico.....	49
1.3. tipo da instalação portuguesa: a ocupação pré-portuguesa.....	51
1.4. a casa da tranqueira.....	57
1.5. o forte e a povoação Manuel.....	63
1.6. a fortaleza Manuel e a povoação de Santa Cruz de Cochim .....	73
1.7. parênteses para o <i>Castello de Cyma</i> .....	81
1.8. a fortaleza Manuel e a povoação de Santa Cruz de Cochim (cont.).	84
1.9. a fortaleza Manuel e a cidade de Santa Cruz de Cochim .....	103
1.10. os “ <i>muros bons</i> ”.....	127
1.11. fora das portas de Santa Cruz de Cochim.....	145
1.11.1. os arrabaldes e o “ <i>termo</i> ” .....	145
1.11.2. instalações além do “ <i>termo</i> ” .....	151
1.11.3. áreas sob (possível) influência portuguesa .....	157
2. COLOMBO, SRI LANKA (COSTA SUDOESTE) .....	161
2.1. introdução .....	163

2.2. localização e contexto geopolítico.....	167
2.3. tipo da instalação portuguesa: o porto de <i>Kolamba</i> .....	170
2.4. a ocupação portuguesa: 1506.....	177
2.5. a fortaleza de Santa Bárbara e a primeira povoação.....	181
2.6. o abandono de Colombo .....	190
2.7. entre uma ocupação oficial e não oficial .....	192
2.8. a segunda fortaleza e a (re)ocupação portuguesa de Colombo.....	201
2.9. a fortificação .....	209
2.10. a “nova” fortificação.....	217
2.11. os arrabaldes e o “ <i>termo</i> ” .....	228
2.11.1. o arrabalde .....	228
2.11.2. instalações além do arrabalde .....	232
2.11.3. o “ <i>termo</i> ” .....	233
3. MALACA, MALÁSIA (SUDESTE ASIÁTICO) .....	239
3.1. introdução .....	242
3.2. localização e contexto geopolítico.....	249
3.3. a ocupação pré-portuguesa: a cidade do sultanato de Malaca .....	254
3.4. a <i>famosa</i> e a primeira povoação .....	267
3.5. a (nova) povoação sem muros .....	284
3.6. o muro urbano.....	289
3.7. a cidade intramuros.....	297
3.8. a “nova traça” da fortificação .....	317
3.9. a povoação dos <i>kelings</i> .....	333
3.10. os arrabaldes e o <i>termo</i> .....	351
4. S. TOMÉ DE MELIAPOR, TAMIL-NADU (COSTA SUDESTE DA ÍNDIA) .....	361
4.1. introdução .....	364
4.2. localização e contexto geopolítico.....	367
4.3. tipo da instalação portuguesa em <i>Mylapore</i> .....	376
4.4. a Casa de São Tomé e a primeira ocupação .....	381
4.5. a Casa de São Tomé e a “ <i>mui nobre sidade</i> ” .....	395

4.6. a cidade de São Tomé de Meliapor .....	397
4.7. a cidade sem muros.....	403
4.8. a fortificação .....	421
4.9. os arrabaldes e <i>o termo</i> .....	445
5. MACAU (R.A.E.M.), REPÚBLICA POPULAR DA CHINA .....	453
5.1. introdução .....	457
5.2. localização e contexto geopolítico.....	463
5.3. o <i>fanfang</i> de Macau .....	467
5.4. a ocupação pré-portuguesa .....	471
5.5. a primeira povoação e o muro de Tristão Vaz da Veiga .....	477
5.6. a povoação do Nome de Deus do Porto de Macau .....	492
5.7. a cidade do Nome de Deus do Porto de Macau .....	513
5.8. a tentativa de fortificar Macau.....	521
5.9. o sistema de fortificação .....	531
DE COCHIM A MACAU: comparação morfológica dos núcleos urbanos em estudo ..	543
<b>III. CONCLUSÃO</b> .....	545
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> .....	557



## AGRADECIMENTOS

Os conteúdos desta dissertação de doutoramento resultaram de um trabalho pessoal e são da inteira responsabilidade da sua autora, o que não significa que tenha sido um trabalho individual. A todas as pessoas e instituições que de forma mais ou menos direta fizeram parte deste projeto estendo o meu mais sincero obrigada.

Ao orientador científico desta tese, Professor Doutor Walter Rossa, deixo o meu maior agradecimento. Pelo profundo acompanhamento científico, permanente incentivo, dedicação e paciência. Também pela amizade, pelo altruísmo e pela preocupação. Tudo isto se reporta até bem antes do início deste trabalho e coincide com o caminho da minha vida profissional. Sem o Professor, o meu lado de arquiteta nunca teria dado conta que é em parte feito de investigação.

À Professora Doutora Luísa Trindade, com quem tive o privilégio e fortuna de começar a *desenhar a história*. A amizade meiga e o contributo científico que me proporcionou nos primeiros tempos cresceu em mim com um profundo respeito pessoal e académico. Solidificou-se nos anos seguintes com a generosidade e a disponibilidade imediata que sempre teve para comigo.

Ao Professor Doutor Paulo Varela Gomes, que me marca pessoal e cientificamente. As suas aulas e conduta já desde o tempo da faculdade são verdadeiras lições, continuam a acompanhar-me todos os dias.

A todos os Professores do curso de doutoramento *Patrimónios de Influência Portuguesa*, sem distinção: Professora Doutora Renata de Araujo, Professor Doutor António Sousa Ribeiro, Professora Doutora Rochelle Pinto, Professor Doutor Paulo Peixoto, Professor Doutor João Mascarenhas Mateus, que generosamente desenvolveram um ambiente de aprendizagem, companheirismo e transferência de conhecimento. Individualmente, à Professora Doutora Margarida Calafate Ribeiro, pelo apoio contínuo, disponibilidade de saber, contributo crítico e exigente e a dedicação ao curso de doutoramento e a cada um dos doutorandos.

Aos meus colegas e amigos do curso de doutoramento, em especial aos da 1ª edição, com os quais dividi momentos de alegria, conquista, interajuda, crescimento académico, mas também angústias. Aos meus companheiros do “dArq”, Luísa Barbosa, Margarida

Calmeiro, Antonieta Reis Leite, Adelino Gonçalves, Sidh Mendiratta, Nuno Grancho e Martina Matozzi com os quais mais que partilhar um espaço, partilhou-se amizade. Junto a Alice Santiago Faria, o Roger Lee de Jesus e o Joaquim Santos.

Um agradecimento muito especial é dirigido aos meus pais. Os dois pilares que apoiaram, lutaram e desesperaram comigo. Pelo amor incondicional em qualquer etapa da minha vida e pelo acreditar no que sou e o que sou capaz de fazer.

À minha família, em especial aos meus avós, que viram protelados alguns sonhos, tão deles quanto meus e resistem todos os dias um pouco mais para poderem ver a neta a concretizar tudo.

Ao André. A quem trouxe consigo. És o meu “último romance”.

À Sandra, Luís Pedro, Maria, Salvador, Joana, Ana Paula. À Carla, Anita, Telma, Ana Helena, Carolina e Cláudia. À Fátima. À Ana, Joana, Paula, Teresa, Sónia, Rita, Marta, Susana, Eliane e Zé. Amigos para os quais as palavras não se escrevem porque o suporte foi desmedido. Um grande obrigada pela compreensão ao “cortar-me” algumas vezes. Será menor agora, todos o esperamos.

À Sandra e Zé, Maria e Duarte, pelo carinho e disponibilidade com que me acolheram e guiaram por Macau.

À Doutora Ana Dias e ao Doutor Paulo Rocha, que sem me conhecerem amavelmente me ajudaram. Sem eles provavelmente ainda hoje estaria perdida em Hong Kong.

Ao Professor Doutor Paulo Pinto, ao Professor Doutor Jorge dos Santos Alves, ao Professor Doutor Roberto Vecchi, pelo incentivo em conversas de registo informal e material que disponibilizaram.

A um nível institucional, quero agradecer ao Instituto de Investigação Interdisciplinar e ao Centro de Estudos Sociais pelo acolhimento, receptividade e resolução imediatos. Também pelo auxílio e evolução académica permanentes que prestam e a simpatia quotidiana.

Aos funcionários do Departamento de Arquitetura, em especial às duas Dona Lurdes (da secretaria e da biblioteca) pelo sorriso com que sempre me receberam e auxiliaram.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia que apoiou esta tese com o financiamento de uma Bolsa de Doutoramento, sem o qual não teria passado de um projeto sem concretização.

## RESUMO

*Qual o processo de definição urbanística das cidades construídas pela presença portuguesa no Oriente, entre 1503 e 1663?* é a questão fundamental a que esta tese se propõe dar uma resposta, com o objetivo de preencher uma das lacunas que persiste no tema do universo urbanístico português: o conhecimento cabal do elo asiático dentro da problemática da urbanística portuguesa.

Entre o estabelecimento do primeiro núcleo urbano, Cochim, em 1503, e a sua capitulação para a Companhia das Índias Orientais holandesa, em 1663, enquadra-se o tempo forte da instalação dos portugueses na Ásia, decorrente da Expansão marítima. O objetivo é analisar, dentro da problemática disciplinar do urbanismo, esta fase de instalação, coincidente com a urbanização dos núcleos onde se instalou a presença portuguesa e se deu o seu alargamento para os territórios envolventes. Cidades cabeças de territórios, ancoraram em terra a rede marítima que serviu a empresa da Expansão e, em grande parte sem uma solução de continuidade, vincularam materialidades e comunidades num tempo longo, extensível ao dia de hoje.

A dimensão que a Ásia urbanizada acarreta no estudo da urbanística, em particular, pelo confronto e convívio que ocorreu para ser possível a instalação e permanência portuguesa, amplifica a reflexão e o discurso das relações ou disparidades entre culturas urbanísticas e, assim, o âmbito da própria cultura urbanística portuguesa.

As afinidades que as comunidades contemporâneas têm com o espaço que habitam, veem e sentem, passam, de igual modo, pelo entendimento e avaliação não só do resultado no presente, mas dos processos que lhe deu origem e transformou. Porque a urbanística é tão só uma pequena parte da cultura, que informa e forma a identidade de uma comunidade. O registo urbanístico que ficou, e aquele que foi rasurado, no fundo, o património urbanístico, tal como o património material, a língua, a gastronomia, a religião, entre outros, tem assim uma aplicação direta em disciplinas cujos conteúdos culturais e sociais são o mote e nas decisões políticas que gerem os espaços e comunidades urbanas.

O esclarecimento destas questões e a variedade dos objetos impôs trilhar a análise num horizonte geográfico alargado, determinando, quase de seguida, quais os núcleos

urbanos que valeriam um olhar mais profundo. Cochim, Colombo, Malaca, São Tomé de Meliapor e Macau são os objetos que, constituindo-se como uma rede urbana com variantes, melhor articulam os diversos enquadramentos regionais nos quais existe(m) a(s) rede(s) urbana(s) asiática(s) onde foi exercida influência portuguesa.

A variedade definiu, de igual modo, a estratégia da análise. A cada caso corresponde um estudo morfológico dos programas e malhas urbanos, focando-se o como, em que condições, quem e quando se pensou e fez a cidade, e como a partir dessas matrizes ela evoluiu. Extrapola-se depois, nos casos que assim o exigem, numa análise da interferência portuguesa no território envolvente, os arrabaldes e o termo. A par e passo a todo este processo é *desenhada a história* numa base operativa que, tal como o texto, é uma ferramenta de interpretação e de consolidação do conhecimento.

Por fim, uma leitura de confronto entre os objetos visa expor os tipos, os mecanismos de atuação, as particularidades que conduziram o desenho urbano, e o nível de intromissão nos territórios. Em resumo, informa o processo de definição urbanística, o qual abre a discussão para dois âmbitos que lhe estão intimamente relacionados: a cultura e o património urbanísticos, que são simultaneamente produtores e produtos dos processos.

*Palavras-chave:* urbanística, urbanismo, património urbanístico, morfologia urbana, cultura de território, Cochim, Colombo, Malaca, São Tomé de Meliapor, Macau.

## ABSTRACT

*What is the process of urban definition on the cities built by the Portuguese presence in Asia, during 1503 and 1663?* is the main question this thesis offers to answer, aiming to fulfill one of the persistent gaps in the theme of the Portuguese urbanistic universe: the full knowledge of the Asian link within the problematic of the Portuguese urbanism.

Between the establishment of the first urban core, Cochin, in 1503, and its surrender to the Dutch East Indian Company in 1663, the Portuguese installation in Asia, arising from the maritime Expansion, reached its peak. The intention is to analyze, within the urbanism disciplinary field, this installation phase, coincident with the urbanization process of the cores where the Portuguese presence settled and then extended to the surrounding territories. Cities heads of territories anchored on the ground the maritime network that served the Expansion enterprise and, mostly without a solution of continuity, embed materialities and communities in a long timespan, extendable to the present day.

The dimension that urbanized Asia involves in the study of urban planning, in particular, through the confrontation and acquaintanceship that happened in order to the Portuguese installation and permanence be possible, amplifies the understanding and the relations or disparities discourse between urban cultures and, thus, the scope of the Portuguese urban culture itself.

The affinities that contemporary communities have with the space they inhabit, see and feel, pass, likewise, through the understanding and evaluation not only of the present result, but also the processes that originated and transformed it. Because urban planning is a small section of the culture, that shapes and informs the identity of a community.

The remaining urbanistic register, and the one erased, meaning, the urbanistic heritage, as material heritage, language, gastronomy, religion, among others, has a direct application in subjects in which cultural and social contents are the key elements and in political decisions that manage the urban spaces and communities.

The search of these questions and the variety the objects presented imposed in the analysis scope a broader geographical horizon, determining, almost immediately, which urban cores would worth a deeper look. Cochin, Colombo, Malacca, Santhome of

Mylapore and Macao are the objects that, forming themselves as an urban network with variants, better articulate the different regional frameworks in which there are the Asian urban networks where the Portuguese influence was exercised.

The variety also defined the strategy of analysis. To each case corresponds a morphological study of the urban programs and mesh, focused on how, on which conditions, by who and when the city was thought and built, and how from these matrices it evolved. Then, in the cases that required it, an analysis of the Portuguese interference in the surrounding territory is made. Alongside this process, history is drawn on an operational basis, which, like the text, is a tool for the interpretation and knowledge consolidation.

Finally, a confrontational reading between the objects aims to expose the types, the mechanisms of action, and the particularities that led the urban design, and the level of involvement in the territories. In brief, it informs the process of urbanistic definition, which opens the discussion to two areas that are closely linked to it: the urbanistics culture and heritage, both producers and products of processes.

*Key words:* urbanistic, urbanism, urbanistic heritage, urban morphology, territorial culture, Cochin, Colombo, Malacca, Santhome of Mylapore, Macao

## PARTE I: INTRODUÇÃO

*Para mim, pensando patrimónios de influência portuguesa como propõem, a Índia é o lugar. Para o que nós fomos, aquele é um sítio único, porque foi ali que começou a nossa definição como maiores do que nós.*

Eduardo Lourenço, in Rossa e Ribeiro, 2015: 150.

O percurso que agora se inicia tem por característica mais evidente a dimensão, a qual não resulta só da extensão que a Ásia aporta à história do urbanismo português, mas dos assuntos que são abordados, os quais, no fundo, são a razão deste trabalho. Decorrentes mais do método e da análise dos dados que após uma primeira fase de pesquisa o progresso do trabalho complexificou, revelam a dimensão experimental do texto que se segue e as várias abordagens que o compõem. São abordagens que se encontram articuladas na contextualização da temática dentro da postura e motivações científicas; na listagem de bibliografia com um mínimo de comentário aos contributos científicos fundamentais à escolha e explicação do método, bem como à apresentação dos objetivos; num comentário ao urbanismo e à operacionalidade do método como, respetivamente, expressão e instrumento pertinentes ao conhecimento do património; na caracterização dos contextos histórico e historiográfico, arrumada entre momentos de comentário e de listagem bibliográfica, nos quais a temática e os objetos de análise se mostram como importantes ao desenvolvimento do conhecimento do urbanismo português. Uma exposição da estrutura da tese encerra este texto introdutório.

A confirmar-se a validade científica da tese que aqui se desenvolve, o experimentalismo do texto virá a ganhar outra dimensão, mais argumentada e mais concertada, clarificando os assuntos que informaram o raciocínio e, assim, o discurso.

## ***1. temática, contexto e objetivos***

Na história portuguesa a Ásia foi o lugar, fora de Portugal, onde, pela primeira vez, se construíram e desenvolveram cidades e territórios em áreas com culturas urbanísticas próprias e consolidadas, numa lógica de ocupação que não apagou as culturas e elementos preexistentes. Lógica que, em parte, hoje se mantém viva nas cidades e comunidades. É neste sentido que surge, como pertinente, o conceito de *património urbanístico*, aqui o produzido pela influência portuguesa na Ásia, porque reporta em si um produto das culturas portuguesa e asiáticas, pois foi através delas que se comprometeu, fixou e evoluiu. É este património urbanístico o tema desta dissertação.

Recuperando a frase em epígrafe, de Eduardo Lourenço, a Ásia vista à luz da cultura é de facto um *sítio único* para a história portuguesa.<sup>1</sup> Porque na Ásia, como diz, Portugal enquanto portador de uma cultura europeia com o seu refinamento próprio, experimentou e agiu ao ponto de nela se rever e reconhecer. Por outras palavras, desconstruiu-se como dimensão cultural no contato com outras sociedades para voltar a reconstruir-se num âmbito mais complexo. Por esta razão, a sua leitura tem, necessariamente, de incluir a sua intrínseca extraterritorialidade para se nutrir noutros lugares de enunciação.

---

<sup>1</sup> Cabe sublinhar mais algumas propostas de leitura de Eduardo Lourenço dentro do âmbito da *Índia*, como intitula a Ásia, como lugar chave para compreender a cultura portuguesa. Diz Eduardo Lourenço que foi na experiência com a Ásia que pela primeira vez, “a Europa é vista de fora. E as coisas só existem quando são vistas de fora”, constituindo-se “a Índia (...) essa expressão de realização de poder [...] [no] contraste entre a pequena casa lusitana e esses espaços novos que se iam descobrindo e que passavam a ser importantes para nós, não só importantes mas os mais importantes”. Foi mediante a Ásia que Portugal entrou “no olhar europeu, de fora – embora Portugal tenha sido uma nação sempre muito europeia, na sua relação com a Inglaterra, com a França – mas só entrou verdadeiramente nessa época nova e a partir daí [como império]. Foi, por isso, na Ásia, que Portugal se centralizou como identidade e cultura e se definiu como nação, pois foi como nação que agiu, quer tenha sido por ação de homens eruditos ou mais analfabetos, por contraponto, por exemplo, à prática da Expansão espanhola, à qual podemos acrescentar a holandesa, a francesa e a inglesa. Dos “contatos que fomos tendo com os outros povos, [onde também se foi] vendo e estando, sem grandes admirações, grandes espantos, a todos os níveis”, resultaram momentos que marcam “muito o nosso relacionamento – sem o mitificar – com os outros, na primeira grande escala de tipo planetário (Lourenço, in Rossa e Ribeiro, 2015: 151-154). Propostas de Eduardo Lourenço que têm uma raiz antecedente em outros trabalhos que desenvolveu dentro do mesmo tema, em particular, Lourenço, 2003, e tem um paralelo evidente com as teses contestatórias de Boaventura de Sousa Santos acerca da visão periférica, subjacente na extensão político-social e económica de Portugal (2001, 2009).



É sobre esta instrução que se rege o objetivo deste trabalho – resumido na questão *qual foi o processo de definição urbanística que veiculou a construção de cidades de influência portuguesa na Ásia durante o Primeiro Império?* – procura interrogar os casos de estudo Cochim, São Tomé de Meliapor, Colombo, Malaca e Macau inseridos no recorte cronológico 1503-1663, coincidente com o período da estruturação urbana inicial do Império português na Ásia. Visa encontrar nas suas especificidades uma fórmula de representar o todo e assim contribuir para o desenvolvimento de uma problemática que persiste no estudo do urbanismo português, o conhecimento do seu elo asiático.

É uma pergunta que surgiu, de forma ainda difusa, uns anos antes de começar a cursar o curso de doutoramento *Patrimónios de Influência Portuguesa*. Surgiu no ambiente do grupo de investigação que integrei no final de 2008, como bolsista de três projetos financiados pela Faculdade de Ciências e Tecnologia e pelo Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra,<sup>2</sup> coordenados pelo orientador científico desta dissertação, Walter Rossa, nos quais desenvolvi trabalhos de apoio, mas também de coautoria no âmbito temático da *cidade portuguesa*.

Era uma equipa multifacetada e algo informal, por um lado com uma produção em história da arquitetura e do urbanismo relevante sobre a Ásia, devida a Paulo Varela Gomes, Walter Rossa e Sidh Mendiratta, então envolvidos no projeto *Bombay Before the British* (BBB),<sup>3</sup> e Alice Santiago Faria que em 2010 concluiu a sua dissertação de

---

<sup>2</sup> *História e análise formal na definição do conceito de intervenção em contexto urbano histórico*, 2008-2009 (IIIUC); *Morfologia Urbana da Cidade Portuguesa*, 2009-2010 (FCTUC) e *Urbanística antes dos Tratados do Sul da Europa: oficinas de morfologia para o desenho da história*, 2010 (IIIUC), todos coordenados por Walter Rossa.

<sup>3</sup> Projeto de investigação iniciado em 2002, desenvolvido entre o Centro de Estudos de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e o Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Para uma breve introdução e lista dos resultados mais diretos do

doutoramento, *L'Architecture Coloniale Portugaise à Goa. Le Département des Travaux Publics, 1840-1926* (2010, publicada em 2014 pela Presses Académiques Francophones). Os primeiros dois já com antecedentes em publicações de algum vulto, como mais adiante veremos de forma mais detalhada.

Por outro lado, com temas como os das dissertações de doutoramento de Luísa Trindade, *Urbanismo na Composição de Portugal* (2009, publicada em livro em 2013 pela Imprensa da Universidade de Coimbra), de Antonieta Reis Leite, *Açores, Cidade e Território: quatro vilas estruturantes* (2012, publicada em livro em 2014 pelo Instituto Açoriano de Cultura), de Adelino Gonçalves, *Património Urban(ístic)o e Planeamento da Salvaguarda* (2012), e de Margarida Relvão Calmeiro, *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834-1934* (2015), sempre sobre urbanismo português, e conceptual e metodologicamente guiados pelo que se foi designando *desenhar a história* (Rossa e Trindade, 2006: 90-98; Trindade, in Rossa e Ribeiro, 2015: 436-445; Rossa, 2015: 71; 114-116).

Entretanto o mesmo grupo envolvido em temas de arquitetura e urbanismo da Ásia acima referido, cedo acabaria interveniente na produção do volume sobre a Ásia e Oceania (coordenado por Walter Rossa) da obra *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, dirigida por José Mattoso e editada pela Fundação Calouste Gulbenkian em 2010. A ela voltarei mais à frente.

Foi-se tornando claro que este alargado enfoque temático, que evidencia e investiga a componente urbanística – os mecanismos teórico, conceptual e metodológico dos processos de urbanização – em exegese com os contextos históricos e a composição urbana contemporânea, não tinha ainda sido aplicado de forma cabal nas cidades de

---

projeto de investigação, veja-se, [http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/bbb/home\\_eng.htm](http://www.cham.fcsh.unl.pt/ext/bbb/home_eng.htm) e também, [https://en.wikipedia.org/wiki/Bombay\\_Before\\_the\\_British:\\_the\\_Indo-portuguese\\_layer](https://en.wikipedia.org/wiki/Bombay_Before_the_British:_the_Indo-portuguese_layer).

influência portuguesa na Ásia. O conhecimento mantinha-se engajado com uma historiografia alicerçada na temática da *cidade portuguesa* que, dentro do coletivo a que pertenci, estava a ser atualizada e igualmente posta em causa, expondo inconsistências e levantando novas problemáticas.

Sintomático deste momento de reorientação académica é o contributo de Walter Rossa, em especial na alteração pedagógica e metodológica que introduziu à unidade curricular *Construção da Cidade Portuguesa*, ainda oferecida à 1ª edição (2010-2014) do curso de doutoramento *Patrimónios de Influência Portuguesa*,<sup>4</sup> para na edição seguinte (2012-2016) passar a ser *Desconstrução da Cidade Portuguesa: urbanização e conceito* (Rossa, 2012).<sup>5</sup>

É também sintomática a renovação de conhecimento que já vinha a impor ao estudo do urbanismo português, do recorte da composição urbana do reino ao planeamento urbano em Portugal, com passagem obrigatória pelas cidades da *Expansão*.

É assim que as linhas de investigação e perspetiva metodológica levadas a cabo por Walter Rossa, algumas em coautoria ou sob sua orientação, destacando-se a dissertação de doutoramento de Luísa Trindade sobre a cultura urbanística portuguesa da Idade Média, de igual modo pelo método que aplicou à análise da morfologia urbana e à apresentação de resultados, se reconhecem como uma quase segunda natureza deste trabalho, denotando a questão e o método que o conduziu. Também, o contributo que um olhar renovado sobre o conhecimento já consolidado ou apenas experimentado por outros antes de nós, tem para o conjunto reflexivo do urbanismo português, e nesta

---

<sup>4</sup> Antes desenvolvida para outros cursos e apurada na proposta para o programa de doutoramento *Arquitetura, Território e Memória* (sem concretização) consubstanciada no relatório para o concurso para Professor Associado do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra (Rossa, 2005a).

<sup>5</sup> Neste caso estabilizada como relatório das provas para a obtenção do título de Agregado em Arquitetura da Universidade de Coimbra.

condição, para o contexto da alteração pedagógica e metodológica que vem imprimindo na sua extensão disciplinar.

Foram todas estas contribuições listadas acima que, quase de imediato, impulsionaram a determinação do primeiro objetivo do estudo que agora apresentamos: era preciso sistematizar e analisar o conjunto de fontes e conhecimento disponível sobre estas cidades de influência portuguesa na Ásia para, caso a caso, proceder-se à desconstrução das suas componentes, elementos programáticos e esquemas compositivos, afim de se chegar à matriz e desígnio inicial do processo de urbanização. Voltar depois a (re)construir a forma em continuidade com os processos que a fizeram evoluir, para se interpretarem tempos e momentos da forma urbana, agentes e mecanismos de execução e voltar à sua expressão contemporânea. Tudo isto em permanente aferimento com essa expressão que é, no fundo e recuperando as palavras de Luísa Trindade, “a primeira das fontes, aquela que nenhum outro documento substitui, embora todos complementem” (Trindade, 2013: 664).

Decorrente desse primeiro objetivo e do método definiu-se o segundo: era necessário verter toda a informação trabalhada numa nova cartografia que, baseada num levantamento rigoroso do cadastro atual, representasse o processo de urbanização até à sua consolidação. Falaremos sobre este método um pouco mais à frente. Por agora é suficiente dizer que a intenção tem um duplo sentido.

Em primeiro lugar dar a ver a evolução morfológica de cada uma destas cidades. É um trabalho que no geral se encontra por fazer, embora não sejam raros os casos em que tenham sido alcançados resultados esclarecedores, embora por regra geral segundo uma forma final, o que remete a reconstituição morfológica das cidades para uma moldura

estratigráfica que rejeita o princípio linear das diferentes etapas do processo que lhe deu origem, autorizando, desde a partida, uma análise truncada.

Em segundo lugar ter disponível um instrumento que, sobreposto ao tecido urbano atual, permite avaliar os níveis de influência e de permanência, pois enquanto ferramenta de descodificação e amostragem, acede um aparato comparativo que facilita a identificação de tipos, de continuidades ou rupturas, de operações adaptadas aos contextos específicos ou às dinâmicas evolutivas próprias da construção de cidades.

O objetivo é que a nova cartografia operativa possa ser usada para confrontar os diversos casos numa leitura geral, não só aqui, como em outros tempos, contextos geográficos e culturas, admitindo uma visão em contínuo da urbanística portuguesa no seu todo.

Esses dois objetivos, em boa medida determinados pelo desconhecimento da historiografia que necessariamente tem de informar este tipo e temas de investigação, ganhou outra amplitude quando iniciei a frequência dos dois anos com componente letiva do programa de doutoramento. Já num ambiente marcadamente interdisciplinar, tornou-se evidente que era indispensável compreender o significado do património implícito. E foi aí que, com os objetivos anteriores, procurámos identificar e caracterizar a novidade do tema.

Parte substancial da pertinência deste trabalho consiste em investigar em urbanística com o recurso à metodologia maturada ao longo da última década.

*Desenhar a história*, é um método que resulta da sobreposição de todos os elementos que informam a forma urbana – recolhidos em fontes textuais, bases de dados, textos bibliográficos, cartografia e iconografia (mais ou menos recente), confirmação de

vestígios materiais, propostas desenhadas – sobre um levantamento cadastral rigoroso atualizado, normalmente de natureza vectorial ou elaborado segundo a mesma norma com o apoio de fotografias aéreas ou imagens de satélite, como o é no caso desta dissertação, afim de se aceder aos procedimentos que deram origem à forma. Porque muitas vezes os elementos que informam a forma urbana não permitem esclarecê-la em toda a sua extensão ou os vestígios são apenas um traço pálido do que foram, *desenhar a história* enquanto uma base operativa possibilita a verificação dos resultados por confronto com o cadastro atual ou com casos análogos, permitindo assim avaliar também suposições que resultam de uma boa dose de intuição.

Porque atua pela construção gráfica como um registo onde estão identificadas as práticas e pontos persistentes e vitais de uma estrutura, o *desenhar a história* disponibiliza uma série de valências urbanísticas sobre o todo e as partes que o conformam, quer cronologicamente, quer em extensão.

As problemáticas da urbanística, em particular na linha, em revisão, das *cidades portuguesas*, não se encerram numa visão histórica do património, mas agiliza-se no enquadramento das ações do planeamento contemporâneo. Mas nesse enfoque histórico o recurso ao conceito de *influência*, como uma ação que deve ser lida “menos no modo e mais no efeito”, porque não incide no vazio, mas em sistemas previamente consolidados (Araujo, in Rossa e Ribeiro, 2015: 48), foi também fulcral para esta dissertação, sendo a bagagem cultural portuguesa e asiáticas contributos em que, por sua vez, os conceitos de *comunidade*, *cultura*, *memória*, *identidade* e *pertença* atuam (Rossa e Ribeiro, 2015). Em suma, vertentes epistemológicas e ontológicas da estrutura do conceito de *património*.

O reconhecimento do urbanismo como expressão cultural plena vem de há muito, mas vai merecendo revisões, de entre as quais nos interessam as que o desenvolvem enquanto valor patrimonial (Choay, 1982; 2011; André Corboz, 2001; Corboz e Morisset, 2009; Stanley-Prize e King, 2009; Oers e Haraguchi, 2010; Rossa, in Rossa e Ribeiro, 2015: 486-502; Rossa, 2015: 35-44; 45-57; 102-114). Já longe do âmbito estrito do património enquanto *monumentos*, o seu entendimento enquanto sistema plurifacetado de manifestações culturais com ecos materiais e imateriais, coloca o urbanismo como uma das suas maiores expressões. Como sintetiza a frase de François Ascher, “as formas das cidades, quer tenham sido pensadas de raiz quer sejam o resultado mais ou menos espontâneo de diversas dinâmicas, cristalizam e refletem as lógicas das sociedades que acolhem” (Ascher, 2010: 22).

Para o urbanismo enquanto património, o valor da *autenticidade* constitui um desafio particularmente relevante. Note-se, por exemplo, a “dimensão construtiva” pela qual se processa a expressão de autenticidade de uma cidade: “the capacity of a city to express authenticity is intimately linked to the processes of creation and reproduction of past practices which have come down to the present, whether incorporating or not new ways of doing or former practices taken up again in the present” (Zancheti et al., in Stanley-Prize e King, 2009: 167). Quando, como é o caso desta investigação, se pretende analisar o processo de urbanização de cidades à luz do conceito de *influência*, a questão da autenticidade coloca uma dupla dificuldade, pois tem de se ter em conta pelos menos duas culturas urbanísticas diversas.

*Desenhar a história* assume, então, um carácter operativo na sua descodificação. Embora associado ao vínculo da história, é no confronto do que é persistência e do que foi rasurado que se conforma, o que obriga a inquirir o nível de afinidades que o

urbanismo tem com a sociedade que o habita, com a sua cultura, com a sua memória, com o seu parentesco, a sua identidade, enfim, o efeito *da influência* já referido. Em suma, este método evidencia a pertinência do urbanismo como património, permitindo ver as componentes do urbanismo como expressão cultural de uma comunidade, mesmo em casos em que a materialidade desapareceu. Admite ainda questionar até que ponto o compromisso de culturas urbanísticas continua a desafiar a consciência de culturas demasiado homogéneas ou heterógenas, revelando traços e práticas que são partilhados, e como escreveu André Corboz, “Le comprendre, c’est se donner la chance d’une intervention plus intelligente” (Corboz, in Corboz e Morisset, 2009: 87).

Limitando-nos ao caso português, esta revisão tem vindo a ganhar maturidade essencialmente pela produção de Walter Rossa,<sup>6</sup> como a já compilada em *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre o património* (2015),<sup>7</sup> onde propõe um novo conceito, *património urbanístico*, que é

o que na cidade determina a especificidade, a identidade do seu espaço. Não é património urbano, pois esse é o todo incluindo a arquitetura, mas tão só a estrutura, a forma e a imagem da sua materialidade. [...] Contudo e num (aparente) paradoxo, é património imaterial, uma vez que consiste no sistema de relações e regras entre o território de suporte e as arquiteturas. [...] Sistema no qual o tempo dos espaços e a forma do tempo assomam articulados em séries complexas com diversas idades sistemáticas. Sistema que como abstração, no fundo só pode ser narrado de forma plena e integrada através de abstrações, ou seja, desenho, aliás e necessariamente, *hiperdesenho*. Desenho que narra os processos de evolução do espaço, da forma e do tempo urbanos e que, por isso, é a metáfora de uma nova metodologia da história do passado e do futuro (Rossa, 2015: 94-95).

---

<sup>6</sup> Refira-se ainda a contribuição de Adelino Gonçalves, nomeadamente sobre a pertinência da urbanística para as práticas da gestão urbana na salvaguarda do património e na reabilitação urbana (Gonçalves, 2012).

<sup>7</sup> Veja-se ainda a este propósito a síntese que lhe dedica no texto, “Urbanismo ou o discurso da cidade” (Rossa, in Rossa e Ribeiro, 2015: 477-519).



O património urbanístico é assim o que resulta da continuidade do urbanismo na forma da cidade, porque a sociedade que a habita assim o determina.

No caso particular do património urbanístico das cidades construídas sob influência portuguesa na Ásia, a idade sistemática a que pretendemos chegar é a matriz de fundação, nuns casos remetida ao esquecimento ou desconhecimento, noutros para o estatuto de monumento (ou melhor, ruína), e noutros para um património vivo, em uso. Qual foi matriz, como subsiste, se subsiste, na cidade atual? Qual o valor que tem e vincula como componente da identidade, quiçá, não do espaço, mas entre vários espaços? São algumas das questões às quais procuramos encontrar uma resposta e, sobretudo, abrir à discussão de outros, desconstruindo o processo de urbanização para depois o representar numa nova cartografia.

Voltemos agora às cidades e territórios que recortámos na Ásia, em boa medida *únicas* no universo urbanístico de influência portuguesa, pois ali reside uma das principais chaves de leitura do todo e é o cerne do estudo que agora apresentamos.

## ***2. casos de estudo e contextos histórico e historiográfico***

De uma forma geral em toda a historiografia relativa ao Império Português na Ásia, o período compreendido entre 1498 e 1650 é referido como o arco temporal da entrada, difusão e estabelecimento dos portugueses após o processo da dita *Expansão*.

Como resultado urbanístico desse processo contabilizam-se onze cidades portuárias, com carta de foral atribuída pela Coroa até aos primeiros anos de Seiscentos: Diu, Chaul, Damão, Baçaim, Goa (hoje Velha Goa), Cochim, Negapatão e São Tomé de Meliapor, na Índia; Colombo, no Sri Lanka; Malaca, na Malásia; e Macau, na China. Nestas estruturas urbanas (algumas ainda cidades) encontram-se muitos vestígios materiais

arquitetónicos e infraestruturais das suas origens. Foi uma rede urbana consubstanciada a par com o Estado da Índia no segundo terço de Quinhentos, iniciada em Cochim em 1503 e recentrada em Goa, como capital do vice-reinado a partir de 1530.

Ao nível da ocupação com expressão territorial, a Província do Norte e Goa (até ao século XVIII apenas as Velhas Conquistas) são os resultados mais significativos e que se conhecem melhor, mas também no Sri Lanka (o antigo Ceilão) se tentou o estabelecimento territorial da soberania portuguesa da costa para o interior. Recuperando uma frase de Walter Rossa, a ter-se cumprido de facto e com longevidade a conquista do Ceilão, o território anexo a Colombo teria representado uma (nova) *Província do Sul* (Rossa, in Mattoso e Rossa, 2010: 337).

Em meados do século XVII, com a entrada de outras potências europeias nos mares da Ásia com fins comerciais, uma sucessão de episódios contribuiu para que os portugueses se retirassem de grande parte das suas posições. A capitulação de Cochim, em 1663, encerrou uma primeira fase do processo. Os anos que se seguiram corresponderam então à estabilização do edificado e dos territórios dominados, compondo uma mancha bem menos expressiva que a inicial. Depois foi a perda da Província do Norte, consumada em 1738, tendo dela restado Diu e Damão, que com Goa e Macau, e mais tarde, Timor, compuseram o grupo de postos que acabou por se manter até ao século XX.

Assim se explica um pouco melhor porquê o arco 1503 a 1663 como foco cronológico deste trabalho.

Foram várias as cronologias, agentes (Estado, missionários do Padroado Português, privados, *casados* ou *lançados*) que, com maior ou menor grau de associação à Coroa e

ações de fundação diferentes, estiveram na origem da instalação de cidades. Como observou Francisco Bethencourt, “um império é sempre improvisado, formado por um equilíbrio ambíguo entre as estratégias centrais, as iniciativas locais e as possibilidades políticas concebidas por poderes antagónicos [...] constrói-se sobre a conquista, a negociação e o compromisso com diferentes culturas organizacionais e povos” (Bethencourt, in Bethencourt e Curto, 2010: 208). Assim foi com o Império Português na Ásia, que adequou as suas opções e estratégias políticas e administrativas às variadas e particulares circunstâncias que encontrou em cada lugar onde atuou, fazendo-o sempre, em primeiro lugar, dentro dos contextos urbanos.

De forma indissociável, tudo contribuiu para uma diversidade das especificidades que cada contexto urbano contém nas suas lógicas internas. E se isso é mais simples de caracterizar nos tipos, nos processos que lhes deram origem e os fez evoluir para a condição de cidades a configuração é mais complexa, reiterando a variedade morfológica, que se deteta a olho nu.

No meio de todos estes processos e soluções, coube às cidades assumir um papel fundamental não só como polos recetores e distribuidores das redes comerciais marítimas, como também enquanto entidades disseminadoras de uma identidade de conjunto. O que inevitavelmente determinou que as lógicas de instalação e de desenvolvimento do urbanismo se sujeitassem, caso a caso, às estratégias portuguesas e às particularidades dos locais onde se implantaram, ou seja, segundo um sistema variado de influências. Esta condição constitui uma diferença significativa para os procedimentos testados e reutilizados noutras geografias do Império Português imediatamente antecedentes ou sincrónicos.

No extremo destes procedimentos surgem os arquipélagos atlânticos da Madeira e dos Açores, povoados e urbanizados antes da experiência asiática (Leite, 2012); e depois o Brasil, que primeiro lhes seguiu o regime das capitânias hereditárias com a fundação de Olinda em 1537. Tratando-se de territórios sem um poder local impositivo e sem qualquer infraestrutura preexistente, que não a própria condição topográfica, a lógica de ocupação seguiu a cultura urbanística medieval portuguesa, “o primeiro grande momento da história do urbanismo português” (Trindade, 2013: 18).

No outro extremo, o continente africano, o Golfo Pérsico e o Mar Vermelho onde, na verdade, apesar dos casos das primeiras fundações feitas na segunda metade de Quatrocentos nas ilhas e costas da África Subsaariana,<sup>8</sup> não se pode falar de uma lógica de urbanização, menos ainda de um sistema urbano em rede. Mazagão é o único caso que efetivamente confirma uma tentativa de ocupação com expressão urbanística (Rossa e Trindade, 2014). É então na Ásia onde a cultura urbanística portuguesa de matriz europeia-mediterrânea (Trindade, 2013; Rossa, 2015a) volta a encontrar a possibilidade de reformulação. E não só a portuguesa, mas também aquelas com que atuou.

Esta simbiose entre o que se sabe e pratica e o que se vai conhecer e incorporar, conduz-nos a um assunto, que reintegra a relevância do plano asiático para a compreensão da cultura urbanística portuguesa: o enquadramento teórico que podemos considerar investigado de forma atual por Margarida Tavares da Conceição (Conceição, 2008).

Recorde-se que praticamente coincidente com a formação das redes urbanas na Ásia, decorreu o período de sistematização dos princípios gerais da criação de cidades e de

---

<sup>8</sup> Para o arquipélago de Cabo Verde veja-se a recente dissertação *Há vida além da costa. Urbanidades em Cabo Verde no século XIX*, de Fernando Pires, no âmbito deste curso de doutoramento. Neste ponto é relevante anotar que também para outros núcleos urbanos se tem vindo a intuir que os processos de urbanização resultaram de um caldeamento entre as urbanísticas portuguesa e locais. É o caso dos posições portuguesas implantadas a leste do Cabo da Boa Esperança, nomeadamente em Angola (Russell-Wood, in Bethencourt e Curto, 2010: 193) e São Paulo de Luanda (Isabel Martins e Manuel Correia Fernandes, in Mattoso; Barata; Fernandes, 2010: 439), fundada entre 1575 e 1576 no domínio do rei do Congo.

fortificação dentro da cultura urbanística portuguesa. Nesse ambiente se explica o trânsito de técnicos e teorias, com especial relevância ocorrida para o eixo Portugal-Itália, que contribuiu para que o Renascimento italiano se tenha imbuído na cultura e *praxis* dos mestres pedreiros e engenheiros militares portugueses ou ao serviço de Portugal.

Apesar de tudo, esse amadurecimento teórico da urbanística portuguesa, só floresceria, designadamente num *corpus* teórico com a Guerra da Restauração (1640-1668). No fundo, não pôs em causa, mas sim desenvolveu princípios já consolidados (Rossa, 2015a). Até essa data, cidades, fortificação e arquitetura resultaram de um processo de acumulação prática produzido em estrita ligação com diretrizes legislativas, também elas com raiz antecedente (Rossa, 2002: 361-390), ao qual o fenómeno da Expansão veio acrescentar novas experiências de produção de espaço urbano.

Por tudo isto, os anos de estruturação urbana da Ásia sob influência portuguesa não caracterizam um momento de rutura do urbanismo português. Antes, como esperamos ter conseguido demonstrar nas páginas anteriores e é a linha de pensamento que subjaz esta investigação, representam um período em que uma cultura urbanística de partida foi intuitivamente usada nos primeiros anos e, face à experiência da Expansão e às necessidades do Império, foi sendo atualizada e codificada. Foi, de resto, por esses processos de evolução que agregam a matriz e a experiência com a diversidade, que o urbanismo português veio a consolidar-se, como expressão e como materialidade, até hoje.

Por tudo o que ficou registado, é então necessário voltar a olhar para as cidades construídas sob influência portuguesa na Ásia, como casos *únicos* no e para o conhecimento do urbanismo português. Até porque, não é sem razão que mesmo com

um número significativo de casos conhecidos ao detalhe e, de resto, com um amplo conhecimento acerca da história da influência portuguesa na Ásia, continuam a apresentar-se como casos problemáticos dentro da historiografia do urbanismo português.

Em boa medida, esses problemas residem no facto de as abordagens se circunscreverem à descodificação dos elementos do programa urbano que compuseram cada uma dessas cidades, de forma particular, as estruturas religiosas e o sistema de fortificação.

Por outro lado, porque há um visível desequilíbrio de conhecimento consolidado das formas urbanas, de caso para caso. O mais curioso é que os casos que menos se conhecem, que são, Cochim, São Tomé de Meliapor, Negapatão, Colombo, Malaca e Macau, continuam nessa condição não porque não existam materiais suficientemente esclarecedores (textos documentais e bibliográficos, cartografias, iconografias, levantamentos minuciosos do cadastro, propostas de reconstituição), mas porque apresentam um maior nível de divergências que as cidades implantadas na costa ocidental indiana.

Diu, Chaul, Damão, Baçaim e Goa, além do nexó óbvio da localização geográfica – com Cochim, as cidades na costa ocidental do Hindustão, aliás seminalmente inquiridas por Walter Rossa em 1997 – são cidades que resultaram de ações concertadas (conquista) de agentes estreitamente ligados à Coroa Portuguesa em favor de um objetivo de comércio marítimo. Essas circunstâncias não estiveram na origem da fundação de São Tomé de Meliapor. São também os casos onde os sistemas de soberania territorial implicaram a sujeição de populações e sistemas fundiários com alguma expressão de *hinterland*, o que foi tentado no Sri Lanka e em Malaca, mas não chegou sequer a ser ensaiado em Cochim, Negapatão, São Tomé de Meliapor ou

Macau. As suas funcionalidades comercial e político-administrativa foram constantemente reorientadas para a estratégia geral do Estado da Índia centralizada em Goa. Veja-se, como às restantes cidades nunca foi admitida a hipótese de incorporar um vice-reinado complementar, como aconteceu com Colombo e Malaca. Acresce a tudo isso a muito maior longevidade em que estiveram sob administração portuguesa, no que se contrapõe, de modo expressivo, aos 16 anos em que Negapatão integrou o Estado da Índia.

À luz destes argumentos essas cinco cidades constituíram uma rede urbana que surge, pelo menos aparentemente, mais coerente ao exercício de uma leitura geral dos processos de urbanização, pois apresentam ter mais princípios em comum.

No entanto, é na abordagem às circunstâncias particulares de cada lugar, ou seja, nas particularidades que desmontam a ideia de “padrão” e lhe expõe as inconsistências, que a leitura dos processos de urbanização é mais nutrida.

Adiantando algumas conclusões, se o urbanismo de Goa teve de atender às preexistências e às estruturas particulares de uma capital de um vice-reinado, que lhe conferiram uma complexidade programática maior que qualquer uma das outras cidades, as fundações dos núcleos portugueses anexos a Chaul e Damão distam meio século, sendo a última já da década de 1550, quando se principiou a renovação dos sistemas fortificados. Indícios necessariamente breves, mas que permitem vislumbrar como às circunstâncias específicas de cada lugar corresponderam tempos, agentes e soluções diversas que determinaram o desenho e a permanência das estruturas e a malha urbana.

Fundamentalmente por essa razão – abranger toda a complexidade de variáveis que atuaram nas fases de instalação e de desenvolvimento da rede urbana asiática –, e

porque a própria metodologia que conduziu esta investigação durante o período de pesquisa e de análise dos dados revelou não ser exequível tratarmos todos os casos com o mesmo rigor científico sem um trabalho de equipa, Cochim, Colombo, Malaca, São Tomé de Meliapor e Macau, revelaram-se os casos de estudo mais úteis à interpretação da definição urbanística de influência portuguesa.

Para esse propósito, também Negapatão é um caso importante para o conjunto de casos de estudo. Mas talvez por sintoma ao reduzido período e natureza da ação de influência portuguesa no lugar, o pouco volume de informação específica que foi possível recolher (fontes e bibliografia) não admitiu avançarmos com um trabalho de fundo que justificasse a sua inclusão. Seja porque, em boa medida, se sujeitava a uma interpretação demasiado intuitiva, seja porque muito pouco ou nenhum conhecimento inovador se conseguiria acrescentar ao que hoje se sabe, e para o qual remetemos.<sup>9</sup>

Assim sendo, foram cinco os casos cujas especificidades próprias revelaram constituir-se uma sub-rede abrangente da variedade de geografias, cronologias, agentes, políticas e tipologias de instalação e desenvolvimento da rede urbana asiática. E trabalhar estas cinco cidades como uma rede, ainda que numa metodologia que pretende descobri-las na singularidade é, por conseguinte, ler fora da tendência habitual da historiografia.

O que se compagina com os resultados do estímulo produzido pela ação da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses entre 1986 e 2002 [CNCDP], no fundo no percurso historiográfico feito até aí.<sup>10</sup> Um salto quantitativo,

---

<sup>9</sup> Veja-se Carita, in Mattoso e Rossa, 2010: 392-394; *Nagappattinam*, em [www.hpip.org](http://www.hpip.org).

<sup>10</sup> Numa listagem necessariamente rápida pelos ensaios mais influentes que antecederam este momento, devem citar-se, Robert Smith (1955), Mário Tavares Chicó (1956), Orlando Ribeiro (1994) e Luís da Silveira (1956), o último não propriamente um texto crítico, mas como o próprio título da obra deixa claro, um *Ensaio de Iconografia das Cidades portuguesas do Ultramar*. Deve acrescentar-se aos anteriores a dissertação de doutoramento de Luiz Filipe Thomaz dedicada ao caso de Malaca, apresentada em 1961 e posteriormente publicada em inglês (Thomaz, 2000). Seria aqui que, Luiz Filipe Thomaz, reconheceria a complexidade e o esquema de influências que influi na



qualitativo e metodológico que acabou por afirmar a disciplina dentro das temáticas versadas pelos estudos sobre a cultura portuguesa.

Foi nesse quadro que há vinte anos foi publicado o primeiro ensaio de leitura geral de um conjunto de *idades portuguesas* na Ásia, mais precisamente as implantadas na costa ocidental da península indostânica (Rossa, 1997). Como teremos oportunidade de explicar mais adiante, *Cidades Indo-Portuguesas: contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental* (1997) é um bom exemplo da reorientação académica que a década de 1990 imprimiu à historiografia do urbanismo português e do que isso significou para a reintegração das cidades asiáticas com influência portuguesa como casos de estudo dessa temática.

Com efeito, foi na década de 1990 que, a par do amadurecimento disciplinarmente integrado do urbanismo português, algumas teses formuladas em trabalhos anteriores se viram atualizadas, mais relevante, integradas numa leitura e debate comuns. Resultado desse movimento, as abordagens mais frequentes no estudo do urbanismo, até aí mais preocupadas com a forma urbana, passaram a também se focar, mesmo que de forma assumidamente intuitiva, pela sua estrutura, destacando a urbanística como ferramenta de interpretação dos processos de urbanização.

O urbanismo português como disciplina, começaria, então, a descolar-se do carácter doutrinário, para integrar e desenvolver-se num domínio mais operativo. Tendência, aliás, transversal à evolução da teorização e das práticas noutras áreas do conhecimento.

Seria nesse âmbito da temática da *cidade portuguesa*, metodologicamente assente na procura de características constantes da urbanística, que Walter Rossa viria a designar

---

concretização da ação urbanizadora, desafiando que o estudo da influência deveria ser alargado a outros casos urbanos onde a presença portuguesa teve menor longevidade, mas a exibia como património vivo.

por *invariantes* (Rossa, 1995; 2002: 425-443), que as cidades sob influência portuguesa na Ásia voltariam a integrar a construção de uma historiografia do urbanismo português. Dentro desse contexto, se José Manuel Fernandes argumentaria a identificação de características morfológicas fundamentais e comuns aos casos urbanos que nos vários territórios compuseram o universo urbanístico português, detetaria na Ásia “uma muito maior diversidade de padrões, tipos e variantes” (Fernandes, 1987).<sup>11</sup>

Caberia a Walter Rossa, na abordagem aos diversos espaços, elementos estruturais e tempos urbanísticos portugueses da *Cidade Portuguesa* (Rossa, 1995; 2002: 193-360), relançar a importância de um estudo morfológico dirigido às cidades asiáticas, precisamente pelo desconhecimento que, apesar do seu relatório-livro de 1997, sobre elas persistia. De facto, *Cidades Indo-Portuguesas: contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental* (1997) surge como o estudo inaugural do urbanismo das cidades de influência portuguesa na Ásia, ainda que restrito, como já antes se destacou, aos casos de Cochim, Goa, Chaul, Baçaim, Diu e Damão. Embora assumidamente incompleta, e hoje desatualizada, a sua importância não se esgotaria no âmbito do urbanismo português, pois evidencia a urgência à interrogação das culturas urbanísticas endógenas (*práxis* e teoria) onde os núcleos “indo-portugueses” foram implantados. Tal como às culturas urbanísticas das outras potências coloniais europeias que, em muitos casos, substituíram a administração portuguesa nesses lugares, alegando, para ambos os casos, a suspeita de existirem influências recíprocas.

---

<sup>11</sup> Chamada de atenção que não teria eco no artigo de Manuel Teixeira (1990), que recuperaria os casos de Goa, Damão e Baçaim como paradigmas da cultura urbanística portuguesa invariante. Mas é importante esclarecer que Manuel Teixeira, com um amplo trabalho de investigação dedicado ao urbanismo português, não tem um enfoque dirigido às cidades na Ásia. Linha que ficaria confirmada logo na obra seguinte, realizada em coautoria com Margarida Valla, convergente ao caso brasileiro (Teixeira e Valla, 1999).

Desafios que induziu no título da obra e que também tinham implícita a necessidade de revisão dos conceitos e preconceitos até então vigentes sobre os casos e a respectiva temática.

Revisão, ou melhor, renovação que presidiu ao projeto *A Cidade como Civilização: universo urbanístico português 1415-1822*, também promovido pela CNCDP, que com Renata de Araujo e Hélder Carita<sup>12</sup> comissariou e teve como ponto alto o colóquio homónimo, realizado em Coimbra em 1999, e a subsequente publicação das atas e itinerante exposição de síntese.

Com esse projeto,<sup>13</sup> de forma inédita reuniram-se as sinergias de vasto e geograficamente heterogéneo coletivo disciplinar, que questionou, produziu e publicou de forma simultaneamente alargada e integrada sobre *urbanismo* e *urbanística* portuguesas. Mas sobretudo criaram-se redes que ainda hoje operam e proliferam.

A par com as colonizantes *invariantes* começaram-se a detetar os desvios à norma bem como a abertura ao estudo dos casos nos seus contextos territoriais, passando simultaneamente pela imagem, forma e estrutura,<sup>14</sup> da sua aparente especificidade como organismo, para o nexos entre cidade e comunidade.

---

<sup>12</sup> Renata de Araujo e Hélder Carita, eram então, tal como Walter Rossa, orientandos de doutoramento de José Eduardo Horta Correia, dedicando-se Renata de Araujo à investigação sobre a urbanização da Amazônia e do Mato Grosso (Brasil), e Hélder Carita ao urbanismo de Lisboa do período dos Descobrimentos e da Expansão. Veja-se, de Renata de Araujo, *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão* (tese de mestrado apresentada em 1992, publicada em 1998 pela FAUP Publicações) e *Urbanização do Mato Grosso no século XVIII* (tese de doutoramento apresentada em 2000). De Hélder Carita, veja-se, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna, 1495-1521* (tese de mestrado apresentada em 1998, publicada em livro em 1999 pela Livros Horizonte) e *Arquitetura Indo-Portuguesa na região de Cochim e Kerala: modelos e tipologias dos séculos XVI e XVII* (tese de doutoramento apresentada em 2005, publicada em livro em 2008 pela Transbook). Do mesmo autor, veja-se ainda, Carita, 1990; 1995.

<sup>13</sup> É ainda relevante a publicação prévia da *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português: 1415-1822* (Carita e Araujo, 1998).

<sup>14</sup> Esta tríade seria posteriormente caracterizada como veículo de análise em “Património urbanístico: (re)fazer cidade parcela a parcela”. Texto apresentado em 2013 como lição das Provas de Agregação em Arquitetura na Universidade de Coimbra, posteriormente publicado na coletânea de estudos *Fomos Condenados à Cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico* (Rossa, 2015: 97-131).

Nesse congresso, Malaca mereceu de Pedro Dias um texto monográfico sobre a sua forma urbana e o seu programa com achegas ainda hoje fundamentais (Dias, 2001).

Também Galle (Sri Lanka) foi objeto de uma das comunicações (Kuruppu, 2001) e bandeira de apelo de Paulo Varela Gomes para que se olhasse o Ceilão com maior escrutínio, pelo menos, no que dissesse respeito à urbanística portuguesa (Gomes, 2001: 116).

O ímpeto que a CNCDP deu à investigação sobre o urbanismo português, com destaque para os casos na Ásia, resultaria assim de uma produção determinante e diversa replicada no seio de outras instituições ligadas às comemorações, como a Fundação Oriente. Mas foi ainda da CNCDP a exposição e catálogo *Espaços de um Império* (Cunha, 1999), em dois volumes, que conteria uma compilação de breves monografias sobre várias cidades da Expansão. Foi o caso da cidade de Baçaim, que receberia da parte de Walter Rossa uma atualização (Rossa, in Cunha, 1999: 105-123) do capítulo que sobre essa cidade escrevera no livro de 1997. Nesse texto é dado um salto metodológico para novas ordens de considerações, como as que tece em torno de urbanismo *regulado* e não *regular* já anteriormente abordadas (Rossa, 2002: 136-162).

Passada em revisão a filiação direta desta dissertação e sendo aqui impossível fazê-lo aos diversos contributos de diversos autores, remetemos, contudo, para as referências e citações que fazemos ao longo da segunda parte desta tese, bem como na bibliografia. É, contudo, necessário registar alguns contributos diretos para a nossa temática.

No colóquio internacional *Universo Urbanístico Português 1415-1822*, José Manuel Fernandes apresentou uma proposta de sistematização aplicada às cidades na Índia. Na sequência da sua linha de investigação sobre a *cidade portuguesa* (Fernandes, 1987; 1989; 1996), inferiu tipos e invariantes que discorriam de uma análise entre forma e

elementos infraestruturais (Fernandes, 2001). Abordagem que continuou a desenvolver num método focado na forma e na imagem, não tanto ao processo de formação. Detetaria assim, um tipo, nalguns casos assumido como modelo de matriz portuguesa, extensível às cidades criadas com a experiência da Expansão até ao século XVIII, que designou por *cidade de paisagem* (Fernandes, 2015; Fernandes; Janeiro; Janeiro, 2015). Por outro lado, Walter Rossa que, em trabalhos individuais, em coautoria ou de orientação académica, transportaria a bagagem temática das *invariantes* para uma metodologia que passaria de um estágio de *construção* para *desconstrução da cidade portuguesa*. Metodologia que é o *desenhar a história*.

Com efeito, vários foram os objetos urbanos a constituir-se chaves de leitura essenciais à constituição de “um conjunto alargado, metódico e sistemático de urbanografias (...) para então se proceder a leituras sincrónicas e diacrónicas com a extensão da globalidade da nossa cultura” (Rossa, 2002: 434), vindo a lume as dissertações de doutoramento de João Horta (2006), de Margarida Tavares da Conceição (2008), de Luísa Trindade (2009) e de Antonieta Reis Leite (2012).

Todo este conhecimento não anularia o aparato produzido até então sobre cidade, ou parte dela, e território, nalguns casos empírico. Complexificou-o, testou-o, atualizou-o e em grande parte validou-o, movendo cada vez mais a abordagem da forma para a estrutura urbana (infraestrutura, programa e parcelário).

Nesse percurso de maturação do conhecimento o estudo das cidades na Ásia seria revisitado, em particular, dentro do projeto *Bombay Before the British (BBB)*, o que resultou numa série de artigos elaborados pelos vários intervenientes, a solo (Mendiratta, 2007; 2008; Teixeira, 2008), ou em coautoria (Rossa e Mendiratta, 2008; Gomes e Rossa 2006), destacando-se as teses de doutoramento de André Teixeira

(2010) sobre a história político-económica das terras inclusas ao distrito de Baçaim entre os anos de 1534 e 1665, e de Sidh Losa Mendiratta (2012), sobre o sistema defensivo que durante o período de 1521 e 1739 organizou e enquadrou os territórios da Província do Norte.

Todos sintetizariam que a leitura da Ásia, ainda que revelasse processos urbanísticos e de composição territorial comuns aos seus objetos ou a congéneres em Portugal, implicava lê-la na desconstrução das suas partes. Leitura que estaria já em curso num ambiente mais marcado pela análise histórica, mas com aproximações relevantes ao urbanismo e em certos casos aos seus procedimentos e resultados. Refiro-me aos trabalhos que de seguida se listarão, pelo impacto fundamental que tiveram no desenvolvimento desta investigação.

A tese de doutoramento de Hélder Carita (2005), onde se concluiu uma influência portuguesa nos modelos arquitetónicos habitacionais do *Kerala* e um processo de adaptação deste modelo às condições locais. Tese onde Carita chegou a ponderar a existência de um “termo” em Cochim e, embora não lhe tenha dedicado uma análise mais profunda,<sup>15</sup> ficou apontada a necessidade do estudo das áreas extraurbanas onde teriam ocorrido surtos de influência portuguesa.

A monografia que acompanhou a evolução histórica e a identificação e caracterização do programa urbano de Macau, de Pedro Dias (2005). Linha de abordagem que continuou a desenvolver nos ensaios às diversas cidades sob influência portuguesa na Ásia, incluídos nos 15 volumes da colectânea *A Arte de Portugal no Mundo* (Dias, 2009a), onde testou algumas interpretações e argumentações às lógicas de atuação.

---

<sup>15</sup> Assunto sobre o qual não viria a referir-se na posterior reedição da dissertação em livro (Carita, 2008).

O contributo de Rui Loureiro para a atualização do conhecimento testado sobre Malaca (Manguin, 1988; Thomaz, 2000), em particular, no enfoque à temática do sistema fortificado (Loureiro, 2008; 2016).

Já no quadrante do Sri Lanka, os trabalhos de Zoltán Biedermann são fundamentais. Em primeiro lugar pelo ensaio orientado às características topo-morfológicas de Colombo feito por comparação a Cananor (2009a), sobre a qual André Teixeira (2006) antes havia articulado dados fundamentais pela análise à estrutura de fortificação. Em segundo lugar, pelo apuramento do contexto geopolítico cingalês onde a influência portuguesa se instalou e desenvolveu até ao século XVII, o chamado momento da *aprendizagem do Ceilão* (2006). Obra que viria a aditar as investigações levadas a cabo por Jorge Flores (1998, 2001, 2007).

Num tempo mais próximo, a dissertação de mestrado de José Silva (2014) sobre São Tomé de Meliapor, que se mantém como um dos precursores na apresentação de propostas da forma urbana.

O corolário de uma leitura dirigida caso a caso e ao campo disciplinar do urbanismo, já com um suporte efetivo da maturação do *desenho da história*, surgiu integrado na obra produzida pela Fundação Calouste Gulbenkian sob a direção de José Mattoso e, no volume dedicado à Ásia e Oceania coordenada por Walter Rossa, *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo. Ásia e Oceania* (Mattoso e Rossa, 2010). Claro que, também abrangente e relevante nos demais volumes,<sup>16</sup> esse volume, bem como a versão em linha correspondente ([www.hpip.org](http://www.hpip.org)), constituiu-se como a base hermenêutica do que se conhece e se sabe no seu âmbito.

---

<sup>16</sup> Refiro-me aos dois volumes dedicados aos espaços da *América do Sul*, sob coordenação de Renata de Araujo (Mattoso e Araujo, 2010), e da *África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico*, coordenado por Filipe Themudo Barata e José Manuel Fernandes (Mattoso; Barata; Fernandes, 2010).

Resulta da conjugação de esforços de vários autores com diversas bases disciplinares, e tem uma estrutura similar à de um comum inventário, mas além das entradas, tem textos de síntese geral e por regiões que estabelecem as premissas metodológicas e os enquadramentos. Além do mais arrisca, para a grande maioria dos casos, propostas desenhadas da estrutura urbana inspiradas no conceito de realidade aumentada. À sua relevância óbvia para a investigação que agora apresentamos, acresce o seu principal estímulo, pois como o coordenador do volume, orientador desta dissertação, declarou na obra, expõe claramente “o gigantismo do que ainda não se sabe”, desafiando “quem se interesse por investigar, encontrar, perceber, registar e explicar a dimensão do que foi a presença portuguesa no Oriente” (Rossa, in Mattoso e Rossa, 2010: 60).

Parte deste trabalho revê-se nessa provocação, em particular, na intenção de acrescentar conhecimento, como, por exemplo, o relativo ao interior da linha proposta para o traçado muralhado de Colombo, Malaca e São Tomé de Meliapor, que o vazio ali apresentado pelo desenho declara o desconhecimento sobre o seu urbanismo; ou, em mais dois exemplos, como em Macau e Cochim, nos quais não se apresentou uma definição precisa dos muros urbanos e de alguns elementos fundamentais do programa urbano. Vazios, na verdade, transversais a outras cidades, que só Diu,<sup>17</sup> Damão e Baçaim contrariam.

Tudo isto denuncia não o pouco que se sabe, que isso a riqueza dos textos da obra contradiz, mas a desproporção do que se sabe e se testou para cada caso. Também relevante, manifesta um apuro de abordagem e de terminologia dentro da disciplina, adequadas às questões dos complexos sistemas de contaminações, influências e ajustes

---

<sup>17</sup> Recentemente objeto da dissertação de doutoramento de Nuno Grancho, *Diu, uma História Social da Arquitetura e da Cidade* (2017), inserida no âmbito deste curso de doutoramento.



que, de forma transversal percorreram os títulos construtores da história do urbanismo português.

Nesta obra, não se fala já tanto de *matriz da cidade portuguesa*, mas de *origem portuguesa no mundo*, articulando num só título a composição da urbanística: não portuguesa, antes feita no e do mundo onde atuou. Se tem contribuído para o refinamento das áreas de estudo e do discurso do urbanismo, também o faz para os seus diferentes *modos de olhar*, para usar parte de uma das colectâneas de textos onde hoje se encontram suficientemente caracterizados (Rossa e Ribeiro, 2015; Rossa, 2015). É este ambiente e um dos modos de olhar o urbanismo – o património urbanístico pela via da influência portuguesa – que estão na origem e no desenvolvimento desta dissertação.

### ***3. estrutura da tese***

O que se segue divide-se em três partes, concentrando-se na segunda o principal volume do trabalho, a sua base empírica.

A primeira parte pretende contextualizar o tema na postura e motivações científicas. Em boa medida, foi a metodologia já testada e consolidada do *desenho da história* o que esteve na origem, pelo que foi fundamental discorrermos sobre ela, dando particular destaque à construção de cartografia nova como peça de instrumentalização de resultados, e alinhar o método com o objeto de estudo deste trabalho e as perguntas principais às quais pretendemos responder.

Como a extensão da Ásia, enquanto objeto, implicou que a reduzíssemos a uma amostra coerente e compatível de cinco cidades, achámos ser indispensável caracterizá-las dentro de dois contextos – a história e a historiografia – pois é neles que reside a pertinência das suas especificidades e também o seu contributo enquanto conjunto

representativo do todo. Seja o todo o contexto circunscrito das cidades de influência portuguesa na Ásia, seja no amplo espaço do urbanismo português.

Na segunda parte são exploradas as cinco cidades, correspondendo cada uma a um capítulo. Esta partição resultou por considerarmos essencial que cada cidade fosse apresentada como uma investigação em si. A intenção é que o leitor acompanhe o processo da sua análise seguindo a mesma linha de inquérito que fizemos. Também, porque se optou que o conjunto da nova cartografia produzida integrasse o corpo principal da tese. Como expusemos bastas vezes nas páginas anteriores a nova cartografia é fundamental ao aferimento dos dados e à interpretação que deles fazemos e lugar de enunciação da matéria que tratamos. Assumida esta dupla qualidade não fazia sentido remetê-la para uma condição de anexo.

Esta arrumação exigiu que algumas das reflexões que deveriam ser considerações finais fossem integradas no decorrer da exposição relativa a cada cidade. Foi a fórmula encontrada para mantermos imediata a relação entre o objeto em análise e os dados que pretendemos confirmar ou atualizar propondo novas formas de interpretação.

Uma breve introdução que enquadra o objeto no âmbito da investigação e apresenta os materiais (fontes manuscritas ou impressas, títulos bibliográficos, peças desenhadas e ensaios formais intuídos por outros) que mais contribuíram para o percurso de desconstrução/construção do processo de urbanização, abre cada um dos capítulos.

Segue-se um subcapítulo de teor essencialmente histórico, dedicado à localização e ao contexto geopolítico, onde se analisou a lógica de instalação. Procedeu-se depois à caracterização das condições topográficas e elementos urbanos ou proto-urbanos preexistentes à instalação, porque foram estes o primeiro dos elementos a atuar no processo de composição urbana.

Sucedem os textos onde se exploraram as componentes programáticas, as circunstâncias específicas ou os procedimentos que determinaram a forma e a estrutura urbanas, alinhados em títulos que remetem para os momentos fortes do processo de construção de cada cidade – do momento da fundação à consolidação urbanística. Ao final de cada um destes subcapítulos, ou quando a interpretação o exigiu, corresponde um desenho de análise que condensa todos os dados coligidos e comentados.

O desenho analítico final da evolução urbana sobreposto ao levantamento rigoroso do cadastro urbano contemporâneo encerra o conjunto dos subcapítulos anteriores, de forma a submeter os traços descodificados da matriz de influência portuguesa a uma última prova, para que se possam avaliar os níveis de persistência ou correspondência no cadastro urbano atual, ainda que possivelmente só lidas no abstrato.

Segue um olhar mais dirigido às áreas que, no decurso do processo de construção das cidades, vieram a ser integradas na órbita da influência portuguesa, os arrabaldes e, sempre que o caso o justificou, os “termos”. O desenrolar da pesquisa revelou ser importante analisar o nível e/ou marcas que a ação imprimiu no território, pois foram vários os casos onde se registaram repercussões na sua organização, ou porque são hoje elementos fundamentais para perceber a infraestrutura ou as interferências (cadastrais e arquitetónicas) que influenciam a forma e a imagem urbanas. Devido ao conjunto escasso de provas que pudemos reunir os textos reservados aos arrabaldes e ao termo são os mais inconsistentes e díspares em valor de informação. Ainda assim, com o objetivo de caracterizar e, sobretudo, testar no desenho analítico um limite que possa de certa forma dar a ver o raio de ação da influência portuguesa nestas duas entidades, julgámos ser útil incluir alguns apontamentos orientados pela abordagem aos sistemas jurídico-administrativos que enquadraram territórios e populações, ou aos projetos e

procedimentos de apropriação territorial que se idealizaram ou concretizaram, mesmo que os resultados tenham sido ténues no que à estruturação do território diz respeito.

Uma folha de comparação que reúne as peças de reconstituição final do conjunto de cartografia nova encerra o percurso de análise da segunda parte. O objetivo, tão-só operativo, admite validar no confronto à mesma escala gráfica as diferenças morfológicas dos casos de estudo e, assim, abrir a conclusão que se reservou para terceira parte da tese, reunida em dois momentos.

No primeiro interpreta-se a urbanística dentro do seu conteúdo de conceito de património, procurando-se comentar qual o significado do conhecimento deste património urbanístico para as culturas que lhe deram origem, bem como a potencialidade do método que seguimos e da cartografia nova que produzimos para uma nova interpretação dos valores identitários que se associam à matriz de fundação urbana de influência portuguesa.

No segundo momento, confrontam-se os resultados obtidos na segunda parte com vista a verificar as práticas, os tipos, os programas e agentes de ocupação que construíram as redes urbanas e agiram sobre os territórios. O carácter tendencialmente uniformizador que este tipo de exercício comporta obrigou a que se desrespeitassem especificidades e cronologias próprias de cada cidade. O que não é inteiramente correto, mas foi útil para validar e explicar as fórmulas comuns aplicadas e identificar as características que em cada local foram adotadas ou adaptadas.

Para terminar recorro a Renata de Araujo, porque ali revemos a linha e objetivo interdisciplinar que são as bases desta investigação: “Seremos pois todos traduzidos, tradutores e intérpretes das diversas culturas às quais pertencemos” (Araujo, in Rossa e Ribeiro, 2015: 57). Segue-se a nossa, pelo olhar de arquiteto.

## PARTE II: ANÁLISE DO URBANISMO DE INFLUÊNCIA PORTUGUESA NA ÁSIA



II. 1. SANTA CRUZ DE COCHIM, ÍNDIA .....	1503 - 1663
II. 2. COLOMBO, SRÍ LANKA .....	1505 - 1656
II. 3. MALACA, MALÁSIA .....	1511 - 1641
II. 4. SÃO TOMÉ DE MELIAPOR, ÍNDIA .....	1517 - 1662
II. 5. MACAU, CHINA .....	1557 - 1999



**SANTA CRUZ DE COCHIM, 1503-1663**  
(Kerala, costa sudoeste da Índia)



Localização geográfica e topo geografia de Cochim.

Santa Cruz de Cochim, Kerala, Índia

*Il y a deux villes de Cochin, l'une qui est l'ancienne (...) l'autre n'est qu'à une lieue de la mer, à l'embouchure d'une grosse rivière, sur laquelle même est l'autre Cochin. Cette ville neuve est aux Portugais, fortifiée de bons murs et d'une citadelle. Les rois de Cochin leur ont donné cette place et quelques terres à l'entour, de façon qu'ils y dominant pleinement.*

(Laval, 1611, I: 400-401)



Cochim vista de Willingdon e de Vypin.



Identificação do tecido urbano em análise.





1. Igreja de S. Francisco.



2. Igreja de Nossa Senhora da Vida (Vypin).



3. Vestígios (Museu Indo-Português).

### ***1.1. introdução***

A cidade portuária de Cochim (*Kochi*), situada no estado do *Kerala* na costa Malabar da Índia, foi o primeiro núcleo urbano com uma presença portuguesa continuada. Foi também o último dos muitos núcleos urbanos que capitularam à entrada das armadas da Companhia das Índias Orientais holandesa (VoC) nos mares e portos asiáticos no século XVII. Com efeito, pode dizer-se que Cochim inaugurou e encerrou a geografia do espaço físico do Estado da Índia, marcando o fim do processo de abandonos de postos portugueses no Índico no período da União Ibérica e sequente Guerra da Restauração.

As informações que dispomos para aceder com bom rigor à implantação, dimensão ou organização do programa urbano instalado em Cochim, são escassas e difíceis de computar com as demais coevas, sequer com a cartografia ou iconografia que chegou aos nossos dias, em grande parte posteriores à cronologia que nos ocupa. A dificuldade do processo torna-se mais aguda avaliando toda uma série de circunstâncias que contribuíram para a obliteração da matriz original. Além da transfiguração inevitável do cadastro pelo decorrer do tempo e adaptações sucessivas às necessidades humanas/urbanas, soma-se o incêndio ocorrido em 1506 que, ainda que parcial ou só afectando as estruturas materiais terá apagado parte da matriz, depois possivelmente adulterada pela obrigatória reconstrução urbana. Segue-se a destruição e consequente substituição dos elementos sobreviventes decorrentes do cerco e tomada holandesa em 1663, que resultou no esventramento da malha cadastral, na redução do limite fortificado e eliminação de algumas componentes urbanas para a imposição de um novo traçado para o forte holandês, primeiro por Rijckloff van Goens e depois por Adrien Moens em 1778 (Odegard, 2014; Meyer *et al.*, 1908-1931, X: 355) e, finalmente pela

implosão do forte holandês levada a cabo pela administração britânica em 1806 (Meyer *et al.*, 1908-1931, X: 355).

Não obstante tudo isto, a forma do terreno acede-nos quase de imediato um vislumbre do que terá sido a ocupação portuguesa, em especial, quando a colocamos lado a lado com a vasta iconografia e cartografia quinhentista e seiscentista. O mesmo podemos dizer para a identificação de alguns elementos da estrutura urbana. Mas isso é a matéria que trataremos de seguida.

Conhecemos bem o programa urbano instalado na cidade graças aos trabalhos de Walter Rossa (1997; in Mattoso e Rossa, 2010: 370-376), Pedro Dias (2009a, IX: 101-106) e Hélder Carita (in Mattoso e Rossa, 2010: 376-379) que são, no fundo, monografias abreviadas sobre a malha urbana construída, a identificação do programa urbano e um porte analítico às estruturas do programa defensivo. Estes trabalhos, em particular o de Pedro Dias, inclui algumas referências à urbanística, abrindo-nos a porta para o tema.

Tema para o qual a contribuição das fontes coevas escritas, nomeadamente as de autoria de Zinadím (1498-1583), e dos cronistas Gaspar Correia (c.1550-1563), Fernão Lopes de Castanheda (1551-1561), João de Barros (1552-1615) e Diogo do Couto (1595), às quais se juntam os documentos coligidos por Silva Rego (1947-1959), Raimundo Pato (1880-1982), Henrique Mendonça (Pato e Mendonça, 1884-1935) e Mathew e Ahmad (1990), são elementos indispensáveis para uma decomposição da história e verificação de alguns aspetos construtivos e compositivos que informam a morfologia do tecido construído e as tipologias das suas componentes.

Com um estudo mais dirigido à arquitetura, destaca-se o trabalho de Hélder Carita (2005, 2008), no qual há uma primeira interpretação dos tipos e tipologias das

habitações não só de Cochim, mas de um modo transversal à região do *Kerala*, salientando-se os níveis de importação de modelos habitacionais que vieram do reino e a sua adaptação às condições culturais e climatéricas da região.

A todo este elenco, que não faz jus à imensa historiografia que tem trabalho Cochim nas mais diversificadas disciplinas, acrescenta-se um instrumento essencial ao processo de análise urbanística: o conjunto de espécies iconográficas e cartográficas seiscentistas, algumas com cópias reproduzidas na obra de José Manuel Garcia (2009) e, em particular, as vistas de Philip Baldaeus (1672) e os levantamentos cadastrais, escritos e desenhados, levados a cabo pela administração holandesa durante e após a capitulação da cidade. São um conjunto, essencialmente os de género desenhado, que se destaca quer pelo rigor do desenho, quer pelos elementos descritivos, que nos acedem não só uma ideia muito clara do que era a cidade de Cochim na sua fase final da ocupação portuguesa mas, igualmente, a base para trabalharmos todos os dados coligidos por confronto ao tecido urbano atual.

Por último, e num estudo mais orientado à avaliação da influência portuguesa no território, temos que registar as contribuições de Pius Malekandathil (1998) e Charles Dias (2009), também a crónica de Giuseppe Sebastiani (1672), que estendem e complementam a hipótese levantada por Hélder Carita relativa à existência de um “termo” em Cochim, mostrando, assim, outras áreas onde ocorreu a influência e novos modos de interpretação.

## ***1.2. localização e contexto geopolítico***

Quem pela primeira vez se depara com o território envolvente a Cochim vindo de *Ernakulam*, é esmagado pela espessura construtiva e vegetal que existe na mancha térrea que se estende às *backwaters* da bacia fluvial de *Vembanad*, formada pelos vários rios que descem dos Gates Ocidentais ao Mar Arábico. Depois de atravessar *Willingdon* (ilha artificial construída entre *Ernakulam* e Cochim no século XX pela administração britânica), a paisagem muda, e dá espaço ao domínio da lagoa, cuja extensão (a maior do *Kerala*) não deixa perceber o intrincado arquipélago que talhou na vertente continental por ação das correntes fluviais, das marés, aluviões e ventos das monções. É cerca de metade do distrito de Cochim.

A paisagem que se vê de *Willingdon*, não será muito diferente daquela de quem vê a cidade vindo pelo mar e entra pelo estuário. Também aí, a paisagem é aberta pela extensão de *Vembanad*, acedendo ao visitante contemporâneo um pouco do que terá sido o vislumbre do nauta e escritor Duarte Barbosa quando chegou a bordo de uma das naus da segunda armada que atracou no Malabar em 1500-1501, debaixo do comando de Pedro Álvares Cabral: “Tem um mui freoso rio por onde entram muitas e grossas naos de mouros e gentios e todas as del-Rei nosso senhor aqui veem tomar suas carregas [...] E dentro está ûa cidade grande, de longo do rio” (Barbosa, 1516, II: 253).

Situada na margem sul do estuário, Cochim implanta-se sobre uma língua de terra que a lagoa praticamente desligou do continente, agindo com *Vypin* (Vaipim), outra língua de terra na margem norte, como uma barra entre o mar e o estuário. Quando Duarte Barbosa a viu, Cochim estava retirada do mar por uma ponta de terra vacante de

dimensão mais reduzida (daí, supomos, afirmar que estava “dentro” da lagoa), separada pelo ribeiro de *Calvetty* que, não obstante as intervenções de estabilização das margens, continua a separar *Manttacherry* de *Fort Cochin*, ou seja, as áreas que nos anos da presença portuguesa correspondiam aos núcleos urbanos nativo e português.

Como sabemos pelo enorme volume historiográfico dedicado à história do Malabar, a instalação dos portugueses na área representou um ponto de viragem na política interna dos reinos do Malabar, principalmente na relação do reino de Cochim com o de Calecute. Situada a cerca de 180 quilómetros a norte de Cochim, a cidade-portuária de Calecute (*Khozikode*) era no dealbar do século XVI a principal base receptora e exportadora de especiarias da costa indiana sudoeste, mantendo um chapéu político (problemático é certo, mas vinculativo a um sistema de alianças e rivalidades) que lhe deferia a suserania dos territórios e portos doutros reinos mais pequenos que constituíam a dimensão física do que era o *Malabar*, nos quais se incluía o de Cochim. Sobre esta dimensão e domínio explica o cronista Diogo do Couto que: “começa dos fins de do Reyno de Cananor até ao Cabo Çamorim, em que se incluem perto de cento e sincoenta leguas de comprido, e quinze pera o sertão até o pé das serras” (Couto, 1595, VII, II: 521).

É neste contexto que se deve compreender o início e desenvolvimento da relação entre o rajá de Cochim, Goda Varma, e a presença portuguesa, estabelecida com a armada de Pedro Álvares Cabral e, por conseguinte, o processo de instalação dos portugueses na cidade que nos ocupa.

Quando as tentativas de estabelecer um acordo mercantil com o Samorim de Calecute falharam, primeiro com a armada de Vasco da Gama em 1498 e depois com a de Pedro

Álvares Cabral em 1500, o “ambiente de provocação mútua (...) crescente de paradas-resposta”, como bem resumiu Walter Rossa (in Mattoso e Rossa, 2010: 371), estimulado por negociantes muçulmanos habitantes ou de passagem pelo porto, que viam o estabelecimento de uma feitoria e presença portuguesa não só um mau-sinal à continuidade das linhas mercantis via Mar Vermelho, como notou o autor citado, mas um castigo divino<sup>1</sup> com memórias da Guerra Santa, a frota de Cabral desceu para Cochim ao abrigo de uma promessa de pacto de amizade com o rajá.

Goda Varma certamente se terá impressionado com a intromissão e guerrilha levada a cabo em Calecute pelos homens portugueses e ficou desde o início empenhado em trazê-los para Cochim com o intuito de ter neles uma empresa militar e apoio político-simbólico, para levar a cabo o sonho de desvincular-se da suserania afeta ao Samorim. O contrato que estabeleceu com Pedro Álvares Cabral foi a pedra de toque para a instalação dos portugueses em Cochim, concedendo-lhe além de uma remessa fixa de especiarias, casas para o funcionamento da feitoria.

### ***1.3. tipo da instalação portuguesa em Cochim: a ocupação pré-portuguesa***

Disse o mouro Zinadím,<sup>2</sup> num dos textos onde relata sobre a ação das armadas portuguesas que atracaram no Malabar depois de 1498:

---

<sup>1</sup> “Efetivamente um grupo de muçulmanos penetrou nos portos do Malabar, e estabeleceu-se nele, e foram pouco a pouco os seus habitantes convertendo-se, e começou o islamismo a brilhar [...]. Passou-se assim bastante tempo; mas eles vieram a pagar os favores de Deus com ingratidão, pecaram, e desobedeceram-lhe. Então ele mandou-lhes como senhores um povo frange, os portugueses” (Zinadím, 1498-1583: 20).

<sup>2</sup> Sobre Zinadím, os dados que dispomos não são absolutos, por isso recorremos ao que o historiador David Lopes, responsável pela tradução para português e publicação da obra em 1898, põe em hipótese. Provavelmente natural do Malabar e um mercador mouro habitante em Calecute, Zinadím é um opositor à presença portuguesa na região malabar. A obra terá sido escrita entre 1498 e 1583, anos coincidentes com a cronologia dos acontecimentos que descreve, tratando-se, com efeito, de um observador e crítico presencial.

Santa Cruz de Cochim, Kerala, Índia

Por fim partiram para Cochim; aqui fizeram amizade com os seus moradores, conseguindo levantar nela uma fortaleza pequena, que foi a primeira que tiveram da Índia, e para a qual se serviram dos materiais das casas dos moradores; e arrasaram também uma mesquita, que ficava à beira do mar, e no seu lugar edificaram uma igreja (Zinadím, 1498-1583: 54).

É interessante este excerto, porque revela o *outro* lado inicial da história da presença portuguesa em Cochim, o qual não tem eco na documentação escrita e desenhada coeva de autores de origem portuguesa, e está ausente dos estudos académicos relativos à dimensão urbanística de Cochim, excepto, ao que pudemos confirmar, na listagem da bibliografia geral incluída no volume *Ásia e Oceânia* da obra *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo* (Mattoso e Rossa, 2010).

Os dados que Zinadím dá podem fornecer uma leitura nova e isenta de nacionalismos que de uma maneira natural subsistem quando os estudos têm uma base teórica crítica essencialmente de origem portuguesa, mesmo que não seja essa a intenção do intérprete. Por outro lado, pode tornar evidente metodologias próprias de uma cultura que não conhece, porque não é a sua. Precisamos, então, de analisar a história da presença portuguesa em Cochim de uma maneira mais ampla que inclua exemplos contrastantes (não necessariamente discordantes, como veremos) e, é essa a razão porque abrimos o capítulo com o lado do *outro*.

A maior contribuição da eventual divergência de informação (fontes de autoria portuguesa vs Zinadím) toca precisamente na génese do núcleo urbano implantando pela presença portuguesa.

A darmos o devido crédito ao cronista português Gaspar Correia (c.1550-1563, I, I: 384), a conversa entre o capitão da armada portuguesa Francisco de Albuquerque e o



rajá de Cochim, em 1503, sobre a construção de uma casa forte com tranqueira, propunha a transferência da presença portuguesa instalada numa casa-feitoria cedida a Pedro Álvares Cabral em 1501 (Correia, c.1550-1563, I, I: 312), situada na área do *angadi* (bazar) da Cochim nativa,<sup>3</sup> atual bairro de *Manttacherry*. Além da clara função comercial e de armazenagem das cargas para as naus das armadas portuguesas, Francisco de Albuquerque pretendeu alojar ali uma pequena unidade de homens auxiliares ao feitor, que serviam tanto de guarda à base logística portuguesa,<sup>4</sup> quanto para a constituição de uma milícia ao serviço do rajá de Cochim face às constantes e ainda recentes incursões do Samorim de Calecute.

A reação de Goda Varma foi imediata e positiva quanto ao aval e à disposição para patrocinar a obra com materiais e mão de obra (Correia, c.1550-1563, I, I: 384-385; Castanheda, 1551-1561, I, II: 57), bem como para a escolha do lugar para a instalação do forte: uma “ponta de hum palmar de terra alagadiça, que esteiro rodeava d’agoa do mar, que ficava como Ilha” (Correia, c.1550-1563: 384-385), localizado num terreno plano entre o mar e o lado noroeste da cidade nativa de Cochim.

A sermos justos, no entanto, e não querendo de forma alguma retirar autoria a Goda Varma ou desconsiderar o legado textual que Gaspar Correia deixou sobre o assunto, dois pontos, aliás, reconhecidos por alguns dos investigadores que até aqui têm lidado com o urbanismo de Cochim, o lugar, em si, já estava escolhido. Quer por condições naturais, culturais e ainda de estratégia militar, quer pelas de ocupação/vacância física

---

<sup>3</sup> Utilizamos a designação *Cochim nativa* para nos referirmos à cidade original com o propósito de distingui-la da *Cochim* que foi edificada pelos portugueses. Pareceu-nos mais correto e útil acompanhar a própria transição das expressões toponímicas com a referente cronologia, até por uma questão de facilitar a compreensão do texto ao leitor.

<sup>4</sup> Objetivos realçados também pelo escritor João de Barros: “o passado aconselháua ao presente, era necessário que sua real senhoria desse hum lugar & mandásse cortar madeira pera fazerem hũa fortaléza em que os Portugueses que aly auia de estar teuessem onde recolher suas pessoas, & as mercadorias pera compra da pimenta” (Barros, 1552-1615, I: 251).

do território e, ainda, pelos próprios agentes da armada portuguesa e aqueles que desde o ano anterior cumpriam funções na feitoria.<sup>5</sup>

É isto que retiramos da análise às fontes escritas de autoria portuguesa computando-as com a própria natureza do lugar, que nos dias de hoje entronca perfeitamente no que João de Barros descreveu: “retalháda a módo de leziras” (Barros, 1552-1615, I: 251). Mas não do texto de Zinadím, que refere que o lugar não estava desocupado. Tinha, relembramos, uma mesquita e casas de habitação, que foram arrasadas e os materiais de construção reutilizados para o levantamento do forte e da igreja de S. Bartolomeu que substituiu o templo muçulmano.

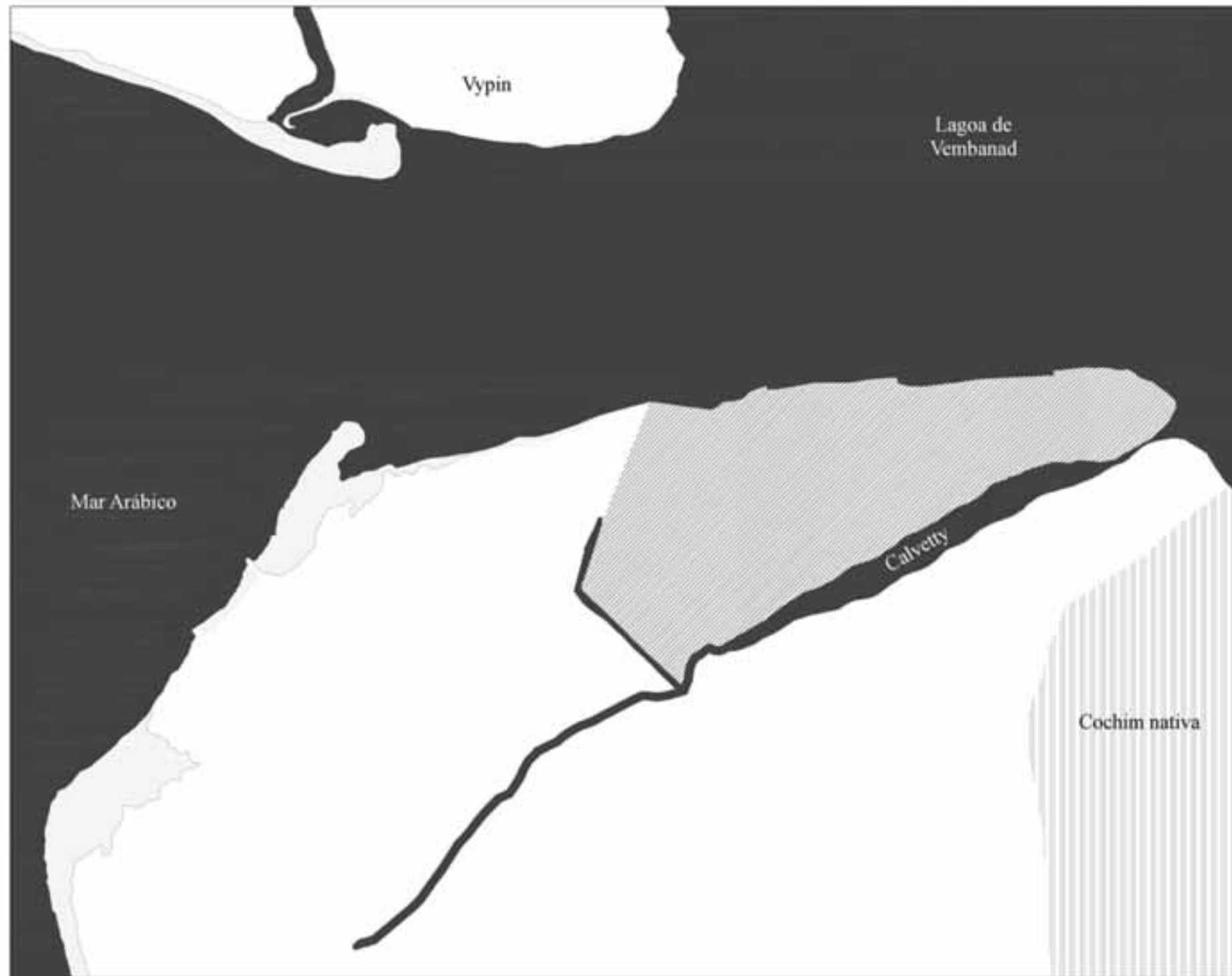
Se a criação do núcleo urbano não resultou de uma atitude espontânea sobre um lugar vacante, ou seja, uma ação processual *ex-nihilo*, agiu sobre preexistências físicas, tratando-se por isso de uma ação *ex-novo*. Por outras palavras, um processo de fundação que teve por base a adaptação, substituição ou até mesmo a ocupação de estruturas físicas que, nas palavras de Zinadím “arrasou” o tecido edificado existente, por mais ténue que este fosse.

---

<sup>5</sup> Neste ponto importa esclarecer as razões que nos levaram a supor esta predisposição do lugar. Para tal, importa destacar do discurso de Francisco Albuquerque o interesse da implantação ser feita junto à barra, para a sua defesa (Castanheda, 1551-1661, I, II: 57), e tratar-se de um lugar exterior às povoações já existentes, onde os portugueses pudessem ficar cerrados e “apartados” (Correia, c. 1550-1563, I, I: 384-385). O único local vago nas imediações de Cochim que cumpria as condições era esta ponta de terra. Os terrenos na zona do atual bairro de *Manttacherry*, os da ilha de *Vypin* (que segundo João de Barros era um lugar sagrado (Barros, 1552-1615, I: 248)), estavam ocupados por edificações e povoações nativas. Além do mais, do ponto eficaz da estratégia militar, os terrenos da área hoje identificada como *Ernakulam* punham nas costas da casa-forte as terras e a ligação (terrestre e fluvial) a Repelim (*Edappally*), ilha situada a 3 léguas de Cochim na direção de Cranganor (*Kodungallur*) (Correia, c. 1550-1563, III, II: 767), em cujo local se situava a pedra (ou “padrão” como por vezes também aparece nas *Lendas da Índia* (Correia, c. 1550-1563, III, II: 763; 770)) que posta ao toque da mão do Samorim de Calecute conferia-lhe poderes absolutos sobre as terras e reis do Malabar (Correia, c. 1550-1563, III, II: 702). Acresce a esta razão sabermos que o suporte militar dos portugueses era a armada. Logo, implantar a casa-forte num dos terrenos livres das *backwaters* de Cochim, tornava-a não só ineficaz às defesas contra a armada de Calecute que normalmente sitiava Cochim pelo lado de *Vypin* e do mar (Góis, 1566, I: 76), mas, também, porque a instalação a ocorrer em qualquer um dos afluentes dos sete rios que desembocam em Vembanad ficava sujeita às estradas de ligação (fluviais e terrestres) aos reinos do interior do Malabar, com os quais à data não se mantinham relações políticas nem comerciais, e cujos soberanos não aprovavam de forma unânime a desagregação do reino de Cochim do de Calecute.

# SANTA CRUZ DE COCHIM

PROPOSTA TOPO-MORFOLÓGICA DE COCHIM (OCUPAÇÃO PRÉ-PORTUGUESA)



- Área aproximada da mancha edificada de Cochim
- Área aproximada da implantação portuguesa (primeira ocupação)



Escala gráfica: 1: 7 500



A barbárie da ação pode justificar-se, embora apresentemos um argumento repuxado, se a entendermos como uma retoma do procedimento de cristianização dos povoados islâmicos do reino (e Espanha) durante os anos da Reconquista Cristã (séculos XI a XIII). Recorrendo ao estudo da historiadora Luísa Trindade, precisamente dedicado aos antecedentes da composição e urbanização do reino, detetou-se que a transformação física e simbólica dos povoados islâmicos à lei cristã teve à cabeça um processo de desestruturação da matriz cadastral e habitacional, bem como a substituição e/ou ocupação dos templos muçulmanos por templos cristãos (Trindade, 2013: 76-81), atuações que Zinadím denunciou em Cochim.

#### ***1.4. a casa da tranqueira***

Não darmos a devida atenção às informações de Zinadím, implica, por esta razão, afastar logo à partida a leitura de um processo de urbanização em continuidade com a prática da urbanística portuguesa que, no fundo, é um instrumento da política. O que não contraria a história que foi contada por cronistas portugueses, já que sintomático desta continuidade de práticas são os dados disponibilizados por Gaspar Correia acerca dos instrumentos com que se atuou e marcou (de forma quase indelével, como veremos) o “palmar de terra”. Neste ponto interessa-nos sobretudo destacar o “fio de cairo” nas mãos de Una Goda Varma Koil Tirumulpad (Correia, c.1550-1563, I, I: 385-386). Trata-se de uma ferramenta que em conjunto com o uso dos paus cravados na terra evidencia uma técnica de cordear ou, por outras palavras, de demarcação de espaços, que não era de todo alheia à cultura urbanizadora portuguesa (Trindade, 2013) e, pelo reportado, também à malabar.

Foi esta prática que materializou no terreno a dimensão do perímetro para o forte (ou *casa da tranqueira* como a designam alguns documentos), numa atitude que tem um valor tanto simbólico (Rossa, in Mattoso e Rossa, 2010: 372) quanto urbanizador, dando-se início ao processo de fundação da primeira estrutura defensiva e primeiro elemento do desenvolvimento urbano da presença portuguesa e europeia em Cochim e, por fim, adiantando um pouco os conteúdos da nossa investigação com as palavras de João de Barros: “as quaes porque fóram de madeira, podemos dizer serem cimbres das outras de pedra e cal” (Barros, 1552-1615, I: 252).

O forte, ou “conjunto de casas-fortes” como Pedro Dias o tipificou (Dias, 2009a, IX: 101), resolvia-se num traçado quadrangular com vãos de nove braças (19,8m x 19,8m) erguidos num esqueleto duplo em troncos de madeira e percintas de ferro, preenchido por uma mistura de taipa (Castanheda, 1551-1561, I, II: 58). No interior ficava um depósito para munições e mantimentos (Correia, c.1550-1563, I, I: 393) e uma câmara útil para recepções, digamos protocolares (Góis, 1566, I: 97v). Desconhecemos a organização das divisões interiores ao forte e não temos qualquer informação que nos permita afirmar em absoluto a altura total da construção, mas sabemos que foram rasgadas janelas nos muros a uma altura necessariamente superior à da tranqueira que foi construída anexa à fachada do forte virada à barra (Rossa, in Mattoso e Rossa, 2010: 372-373), já que das janelas era possível arremessar artilharia na direção da barra e do mar. O que nos leva a julgar que as paredes do forte tinham uma altura mínima correspondente ou superior a dois pisos (Correia, c.1550-1563, I, I: 393).

A empreitada levada a cabo por Francisco de Albuquerque tomou outro rumo poucos dias depois do seu início com a chegada da restante quinta armada capitaneada por

Afonso de Albuquerque. A adição de mão de obra disponível permitiu um rápido avanço na construção, mas também alterou o processo de transferência da feitoria para um forte (de que o discurso de Francisco Albuquerque dá conta) para um novo processo: da feitoria para núcleo urbano.

Como bem notou Pedro Dias (2009a, IX: 101) e atualizou Walter Rossa, o plano de Afonso de Albuquerque, que na sua ausência foi entregue ao encargo do escrivão da feitoria Lourenço Moreno e a Rui de Medeiros (Correia, c.1550-1563, I, I: 389), incluía a construção de todos os elementos programáticos necessários à instalação de uma guarnição permanente (Rossa, in Mattoso e Rossa, 2010: 372-373), somando-se ao forte a construção de uma capela do orago de S. Bartolomeu, uma área ampla desocupada que servia de ribeira para as naus e uma mancha composta por casario, que aproveitou a desmatação do palmeiral nas imediações do forte para a sua construção (Correia, c.1550-1563, I, I: 394). Não temos qualquer notícia sobre esta mancha de casario, mas equacionamos, por dados referentes a ações de urbanização posteriores, que terá ocupado o terreno até ao braço de *Calvetty* e ao ribeiro que cortava o terreno quase a meio na direção da capela de S. Bartolomeu, aproveitando, talvez, um caminho de ligação que se terá começado a marcar entre a Cochim nativa e a casa da tranqueira.

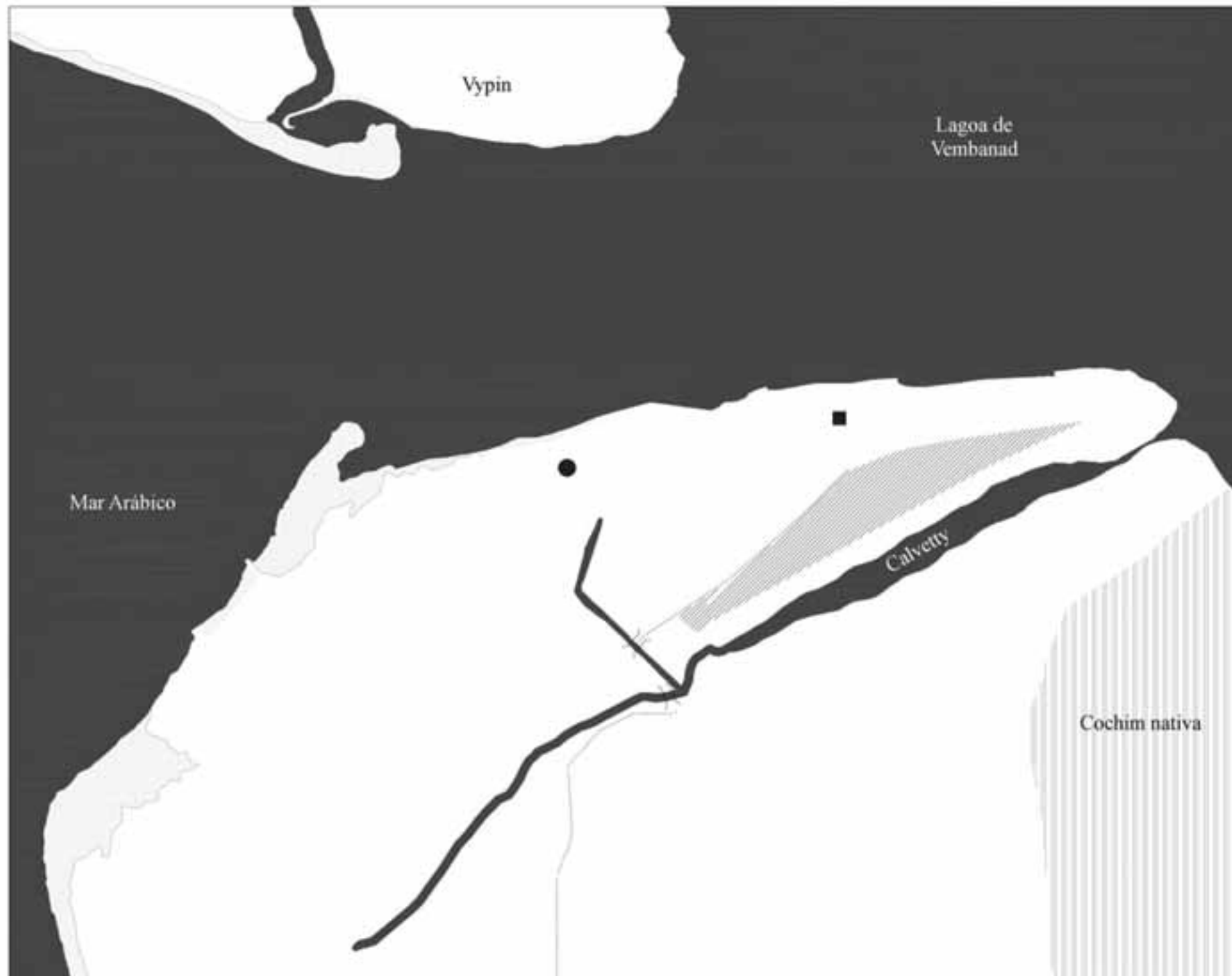
É tendo em mente este último elemento programático, o casario, que não é de admirar que, volvido pouco mais de um mês desde a cerimónia de fundação, e embora por diversas vezes tivesse visitado a evolução dos trabalhos, o rajá de Cochim se tenha espantado com a obra exposta, chegando mesmo a declarar “esta casa, e povoação se chama Manuel” (Correia, c.1550-1563, I, I: 394).





# SANTA CRUZ DE COCHIM

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: CASA DA TRANQUEIRA



- Proposta de implantação da Casa da Tranqueira
- Proposta de implantação da capela de S. Bartolomeu
- ▨ Área aproximada da implantação portuguesa (primeira ocupação)
- Traçado da estrada de acesso a Cochim nativa





### ***1.5. o forte e a povoação Manuel***

As informações que dispomos para aceder com bom rigor à implantação, dimensão ou organização do programa urbano instalado em Cochim para esta fase inicial, são muito poucas e difíceis de computar com as demais coevas, sequer com a cartografia ou iconografia que chegou aos nossos dias, posteriores à cronologia que nos ocupa. A dificuldade do processo torna-se maior, como pretendemos deixar claro na introdução, dado todas as circunstâncias que obliteraram a matriz original. No entanto, admitindo que o resultado é sempre uma proposta nossa e não um resultado absoluto isento de outras perspectivas e atualizações, é possível trabalhar uma reconstituição da malha e programa urbanos a partir de um punhado de dados concretos e outros inferidos nos documentos.

Destacam-se do esquema compositivo quatro elementos principais: o forte, a igreja, o Cais do Peso e o casario.

O forte, que à revelia da escolha de Afonso de Albuquerque em favor do seu santo patrono, Santiago, foi batizado de Manuel em homenagem ao monarca português, estava implantado no lugar mais tarde cartografado como o Armazém da Ribeira,<sup>6</sup> distinguido da restante paisagem pelo seu formato imponente e pela postura isolada no terreno. Em conformidade com a igreja “no pprio lugar õde ajnda está” (Barros, 1552-1615, I: 252),<sup>7</sup> ou seja, localizada no topo mais a oeste do terreno, atuou como uma

---

<sup>6</sup> Veja-se Cochim. Manuel Godinho de Erédia, *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal*, 1610. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cart. 990145; Taboa da Cidade de Cochim. *Livro de plantaformas das fortalezas da India*, c. 1612-1613 ou c. 1629 (s.d); Planta da cidade de Cochim. Autor Anónimo, *Plantas das Cidades, portos e fortalezas da conquista da India Oriental*, c. 1633. Munique: Bayerische Staatsbibliothek, Cod. Icon. 162; Viena: Osterreichsche Nationalbibliothek, Cod. 5958 e 6860; Paris: Bibliothèque Nacional de France, Res.m. GE DD 2013 (todas estas representações encontram-se publicadas em Garcia, 2009).

<sup>7</sup> É necessário referir que afirmação de João de Barros colocou algumas dúvidas quanto à implantação da igreja. O templo a que nos referimos, a primeira capela dedicada ao orago de S. Bartolomeu, foi construída a par do forte Manuel. No entanto, em 1506, esta igreja ardeu, sendo retomadas as suas obras de imediato, mas vindo a tornar-se o

primeira baliza à criação de um espaço público, por detrás do ancoradouro, que servia de ribeira para as naus.

Um ano mais tarde, com vista a solucionar as dificuldades de aproximação dos tones<sup>8</sup> à ribeira pelas fortes correntes da preia-mar que aí se faziam sentir, construiu-se no extremo oeste da ponta do palmar de terra o Cais do Peso, vulgarmente conhecido como o Peso da Pimenta ou Cais da Pimenta. De construção em madeira e semelhante a uma plataforma equipada com dois pesos para a pesagem das cargas, “ElRey mandou ao feitor que [o] fizesse n’agoa, onde estavam as primeiras suas casas” (Correia, c.1550-1563, I-II: 501). Estava portanto sob a água da lagoa de *Vembanad* na embocadura do *Calvetty*, frente à mancha urbana da cidade nativa de Cochim, funcionando como uma extensão (atalhada pelo braço fluvial) do *angadi*.

Relativamente ao casario previsto para uma ocupação de cerca de 600 homens (Correia, c.1550-1563, I, I: 409), é partindo da citação anterior, embora pouco explícita, que supomos que o casario ocupava a área circunscrita pelos demais elementos urbanos. Ou seja, e no seguimento da ocupação habitacional já presente no lugar, o pedaço de terreno desde o Peso da Pimenta (tendo em conta que mesmo que a citação se refira às primeiras casas da Cochim nativa, estaria a referir-se aquelas que compunham o *angadi*, logo imediatas à ponta este do terreno), e a fronteira, ainda que abstracta, definida pela igreja no topo oeste. Do lado paralelo ao rio, o forte constituía o limite, como fica claro

---

templo conhecido por Santa Cruz de Cochim. Pelos anos de 1515 existiria já, de novo, uma nova capela dedicada a S. Bartolomeu. Daí se explica que nesta data, o governador Afonso de Albuquerque aprovava em alvará que “*o marco de prata que hos mordomos de sam bartollameu aviam de pagar ao vigario gerall por mudarem a capella domde estava se pague á custa del rey noso senhor*” (Pato e Mendonça, 1884-1935, II: 157). Tudo isto para podermos explicar que o “*no pprio lugar ôde ajnda está*” de João de Barros, durante algum tempo nos fez duvidar se a primeira capela de S. Bartolomeu não terá ocupado outra posição que não aquela de Santa Cruz. Foi necessário recorrer ao cruzamento de várias fontes e atribuir crédito à crónica de Gaspar Correia, afim de admitir que tudo leva a crer que não.

<sup>8</sup> Pequenas embarcações nativas que serviam também para o auxílio da carga das naus portuguesas, veja-se Bluteau, 1712-1728, VIII: 199.

pelo que reportou Correia: “desta estacada [da obra do forte] pera a banda da terra se fizerão casas, assi de palha, em que se a gente foy agasalhando” (Correia, c. 1550-1563, I, I: 393).

Como argumento para a suposição da localização do casario, concorre ainda outro dado de Correia: “por derredor das casas [havia] assi muyto campo” (Correia, c. 1550-1563, I, I: 394). Walter Rossa reconheceu a relevância desta afirmação (Rossa, in Mattoso e Rossa, 2010: 373), associando-a ao que reportou Castanheda, o que o levou a identificar uma área desmatada que servia de esplanada, aberta precisamente pelo abate das árvores usadas para a construção dos elementos do programa urbano. Mas a citação de Correia inclui um outro valor que se prende com o procedimento de urbanização. Correia diz: “mandou ElRey que tudo se cortasse e o feitor que tudo pagasse a seus donos” (Correia, c. 1550-1563, I, I: 394). O que implica admitir que a “esplanada” foi parcelada e os chãos outorgados ou vendidos aos futuros ocupantes, ou, que estava parcelada e atribuída a ocupantes prévios à instalação dos portugueses, como Zinadím deu a entender. Infelizmente, o nível de obliteração do cadastro e a ausência de dados não nos permite aprofundar o nível urbanístico-parcelário.

Qualquer que tenha sido o contexto em que a urbanização decorreu e a dimensão dos malhões parcelados ou já marcados no terreno, sabendo que do forte à igreja estava a “praça”<sup>9</sup> e que a “esplanada” foi aberta na direção para onde ocorreu a extensão da malha urbana nos anos posteriores, seguindo um eixo nordeste-sudoeste, não restam

---

<sup>9</sup> O sentido que Gaspar Correia confere à *praça* não deve ser confundido como o entendemos hoje. A *praça* a que se refere é um terreno disponível para a variação das naus, já que a qualifica por “praça pera a ribeira” (Correia, c. 1550-1563, I, I: 393), funcionalidade que continuou a servir, como o prova a designação que veio a receber poucos anos mais tarde: Ribeira de Cochim.

muitas dúvidas sobre o casario ter ocupado o espaço por detrás da triangulação dos elementos (aproveitando parte da esplanada), estendendo-se até ao braço de *Calvetty*.

Ainda nesta proposta especulativa há que incluir a possível existência da igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, construída em 1505 segundo Silva Rego.<sup>10</sup> O templo, implantado na interseção da rua que vem do forte atravessando *Calvetty* em direção à Cochim nativa (mais tarde, rua de Couião<sup>11</sup> e rua da Seda como atestam os registos gráficos posteriores), terá sido um elemento fundamental para se ter rasgado no terreno uma primeira definição do arruamento que, aliás, vinha sendo marcada no terreno nos primeiros anos da ocupação e, talvez, a criação de uma primeira rua estrutural à composição urbana, já que, computando algumas representações mais tardias do local, o largo fronteiro a esta igreja veio a ser a desembocadura final de três arruamentos. Rua que atualmente é coincidente com parte da *TM Muhammad Road*.

Da mesma forma, a igreja de Nossa Senhora de Guadalupe contribuiu, desta feita, em sintonia com a igreja de S. Bartolomeu, periférica à malha urbana, para a definição de um limite a sul e a oeste, hoje suplantado pelas *Bastian Street* e a *Fosse Road*. Não se

---

<sup>10</sup> Veja-se Rego, 1947-1959, I: 151. Esta igreja estava definitivamente construída em 1525, como se verificará adiante no texto.

<sup>11</sup> Esta rua desde cedo constituiu-se o eixo de acesso terrestre entre as duas partes de Cochim: a povoação portuguesa e aquela nativa. Basta lembrar que no dia da inauguração do forte, o rei de Cochim, que usualmente visitava o lugar servindo-se de embarcações, veio montado no seu elefante por via terrestre, tendo os capitães portugueses vindo recebe-lo “ao caminho” (Correia, c. 1550-1563, I, I: 391). Daqui conclui-se que a ligação sobre o braço de *Calvetty* estaria já definido. O rei de Cochim (à semelhança dos demais do Malabar) apenas caminhava sobre caminhos reais. O que significa que, mesmo que a travessia (ponte) não estivesse construída, pelo menos, na área da Cochim nativa havia um caminho ou trilho. O conceito de estrada real manteve-se anos mais tarde. Em 1525 foi por este trilho que “El Rey, sabendo que o caimal com sua gente queria passar pola sua estrada pera hir dar na pouoação, sayo de suas casas com sua gente e elle diante” (Correia, c. 1550-1563, II, II: 926). Esta ligação terrestre, tão cheia de simbolismo, veio então numa primeira fase atribuir à *Rua de Couião* um papel fundamental na malha urbana. Já numa segunda fase, se quisermos ser completamente rigorosos atendendo à evolução espacial da povoação, esta ligação importou para a passagem sobre o *Calvetty* um papel determinante na infraestrutura viária de Cochim, tornando-a uma área de confluência do arruamento. Importa ainda determo-nos um pouco sobre a toponímia desta rua, também para percebermos a sua antecipação face às demais. As relações territoriais e comerciais que existiram com Couião, situado a sul de Cochim, desde a instalação da feitoria portuguesa em 1503, e que se mantinham percorrendo a trilha que saia desta rua, certamente contribuíram para a designação toponímica. São vários os casos no urbanismo português em que o lugar para o qual o caminho é definido se torna o topónimo, como se no fundo, o nome significasse *rua em direção a...*. Por esta razão, a origem da rua também antecede as demais, sendo considerada um dos primeiros eixos viários criados (ou reaproveitados) em Cochim.

conjectura que nesta altura este eixo tenha tido uma marcação física tão definida no terreno a ponto de representar uma rua. Mas o seu carácter contínuo e a frequente representação nos registos desenhados com largura considerável (muitas vezes próxima à da rua Direita), remete-nos para uma situação de zona simultaneamente de tampão e de atravessamento. Tampão, no sentido em que antecede o espaço urbanizado do espaço não urbanizado. Atravessamento, porque rasga transversalmente o terreno, e é plausível admitirmos que tenha funcionado como passagem de ligação entre os dois templos. Por este último sentido não devemos ignorar a forte possibilidade do seu carácter contínuo ter sido a origem da posterior rua de Guadalupe, da rua dos Sapateiros, ou até mesmo de parte da rua Direita.<sup>12</sup>

Um dado curioso relativamente à implantação desta igreja, é a sua posição externa à restante tessitura urbana. Nossa Senhora de Guadalupe aparece sempre representada como um equipamento autónomo na paisagem, colocada do *outro lado* do ribeiro. O porquê desta ocupação é problemático. Podemos entendê-la como forma de criar um marco no território à semelhança do papel que os pelourinhos ou padrões de armas representam na marcação dos espaços? Ou a localização tem outra explicação como, por exemplo, a indisponibilidade de chão no interior da trama habitacional?

Regressando ao tópico que aqui nos trouxe (a análise da área destinada ao casario), concorre para esta suposição ainda um outro aspecto que resulta da análise do desenho

---

<sup>12</sup> Toponímia segundo o desenho de Cochim incluído no atlas *Plantas das Cidades, portos e fortalezas da conquista da Índia Oriental*, c. 1633. Munique: Bayerische Staatsbibliothek, Cod. Icon. 162; Viena: Osterreichische Nationalbibliothek, Cod. 5958 e 6860; Paris: Bibliothèque Nacional de France, Res.m. GE DD 2013 (informação em Garcia, 2009). Alertamos, no entanto, que na legenda do desenho a que nos referimos pode estar contido um erro. A rua Direita está identificada com o nº35 e a rua dos Çapateros (Sapateiros) com o nº 36. Esta numeração deve estar trocada. Nos outros registos gráficos a que tivemos acesso a rua Direita corresponde à localização daquela rua numerada com 36. A própria análise urbanística tem vindo a corresponder a rua Direita a este eixo.

Santa Cruz de Cochim, Kerala, Índia

de Cochim do código *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal*, elaborado por Manuel Godinho de Erédia, à guarda da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Cochim. Manuel Godinho de Erédia, *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal*, 1610. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cart 990145. Marcação da rua de Guadalupe a preto.

Aqui, tal como a direção dos arruamentos parece traçada tendo em consideração três pontos nodais, sendo um deles a localização atribuída ao forte Manuel, tomando a igreja de S. Bartolomeu como linha de leitura ao cadastro o tecido edificado surge morfologicamente distinto.

Soma-se a este aspecto o facto de o terreno estar condicionado pelo pequeno ribeiro que saía de *Calvetty* rasgando o solo no sentido da igreja de S. Bartolomeu, praticamente coincidente com a linha que distingue as duas unidades morfológicas identificadas. O que admite perguntar se, numa primeira fase, o próprio ribeiro não terá atuado enquanto fronteira natural, sendo mais tarde integrado na malha urbana com a evolução do casario?



Além de tudo, ainda na análise da implantação do casario, o enquadramento da população aliado à vocação comercial, como a sua dependência em relação às boticas do *angadi* de Cochim para subsistência,<sup>13</sup> justificam a acomodação no espaço que consideramos.

O que resulta de tudo isto é uma composição que, numa conclusão muito atrevida parece tamponada pelos factores naturais, muito especificamente a tríade fluvial: mar, rio e ribeira, e cujas primeiros troços de acesso marcam indelevelmente o terreno, em especial, no arruamento. A hipótese que aqui deixamos, e que não passa disso mesmo contabilizando os testemunhos que a sustentam, remete inevitavelmente para uma situação que apenas se explica e se torna mais clara consoante a análise da evolução da malha urbana.

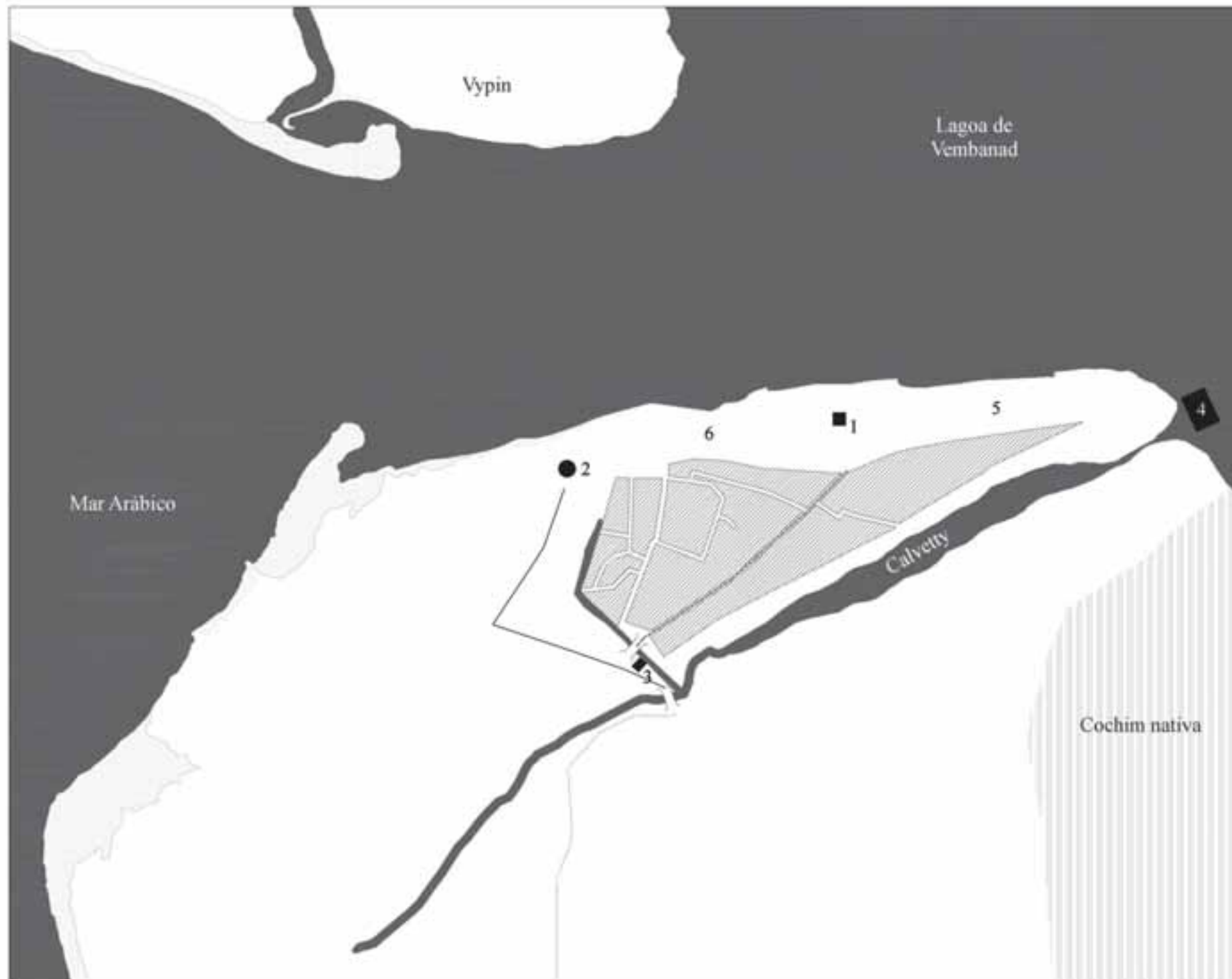
---

<sup>13</sup> Uma das queixas de Francisco de Almeida para o rei de Cochim em 1506 – e argumento para construção da fortaleza em pedra e cal, como veremos um pouco mais à frente no texto – era precisamente a falta de boticas de mantimentos na povoação portuguesa. Por este motivo, os portugueses eram obrigados a recorrer às boticas dos “mouros”, o que causava diversas contendas (Correia, c. 1550-1563, I, II: 627).



# SANTA CRUZ DE COCHIM

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1503-1504



- Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
- Equipamentos (1. Casa da Tranqueira; 2. capela de S. Bartolomeu; 3. igreja de Nossa Senhora de Guadalupe; 4. Cais da Pimenta; 5. Ribeira; 6. Praça)
- Traçado hipotético do eixo principal
- Traçado hipotético da rua de Guadalupe
- Traçado da estrada de acesso a Cochim nativa



10 50 100 500 750

Escala gráfica: 1: 7 500



### ***1.6. a fortaleza Manuel e a povoação de Santa Cruz de Cochim***

1506 é um ano que marca uma readaptação das estruturas existentes na povoação Manuel. A iniciativa integrava-se no âmbito de uma política concertada em torno da gestão daquele que viria a ser o Estado da Índia. Política esta que, no campo do urbanismo, se traduziu por colocar no centro da atenção régia e dos representantes no terreno asiático as feitorias existentes em Cananor e Couião e o forte de Cochim. Provam-no as instruções manuelinas dadas por regimento ao primeiro vice-rei, Francisco de Almeida, em 1505, que revelam a preocupação pela instabilidade da presença portuguesa e uma atitude articulada para a sua resolução. À semelhança do que acontecera anos antes em Cochim, deveriam ser construídas fortalezas em Cananor e Couião e proceder-se à reconstrução do forte.

O ónus aplicado à urbanização era tão mais significativo para a estabilidade da presença portuguesa no Malabar quanto para a validação do cargo que levava Francisco de Almeida. Não obstante representar “ha pessoa delRei de Portugal, [...], pelo regimêto q levava nã podesse usar desta dignidade, atte nã fazer fortalezas e Cochim & Cananor, & Couiã” (Góis, 1566: fl. 10v).

Por tudo isto não podemos concordar totalmente com Pius Malekandathil quando diz que: “though some elements of city life could be noticed in the Portuguese unit of Cochin as early as 1503, it became an organised urban unit with the establishment of Estado da India there in 1505”. É prematuro falar do conceito *Estado da Índia* para essa cronologia, sequer da sua fundação. Mas é sem hesitação que concordamos que a chegada do vice-rei a Cochim, “was a turning point, making the administrative,

Santa Cruz de Cochim, Kerala, Índia

ecclesiastical and naval-military institutions of the Portuguese Asia concentrate in this town” (Malekandathil, 1998: 121).

O desejo de Francisco de Almeida de reconstruir o forte Manuel em pedra e cal, colidiu, no entanto, com a cultura urbanística malabar, que reservava a construção em pedra e cal, telhada, para os edifícios reais e templos sagrados.

É certo que o incêndio posto pelos “mouros de Calicut” (Castanheda, 1551-1561, II: 40) à ermida de Nossa Senhora fundada com a feitoria em Coulão foi o momento oportuno para Francisco de Almeida requerer ao rei de Cochim a reedificação da fortaleza portuguesa. Tal como o foram as novas ameaças das forças do Samorim de Calecute e as dissidências causadas pelos “Mouros peitados de Calecut” (Correia, c. 1550-1563, I, II: 626) à povoação portuguesa. Mas a aprovação exigia ao recente regente de Cochim, Rama Varma, contrariar a tradição.

Talvez assim se compreenda melhor a ação de Francisco Almeida quando decidiu incendiar a povoação portuguesa. Primeiro a título de alarme, depois lavrando em chamas a igreja de S. Bartolomeu, por fim incendiando quase meia povoação. Não é explícito se terá sido esta ação do vice-rei ou a habilidade discursiva que usou com Rama Varma para o convencer de que “porque as tuas casas podem ser de pedra e telha, as que eu fizer com tua licença e vontade, tuas são, e sempre serão the o fim do mundo” (Correia, c. 1550-1563, I, II: 629), o que retirou do rei de Cochim a licença. O certo é que o aval foi dado e, em boa verdade, a permissão abrangeu não apenas a fortaleza e a igreja, mas todas as estruturas edificadas na povoação portuguesa, resguardando-se, no entretanto, a cedência relativa à telhagem.

Num procedimento e técnica que recorda o dia de fundação do primeiro núcleo português em Cochim, a 3 de Maio de 1506 teve início a construção da nova fortaleza portuguesa, “no lugar em que já estava cordeada a obra [...] [e] sem se desfazer a casa da tranqueira, que era aposento do feitor e officiaes” (Correia, c.1550-1563, I-II: 640-641).<sup>14</sup>

Indo um pouco mais além da conclusão de Pedro Dias, para quem “a primitiva paliçada foi substituída por uma estrutura mais durável” (Dias, 2009a, IX: 101), a nova fortaleza assumiu assim não apenas um carácter novo, mas uma nova implantação, ficando a sudoeste da anterior.

Definida num quadrado com lados de 50 passos (82,5m x 82,5m) era flanqueada na fachada virada à barra por cubelos quadrados erguidos até à altura do primeiro andar, que protegiam a Porta do Mar, “e d’ahy pera cyma oitavados, cada hum de dous sobrados” (Correia, c.1550-1563, I, II: 640). As paredes estavam rematadas por ameias cobertas por pasta de chumbo, e nas esquinas do muro voltado à povoação foram construídas três torres: as dos flancos com uma altura de dois andares, e a outra, disposta a meio do muro onde possivelmente estaria resguardada a Porta de Terra, com uma altura que correspondia ao primeiro piso. As torres estavam ligadas por varandas

---

<sup>14</sup> Segundo Castanheda, não só o cordeamento tinha sido começado, como os próprios alicerces e uma “torre de madeira no passo do vao” (Castanheda, 1551-1561, II: 41). Apesar do texto de Castanheda ser difícil de computar com o de Gaspar Correia e os mais recentes estudos sobre Cochim, já que coloca estes acontecimentos em outubro de 1506 e aponta para que as obras tenham arrancado secretamente pela mão do feitor de Cochim, apoia a conclusão de que a fortaleza agora começada não se implantou no mesmo lugar da anterior. De qualquer maneira, a tal “torre de madeira” deverá corresponder a uma primeira estrutura da fortaleza, visto páginas à frente Castanheda referir que o tempo para as obras da mesma foi curto, por se terem achados “feytos os alicesses, & algũa cousa das paredes como ja disse. E assi [o vice-rei] deixou começada hũa fortaleza de madeira no passo do vao” (Castanheda, 1551-1561, II: 57). O que é comum nos dois cronistas é, sem dúvida, o carácter urgente em volta da obra. Por isso, além de todas as razões que apontámos no texto, importa deixar aqui esclarecido que 1506 (para Castanheda, 1505 para Barros e Pius Malekandathil), foi um ano algo conturbado para a corte de Cochim. Por volta de outubro, o regente recolheu-se para o pagode em *Vypin*, sucedendo-lhe ao trono um sobrinho, Unnirama Koil Tirumulpad. Apesar do novo regente ser aliado dos portugueses, o feitor de Cochim confessou a Francisco de Almeida que desconfiava que esta amizade se pudesse manter (Castanheda, 1551-1561, II: 40). Assim se percebe, independentemente da incerteza da data, o quão essencial era o alicerçar a presença portuguesa no lugar.

interiores que eram ao mesmo tempo os tectos das compartimentações internas à cerca murada, destinadas à armazenagem de mercadorias, deixando-se os pisos superiores para os aposentos do Capitão, do Alcaide-mor, e respectivas companhias.

À semelhança da composição da malha urbana fundacional, a fortaleza, em conjunto com a nova igreja dedicada a Santa Cruz, que por esta altura se começou a construir,<sup>15</sup> definiam a zona da ribeira para a variação das naus.

A concretização do desígnio de Francisco de Almeida induzia desta feita a transformação da povoação portuguesa de Cochim em algo próximo a um município. Não foi sem motivo que junto à Porta de Terra da fortaleza se reservou um espaço onde “fizerão grande alpendurada, com bancos e assentos lavrados muy concertados, onde sempre toda’ gente estavam tomando a viração, onde o mais do tempo estava o Visorey com os fidalgos” (Correia, c.1550-1563, I, II: 641).

Tipologia que nos recorda um pormenor, assinalado pela historiadora Luísa Trindade (2013: 636), incluído pelo debuxador das fortificações da raia de Portugal, no início do século XVI, Duarte de Armas, numa das vistas que fez de Ouguela, precisamente legendado com: “aquj fazem audiencya”. O que, de forma invariável, nos remete para o tema da tipologia dos Paços do Concelho e Casas da Câmara no período tardo-medieval português, onde se exercia a gestão concelhia (Trindade, 2013: 613-661; Trindade, 2012; Trindade e Cabral, 2014).

Para o caso de Cochim, o cronista João de Barros completa a descrição aproximando o carácter do espaço da “ramada” a um terreiro aberto entre a porta da fortaleza e a fachada

---

<sup>15</sup> Correia, c. 1550-1563, I, II: 627.



principal da “jgreja dos nóssos com hum estrádo alcatifádo e paramentado de pannos e bandeiras de séda” (Barros, 1562-1615, I, IX: 364).

Gaspar Correia chega mesmo a registar que logo em 1506, o vice-rei se reuniu com os fidalgos e os oficiais “na ramada á porta da fortaleza” (Correia, c. 1550-1563, I, II: 656) para discutir assuntos relacionados com a vida civil de Cochim, como sobre as lides dos mercadores vindos do reino que podiam interferir com a governação dos moradores. Era ainda debaixo da “ramada” que Francisco de Almeida discursava, explicava estratégias políticas e militares e aguardava com os fidalgos a chegada dos capitães das armadas vindas do reino ou das pelejas pela Ásia (Correia, c. 1550-1563, I, II: 734).

Este espaço terá adquirido uma conotação municipal tal que o baluarte fronteiro, construído mais tarde, ganhou o nome de Baluarte da Cidade, já para não falar que a própria povoação tomou o nome do templo de Santa Cruz.<sup>16</sup>

Sobre o casario, tendo em conta o forte terramoto que João de Barros situa em julho de 1507, poucas terão sido as construções em pedra e cal nesta altura. O argumento prende-se exclusivamente com o silêncio dos outros cronistas em relação ao fenómeno e às suas consequências na cidade de Cochim. Bem como no espanto de João de Barros quando supôs que “se ouuera naquelle tempo os edificios de pédra & cal q agora há sempre cairã muyta páрте delles” (Barros, 1562-1615, II, I: 24).

Também a igreja de Santa Cruz suporta esta dedução já que é prova desta mesma particularidade material. Corrobora-o as múltiplas tentativas que desde Afonso de Albuquerque se fizeram na reconstrução do templo em pedra, cal e telha.

---

<sup>16</sup> A primeira vez que nos deparámos com a menção ao topónimo *Santa Cruz de Cochim* é efetivamente numa das cartas de Afonso de Albuquerque, quem, anos antes, nomeara a povoação de *Manuel*. O que significa que a nova designação estava formalizada, não obstante a sua frequente abreviação para *Cochim*. Veja-se Pato; Mendonça, 1884-1935, II: 383.

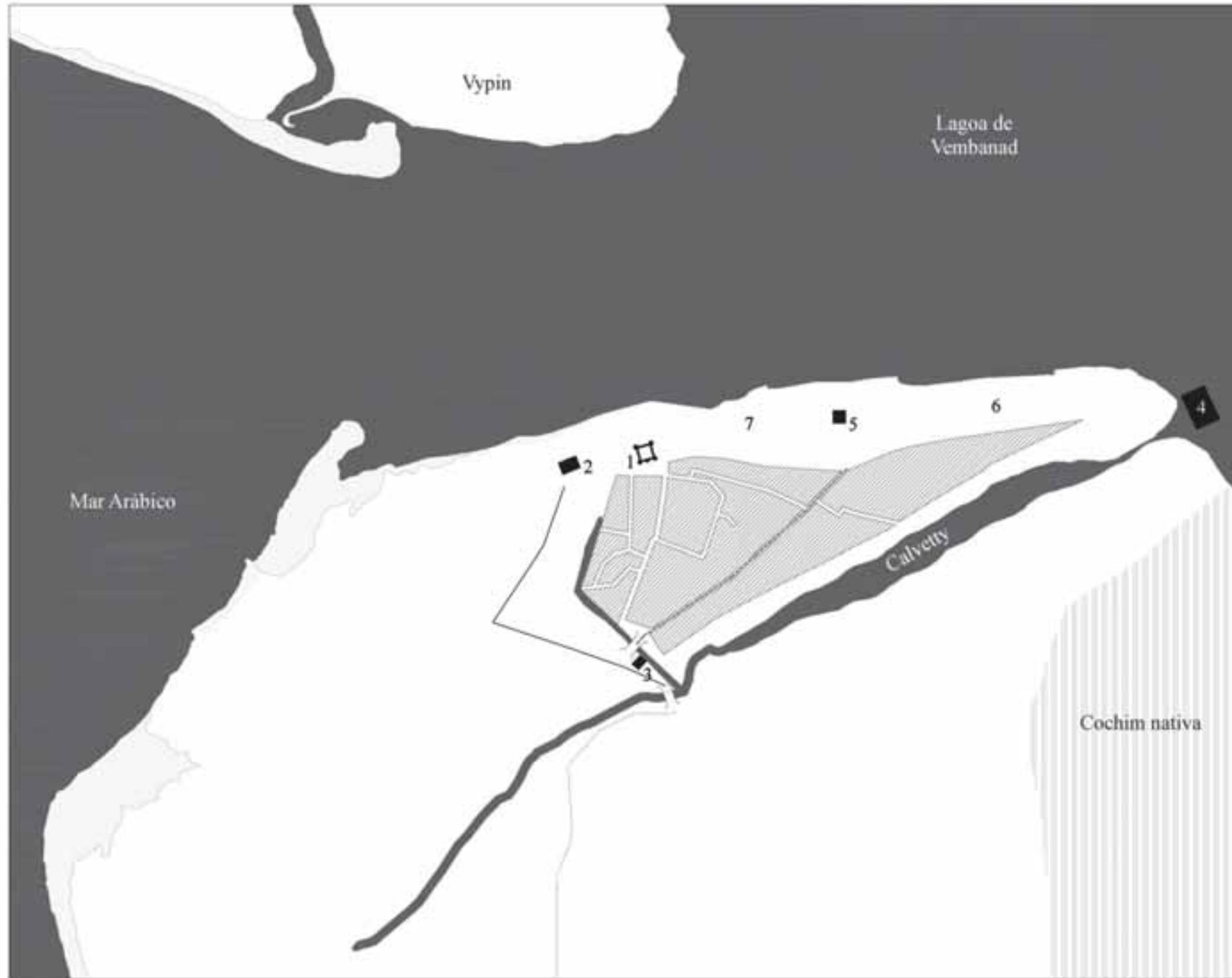
Um aspecto formal relativo ao casario é o alinhamento, lado a lado, dos lotes de habitação. Não é uma característica referida *per se*, mas que um excerto referente ao ano de 1510, da crónica de Castanheda, incidentalmente dá conta ao mesmo tempo que confirma as estruturas construtivas em madeira.

Segundo o cronista alguns dos homens portugueses tinham por costume à noite “roubar” moças nobres destinadas ao serviço da rainha. Faziam-no “por hũa casa a que hião ter da em que pousauão per hũa tauoa que tirauão dhũ repartimento q as repartia” (Castanheda, 1551-1561, III: 92). Esta artimanha só era possível se os lotes tivessem paredes comuns, como era a situação da casa de Duarte de Lemos que “pousava e hũa casa pegada com a torre em que estauão as moças” (Castanheda, 1551-1561, III: 91-92).

Uma outra particularidade deste excerto relativo ao tipo arquitetónico é o facto de as ditas moças estarem reservadas numa “torre”. Não é explícito se se tratava de uma casa torre, uma casa com torre ou, ainda, se uma parte da fortaleza, sendo esta última hipótese menos provável, visto que a fortaleza era uma construção independente e nesse caso não era possível ter uma relação tão estrita com as restantes edificações.

# SANTA CRUZ DE COCHIM

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1505-1506



- Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
- Equipamentos (1. Forte Manuel; 2. igreja de Santa Cruz; 3. igreja de Nossa Senhora de Guadalupe; 4. Cais da Pimenta; 5. Casa da Tranqueira; 6. Ribeira; 7. Praça)
- Traçado hipotético do eixo principal
- Traçado hipotético da rua de Guadalupe
- Traçado da estrada de acesso a Cochim nativa



10 50 100 500 750

Escala gráfica: 1:7 500



### *1.7. parênteses para o Castello de Cyma*

Não podemos deixar passar o ano de 1507 incólume quanto a um outro momento arquitetónico. Não que diga respeito ao desenvolvimento urbano de Cochim, mas porque foi um *passo* da presença portuguesa, se o lermos na perspetiva da extraterritorialidade. E porque sustenta, também,<sup>17</sup> que a permissão do rajá de Cochim para com a presença portuguesa não foi de todo gratuita.

Além de todos os laços comerciais e apoio militar que a historiografia sublinha terem existido, a diplomacia funciona para ambos os lados, e uma das retribuições que o rajá de Cochim pediu a Francisco de Almeida temendo uma possível invasão do Samorim de Calecut<sup>18</sup> foi a construção do *Castello de Cyma*.

Tratou-se de “hum castello forte [assente] na estrema de dous rios principais, que vinhão de Cranganor e da parte de Cochym, e aly se estremavão, que era o principal passo per que o rey de Calecut quisera passar” (Correia, c. 1550-1563, I, II: 737).

Esta estrutura encontra-se assinalada na *Taboa da ilha de Cochim con o sertan de angamale dos christanos de San Tome* incluída no Atlas-Miscelânea, publicada na obra de José Manuel Garcia, onde existe uma breve nota sobre a torre (Garcia, 2009: 149).

Ao jeito de casa forte sobradada, desde o primeiro momento ficou ao encargo da milícia e governo portugueses, com o apontamento de Luís Alvares para a capitania e mais alguns homens para a sua defesa. As próprias despesas de construção e de manutenção

---

<sup>17</sup> De acordo com o estudo de Pius Malekandathil, depois da chegada de Francisco de Almeida, o monarca português pagava uma anuidade (*copas*) de 640 cruzados pela terra onde se estabeleceu o forte e depois a povoação portuguesa. Este pagamento fazia parte de um acordo de cooperação entre as partes régias, ou como notou o autor, dado o incumprimento da parte portuguesa relativa aos empréstimos e créditos concedidos de que por certo não terá escapado este “arrendamento” de espaço, “to a certain degree of “patronage” extended by the king of Cochin” (Malekandathil, 1998: 60-61).

<sup>18</sup> Temia-se uma entrada das forças militarizadas do Samorim de Calecute pelo passo de *Palembang*, ou *Palimbão* como aparece nalguns documentos, depois de ter tentado entrar pelo passo de *Colambão*. No plano da estratégia militar, o passo de *Palembang* era um ponto fraco para Cochim, dado o apoio do Rei de Repelim ao Samorim.

do posto ficaram ao encargo do erário régio. E uns anos mais tarde (não podemos precisar quando) existia na sua proximidade uma ermida dos Reis Magos, que continuava a constar no regimento da cidade de Cochim feito pelo vice-rei António de Noronha em 1565 (Rego, 1947-1959, IX: 591).



Taboa da ilha de Cochim con o sertan de angamale dos christanos de San Tome. Autor anónimo, *Atlas-miscelanea*, c. 1612-1623 ou 1629. (s.d). A carta encontra-se publicada em Garcia, 2009.

Mas o que o rajá de Cochim entendeu como “grandezas de amizade” (Correia, c. 1550-1561, I, II: 738) foi, no fundo, uma maneira de alicerçar no território a presença portuguesa, débil pelas insistentes investidas do Samorim. Castanheda chegou mesmo a declarar que “ho gasto do castelo de cima de Cochim que não sostinha se não por amor da guerra de Calicut” (Castanheda, 1551-1561: III, CXXII: 413).

No plano do auxílio político o *Castello de Cyma* foi igualmente útil ao alargamento da presença portuguesa para o norte de Cochim. Depois do *Castello de Cyma* seguiu-se o projeto de construção de uma fortaleza em Cranganor.

Com uma base sólida em Cochim e estruturas fortificadas em Cananor, Cranganor e no *passo* de Cochim apertava-se cada vez mais o cerco ao Samorim de Calecute, bem como aos portos com presença árabe transportadores da pimenta via a Meca.

O *Passo do Castello de Cyma*<sup>19</sup> (como também é conhecido), seguindo de perto a referência do historiador Rafael Moreira (1995: 401-402), julgamos ser uma primeira estrutura que veio a constituir-se a base da estrutura militar identificada como a *Torre em Paliporto (Palliport/Pallipuram)*<sup>20</sup> construída em 1530. Ou, sendo o texto congruente com a nossa hipóteses, reconstruída.

Esta torre servia múltiplos propósitos, tamponando não só as investidas dos mouros de Calecute como a passagem da pimenta para o estado do Samorim via Cranganor.

Propósitos que sempre veio a servir.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> Esta suposição não vai ao encontro do que julgou Hélder Carita. Para o historiador, a *Fortaleza de Cima de Cochim*, como a designa, tratou-se de uma estrutura militar construída na zona sul de Cochim (Carita, 2005: 107).

<sup>20</sup> Veja-se *Torre, Pallipuram* em [www.hpip.org](http://www.hpip.org).

<sup>21</sup> Encontramos uma pequena nota sobre esta torre nos apontamentos de Visscher, que lhe confirma o caráter de vigia mesmo após a capitulação de Cochim para os holandeses: “The station of Paliport is in the same province [Cranganor]; it is situated at the mouth of the river Cangranoor, which falls into the sea three miles away from the town of the same name, and takes its name from a strong quay which was formerly garrisoned, but is now abandoned, as there is no enemy to be feared in the neighbourhood; and the place is only tenanted by a corporal and few black soldiers. Like other forts it is used as a preventive station” (Visscher, 1743: 25).

### *1.8. a fortaleza Manuel e a povoação de Santa Cruz de Cochim (continuação)*

Bem afastada da centralidade urbana, no extremo mais noroeste da povoação, foi começada por volta de 1509 a ermida da Madre de Deus por iniciativa de um capitão e fidalgo da família Mendonça.<sup>22</sup>

Ainda por esta altura devido à grande mortalidade dos homens (por guerras, na travessia das armadas, pelo clima e alimentação local) Francisco de Almeida decidiu construir um hospital, ou um edifício que pudesse acomodar tal função. Provavelmente tratou-se daquele que mais tarde surgirá na cartografia como Hospital dos Pobres. Concorrem para esta suspeita dois documentos. A carta de Gonçalo Fernandes de 17/11/1506 que atesta que:

mas poque a fabrica desta casa tam asinha nom pode em seu começo ser feita como elle desejava, agora deus querendo a faz de melhor materia, em maneira que por hedificio bom he hordenança de cousas seja trazida em perpetuidade (...) E porque senhor a gente desta terra [conversos] he muy prove [...] asy que destes adoecendo alguuns, ou sendo em necessidade, ho viso rey os manda prover de mesinhas e mantimento deste esprital tanto quanto he necesario, ou acolher nelle se elles querem, em maneira que elles sam muy consolados e prouidos [...] E esta maneira senhor he a que se tem por mandado do viso rey neste **sprital de santa cruz de quochym** (Pato e Mendonça, 1884-1938, II: 382- 383, destaque nosso).

A carta de Afonso de Albuquerque de 25/10/1514 onde o governador declarou que mandou construir um novo hospital junto à fortaleza, ocupando para tal alguns dos lotes que pertenciam a António Real (talvez como forma de punição, como veremos adiante),

---

<sup>22</sup> Correia, c. 1550.1561: 60; Wicki, 1948-1988, I: 521



e que mais tarde estarão legendados enquanto Hospital Real (Pato e Mendonça, 1884-1935, I: 382).

Logo após a conquista de Goa a preservação da cidade de Cochim foi equacionada. Numa correspondência trocada entre Afonso de Albuquerque e Lopo de Azevedo acerca da conquista, Albuquerque inquire Azevedo sobre a importância de continuar com as obras da fortaleza de Cochim: “tambem quer saber sua alteza se o castelo manuel se deve se soster e defender ou se he pouco necessaryo”. A resposta de Lopo de Azevedo é categórica: “quanto he ao castello manuell parece-me que se deve soster até ser feito e fyrme ho de calecut, porque o outro feito este me parece nom ser necessaryo” (Pato e Mendonça, 1884-1935, II: 36-37).

A história tornou claro que a hipótese de abandonar Cochim em prol de Calecute não logrou. Do ponto de vista da urbanização houve inclusive um grande desenvolvimento na instalação portuguesa, por esta altura habitada por cerca de 58 *casados* portugueses (Rego, 1947-1959, I: 232-239).

Poucos anos mais tarde o próprio monarca (provavelmente informado pelos apontamentos que lhe chegavam da Índia) queixou-se sobre a configuração da fortaleza edificada no vice-reinado de Francisco de Almeida, considerando que não tinha a dimensão pretendida.<sup>23</sup> Afonso de Albuquerque era da mesma opinião, tomando o assunto em mãos, como se percebe pela carta que escreveu ao monarca:

---

<sup>23</sup> Esta apreciação do monarca pode ser reflexo da sua avaliação consoante as normas e regulamentações que se sumariavam no reino no *Regimento de como os contadores das comarcas hao de prover sobre as capelas ospitales albergarias...* (1514), assinado pela pena de André Pyres. De acordo com o estudo de Hélder Carita, este regimento “regularizava não só a recolha do imposto régio da *terça*, como as obras pagas por este imposto, que, por sua vez, englobavam um alargado conjunto de construções relacionadas com defesas militares do reino” (Carita, 2005: 112).

vay em quadra hum pouco perlomgada pera onde estam as naos, e vem emtestar no muro da mesma forteleza, de maneyra que os cubelos da forteleza guardam a forteleza e os lamços do albacar, porque os corre a artelharia de lomgo a lomgo; faço lhe hũa porta pera ho mar e outra pera as naos, e faço lhe dous cubelos nos dous cantos que vay pera a bamda das naos; ey de fazer cimqo naves de casas ao travees deste albacar, com as portas pera a bamda do mar; as quatro sam pera as mercadarias, e hũa pera ho almazem (...) estas cimqo naves am de ser de call e camto, cubertas de chumbo. [...] faço fundamento de fazer a torre da menajem desta forteleza pegada no mar, no baluarte que está sobre a porta do castelo, ho quall baluarte tem hum soo sobrado (...) e fica asy a forteleza desta maneira que dito tenho, de bõoa gramdura, e ho corpo e cerqua dela primeiro fica por apartado (Pato e Mendonça, 1884-1935, I: 76-77).

O plano alargava-se ainda ao exterior da forteleza, tendo-se como intenção a reconstrução da igreja de Santa Cruz de forma a ampliá-la e a substituir-lhe a estrutura em madeira e cobertura em ola, por pedra, cal e telhas, e a construção de um hospital a ser edificado perto da igreja. Nenhuma destas obras teve efeito pelo menos até 1514.

Mesmo com diretrizes precisas e rubricadas acerca das medições, implantações, materiais e responsáveis (o alcaide-mor António Real e o feitor Lourenço Moreno),<sup>24</sup> a partida de Albuquerque para a conquista de Malaca em 1511 impediu-lhe a sistemática supervisão das empreitadas. Quando regressou dois anos depois, “nam achey nada feito,

---

<sup>24</sup> Pedro Dias adianta mesmo o nome dos mestres-de-obras: João Banha, Pêro Vitório e Gaspar Pereira (Dias, 2009a, IX: 101-102). Mas em nome do rigor, convém fazer-se uma ressalva. As fontes a que o autor recorreu, nomeadamente a inquirição levantada pelo capitão de Cochim, Jorge Barreto, em 22 de fevereiro de 1509 (Pato e Mendonça, 1884-1935, II: 430-439), apesar de confirmar João Banha enquanto mestre das casas de Cochim e Pêro Vitório como mestre dos pedreiros, as intervenções a que alui são as obras da *Ribeira* e da casa forte realizadas, pelo menos, até 1509. Por esta razão não podemos afirmar em absoluto que eram estes os homens encarregados de executar o que Albuquerque confiou a António Real e Lourenço Moreno. Contudo é bem provável que o fossem, visto que António Real era já alcaide mor em 1509. Outrossim faz todo o sentido que o governador empregasse a mesma corporação de homens que vinha realizando os trabalhos e que segundo as testemunhas asseveram quase em unísono que “nunca se dera tall aviamento como este ano [1509], nem as obras foram em tanto crescimento” (Pato e Mendonça, 1884-1935, II: 433). Em relação a Gaspar Pereira não encontrámos nenhum documento que comprove a sua participação. O único documento a que tivemos acesso seguindo as referências computadas por Pedro Dias foi a entrada no *Diccionario Historico e Documental dos Architectos...*, de Sousa Viterbo. Mas o Gaspar Pereira a que respeito foi um dos arrematantes da obra da ponte de Benavente levada a leilão por volta de 1603 (Viterbo, 1899-1922, II: 247).

nem pedra, nem call, nem dinheiro” (Pato e Mendonça, 1884-1935, I: 298-299). Nomeadamente António Real tomou para si parte da cal e da pedra para aplicar “nas paredes e cisternas de trigo das casas que (...) começava a fazer” (Pato e Mendonça, 1884-1935, I: 299). Albuquerque decidiu então construir o hospital<sup>25</sup> nestas tais casas começadas por António Real, e ordenou a construção da igreja “logo alem do espitall hum pouco”.

Na proximidade da igreja de Santa Cruz começaram também as obras para a nova igreja de S. Bartolomeu, conquanto o santo nunca tenha abandonado o lugar original já que em 1518 foi pedido um retábulo para o altar que lhe foi dedicado (Rego, 1947-1959, I: 342).

A obstinação de Albuquerque para a conclusão do seu plano não se esgotou na obrigatoriedade que agora lhe reafirmava. O próprio desacerto de contas entre a feitoria e os telheiros existentes em Cochim foi saldado.<sup>26</sup> O que poderá ter significado uma tentativa do governador para se munir de toda a mão de obra e materiais necessários.

Há ainda a informação que Afonso de Albuquerque, por mercê concedida pelo rei, deu uma ajuda monetária a um particular convertido para uma casa: “a gracya que se ora tornou novamete xpão dous mil rreaes pera ajuda de hua casa e hua mea patola de çeda de que lhe faço merçe em nome delRey noso senhor” (Pato e Mendonça, 1888-1935, VI: 199).

Um exame à disposição dos elementos no espaço urbanizado esclarece que não foi intenção do governador estender a urbanização muito mais para sul do que aquela que já

---

<sup>25</sup> Trata-se do Hospital Real que em 1545 estava definitivamente implantado neste lugar. Veja-se Rego, 1947-1959, II: 331.

<sup>26</sup> Por carta datada de Julho de 1514, Dom Garcia a mando do governador exigia ao almoxarife dos mantimentos que pagasse “a Joam diaz e a Joam de penaverde telheiros (...) a rezam de XX reaes cada huú por dia que lhe nam foram pagos na feitoria por hy nam aver dinheiro delRey” (Pato; Mendonça, VI: 106).

existia, sim, enriquecer o centro urbano estabelecido em torno da fortaleza. Exceção feita à capela de S. Sebastião que ocuparia um espaço vacante entre a fortaleza e o Peso da Pimenta.

Decorridos alguns anos, com o crescimento da população<sup>27</sup> e a criação de outras infraestruturas (a Misericórdia (1517)<sup>28</sup>, a capela de Nossa Senhora da Conceição (1518)<sup>29</sup> e o mosteiro de Santo António dos franciscanos (1523)<sup>30</sup>), a convergência manteve-se. Mas a povoação, e com ela a urbanização, começou a crescer do núcleo instalado no limite de *Calvetty* em direção ao mar, como a instalação do Hospital Real já sugeria, tomando o alinhamento da rua de Guadalupe como eixo, o que, por certo, terá obrigado à definição de um novo arruamento; depois para sul, com a construção do

---

<sup>27</sup> De acordo com o estudo de Charles Dias que se reporta a dados apresentados por Malekandathil: “Lazarus Nurnberger who visited Cochin in 1517 wrote that this city there were about 300 Portuguese houses. There were also residences of many native Christians in the city” (Dias, 2009: 140).

<sup>28</sup> Sabemos da data de fundação do prédio da Misericórdia pelo conteúdo de uma carta escrita em 1547: “Esta Casa a pasamte de trimta annos que he principiada e temos (?) que se cumpre inteiramente as obras da Samta Misericordia”. Da mesma carta sabe-se que o edifício incluía uma capela: “não esta provida de retavolos, de que ella tem muita necessidade, a saber, hum pera a capela do altar mor” (Rego, 1947-1959, III: 446).

<sup>29</sup> Não temos qualquer referência quanto à implantação desta igreja. Mas a análise da evolução da morfologia urbana leva-nos a crer que terá sido junto do casario. Pesa também o que retirámos da documentação compilada por Silva Rego. As obras da Misericórdia estavam a ser ordenadas pelas mulheres locais, confrades de Nossa Senhora do Rosário. A devoção destas mulheres era tal que “Biatriz de Quental manda fazer huma casa nesta cidade de Cochym a louvor da Conceçam de Nossa Senhora, que lhe custara, segundo dizem os mestres, 300 cruzados” (Rego, 1947-1959, I: 341), podendo até ter-se tratado de uma capela particular. No entanto, segundo uma carta do vigário de Cochim ao monarca português, esta mesma capela recebia excepcionalmente por indicação do vigário a missa de terça, estando presentes além das confrades “todos os capitaees e pessoas principaees” (Rego, 1947-1959, I: 342). Situação que deverá ter contribuído para ao desconforto das confrades que se “agravam muito das cousas que lhe fazem, principalmente de lhe tomarem as suas casas pera aposentamento de vosas gentes e asy de vosas justiças entenderem em cousas suas, porque ate aquy nam entenderam senom ho cura da Igreja” (Rego, 1947-1959, I: 341). Outra informação incluída na documentação tratada por Silva Rego relativamente à confraria do Rosário leva-nos a considerar que a capela se possa ter localizado algures entre Nossa Senhora de Guadalupe e o mosteiro de S. Domingos construído cerca de 30 anos mais tarde, e ter sido integrada no complexo. Pois existe a informação que quando o convento dominicano foi fundado havia no lugar “huma confraria dos homens mallavares, christãos de Nossa Senhora do Rosario” (Rego, 1947-1959, VI: 165). De qualquer das formas, o convento localizou-se perto da igreja de Nossa Senhora do Rosário, e a capela homónima terá existido uma vez que deu origem a uma freguesia do mesmo nome.

<sup>30</sup> Em 1525 os frades franciscanos procediam ainda à construção do seu mosteiro: “N’este inuerno ouverão os frades á mão hum frade que andaua amontoado na serra, que elles mandarão a comprar madeira e a fazer trazer per’ as obras do seu mosteiro” (Correia, c. 1550-1563, II, II: 930). Por aqui depreendemos que a construção da casa manteve a tradição de Cochim, recorrendo-se a materiais disponíveis e de certa forma, elementares, que conferiam à arquitetura um carácter provisório ou tosco.

mosteiro franciscano, Santo António, que durante pouco tempo se manteve uma estrutura isolada no terreno, se é que algum dia a foi de todo.<sup>31</sup>

A análise morfológica que, por oposição aos quarteirões junto ao Hospital dos Pobres, dá conta de uma composição regular, tanto na forma dos quarteirões, quanto na marcação dos arruamentos que se hierarquizam em ruas e travessas perpendiculares, aponta para uma urbanização feita a um mesmo tempo ou num breve espaço de tempo. Aqui, além da linha da praia, o terreno não tinha qualquer acidente natural, pelo que a implementação de um plano regular é a resposta mais prática, mas também a mais intuitiva, em especial, quando lida na relação do eixo da rua de Guadalupe, a igreja de Santa Cruz e a fortaleza, que começaram a impor, com o Hospital Real e a Misericórdia, um eixo essencial à povoação. O mesmo que dará origem à rua Direita e hoje detetável na *KB Jacob Road*, que tem uma largura maior que o restante arruamento de Cochim.

A tendência dos governantes de regulamentar a confluência das infraestruturas principais verso a fortaleza, bem como a composição do espaço urbanizado e estruturas, lê-se, ainda, na decisão de construção da primeira cerca urbana pelo governador Henrique de Meneses em 1525. À semelhança de Albuquerque, o novo governador propunha no terreno uma reacomodação da povoação com vista ao enquadramento da mancha urbana e populacional. A tentativa (pois não passou disso mesmo) não punha em questão a redefinição da área ocupada, mas uma nova estratégia de ocupação alicerçada numa concepção de espaço urbanizado cercado. A povoação ganhava, assim, um limite físico além daqueles que a geografia impunha e uma fronteira reconhecível, estabelecida na paisagem tanto a nível material quanto visual.

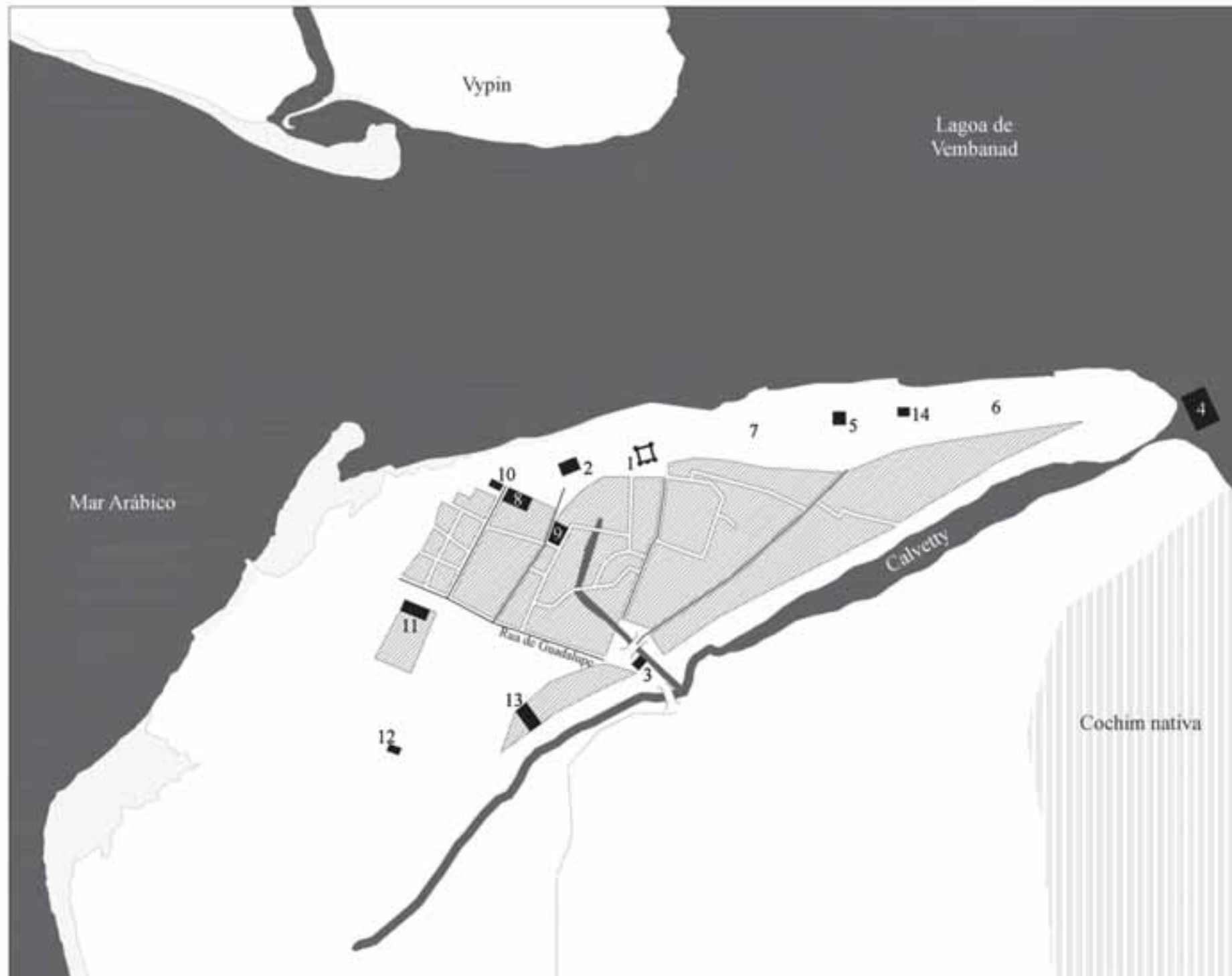
---

<sup>31</sup> Ver nota de rodapé anterior.



# SANTA CRUZ DE COCHIM

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1506-1525



- Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
- Equipamentos (1. Forte Manuel; 2. igreja de Santa Cruz; 3. igreja de Nossa Senhora de Guadalupe; 4. Cais da Pimenta; 5. Casa da Tranqueira; 6. Ribeira; 7. Praça; 8. Hospital Real; 9. Misericórdia; 10. igreja de S. Bartolomeu; 11. mosteiro de Santo António; 12. igreja da Madre de Deus; 13. Hospital dos Pobres; 14. igreja de São Sebastião)
- Traçado dos eixos viários principais
- Traçado da estrada de acesso a Cochim nativa







O plano de Meneses de cercar a povoação<sup>32</sup> surge depois de uma desavença entre o governador e o *caimal* (homem nobre) da corte do rajá (Correia, c.1550-1563, II, II: 919-928), que mereceu a intervenção do soberano de Cochim de forma a apaziguar a fúria do *caimal* para com os portugueses e não começar logo ali uma rebelião. À revelia da opinião dos moradores fidalgos (o que lhe valeu a fama de ter mau temperamento),<sup>33</sup> do rajá, a quem as obras de grande envergadura ainda tinham de obter aval para serem executadas, e do próprio rei de Portugal,<sup>34</sup> Henrique de Meneses,

mandou vir os alifantes, e d'ally da ygreia [de Nossa Senhora de Guadalupe], atravessando por fóra da povoação dereito á cerca do mosteiro de santo António, mandou aos alifantes hir derrubando tapigos, destroyndo quintaes, derrubando casas de madeira, fazendo largura de meo jogo de bola, cortando palmeiras e arvores (Correia, c. 1550-1563, II, II: 929).

A intenção era fazer “huma parede até Santo António, com portas fechadas, porque algum roym nom venha de noite a fazer mal, como outro dia quisera fazer o *caimal*”

---

<sup>32</sup> Seguindo a crónica de Correia percebe-se como a decisão foi individual e tomada no calor do momento: “dando muyta culpa aos Governadores passados nom fazer cerca de muro a Cochym, com que estiuera seguro de taes aquecimentos. Ao que Francisco Pereyra lhe respondeo: «Senhor, dai ó démo a terra que nom ha de estar segura senão polas armas. Que melhor muro pudéra ter Cochym que a tão verdadeira boa amizade que nos tem EIREy de Cochym? Sejamos nós bons e façamos o que deuemos, que são milhores muros que de pedra, e portas fechadas.». Mas o Governador fiqou com muyta vontade que auia de cerquar Cochym; porque este comprimento que fez ouve por grande afronta sua, porque fôra por elle causado, que bem sabia que todos n'ysto forão contra elle.” (Correia, c. 1550-1563 II, II: 928).

<sup>33</sup> É curioso o que Gaspar Correia escreve acerca da relação entre o governador e a fidalguia de Cochim, tal como com a restante população: “Mostrauase grandioso no que mandaua, muy isento, nom fazendo tanta estima dos fidalgos como estaua em costume dos Governadores passados, e nom tinha com elles abyldades nem praticas, e se lhes mostraua sequo; o que elle fazia porque sabia que nom erão vertuosos, antes viciosos em males de que usauão como homens valerosos nos feitos da guerra; e porque o Governador lhes conhecia estas opiniões lhas queria abaixar, com mostrar que os nom auia mister, e se mostraua muyto amigo do pouo e soldados (...) polo que o pouo estaua muyto bem com o Governador e os fidalgos descontentes” (Correia, c. 1550-1563, II, II: 919).

<sup>34</sup> “O Governador, nom o perguntando aos fidalgos, o movia em pratica, dizendo se Cochym fosse cerquado de muro estaria seguro d'algum aquecimento supito, como este que se ordenava: e tambem que sendo cerquado, e fechado, nom fogeria hum malfeitor: e os fidalgos cada hum dizia seu parecer, que nom era cousa que se fizesse senão quando o mandasse ElRey de Portugal, e se o mandasse, o Governador da Índia o nom devia fazer senão muyto com o aprazimento d'ElRey de Cochym” (Correia, c. 1550-1563, II, II: 928).

Santa Cruz de Cochim, Kerala, Índia

(Correia, c. 1550-1563, II, II: 929). O que exigia, por certo, cortar a povoação a eixo, do Hospital dos Pobres a Santo António.



Cochim. Manuel Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, 1666-1675 (detalhe). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, tomo I. Proposta do limite sul da cerca pretendida pelo governador Henrique de Meneses, a tracejado branco

A definição de um limite físico concorria ainda para a fragmentação do espaço. De um lado da cerca o tecido urbanizado português, do outro o tecido urbanizado do soberano de Cochim. O cronista João de Barros também sublinha esta divisão e identificação espacial quando revela que: “Porque sendo cercado, nem Portugueses jriam a sua pouoaçam de noite afazer trauessuras, porq como fosse noite mandaria fechar as portas: né dos seus Malabares viriam a nossa pouoaçam” (Barros, 1552-1615, III, X: 261).

Mas voltando ao testemunho de Gaspar Correia, chega-nos a informação que quando o rajá de Cochim percebeu que a obra se iniciou sem o seu consentimento, mais não fez

que dizer ao governador: “Faze a parede por onde quiseres, e com o que ficar de fóra nom entendas, porque he meu; e o de demtro seja teu em quanto eu quiser” (Correia, c. 1550-1563, II, II: 929).<sup>35</sup> Estas palavras, a serem verdade, não continham uma cessão dos terrenos inclusos nos limites que o governador português decidiu traçar. A cláusula no discurso, tão implícita quanto decretória, apenas sublinha que os terrenos eram cedidos, mas não outorgados. O que reafirma o que desde o início do estabelecimento português em Cochim tinha sido acordado acerca dos limites de jurisdição de cada um dos soberanos.

Mas há uma diferença não menos importante para perceber a urbanística de Cochim nos relatos de Gaspar Correia e João de Barros sobre este assunto. Seguindo Barros, houve uma conversa prévia entre Henrique Meneses e o rajá de Cochim sobre a possibilidade de cercar a cidade, tendo o último dado autorização para a empreitada. Assim sendo, como aconteceu com a marcação dos limites para a construção da primeira fortaleza portuguesa no local, também o rajá interveio neste caso: “hum dia [o rei de Cochim] foy ter a Cochij, & andou com dom Anrique, assinando lugar per onde lhe parecia bem que fosse acerca feita” (Barros, 1552-1615, III, X: 261).

---

<sup>35</sup> Há uma diferença clara, e não menos importante para perceber a urbanística de Cochim, nos relatos de Gaspar Correia e João de Barros sobre este assunto. Seguindo Barros, houve uma conversa prévia entre Henrique Meneses e o rajá de Cochim sobre a possibilidade de cercar a cidade, tendo o último dado autorização para a empreitada. Assim sendo, como aconteceu com a marcação dos limites para a construção da primeira fortaleza portuguesa no local, também o rajá interveio neste caso: “hum dia [o rei de Cochim] foy ter a Cochij, & andou com dom Anrique, assinando lugar per onde lhe parecia bem que fosse acerca feita” (Barros, 1552-1615, III, X: 261). Discordante nos relatos de ambos os cronistas é ainda a participação do conselho da Câmara de Cochim. Gaspar Correia sublinha a não participação da elite concelhia, Barros fala que “praticado o negócio em camara assentaram os moradores de Cochji que dom Anrique tinha razam no que ordenaua: & logo daly a tres ou quatro dias, trouxeram em começo de lançamento, que entre sy lançaram pera esta obra tres mil pardaos, & o mais jriam dando como se ella fosse fazendo” (Barros, 1552-1615, III, X: 261). Porém num ponto os cronistas acordam: a obra não teve efeito. “Como dom Anrique teue a vontade del rey de Cochji pera aquella obra de cercar aquella cidade pelo lugar per onde demarcaram, mādou cortar algũas palmeiras, & derribar casas que eram impedimento, & fez os aliceças a maneira de elegimento, ate se adjuntar pedra & cal pera poer mãos á obra. A qual nam ouue effecto” (Barros, 1552-1615, III, X: 261).

Também discordante nos relatos dos cronistas é a participação do conselho da Câmara de Cochim. Gaspar Correia sublinha a não participação da elite concelhia, Barros fala que “praticado o negócio em camara assentaram os moradores de Cochji que dom Anrique tinha razam no que ordenaua: & logo daly a tres ou quatro dias, trouxeram em começo de lançamento, que entre sy lançaram pera esta obra tres mil pardaos, & o mais jriam dando como se ella fosse fazendo” (Barros, 1552-1615, III, X: 261). Porém, num ponto os cronistas acordam, a obra, que previa o corte de “algũas palmeiras, & derribar casas que eram impedimento” (Barros, 1552-1615, III, X: 261), não teve efeito.

Mas o desígnio de cerrar Cochim não parou por aqui. E não é à toa que Henrique Meneses tenha ficado o pé perante a fidalguia. Em Calecute o Samorim opunha-se à feitoria e povoação de portugueses, a ponto de neste mesmo ano a fortaleza ter sido desmantelada. Logo, se a empreitada começada do lado este da povoação se adiou para o início do verão seguinte (a qual Meneses já não chegaria a ver),<sup>36</sup> foi iniciada a construção de um muro, no lado virado à baía, mais uma vez contra todos os conselhos e ordens.

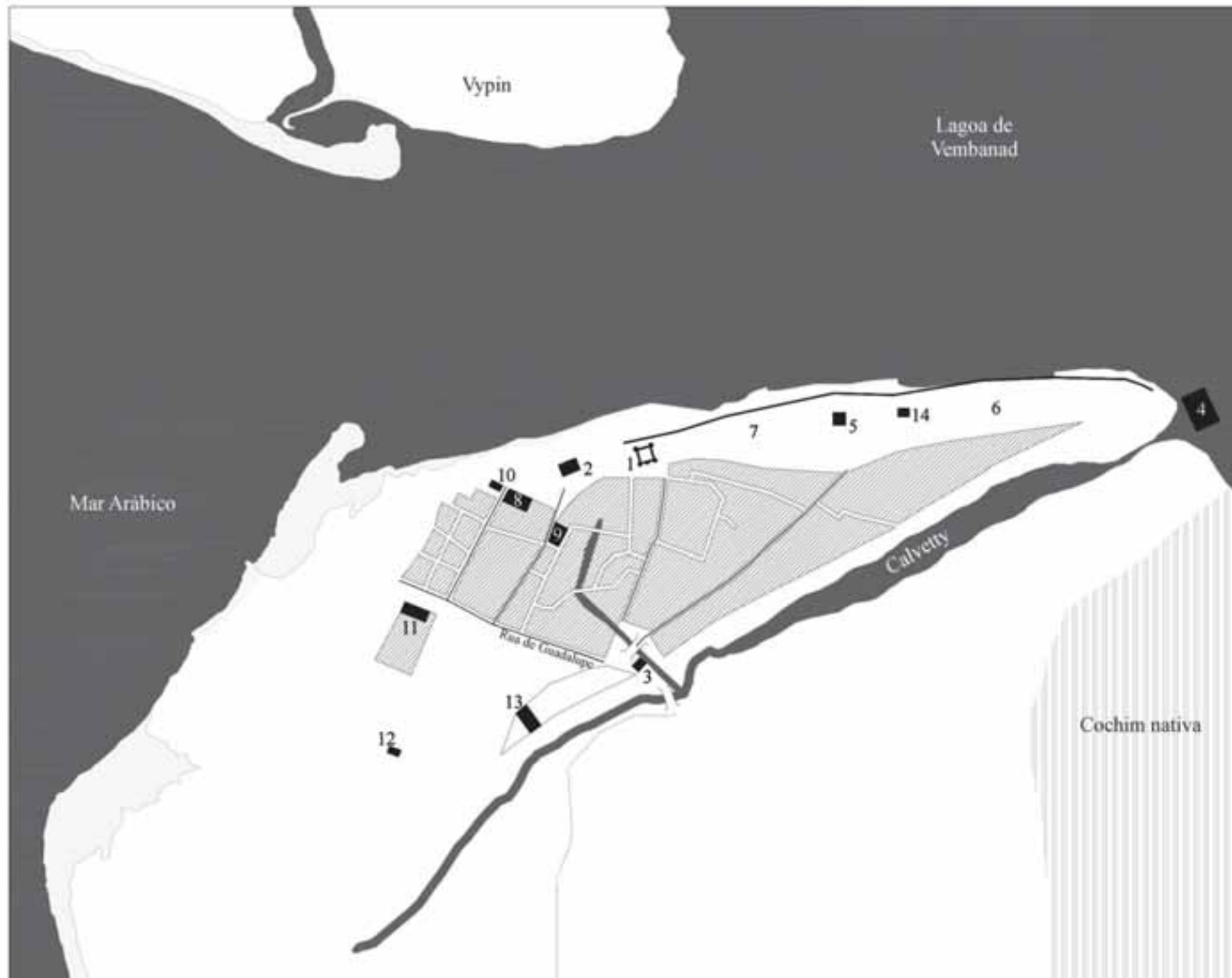
[Henrique de Meneses] entendeo mudar a cordoaria do lugar em que se fazia, e a meter na Ribeira, e mandou ao védor da fazenda que o fizesse; em que logo meteo os officiaes, e cerquou a Ribeira de longo pera a ponta que se chama do Calvete, e se fez a cordoaria cuberta de telha, forte, e com casas grandes para o recolhimento da obra feita, em que tudo se recolhia, e ficava seguro do fogo e guardado da chuva; em que podia trabalhar todo o inverno. O que foy muy bom serviço de muyto proveito; onde o Governador se mostrava acupado, com que nom entendia na cerqua, sem quebra de sua opinião; e mais logo sobreveo acupação da guerra de Calecut (Correia, c.1550-1563, II, II: 930).

---

<sup>36</sup> Henrique de Meneses faleceu em janeiro ou fevereiro de 1526, após participar no desmantelamento da feitoria portuguesa no local (Correia, c. 1550-1563, II, II: 970; Sousa, 1666-1675, I: 242).

# SANTA CRUZ DE COCHIM

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1525-1527



- Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
- Equipamentos (1. Forte Manuel; 2. igreja de Santa Cruz; 3. igreja de Nossa Senhora de Guadalupe; 4. Cais da Pimenta; 5. Casa da Tranqueira; 6. Ribeira; 7. Praça; 8. Hospital Real; 9. Misericórdia; 10. igreja de S. Bartolomeu; 11. mosteiro de Santo António; 12. igreja da Madre de Deus; 13. Hospital dos Pobres; 14. igreja de São Sebastião)
- Proposta do traçado do muro urbano
- Traçado dos eixos viários principais
- Traçado da estrada de acesso a Cochim nativa



10 50 100 500 750

Escala gráfica: 1:7 500



Não durou muito tempo até os moradores desconfiarem da eficácia defensiva desta estrutura. Talvez pelo caráter rudimentar e frágil do muro cuja obra parece ter ficado em segundo plano nas contas do erário régio destinadas a Cochim, já que o dinheiro estava a ser gasto na compra de chãos e casas com o objetivo de alargar o edifício da Misericórdia.<sup>37</sup>

Não obstante, em 1527, Afonso de Mexia (que desempenhava funções de governador a título provisório) acrescentou duas torres de dois pisos à fortaleza e uma varanda sobranceira à porta principal de onde se podia remessar artilharia (Correia, c. 1550-1563, III, I: 107). A vista de Cochim, da autoria de Manuel Godinho de Erédia, é a imagem mais próxima e com maior nível de detalhe que temos da nova fachada da fortaleza, e mostra, ao que tudo indica, que a ampliação pretendida por Albuquerque e o monarca foi concretizada.



Cochim. Manuel Godinho de Erédia, *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal*, 1610. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cart 990145.

<sup>37</sup> “E ysto pedymos a Vossa Alteza, porquanto compramos casas e chãos pera crecentar a casa, que era pequena, e a temos cage feyta mayor duas vezes do que era, por respeyto de ser tam pequena, e a gente hyr em crecymto (...) em a qual casa, que novamente fizemos, gastaremos oytocentos cruzados, pelo quall pedymos a Vossa Alteza o pagamento dos dytos soldos // que a Casa tem de esmolla e dos que ao diante mays derem” (Rego, 1947-1959, II: 114).

A intervenção de Mexia que pode ser lida como a alteração da fortaleza de último para primeiro reduto em caso de ataque, já que reuniu no seu interior os homens mais chegados a si (condestável, bombardeiros e amigos), adiou para o ano de 1529 o concerto dos muros e cubelos “da banda da cidade e de longo do mar” (Correia, c. 1550-1563, III, I: 306).

Muros que, pelo que entendemos da crónica de Correia, terão estendido para sul a obra iniciada por Henrique de Meneses, mas que em 1551 estariam já danificados ou desatualizados face à evolução da arte militar e não foram intervencionados até 1562.<sup>38</sup>

Uma estratégia mais articulada no plano da concretização de uma cerca urbana que fechasse *de jure* a cidade de Cochim só apareceu bem mais tarde e, como atesta a carta escrita ao Cardeal Infante a 29 de dezembro de 1563, por iniciativa da Câmara de moradores da cidade. O mesmo aconteceu em São Tomé de Meliapor, como veremos em capítulo próprio. Transcrevemos aqui as partes mais relevantes da carta:

Fazemos lembrança ao comde viso-rey sobre a cerqua desta cidade, ha que mostrou boa vomtade pera o fazer, como os passados, que numqua te guora se começou cousa tão necessaria, que tanto importa ao serviço de Deus e de El-Rey noso senhor e segurança desta cidade, pelo que pedimos a S. A. que espressamente mande que se faça a dita cerqua (...) pera que não acomtesa (...) o que os casados he moradores da Casa de Sam Tome, de Choromandel, como El-Rey noso senhor tera por verdadeira enfformação. Pelo que fazemos esta lembrança a V. A. que esta cidade avia de ser hum Rodes (...) e ha cidade e moradores dela se offerecem ha ajudar com o que puderem pera a dita cerqua se fazer” (Rego, 1947-1959, IX: 270).

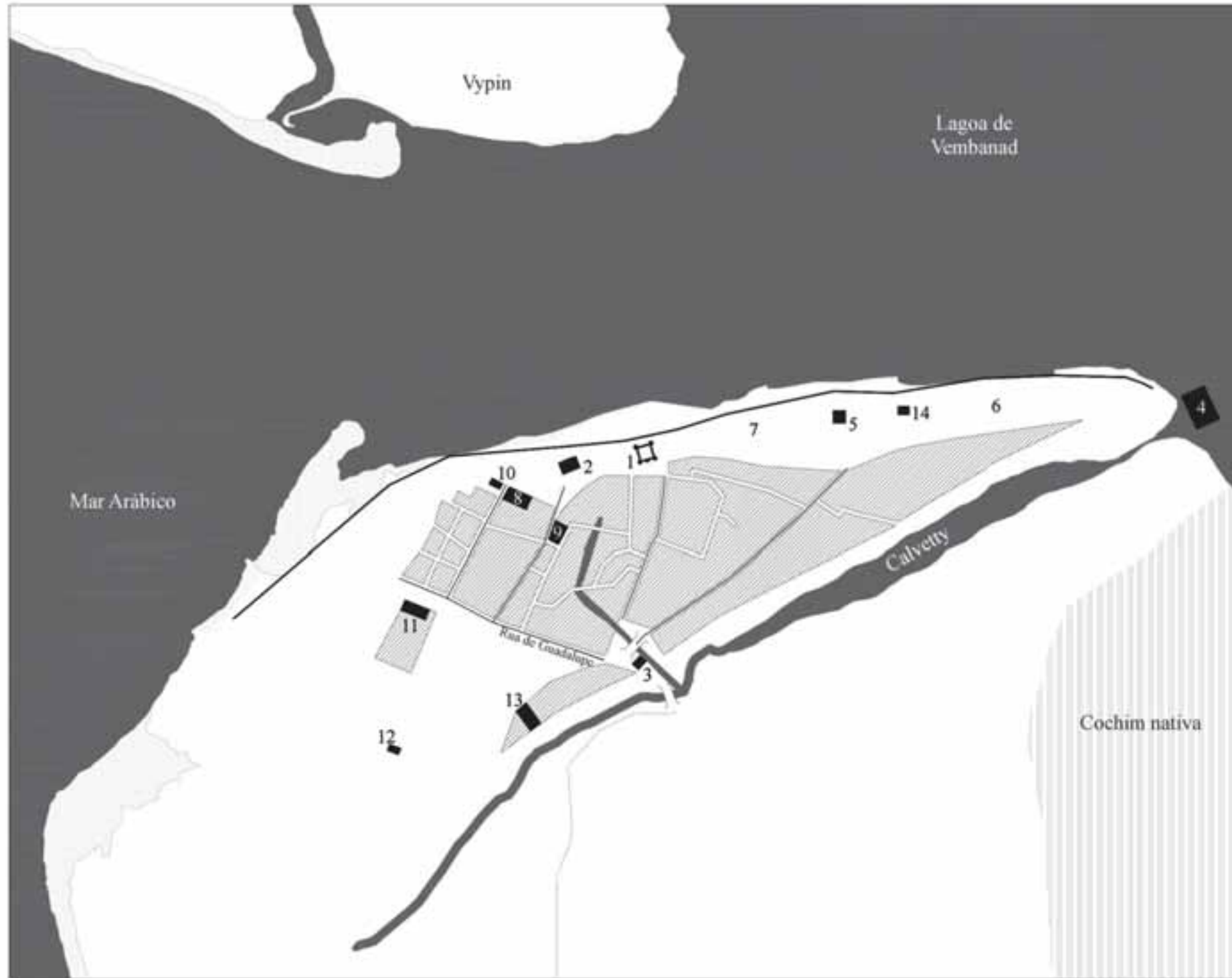
---

<sup>38</sup> Em 1562 o vice-rei Dom Afonso de Noronha passou um alvará onde reafirmou o anterior de Dom Antão de 1551, que proibia a venda ou doação de chãos desde as casas de Francisco da Maia ao Cais do Peso. Em causa estava a salvaguarda e desobstrução dos muros que se planeavam fazer ao longo do mar. Ora esta iniciativa parte de Dom Antão e, quando é revista por Noronha, mantém a intenção de começar as obras (Mathew e Ahmad, 1990: 31).



# SANTA CRUZ DE COCHIM

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1527-1529



- Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
- Equipamentos (1. Forte Manuel; 2. igreja de Santa Cruz; 3. igreja de Nossa Senhora de Guadalupe; 4. Cais da Pimenta; 5. Casa da Tranqueira; 6. Ribeira; 7. Praça; 8. Hospital Real; 9. Misericórdia; 10. igreja de S. Bartolomeu; 11. mosteiro de Santo António; 12. igreja da Madre de Deus; 13. Hospital dos Pobres; 14. igreja de São Sebastião)
- Proposta do traçado do muro urbano
- Traçado dos eixos viários principais
- Traçado da estrada de acesso a Cochim nativa





### *1.9. a fortaleza Manuel e a cidade de Santa Cruz de Cochim*

Curiosa a pausa na construção e atualização das infraestruturas militares entre 1527 e 1546, transversal também à igreja de Santa Cruz, cujos pedidos em 1541,<sup>39</sup> 1543<sup>40</sup> e 1545<sup>41</sup> para a substituição da cobertura em ola foram protelados. Precisamente porque 1527 marcou a elevação de Cochim de povoação a cidade.<sup>42</sup>

O pouco e difícil de confirmar por falta de outros textos e desenhos que o comprovem ou sequer elucidem sobre a eventualidade desta pausa não ter sido, pois, absoluta, chega-nos pela narração de Gaspar Correia quando aborda a transferência da capital do reino para Goa. “[O] Governador [Nuno da Cunha], como esperava de sempre estar em Goa, que era mais perto de Cambaya com que auia de ter contenda, trouxe pera Goa Afonso Mexia com a casa dos contos, e matriqola, e officiaes” (Correia, c. 1550-1563, III, I: 342), deixando ordem expressa a António de Saldanha, capitão de Cochim, para que se continuassem os trabalhos na Ribeira.

O problema que aqui se põe tem que ver, unicamente, com o facto do cronista distinguir “acabar as cousas da ribeira” da tarefa de terminar os “navios que estauão começados e outros que se auia de fazer” (Correia, c. 1550-1563, III, I: 342). Uma hipótese leva a

---

<sup>39</sup> “E tambem lembramos a Vosa Alteza como esta igreja e cassa de Deus estaa cuberta de ola e feita hum palheiro, sendo a primeira que estas... foy edificada he em que se celebrou o officio devino e pera totalas outras ouve dinheiro” (Rego, 1947-1959, II: 291-292).

<sup>40</sup> “stprevi os annos passados a V. A. camanho deserviço de Deis era e pouca honra nossa estar esta igreya de palha, estando todas as casas ayamda que de bayxos homens bem telhadas e acabadas, vemdo nos os Mouros e Gentyos loguo vizinhos fazerem a sua não verdade ho contrario, que he nenhum deles não poder viver em casa telhada, nem as ha de aver nas suas povoações, senão mizquyta ou paguode ou casa do rey, e nos numa cidade como esta de tantos años edefycada, temos a Casa de Deus de palha, sem ela toda maes de boa pedra e cal e bem telhada. [...] e porque he cousa pera todo homen aver muito pesar, tem asentado e determinado [o governador Martim Afonso] acaba la e ja fica em ordem pera yso” (Rego, 1947-1959, II: 330).

<sup>41</sup> “A igreja parrochiall, da obrigação de V. A., oje em dia esas cuberta de palha, e com o que se tem gastado cada ano em na renovar, fora maes que acabada a respeito. Deixey agora feyta huma impreitada por força. Chamo agora, que vay em tres annos que se fez por licemça do governador Marty Afomso, por nam ser feyta a quem eu quisera, nam hé acabada; fica, todavia, ja feyto hum pedaço, nam sey o que se laa fara. Deve V. A. mamdar ao governador que acabe de tirar aquele exempro daly, poes os mouros e jemtios tem de custume serem totalas suas povoações, em que vivem, de palha, somente o pagode ou mizquita am de ser de pedra e cal, telhada, e nos ao revez” (Rego, 1947-1959, III: 224-225).

<sup>42</sup> Sobre a patente passada por D. João III, veja-se Mathew e Ahmad, 1990: 1-3.

presumir que algumas das obras do muro da cidade do lado da baía se continuavam a realizar, ou estavam em progresso os armazéns da logística portuária e da empresa naval. Porém, outra hipótese leva a supor que o governador se estava a referir a mais alguma tarefa necessária à concretização da armada que deveria partir para a conquista de Diu, e assim, podemos supor que o interregno ou morosidade nas obras foi um sintoma da própria época.

Primeiro, para o período de 1527-1540, porque no reino eram elaborados “instrumentos de regulamentação”, para usarmos uma expressão de Carita, que apesar de pré-estabelecerem tipos, materiais e práticas construtivas, obrigavam, por uma questão de gestão financeira da empreitada a aprovação do projeto e do orçamento por parte da *Provedoria de Obras Régias*.<sup>43</sup> O que só por si demorava todo o processo. Depois, porque a viragem de 1540 com “a maior visibilidade da tratadística da arquitetura em ambiente português” (Conceição, 2008: 21) vivia um momento de experimentalismo na concepção das fortificações numa latitude mais a norte: Província do Norte e Diu e ainda Mazagão (Norte de África).

Vemos, por exemplo, que o adiamento nas obras da igreja de Santa Cruz culminou em 1546 com a ordem expressa de D. João III para que,

[d]a mesma maneira que as igrejas de Cochim e Coulão, e que de novo se começarão, estão por acabar, descobertas e expostas a todas as inclemencias do tempo (...) mandareis que se continuem até se acabar, sem reparar no custo, e **isto por mãos e traça dos melhores architectos e officiaes**” (Rego, 1947-1959, III: 320-321, destaque nosso).

---

<sup>43</sup> Sobre os instrumentos de regulamentação e reformas dos mesmos nos reinados de D. Manuel I e D. João III, ver o subcapítulo *Normativas Construtivas e o regimento de André Pyres* (Parte I, Cap. II), em Carita, 2005: 111-118.

O que, recuperando as palavras de Margarida Tavares da Conceição: “indivíduos “práticos”, que não eram necessariamente encartados academicamente” (Conceição, 2008: 85), mas detinham um saber dos instrumentos operativos (manuais).

Não obstante a (possível) pausa construtiva, pelo menos o programa urbano civil mereceu atenção e intervenção. Em 1545 o vigário Padre Miguel Vaz informou D. João III que Cochim era uma cidade bem arruada, com casario em pedra e cal, de “onesta grandura e de muyto boa sombra” (Wicki, 1948-1988, I: 87). Cuidado extensível aos quintais, zonas ajardinadas e campestres, como o parece justificar<sup>44</sup> a adição, em 1551, de mais um “almotasel para nobreza e limpeza da dita cidade (...) que tenha cargo de a mandar limpar como cumprir e conforme ao regimento que os (...) vereadores e ofisiais deren” (Mathew e Ahmad, 1990: 23), e ainda, à arquitetura habitacional, como o prova a resposta de D. João III ao alvará de Martins Afonso de Sousa onde, entre outros assuntos, se refere ao aluguer dos “grandes aposentamentos” que os ouvidores e vereadores escolhiam para morada, e ao desleixo relativo às restantes obras públicas por má gestão dos cofres da Câmara de Cochim (Mathew e Ahmad, 1990: 19-20).

O conjunto urbanizado restava, no entanto, concentrado nos limites que desde o tempo de Henrique de Meneses tinha, junto da rua de Guadalupe e, se há argumentos que podem concorrer para a credibilidade desta intuição, são a fundação do convento dominicano e do colégio jesuíta.

---

<sup>44</sup> Relativamente às últimas temos notícia que pelo menos desde 1525 os campos nos arrabaldes eram aproveitados para áreas de lazer, onde os oficiais costumavam passear: “se ajuntauão em suas pousadas huns com outros [Dom Simão, capitão mor do mar e demais fidalgos] a comer e folgar, e jogar, e hião passear ao campo alguns que tinham sindeiros; em que o dom Simão tomou com Fernão Gomes de Lemos mais conuersação que com os outros, que sempre ambos comião e dormião, e o mais do tempo sós passeavam, que nunca se apartauão” (Correia, c. 1550-1563, II, II: 932). Também Hélder Carita chamou já a atenção para a existência de “quintas de ambiente aprazível e recreativo” ou “quintas de recreio” (Carita, 2005: 107-108) em Cochim. No entanto, a cronologia da paisagem rural a que o historiador se refere é bem posterior àquela que estamos a trabalhar. Tal como a integra no espaço que considera “o termo” da cidade. Tentaremos clarificar melhor esta questão no último subcapítulo.

O convento dominicano, fundado em 1549 por Frei Estevão de Santa Maria, segundo Silva Rego, aproveitou a igreja já existente de S. Domingos,<sup>45</sup> ficando implantado no alinhamento do mosteiro de S. Francisco (também S. António), ocupando uma posição central em relação ao terreno entre o braço de *Calvetty* e a praia. Estava praticamente concluído em 1557 graças “às esmolas do povo” (Rego, 1947-1959, VI: 259), as mesmas com as quais se contava para o finalizar.

A representação que nos chega por meio dos registos gráficos é a de um complexo fechado sobre si mesmo, composto por igreja, convento claustrado e uma grande área de horta e/ou jardim. O que pode significar que à data da fundação o espaço estava desocupado. Aliás, o alinhamento da fachada do complexo virada a sul seguiu o eixo do conjunto arquitetónico franciscano. Da mesma maneira que, na vertente oposta, a rua de Guadalupe definiu a estrema. O mesmo quase se pode adivinhar para o muro que fechou a horta a sudeste que, por certo, tomou o alinhamento do quarteirão imediato. O que poderá ter obrigado ao rasgo de uma rua. Quanto à fachada principal somos tentados a pensar que apenas terá respeitado o eixo definido pelo arruamento traçado pela igreja de Santa Cruz, a Misericórdia e o Hospital Real: a rua Direita.

Rua que no desenho que incluímos a seguir, aparece, de facto, desenhada de forma direita. Embora o desenho de Manuel Faria e Sousa seja enganoso, pois a estilização gráfica concorre para a retidão dos traços e, assim, dos elementos desenhados, não deixa

---

<sup>45</sup> Não podemos precisar a data certa da construção desta igreja. Nem mesmo desfazer a incerteza que apresentámos antes sobre a possibilidade de tratar-se da capela de N. S. Da Conceição. Mas sabemos que o governador Henrique de Meneses nutria grande apreço pelos frades, ou pelo menos, por um frade dominicano, a quem incluía nas reuniões versadas a assuntos da municipalidade: “Era presente hum frade dominiqo prégador, que era muyto da priuança do Goveruandor e muyto do seu conselho” (Correia, c. 1550-1563, II, II: 924). Por este motivo não podemos descartar a hipótese de a igreja e a capela terem coexistido.

de ser eloquente com a realidade. A rua Direita, por confronto ao cadastro atual e a outras peças desenhadas tem uma forma mais sinuosa, mas o seu caráter de direita, como direita *a*, neste caso, à área de implantação da fortaleza e da Ribeira, funciona enquanto linha de ligação entre as estruturas programáticas mais relevantes de Cochim, desde as religiosas, as civis, às comerciais. É então um eixo agregador e distributivo essencial da composição urbana, daí o nome de rua Direita.



Cochim. Manuel Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, 1666-1675 (detalhe). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, tomo I. Marcação da rua Direita a tracejado branco

Voltando aos equipamentos religiosos, de forma similar à fundação do convento dominicano, aconteceu a do colégio de S. Paulo, que logo em 1548 tinha no terreno o mestre Francisco para dar “começo a hum colégio (...) pola gente lhe ser muito afeiçoada a elle e à Companhia” (Rego, 1947-1959, IV: 184). As obras só se iniciaram em 1551, obrigando os padres a permanecer “numas casas de pao” (Rego, 1947-1959, V: 163) durante esses três anos, até ficar na posse da Companhia “hum citio muy bom e igreja” (Rego, 1947-1959, V: 56) que, em bom rigor, era “hum chão que o governador

Jorge Cabral por seiscentos pardaos tinha comprado para a Companhia” junto à Madre de Deus,<sup>46</sup> e onde viriam a ser construídas “as casas de pedra (...) [e a] cerca do collegio” (Rego, 1947-1959, V: 163).

Ao contrário do que verificámos para as outras ordens, o patrocínio régio é evidente para o caso da Companhia, não obstante as esmolas e dádivas que apadrinharam o projeto. Uma outra observação que tem relação direta com a prática urbanística é o facto da zona onde se implantou o colégio estar loteada.

Dada a sua localização podemos assumir que houve na área entre ambos uma regulamentação e repartição de lotes entre as datas de fundação dos conjuntos dominicano e jesuíta. As fontes esclarecem que em 1566 as escolas do colégio foram transferidas para “humas casas grandes, que estão junto da nossa igreya, as quaes nos applicou o senhor bispo, pollas deixar hum defunto para que da sua renda se fizessem esmola aos pobres”, sitas “em muito bom sítio e são novas” (Rego, 1947-1959, X: 132). Verificando a cartografia de Cochim, tudo aponta para essa prática de loteamento, dado o tipo de quarteirão que encontramos e o alinhamento dos arruamentos.

Por um lado, o traçado viário prolonga os eixos já existentes que ligam os grandes equipamentos religiosos, por outro, verificam-se ruas travessas a estes eixos que ajudaram a rasgar no solo os limites dos quarteirões e a criar espaços públicos como terreiros, onde, relativamente àquele anexo ao colégio jesuíta, se reunia as grandes massas de católicos que não cabiam no interior do espaço da igreja. Funcionava ainda como espaço de ensino, catequização e de entretenimento da população, pois era aqui

---

<sup>46</sup> A Madre de Deus foi doada à Companhia por “huns confrades ministradores da igreja” (Rego, 1947-1959, IX: 552), com o consentimento do bispo e do conselho da cidade (Rego, 1947-1959, VII: 212), porém só em 1556 é que a Câmara da Cidade efetiva a doação (Rego, 1947-1959, VI: 94).



que se efetuavam algumas peças de teatro e seguiam as procissões religiosas.<sup>47</sup> Aliás, podemos supor que esta função versátil do terreiro era comum a outros terreiros e adros fronteiros a outras capelas e igrejas.<sup>48</sup>



Cochim. Manuel Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, 1666-1675 (detalhe). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, tomo I. Marcação dos arruamentos a branco.

O colégio de S. Paulo manteria, no entanto, a vista da fachada principal desafogada por algum tempo, o que supõe que não havia na frente qualquer tipo construído. De acordo com António de Herédia, “Ha questo collegio per nostro proposito il migliore sit[o] della città, vicino al mare” (Rego, 1947-1959, V: 93). O mesmo não podia ser dito das

<sup>47</sup> “fomos com o Santissimo Sacramento ao redor da nossa igreja, saindo pela porta travessa, e tornando pela porta da portaria a outra porta travessa, que era dentro da nossa casa” (Rego, 1947-1959, VIII: 490; “choveo tanto que não esperavamos que se pudesse representar no teatro que estava fora ao terreiro, ao longo da nossa igreja” (Rego, 1947-1959, IX: 422).

<sup>48</sup> De acordo o relato do monsenhor Sebastiani, após o oitavo dia do Pentecostes em 1661 celebrou-se a “Cresima” na Catedral de Cochim (Santa Cruz). A enchente de “Portoghesi, Malavari, Cingalas, Bengali, Malai, Cinesi, Giapponesi, e d’altre Nationi, e quasi tutti d’età matura” era tanta que “suffocavano” o monsenhor. Por esse motivo, “fu necessario trasferire la Cresima per altri quattro giorni à Nostra Signora della Gratie” (Sebastiani, 1672: 64). Igreja sita nos arredores da cidade, na ponta de terra do outro lado do braço do *Calvety* junto ao Peso da Pimenta. Dada a quantidade de fiéis, provavelmente o adro fronteiro à igreja terá acolhido a população. Este adro aparece representado com um cruzeiro nalgumas peças desenhadas de Cochim, como a título de exemplo, Cochim. Pedro Barreto de Resende, *Breve Tratado ou Epilogo de todos os Vissoreys que tem havido no Estado da India...*, *Descripções*, 1635. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, fl. 226.

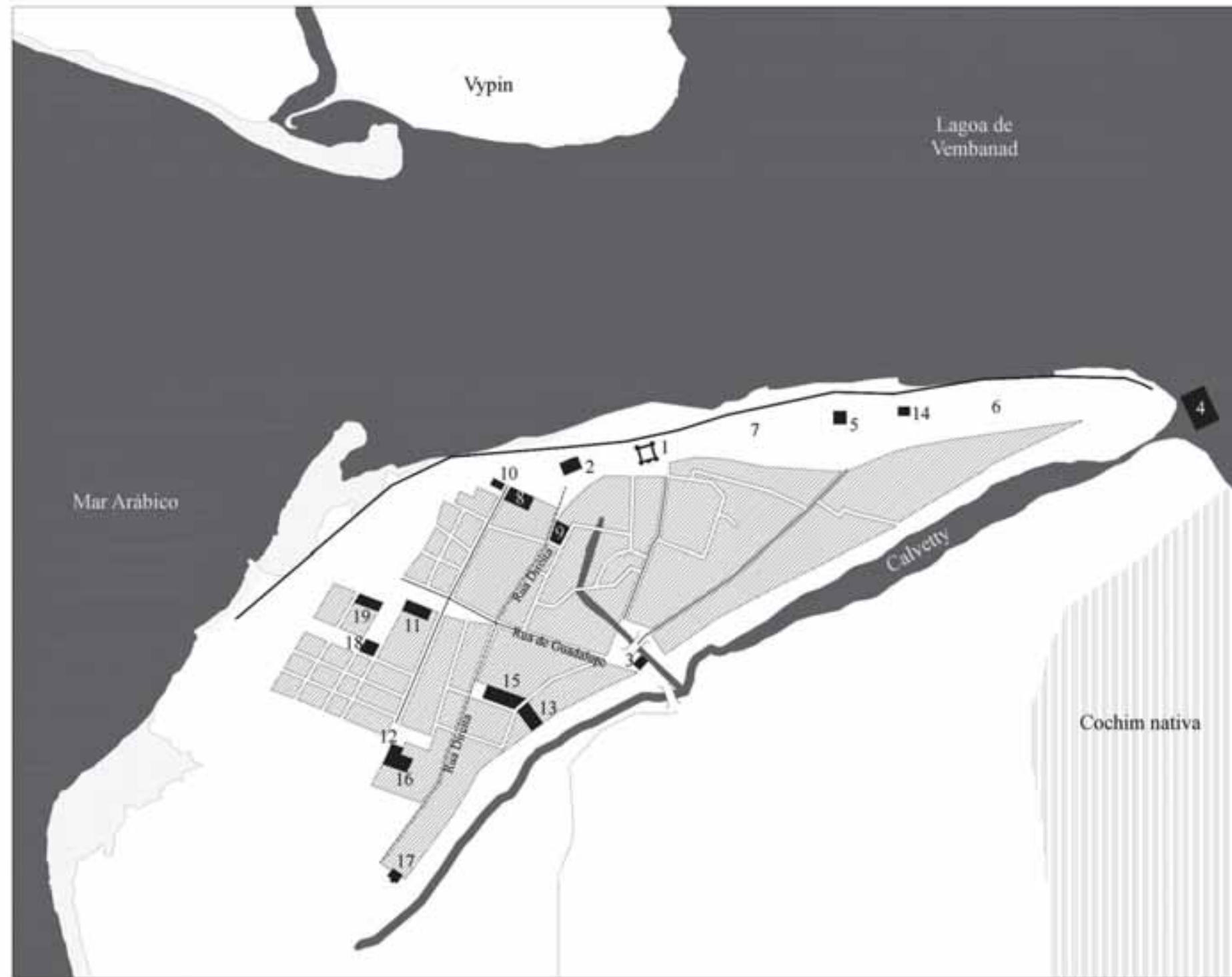
Santa Cruz de Cochim, Kerala, Índia






suas traseiras, revertidas a estaleiro de obras durante quinze anos, ficando o colégio e as hortas fechados por uma “cebe mui fraqua que se pode subir, quebrar e romper e entrar em todas as horas do dia e da noite, sem nenhum trabalho” (Rego, 1947-1959, VI: 209).

O complexo colegial só foi concluído depois de 1577 (Wicki, 1948-1988, XIII: 3

# SANTA CRUZ DE COCHIM

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1529-1552



-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Equipamentos (1. Forte Manuel; 2. igreja de Santa Cruz; 3. igreja de Nossa Senhora de Guadalupe; 4. Cais da Pimenta; 5. Casa da Tranqueira; 6. Ribeira; 7. Praça; 8. Hospital Real; 9. Misericórdia; 10. igreja de S. Bartolomeu; 11. mosteiro de Santo António; 12. igreja da Madre de Deus; 13. Hospital dos Pobres; 14. igreja de São Sebastião; 15. convento de S. Domingos; 16. colégio de S. Paulo; 17. igreja de Nossa Senhora do Amparo; 18. igreja de Santa Bárbara; 19. igreja de Nossa Senhora da Ajuda/dos Anjos)
-  Proposta do traçado do muro urbano
-  Traçado dos eixos viários principais
-  Traçado da estrada de acesso a Cochim nativa



10 50 100 500 750

Escala gráfica: 1: 7 500



É em torno da construção dos grandes equipamentos dos dominicanos e jesuítas, e também dos franciscanos, que arrancou a urbanização no sentido sudoeste da cidade, cravando no lugar uma morfologia de quarteirão que segue os eixos viários existentes paralelos à praia. Em bom rigor não se cinge apenas àqueles dois pontos cardeais, mas trataremos deste ponto em altura devida.

A título de exemplo do avanço da malha urbana nessa direção sabemos que pelo menos desde 1565, estava perfeitamente implantada na periferia da cidade junto ao término do braço de *Calvetty* no alinhamento da rua Direita, a igreja e leprosaria de S. Lázaro (Rego, 1947-1959, IX: 591), onde os irmãos da Companhia prestavam auxílio aos doentes quando se deslocavam ao Campo de São João, nas cercanias da igreja, para assistir a algumas conversões, e que, terá atuado como uma baliza ao avanço da malha urbana, já que é comum as leprosarias serem edificadas exteriores à cidade.



Cochim. Manuel Godinho de Erédia, *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal*, 1610 (detalhe). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cart 990145.

Seguindo o mesmo raciocínio que aqui nos levou (o papel das ordens para o avanço da urbanização) importa frisar que 1567 ficou também marcado pela confirmação das freguesias e organização da população. O mesmo aconteceu em Goa, Baçaim e Malaca. O aumento da população convertida residente em Cochim ao longo dos anos certamente tornou essencial o seu registo e resultou na execução dos “rois dos gentios moradores nas freguezias da cidade, de cada cada freguezia hum rol sobressy de cem pessoas, as quaes irão repartidas, a saber, cicoenta cada Domingo, todos os Domingos a tarde, a ouvir a doutrina (...) pera hirem á dita doutrina pelos conventos, a saber, de S. Paulo, S. Domingos e S. Francisco” (Rego, 1947-1959, X: 405-406).

Mas a execução estava também estritamente ligada à instituição da Inquisição e à criação das novas sedes de Arcebispado. O de Cochim desmembrou-se do de Goa em 1559.<sup>49</sup> Logo, não podemos descartar o eco que a criação de novas regras para os cristãos convertidos em Cochim teve para a atitude do monarca. Relembramos que num acordo elaborado entre o Bispo de Cochim, Jorge Temudo, e o próprio regente da Cochim nativa, foram estabelecidas normas que defendiam os interesses nos dois lados de *Calvetty* mas, cujo fim, era o ampliar da população cristã e a presença portuguesa no território (Gonçalves, 1614, III: 105-106). Para termos disto consciência, basta lembrar que uma das leis previa considerar o ajuntamento de 30 habitações de cristãos uma povoação e, assim, uma freguesia ou, como dito pelo padre jesuíta Sebastião Gonçalves, que viveu na Índia durante vinte cinco anos: “onde quer que se ajuntarem trinta casas de christãos possuem alevantar igreja e crus”, estando, no entanto, obrigados a pagar “os foros e direitos que pagavão sendo gentios” ao regente de Cochim, bem como servi-lo

---

<sup>49</sup> Nesta data deve ter sido construída a Casa do Bispo, ocupando os chãos por detrás do edificio do Hospital Real, ficando fronteira à Sé de Santa Cruz e ao terreiro que a servia.

na guerra “pagando-lhes seu estipendio” e ainda, guardar “os costumes políticos que guardava sendo gentio que não repugnarem à christandade” (Gonçalves, 1614: III: 105). A vaga migratória para o interior de Cochim, na senda do trabalho missionário terá sido tal que em 1564 os canarins vindos de Goa, a quem se alugavam casas para morada, foram expulsos da cidade, culpabilizando-os por distúrbios, adultérios e práticas gentias (Rego, 1947-1959, IX: 297-298). Podemos ver aqui uma tentativa de desocupação do espaço urbano para a vinda de novos convertidos, mas também um prenúncio dos esforços de uniformização e segregação da população segundo o credo, que estão patentes no alvará de Antão de Noronha decalcado daquele do rei. Passamos a incluir o trecho que melhor os declara:

Isso mesmo defendo que nas minhas terras não haja pagode algum, e os que houverem se desfação e assy as arvores, ou qualquer outro lugar em que se fez culto. E assy ordeno e mando que do futuro Concilio por diante os mouros vivão em bairros separados dos christãos, e em as suas cazas agora, nem em nenhum tempo entrem mulheres nem moços christãos sem seus senhores, e do dito Concilio futuro por diante nenhum christão lhes alugará cazas, porque neste meio tempo se farão bairros aos ditos mouros // e os gentios estrangeiros poderão viver em Challes<sup>50</sup> cerrados, e cazas a elles juntas. E assy nenhum judeu more em minhas terras (Rego, 1947-1959, X: 406-410).

A massa populacional da cidade nunca foi pura de sangue, sequer uníssona no que toca à religião. Desde pelo menos 1510, além dos homens de sangue português, a população (na sua maioria, aliás), era composta por “gêntios mesturados com os Christãos da terra, & as molheres Christaãs da terra mancebas do mũdo tinhão em suas casas de quinze ate

---

<sup>50</sup> *Challes*, segundo a nota de rodapé incluída por António da Silva Rego, vem do marata, e designa um edifício estreito e comprido ocupado por lojas ou oficinas; quarteirão habitado por certos artifices, alcaçaria.

vinte parentes gentios (...), & outras Christãs peccavão nas casas dos gentios com mouros” (Castanheda, 1551-1561, III: 164).

A confusão e eclésia de gente era tal que Afonso de Albuquerque chegou a requerer ao regente de Cochim a “de marcação [física] pera a nossa povoação estar sobre si; & avida mandou que sopena de morte todo o gentio, assi homem como molher se despejasse logo da nossa povoação nẽ tornasse mais a ela” (Castanheda, 1551-1561, III: 164).

Esta circunstância, embora tenha contribuído para a conversão de pelo menos 400 novos cristãos, nunca evitou a permeabilidade do espaço a gente não cristã.<sup>51</sup> Prova-o os relatos de um dos ministros da Companhia das Índias Orientais holandesa, Philip Baldaeus, feito em pleno século XVII, acerca da presença de chineses (Baldaeus, 1672: 632) e o do mercador francês Pyrard de Laval relativamente a escravos moçambicanos (Laval, 1611, I: 395). Também, a existência de um bairro judeu (*alcaçaria*),<sup>52</sup> incluído na iconografia de Cochim, que tinha feito crescer o enojo do Padre Provincial aquando a sua visita à cidade logo após a instituição da Inquisição em Goa.

---

<sup>51</sup> Sobre o assunto veja-se Gomes, 2007: 201-226; Dias, 2009: 140-144.

<sup>52</sup> Este bairro aparece nalguns casos identificado como *bazar*. O que possivelmente resulta do facto de os judeus além de mercadores serem comerciantes e terem no seu bairro algumas lojas. O que em certa medida pode explicar a caracterização do Padre Visitador: “ricos e abastados” (Gonçalves, 1614, II: 319). Contudo, de acordo com o relato de Pyrard de Laval, não possuíam nenhuma sinagoga no interior da cidade (Laval, 1611, I: 402).





Cochim. Atribuída a Manuel Godinho de Erédia ou Álvaro Pinto Coutinho, *Lyvro de plantaforma das fortalezas da Índia*, c. 1612 ou c. 1635 (detalhe). Oeiras: Forte de São Julião da Barra.

Planta da Cidade de Cochim. Autor Anónimo, *Plantas das Cidades, portos e fortalezas da conquista da India Oriental*, c. 1633 (detalhe). Munique: Bayerische Staatsbibliothek, Cod. Icon. 162; Viena: Osterreichische Nationalbibliothek, Cod. 5958 e 6860; Paris: Bibliothèque Nationale de France, Res.m. GE DD 2013.

Cochim. Manuel Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, 1666-1675. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, tomo I. Marcação da Alcaçaria a branco.

Tudo isto atesta a densa ocupação (populacional e construtiva) que terá arrancado em Cochim a partir de meados do século XVI e que certamente se alargou aos espaços vagos até à vizinhança de S. Lázaro, à data sem qualquer muro ou cerca que imprimisse no terreno um limite definido.

A morfologia dos quarteirões, de forma retangular, de dimensão similar e alinhados num esquema regular que respeita os eixos viários e elementos urbanos principais (como a leprosaria e a igreja de Nossa Senhora da Piedade), é um indicativo de um parcelamento de chãos que terá sido feito a um mesmo tempo na tentativa de albergar uma massa populacional maior e diversa. Não obstante tudo indicar que nenhuma travessa partia os blocos, a morfologia destes quarteirões segue aquela dos quarteirões implantados do lado norte e sul do mosteiro de S. Francisco. E se incluirmos os atravessamentos dentro do corpo do quarteirão, não só a largura, também o comprimento são idênticos.

Mas o teor dos levantamentos e vistas holandeses, elaborados pós-capitulação da cidade, levantam algumas dúvidas quanto à efetiva ocupação desta última linha de quarteirões a sul, verificando-se três situações distintas: parcelas ocupadas por vegetação; malha com ocupação rarefeita; quarteirões não fechados.



Plattegrond van de hoofstadt Coetsien. Johannes Vingboonsm c. 1665. Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° VELH 0619.47.

De Stadt de Covvhyn soo als die geweest is doen hij verovert wiert door den E.E. Heer Admirael en Velt-Overste Ryklof van Goens den 8. January A. 1663. Philip Baldaeus, *A Description of East India Coasts of Malabar and Coromandel A.D. 1640 and also of the Isle of Ceylon*, 1672. New Delhi, 2000: Asian Educational Services, 632.

As questões que levantamos a partir destes dados são: se aquando o processo de parcelamento do solo se conhecia um valor aproximado de lotes necessários, o que implicou ter uma noção do número de habitantes a albergar; ou, se a divisão dos lotes não foi feita de uma assentada, pelo menos no que respeita os quarteirões mais a sul, deixando-os como que por fechar, de forma a se poder acoplar uma outra série posterior de parcelamento.

Se o processo é algo a que não podemos aceder de forma absoluta, no que respeita ao resultado da urbanização, os modelos e tipo da arquitetura civil, é um pouco diferente. A dissertação de doutoramento do arquiteto Hélder Carita (Carita, 2005), depois publicada em livro (Carita, 2008), é uma ferramenta essencial para o nosso impasse.<sup>53</sup>

Carita conclui por um novo tipo de arquitetura doméstica, fechado sobre si mesmo por muros que encerram jardins-pátio, resultante da adaptação do modelo de lote trazido do reino às condições climatéricas e cultura tradicional das classes privilegiadas autóctones do *Kerala*. Este modelo, no entanto, apenas se confirmou nas habitações de mercadores abastados constituintes de um conjunto residencial específico implantado próximo ao topo norte da cidade. No topo sul, a realidade terá sido outra, por oposição às “best Houses of the City”, expressão que é retirada de uma das fontes que Carita consultou (Baldaeus, 1672: 129). Contudo, o desenho que incluímos atrás, aponta para um tipo de lote estreito e comprido, com a casa sobre a rua e logradouro na traseira. Em suma, insinua uma correspondência de loteamento e arquitetura que se verificou no topo norte.

---

<sup>53</sup> É importante explicar que a investigação, para este assunto em concreto, encontra-se mais desenvolvida no volume de dissertação do arquiteto que na publicação posterior em livro. Razão pela qual nos remetemos mais para o primeiro que para o segundo.

Regressando ao assunto que aqui nos trouxe: a grande densidade urbana em Cochim a partir da segunda metade de quinhentos, outro argumento é o projeto para a construção da nova Casa da Câmara expedido por D. Sebastião, em 1571, ao vedor da fazenda Vasco Lourenço de Barbuda, que ocupou o Baluarte de Menagem e chão ao longo do mar “que está no cabo do jogo da capela de Cochim pera a rua do alcaide mor” (Mathew e Ahmad, 1990: 53). A triangulação das cordas e estacas usadas para cravar no terreno o lugar da Câmara (Mathew e Ahmad, 1990: 54) e definir a rua fronteira, obedeceu a um esquema complexo que respeitou o casario estabelecido nas imediações. Mesmo quando o vedor reconheceu que o espaço era exíguo para arcar a proporcionalidade pretendida para a casa e para o terreiro que a servia, a solução, provavelmente por falta de chãos vagos, passou por “dar se mais pera ela a varanda que ora serve de pasadiso da sala da fortaleza para o dito baluarte” (Mathew e Ahmad, 1990: 54).

Além do exemplo anterior, não encontramos outra explicação para a implantação do convento dos agostinhos fundado em 1580.



Cochim. Manuel Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, 1666-1675 (detalhe). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, tomo I. Marcação do convento Agostinho.

Computando a documentação que nos chegou, sabemos que foi doada à congregação, por vontade do Bispo da cidade Fr. Mathias de Medina, a igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, mas por falta de religiosos não foram iniciadas as obras. Quando efetivamente se lançou a primeira pedra o convento tomou posse da capela de Nossa Senhora da Luz, situada na ponta de terra imediatamente fronteira ao Cais do Peso. Ainda assim,

[O] espaço da ermida e de suas casas [era, no entanto,] curto para o convento, e suas officinas (...) estendeo-se porem com a compra de alguns quintaes e cazas vizinhas; deo-se principio a igreja no mesmo lugar da ermida, que em breve tempo chegou a sua ultima perfeição: e depois de feito o convento [. P]arecendo ao Pe. Fr. Andre Bautista, prior que foi pello tempo adiante a igreja menos competente de fermozura do convento, elle fez outra [ca.1610], e tão nobre, que foi das melhores de toda a cidade. To//mou-se por orago a Nossa Senhora da Purificação<sup>54</sup> (Rego, 1947-1959, XI: 154).

Mesmo pondo em questão porque é que o convento não ocupou o espaço que poderia existir entre o colégio de S. Paulo e a igreja de S. Lázaro, o rol dos *Priores de Cochim* atesta que “Fr. Manuel de S. Agostinho (...) [era] natural de Cochim, freguesia de Nossa Senhora da Piedade” (Rego, 1947-1959, XI: 398). Apesar de nascido em 1594, supomos que a freguesia afeta à igreja ou capela que lhe deu o nome integrou a fase da instituição das freguesias em 1567. Desta feita o templo existia ou estava em fase de construção, chegando mesmo a transpor o topónimo para a rua fronteira.

A implantação do convento Agostinho, a par do que observámos para a Casa da Câmara, chama a atenção para outra suspeita, que resulta no assumir da provável

---

<sup>54</sup> Também designada Nossa Senhora da Anunciada noutros textos coevos, já que no fundo se refere ao mesmo orago.

espessura da malha urbana. Recordando o alvará de 1562 passado por Afonso de Noronha, estava proibida a venda ou doação de chãos desde as casas de Francisco da Maia ao Cais do Peso, sob pena de obstrução às obras dos muros que se planeavam (re)construir ao longo da baía. A ocupação de parte destes chãos por estas duas infraestruturas parece ser exceção à regra, o que se pode explicar pela falta de espaço vacante no restante tecido urbanizado.<sup>55</sup>

Chegamos assim a um ponto em que a trama urbana resultou de um processo urbanizador feito sem limites impostos por um circuito muralhado, o que não significa que ocorreu livremente.

Cochim foi o primeiro ensaio de urbanização aplicado por portugueses na Ásia, onde o processo decorreu mais como um efeito rápido de contrarresposta a tempos e contextos que a um planeamento prévio e inflexível. Sintomático deste procedimento é a perenidade dos equipamentos, em principal, as estruturas fortificadas, que mostram uma sucessiva desatualização. A procura inicial de aprovação e auxílio por parte das autoridades locais revela, de igual modo, uma ação mais experimental, que obedeceu em primeiro lugar à disposição dos homens que delegaram a ação no local, e cujos resultados foram tão voláteis quanto as suas decisões.

A urbanização, ainda que sem um plano desenhado ou feita de uma assentada, remete, no entanto, para uma evidente organização da malha e separação programática:

---

<sup>55</sup> Para uma cronologia posterior (1601) encontramos a não cedência de “hum pedaso de chão na ribeira” atribuído por mercê a um morador casado em Cochim por se ter verificado que seria prejudicial ao bom funcionamento da Ribeira (Mathew e Ahmad, 1990: 106). Ainda no mesmo documento pode ler-se que a ocupação dos chãos da Ribeira junto às tercenas era uma prática algo recorrente e ilícita. O que terá alavancado esta prática não está explícito, nem o podemos afirmar ao certo, mas suspeitamos que o prévio parcelamento, distribuição e ocupação do terreno de Cochim possa estar na origem.

infraestruturas militares, religiosas, municipais e civis, que não decorreram desligadas de uma estrutura diretriz, como as instruções e normas espaciais sob a influência dos regimentos e regulamentações régias confirmam. O mesmo podia argumentar-se tendo em conta a repartição e distribuição de lotes pelas entidades representantes do poder régio. Pela aprovação para a abertura de “huma rua de vinte cinco palmos de largo ao longo da cadeia pela caza da moeda” (Mathew e Ahmad, 1990: 86) ou, em última instância, aludindo que a própria organização do açougue da cidade foi regrada pelo vice-rei.<sup>56</sup> Assistimos, igualmente, à organização de outros equipamentos urbanos como praças, terreiros e rossios que desafogam a vida pública das ruas. Por último, desviando-nos do solo para a altura do olhar, há que notar a relação que os edifícios, cerca de 2000 fogos por finais de 1570 (Wicki, 1948-1988, XIII: 32), mantinham com os arruamentos, e que se torna evidente quando nos chegam relatos como o do Padre Reitor da Companhia de Jesus que visitou Cochim em 1577: “[E]stavão as janellas e portas cheas de homens e molheres, que não pouqua curiosi[da]de e contamento mostravão de ver Sua Senhoria, e elle tambem se alegrou muito de ver as ruas” (Rego, 1947-1959, XII: 380).

Também o comerciante holandês Linschoten refere a grandiosidade e harmonia compositiva da construção e povoação de Cochim, colocando-as em paralelo com as de Goa (Linschoten, 1598, I: 69), reconhecendo-lhes uma arquitetura próxima ao arquétipo

---

<sup>56</sup> Por alvará do vice-rei Dom Afonso de Noronha de 5 de janeiro de 1551, negava-se aos padres beneficiados da Sé a possibilidade de haver na cidade um açougue próprio ao seu consumo. Decretava-se então que “no asougue da dita cidade dentro nele lhe serão dado hum lugar apartado em que se corte a carne para os ditos padres” (Mathew e Ahmad, 1990: 26).

européu, já que ao contrário da “Indian manner”<sup>57</sup> que distinguiu nas construções da Cochim nativa, não lhes teceu qualquer comentário.

A um tal quadro juntam-se, de resto, as inúmeras descrições e apontamentos que cronistas e viajantes e de um modo geral a historiografia de Cochim, reuniram sobre a composição da cidade e a sua paisagem urbana mesmo antes de ter adquirido “de bons murs”, como os classificou Pyrard de Laval quando visitou Cochim em 1608.

E é precisamente sobre esses “muros” que nos versamos de seguida. Até porque a viragem do ano 1580 o obriga.

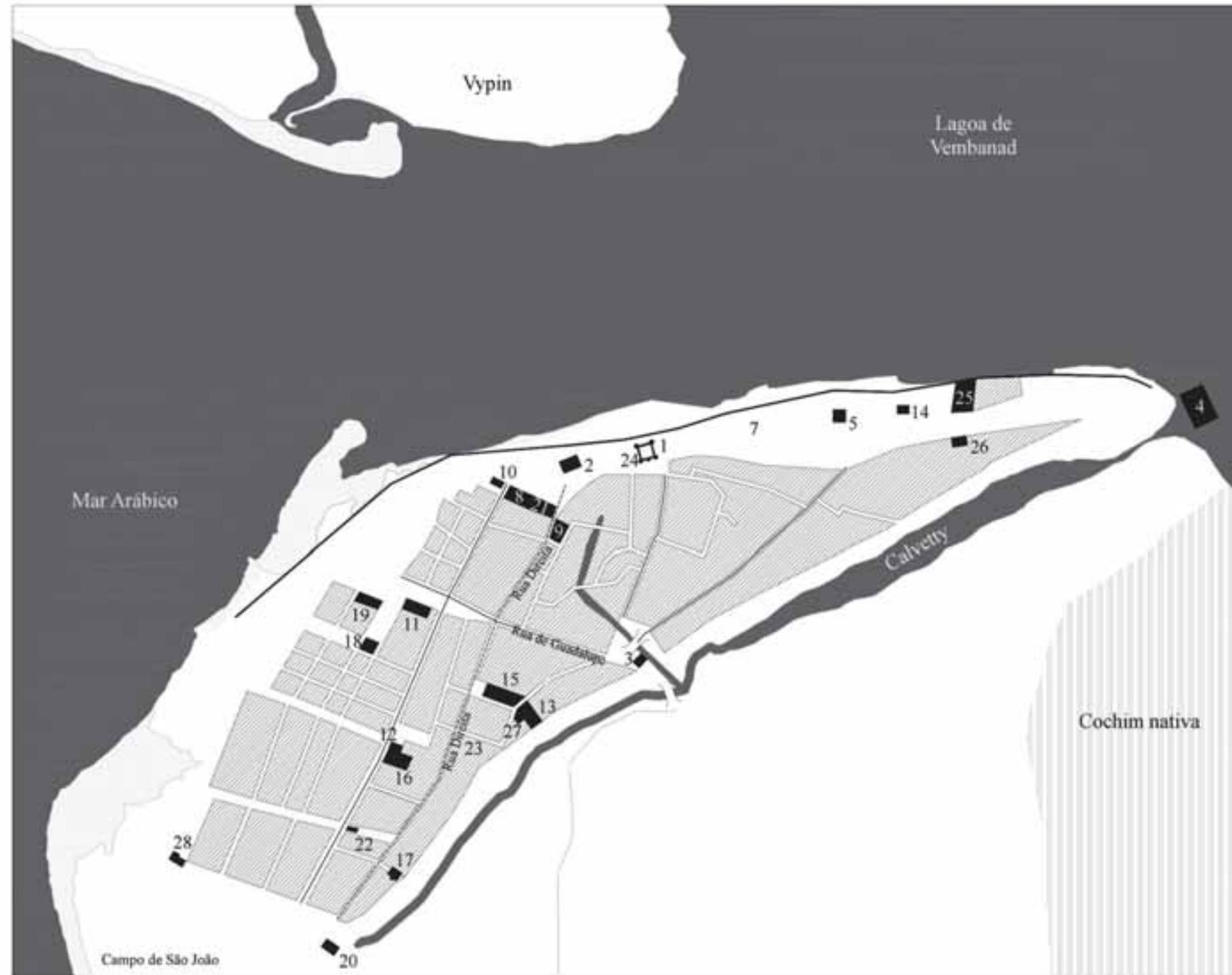
---




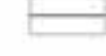

<sup>57</sup> Sobre uma crítica às comparações arquitetónicas e urbanísticas feitas por cronistas e viajantes, veja-se Gomes, 2007: 159-186.



# SANTA CRUZ DE COCHIM

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1552-1580



-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Equipamentos (1. Forte Manuel; 2. igreja de Santa Cruz; 3. igreja de Nossa Senhora de Guadalupe; 4. Caís da Pimenta; 5. Casa da Tranqueira; 6. Ribeira; 7. Praça; 8. Hospital Real; 9. Misericórdia; 10. igreja de S. Bartolomeu; 11. mosteiro de Santo António; 12. igreja da Madre de Deus; 13. Hospital dos Pobres; 14. igreja de São Sebastião; 15. convento de S. Domingos; 16. colégio de S. Paulo; 17. igreja de Nossa Senhora do Amparo; 18. igreja de Santa Bárbara; 19. igreja de Nossa Senhora da Ajuda/dos Anjos; 20. igreja de São Lázaro; 21. Casa do Bispo; 22. igreja de Nossa Senhora da Piedade; 23. Alcaçarias; 24. Casa da Câmara; 25. mosteiro de S. Agostinho/ igreja Nossa Senhora da Luz; 26. igreja de Nossa Senhora Anunciada/Purificação; 27. igreja de Nossa Senhora dos Remédios; 28. igreja de Nossa Senhora da Guia)
-  Proposta do traçado do muro urbano
-  Traçado dos eixos viários principais
-  Traçado da estrada de acesso a Cochim nativa





### ***1.10. os “muros bons”***

Como observa o historiador Pedro Dias, a passagem do ano de 1580, com a subida da dinastia filipina ao trono português, significou um esforço centralizado à fortificação de Cochim (Dias, 2009a, IX: 102).

Os traços gerais em que decorreu a transição do elementar conjunto de muros para um sistema fortificado moderno e atualizado às novas exigências da pirobalística, encontram-se bem elencadas e justificadas no ensaio do historiador citado e num outro de Walter Rossa (in Mattoso e Rossa, 2010: 370-376). De ambos os ensaios ressalta um dado comum que se encontrava já apontado por Walter Rossa: “é também muito significativo que apenas Cochim tenha ficado por cercar até inícios do século XVII” (Rossa, 1997: 30).

Pedro Dias justificou-o alegando o respeito pela corte local e o empobrecimento dos cofres da Câmara que teriam protelado a execução da traça do engenheiro-mor João Baptista Cairato. Mas se Pedro Dias avança que as obras para os muros de Cochim se terão iniciado algures entre 1593 e 1611, estando em pleno desenvolvimento na última data, a citação de Pyrard de Laval, que atrás incluímos no texto, indica-nos um recuo no tempo.

Não obstante as realizações mais precoces de que fomos dando notícia, em 1596 o estado arruinado dos muros e baluarte ao longo da praia era evidente, como deixa claro o vice-rei Matias de Albuquerque à data das obras feitas ao cais:<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> Estas obras devem reportar-se à reconstrução das tercenças, que em 1598 passaram a estar ao encargo da Câmara Municipal (Mathew e Ahmad, 1990: 100).

o baluarte (...) pouza o goarda-mor arrunhava de maneira que temião que com as agoas do inverno prezente viesse ao chão e pela mesma maneira se hia correndo a praia (...) e querendo que os aliserses, paredes e muros e entulhado ou quaesquer outros benefisios que forem necessários pera a fortifiqusão da dita fortaleza e baluarte dela se fasão do dinheiro do hum por sento (Mathew e Ahmad, 1900: 94).

As necessárias obras de reconstrução só terão tido início, no entanto, dez anos depois.<sup>59</sup>

E de acordo com a provisão do vice-rei Dom Martim Afonso de Castro (Mathew e Ahmad, 1990: 116), a ação não foi mais que um tratamento paliativo.

Por parte das autoridades reiterava-se, ano a ano, o abandono deste tipo de intervenção a favor do que fora traçado pelo engenheiro-mor João Batista Cairato, alegando-se a desatualização defensiva perante um assédio holandês (Pato, 1880-1982, I: 93). A obra arrancou entre 1608-1610, de forma arrastada, nas cortinas viradas ao mar e à baía. Mas foi de novo protelada com a alteração do rumo das empreitadas, já que, em 1610, o monarca português, ao mesmo tempo que exigia a sua execução, reiterava que “se faça primeiro pela parte da terra, por isso ser o que mais convem” (Pato, 1880-1982, I: 335).

Esta mudança nas prioridades do plano de trabalhos para a fortificação foi a resposta precavida ao contexto que ameaçava a presença portuguesa em Cochim. Em 1611, ao assédio holandês, juntou-se o cerco por parte do Samorim de Calecute, montado, precisamente, no lado da povoação virado a terra (Laval, 1611, I: 342) nos terrenos anexos a *Calvetty*, onde não existiam quaisquer defesas.

A obra foi assim correndo sem respeitar os tempos, ordens e projeto previstos como bem notou Pedro Dias, valendo-se os homens no local de “uma traça dada

---

<sup>59</sup> Obras que terão começado algures entre 1596-1605, já que na correspondência trocada entre o regente da dinastia filipina e os homens no terreno em 1605 consta que “com a fortificação se ia correndo, e ficava hum baluarte acabado, e se continuava nos lanços do muro da banda do mar” (Pato, 1880-1982, I: 5).

anteriormente, talvez por Cairato, e até segundo o livre arbítrio dos moradores, como foi o caso do baluarte que defendia a barra” (Dias, 2009a, IX: 103).

A representação mais próxima do estado da estrutura fortificada é de Godinho de Erédia, debuxada em 1610. Porque posterior, é uma representação que inclui já o troço fortificado no topo sul, anteriormente cerrado por “paredes de quintais e ruas tapadas com simples portas” (Dias, 2009a, IX: 103).

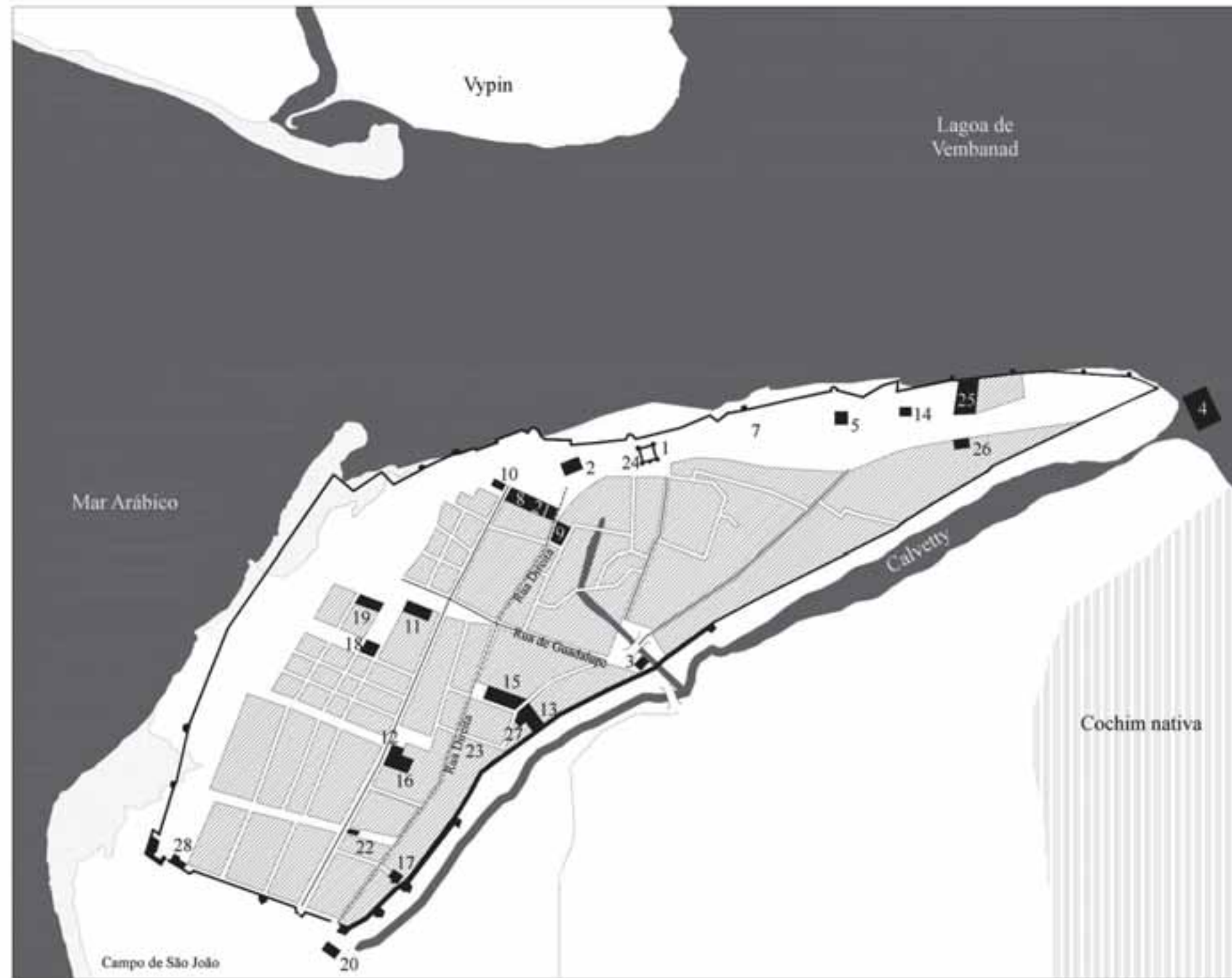


Cochim. Manuel Godinho de Erédia, *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal*, 1610. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cart . 990145.



# SANTA CRUZ DE COCHIM

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1580-1635



Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa

Equipamentos (1. Forte Manuel; 2. igreja de Santa Cruz; 3. igreja de Nossa Senhora de Guadalupe; 4. Cais da Pimenta; 5. Casa da Tranqueira; 6. Ribeira; 7. Praça; 8. Hospital Real; 9. Misericórdia; 10. igreja de S. Bartolomeu; 11. mosteiro de Santo António; 12. igreja da Madre de Deus; 13. Hospital dos Pobres; 14. igreja de São Sebastião; 15. convento de S. Domingos; 16. colégio de S. Paulo; 17. igreja de Nossa Senhora do Amparo; 18. igreja de Santa Bárbara; 19. igreja de Nossa Senhora da Ajuda/dos Anjos; 20. igreja de São Lázaro; 21. Casa do Bispo; 22. igreja de Nossa Senhora da Piedade; 23. Alcaçarias; 24. Casa da Câmara; 25. mosteiro de S. Agostinho/ igreja Nossa Senhora da Luz; 26. igreja de Nossa Senhora Anunciada/Purificação; 27. igreja de Nossa Senhora dos Remédios; 28. igreja de Nossa Senhora da Guia)

Proposta do traçado da muralha fortificada

Traçado dos eixos viários principais

Traçado da estrada de acesso a Cochim nativa



10 50 100 500 750

Escala gráfica: 1: 7 500





Mesmo depois da intervenção do arquiteto-mor Júlio Simão no terreno, que terá deixado “um modelo” (Pato, 1880-1982, II: 55) do que havia determinado e do qual deu parecer ao rei, o risco de adulteração por parte dos construtores foi grande. Tanto que o monarca decretou que “hei por bem que a dita fortificação se faça na forma da mesma traça, sem em nenhuma maneira se apartar d’ella, sob pena de que, fazendo os vereadores e officiaes da camara, que correm com a obra, o contrario, pagarem toda a que fizerem fóra da dita ordem” (Pato, 1880-1982, II: 408).

O que lemos no trecho anterior é uma ordem expressa do encargo das obras somente a homens com saber prático ratificado, ou como encontramos na documentação escrita, homens com “conhecimentos da profissão” (Matos, 2000, II: 49). O que não significa que o projeto não pudesse ser reajustado. Mas mais uma vez tão-só por quem de direito. Prova-o a procuração que terá levado o Provedor e Visitador das fortalezas António Pinto da Fonseca, em 1613, para “na visita que fizer, [entender] que se deve mudar alguma cousa, se fará o que ordenar em bem da fortificação” (Pato, 1880-1982, II: 408).

Esta atitude do regente é um exemplo expressivo de que não obstante as traças e relatórios, era no terreno que se avaliava e decidia o rumo e particularidades das obras. Como bem esclareceu Pedro Dias, “[n]ão nos ficam dúvidas de que o engenheiro [Júlio Simão] renovou os projetos iniciais [de Cairato], adaptou-os e deu novas traças para baluartes e cortinas, mas não foi ele quem ficou a dirigir as obras, mas sim António Pinto da Fonseca” (Dias, 2009a, IX: 103), quem por sua vez terá, provavelmente, reajustado as traças.

Ido o provedor das fortalezas, cessaram os trabalhos por falta de verbas e potencialmente mão-de-obra,<sup>60</sup> sendo retomados em 1618. Talvez pela ausência de engenheiros encartados no local, a supervisão foi dada ao Bispo da Cidade, Frei Sebastião de S. Pedro, e na sua ausência ao Capitão (Pato, 1980-1982, V: 115). Porém, quatro anos mais tarde, a imagem do sistema fortificado aproximava-se mais a um quadro de desconstrução que construção. Cenário, aliás, transversal à própria potencialidade da cidade segundo o apreço do vice-rei Conde Almirante (Pato, 1880-1982, IX: 128-129).

Por este motivo, não podemos concordar totalmente com a conclusão de Pedro Dias quando considerou que o “aspecto geral da cidade está bem testemunhado num desenho colorido, em perspectiva, feito pouco antes da conquista holandesa, que se guarda no Arquivo Real de Haia” (Dias, 2009a, IX: 103-105). Mas até o próprio historiador parece duvidar disto, pois não cessou por aqui o estudo à fortificação.

Os desenhos e levantamentos holandeses apresentam, sem dúvida, o aspeto geral final da cidade, no que toca à fortificação, porém, a imagem que revelam pode não se tratar do que foi construído até, pelo menos, 1635.

---

<sup>60</sup> Como esclarece a carta de D. Filipe II em fevereiro de 1615: “Dom Diogo Coutinho me representou [el-rey de Portugal] por sua carta a grande importancia de que era acudir-se com toda a brevidade á fortificação de Cochim, assi polos poucos moradores que ia tendo, como polo animo e intento que ia achando nos regedores d’aquelle rey, que eram mui differentes dos de seus antepassados; e que do cabedal da viagem da China (...), era já ametade gasto, e a outra parte d’elle não tinha vindo, nem bastaria (...), e que por este respeito tinham cessado as obras da dita fortificação; e tendo-o eu ao muito que importa a meu serviço que ellas se prosigam com todo o cuidado, (...), ordeneis que as ditas obras se continuem com os effeitos que para ella são applicados” (Pato, 1880-1982, III: 251).



Plattegrond van de hoofstadt Coetsien. Johannes Vingboonsm c. 1665. Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° VELH 0619.47.

A vista que incluímos, à qual se refere Pedro Dias, a aproximar-se de alguma representação é daquela de Pedro de Resende incluída no relatório de António Bocarro que, à semelhança de Manuel Godinho de Erédia, foram contratados para descrever e desenhar as plantas das praças militares e cidades do Estado da Índia. É, aliás, partindo da descrição de Bocarro que Pedro Dias continua a análise. Até porque, o relatório que fez dos cerca de 2200 passos em circuito que cerravam a cidade é de um descritivo impressionante.

A questão que colocamos é se este relatório descreveu e desenhou o sistema fortificado e a cidade tal e qual a encontraram por volta de 1635? Ou se não terá sido antes um ensaio projetivo do que terá sido (mais ou menos) construído *de jure* no hiato 1635-1663, e cuja representação as peças holandesas desenhadas no imediato e pós capitulação de Cochim nos dão conta?



Cochim. António Bocarro e Pedro Barreto de Resende, *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, 1635. Biblioteca Pública de Évora, Inv. nº Cód. CXV/2-1.

Note-se que o topo sul aparece fechado por uma cortina extremada por baluartes tomando por alinhamento precisamente o término dos quarteirões e ruas que, anos antes, se fechavam com portas deixando S. Lázaro de fora da muralha.

Esta linha abaluartada, contudo, aparece nos levantamentos holandeses representada como se se tratasse apenas de muro fortificado com um baluarte virado ao mar, que bate na estrema dos quarteirões e por detrás de uma nova linha fortificada, essa sim que inclui dois extremos abaluartados e uma cava.

Podemos admitir então que a linha abaluartada desenhada por Pedro Barreto de Resende nunca chegou a ser concluída ou sequer de todo foi feita, pelo que o fecho abaluartado de Cochim só terá ocorrido entre 1635 e 1663.



Affbeelding van 't Belegeren en Veroveren der Stadt Couchyn. A. 1663, onder het bevel van Ryckloff van Goens. M. E. Proot, 1663. Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° VEL 0894.



De Stadt de Covvhyn soo als die geweest is doen hij verovert wiert door den E.E. Heer Admirael en Velt-Ooverste Ryklof van Goens den 8. January A. 1663. Philip Baldaeus, *A Description of East India Coasts of Malabar and Coromandel A.D. 1640 and also of the Isle of Ceylon*, 1672. New Delhi, 2000: Asian Educational Services, 632.

A própria demolição ou integração que terá ocorrido à igreja e leprosaria de S. Lázaro, para dar espaço à construção do baluarte do extremo sudeste da cortina defensiva é um outro indício da execução do sistema integrado abaluartado. No entanto, os levantamentos desenhados pós-capitulação, relatos holandeses (cf. Baldaeus, 1672: 631-636; Schouten, 1676: 16-17; 210-225; 266-267; Nieuhofs, 1682: 120-121; *Dagh-Register gehouden int Casteel Batavia... anno 1663*, 1891: 101-106; Galletti et al, 1911) e investigações que analisaram as estratégias militares dos dois últimos cercos postos pela Companhia das Índias Orientais holandesa a Cochim, em 1662 e 1663, (Mostert, 2007), não deixam absolutamente claro se a nova linha se trata efetivamente de um muro fortificado ou uma representação da cava. Todavia, as pormenorizadas vistas que Philip Baldaeus nos deixou, atestam a construção da muralha.



Cochin, on the land side. Philip Baldaeus, *A Description of East India Coasts of Malabar and Coromandel A.D. 1640 and also of the Isle of Ceylon*, 1672. New Delhi, 2000: Asian Educational Services, 630.

Só um estudo arqueológico às ruínas presentes no piso inferior do *Museu Indo-Português* pode contribuir para uma conclusão mais esclarecedora sobre este assunto, já que o resultado da reconstituição que fizemos à malha urbana e ao circuito da fortificação quase faz coincidir a implantação do museu no tecido urbano contemporâneo à igreja e leprosaria de S. Lázaro e, assim, o corpo do baluarte sudeste. Além destas particularidades, tal como os levantamentos holandeses, as vistas de Philip Baldaeus incluem baluartes no pano muralhado verso braço de *Calvetty* e uma cava aquática que vira na direção do topo sul, ligando-se ao mar. Todas estas informações denunciam que houve uma ação dentro da esfera da engenharia militar que não se encontra registada no desenho de Bocarro e Resende.



Inter Cochin, on the land side. Philip Baldaeus, *A Description of East India Coasts of Malabar and Coromandel A.D. 1640 and also of the Isle of Ceylon*, 1672. New Delhi, 2000: Asian Educational Services, 630.

Ao ter sido executada implicou o isolamento da cidade à restante paisagem, plano de *cidade-ilha* que se pretendeu para a fortificação de Malaca, do qual Bocarro e Resende deram conta, mas não foi concluído.

Fica assim sem resposta a pergunta que fizemos quando nos deparámos com a narração do monsenhor Maria Giuseppe Sebastiani sobre a existência de “un Quadro della Pianta, Sito, e Fortificatione di Coccino” (Sebastiani, 1672: 100) na casa do Capitão Geral de

Santa Cruz de Cochim, Kerala, Índia

Cochim, que terá sido visto (e avaliado?) por Lucas Vuanuerden.<sup>61</sup> Tratar-se-ia este quadro do modelo de Júlio Simão ou a representação de Bocarro e Resende?

O que nos chega sem sombra de dúvida é a certeza que os dirigentes militares holandeses conheciam bem as condições do topo sul da marulha, como facilmente verificamos na reprodução da planta *Affbeelding van 't Belegeren en Veroveren der Stadt Couchyn. A. 1663*, onde se mostra que parte das estâncias e valas que complementaram as defesas das tropas terrestres holandesas nos dois cercos, estavam postas viradas ao pano sul.



*Affbeelding van 't Belegeren en Veroveren der Stadt Couchyn. A. 1663*, onder het bevel van Ryckloff van Goens. M. E. Proot, 1663. Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° VEL 0894.

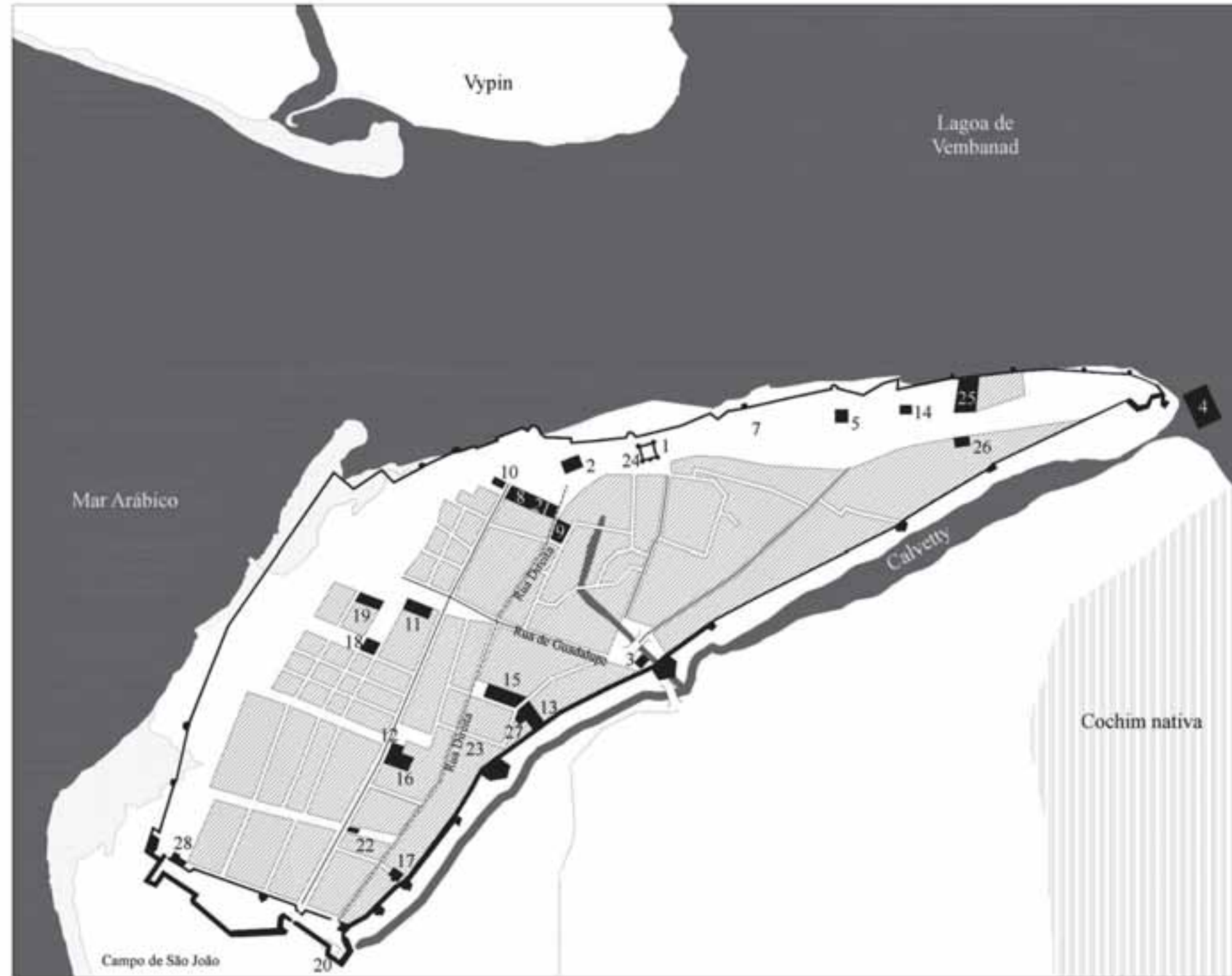
---






<sup>61</sup> Trata-se de um dos comissários holandeses enviados por Van Goens a Cochim para debater com o Capitão português uma eventual capitulação.



# SANTA CRUZ DE COCHIM

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1635-1663



-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Equipamentos (1. Forte Manuel; 2. igreja de Santa Cruz; 3. igreja de Nossa Senhora de Guadalupe; 4. Cais da Pimenta; 5. Casa da Tranqueira; 6. Ribeira; 7. Praça; 8. Hospital Real; 9. Misericórdia; 10. igreja de S. Bartolomeu; 11. mosteiro de Santo António; 12. igreja da Madre de Deus; 13. Hospital dos Pobres; 14. igreja de São Sebastião; 15. convento de S. Domingos; 16. colégio de S. Paulo; 17. igreja de Nossa Senhora do Amparo; 18. igreja de Santa Bárbara; 19. igreja de Nossa Senhora da Ajuda/dos Anjos; 20. igreja de São Lázaro; 21. Casa do Bispo; 22. igreja de Nossa Senhora da Piedade; 23. Alcaçarias; 24. Casa da Câmara; 25. mosteiro de S. Agostinho/ igreja Nossa Senhora da Luz; 26. igreja de Nossa Senhora Anunciada/Purificação; 27. igreja de Nossa Senhora dos Remédios; 28. igreja de Nossa Senhora da Guia)
-  Proposta do traçado da muralha fortificada
-  Traçado dos eixos viários principais
-  Traçado da estrada de acesso a Cochim nativa





# SANTA CRUZ DE COCHIM

INSERÇÃO DA PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA NO TECIDO URBANO ATUAL



10 50 100 500 750

Escala gráfica: 1:7 500



### ***1.11. fora das portas de Santa Cruz de Cochim***

Recuperamos agora o que introduzimos atrás no texto quando falámos do processo de urbanização ter arrancando além dos pontos cardeais sul e oeste da cidade em torno da construção dos grandes equipamentos dos dominicanos, jesuítas e franciscanos.

O debate crítico do produto material que daqui resultou é uma propriedade essencial para o estudo da influência portuguesa na urbanística da cidade e no território de Cochim, uma vez que se prende com a constatação de um processo de instalação nos arredores da cidade. Processo este que, em boa verdade, é composto por vários e distintos processos, muitos deles já discutidos por alguns autores de diversas disciplinas. Não obstante a delimitação de limites geográficos e conceitos aplicados para a sua classificação ou conceptualização dos resultados, são não só díspares (o que se compreende pelas áreas disciplinares em que os estudos se concretizam), como muitas vezes se confundem, traduzindo-se por vezes num afastamento dos conceitos originais. Tudo isto contribui para uma leitura prolixa que urge por uma sistematização dos espaços alicerçada a uma outra conceptual.

Não só por uma questão de coerência do texto, mas porque também nos é útil quando o objetivo é tentar desenovelar a problemática da urbanização dos arredores de Cochim, dividimos este subcapítulo em três subtítulos.

#### ***1.11.1. os arrabaldes e o “termo”***

Foram dois tipos arquitetónicos que Hélder Carita identificou em Cochim e na sua envolvente na “era manuelina” (Carita, 2008). Um de carácter mais urbano, instalado dentro do limite da cidade de Cochim; outro de carácter periurbano ou rural, inserido em

quintas de recreio, na entidade física que identificou como “termo” (Carita, 2008). O que mais nos interessou na tese de Carita foi exatamente esta entidade, o *termo*. Antes da publicação em livro, Carita tinha já identificado na sua dissertação de doutoramento a entidade espacial distinta daquela intramuros. Carita não explica os limites físicos deste *termo*, e não se alarga mais na discussão remetendo o estudo para o “território do interior” (Carita, 2008: 126). Não obstante, foi exatamente esta abrupta e pouco esclarecedora passagem que nos fez pensar sobre a possível existência de um *termo* em Cochim.

Temos documentos que atestam que em 1525 os arrabaldes de Cochim eram formados por pequenas povoações de cristãos da terra e áreas de lazer onde os oficiais costumavam passear (Correia, c. 1550-1563, II, II: 392). Philip Baldaeus, que Carita usou para se referir à última metade do século XVII, confirma que muitos portugueses tinham construído “summer seats” nas *backwaters* junto a Cochim (Baldaeus, 1672: 632), tratando-se provavelmente daquelas “terres à l’entour” que Pyrard de Laval uns anos antes disse terem sido doadas pelos regentes da Cochim nativa, e onde os portugueses haviam construído habitações “comme faubourgs” (Laval, 1611, I: 402), nomeadamente nos terrenos entre as duas Cochins. Só o relato de Laval nos dá uma pista sobre o enquadramento administrativo destes terrenos cedidos a portugueses na envolvente imediata de Cochim quando refere que: “de façon qu’ils y dominant pleinement” (Laval, 1611, I: 402). Informa ainda que além do topo sul da cidade, no Campo de S. João, existia a forca, o que implica reconhecer um alastramento físico do enquadramento jurídico além dos muros da cidade.

O inventário das freguesias que conseguimos listar para o caso entronca, de igual modo, neste raciocínio. As freguesias da Graça e de S. Tomé, afetas às igrejas homónimas localizadas na porção de terreno que separava a Cochim portuguesa da nativa e perfeitamente identificadas também no levantamento holandês *Affbeelding van 't Belegeren en Veroveren der Stadt Couchyn. A. 1663*, cuja reprodução incluímos atrás, são um indicador do chapéu jurídico que pairava sobre as populações imediatas e convertidas ao cristianismo.



Descrição da Fortaleza de Cochim. Pedro Barreto de Resende, *Breve Tratado ou Epilogo de todos os Vissoreys que tem havido no Estado da India...*, *Descrições*, 1635 (detalhe). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, fl. 226. Marcação a branco das igrejas de Nossa Senhora da Graça (topo esquerdo) e de São Tomé (topo direito).

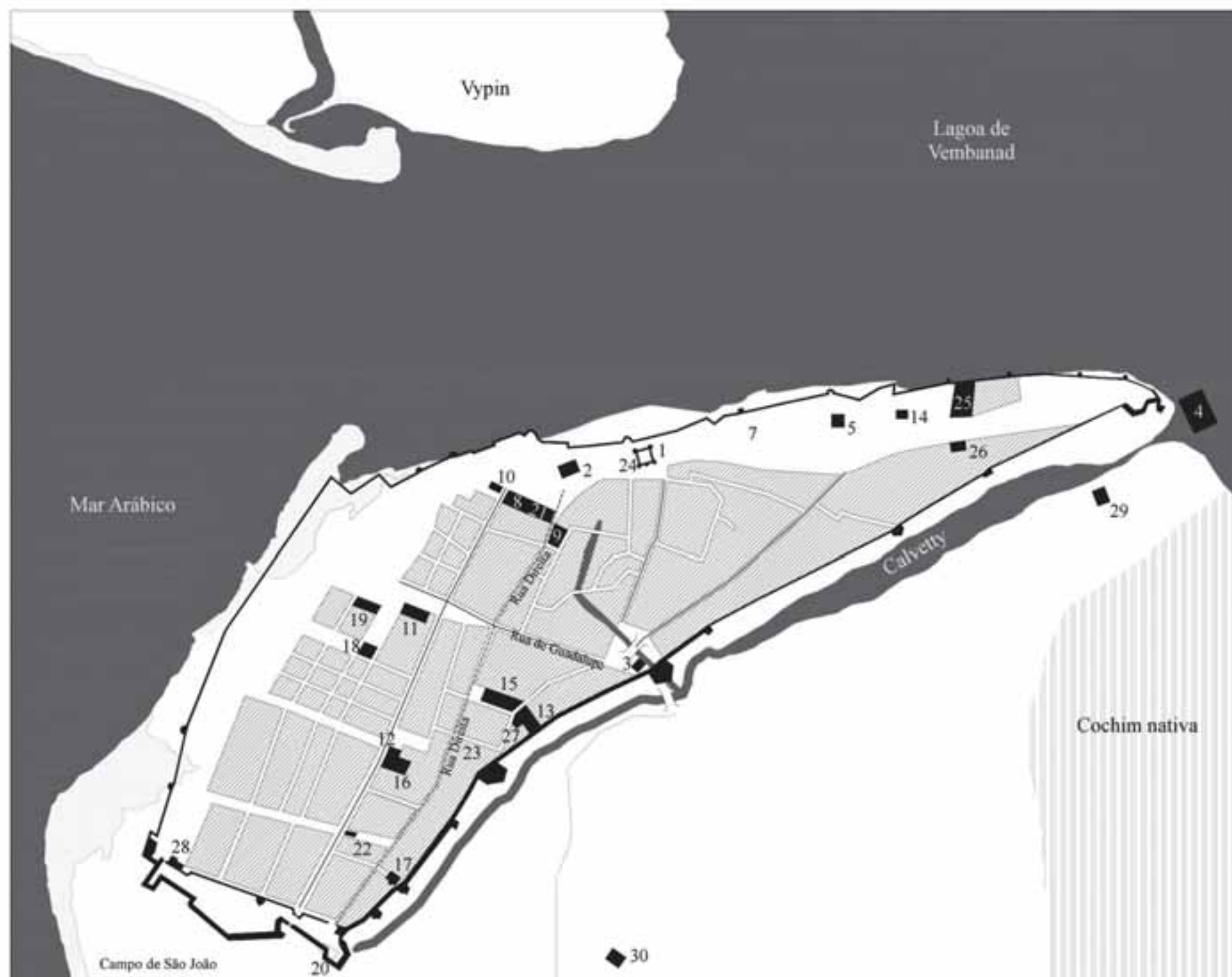
A natureza dos dados, porque parca e pouco sustentável, elide, no entanto, qualquer tentativa de avançar com uma definição territorial absoluta do *termo*. Talvez tenha sido esta a própria natureza do conceito em Cochim.







# SANTA CRUZ DE COCHIM


PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1635-1663 e freguesias de Nossa Senhora da Graça e de São Tomé



 Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa

 Equipamentos (1. Forte Manuel; 2. igreja de Santa Cruz; 3. igreja de Nossa Senhora de Guadalupe; 4. Cais da Pimenta; 5. Casa da Tranqueira; 6. Ribeira; 7. Praça; 8. Hospital Real; 9. Misericórdia; 10. igreja de S. Bartolomeu; 11. mosteiro de Santo António; 12. igreja da Madre de Deus; 13. Hospital dos Pobres; 14. igreja de São Sebastião; 15. convento de S. Domingos; 16. colégio de S. Paulo; 17. igreja de Nossa Senhora do Amparo; 18. igreja de Santa Bárbara; 19. igreja de Nossa Senhora da Ajuda/dos Anjos; 20. igreja de São Lázaro; 21. Casa do Bispo; 22. igreja de Nossa Senhora da Piedade; 23. Alcaçarias; 24. Casa da Câmara; 25. mosteiro de S. Agostinho/ igreja Nossa Senhora da Luz; 26. igreja de Nossa Senhora Anunciada/Purificação; 27. igreja de Nossa Senhora dos Remédios; 28. igreja de Nossa Senhora da Guia; 29. igreja de Nossa Senhora da Graça; 30. igreja de São Tomé)

 Proposta do traçado da muralha fortificada

 Traçado dos eixos viários principais

 Traçado da estrada de acesso a Cochim nativa



10 50 100 500 750

Escala gráfica: 1: 7 500



### *1.11.2. instalações além do “termo”*

No que diz respeito à outra fase de alastramento da influência portuguesa, fora de portas de Santa Cruz de Cochim, não o incluímos na divisão anterior por proceder de um processo urbanizador que em bom rigor não o é. O que ocorreu foram instalações pontuais decorridas sob a alçada da missão, principalmente jesuíta. Além destas especificidades, no plano do estudo do urbanismo a análise do tipo de instalação aproxima-se mais da crítica da paisagem rural que daquela da paisagem urbana.

Segundo a carta do irmão Gaspar Soeiro, de 1560, “[d]efronte desta cidade de Cochim esta huma ilha, que se chama de *Vypin*, a qual por outro nome se chama ilha Santa ou Couto. Nesta, (...) esta já feita huma igreja em que estão os padres franciscos” (Rego, 1947-1959, VIII: 244). Julgamos tratar-se da igreja de Nossa Senhora da Esperança, hoje igreja de Nossa Senhora da Vida.

Um ano depois, na carta do padre Luís Fróis (Rego, 1947-1959, VIII: 397) dava-se conta de ter-se iniciado a construção de um novo colégio jesuíta. Contudo, em 1567, esta informação é contradita, na medida em que apenas se participa a possibilidade de edificar um outro colégio (Rego, 1947-1959, X: 239).

Em 1579, porém, já a Companhia tinha duas residências fora da cidade de Cochim. Uma dedicada a “S. Tiago que esta en una huerta una legua de Cochim, (...) adonde a las vezes se van arcercar (sic) los padres en la qual viven ordinariamente un padre y un hermano y aun como quinientos christianos al derredor todos pescadores” (Rego, 1947-1959, XII: 503). Outra a “tres o quatro leguas de Cochim entre los christianos de la sierra que llaman de S. Thome ” (Rego, 1947-1959, XII: 503). Juntava-se a este conjunto, uma igreja edificada a seis léguas a sul de S. Tiago junto de uma povoação

com cerca de 500 convertidos. Seguindo os moldes aplicados à anterior os padres previam para este lugar a construção de uma terceira residência, consoante o patrocínio, mas os dados que nos chegaram não nos permitem corroborar a sua efetiva edificação.

O desígnio passou à execução, no entanto, numa povoação distante cinco léguas de Cochim para o sul, junto à costa, “no reino de Muterte (...) cuja igreja he do Apostolo de S. Andre. [...] muito antes se pretendeo fazer, mas nunqua se pode alcançar licença do rei e principes da terra” (Rego, 1947-1959, XII: 799). Sobre esta igreja, dá-se conta da contribuição do regente local para a sua construção, já que “acabou se esta igreja pouco antes da festa do Apostolo S. Andre, pela qual o mesmo rei deu a madeira das árvores de seus pagodes em que ninguem toca, sem sua licença, dizendo ao padre que tomasse e cortasse tudo o que lhe fosse necessario”.

Ao elenco anterior juntam-se as igrejas que Hélder Carita apontou em *Palluruty*, *Mundamvely* e *Edacochim* (Carita, 2005: 108).

Mas o alastramento não sucedeu apenas para o sul rumo a Coulão. Facto, aliás, que já facilmente se aduzia levando em linha de conta o estudo do autor atrás referido. No relatório do Padre Valignano dá-se conta do pedido dirigido ao Padre Geral acerca da aprovação e ajuda monetária para a construção de um colégio ou seminário em *Angamale*, referindo-se que já existiam 500 cruzados disponíveis para a sua construção. Todavia, o começo protelava por falta do aval do monarca (Rego, 1947-1959, XII: 504-505).

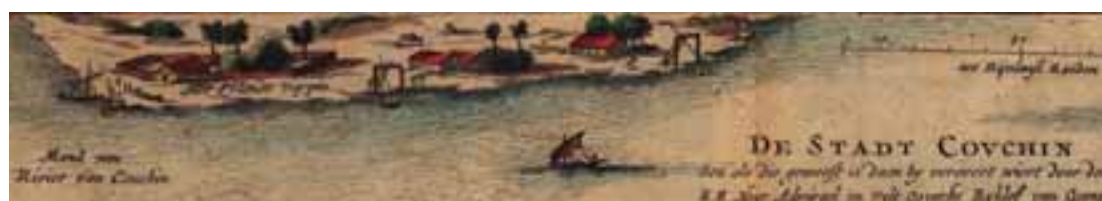
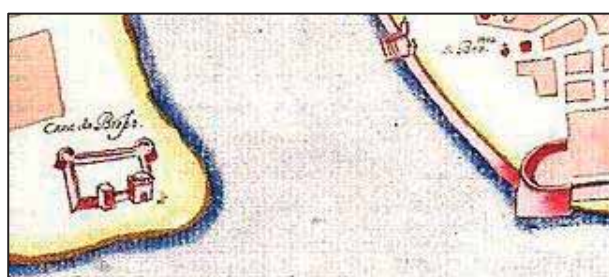
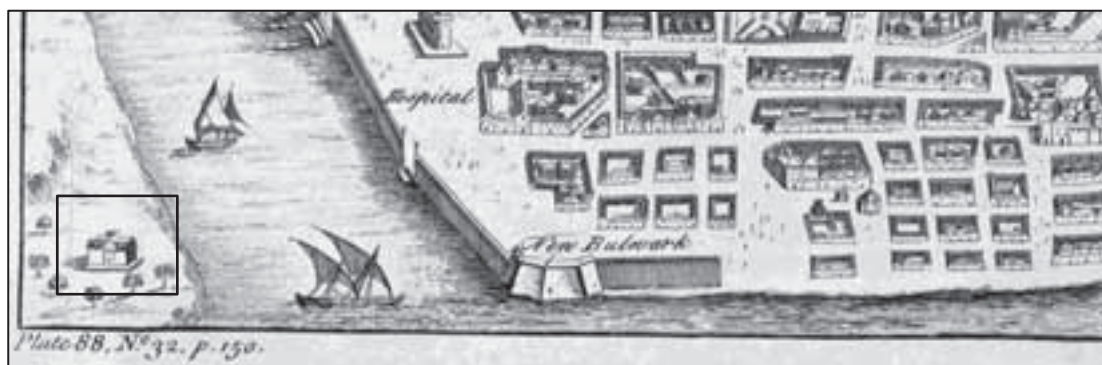
*Angamale* contava igualmente com a presença de duas igrejas (a do Povo e a do Arcebispo), que “sono à modo di Fortezza. Con muraglie all’intorno” (Sebastiani, 1672: 118).

Por último, Charles Dias referiu a presença de um seminário jesuíta (*Vypicotta*), fundado em 1577 em Paliporto, junto ao *Castello de Cyma* (Dias, 2009: 250).

Os dados que dispomos são demasiado magros para sustentarem uma análise e crítica maturada ao tipo de instalação dentro da paisagem em que se insere. No entanto, comungam de um mesmo esclarecimento que exhibe uma diferença clara em relação ao processo urbanístico da cidade de Cochim: a instalação, ou se quisermos, a acomodação num espaço já edificado, bem no coração das populações nativas, cujo apoio do rei de Cochim diminui em proporção à distância que se percorre para sul e interior do território em favor do regente da região (Wicki, 1948-1988, XIII: 34).

Ainda dentro da problemática aberta pelo impulso da tarefa missionária, numa leitura que respeita aos quadrantes da prática urbanística e da engenharia/arquitetura militar chamamos a atenção para as igrejas construídas em Angamale e em *Vypin*. As de Angamale porque o pequeno excerto que citámos antes denuncia um tipo peculiar. As de *Vypin*, porque os registos cartográficos além de incluírem a igreja de Nossa Senhora da Esperança, indicam a existência de uma segunda Casa do Bispo, num primeiro momento alojada num espaço isolado em plena área rural, que em alguns aspectos nos recorda o caso de Malaca onde encontramos cartografada uma Horta do Bispo. Depois porque representada como integrante de uma estrutura militar ao jeito de casa com fortificação, que varia entre muros fortificados e tranqueira consoante o registo tenha sido realizado por um debuxador português ou holandês.

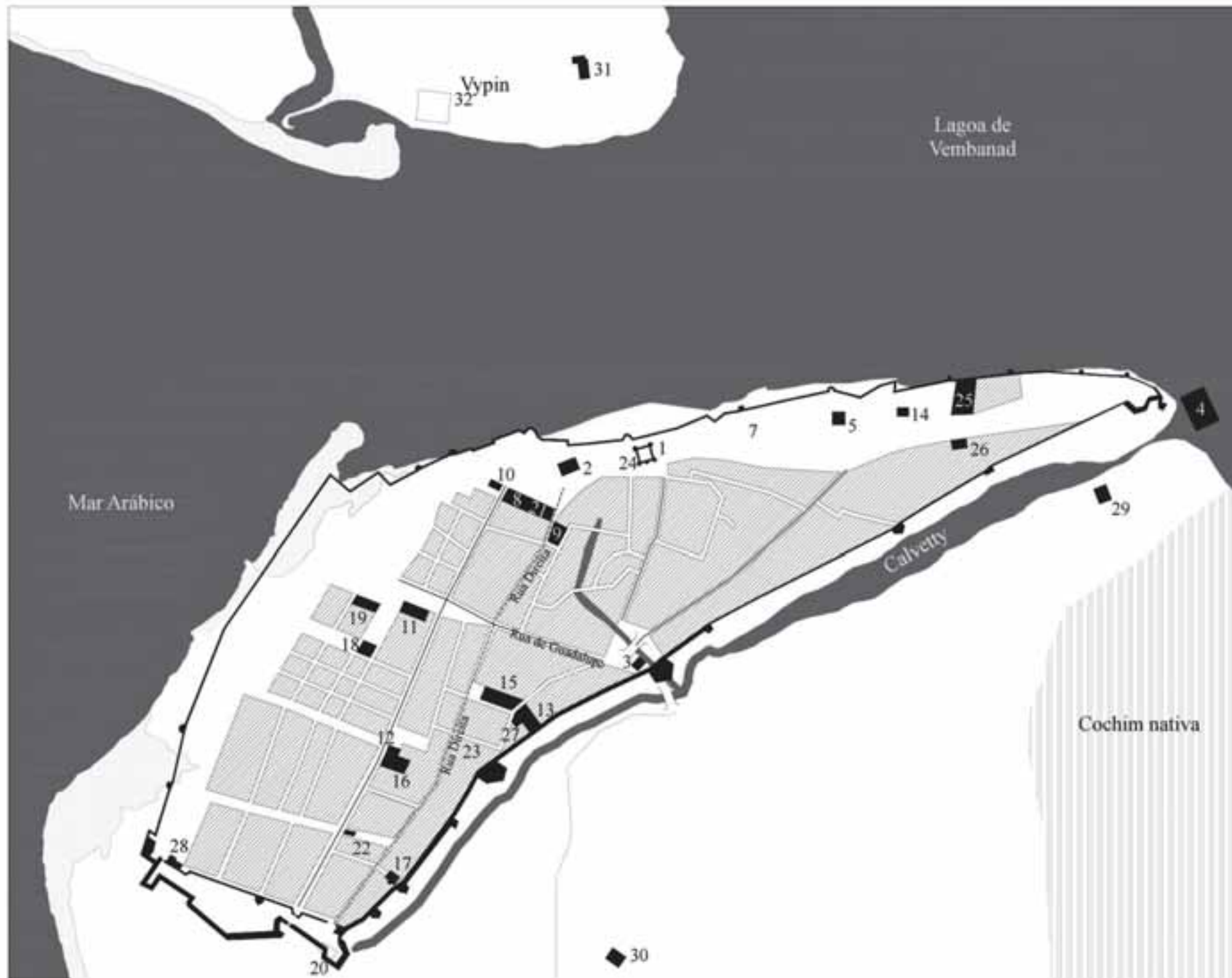
Esta estrutura terá sido, numa fase posterior, ocupada e transformada para acomodar o forte holandês, o *Fort Orange*.



Cochim. Manuel Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, 1666-1675 (detalhe). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, tomo I. Marcação a preto da Casa do Bispo.  
 Planta da Cidade de Cochim. Autor Anónimo, *Plantas das Cidades, portos e fortalezas da conquista da Índia Oriental*, c. 1633 (detalhe). Munique: Bayerische Staatsbibliothek, Cod. Icon. 162; Viena: Österreichische Nationalbibliothek, Cod. 5958 e 6860; Paris: Bibliothèque Nationale de France, Res.m. GE DD 2013.  
 Cochim. António Bocarro e Pedro Barreto de Resende, *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, 1635 (detalhe). Biblioteca Pública de Évora, Inv. n.º Cód. CXV/2-1.  
 De Stadt de Covvhyn soo als die geweest is doen hij veroveret wiert door den E.E. Heer Admirael en Velt-Ooverste Rycklof van Goens den 8. January A. 1663. Philip Baldaeus, *A Description of East India Coasts of Malabar and Coromandel and also of the Isle of Ceylon*, 1672 (detalhe). London: Black Swan, p. 632.  
 Affbeelding van 't Belegeren en Veroveren der Stadt Couchyn. A. 1663, onder het bevel van Ryckloff van Goens. M. E. Proot, 1663 (detalhe). Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n.º VEL 0894. Marcação a preto do Fort Orange, possivelmente sobreposto à Casa do Bispo, em Vypin.

# SANTA CRUZ DE COCHIM

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1635-1663 e Ilha de Vypin



- Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
- Equipamentos (1. Forte Manuel; 2. igreja de Santa Cruz; 3. igreja de Nossa Senhora de Guadalupe; 4. Casa da Pimenta; 5. Casa da Tranqueira; 6. Ribeira; 7. Praça; 8. Hospital Real; 9. Misericórdia; 10. igreja de S. Bartolomeu; 11. mosteiro de Santo António; 12. igreja da Madre de Deus; 13. Hospital dos Pobres; 14. igreja de São Sebastião; 15. convento de S. Domingos; 16. colégio de S. Paulo; 17. igreja de Nossa Senhora do Amparo; 18. igreja de Santa Bárbara; 19. igreja de Nossa Senhora da Ajuda/dos Anjos; 20. implantação anterior da igreja de São Lázaro; 21. Casa do Bispo; 22. igreja de Nossa Senhora da Piedade; 23. Alcaçarias; 24. Casa da Câmara; 25. mosteiro de S. Agostinho/ igreja Nossa Senhora da Luz; 26. igreja de Nossa Senhora Anunciada/Purificação; 27. igreja de Nossa Senhora dos Remédios; 28. igreja de Nossa Senhora da Guia; 29. igreja de Nossa Senhora da Graça; 30. igreja de São Tomé; 31. igreja de Nossa Senhora da Esperança; 32. proposta de implantação da Casa do Bispo em Vypin)
- Proposta do traçado da muralha fortificada
- Traçado dos eixos viários principais
- Traçado da estrada de acesso a Cochim nativa







### ***1.11.3. áreas sob (possível) influência portuguesa***

A porosidade da linha divisória entre o que são de facto terras e povoações constituintes de um *termo* e o que não o é, só fica ultrapassada quando inquirimos, por um lado o papel que o *termo* teve para manutenção da cidade de Cochim, por outro quais as condições a que obedeceu nas esferas da administração e justiça.

Desejar demarcá-lo tão só pela via do estudo urbanístico não é uma via que prime pela exatidão. Quantas as vezes a permeabilidade cultural não atravessou e diluiu fronteiras? Veja-se, a título de exemplo, o processo tantas vezes referido nas crónicas e relatos de viajantes como “a entrada na Serra” (Rego, 1947-1959, XII: 379). Em boa medida assemelha-se ao processo de instalação de templos cristãos ao longo da costa até Couião, até porque dele decorre, mas ultrapassa-o quando da costa segue para o *hinterland* (terras pimenteiras) de Cochim na direção dos Gates.

A *Ânua do Colégio de Cochim* (Rego, 1947-1959, XII: 379), de 1577, atesta mesmo a autorização para esta progressão de padres e estruturas edificadas debaixo do chapéu missionário da Companhia de Jesus por todas as serranias do que é atualmente a região do *Kerala*. Seriam cinquenta e duas as igrejas e capelas espalhadas pelo território segundo o relatório da *Seconda Speditione All’Indie Orientali* do monsenhor Giuseppe Maria Sebastiani, realizada em 1661, designando-as de “Chiese della Serra”.

Mais nos adianta este relatório sobre a subordinação dos povoados localizados no entorno destes templos:

Li Christiani della Serra, benche sparsi per molti Regni, e sogetti à Prencipi Gentili, pur compogono frà se stesi, come una Republica, della quale è Capo il prelato, che amministra loro Giustitia, non solo quanto allo Spirituale, mà quasi che

in tutte le Cause Civili; e quando alcuno di essi riceve qualche aggravio da què Rè Idolatri, ricorre al Vescovo, perche sia pienamente sodisfacto (Sebastiani, 1672 68).

Ainda na senda da *entrada na Serra*, porque partilhamos do que tão bem soube transmitir Pius Malekandathil: “No city stands on its own and the study of a city takes one to the interior land space which feeds the city” (Malekandathil, 1998: 62), há que somar um outro processo.

Desde cedo que os portugueses (e aqui referimo-nos a portugueses enquanto pessoas singulares e não entidade colectiva), ousaram seguir a vida fora do espaço urbano de Cochim.<sup>62</sup> Eram homens transacionistas da pimenta das serranias, em simultâneo não exclusivos nem desvinculados das negociações que integravam a esfera do Estado da Índia, atuando por si e em seu próprio benefício.

Tendo em consideração o que atrás expusemos, elencamos apenas dois territórios que resultam de dois processos diferentes e sobre os quais existem já estudos científicos concretizados em linhas de investigação afetas a áreas disciplinares outras àquela que nos ocupa, mas que consideramos basilares para se perceberem as dinâmicas da influência.

O território identificado e cartografado por Pius Malekandathil, herdeiro da economia cooperante, ou “economic unit” constituída por “Cochin and its hinterlands, which were scattered over different kingdoms and pricipalities (...) politically and administratively different” (Malekandathil, 1998: 97), e em que a presença portuguesa e luso-indiana

---

<sup>62</sup> Sobre este processo e o eco que teve para a constituição de uma diáspora da influência luso-indiana no território do *Kerala* após a capitulação de Cochim em 1663, veja-se Dias, 2009.

circulou de forma a garantir “the means and ways by which pepper could be purchased and supplied regularly for the Portuguese factory in Cochin” (Malekandathil, 1998: 80).



Hinterland de Cochim, in Malekandathil, 1998: 62.

Por último, o território levantado na investigação de Charles Dias, no qual sugere ter existido uma disseminação da influência portuguesa à paisagem rural mediante a participação da fidalguia luso-indiana. Influência esta que terá sido alavancada pelo método agrícola que se pretendeu aplicar junto das populações nativas numa atitude

Santa Cruz de Cochim, Kerala, Índia

com vista a estimular “the tendency for agriculture to concentrate on cash crops in the large estates possessed by them in and around Cochin”, que no processo “changed the very appearance of the islands of Vypin, Vallarpadam, Kadamakkudi, Varapuzha, Bolgatty, Gothuruthu, Malyankara etc” (Dias, 2009, 152).

Não temos elementos suficientes que suportem uma análise consistente à eventualidade de ter existido, ou existir, uma interferência expressiva da urbanística pela influência portuguesa nestes locais. Quer ao nível da estruturação de aldeias, de parcelas agrícolas ou de infraestruturas de apoio, acesso ou de limites de propriedade.

Resta-nos portanto deixar em aberto esta problemática da urbanística na paisagem rural de Cochim. Até porque, no fundo, a sua análise comporta toda uma nova proposta de um projeto de investigação, ou mais que um, que pela sua dimensão e especificidades de abordagem obriga à intervenção de uma equipa interdisciplinar.

**COLOMBO, 1506-1656**  
**(Sri Lanka, costa sudoeste)**



Localização geográfica e topo geografia de Colombo.

*Fermosa casaria, ruas bem compassadas, e quatro Mosteyros das quatro ordens, q.' pr.o passaraõ â India (...). Fora dos muros hortas fresquissimas; aonde a paz uiuiaõ, e se recreuaõ os Portuguezes.*

*[...] Estes foraõ seus crecim.tos, comessando com humildes casas, q.' nas guerras subseqentes, foraõ p.r uezes queymadas.*

(Queiroz, 1688: 246).



Identificação do tecido urbano em análise.

### **2.1. introdução**

Colombo é a única cidade que integra o conjunto dos estudos de caso desta investigação que a autora não visitou. O teor introdutório, texto e fotografias, tem, necessariamente, de valer-se de particularidades observadas, estudadas ou registadas por outros.

A instalação dos portugueses em Colombo decorreu, de certa forma, descontínua, de 1506 a 1656, em especial nas áreas contemporaneamente identificadas por *Fort District* e *Pettah*. Entre estas datas, instalou-se, depois de um primeiro momento, um núcleo de povoamento de tipo elementar apoiado pela fortaleza de Santa Bárbara que, não obstante os planos para transformar Colombo o centro administrativo do Estado da Índia, em 1524, foi desmantelado, regressando a presença portuguesa (oficial) já na segunda metade do século XVI. A segunda fase de instalação resultou num tipo de ocupação bem mais complexo e alargado no terreno, que, em boa verdade, se deveu a uma ação urbanizadora mais concertada, e também à transferência da corte e capital cingalesa de *Kotte* para Colombo na década 60 de quinhentos.

A instalação da Companhia das Índias Orientais holandesa no porto de Baticaloa (*Batticaloa*), localizado na fachada este do *Sri Lanka*, em especial depois de 1602, pôs em causa a presença portuguesa na ilha, já por si sempre frágil devido ao ambiente de guerrilha constante entre as fações reinantes de Ceilão, em particular, *Kandy*, *Sitawaka* e *Jaffna* (*Jaffnapatam*, Jafanapatão), que obrigaram à participação militar e, em boa medida a uma estratégia político-diplomática, da presença portuguesa, sobretudo na defesa do reino de *Kotte*. A frase do cronista Diogo do Couto: “já que nos cabe aqui entrar com as guerras de ceilão, que des que descobrimos aquella Ilha foi sempre ao Estado da India outra Chartago a Roma” (Couto, 1595, V, I: 45), elucida o cenário que

se viveu. E não fosse sabermos que Couto o escreveu antes da entrada do século XVII, aplicar-se-ia copiosamente ao processo que a historiografia apelidou de *a conquista de Ceilão*, quando, depois de Filipe I ter herdado o reino de *Kotte* em 1597, a presença portuguesa tentou alargar a sua soberania a todo o território da ilha, mediante um enquadramento tanto bélico quanto jurídico-administrativo.

Ao golpe final desferido a Colombo em 1656, pela coligação da Companhia das Índias Orientais holandesa com o soberano do reino *Kandy*, precisamente localizado a meia distância entre Baticaloa e Colombo, seguiu-se o processo de ocupação e adaptação da cidade, levado a cabo pela administração holandesa, que significou, nas palavras de Remco Raben, uma verdadeira “revolução” (Raben, 1977: 95), e o mesmo aconteceu com as ocupações britânica e por fim cingalesa. Todas estas intervenções adulteraram significativamente as marcas da urbanização portuguesa, sendo hoje quase impossível proceder a uma análise morfológica do sistema parcelário.

No entanto, os autores Rajpal Silva e Willemina Beumer (1988: 216), que ensaiaram uma sobreposição teórica da implantação portuguesa com a malha urbana da época de 1988, atestam que o eixo principal (rua Direita) do núcleo português coincide hoje com a rua principal da área da *Pettah*. Equivalente, o historiador Pedro Dias, admite que a rua Direita é o eixo essencial da zona de *Fort District* (Dias, 2009a, XII: 29). Mas é mais comum reconhecer que a malha urbana contemporânea não guarda qualquer vestígio material da influência portuguesa, excepto, os limites da fortificação erguida pelos anos de 1554, que, em bom rigor, reforçaram os contornos morfológicos próprios do lugar, e uma pedra com as armas de Portugal e com, como a qualifica Zoltán



Biedermann, uma “controversa inscrição” (Biedermann, in Mattoso e Rossa, 2010: 362), que tem merecido algumas páginas na historiografia.

Por todo este elenco histórico, que aqui apresentamos de forma necessariamente breve, Colombo é um caso paradigmático do urbanismo português e um dos menos conhecidos, porque menos estudado, principalmente no que toca à urbanística. Concorre para esta situação a escassez do aporte de documentação escrita que possa funcionar como base credível de uma investigação sistemática. A título de exemplo, na obra *Património de Origem Portuguesa no mundo: arquitetura e urbanismo. Ásia e Oceânia* (Mattoso e Rossa, 2010), Colombo tem um texto sumário que claramente mostra o quão pouco se sabe sobre a sua estrutura urbana construída pela influência portuguesa, ficando a sobreposição da malha urbana à tessitura atual quase limitada ao traçado hipotético da muralha construída já em meados do século XVII.

Não obstante, é uma base útil para iniciar um primeiro confronto com algumas plantas e levantamentos da cidade. Nomeadamente, todo um conjunto de iconografia, vistas e levantamentos de autoria holandesa que desenharam a cidade nos anos imediatos à sua capitulação. Muito mais detalhados e rigorosos que a iconografia de origem portuguesa, são hoje as ferramentas mais úteis para trabalharmos o punhado de dados concretos, e outros inferidos na documentação, em especial, o processo de urbanização que ocorreu depois de 1524. Até esse tempo, a vista de Gaspar Correia, a única representação que conhecemos, é eloquente o suficiente para a caracterização do núcleo original.

Por último, e não menos importante para o desenvolvimento do trabalho que se segue, cabe referir a preciosa contribuição das investigações levadas a cabo pelo historiador

Zoltán Biedermann (2006, 2009), no apuramento do contexto geopolítico do Ceilão onde a influência portuguesa se instalou e desenvolveu até ao século XVII, o chamado momento da *aprendizagem do Ceilão*, que veio examinar, entre outros, a grande sumula de Queiroz (1688) e atualizar e aprofundar o trabalho iniciado por Pieris (1920) e Jorge Flores (1998, 2001). Ainda ao mesmo autor, se deve o primeiro esforço de compreender a estrutura geo-morfológica de Colombo, que faz por comparação à de Cananor (2009a), contribuindo para a caracterização do tipo instalado em Colombo. Também dentro da disciplina do urbanismo, cabe referir o trabalho de Pedro Dias (2009a), que é, no fundo, uma leitura morfológica à malha urbana final implantada pela presença portuguesa, com enfoque à identificação do programa urbano e particularidades da estrutura fortificada.

Já no quadrante do território, o trabalho de Fitzler (1972) é uma ferramenta essencial para o conhecimento da estrutura jurídico-administrativa aplicada ao Ceilão, em especial, quando em cotejo com as obras monumentais de Menezes (1681) ou Ribeiro (1685), e de novo, Queiroz (1688), que dão algumas notas sobre os agentes, os modos e os objetivos da conquista de Ceilão, inclusive, quando já a presença portuguesa havia sido rechaçada da ilha.

Também o artigo de José Vicente Serrão (2014), resultante do projeto de investigação que o autor coordena desde 2009, *Lands Over Seas: Property Rights in the Early Modern Portuguese Empire* (CEHC, ISCTE-IUL; CHAM, FCSH/Nova-Uac; ICS-UL; IICT-MCTES; PPGH-UFF; FCT), é fundamental, visto tratar-se de uma leitura crítica ao plano e às estruturas de territorialização ensaiados no Sri Lanka, desde o final do século XVI a meados do século XVII, com um olhar sobre os seus resultados.

## ***2.2. localização e contexto geopolítico***

Colombo está situada na costa sudoeste do Sri Lanka (o antigo *Ceilão* das fontes históricas portuguesas) um pouco abaixo da linha que divide transversalmente a ilha em duas metades.

Implantada a cerca de oito quilómetros a noroeste da capital administrativa do país, *Kotte* (*Sri Jayawardenapura-Kotte*), ou *Nova Kotte*, Colombo é, desde meados do século XVI, o principal centro económico-financeiro *do Sri Lanka*, em parte devedor do porto que desde cedo ali funcionou e marcou não só o car e a narrativa da cidade, como também a história da própria capital e do país.

A incorporação de *nova* no topónimo da capital é um indicativo da interferência de Colombo em *Kotte*, e está relacionado com a instalação dos portugueses na primeira cidade. O processo que lhe deu origem foi amplamente estudado pelo investigador Zoltán Biedermann (2006), pelo que não será necessário detalhá-lo, mas podemos adiantar que, em 1565, a condição da capital de *Kotte* foi transferida para Colombo. Esta alteração manteve-se durante os anos das administrações holandesa (1656-1796) e britânica (1796-1948), e só em pleno século XX foi restituído o estatuto original de capital a *Kotte*, num processo que envolveu a criação de uma cidade nova com raiz anterior.<sup>1</sup>

Não obstante, *Kotte* desde cedo manteve uma ligação importante com Colombo, já que o porto de Colombo era a rótula marítima de *Kotte* e do tráfico do litoral oeste da ilha. Posicionando-se no final do corredor natural das redes mercantis fluviais, era para Colombo que desciam os produtos cultivados nas serranias interiores do território, que

---

<sup>1</sup> Veja-se <http://www.kotte.mc.gov.lk>; <https://www.britannica.com/place/Sri-Jayewardenepura-Kotte>.

Colombo, Sri Lanka

se descarregavam desde *St. Adams Peak* (Pico de Adão) até à costa ocidental, entre os quais os tão cobiçados canela e elefantes que fizeram a fortuna da *Taprobana*.



Ceilam. Lisuarte de Abreu, *O Livro de Lisuarte de Abreu*, 1558-1564. Nova Iorque: Pierpont Morgan Library, Ms. 525.

*Kotte* é uma cidade relativamente afastada do mar, cumprindo a regra geral de implantação dos núcleos urbanos capitais do Sri Lanka (Kuruppu, in Araújo et al, 2001: 187; cf. Flores, 2001: 25-32),<sup>2</sup> por isso, Colombo funcionou como o porto satélite na foz

---

<sup>2</sup> De acordo com o estudo dirigido à alteração da tipologia urbanística das antigas capitais do Sri Lanka, Jorge Flores verifica que o século XIII significou um momento charneira no qual se passou das chamadas “capitais hidráulicas” de base essencialmente agrária e comumente implantadas no interior da vertente sul (*dry lands*) à fundação de capitais-fortificadas em estrita ligação com os portos de mar implantados na vertente litoral norte (*wet lands*). Exceção feita a Jafna, localizada no topo noroeste da ilha. *Kotte* insere-se nesta segunda fase de urbanização, aproveitando o porto de Colombo para garantir um lugar na órbita dos fluxos mercantis entre o Coromandel, Bengala e Malaca, aos portos da

do rio *Kelani*. Relação territorial, entre as serranias do Pico de Adão, o curso do *Kelani*, o porto de Colombo e a cidade de *Kotte*, que Lisuarte de Abreu bem soube captar, já para os anos 50 do século XVI.

De uma forma geral, as fontes atribuem a chegada da armada capitaneada por Lourenço de Almeida, filho do vice-rei Francisco de Almeida, a uma casualidade,<sup>3</sup> em boa parte programada por Deus: “Mas p.r disposiçaõ do Ceo, qd.º menos o cuydauã, avistaraõ o porto de Gãle na cabeça da Ilha de Ceylaõ; querendo lhes D.º mostrar, q.’ os não troyxera â India p.ª piratas, mas pera conquistadores” (Queiroz, 1688: 138). No essencial, a armada saiu de Cochim em meados de novembro de 1505 com rumo às Ilhas de Maldiva, localizadas a 60 léguas, com o intuito de bloquear naus árabes que circulavam entre as ilhas e os portos da Costa do Coromandel e Malaca, acabando por se perder e ir aportar a Gale (*Galle*), na extremidade sul do *Sri Lanka*. Aí terão permanecido, largando velas para Colombo um mês depois.

O acordo político-comercial estabelecido entre o capitão Lourenço de Almeida e Dharma Parākramabāhu IX (regente do reino de *Kotte*) em 1506, possibilitou uma condição quase exclusiva no comércio da canela cingalesa, bem como a autorização para um primeiro momento da instalação portuguesa em Colombo. Momentos que se encontram profundamente explorados por Biedermann (2006; 2009), na esteira do que Jorge Flores vinha fazendo (1998, 2001). No entanto, o aporte de informação que Biedermann traz oferece uma perspetiva que atualiza as leituras anteriores dirigidas à

---

Índia e aos do Mar Vermelho, mas também, por um breve momento, à China. Esta restrita articulação entre centro de poder e centro de tráfico permitiu a Colombo destacar-se de outros portos do litoral oeste, assumindo-se como porto aglutinador do tráfico da costa oeste do Sri Lanka. Sobre as origens e evolução da urbanização do sul e sudeste do *Sri Lanka* (bacia de *Kirindioya*), mediante a análise arqueológica, veja-se Somadeva, 2006.

<sup>3</sup> Sobre este assunto veja-se Flores, 1998: 123-124.

estratégia portuguesa (cf. Pieris, 1920), na medida em que as elenca com o lado cingalês, mostrando que o aval pertenceu a uma ação intencional, pragmática e com um objectivo político claro, possivelmente maior do que aquele demonstrado por Lourenço de Almeida (Biedermann, 2009: 268-272), e algo semelhante ao acordo celebrado por Francisco de Albuquerque com o regente de Cochim em 1503.

### ***2.3. tipo da ocupação portuguesa: o porto de Kolamba***

Como esperamos ter deixado suficientemente caracterizado na introdução a este capítulo, quando os portugueses aportaram a Colombo em 1506, o porto não era um centro político. Mas a estrita relação com *Kotte*, coloca-o lado a lado à tipologia verificada noutros casos urbanos onde os portugueses se instalaram. Basta ver Cochim, Cananor, Coullão ou Calecute, ou seja, a generalidade das instalações portuguesas na costa do Malabar, que numa fase inicial, e anterior a Colombo, ocorreu à margem de centros políticos portuários com uma ocupação significativa de *mappilas* (mercadores árabes do Malabar).

Em particular sobre o porto de *Kolamba* (*Coleambe*, *Caleambe*, *Kolon Tota*) antes da interferência portuguesa, sabemos muito pouco, sobretudo sobre a sua estrutura urbana. O desenho de Gaspar Correia tem enfoque numa área urbanizada distinta e época posterior àquelas que analisamos agora mas é, no entanto, a base mais útil para trabalharmos um punhado de dados de forma a equacionarmos algumas conclusões e, embora de forma incompleta, propormos um quadro topo-morfológico do lugar.



Ceilam. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, c.1550-1563. Lisboa: Torre do Tombo, CF 40-43.

*Kolamba* era um porto de circulação livre, sem qualquer elemento defensivo (Kuruppu, in Araújo et al., 2001: 187), composto por uma extensão de casario de construção em taipa e cobertura de folhas secas, disposto de forma rarefeita ao longo de uma rua paralela à beira-mar, que serviria também como a zona portuária, já que, entre o casario, estavam implantados os armazéns que compunham o programa da feitoria real (Correia, c.1550-1563, I, II: 652). Nas costas do povoado distinguiam-se as paredes brancas de duas mesquitas implantadas entre o maciço vegetal (Pieris, 1920: 24), que Gaspar Correia não inclui no desenho porque, ou a vegetação era de facto tal que as ocultava, ou porque simplesmente delas não teve notícia.

Uma interpretação abusiva do desenho que referenciamos, e o mesmo pode ser dito sobre aquela que fazemos da carta de Colombo que Pedro Barreto de Resende incluiu

no seu *Breve Tratado ou Epilogo de todos os Vissoreys que tem havido no Estado da India* (1635), admite assumir a representação do próprio *Kelani*, a norte, o que implica identificar na representação tosca da ponte que o atravessa a marcação do passo entre *Kolamba* e o porto de *Negombo*, a cerca de 40 quilómetros a norte. Mas parece-nos mais seguro, que se trate da marcação de uma linha fluvial afluente do *Kelani*, hoje quase paralela à *Port Access Road*, praticamente imperceptível no meio da urbanização.



Ceilam. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, c.1550-1563 (detalhe). Lisboa: Torre do Tombo, CF 40-43.  
Demonstração da Fortaleza de Colvmbo. Pedro Barreto de Resende, *Breve Tratado ou Epilogo de todos os Vissoreys que tem havido no Estado da India...*, *Descrições*, 1635 (detalhe). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, fl. 256.  
Destaque nosso a linha branca

No quadrante sudoeste à mancha edificada estendia-se uma porção de terra vacante e alagadiça que dava acesso à lagoa (atual *Beira Lake*, legendada nas fontes desenhadas portuguesas por *Tanque dos Mainatos* ou *Lavadeiras*) que estava ligada ao mar por influência das dinâmicas das monções na bacia hidrográfica do *Kelani*. Ainda nesta zona situava-se a ponta de *Galbokka*, hoje uma pequena parte do terminal internacional portuário de Colombo, que, na altura, era uma restinga triangular desocupada com bordas rochosas, que entrava no mar como um espigão, aferrolhando o recorte curvo da baía. *Galbokka* estava cortada da massa peninsular pelo atravessamento de um pequeno



braço fluvial que saia da lagoa na direção da baía. Na malha contemporânea o canal fluvial distingue e marca de forma indelével as zonas de *Fort District* e da *Pettah*, mas trata-se de um canal hoje um pouco afastado da localização original. Um breve cotejo da malha urbana com as plantas holandesas pós-conquista de Colombo e as conclusões do trabalho de Ron van Oers (2000), permite-nos perceber esta deslocação, que no fundo, ocorreu sobre uma intervenção anterior, enquadrada nos projetos de reconstrução da administração holandesa em *Fort District*, nos quais o ribeiro sofreu uma estabilização das margens e alinhamento do curso.

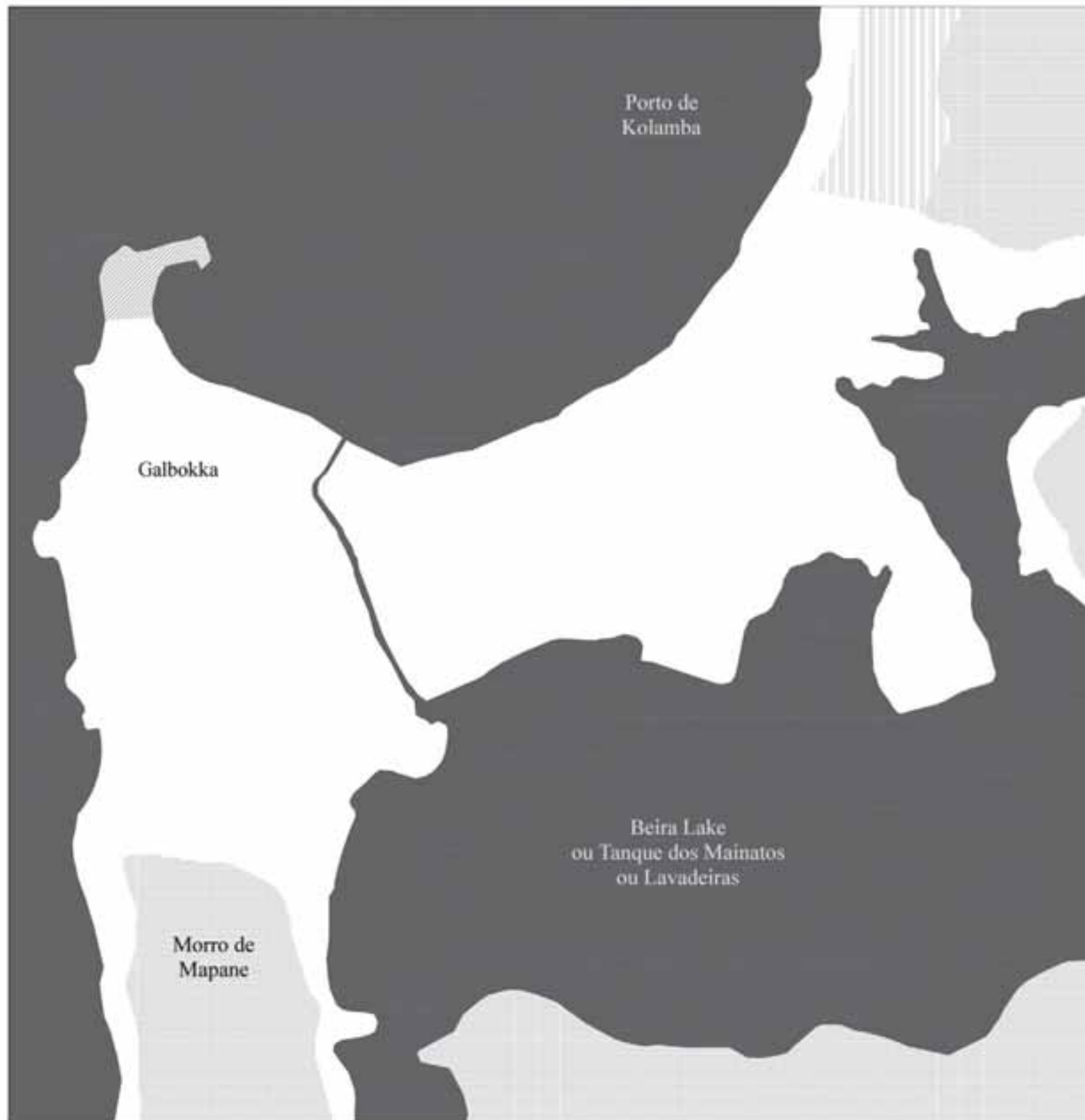
Foi na ponta de *Galbokka*, que mereceu do cronista João de Barros uma meticulosa descrição morfológica, que se instalaram os portugueses, como facilmente se adivinha pelo desenho de Gaspar Correia.




Este póрто de Columbo quásy quer jimitar hũ anzólo, porque tẽ aquella entrada espaçosa, per meyo do qual córta hũ rio: & aponta onde está este anzólo faz a farpa com q prẽde, e tam aguda & assi se afasta do corpo grosso da outra terra, que cõ hũa pedra se pode passar a grossura dela, & cortada com hũa caua fica quásy em jlha sem ter outra entrada se nam pela cáua (Barros, 1932, III, II: fls. 28v-29).



# COLOMBO

PROPOSTA TOPO-MORFOLÓGICA DO PORTO DE KOLAMBA (OCUPAÇÃO PRÉ-PORTUGUESA)



-  Área aproximada da mancha edificada de Kolamba
-  Área aproximada do maciço vegetal
-  Área aproximada da implantação portuguesa (primeira ocupação: 1506)



10 50 100 500 1000

Escala gráfica: 1: 10 000



#### **2.4. a ocupação portuguesa: 1506**

A primeira marcação levada a cabo por Lourenço de Almeida em 1506, resumiu-se à instalação de uma capela dedicada à invocação de S. Lourenço e a um padrão de pedra no ponto mais extremo de *Galbokka*, situados à margem da mancha edificada existente em *Kolamba*.

Sobre a capela, apenas sabemos que foi implantada sobre uma pequena colina, à qual veio dar o nome. O argumento a favor de uma hipótese mais concreta em relação à implantação, é o processo que ocorreu anos mais tarde e consistiu na substituição ou reconstrução do templo primitivo por outra estrutura homóloga e homónima que figura em todos os desenhos posteriores da malha urbana, como, por exemplo, no da *Cidade d' Colombo*, incluída no *Códice de Saragoça*, publicado por Jorge Flores (Flores, 2001a).



Cidade d' Colymbo. Constantino de Sá de Miranda, *Formas de todas as fortalezas da ilha de Ceilão*, 1638. Biblioteca Universitária de Saragoça, Ms. 13, fl. 3r-3v.

A tal elementaridade programática, se é que é correto, para já, falarmos de um programa urbano, não deve espantar que a discussão em torno do padrão ocupe mais páginas na bibliografia que o tema do equipamento religioso, sobre o qual, a única referência que encontramos, o tipifica de “hut” (cabana) (Pieris, 1920: 31), talvez por se ter tratado de

uma construção simples em madeira, com cobertura em folhas secas, semelhante às construções autóctones de *Kolamba*.

Em relação à construção de uma feitoria, ou casa que servisse esse fim, tanto as fontes e, talvez por sintoma a bibliografia que trata da identificação dos elementos programáticos para esta fase inicial (Flores, 1998; Dias, 2009a; Biedermann, 2006; 2009; 2009a), não revelam, grosso modo, qualquer dado concreto, o que sugere que nenhum tipo do género foi construído, pelo menos em *Galbokka*. Apenas Pieris, supomos pela interpretação que fez da obra de Queiroz<sup>4</sup> quando foi responsável pela tradução para inglês, admite uma estrutura provisória, embora não a localize (Pieris: 1920: 31). A inexistência da feitoria, como estrutura física é, no mínimo, estranha. E o mesmo podemos dizer quanto à ausência de uma estrutura defensiva (torre de menagem, cerca, paliçada...) o que, aliás, anos mais tarde mereceu um comentário crítico por parte de Queiroz: “sê p.<sup>r</sup> então, tratar de outra fortificaçãõ” (Queiroz, 1688: 142).

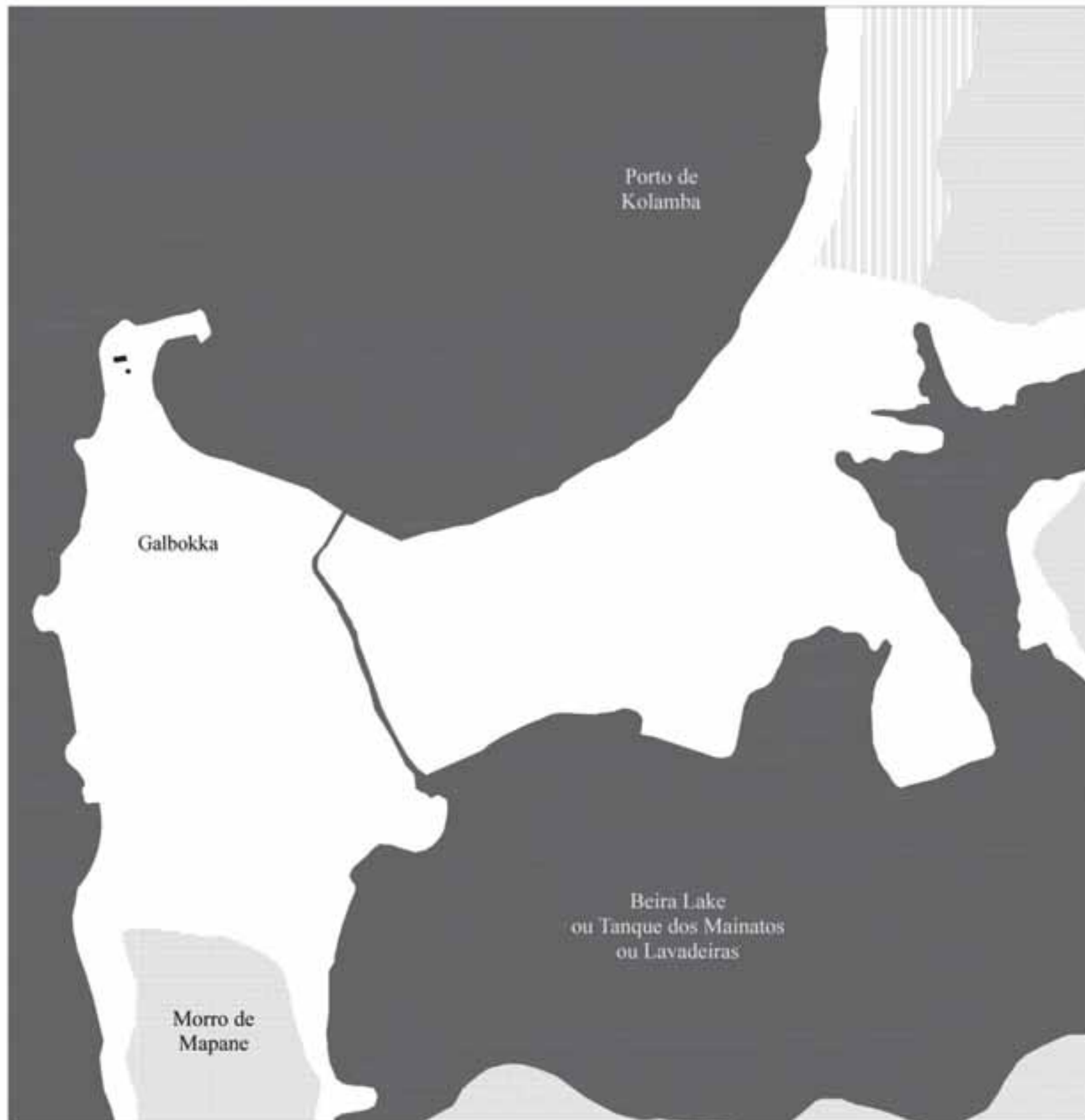
A atitude de quase inação, tem sido lida como uma falta de interesse (Biedermann, 2009: 268), mas pode ter outra leitura tendo em conta a figura principal por detrás da instalação portuguesa: Lourenço de Almeida, que quatro anos antes comandou a armada que logrou conquistar Cananor. É que a experiência vivida no Malabar (em Cananor, Calecute ou Coulão) que, como vimos, veio a ser o mote para o início do processo de instalação em Cochim, aconselhava a edificação de um tipo defensivo. Perante isto, a questão que colocamos é: até que ponto Lourenço de Almeida tinha arbítrio para o fazer, sem responder diretamente a uma ordem emanada do vice-rei ou do seu rei?

---

<sup>4</sup> A única referência à feitoria que encontramos nas fontes, encontra-se na obra de Fernão de Queiroz: “e o Capitão mor [D. Lourenço de Almeida][...]. Mandou abrir em hua rocha, de fronte da Bahia, as Quinas de Portugal; memoria, posto q.’ gastada do tempo, q.’ sempre, no nosso, ali permaneceu. No m.<sup>mo</sup> sitio, leuntou hua pequena Ermida, da inuocação de S. Lourenço, q.’ ficou dando o nome àq.<sup>le</sup> monte; e junto dela, a Feytoria” (Queiroz, 1688: 142).

# COLOMBO

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1506



- Proposta de implantação da capela de S. Lourenço
- Proposta de implantação do Padrão de Armas
- ▨ Área aproximada da mancha edificada de Kolamba
- ▩ Área aproximada do maciço vegetal



10 50 100 500 1000

Escala gráfica: 1: 10 000





### ***2.5. a fortaleza de Santa Bárbara e a primeira povoação***

O período que medeia 1506 e 1518 tem sido interpretado com o hiato da falta de investimento em Colombo a favor de outros pontos geográficos que ocupavam os interesses comerciais e armadas de mar portuguesas (Pieris, 1920: 32; Flores, 1998: 130-131), embora a relação comercial se tenha mantido contínua (*O Oriente Portuguez*, 1907, 4, 9: 369), e D. Manuel I ordenado a construção de uma fortaleza, com o objetivo de construir em Colombo a cabeça do império.

Pieris fundamentou que a escolha de D. Manuel I respondeu a uma circunstância direta resultante da política talassocrática que até então tinha funcionado no Malabar, e que, “it should be remembered that at this time the Portuguese did not possess a foot of territory in Asia, and that the Viceroy himself had to rely on the hospitality of the Raja of Cochin” (Pieris, 1920: 32). Porém, Biedermann, esclarece que Dharma Parākramabāhu IX não foi nenhum “puppet king” às mãos dos portugueses (Biedermann, 2009a: 437-438), como julgou, por exemplo Pieris e, de acordo com o teor da resposta do monarca português à notícia da viagem de Lourenço de Almeida, D. Manuel I não especificou o lugar onde deveria ser construída a fortaleza, deixando-o à consideração do vice-rei, conquanto tenha precisado algumas condições a se ter em conta na escolha do lugar, das quais destacamos: “se fezesse, tam perto da Imdia,(...); e aimda nos parece que voso asento principall devya ser ally, por parecer que estaes ally no meo de toda as cousas, e que, estardes ally, daa mays autorydade a noso serviço e a vosa pesoa” (Pato e Mendonça, 1884-1935, III: 276). Colombo, o porto de Ceilão geograficamente mais próximo da Índia e passagem obrigatória dos fluxos de circulação mercantil entre os dois lados do Cabo Comorim (*Kanyakumari*, *Kânyâkumâri*), que se

faziam dobrando o extremo sul da ilha, que D. Manuel I pretendia controlar, era a aposta mais acertada.

Mas para o propósito do nosso trabalho, o conteúdo mais interessante desta carta de D. Manuel I, é o desígnio que revela: “leyxardes nella allguña gente e navyos, com que possa ficar mais segura” (Pato e Mendonça, 1884-1935, III: 275). Conteúdo que demonstra um desejo de instalação com uma presença continuada, mas que não aconteceu no imediato.

Foi, eventualmente, todo um conjunto de evoluções (ou melhor, convulsões) na política extraterritorial do império, como as conquistas de Ormuz, Mascate, Suar, Socotorá, etc. às portas do Estreito do Golfo Pérsico sob o comando de Afonso de Albuquerque em 1507, as conquistas de Goa em 1510 e de Malaca em 1511, mas também a vassalagem obtida do regente de Chaul no ano seguinte, a par daquela que se adivinhava com a vinda da embaixada do rei das Maldivas (Castanheda, 1551-1561, III: 273; Alves, 2005) que abriu o caminho para a instalação de uma feitoria por volta de 1517-1518 (Castanheda, 1551-1561, IV: 79; Pato e Mendonça, 1884-1935, VII: 182; Góis, 1558: 502), a justificação para que o pedido de D. Manuel I para a construção da fortaleza, bem como aqueles feitos por Dharma Parākramabāhu IX em 1510 e depois por Vijayabahu VI (r. 1513-1521) em 1513, tenham caído. Fortaleza que, no fundo, tinha uma utilidade dupla: por um lado servia de base de apoio militar português aos regentes de *Kotte*, por outro materializava no terreno o vínculo estabelecido entre os regentes locais e a monarquia portuguesa, consentindo a passagem de uma “ocupação abstracta” (Biedermann, 2006: 77) a efetiva, que era, afinal, a vontade do rei português.

Um dos pontos regimentados a Lopo Soares de Albergaria, só perto do limiar da administração do vice-reinado em 1518 a instalação da fortaleza volta a ser referenciada. Precisamente, na altura em que se procedeu à reestruturação do acordo inicial firmado pelo regente de *Kotte* e o monarca português (Biedermann, 2009: 272-274), e no tempo em que se começou a assistir à franca dilatação dos fluxos mercantis nas áreas do Coromandel e Malabar, em significativa parte pela abertura às redes do comércio privado, que a historiografia tem caracterizado como o *período de grande soltura*.

Na armada que saiu de Cochim a 10 de setembro de 1517, seguiram duas naus “com munições, e m.<sup>s</sup> aprestos p.<sup>a</sup> a obra da fortaleza” (Queiroz, 1688: 147), mas devido ao mau tempo, a armada ficou retida cerca de mês e meio em Gale, antes de poder partir para Colombo. Pelo menos é essa a primeira hipótese posta por Queiroz. A segunda, bem mais interessante para o que nos interessa explorar, é a suspeita que Lopo Soares de Albergaria equacionou levantar a fortaleza em Gale (Queiroz, 1688: 147), de facto melhor porto que Colombo (Panditharatna, 1960: 129), o que não aconteceu.

O ano de 1518 corresponde então à segunda fase de instalação e urbanização portuguesas em Colombo, inaugurada com a elevação da fortaleza de Santa Bárbara, à qual se juntou, a par e passo, a instalação de uma feitoria, próximas à capela de S. Lourenço e ao padrão de armas erguidos em 1506. Tal como Lourenço de Almeida antes, Lopo Soares de Albergaria depois validou a ponta de *Galbokka* o local mais apropriado, justamente por ser um pequeno reduto facilmente isolável, exterior à malha urbana autóctone e cavaleiro à baía e ao porto de *Kolamba* (Castanheda, 1551-1561, IV: 98; Barros, 1552-1615, III, II: fls. 28v-29).

A cumprir a analogia com os acontecimentos em 1506, também a armada de Lopo Soares de Albergaria encontrou uma forte oposição dos mercadores *mappilas* estacionados em *Kolamba*, que pôs em causa o aval para a instalação portuguesa do regente de *Kotte* e obrigou o vice-rei a tomar a força das armas quando a diplomacia falhou (Castanheda, 1551-1561, IV: 95-99; Barros, 1552-1615, III, II: fls. 28v-30). O que resultou na primeira elevação de uma estrutura defensiva, composta por valas e uma tranqueira, que podemos entender como uma primeira marcação de fronteira e uma leitura pragmática às condicionantes do lugar.

Sobre a tranqueira, que Castanheda diz ter sido erguida de mar a mar (1551-1561, IV: 98), argumentando com a própria natureza do terreno, que apurámos noutros desenhos portugueses e levantamentos holandeses da cidade de Colombo, e com a hipótese levantada por Zoltán Biedermann (2006), com a qual concordamos, foi aberta relativamente perto do local onde depois se construiu a fortaleza. Principalmente, se assumirmos que o braço fluvial que saía da lagoa contígua à fachada sul de *Galbokka* e atravessava o terreno em direção à baía, foi aproveitado como uma cava aquática que, conjugada com a tranqueira definia uma vasta esplanada militar, complementando assim a defesa, agindo como um primeiro ensaio de insulação, como o relato de Castanheda deixa perceber (Castanheda, 1551-1561, IV: 98).

A construção da fortaleza de Santa Bárbara é um outro argumento a favor da leitura de um pragmatismo frente às particularidades do lugar, na medida em que Lopo Soares de Albergaria pretendeu construí-la com paredes em pedra e argamassa de cal, por serem materiais mais adequados às condições naturais da região, afetadas por chuvas torrenciais durante o período da mudança das monções. Mas o pouco tempo que a

monção favorável ao regresso à Índia impôs à empreitada obrigou à mudança de planos, usando-se, no fim, um preenchimento em barro, mais afeto a esboroamentos por ação das chuvas (como se registou dois anos mais tarde) (Pieris, 1920: 36), mas que imprimiu um tempo de construção mais curto, porque o barro, ao contrário da cal, era um material disponível (Barros, 1552-1615, III, II: fls. 29v-30; Castanheda, 1551-1561, IV: 99; Queiroz, 1688: 153).

No vice-reinado de Diogo Lopes de Almeida, em cumprimento do regimento, foi enviado para Colombo o capitão Lopo de Brito, com um corpo de oficiais, pedreiros e carpinteiros para a reconstrução desta obra em pedra com argamassa de cal.

Pela mesma altura, teve início a implantação do casario (Queiroz, 1688: 155), com estrutura e cobertura em madeira e vegetação seca (Queiroz, 1688: 156; Pieris, 1920: 39). Previsto para cerca de 600 homens,<sup>5</sup> como depreendemos do desenho de Gaspar Correia o casario foi implantado junto ao programa da fortaleza, relativamente afastado da baía e aproveitando as escarpas rochosas da fachada oeste do terreno como parede defensiva. A tranqueira aberta na frente este do casario encerrava o conjunto, funcionando como uma cerca.

Hoje, tendo em conta a significativa adulteração da malha urbana e a carência de fontes, não é possível procedermos a uma análise morfológica e urbanístico-parcelar com profundidade. No entanto, do que pudemos apurar dos levantamentos holandeses, em cotejo com o desenho de Gaspar Correia, e com alguns dados relativos a períodos

---

<sup>5</sup> Tendo em conta que da armada de Lopo Soares de Albergaria ficaram em Colombo cerca de 200 homens em (Biedermann, 2009a: 426), aos quais se juntaram outros 400 vindos na armada de Diogo Lopes de Sequeira (Queiroz, 1688: 155).

posteriores à fase da urbanização que nos ocupa, podemos supor que esta mancha teve como ponto de partida a área imediata a S. Lourenço. A partir dela, e paralela à linha da baía, evoluiu na direção sul até ao lugar onde mais tarde se implantou a igreja e o convento de S. Francisco, ocupando o terreno na ponta de *Galbokka* e deixando vacante toda a área que se estendia à orla da lagoa, por ser um terreno mais rochoso e com elevações, como o prova, para um período posterior, uma das vistas de Colombo, c. 1665-1668, à guarda do Arquivo Nacional de Haia (Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° VELH 0619.115).

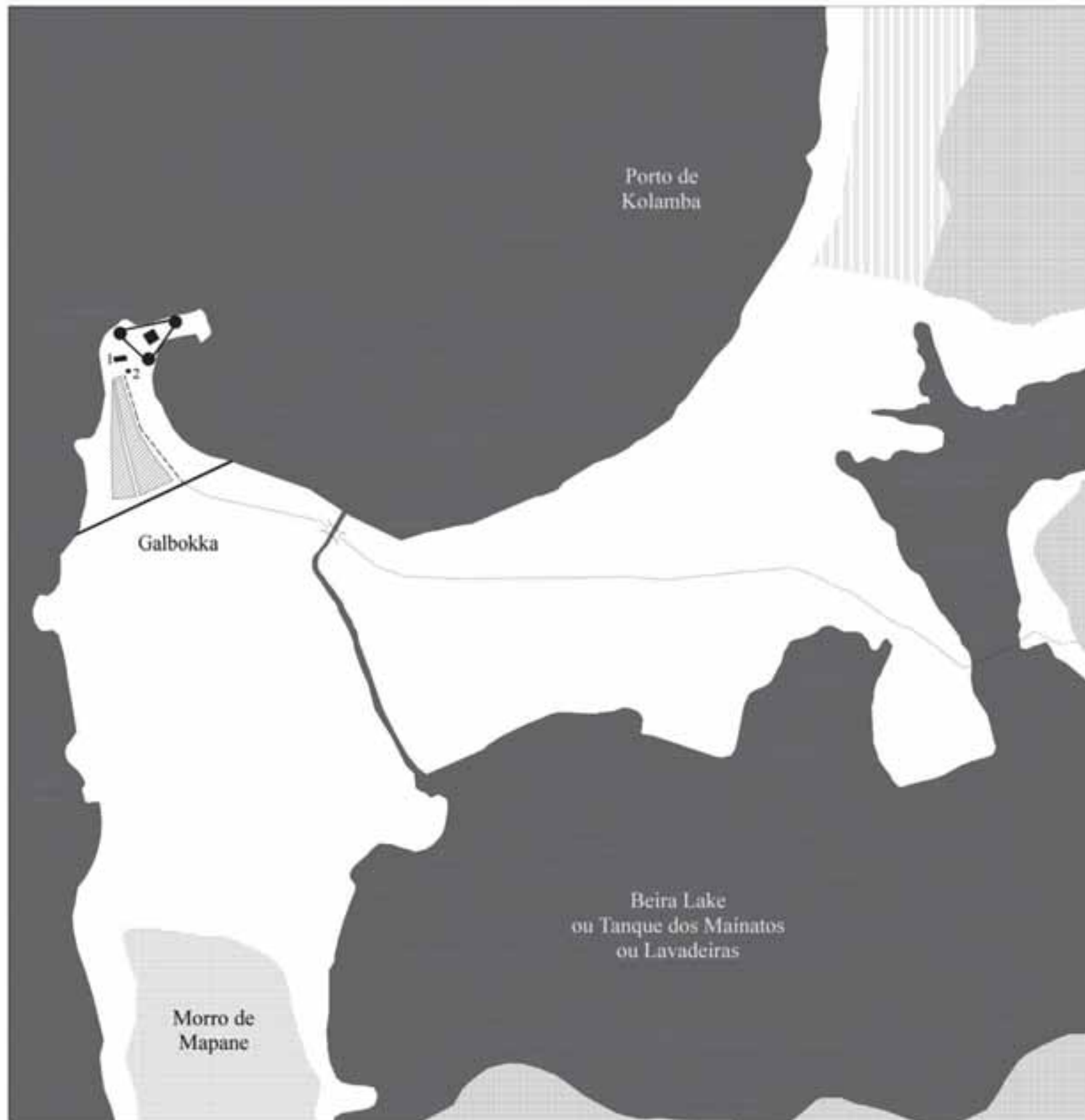
Na frente virada à baía ficou livre uma faixa considerável de terreno, provavelmente para resguardar as habitações dos ventos e marés fortes que na baía se faziam sentir e manter livre a área para o porto (mais tarde a Alfândega) e o acesso que “hia direita” (Góis, 1558: 559) da fortaleza às estradas de acesso a *Kotte* e à foz do rio *Kelani*, atravessando-se a ponte erguida sobre o ribeiro.

Com um grau de segurança muito baixo, equacionamos que a expansão do casario, parece ter começado primeiro mais próximo ao lado da baía e depois, num momento sincrónico ou muito próximo do procedimento da primeira ocupação, no lado oeste da ponta de *Galbokka*, posicionando-se atrás da primeira fiada de lotes. Implantação que, nesse lado, como referimos atrás, estava protegida por rochedos.

A composição de um novo quarteirão longitudinal, paralelo ao primeiro, parece ter contribuído para a marcação de uma rua perpendicular ao fuso da capela de S. Lourenço. A forma triangular do terreno justifica a sua largura disforme, tal como acontece com a forma dos quarteirões.

# COLOMBO

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1518-1524



- Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
- Equipamentos (1. capela de S. Lourenço; 2. Padrão de Armas)
- Traçado hipotético do eixo viário principal
- Traçado hipotético da cerca
- Traçado da estrada de acesso a Kotte



10 50 100 500 1000

Escala gráfica: 1: 10 000





Ao que às características do programa militar diz respeito, para além da representação minuciosa de Gaspar Correia, contamos hoje com o estudo detalhado do historiador Pedro Dias (2009a, XII: 24-25), pelo que, baseados no trabalho dele, deixamos aqui apenas os aspetos principais.

Era uma fortaleza com planta triangular, que respeitava os limites e configuração impostos pela morfologia do terreno, ao que podemos acrescentar que, também os aproveitava, funcionando as bases rochosas como contraescarpa. A torre de menagem ficava ao centro da praça de armas, e junto a ela os armazéns, a feitoria e as acomodações para a guarnição.



Ceilam. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, c.1550-1563 (detalhe). Lisboa: Torre do Tombo, CF 40-43.

Ao contrário de Pedro Dias, que lê na arquitetura da fortaleza pormenores que considera próprios da época manuelina e medieval, Zoltán Biedermann, que pela mesma altura em que o texto de Pedro Dias foi publicado analisou a geomorfologia de Colombo por comparação a Cananor (Biedermann, 2009a), conclui que a inclusão de uma espécie de bastião nos cantos dos muros da fortaleza com capacidade para arremessar artilharia

pesada, exhibe uma atualização da arquitetura militar, que a aproxima das tipologias “modernas” (Biedermann, 2009a: 425-426).

Mais significativo para a nossa perspectiva: o estudo do processo de urbanização e não o da fortificação em particular, é o tipo que Biedermann deduziu em Colombo, homólogo ao Castelo de Sant’Angelo em Cananor, e que resulta da anexação do programa comercial influenciado pelas feitorias instaladas um pouco por toda a Europa, sobretudo em Antuérpia, ao programa militar experimentado nas geografias africanas, do qual o Castelo de São Jorge da Mina (*Elmina*, Gana, África) é o exemplo mais próximo: “fortaleza-feitoria” (Biedermann, 2009a: 426). No entanto, esta conceptualização é algo redutora, admitindo apenas as estruturas do programa militar e do comercial, desconsiderando o programa civil, ou seja, o casario. E é também lacunar, pois não tem em conta a influência do modelo construído na ponta de Sagres, anterior ao da Mina (Rossa, 2012: 35).

Parece-nos então mais adequado o tipo que Walter Rossa e Luísa Trindade identificaram para o caso de Mazagão,<sup>6</sup> na sua fase de urbanização entre 1514-1541: o “castello-popolazione” (Rossa e Trindade, 2014: 107), que, aliás, recorda o germe das instalações em Cananor, Cochim, Coulão, Goa, Malaca, em suma, a generalidade dos casos implantados até ao início da segunda fase de ocupação de Colombo.

## **2.6. o abandono de Colombo**

Zoltán Biedermann explicou já, num tom que prima por alguma ironia mas é assertivo, que a insularidade que tanto se quis para a fortaleza de Colombo acabou por ser “a

---

<sup>6</sup> Para um outro estudo do urbanismo de Mazagão durante a administração portuguesa, veja-se Matos, in Mattoso; Barata; Fernandes, 2010: 85-88.

metaphor for early Portuguese thalassocracy around Ceylon” (Biedermann, 2009: 273). É que em 1524 a ocupação efetiva terminou com o desmantelamento da fortaleza. Pelo menos, no enquadramento oficial, ficando no porto de Colombo apenas o feitor sob a proteção do regente de *Kotte* que, ao que tudo indica, residia na capital.<sup>7</sup>

O domínio português passou assim de uma talassocracia que se faz tendo um pé em terra protegido por uma fortaleza, para se fazer verdadeiramente no “Mar de Ceilão” (Flores, 1998: 143-195).

Às razões que levaram ao abandono de Colombo apresentadas por Pieris: o pouco lucro que as receitas da feitoria davam e a antipatia dos cingaleses pelos portugueses (Pieris, 1920: 46-47), juntam-se as listadas pelos historiadores Jorge Flores (1998) e Zoltán Biedermann (2006) no plano da gestão política: a gestão iniciada com o vice-reinado de Vasco da Gama em 1524, na qual se pretendeu a alienação de todas as fortalezas, à exceção das de Cochim e de Goa (Flores, 1998: 152); a posição secundária de Colombo na estratégia do império, a mãos com a revolta em Ormuz, a perda das terras firmes de Goa e os assédios a Malaca e a Pacém. Também as profundas alterações nas estruturas centrais do poder, quer em Portugal, quer em *Kotte*, contribuíram para retirar de Colombo a presença portuguesa. Em 1521 ambas as monarquias viram a mudança de regentes. À morte de D. Manuel I e Vijayabahu VI, sucederam D. João III e Bhuvanekabahu VII (r. 1521-1551), que acordaram no abandono da estrutura.

Conquanto Bhunavekabahu VII não tenha sido contra a presença portuguesa na ilha, já que o sistema imperial cingalês a permitia, desde que debaixo do chapéu militar ao

---

<sup>7</sup> Quando *Sitawaka* e Calecute assediaram *Kotte*, em 1536, Nuno Freire de Andrade, feitor de Colombo estava na capital, sendo, segundo Couto, o responsável pela construção de um sistema fortificado composto por baluarte e linhas de tranqueira no passo de *Kotte* (Couto, 1595, V, I: 62).

serviço do rei de *Kotte* (Biedermann, 2009), qualquer outra expressão (material ou humana) da autoridade portuguesa não era tolerada. Por isso, a sequente destruição que levou a cabo do pouco que terá restado em Colombo (Queiroz, 1688: 244-245) não foi uma rebelião ou desforra, mas uma tábula rasa à realidade construída.

Bhuvanekabahu VII iria arrepender-se desta decisão em 1528, quando o regente das *Terras Baixas de Ceilão*, ou o reino de *Sitawaka*, Mayadunne, pretendeu invadir *Kotte* com o apoio militar do Samorim de Calecute. Ainda que Bhuvanekabahu VII tenha tentando reativar a origem do acordo luso-cingalês, com o fim de obter auxílio militar por parte do monarca português, pondo à troca o aval para a construção de uma nova fortaleza portuguesa em Colombo (Biedermann, 2009: 280-281), o pedido não teve consequência. Só em 1542, com a coroação em Lisboa do herdeiro ao trono Dharmapala (r. 1551-1597), as relações luso-kotteanas assentes, na feliz expressão de Biedermann, raiz de inter-império, ficaram estabelecidas, porém, sem que de ambas as partes houvesse uma definição clara do contrato.

### ***2.7. entre uma ocupação oficial e não oficial***

A construção de uma nova fortaleza em Colombo, é usualmente atribuída aos anos de 1553-1554, contanto, algum teor documental antecede esta data, e não se refere, em particular, ao estabelecimento da guarnição e feitoria por Afonso de Noronha em 1551 (Couto, 1595, VI, II: 345; Queiroz, 1688: 245).

Sabemos, por exemplo, que em 1543 os padres franciscanos se instalaram na cidade, com igreja, mosteiro e um jardim ou horta encerrado por muro, próximos ao fecho sul do renque de lotes habitacionais do núcleo original. A posição externa do conjunto

franciscano face à mancha de casario, ou do que dela restou, deu lugar à definição de um adro na fachada principal, rasgado a eixo com a rua que saia do interior do conjunto de quarteirões. Limitado na frente pela traseira de um dos blocos, o lado virado a este ficou aberto e comunicante com a zona do porto e o eixo principal da composição urbana.

Condição que a implantação da Misericórdia na frente virada à baía e no alinhamento do quarteirão de lotes imediato veio encerrar, e terá, à evolução do casario, contribuído, por um lado, para o arranque de um novo quarteirão na direção sudeste, tangente, mais uma vez à curva do eixo principal junto ao porto; por outro, para a amarração da trama viária convergente ao adro de S. Francisco, impondo no terreno o limite da rua de acesso, perpendicular à baía. Um pouco mais recuada à face dos quarteirões dispostos a norte e a sudeste, o espaço deixado vago frente à Misericórdia permitia prolongar a vida pública do adro para o porto, como nos dá a entender o levantamento holandês de *Colombo* e a vista *De Stadt Colombe*, revelando, inclusive, que nos primeiros anos a administração holandesa não impôs uma ruptura com a malha urbana e construção anteriores e portuguesas (Silva e Beumer, 1988: 219).



Colombo. Autor anónimo, c. séc. XVII (detalhe). Colombo Archives, Inv. nº COL39DRA. 1. Misericórdia; 2. Igreja e mosteiro de S. Francisco.

De Stadt Colombe. Wouter Schouten, *Oost-Indische Voyagie...*, 1676 (detalhe). Amsterdam: Jacob van Meurs; Johannes van Someren. 1. Localização anterior da Misericórdia.

Além destes dois exemplos, S. Francisco e a Misericórdia, as *notas* do regente cingalês enviadas a D. João III dão conta de “thirty Christian married men and bachelors”, que por volta de 1541 eram proprietários de “gardens and lands taken by bad means and by force”, comprados à laia da autorização do regente de *Kotte* e às leis locais destinadas à exploração das propriedades (Cosme, 1986: 13). Isto significa que, além da guarnição de portugueses ao serviço de Bhuvanekabahu VII, ao que tudo indica, radicados em *Kotte*, alguns portugueses permaneceram após o desmantelamento da fortaleza ou ter-se-ão estabelecido no Ceilão no intervalo de 1524-1541.

A deliberação de D. João III face a esta conduta que também era alheada à esfera oficial do Estado da Índia, emitida em alvará datado de 13 de março de 1543 (Cosme, 1986: 20), proibiu este comportamento, até porque era do interesse do próprio rei relevar a

amizade para com o regente queixoso. Mas o nível de autoridade que o rei tinha sobre estes homens é discutível. Vale a pena recordar que em 1545 Pero Fernandez Lascarim informou o monarca que a grande maioria dos homens empregues nas empresas miliares de Diu ou outras fortalezas, por falta de reconhecimento de mérito de serviço, se espalhavam pela costa do Coromandel e Ceilão afim de procurar uma vida melhor (Cosme, 1986: 31-32). No documento que citámos, não é explícito que os homens fossem desertores ou soldados tornados *aventureiros*, ou se se tratavam de lascarins. Mas, independente da origem, eram homens que escapavam à autoridade régia e, por isso, convenientemente indiferentes às regras impostas pela Coroa Portuguesa. Provavelmente aqueles, ou da mesma estirpe, dos fugitivos e foras-da-lei, que o jesuíta Manoel de Moraes encontrou em Colombo em 1552, a residir entre os naturais (Cosme, 1986: 91-92).

A leitura de todos estes documentos e a datação dos equipamentos urbanos, remete-nos então para um caso de presença portuguesa continuada após o abandono oficial do Ceilão. Suposto, aliás, por Zoltán Biedermann em dois textos. Vamos por partes.

O primeiro texto, conclui, explicitamente, que à vinda de novos agentes (representantes comerciais, missionários, *aventureiros*), “a new, more distinctly Portuguese neighborhood started to expand on the formerly unoccupied lands of the actual Fort District” (Biedermann, 2009a: 433-434). Ou, por outras palavras e hipótese nossa, ocupando a área entre as traseiras e a lateral este da igreja de S. Francisco até aos contornos da lagoa e do braço de água, continuando a trama viária convergente ao adro de S. Francisco. É o que retiramos da análise às fontes desenhadas, que indicam um tipo de morfologia diversa, quer na composição dos quarteirões, quer na orientação dos

arruamentos, sobretudo em relação à ocupação que se descarrega em direção a sul em linha com a rua da Casa da Pólvora. O que implica assumir, a existência de dois momentos de urbanização diferentes, um a norte e outro a sul da rua de S. Agostinho.



De Belegering van de voormaeme Stadt Columbo, onder het bewindt vender: Ed. Heer Geeraerd Hulft, ca. 1672. Koninklijke Bibliotheek.  
Colombo. Autor anónimo, c. séc. XVII. Colombo Archives, Inv. n° COL 39 DRA.

Um outro apontamento na análise morfológica, tem que ver com a malha urbana rasgada por detrás desta ocupação, que a *Kaart van de Baai, Stad en Vestingwerken van Columbo* de 1655, sugere mais rarefeito e imiscuído com a paisagem natural.



*Kaart van de Baai, Stad en Vestingwerken van Columbo*. Autor anónimo, c. 1655. Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° 4 VEL 941.



O que pode ter uma explicação, mais plausível que a de Pedro Dias (2009a, XII: 30), acompanhando o texto de Biedermann, que conclui que a diversidade de origens destes homens e práticas rapidamente diluiu este “embryo of a truly separate ‘Portuguese quarter’”, numa comunidade marcada pelo hibridismo (Biedermann, 2009a: 435), o que pressupõe a presença de procedimentos urbanístico-parcelários diversos.

Não obstante, a nossa análise, mostra-nos outra possibilidade, que pode explicar-se pela natureza do terreno, e não por mais um momento ou forma de fazer. Não muito claro na generalidade da iconografia e plantas que conhecemos para Colombo que, por norma, representam a área como uma zona de palmeiral, ou com algumas casas integradas no palmeiral, uma das vistas, elaborada para mostrar o cerco posto a Colombo pela Companhia das Índias Orientais holandesa, mostra um terreno marcado por formações rochosas, que corrobora a informação veiculada num levantamento holandês, que identifica a existência de uma “montanha da cidade”, como o legenda. Por esta razão, equacionamos que a irregularidade do solo forçou o encaixe da tessitura parcelária, obrigando um desvio à regra que, no fim, é uma adaptação às condições do lugar.



Vogelvucht van Colombo. Atribuído a Johannes Vingboons, c. 1665-1668. Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° 4 VELH 619.115.

Aenwysingh der voornaemste Plaetsen der Belaegerden Stadt Colombo, Johannes van Nessel, 1656. Den Haag: Nationaal Archeif, Inv. n° VEL 0942. Marcação da “montanha da cidade” a tracejado preto.

Voltando aos textos de Zoltán Biedermann que concluem uma presença portuguesa continuada, o segundo refere que, pelo menos no quadrante relativo à arquitetura militar, a intervenção iniciada 1554 tratou-se, no fundo, de um alargamento das fortificações portuguesas, recorrendo à imposição de uma nova linha (Biedermann, in Mattoso e Rossa, 2010: 362). Em suma, uma reformulação ao que existia antes da reentrada oficial em Colombo.







A todos estes dados e hipóteses, acresce a notícia que em dezembro de 1552 estavam no terreno um capitão mor e um meirinho responsáveis pela reparação de uma casa (não sabemos se de habitação, se de um equipamento religioso) para albergar os jesuítas Manoel de Moraes e António Dias, os quais aproveitaram a ocasião para pedir a edificação de um hospital, estando este equipamento em pleno funcionamento ao fim de quinze dias (Cosme, 1986: 92; 100-102).

A verificar-se uma ocupação constante que contraria a tábula rasa levada a cabo por Bhuvanekabahu VII, pelo menos no que à matriz diz respeito, parece-nos óbvio que veio a interferir no processo de ocupação sincrónico com a ordem para a construção da fortaleza.

# COLOMBO

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1524-1553



-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Equipamentos (1. igreja de S. Francisco; 2. Santa Casa da Misericórdia)
-  Traçado hipotético do eixo viário principal
-  Traçado da fortaleza de Santa Bárbara (desmantelada)
-  Traçado da estrada de acesso a Kotte
-  Traçado da cota térrea do monte



10 50 100 200 600

Escala gráfica: 1:6 000



### ***2.8. a segunda fortaleza e a (re)ocupação portuguesa de Colombo***

Em 1554, de acordo com as instruções dadas em regimento ao vice-rei Pedro de Mascarenhas (Queiroz, 1688: 245) foi, de novo, posto em marcha uma ação de povoamento dirigida, que impõe uma charneira não só na história da presença portuguesa no local, como no tipo de instalação. Como verificou Raben: “gradually did something of a town developed” (Raben, 1997: 96).

O que entronca perfeitamente na exposição que Queiroz faz dos acontecimentos depois da nomeação de Duarte de Eça para capitão de Colombo. Segundo o cronista, além do “apresto necessario p.a fabricar de novo a fortaleza” que acompanhou o capitão, seguiu um corpo de quinhentos portugueses que ali deveriam ficar a morar nas imediações da fortaleza que se ambicionava “m.s espaçosa, q.’ a pr.a leuantada por Lopo Soares de Albergaria; correndo os muros do tronco (...) athe aontestar com Mâpane” (Queiroz, 1688: 245-246). É a formalização deste projeto, que prevê um desenvolvimento considerável do processo de construção, que a dado momento faz extrapolar a urbanização além do anterior limite imposto pelo ribeiro para os contornos atuais da *Pettah*.

Foraõ se leuantando alguas casas, dando principio â Cid.e de Columbo, ficando dentro o monte de S. Lourenço; e ela cercada da alagôa Calapâna de quasi tres legoas, e meya em comprido; q.’ no veraõ faz passo a Columbo em alguns lugares com agoa p.la cinta. [...] Ferosa casaria, ruas bem compassadas, e quatro Mosteyros das quatro ordens, q.’ pr.o passaraõ â India (...). Fora dos muros hortas fresquissimas; aonde a paz uiuiaõ, e se recreuaõ os Portuguezes.

[...] Estes foraõ seus crecim.tos, comessando com humildes casas, q.’ nas guerras subsequentes, foraõ p.r uezes queymadas (Queiroz, 1688: 246).

Analisando a forma urbana, os dois momentos do processo de urbanização, pré e pós 1554, estão traçados na sua morfologia e equipamentos programáticos, em especial quando a vemos a um lado e a outro do ribeiro.

Na metade do espaço acima da cava, cercado ao tempo do vice-rei Afonso de Noronha por um muro em taipa (Biedermann, 2009a: 435) e que assim terá permanecido até 1565 (Couto, 1595, VIII: 19-20), destacavam-se as instituições e equipamentos elementares à funcionalidade da urbe: a fortaleza de planta retangular na qual ficou incluída a Casa do Capitão, e que suplantou a implantação do núcleo original, a Alfândega, o casario, o Tronco, as infraestruturas hospitalares radicadas na instituição da Misericórdia, o apoio espiritual estabelecido pela igreja e mosteiro de S. Francisco, a igreja e o convento de S. Agostinho e o templo de S. Lourenço.

Na metade inferior do espaço, ocupada depois do abandono de *Kotte* em 1565, que resultou na passagem da corte cingalesa para Colombo de forma a evitar o assédio posto pelo regente do reino de *Sitawaca*, Rajasinha, e a conseqüente destituição de Dharmapala, o programa urbano denuncia a evolução de um tipo urbanisticamente traçado e construído para a atividade portuária à de um tipo mais complexo que, em bom rigor, se torna a este tempo a capital do Ceilão: a Câmara Municipal, a Sé, a Madre de Deus, o terreiro do Pelourinho, os grandes equipamentos jesuítas, dominicanos e capuchinhos, além do casario que segue a organização do anterior, formando quarteirões constituídos por lotes dispostos lado a lado com fachadas viradas aos acessos e quintais nas traseiras dos lotes. Exceção feita ao casario implantado no topo sul imediato à área além do ribeiro que, ao que tudo indica, nomeadamente verificando a *Kaart van de Baai, Stad en Vestingwerken van Columbo* de 1655, tem uma mancha

urbanizada mais rarefeita imiscuída entre um extenso palmeiral, acusando uma urbanística diversa.



Kaat van de Baai, Stad en Vestingwerken van Columbo. Autor anónimo, c. 1655. Den Haag: Nationaal Archief, Inv. nº 4 VEL 941.

Confrontando as restantes plantas e vistas, em particular as holandesas que têm um maior aporte figurativo e nível de detalhe mais fino que as de autoria portuguesa, não há nada que corrobore o tipo habitacional. Pelo contrário, a área aparece como uma mancha verde que impõe um limite à urbanização, à qual o loteamento vira as costas, contornando-a até à zona da lagoa.



De Belegering van de voormaeme Stadt Columbo, onder het bewindt vender: Ed. Heer Geeraerd Hulft, ca. 1672. Koninklijke Bibliotheek.  
Colombo. Autor anónimo, c. séc. XVII. Colombo Archives, Inv. n° COL 39 DRA.  
Vogelvluch van Colombo. Johannes Vingboons, c. 1665-1668. Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° 4 VELH 619.115.

Este vazio encontra um argumento de peso considerando a natureza do terreno. Como explicou Biedermann “the area west of the creek which today separates the busy Pettah from the administrative Fort District had been a wasteland” (Biedermann, 2009a: 433). Por outro lado, ainda equacionando o teor da *Kaart van de Baai, Stad en Vestingwerken van Columbo*, parece-nos admissível que, no fundo, represente a instalação da povoação autóctone transferida de *Kotte* para Colombo.



Ainda na análise morfológica, outra característica distintiva na metade oriental da cidade, é o eixo, depois designado rua Direita. Mantido uma via essencial de passagem que se descarrega ao longo do tecido, terá funcionado como a espinha dorsal da composição urbana, também na fase de ocupação pós 1565. Só que nesta fase, o eixo afasta-se do contorno da baía, para estruturar a composição que cresce entre a lagoa e a baía, amarrando assim os dois momentos de urbanização de Colombo. Veja-se que o eixo atravessa toda a composição, da fortaleza à passagem sobre o braço fluvial, e depois da Sé à Casa da Câmara e daí ao limite da povoação na direção à estrada de acesso a *Kotte*.

O seu papel de via estruturante, é reforçado pelo desafogo que a via imprime junto à fachada da Câmara Municipal, aproveitando o terreiro frente ao conjunto colegial da Companhia de Jesus (S. Paulo), criando, desta forma, um novo espaço público central, que aparece assumido em todas as plantas e desenhos da cidade.

Também a Madre de Deus é outro dos equipamentos que mantém uma relação espacial e visual com a praça e o eixo de atravessamento, contribuindo para a marcação da centralidade.

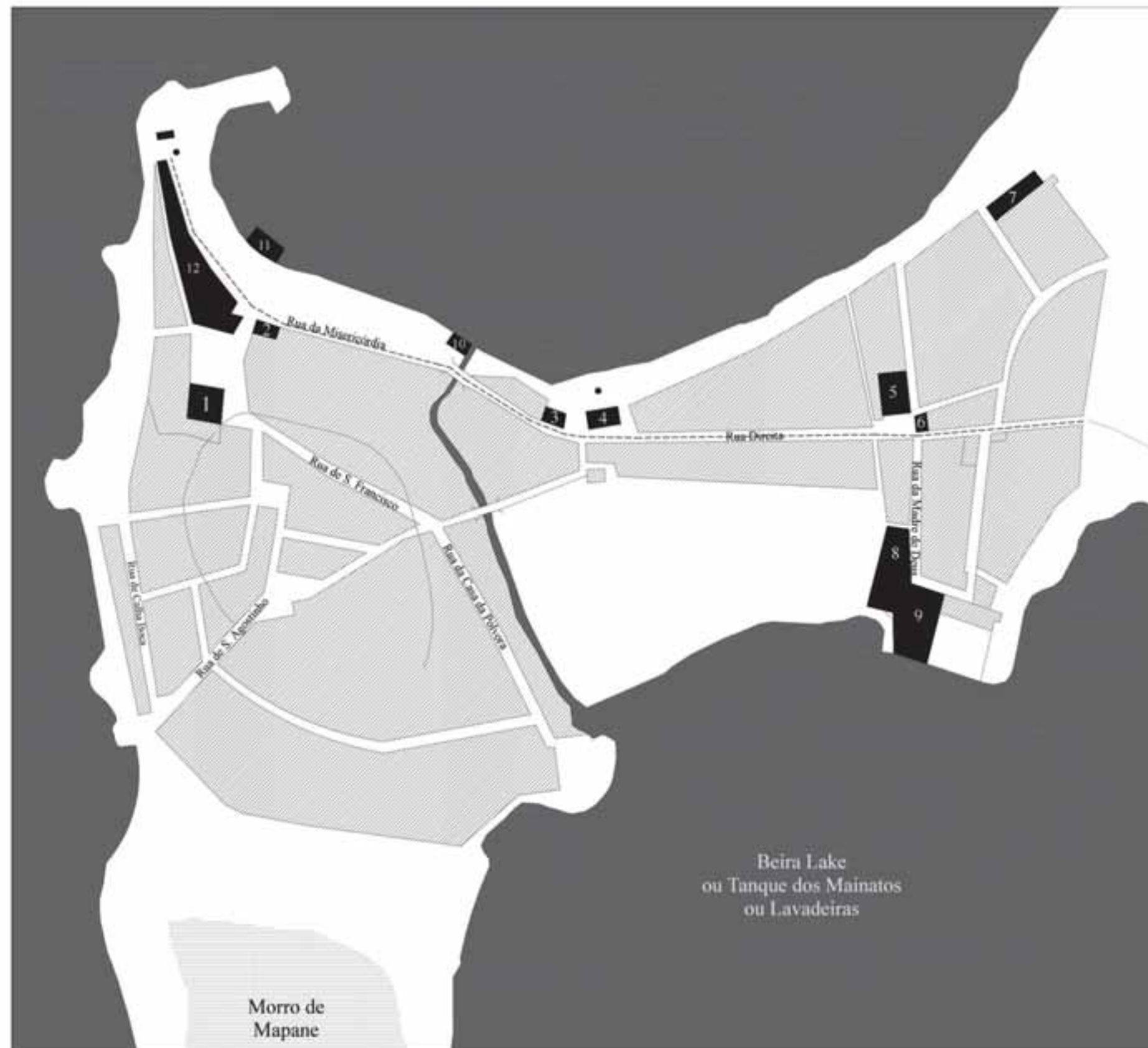
É então a partir deste eixo, e em especial na sua ligação com a zona desafogada junto à Câmara e a S. Paulo, que a evolução da malha urbanizada força a introdução de ruas transversais, segundo um esquema em espinha de peixe que, tal como a morfologia diversa dos quarteirões, se adapta à abertura em leque do terreno, garantindo a comunicação entre a lagoa, o interior da malha urbana e a praia.

A posterior abertura da Porta da Rainha, no extremo este da rua, protegida pelo baluarte cavaleiro mais forte da cidade, o de S. Sebastião, é um outro indicativo do papel estruturante do eixo.

Por este motivo, não podemos concordar com Remco Raben, que lê na implantação de Colombo “[a] Portuguese laxity of urban settlement” (Raben, 1997: 100). Não há um plano concertado, é certo, mas é evidente um pragmatismo na evolução urbana e na costura das partes em prol de uma organização como um todo, que indica uma avaliação das particularidades do terreno e do próprio processo de adição de programa urbano. E chega, inclusive, a merecer o apreço de Schouten, no relatório que fez em 1660: “in the town we found fine buildings, lofty churches, wide streets and walls, and a great number of large houses. They were built spacious, airy and tall (...) according to the Portuguese manner of building (Schouten, in Silva e Beumer, 1988: 218).

# COLOMBO

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1565-1656



- Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
- Equipamentos (1. igreja de S. Francisco; 2. Santa Casa da Misericórdia; 3. hospital; 4. Sé; 5. colégio de S. Paulo; 6. Câmara Municipal; 7. mosteiro de S. Domingos; 8. mosteiro dos Capuchinhos; 9. igreja da Madre de Deus; 10. Tronco; 11. Alfândega; 12. Fortaleza e Casa do Capitão)
- Traçado hipotético do eixo viário principal
- Traçado da estrada de acesso a Kotte
- Traçado da cota térrea do monte



Escala gráfica: 1:6 000



### **2.9. a fortificação**

A construção de um limite fortificado que integrasse esta nova fase de ocupação, começou a ser equacionado e levado a cabo entre 1565 e 1585, estimulado pela necessidade de transformar Colombo num tipo urbano resistente aos incessantes assédios dos militares do reino de *Sitawaka*.

Nenhum dado nos leva a pensar que foi uma construção planeada em simultâneo com o processo de ocupação que demos conta atrás, mas, admitimos, terão sido dois processos desenvolvidos a par e a passo. A título de exemplo, sabemos que a Câmara Municipal, construída por volta de 1583, a igreja de Nossa Senhora do Rosário fundada pelos dominicanos em 1608, e o conjunto jesuítico iniciado em 1620, foram instalados em espaços vagos e já quando a linha fortificada estava praticamente concluída. No entanto, ao contrário do que concluiu Pedro Dias (2009a: XII: 29), o espaço útil e desocupado terá começado a escassear, como provam os casos da instalação dos Agostinhos, em 1601 (Rego, 1947-1959, XI: 211) ou 1606 (Dias, 2009a, XII: 30), acomodados junto do núcleo original, e dos dominicanos que, apesar de terem construído uma igreja, de acordo com a *Sumária Relação do que obrarão os religiosos da Ordem dos Pregadores*, nunca chegaram a construir um convento, residindo em “humas casas terreas”, “porque como os nossos forão os ultimos que entrarão nesta christandade e os mais estavam ja acomodados nos melhores lugares asseitou a religião o sitio que lherão os geraes” Rego, 1947-1959, VII: 530).

O mesmo pode ser inferido pela instalação da Casa da Pólvora, que aproveitou parte do terreno interior à cerca do convento dos agostinhos (Pieris, 1920: 287).

Por outro lado, e também a título de exemplo de como a construção da fortificação correu paralela ao processo de urbanização, o conjunto jesuítico, como a Madre de Deus, construída em 1632 (Dias, 2009a, XII: 31), transportaram o topónimo para os baluartes imediatos, pelo que os equipamentos religiosos estariam concluídos antes da muralha da cidade.

Diogo do Couto reporta uma descrição detalhada desta muralha (Couto, 1595, X, II: 422-425), pelo que apenas deixamos aqui os traços gerais.

Era uma muralha em taipa reforçada com catorze baluartes, guaritas, linhas de paliçada e cavas, interrompida entre o baluarte de S. João e a ponta de S. Lourenço. Complementava o sistema fortificado a Couraça de Sta. Cruz, no extremo da ponta de S. Lourenço, que veio substituir o papel da anterior fortaleza, por esta altura pouco útil à defesa da cidade, dada a sua localização interior à malha urbana.

Em 1585, no entanto, a muralha estava inacabada, era fraca e, como bem caracterizou Couto, “tamanha cerca” para o número de efetivos militares que atuavam nas defesas de Colombo.

A condição da muralha terá chegado em cartas a Lisboa no final da década de 1580, o que levou o regente da Coroa Portuguesa a ordenar a redução da cidade para uma dimensão não superior às 1000 braças (Biedermann, 2009a: 442-443) o que, no fim, significava reduzi-la à forma urbana que tinha em 1518.

Ordem que não se concretizou, porque, segundo Pedro Dias, o dinheiro da viagem à China empregue para os custos da obra de redução foi desviado para outros fins (Dias, 2009a, XII: 25) e, de acordo com Zoltán Biedermann, a própria realidade urbana não admitia um corte tão drástico, pois os elementos e infraestruturas que lhe concediam o

título não só de cidade mas de “caput regni”, estavam implantados na fatia do bolo que se pretendia cortar (Biedermann, 2009a: 443).

O plano terá sido então posto de lado, até porque, em 1597, à morte de Dharmapala, D. Filipe I herdou o reino de *Kotte*, não fazendo qualquer sentido destituir Colombo da posição que agora ocupava, e que em 1620 foi oficializada com carta de foral.

A atenção voltou então para o investimento do sistema fortificado, que durante todo o século XVII recebeu uma série de empreitadas, esgotando não só o financiamento que os habitantes de Colombo despendiam para as obras, também as plantações no limite exterior da cidade para serem aplicadas como materiais de construção (Pieris, 1920: 102).

Em 1610, prevendo-se a entrada formal dos holandeses em Baticaloa (que se concretizou dois anos depois), o rei Filipe I reiterou a ordem ao vice-rei Lourenço de Távora para que, como na fortificação de Gale em que se adverte para que “ha de ser assi por sitio, como por arte, e que se faz em respeito dos hollandezes”, também em Colombo “tratareis d’ella com a mesma applicação e cuidado” (Pato, 1880-1982, I: 388).

O que lemos nesta ordem é uma atitude que requer não só a atualização do sistema fortificado, igualmente a entrega da direção das obras e traçados a quem está no lugar, mais familiarizado com a natureza do terreno e da guerra, pelo que, não obstante a concretização da ordem ter sido protelada, revela que não havia nenhum plano desenhado ou traça e, muito menos feito em simultâneo a um plano da cidade. Era no terreno que as decisões se tomavam, consoante as condições urbanas, naturais e da guerra.

A situação decrépita da cidade, sem “muros e os que tinha todos estão no chão abertos em que entram os gados por elles, e não ha baluartes” (Pato, 1880-1982, II: 85), nem hospital, exprimem a pobreza e falta de investimento que assolava a cidade e os habitantes, muito à custa das dispendiosas campanhas de conquista que na charneira do século XVI para o de XVII se organizaram com vista a submeter o Ceilão à soberania portuguesa, consumindo homens, mão de obra e fundos.

Triste realidade que pôs em causa a reconfirmação da carta de foral (Pato, 1880-1982, III: 311) e foi de mal a pior em abril de 1615 após o terramoto que destruiu parte da cidade:

the terrified inhabitants rushed into the streets to escape from the swaying houses which were tumbling down on all sides. Great fissures emitting sulphurous fumes opened on the surface of the ground. A portion of the city wall with one of the bastions collapsed, and a stone bridge was entirely destroyed, while, to add to the horrors of that terrible night, fire broke out. Two hundred houses fell to the ground and the dead were estimated at over two thousand (Pieris, 1920: 197).

A procura por uma solução a este cenário voltou a entrar na ordem do dia nas agendas dos vice-reis por volta de 1616, ficando a supervisão das obras encarregada ao capitão de Colombo e ao vedor da fazenda, Antão de Vaz Freire, quando, por iniciativa e financiamento dos habitantes, estava já em construção um lanço de muro frente à Alfândega, onde não havia qualquer infraestrutura militar (ou sobrado ruína) (Pato, 1880-1959, III: 394-395).

Quase tão frequentes quanto as notícias relativas ao estado miserável da fortificação e as ordens que se emanam para o resolver, são as queixas que denunciam a vaga de



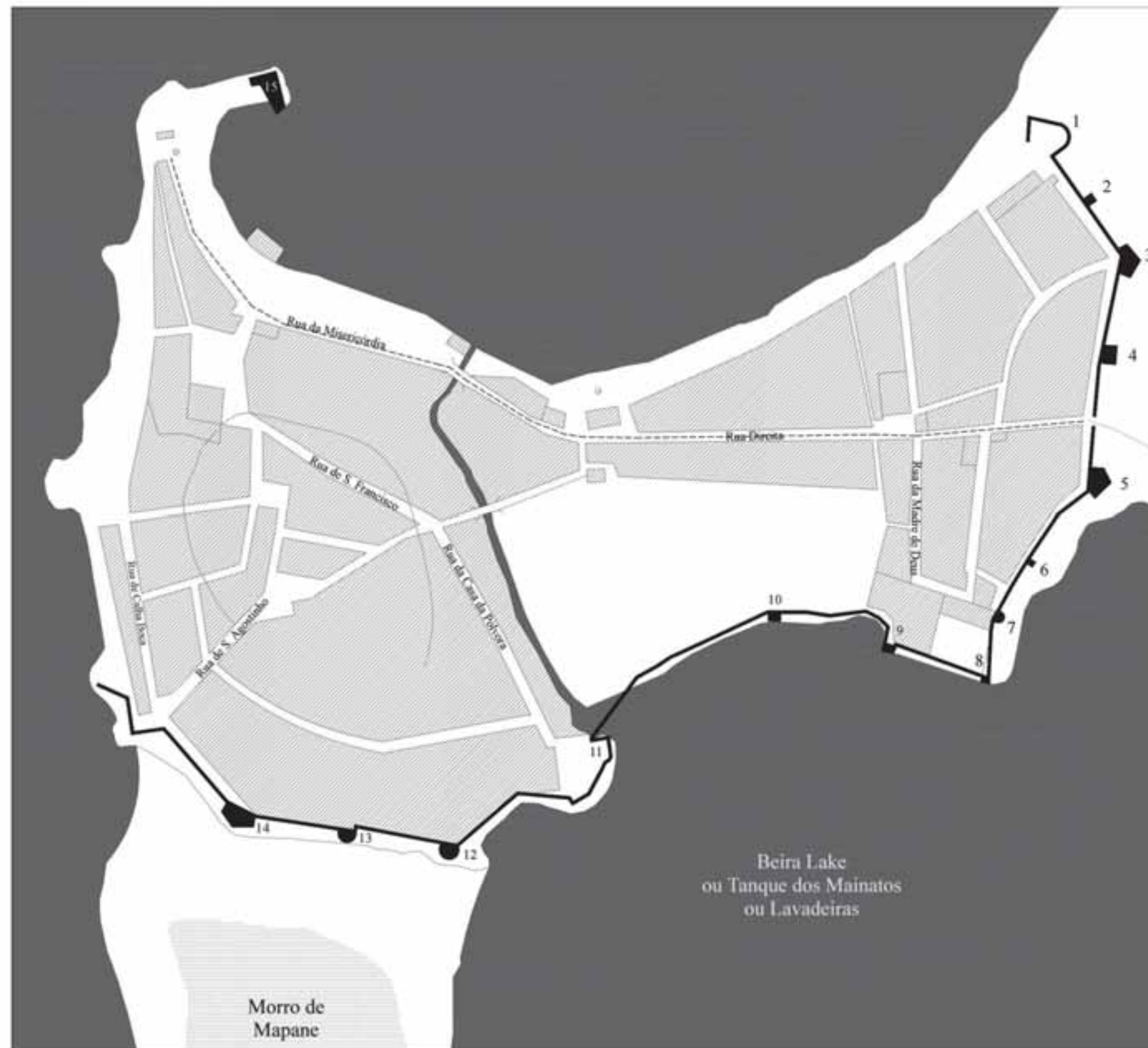
despovoamento que assolava o Ceilão, sobremaneira, Colombo: “já himos perdendo o gosto de povoarmos hũa cidade e ilha aonde somos cativos sendo vassalos” (Rego, 1947-1959, VI: 189).

Queda que levou Filipe III a conceder à Câmara de Colombo algumas propriedades com direitos de renda que estavam dadas em mercês a particulares (Rego, 1947-1959, VIII: 50-51), mas que foi apenas um paliativo no que toca à questão da fortificação, remetida para segundo plano no regimento dado ao vice-rei em 1622 (Rego, 1947-1959, VIII: 77-78).



# COLOMBO

## PROPOSTA DO TRAÇADO DO SISTEMA DE FORTIFICAÇÃO



- Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
- Proposta do traçado do sistema de fortificação (1. Baluarte de S. João; 2. Baluarte de S. Tomé; 3. Baluarte de S. Estevão; 4. Baluarte de S. António; 5. Baluarte de S. Sebastião; 6. Baluarte de S. Agostinho; 7. Baluarte da Madre de Deus; 8. Baluarte de S. Gonçalo; 9. Baluarte de S. Miguel; 10. Baluarte de S. Conceição; 11. Baluarte de S. Paulo; 12. Baluarte de S. Jerónimo; 13. Baluarte de S. Estevão Dias; 14. Baluarte de Santiago; 15. Courça de Santa Cruz)
- Traçado hipotético do eixo viário principal
- Traçado da estrada de acesso a Kotte
- Traçado da cota térrea do monte





### 2.10. a “nova” fortificação

Em 1623, com o envio para Ceilão do capitão geral Constantino de Sá e Noronha, que assume o cargo pela segunda vez, as fortificações de Colombo tomaram outro rumo, embora se mantenham uma obra secundária na agenda do capitão, ordenado para ir “em direitura a Triquilimale [e não a Colombo porque] se embaraçara de maneira que em muito tempo o não possa dar a execução” (Rego, 1947-1959, IX: 174). Não obstante, Colombo integrou o projeto geral de fortificação para Ceilão que em Goa se preparou, e se fez, aliás, como complemento à defesa da cidade, e para o qual o capitão geral contou, não com um conjunto de plantas, sim, com o apoio e conhecimento dos padres jesuítas que, à falta de um provedor das obras públicas como António Pinto da Fonseca (a este tempo encarregado da fortificação de Malaca), ou “pessoa pratica”, tinham “noticias dellas polla particular mão que pera ellas tem” (Rego, 1947-1959, IX: 49).

O resultado desta empreitada ficou registado no *Códice de Saragoça*, do qual já bem atrás no texto incluímos uma cópia.



Cidade d' Colvmbo. Constantino de Sá de Miranda, *Formas de todas as fortalezas da ilha de Ceilão*, 1638. Biblioteca Universitária de Saragoça, Ms. 13, fl. 3r-3v.

Colombo, Sri Lanka

O Códice, elaborado em 1638 por Constantino de Sá de Miranda é, no fundo, uma resposta ao pedido de substituição do código anterior, de Madrid (1624), e uma compilação das pinturas das fortalezas encomendadas pelo monarca, que Miranda reitera ter desenhado conforme as viu e as discutiu com os mestres de obras nos diferentes lugares, apresentando, ademais, maior fidelidade que o código levantado por António Bocarro e Pedro Barreto de Resende em 1635<sup>8</sup> e, acrescentamos, sem dúvida em relação ao *Breve Tratado* composto por Pedro de Barreto de Resende, pela mesma altura, que, na verdade, ignora elementos fundamentais, como o braço de água que corria pelo interior da povoação.



Demonstração da Fortaleza de Colombo. Pedro Barreto de Resende, *Breve Tratado ou Epilogo de todos os Vissoreys que tem havido no Estado da India...*, *Descrições*, 1635. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, fl. 256.

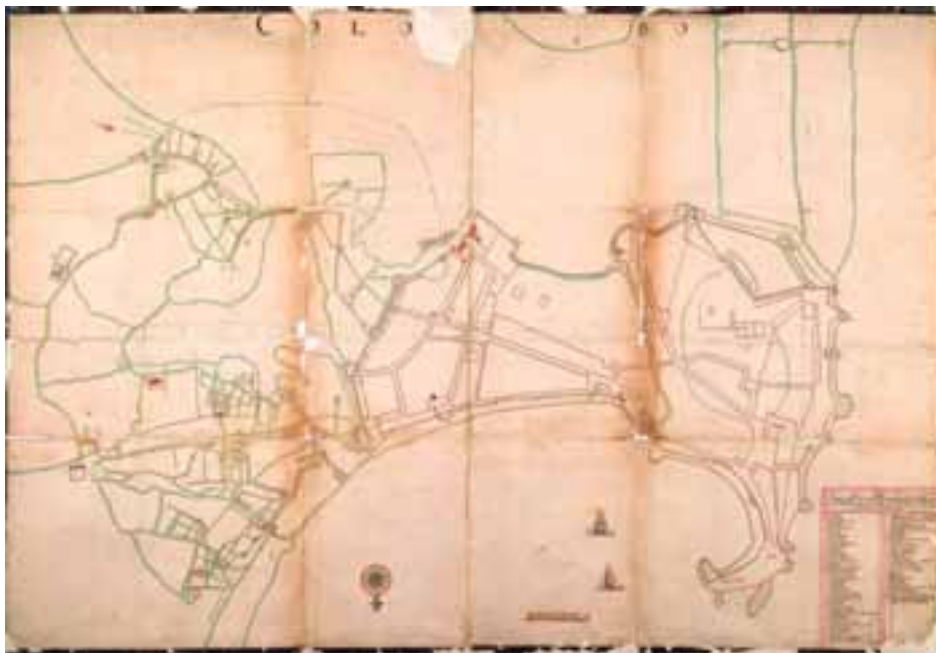
Voltando ao *Códice de Saragoça*, especificamente sobre Colombo, o texto que acompanha o desenho da fortificação patenteia uma ação pragmática e dirigida sobre o

---

<sup>8</sup> O desenho original encontra-se desaparecido, pelo que apenas conseguimos aceder à cópia incluída na obra de José Manuel Garcia (2009: 174).

lugar, que reconhece os erros cometidos. Segundo Miranda, “hé cidade pouco forte assi de muros como de sçitio porque tem hũ outeiro [o morro de Mapane] que lhe fica caualeiro a toda ella e em o qual por duas partes se podera o inimigo approueitar delle se tiuera ualor, e cómodo” (Miranda, in Flores, 2001: 109).

Esta é uma observação e preocupação tangente a Malaca, como veremos em capítulo próprio e, o que é mais curioso é que em nenhuma destas cidades esta particularidade topográfica se pôs como um problema na altura em que se fundou a fortaleza e o povoado. O que nos dá a entender uma evolução na avaliação dos espaços de acordo com a comodidade defensiva das estruturas militares. Ou, por outras palavras, uma evolução na urbanística que, não rompendo com o empirismo anterior, complexifica-o. Todavia, à exceção da substituição da estrutura anterior por uma em pedra e cal, nenhuma alteração foi implementada no sentido de resolver ou atenuar este problema, como o provam o levantamento e a vista feitos após a capitulação da cidade.



Aenwysingh der voornaemste Plaetsen der Belaegerden Stadt Colombo. Johannes van Nessel, 1656. Den Haag: Nationaal Archeif, Inv. n° VEL 0942.



Vogelvluch van Colombo. Johannes Vingboons, c. 1665-1668. Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° 4 VELH 619.115.

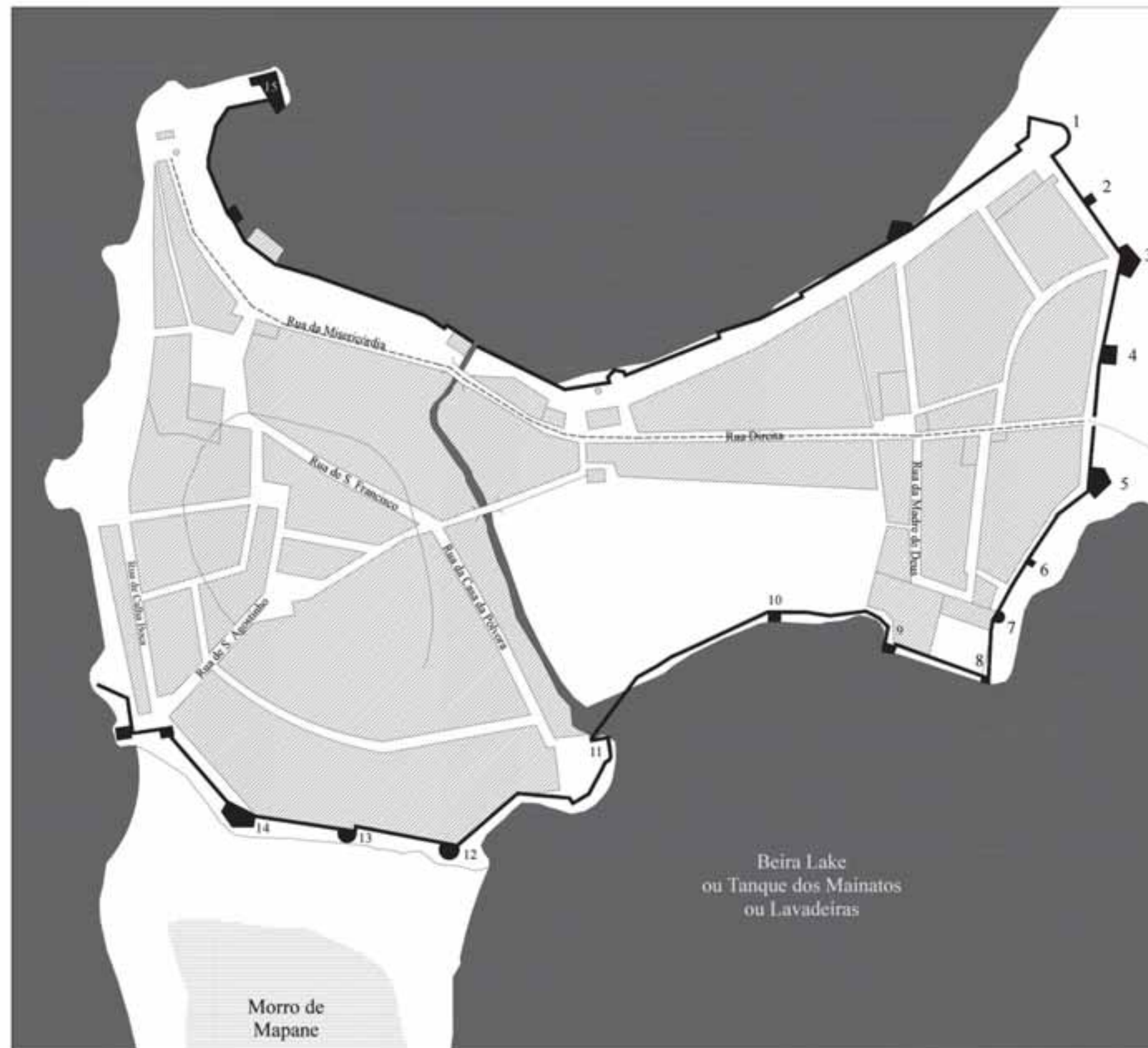
Por esta razão, não admira que o relato de Queiroz (1688: 776-789) dê conta das lacunas no que respeita a arquitetura militar, e também a série de ajustes feitos à fortificação para que, durante sete meses, pudesse rechaçar o cerco posto pela Companhia das Índias Orientais holandesa em associação com o regente do reino de *Kandy*, só terminado a 12 de maio de 1656 com a capitulação da cidade.

Com bem diz Queiroz, durante estes meses: “Creçiaõ as obras â medida das ruinas” decidindo os homens no lugar a melhor forma de reverter a situação, “acomodando se defesa com as fortificações contrarias, a juizo da experiencia, p.r falta de engenheyro” (Queiroz, 1688: 788-789).



# COLOMBO

PROPOSTA DO TRAÇADO DO SISTEMA DE FORTIFICAÇÃO: 1656



- Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
- Proposta do traçado do sistema de fortificação (1. Baluarte de S. João; 2. Baluarte de S. Tomé; 3. Baluarte de S. Estevão; 4. Baluarte de S. António; 5. Baluarte de S. Sebastião; 6. Baluarte de S. Agostinho; 7. Baluarte da Madre de Deus; 8. Baluarte de S. Gonçalo; 9. Baluarte de S. Miguel; 10. Baluarte de S. Conceição; 11. Baluarte de S. Paulo; 12. Baluarte de S. Jerónimo; 13. Baluarte de S. Estevão Dias; 14. Baluarte de Santiago; 15. Courça de Santa Cruz)
- Traçado hipotético do eixo viário principal
- Traçado da estrada de acesso a Kotte
- Traçado da cota térrea do monte





# COLOMBO

INSERÇÃO DA PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA NO TECIDO URBANO ATUAL



10 50 100 500 600

Escala gráfica: 1:6 000



Estabilizada a forma do sistema fortificado de Colombo e sobreposta, em conjunto com a forma urbana que anteriormente construímos para a época em análise neste trabalho, ao tecido urbano atual, há uma evidência que é necessário destacar, a coincidência dos traços do topo norte com o traçado atual. No entanto, antes de qualquer conclusão mais precipitada que só um trabalho arqueológico mais profundo pode determinar com toda a exatidão, é importante ressaltar que esta condição pode ter resultado de, pelo menos, duas circunstâncias que são inerentes ao próprio processo de *desenhar a história*.

Uma primeira, na qual o método pode provocar deformações na constituição dos resultados desenhados, visto o processo de construção do tecido urbanizado decorrer de um encaixar dos dados provenientes de diversas fontes, nas quais os desenhos, plantas cartográficas e levantamentos cadastrais apresentam diferentes níveis de detalhe e rigor. Uma segunda circunstância, tem que ver com as transformações que necessariamente ocorreram com a adaptação do tecido urbanizado às necessidades de quem o administrou(a) e habitou(a) ao longo do tempo e, até mesmo, à estabilização das margens do ribeiro e da costa.

Assim sendo, se é patente o esvaziamento da marca de influência portuguesa no que toca ao tecido urbanizado intramuros, há situações pontuais que remetem para uma permanência dos traçados. Um pequeno ajuste do resultado desenhado que obtivemos à margem da atual Colombo no lado virado à baía, sem considerar as intervenções que a logística portuária acrescentou ao mar, elucida tudo isto.



Inserção manipulada da proposta da ocupação portuguesa no tecido urbano atual.

Veja-se que a linha da muralha, do lado da baía, parece corresponder à linha da margem da cidade neste lado. Pelo que é possível admitir que o terreno vacante entre o tecido urbanizado pela influência portuguesa deu origem à atual *Colombo Port Main Road*.

Desta feita, embora não seja possível concordar em absoluto com as conclusões de Rajpal e Willemina Beumer (1988: 216), que leem na atual rua principal da *Pettah* o troço da rua Direita da urbanização portuguesa, admitimos que uma pequena parte lhe possa corresponder. Trata-se do pequeno troço rasgado logo abaixo da junção de *Fort*

*District* com a *Pettah*, mas que corre depois para o interior da *Pettah* e não junto à margem. A leitura dos levantamentos holandeses tornam claro, inclusive, que a área desocupada junto à margem da *Pettah*, para a qual o mosteiro de S. Domingos virava uma das laterais no enfiamento do baluarte de S. João, se manteve durante algum tempo isso mesmo, uma área vacante, que a dada altura, já sob administração holandesa, talvez aproveitando-se a linha da muralha portuguesa, deu origem à atual *Reclamation Road*.

Também não podemos concordar com a conclusão de Pedro Dias, que consente a rua Direita ser o eixo essencial de *Fort District* (Dias, 2009a, XII: 29), até porque, como julgamos ter ficado demonstrado, a rua principal que existe na área de *Fort District* é a da Misericórdia, que segue, é verdade, na continuidade da rua Direita vinda da área da atual *Pettah*. Não é então claro se Pedro Dias se refere à rua da Misericórdia, atribuindo-lhe a designação do eixo no seu prolongamento, ou à área entre a urbanização e a muralha junto à margem, como propuseram Rajpal e Willemina Beumer. No entanto, o que os resultados por confronto com a malha atual nos informam é que é possível admitir que a *Church Street* em continuidade com a *Leyden Bastian Road* podem estar sobrepostas à anterior rua da Misericórdia e parte da rua Direita que seguia no enfiamento da igreja da Sé. Também que a *1st Cross Road* corresponda ao eixo aberto nas traseiras do mosteiro dos Capuchinhos e da Madre de Deus, que passava junto ao colégio dos Jesuítas, ligando a baía à zona da lagoa.

Por último, cabe realçar como não deixa de ser significativo que o canal fluvial aberto e estabilizado durante a administração holandesa, dividindo a zona de *Fort District* da *Pettah*, aproveitou a maior área vacante do tecido urbanizado pela influência portuguesa. Mas isto é já matéria para uma análise à urbanística holandesa.

## **2.11. os arrabaldes e o “termo”**

### **2.11.1. o arrabalde**

Se os levantamentos holandeses elaborados durante e após o cerco montado à cidade de Colombo em 1656 são um instrumento essencial para aferir os dados recolhidos nas fontes de origem portuguesa e o seu confronto com a malha urbana atual, são-no, de igual medida, para a identificação e localização de estruturas que vieram a conformar a área do arrabalde na envolve do extramuros. Em particular, porque evidenciam uma realidade que está em grande parte omissa, tratada de forma incompleta ou apenas é reconhecida nas entrelinhas, quer nos textos, quer nos desenhos quinhentistas e seiscentistas portugueses.

Como pretendemos mostrar no subcapítulo 2.7 anterior, houve, *entre uma ocupação oficial e não oficial*, agentes de influência portuguesa, mais ou menos informais, que se radicaram em Colombo. Não é certo que as propriedades que adquiriram se tratem de parcelas urbanas ou parcelas rurais que, com o processo de fecho do sistema de fortificação, se localizavam dentro ou fora dos muros.

Mas anos depois, por volta de 1617, já algumas “hortas e palmares, que os cidadãos [moradores e oficiais de Colombo] haviam feito nos mattos que desmontaram” eram propriedades suas (Pato, 1880-1982, IV: 46), não sabemos se por mercê, compra ou aquisição ilícita, mas possivelmente faziam parte do conjunto de “hortas fresquissimas [fora do muros]; aonde a paz uiuiaõ, e se recreuaõ os Portuguezes” (Queiroz, 1688: 246).

Também sabemos que entre 1625 e 1627 esteve em decurso, por ordem de Filipe II, a doação à Câmara Municipal de Colombo dos passos imediatos ao limite da cidade, com



vista à recolha de direitos para o financiamento das obras da cidade e da fortificação. Já só com Filipe III é que a ordem teve um desfecho, uma vez que implicou a atribuição de aldeias aos possuidores das parcelas a serem doadas como forma de pagamento (Matos, 2000, I: 34; 452).

Já Queiroz, dá conta de uma propriedade com habitações detida por Manuel Teixeira no extramuros na vertente dos baluartes de S. João e S. Estevão (Queiroz, 1688: 787) que, ao que percebemos numa outra fonte se localizava no Campo de S. Tomé (Couto, 1595: X, II: 346) e, quando narra sobre o cerco imposto pelos holandeses à cidade, alude à existência da igreja e freguesia de S. Tomé, localizada fora dos muros. Igreja que foi aproveitada para instalar uma bateria de tiro (Queiroz, 1688: 790).

E Philip Baldaeus, assevera que no contrato de pazes acordado entre os oficiais portugueses e holandeses, constou a resolução de que aqueles que pretendessem ficar na cidade, após a capitulação, e se sujeitassem à jurisdição holandesa, podiam manter “full Possession of their Houses, Estates, Villages” (Baldaeus, 1672: 758).

Todas estas notícias, ainda que poucas e não muito claras, apontam para a existência de uma zona extramuros para onde a influência portuguesa se alargou. Não só vinculada aos processos de conversão de naturais da terra ao cristianismo alicerçados no estabelecimento de igrejas e identificação à área de freguesia a que pertenciam, mas pela aquisição e doação de parcelas rurais, umas transformadas em parcelas urbanas outras mantendo-se parcelas rurais. Também, mais explícito na doação de Filipe II e de Filipe III, é o alargamento da jurisdição e administração portuguesa sobre as terras e sobre quem as habita ou detém, que ficaram debaixo da cúpula governativa dos monarcas de Portugal, pelo menos, após a cedência do reino de *Kotte*.

Do ponto de vista da urbanística, os dados não admitem um comentário maturado à estruturação e composição do território na envolvente da cidade e, assim, avaliar o impacto da influência portuguesa. Mas é interessante verificar, recorrendo aos levantamentos holandeses, que a disseminação desta influência, alavancada pela implantação de igrejas (Nossa Senhora do Livramento, S. Sebastião, Nossa Senhora de Guadalupe e S. Tomé) no extramuros e junto de povoações naturais, desenha um arco quase perfeito no demarque este da cidade, praticamente correspondente ao limite que os levantamentos apresentam, seguindo para o interior uma área amplamente marcada por vegetação, sem sinais de qualquer imposição de limite parcelar ou urbanização.



Aenwysingh der voornaemste Plaetsen der Belaegerden Stadt Colombo. Johannes van Nessel, 1656 (detalhe). Den Haag: Nationaal Archeif, Inv. n° VEL 0942.

De Belegering van de voormaeme Stadt Columbo, onder het bewindt vender: Ed. Heer Geeraerd Hulft, ca. 1672 (detalhe). Koninklijke Bibliotheek.

Marcação a tracejado preto do limite este do arrabalde de Colombo. Legenda: 1. Igreja de Nossa Senhora do Livramento; 2. Igreja de S. Sebastião; 3. Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe; 4. Igreja de S. Tomé.

É nesta zona, balizada a oeste pelos muros de Colombo e a este pela malha vegetal que as estâncias, valas e paliçadas para apoio do cerco holandês foram montadas, como se vê nas imagens acima, numa estratégia de assalto que recorda a do derradeiro cerco de Cochim. E que no final, algumas das estruturas foram reutilizadas para moradia dos oficiais holandeses, como foi o caso da igreja de Nossa Senhora de Guadalupe e a de S. Sebastião, que Pieris chega a localizar, respectivamente, na zona de *Wolvendhal*, provavelmente onde se localiza a *Christian Reformed Church*, e na localização da residência de Hulst (Pieris, 1920: 269-270).

Mas é também nesta zona, tendo em consideração as poucas informações escritas que nos chegaram, que hoje podemos determinar com um grau de segurança confortável, a área que constituiu o arrabalde de Colombo: entre os muros fortificados virados a este e a zona contígua à atual *Hulftsdorp Street*.



Inserção da proposta da área do arrabalde de Colombo no tecido urbano atual.

### 2.11.2. instalações além do arrabalde

Outras áreas nas imediações do arrabalde, com uma caráter mais disperso e afastado do centro gravitacional de Colombo, terão contribuído para o alastramento da influência portuguesa. É o caso dos polos pontuados pelas igrejas de S. M. da Madalena, Santa Cruz, S. João e S. Estevão, identificados no desenho de Pedro Barreto de Resende, cujos dois últimos estão indicados em todos os desenhos portugueses de seiscentos.



Demonstração da Fortaleza de Colvmbo. Pedro Barreto de Resende, *Breve Tratado ou Epilogo de todos os Vissoreys que tem havido no Estado da India...*, *Descrições*, 1635. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, fl. 256. Legenda: 1. Igreja de Santa Cruz; 2. Igreja S. M. da Madalena; 3. Igreja de S. Estevão; 4. Igreja de S. João.

A ausência de documentos e de vestígios, ao que pudemos apurar, não permite localizá-los de forma correta. E até mesmo o desenho acima pode facilmente induzir em erro. É difícil saber ao certo qual o braço de água representado: o *Kelani* ou a linha fluvial afluente do *Kelani*, hoje quase paralela à *Port Acess Road*. Desta forma, também não é possível avaliar que grau de influência portuguesa aqui ocorreu, por quem, se houve ou teve resultados na estruturação do território e das povoações, ou se são edifícios que apenas procederam da intervenção da ação pia na conversão das populações.

Mais correto é, porventura, aceitar que a estruturação destas zonas, tal como no arrabalde, respeitou as estruturas anteriores à interferência da influência portuguesa na área, quer no que a rastros de caminhos de ligação entre povoações e destas com a cidade diz respeito, quer ao próprio sistema parcelário que estava no território.

O que não significa que não possam ter existido intervenções pontuais, como a alteração da dimensão de parcelas rurais, pela aquisição ou doação de terras; a transformação da natureza da propriedade, de rural para urbana; o parcelamento de novas zonas por processos de desmatação, que, aliás, atrás demos conta.

Porém, não é seguro conferir ao processo de territorialização da influência portuguesa nestas áreas extramuros uma atitude sistemática de estruturação e composição de território, antes de apropriação.

Procedimento de territorialização que a documentação e alguns trabalhos de investigação, mais ou menos recentes, patenteiam quando a análise do processo de territorialização avança do arrabalde para o “termo”.

### **2.11.3. o “termo”**

Em bom rigor, a expressão “termo” não é correta para designar o conjunto de propriedades, aldeias, portos, fortalezas, presídios, pessoas e bens – reinos –, que compuseram o território sobre o qual alastrou a presença e jurisdição portuguesa no Sri Lanka.

“Termo”, com aspas, para fundamentar o uso indevido da palavra, é um conceito redutor do território que desde meados do século XVI, mas sobretudo a partir do seu final, até aos anos sessenta do século seguinte, foi herdado, integrado por contratos de

fidelização ou contratos matrimoniais celebrados com soberanos locais, vinculado pela influência de missionários de ordens religiosas, principalmente franciscanos e jesuítas, diretamente conquistado ou perdido para soberanos locais, em dois processos que a documentação e a historiografia intitulam de “convenção de Malwana” (1597) e a “conquista do Ceilão”, que lhe seguiu.

O processo que antecedeu estes dois marcos na história da presença portuguesa no Sri Lanka está hoje escrito na dissertação de doutoramento de Zoltán Biedermann (2006), pelo que não é necessário, nem apropriado neste lugar, voltar a reescrevê-lo. Basta dizer, servindo-nos de conclusões do historiador que, não houve, até ao final do século XVI, um plano português de conquista do Ceilão. Até porque, como refere,

o reino de Kotte (...) não existia para ser dominado por Portugal, pelo menos não enquanto território. Era uma entidade política assente, essencialmente, em relações pessoais, onde a natureza territorial do domínio era *secundária*. As terras constituíam uma base do território régio na medida em que elas eram teoricamente propriedade do rei, mas na prática este domínio sobre as terras passava pelos nobres que as possuíam e administravam (Biedermann, 2006: 488).

Embora Mannar e Triquimale tenham recebido projetos de ocupação ainda durante as décadas de 1540 e 1560, as estratégias de territorialização só aconteceram após a morte de Dharmapala. Veja-se que só a partir dos finais de 1590 se fortificaram os portos de Gale, Baticaloa, Ilha do Cais, Negombo e Triquimale, e equacionou-se transferir a capital do Estado da Índia para o Sri Lanka.

A conquista para o interior, arrancou então no início de 1600, sem um plano concertado, que não logrou sujeitar integralmente a ilha. E na qual, o território colocado debaixo da influência portuguesa foi uma “dimensão territorial de um projeto que na prática não passava de um sonho dinástico” (Biedermann, 2006: 505), obtido à custa de uma chacina impressionante, num ritmo complexo de concorrência, sobretudo com o reino de *Kandy*.

Se os estudos de Pieris (1920), Silva (1975a), Flores (2001) e Biedermann (2006; 2009) são instrumentos essenciais para perceber o contexto histórico e geopolítico em que decorreu a conquista do Ceilão, os textos de Queiroz, Menezes (1681) e João Ribeiro (1685) dão pistas essenciais para perceber o que se julgou ser os erros da conquista, que barraram a possibilidade de submeter e consolidar um espaço com profundidade territorial, gravitante ao centro político instalado em Colombo.

Sabemos que várias experiências de enquadramento jurídico-administrativo das populações e das terras se sucederam, recorrendo à aplicação de algumas estruturas e instrumentos experimentados (tombos, p.e) quer nos processos de territorialização levados a cabo a partir de meados do século XVI, em Goa, Damão, Diu, Chaul, Baçaim, e também Malaca, embora noutro contexto e com outros instrumentos que veremos em capítulo próprio; quer no Brasil, como a criação do cargo de Capitão-Geral do Ceilão.

No que diz respeito ao território que aqui estamos a analisar, os *tombos* de Ceilão, elaborados entre 1599, pelos vedores da Fazenda Jorge Frolim de Almeida e Antão Vaz Freire, entre 1608 e 1618, editados e publicados por Pieris (1920a), Fitzler (1927) e C.R. de Silva (1975), enquadram e fornecem dados preciosos para aceder a essa

estrutura jurídico-administrativa que foi adaptada, de experiências anteriores e contemporâneas, mas também locais, hoje já avaliada e sintetizada por José Vicente Serrão (2014).

De acordo com o historiador referido, e pelo que podemos conferir com as obras que mencionámos atrás, a fórmula jurídico-administrativa aplicada no território não teve qualquer novidade, quer para o sistema português, quer para o cingalês, ambos baseados na fórmula do *aforamento*. Assim, para usarmos as palavras de Serrão, o interesse foi: “keep the pre-existing land structure as unchanged as possible, particularly with respect to the interests of common people, a concern that is constantly repeated in chief official documents” (Serrão, 2014: 190).

Uma “política conservacionista” (Serrão, 2014: 193), como a intitula, que foi sendo reajustada, em especial, atendendo às doações, trocas e compras ilícitas de propriedades que colidiam com a sistematização que se procurou implementar com a elaboração de instrumentos de administração, e também com as queixas de populações e proprietários, advogando-se, por um lado, haver um excesso de pagamentos de foro e taxas, por outro, a dificuldade em aplicá-los e coletá-los.

À parte da substituição de proprietários, ou foreiros, que a acomodação da máquina jurídico-administrativa implicou, favorecendo oficiais, *casados*, soldados portugueses e elementos das ordens religiosas, mas também membros da aristocracia cingalesa aliados à empresa portuguesa, não há registo de qualquer alteração significativa no que se refere à transformação da estrutura prévia do território.

Por este motivo, mais expressivo no quadro do trabalho que desenvolvemos, é saber que território estamos a falar.



Constantino de Sá de Miranda é o autor daquela que, ao que sabemos, foi a primeira proposta desenhada do território “conquistado” no Sri Lanka, incluída no *Códice de Saragoça* (1638). Segundo a descrição que acompanha a imagem, “Das terras que na mesma planta parte hũa linha pera a fralda do mar, hé Vossa Magestade Senhor” (Miranda, in Flores, 2001a: 162).



Constantino de Sá de Miranda, *Formas de todas as fortalezas da ilha de Ceilão*, 1638. Biblioteca Universitária de Saragoça,

Por outras palavras, Sá de Miranda identifica as duas esferas de influência que operavam, a este tempo, no Sri Lanka: a portuguesa e a do reino de *Kandy*. Se o nosso propósito fosse a história política ou a militar, o valor deste desenho estava também no facto de ter excluído o porto de Baticaloa da esfera portuguesa, quando dez anos antes,

Constantino de Sá de Noronha, capitão geral do Ceilão entre 1618-1621 e 1623-1630, ali logrou levantar uma fortaleza (Biedermann, in Mattoso e Rossa, 2010: 360). Mas não é este o dado que consideramos mais significativo no âmbito do território. Sim, a diferença dramática da extensão da esfera de influência portuguesa por confronto à extensão subentendida no *tombo* de 1599, que dá conta de 5092 aldeias (Silva, 1975: 78), inclusas às *corlas*, ou unidades territoriais correspondentes a um distrito formado por um conjunto de aldeias (*gamas* ou *gabadagama*), herdadas após a morte de Darmapala.

Número que se aproxima da contagem de “perto de seis mil aldeias antre grandes e pequenas”, feita pelo próprio monarca de Portugal em 1611, na carta que enviou para Ceilão com uns apontamentos que recebeu, em segredo, diz, e que pede que sejam confirmados (Pato, 1880-1982, II: 81-83).

Embora não concretizado, e com fronteiras flutuantes ao sabor da guerra contínua, o arranque da empresa da conquista do Ceilão, espessou de forma categórica o território em que se agia, e que, também por esta razão, foi impossível consolidar. Veja-se que Fitzler, valendo-se da cópia do *tombo* de Antão Vaz Freire terminada em 1618, contabiliza 12500 aldeias (1927: 11) e José Vicente Serrão aponta para 22000 aldeias (2104: 188). Números inconsistentes que apontam para uma área que, em número de povoações, era cerca de trinta e cinco a sessenta vezes maior à de Baçaim, onde André Teixeira contabilizou cerca de 350 aldeias (Teixeira, 2010), ou, como comparou Philip Baldaeus “three times bigger than Portugal it self” (Baldaeus, 1672: 776). Em suma, não um termo, uma autêntica *Província do Sul* (Rossa, in Mattoso e Rossa, 2010: 337).

## MALACA, 1511-1641 (Malásia, Sudeste Asiático)

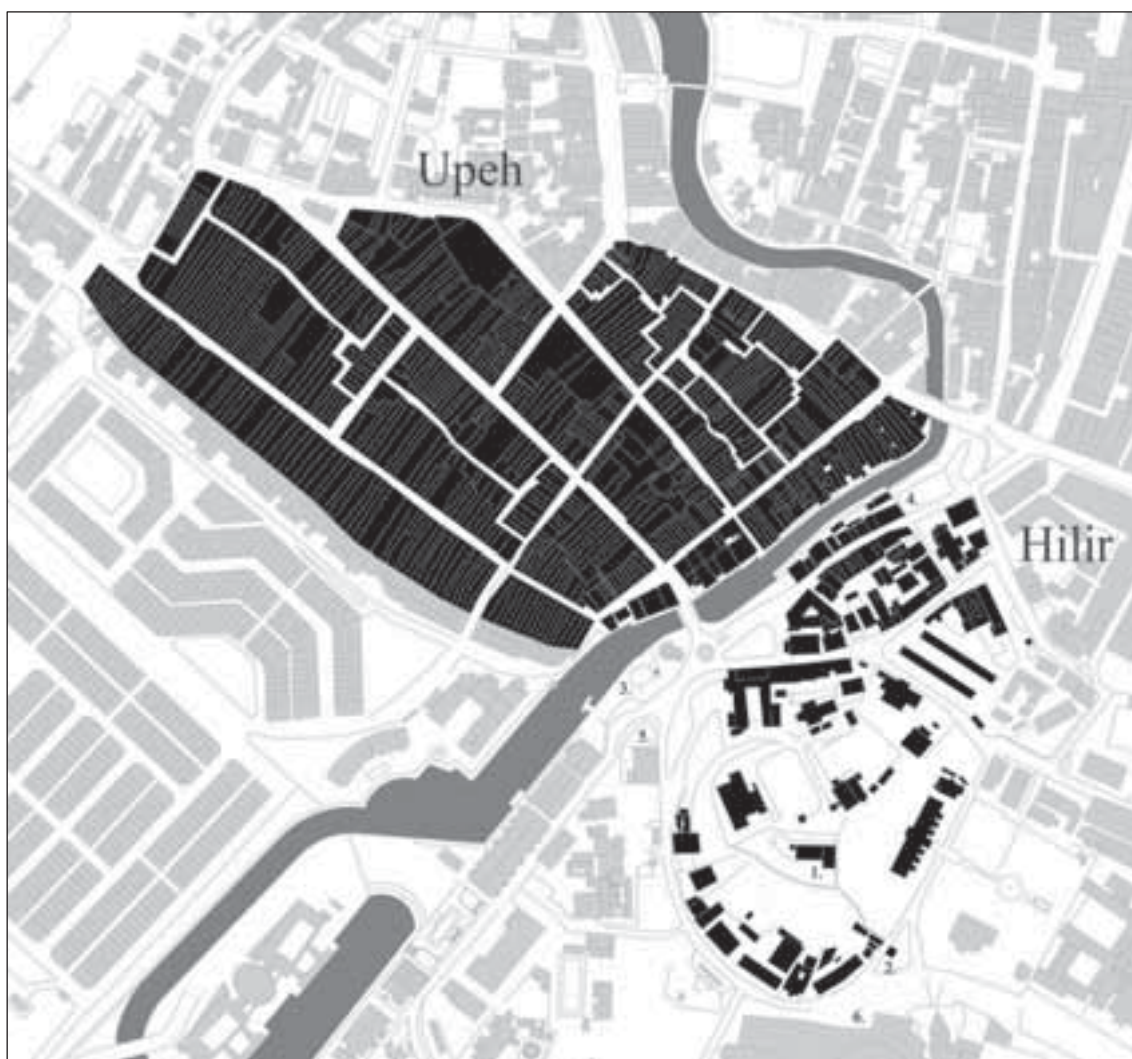


Localização geográfica e topo geografia do distrito de Malaca.

Malaca, Malásia

*era [no sé si es] Malaca la Ninive Portuguesa en la Asia, por luxoriosissima  
codicia, y por codiciosissima luxuria (...)*

(Sousa, 1666-1675, II, III: 568)



Identificação do tecido urbano em análise.



1. Igreja de São Paulo; 2. Porta de Santiago.



3. Reconstituição do bastião *Middelburgh*; 4. Vestígios.



5. e 6. Vestígios.

### **3.1. introdução**

Malaca (*Melaka*) foi conquistada ao sultanato de Malaca no governo de Afonso de Albuquerque, em 1511, constituindo-se a peça chave para o alargamento e estabilização da rede urbana portuguesa nas geografias do Sudeste Asiático e do Extremo Oriente, em particular, aos arquipélagos de Sunda e das Molucas (único produtor de cravo, maçã e noz moscada), China e, assim, Japão. Depois da sua capitulação para a Companhia das Índias Orientais holandesa, em 1641, teve início o processo de abandono de postos portugueses e a conseqüente diminuição da rede urbana e espaço físico do Estado da Índia no período da União Ibérica e seqüente Guerra da Restauração.

Enquanto trampolim para o alastramento da rede urbana montada pela presença portuguesa ao Sudeste Asiático, a conquista de Malaca foi um passo significativo para o estabelecimento da geografia do anti-meridiano do mundo de influência português verso o espanhol, que em 1529 se firmou com o Tratado de Saragoça. Mundo de influência cuja presença continuada e rede urbana começou a diminuir após a perda da cidade.

No espaço de 130 anos, a ocupação portuguesa decorreu essencialmente nas áreas urbanizadas de *Upeh* e *Hilir*, mantendo a organização funcional da cidade conquistada. Em *Upeh* funcionou o porto, em *Hilir* foram acomodadas a fortaleza (*Famosa*), as principais estruturas dos programas administrativo e religioso e o grosso da população portuguesa residente. A área de *Hilir* veio, ao longo do tempo, a ser encerrada por uma muralha. No entanto, a presença portuguesa e a sua ação urbanizadora não se cingiu ao intramuros, estendendo-se à área de *Upeh* e a outros espaços imediatos, como *Sabac*, *Bukit China* ou o Campo de São João (*Bukit Sanjueng*, *Bukit Pipi*) e, com um

enquadramento mais político-administrativo que com uma ação urbanizadora, ao território que atualmente constitui o distrito de Malaca.

A igreja de São Paulo, a Porta de Santiago remanescente do sistema de fortificação, bem como parte do cadastro de *Upeh* e talvez alguns vestígios localizados em *Hilir* que aguardam um estudo arqueológico mais sistemático, formam o conjunto material patrimonial resultante da presença portuguesa, contribuindo para que a cidade se destaque entre os estudos de casos selecionados para esta investigação como o exemplar morfologicamente mais completo, onde, não obstante os processos de substituição, alteração ou desaparecimento das estruturas físicas, melhor se pode aferir o programa urbano e a influência da cultura urbanística portuguesa que ficaram impressas no cadastro.

É também em Malaca que encontramos uma pequena comunidade, os *Kristang*, que advoga a luso-descendência, conservando o crioulo (*papiah kristang*), a influência nos nomes próprios e apelidos, algumas práticas vernaculares de cozinha, dança e essencialmente o vínculo cristão. Antes moradores da zona da Tranqueira (*Tranquerah*), bem no coração da cidade, a comunidade foi transferida, em 1930, pela administração britânica para um bairro fora da então malha urbanizada. Não foi um processo pacífico (Lim e Jorge, 2006), e algumas marcas ainda restam desta espécie de exílio, mas é ali, no *Bukit Portugis*, que a influência portuguesa tem maior expressividade. Este bairro, que não resultou de uma ação portuguesa e não se insere na cronologia que esta investigação pretende analisar, ficará fora do nosso estudo. No entanto, se a raiz da urbanização não é portuguesa, é-o a construção, no sentido em que o parentesco que ali se desenvolveu e desenvolve é com Portugal, como vários estudos e investigações nos

amplios âmbitos das Ciências Sociais e dos Estudos Culturais têm comprovado (cf. Batalha, 1986; Guimarães e Ferreira, 1996; Jackson, 1993; Sarkissian, 1997, 2000, 2005; Baxter, 2006; O'Neill, 2006; Carvalho, 2007; Umbro, 2010; Pires, 2012). Por agora, terá de ficar de parte um estudo mais orientado à influência portuguesa no urbanismo e arquitetura deste bairro.

Atualmente, Malaca é um porto pequeno de escala regional. Quem a visita dificilmente lê o excepcional caráter portuário de antes. A realidade da urbanização e o afastamento das áreas de *Hilir* e *Upeh* do mar, em consequência dos assoreamentos que alteraram a linha de costa, torna-o menos óbvio. Mas é certo que de todas as camadas de ocupação das administrações portuguesa (1511-1641), da holandesa (1641-1795/1818-1824) e da britânica (1824-1942), nas quais *Upeh* continuou a servir de área portuária e *Hilir* como o centro político, resultou um contributo urbanístico que ficou impresso na composição morfológica e funcional do tecido urbanizado. Só com a independência da Malásia, em 1957, e a entrada da administração malaia na frente da gestão da cidade, a especialidade funcional sofreu alguma alteração.

*Hilir* e *Upeh*, funcionam assim como repositórios materiais de todo o processo evolutivo de Malaca e da própria génese identitária da Malásia e são, por isso, a sua essência cultural, o que inclui a urbanística. Prova-o, não apenas o reconhecimento dos 38,62 hectares que constituem o tecido urbanizado das duas áreas como o *centro histórico* pelo *Departamento de Museus e Antiguidades de Malaca* em 1988, formalizado pela UNESCO em 2009 com a entrada na *Lista do Património Mundial*, mas, em particular, os rastros (humanos e materiais), os vestígios e as estruturas



sobreviventes que se aferem no cadastro e, depois, a concentração de museus que os narram. Por toda esta carga histórica, Malaca é hoje a cidade legado do legado malaio. A nossa investigação não pretende discutir este tema que, como instrumento, têm tido um enorme desenvolvimento teórico, algumas vezes agitado, por exemplo, ao nível da avaliação das práticas e projetos patrimoniais dentro das dinâmicas do e para o turismo patrimonial e como retrata e informa a génese malaia (Cartier, 2001, Mohamed e Mustafa, 2005, Williams, 2010, Worden, 2010, Goh, 2014, Ganesa et al, 2014, Ahmad, 2015). O nosso estudo pretende antes contribuir para um conhecimento mais aprofundado deste património no domínio da influência portuguesa, com o olhar dirigido à urbanística e fundamentado na análise do tecido urbano e nas culturas construtivas que o produziram, bem como, num quadro de continuidade, os níveis de influência que permanecem, não só no cadastro, também nas comunidades que nele se organizam.

Malaca é um dos estudos de caso com maior volume historiográfico (escrito e desenhado) que, embora não particularmente rico no que toca ao esclarecimento das práticas, permite aceder aos momentos que estruturaram o processo urbanizador, parte dos intervenientes, a materialização, bem como os planos que se pretenderam levar a cabo. Temos noção que a listagem que faremos a seguir não dá conta do enorme escopo bibliográfico em que se apoia esta investigação. Em plena verdade, a fortuna crítica que saiu da história da cidade e nos informou é grande, feita nas mais diversas épocas temporais, espécies documentais, áreas e origens disciplinares, o que nos obrigaria a

uma longa e fastidiosa listagem, faremos aqui apenas menção a autores e trabalhos que têm um contributo mais direto para o estudo do urbanismo e da urbanística portuguesa. Começamos com o (vasto) trabalho pioneiro de Luís Filipe Thomaz, nomeadamente a dissertação crítica da análise urbana (1965), reeditada e publicada em 2000, as sínteses nas especificidades da arquitetura e da urbanística de Pedro Dias (2001, 2009a, XII: 13-28, in Mattoso e Rossa, 2010: 448-454) e a obra do Padre Manuel Pintado (1990) que tem um formato de pequena monografia onde se encontram pequenas sumulas históricas acerca das estruturas do programa urbano, não só construído no arco temporal que nos ocupa mas, já depois, quando a influência portuguesa se manteve por aqueles que viveram no lugar e, em particular, na conservação do magnete religioso. No fundo, Pintado, como o próprio nome do livro indica, acede *Um Passeio por Malaca Antiga*, desde a sua fundação à data da publicação. Todos estes trabalhos são uma mais valia, também como ponto de partida para a evidência da permanência da marca portuguesa no cadastro atual.

Na senda do trabalho e linha académica iniciada por Luiz Filipe Thomaz, cabe referir as investigações de Paulo Pinto (1997, 2012, 2013), que numa abordagem que segue o comentário da cultura militar, clarificam não apenas alguns traços do urbanismo da cidade malaia conquistada, também o grau de administração que os portugueses tentaram implementar no território afeto à cidade ou, ainda, a tentativa de integração da comunidade chinesa como os espanhóis geriam em Manila. Paulo Pinto discute também a relação entre os mundos urbano e rural, complementando as observações que Manuel Lobato vinha já a atualizar (2000, 2012).

Ainda Ron van Oers (2000) com o estudo dedicado à morfologia urbana da cidade durante a administração holandesa, que os trabalhos de Robert Weebers, em coautoria, (Weebers e Ahmad, 2006, 2007, 2009; Weebers et al. 2010, 2010a, 2011), voltados à análise tipológica da arquitetura e à análise morfológica do cadastro no âmbito da influência transmitida pela administração holandesa, complementam e são uma base de confronto com os resultados obtidos do estudo da urbanística portuguesa, tal como para a avaliação dos níveis de influência que restaram.

Regressando ao quadrante da historiografia de origem portuguesa, cabe referenciar o historiador Rui Loureiro (2008, 2016) que tem um contributo ímpar no seguimento dos trabalhos de Pierre-Yves Manguin (1988) e de Luiz Filipe Thomaz, na análise do urbanismo e em especial o sistema fortificado construídos em Malaca. Também Jorge dos Santos Alves (2012, 2012a) que reavalia o quadro sócio-religioso do século XV reconstruindo parte do programa urbano instalado na zona de *Hilir*.

A todas estas bases acrescem as preciosas descrições dos cronistas Tomé Pires (1515), Gaspar Correia (1550-1563), Diogo do Couto (1595), Fernão Lopes de Castanheda (1551-1561) e Manuel Godinho de Erédia (1613), bem como as relações documentais de António da Silva Rego (1947-1959) e Raymundo Pato (1880-1982).

O conteúdo dos *Anais Malaios (Sejarah Melayu)*, traduzidos para inglês por John Leyden (1821), é outro elemento bibliográfico essencial, já que dá o *outro* lado das crónicas coevas de autoria portuguesa e acede-nos pequenas informações acerca da cidade no tempo do sultanato de Malaca. Também nesta obra encontramos algumas explicações para a fundação do sultanato e da cidade que, não obstante o carácter místico, têm dado origem a um enorme escopo bibliográfico em torno do tema, hoje,

felizmente, sistematicamente aprofundado (Andaya e Andaya, 2001) e, nalguns casos, já sintetizado, com digressões às estruturas urbanizadas (urbanas e rurais) (Reid, 2000; Manguin, 2000).

No reverso destes trabalhos, digamos assim, estão os levantamentos holandeses de Balthasar Bort e Justus Schouten, que conhecemos pelas traduções de Bremmer e Bladgen (1927) e Mac Hacobian (1936), respectivamente, que dão conta do que restou da cidade após a sua capitulação em 1641, aferindo alguns projetos de reformulação e recuperação que se tencionaram implementar na estrutura urbana, na administração do território e nas populações conquistadas, colmatando algumas lacunas da documentação portuguesa, em particular no último tópico.

No quadrante da iconografia, Gaspar Correia e Manuel Godinho de Erédia fornecem as representações mais próximas que temos da forma urbanizada e urbana de Malaca durante os séculos XVI e XVII, e que, em especial para o caso das últimas, foram diversas vezes copiadas (e exageradas). A elas juntam-se os levantamentos (textuais e desenhados), vistas e plantas de origem holandesa feitos logo, ou nos anos imediatos, à conquista da cidade. Ainda, o levantamento *Historical Guide of Malacca*, da autoria da Malacca Historical Society (1936) que surgiu no encaço da obra *Guide Book to the Town and Fort of Malacca* (1924), elaborada para comemorar o centenário da ocupação britânica de Malaca (1824-1924). Não obstante o direcionamento para a gestão britânica, a edição de 1936 apresenta e comenta os monumentos localizados na cidade e nos limites do distrito, apoiando-se nas investigações publicadas pelo *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, incluindo uma proposta de implantação da fortificação em *Hilir*, cujo nível de rigor ultrapassa as análogas holandesas. Esta

planta constituiu-se uma das bases mais úteis para o trabalho de reconstituição que aqui desenvolvemos.

Todos estes elementos iconográficos e cartográficos, holandeses e britânicos, são instrumentos indispensáveis para o cotejo sistemático das informações contidas nas representações e textos de origem portuguesa, mas igualmente para o fecho de alguns vazios que estas fontes deixam em aberto, ou a malha urbana atual não permite confrontar. A todo este volume adicionam-se os trabalhos que têm apresentado propostas tridimensionais da forma e características arquitetónicas do sistema fortificado (Abidin et al, 2008; Izani et al, 2010, 2010a).

### ***3.2. localização e contexto geopolítico***

Malaca está situada a 120 km a sul da capital da Malásia, *Kuala Lumpur*, e a 200 km a norte de uma das maiores cidades-estado portuárias do mundo, Singapura. Título que dos séculos XV a XVII pertenceu a Malaca, já que era melhor porto.

Implantada numa zona de costa plana recortada pelos rios de *Muar* (a sudeste) e o de *Linggi* (a noroeste), a cidade ocupa uma posição fronteira a Sumatra na metade sudeste do Estreito de Malaca, onde ocorre a ligação entre o Mar do Sul da China e o Oceano Índico. O Estreito é uma das passagens naturais obrigatórias do comércio marítimo internacional, integrando o corredor circum-equatorial do sistema mundial de circulação marítima, passando ali, anualmente, um terço dos bens transacionáveis. Tal como no século XV quando a cidade de Malaca foi fundada pelo sultanato e, depois, nos séculos XVI e XVII quando ocorreu a ocupação portuguesa, o Estreito de Malaca é um dos pontos da cadeia de ligação entre o Ocidente, o Oriente e o Extremo Oriente.

Além da geografia que beneficiou a cidade com uma localização estratégica na perspectiva da navegação marítima, todo um conjunto de especificidades naturais (topográficas e hidrográficas) garantiram que, desde cedo, Malaca se tenha tornado uma escala indispensável. Malaca estava situada numa zona de mudança de monções e, por isso, onde ocorre as trocas de rumo das embarcações, protegida dos ventos e correntes contrários próprios dos lugares de mudança de monção pelo dorso peninsular de Sumatra e aquele que corre no interior da Península Malaia, assemelhando-se a “an inland lake” (Andaya e Andaya, 2001: 19).

Em suma, a cidade reunia um sentido de porto-charneira obrigatório consequente da sua moldura natural. Condição que o sultanato de Malaca aproveitou para fundar a cidade com um sentido de capitalidade duplo: por um lado, como centro político, por outro, como porto central do mapa do código tributário que moldou o aparelho económico-portuário do Sudeste Asiático, por outras palavras: “the ‘rhythm’ of Malay history” (Andaya e Andaya, 2001: 36-38), ou ainda: “the rhythm of Southeast Asian history” (Manguin, 2000: 409).

O enquadramento político, económico, social e cultural de Malaca, que a historiografia tem concluído herdeiro das políticas e práticas aplicadas por *Srivijaya* no amplo espaço abrangido pelo universo *Melayu* (Andaya, 2008: 67-68; Manguin, 2000; Reid, 2000), contribuiu para a ratificar a posição obrigatória do porto nas rotas intra e inter asiáticas (Andaya e Andaya, 2001; Andaya, 2008; Reid, 2006). Também a ligação ao império da China (Reid, 2000, 2006) alavancou a ascendência de Malaca na cadeia de cidades-estados que constituíam a rede comercial do Sudeste Asiático nos séculos XV e XVII. Tal como os sultanatos do *Brunei* e de *Ayutthaya*, o sultanato de Malaca “actively

played the Ming game by becoming enthusiastic imperial tributaries in order to position themselves as entrepôts with the sole legal access to chinese market through state-trading, or tribute missions” (Reid, 2000: 418-419).

Todas estas particularidades atraíram a determinação do monarca português em estabelecer relações comerciais com Malaca, como se lê no regimento dado a Francisco de Almeida em 1505; na carga da armada que seguiu de Lisboa para a Índia no ano seguinte, que levou “allferes, enxadas, paas e outras cousas semelhantes pera o fazimento da dita fortaleza” (Sá, 1954-1988, I: 10; Pato e Mendonça, 1984-1935, III: 272); ou pelo regimento de Diogo Lopes de Sequeira, de 1508, em que o monarca pede para que chegado ao porto, “perguntarees pollos Chyns” (Rego, 1947-1959, I: 64).

Na prática estamos perante instrumentos-ação que expõem um plano para uma instalação com presença continuada no porto e nas transações que aí se faziam mediante o estabelecimento de uma feitoria. O que mostra que D. Manuel I tinha conhecimento da posição estratégica de Malaca, inclusive, por comparação a *Ayutthaya* e *Brunei*, que reuniam as mesmas condições, mas a localização não as tornavam nem uma passagem obrigatória, nem funcionavam como tampão das rotas que se desenvolviam a oeste e a este do Estreito de Malaca.

Mas temos também, nesta vontade do monarca, um sentido de urgência e uma ação dirigida para a sua resolução. É que a data do regimento de Francisco de Almeida é coeva à notícia da partida de uma armada castelhana rumo ao sudeste asiático (Sá, 1954-1988, I: 5-6). Por esta altura, apenas o meridiano das zonas de influência portuguesa e espanhola estava acordado para as Índias Ocidentais (América do Sul), mantendo-se em aberto a fixação do limite nas Índias Orientais, o que apenas se

concretizou em 1529 com a assinatura do Tratado de Saragoça, e como o próprio monarca explica: “[por] ser duvidoso ser dentro das nossas marcas; e que, por ser tomada, primeiro, por nos a posse, que nestas coisas daa muito direito (...) poderya mais asynha desarmar o pemsamento que sobre esta cousa teem allguuns [os castelhanos] que ho procuram” (Sá, 1954-1988, I: 5-6). Por outras palavras, D. Manuel I procurava o direito a Malaca pela *descoberta*, de forma a bloquear a entrada dos castelhanos nas redes de comércio malaio e, em consequência, a todo um conjunto de portos que constituíam a rede mercantil regional do sudeste asiático com ligação aos portos de Ceilão, Coromandel, Bengala e China.

No entanto, momentos instáveis noutras geografias da rede mercantil que se compunha a oeste de Ceilão adiaram a pretensão sobre Malaca.<sup>1</sup>

Entre 1508 e 1510,<sup>2</sup> outras três tentativas de instalação se seguiram. Apesar da expedição capitaneada por Diogo Lopes de Sequeira em 1508 ter obtido autorização

---

<sup>1</sup> Além do ambiente instável que se vivia em Cochim pelo estado de guerrilha permanente com o Samorim de Calecute (Correia, c.1550-1563I, II: 738-739), com o qual o sultão de Malaca (*Mahmud Syah*) mantinha uma afinidade político-militar (Alves, 2012a), a composição geoestratégica do mapa comercial português dividia-se em duas frentes. Por um lado impunha as conquistas no Golfo Pérsico, porta final da entrada das rotas asiáticas nas estradas terrestres do comércio árabe, apenas consolidadas após a conquista de Ormuz em 1507. Por outro, assentava numa progressão a este do Malabar numa tentativa de resgatar os portos das Maldivas e Ceilão às redes árabes, jogando-se diretamente nas fontes que abasteciam os portos do Malabar, Cambaia, Guzerate e Estreito de Ormuz. Francisco de Almeida tinha conhecimento das redes comerciais que corriam a estes portos vindas de Malaca pela via do Coromandel e do Golfo de Bengala, mas adiou o cumprimento do regimento para enviar a estas duas paragens quatro homens dissimulados de mercadores para se inteirar ao certo da situação antes de partir para Malaca (Correia, c.1550-1563, I, II: 739). Luiz Filipe Thomaz refere esta campanha de reconhecimento. Diferente do que interpretámos pelo texto de Correia, Thomaz sustentando-se na carta de Gaspar da Índia (Pato e Mendonça 1894-1935, II: 337-378), cujo filho integrou a expedição, refere que o destino seria precisamente Malaca, para assentar-se ali comércio. Por terem a vida ameaçada após aportarem em Coromandel, os enviados refugiaram-se no porto de *Conimate* [*Kunjimedu*], regressando a Cochim (Thomaz, 2000: 27), não cumprindo o objetivo.

<sup>2</sup> A primeira campanha refere-se à armada capitaneada por Diogo Lopes de Sequeira, enviada em 1508, levando a bordo um feitor e oficiais para a feitoria. A segunda, à armada encabeçada por Diogo Mendes, enviada em 1510, que Afonso de Albuquerque não autorizou a seguir para Malaca devido à fragilidade da permanência portuguesa no Malabar causada pelas convulsões políticas em Goa, Cambaia e Calecute (Albuquerque, 1557-1576, II: 447). A terceira, à armada que os *Anais Malaio*s dão conta ter sido reunida pelo governador Afonso de Albuquerque, e que terá chegado ao porto de Malaca com o fito de acometer a cidade. Capitaneada por Gonçalo Pereira terá sido rechaçada pelas forças locais, tendo a tripulação regressado a Goa (Leyden, 1821: 325). Embora tenha ficado mais ou menos claro que esta última campanha terá aportado após aquela primeira viagem de Diogo Lopes Sequeira, não encontramos qualquer menção em outras fontes que possam corroborar este episódio.



para vender e comprar na cidade, sendo entregues para o efeito umas casas que servissem de feitoria (Correia, c.1550-1563, II, I: 33-37; Castanheda, 1551-1561, II: 359), a mudança de atitude do regente malaio para com a embaixada portuguesa dois meses após o estabelecimento, dizem as fontes por instigação de mercadores javaneses, gujaratis e de Calecute, que comerciavam na cidade (Pires, 1515: 408-410; Correia, c.1550-1563, II, I: 33-36; Castanheda, 1550-1561, II: 359), desfez o contrato de pazes celebrado com o capitão, aprisionou parte da tripulação portuguesa e destruiu a feitoria (Correia, c.1550-1563, II, I: 39).

Perdido o porto de Ormuz em 1508, e iniciado o governo de Afonso de Albuquerque um ano depois, a estratégia política do império português mudou. Contrariamente a Francisco de Almeida, cuja tática pretendeu estabelecer a presença portuguesa através de contratos de fidelidade ou vassalagem com os regentes locais, Afonso de Albuquerque empreendeu um império marítimo amarrado por ocupações terrestres, fortalezas, obtidas ao jeito do que fez enquanto militar e capitão-mor do mar da Arábia: conquista direta. Por isso não surpreende que falhada a via diplomática, ficando lá retidos homens e mercadorias, depois de estabilizar a presença no Índico com a conquista de Goa em 1510 e sem maneira de recuperar Ormuz (Castanheda, 1551-1561, III: 170), Albuquerque partiu para Malaca.

A darmos crédito a Castanheda, Albuquerque, como D. Manuel I e Francisco de Almeida, conhecia bem o papel da cidade no ajuste das redes mercantis árabes à intromissão da navegação portuguesa na Índia, lembrando-o aos homens antes de acometer a cidade: “porque depois que lhe tirarão a mama de Calicut, se lhe tiramos esta não tem mais com que se mantenhão (...). E com esta chauce de mea volta, que he

tomar Malaca se çarra este caminho, & el rey meu senhor fica senhor de tudo” (Castanheda, 1551-1561, III: 200).

Malaca foi assaltada, parcialmente incendiada (Albuquerque, 1557-1576, II: 120; Castanheda, 1551-1561, III: 193-194) e conquistada no verão de 1511. Ainda que Diogo do Couto aponte para que nem D. Manuel I, nem Afonso de Albuquerque, tivessem interesse em manter a posse da cidade (Couto, 1595, V, II: 315-316), o que é certo é que o arranque da construção da fortaleza iniciado no dia seguinte ao desfecho do assalto foi a pedra de toque para exibição de uma nova administração e a instalação de um povoado.

### ***3.3. a ocupação pré-portuguesa: a cidade do sultanato de Malaca***

Luiz Filipe Thomaz chamou a atenção, naquele que é o estudo seminal da historiografia portuguesa acerca da cidade, *Early Portuguese Malacca*, para: “When the portuguese captured Malacca they did not proceed at once to change the face of the city” (Thomaz, 2000: 36). Como o historiador demonstrou, o processo de ocupação levado a cabo pela presença portuguesa foi feito por sobreposição a pré-existências várias (político-administrativas, dinâmicas sociais, urbanização, etc.). Neste sentido, a Malaca construída pela presença portuguesa não decorreu de um processo de urbanização *ex-nihilo* ou *ex-novo*, sim, em parte, por um reajustamento urbanístico que não implicou o apagamento total do tecido urbanizado existente para se implantar o novo. A expressão preexistente é, do ponto de vista operativo, fundamental para perceber, justificar e avaliar o impacto na cultura local do processo urbanizador aplicado pelos agentes da

administração portuguesa, o que implicou termos de incluir aqui um subcapítulo que é longo, quer nos conteúdos, quer na extensão do texto.

São vários os estudos que têm contribuído para uma melhor compreensão dos processos geopolítico, cultural, económico e social, de fundação de Malaca levado a cabo pelo sultanato de Malaca no início do século XV, permitindo-nos deixar aqui os pontos conclusivos essenciais.

Malaca entronca numa definição de cidade-estado malaia, confundindo-se a sua fundação com a demanda de transferência do sultanato que lhe deu origem. Na verdade, a cidade decorreu da mudança do centro político do sultanato de *Temasek* (hoje Singapura),<sup>3</sup> que segundo Pierre Yves-Manguin (2000) seguiu o modelo da política aplicada por *Srivijaya* (séculos VII a XIII) em *Palembang* e depois *Jambi* (Sumatra), a qual teve um impacto direto no urbanismo, na forma urbana e na extensão territorial: “trade-oriented and city-centred” (Manguin, 2000: 410). Por outras palavras, *Palembang*, “defined the structure of Malay trade oriented harbour polities and Malay world city-states [...], the spatial integration of the polity in a riparian landscape. However it does not in no way convey the notion of a topographically well-defined territory” (Manguin, 2000: 410-411).

Ainda segundo este historiador, Malaca afasta-se, assim, do conceito de *entreposto comercial* que a historiografia lhe tem acoplado, para ser ela mesma o palco

---

<sup>3</sup> Na sequência da independência do sultanato à suserania de Java no princípio do século XV, após cinco anos de instalação (Pires, 1515: 384), ou trinta e dois (Leyden, 1821: 89), o centro político foi transferido de *Temasek* para *Muar*, *Bertam* e depois, Malaca. Os contextos geográficos, políticos e económicos por trás da fundação do sultanato e da transferência do centro político estão profundamente exploradas por Leonard e Barbara Andaya na obra *A History of Malaysia* (2001).

representativo da relação centro-periferia em que decorre a política do sultanato. Daí que, tantas vezes interpretada como uma cidade sem *hinterland*, Malaca, é, no fundo, uma cidade-estado que domina um “umland”: constituído por “a number of places on the Malayan Peninsula but also harbour-cities such as Pasai, Pedir, Siak and Inderagiri on Sumatra (...) some of them earlier central places on their own” (Manguin, 2000: 414). Neste conceito e (in)formalização territorial, agora segundo Anthony Reid: “there was none of the modern sense of a territorially bounded state of which the city was capital. Sovereignty was inherited in the city itself” (Reid, 2000, 422).

Todavia, Malaca, que foi engastada na foz do rio de Malaca (*Sungei Melaka*), afasta-se um pouco da prática comum de *Srivijaya*, e da do próprio sultanato, no estabelecimento de cidades recuadas às bocas do rio, como o provam os tipos das cidades-estados de *Palembang*, *Jambi* e depois *Bertam*, *Bintão*, *Ujungtana* e *Johor*. Por este motivo, Malaca não funcionava segundo uma hierarquia “involving a primary focal urban centre downstream from one major river, and a series of upstream secondary (and tertiary, etc) centres along the same river basin) (Manguin, 2000: 412), como *Palembang* e *Jambi*, concentrando todas as funções num só lugar: a própria cidade ribeirinha.

Esta opção do sultanato pode ter uma explicação olhando uma particularidade que ressalta como um dado comum no teor da documentação relativa à cidade, em especial nas relações de Tomé Pires (1515) e nos *Anais Malaios* (Leyden, 1821),<sup>4</sup> nesta última,

---

<sup>4</sup> A *Suma Oriental* de Tomé Pires e os *Anais Malaios* (*Sejarah Melayu*) reunidos por um integrante da corte do sultanato de Johor (antigo sultanato de Malaca), são as duas fontes mais próximas à data da instalação da cidade que se conhece apresentando duas interpretações diferentes: a portuguesa e a malaia. O trabalho de Tomé Pires, escrito enquanto esteve na cidade e concluído em 1515 é uma descrição geográfica do sudeste asiático que compreende a primeira sinopse histórica da cidade entre as datas da sua fundação e a entrada dos portugueses em 1511. Já os *Anais Malaios* são na sua essência uma listagem genealógica da família real malaia que inclui episódios mitológicos, feitos

como algo de natureza mística e própria da cultura malaia, e assumida na historiografia: as características naturais foram o primeiro dos elementos a atuar na escolha do lugar e depois na própria composição espaço-funcional da expressão urbanizada.

Fundada num local recortado por vários rios, regatos e zonas pantanosas que a urbanização contemporânea suplanta, Malaca foi implantada, como dissemos, na boca do rio de Malaca, que juntamente com o rio de *Pahang* e uma intrincada malha fluvial intrapeninsular liga as costas oeste e este da Península Malaia.<sup>5</sup>

A colina junto à costa, que mais tarde veio a ser denominada *St. Paul's Hill* (numa clara memória à interferência dos portugueses na cidade), as ramificações fluviais de Java e China (*Upeh*), e os acidentes topográficos de *Bukit China* e *Bukit Pipi* (*Bukit Senjuang*), funcionaram como pontos de triangulação ao processo de urbanização, delimitando a área onde se atuou, concentrando-a nas margens noroeste (*Upeh*) e sudeste (*Hilir*) do rio.

Raramente falado nas fontes escritas e por isso mais difícil de perceber que a localização, composição dos elementos do programa urbano e a paisagem, é o cadastro urbanizado. Daí que o confronto, obrigatoriamente anacrónico, com as poucas representações que logram uma aproximação à imagem da cidade, ou partes dela, como

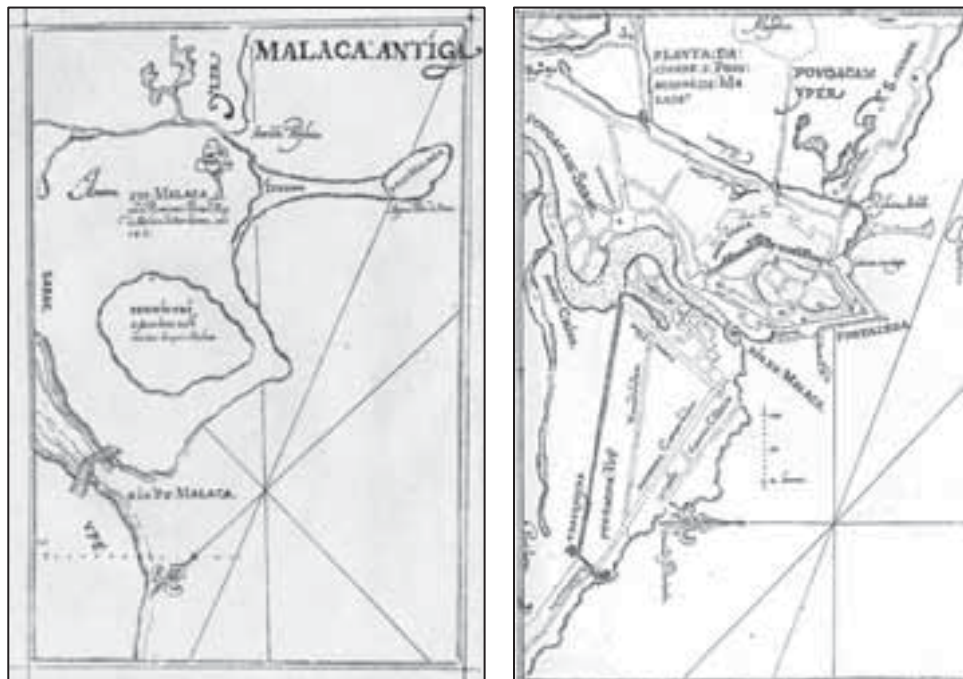
---

marcantes, etc. Traduzido para inglês por John Leyden em 1821, provavelmente por encomenda da administração britânica sediada em Singapura, tem sido interpretado como um compêndio das tradições populares e lendas da população malaia. Para um paralelo entre as duas fontes no que respeita a interferência dos elementos naturais para a escolha do lugar de implantação de Malaca, veja-se Andaya; Andaya, 2001: 34-36.

<sup>5</sup> A tese de *Aurea Chersoneso*, ou *Península Dourada*, que das gentes e mercantes da região terá chegado ao Ocidente através da obra *Geographia* de Ptolomeu, persuadindo não só a classe erudita do Renascimento europeu, mas também cartógrafos e, naturalmente, monarcas e mercadores, influenciou a ideia que Sumatra e a Península Malaia eram terras com depósitos de ouro. Esta é, provavelmente, uma interpretação extrapolada da importação que efetivamente aconteceu através da malha fluvial que no século XV ligou Malaca e *Pahang*, este sim, lugar rico em depósitos do minério. A interpretação acabou por fixar o ideário em Malaca, que era apenas porto receptor, só no século XVIII ficou totalmente esclarecido, não obstante as comprovações que desde o século XVII corrigiram o erro. Também D. Manuel I se deslumbrou com esta tese, pedindo aos homens que buscassem a mina (Pato e Mendonça, 1884-1935, I: 272; VII: 117-118).

Malaca, Malásia

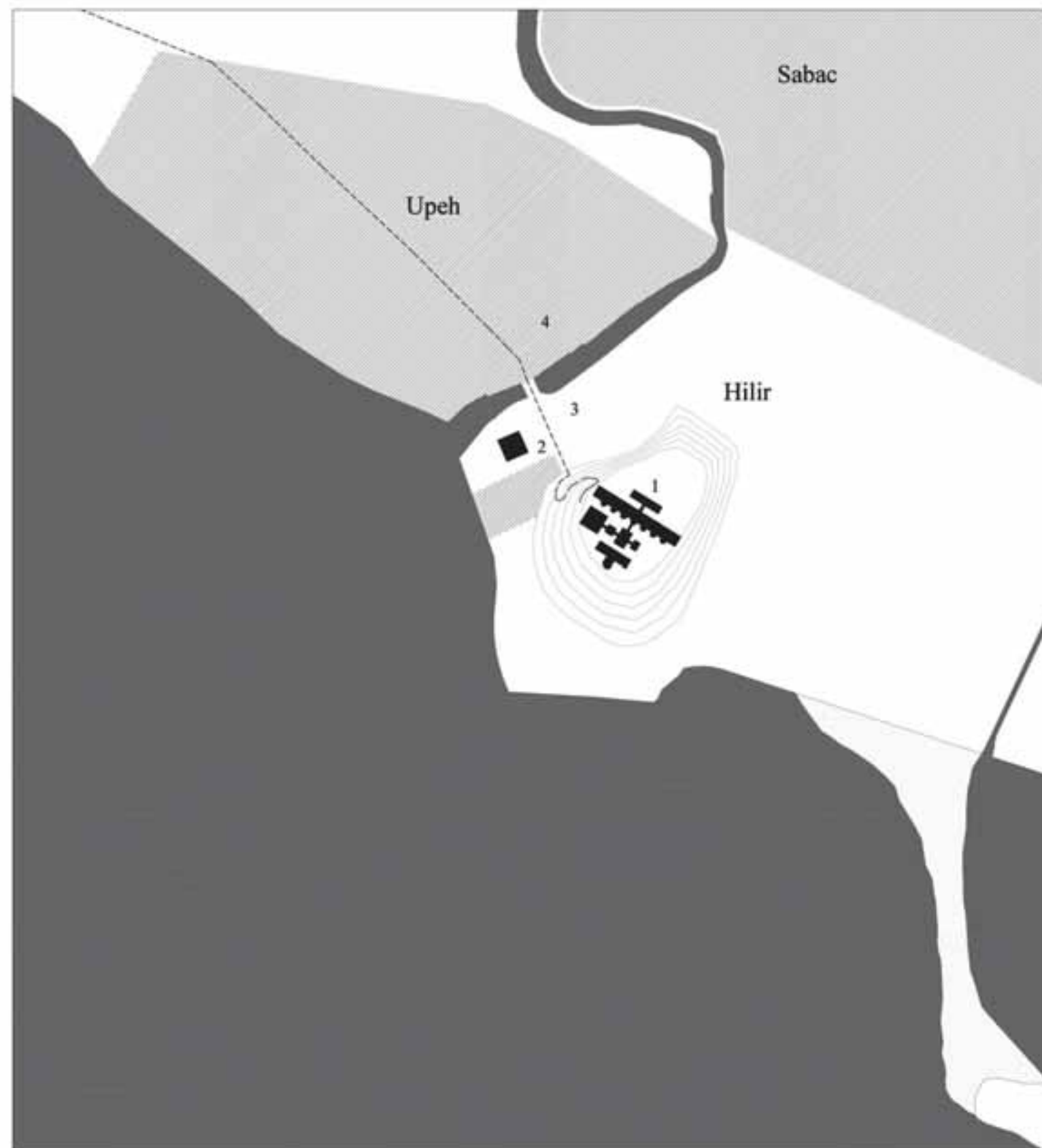
os dois desenhos da autoria de Manuel Godinho de Erédia (Erédia, 1613), um punhado de painéis ilustrativos e modelos tridimensionais expostos no *History, Ethnography and Literature Museum* e no *Melaka Sultanate Palace Museum* (Malaca), que se trata da réplica do Palácio Real do sultanato, hoje implantado num lugar diferente do original devido à urbanização da área em questão, apenas admite uma proposta da sua fisionomia, necessariamente incompleta e tão ou mais subjetiva quanto as fontes.



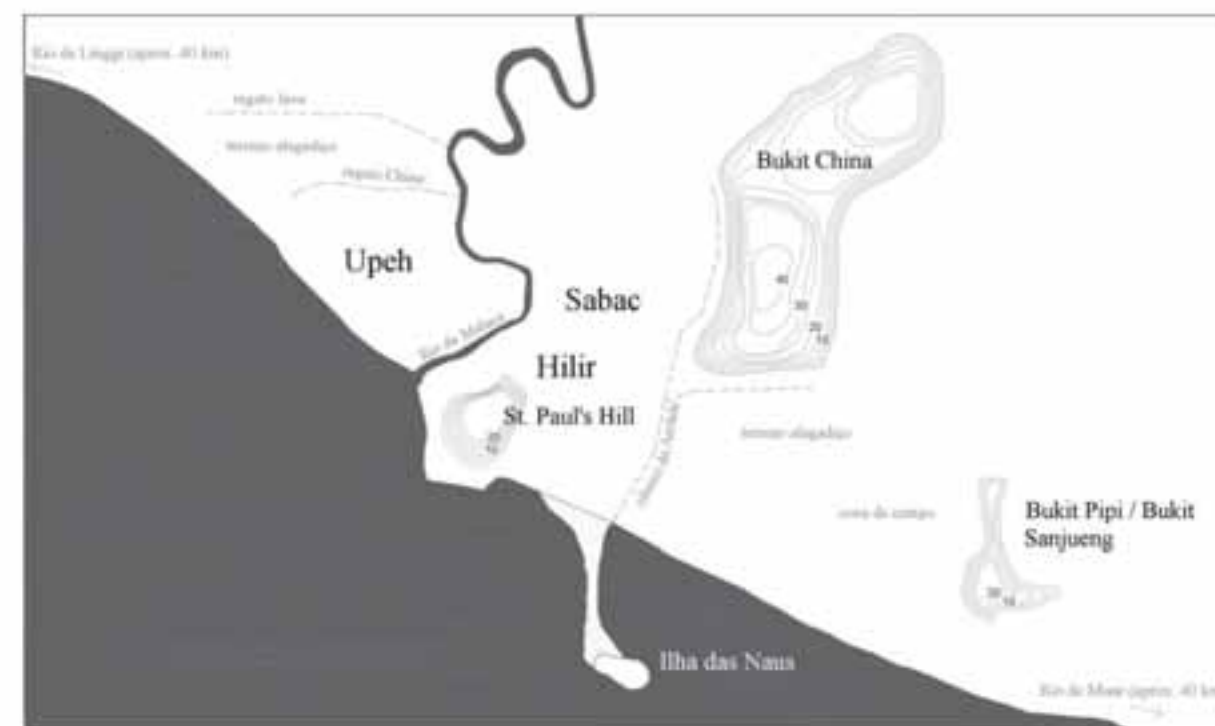
Malaca Antiga e Planta da Cidade e Povoacoens de Malaca. Manuel Godinho de Erédia. *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises, 1613.* Maqueta, *History, Ethnography and Literature Museum*, Malaca.

# MALACA

PROPOSTA TOPO-MORFOLÓGICA DE MALACA (OCUPAÇÃO PRÉ-PORTUGUESA)



- Área aproximada da mancha edificada
- Equipamentos (1. Palácio Real; 2. Mesquita Real; 3. Terreiro da Mesquita Real; 4. Bazar)
- Traçado da rua principal



Proposta topo-morfológica da área envolvente a Malaca. Escala 1: 25 000.







Fisionomia que Diogo Lopes de Sequeira reconheceu quando ali esteve em 1509: “do comprimento que ha Dēxobregas ao mosteyro de Belem [cerca de 10,5 km], & porem estreyta: aueria nela perto de trinta mil fogos. Parte a ho rio ē duas partes” (Castanheda, 1551-1561, II: 355).<sup>6</sup>

*Upeh*, onde se acomodava o porto, era constituído por um conjunto de godões, feitorias e bairros residenciais (*kampungs*),<sup>7</sup> individualizados consoante a origem das comunidades mercantis (malaios, javaneses, *kelings*, gujaratis, bengalis, chineses e luções). A tipologia das habitações, como na maioria das cidades-estado malaias (Reid, 2000: 421), era composta por construções em madeira e cobertura de ola, dispostas de forma isolada no terreno, como vemos na maquete que exibimos antes, que se elevavam do chão por um sistema de pilares construídos por troncos de árvores.

Tudo indica que a matriz arquitetónica e urbanística de Malaca era então equivalente à das cidades que integram uma ampla área do sueste asiático, desde a Indonésia, à Tailândia, do Laos ao Vietname, de Bornéu ao Camboja, entre outras, cujas condições climáticas, térmicas e socioculturais resultaram num tipo arquitectónico que é um elemento isolado e sem imposição de limites físicos com o ambiente envolvente.

Por isso, a forma dos *kampung* é estruturada consoante um conjunto de unidades familiares ou de parentesco, onde não existe um princípio de parcelamento do terreno

---

<sup>6</sup> João de Barros descreve “huma povoação de comprimento de huma boa légua” (Barros, 1552-1615, II: 262). Encontramos esta mesma medida nos *Comentários de Afonso de Albuquerque* (Albuquerque, 1557-1576, III: 145). Por sua vez, Faria de Sousa compara a extensão de Malaca àquela de Lisboa (Sousa, 1666-1675, I: 145), chegando mesmo a comparar a cidade de Malaca à capital portuguesa (Sousa, 1666, I: 132) no que toca ao sítio e à forma. Contudo, o testemunho de Faria e Sousa foi escrito pelo que leu de outros cronistas, logo, a analogia só pode ser compreendida se colocarmos lado a lado a urbanização sita em *Hilir* com o Castelo de S. Jorge e a área portuária com a baixa da cidade, extensa aos limites do que veio a constituir a zona do Bairro do Alto.

<sup>7</sup> Sobre a especificidade dos *kampung* dentro da cultura do território malaio, veja-se Samsudin, 2012 e Wiryomartono, 2013. Sobre as características socioculturais e estruturas administrativas dos *kampung* de Malaca, veja-se Thomaz, 2000 e Andaya e Andaya, 2001: 44-46.

Malaca, Malásia

ou uma imposição cadastral dos limites dos lotes ou, do bairro, (Sim, 2010; Samsudin, 2013; Wiryomartono, 2013).



*Melaka Sultanate Palace Museum* (Réplica do anterior Palácio Real do sultanato de Malaca).

Já em *Hilir*, além do centro político organizado em torno do Palácio Real implantado sobre *St. Paul's Hill*, de estrutura em madeira e análogo à tipologia daqueles erguidos em *Bintão* e *Ujungtana*,<sup>8</sup> existiam vários complexos tumulares junto da mesquita real (*masjid raya*)<sup>9</sup> e a praça (*medan*) que a servia (Alves, 2012). Também um aglomerado habitacional javanês ocupava a parte entre o rio e a cota baixa este de *St. Paul's Hill*, que pode ter estado na origem do arranque da povoação sita na área de *Sabac*.

A mesquita real e as estruturas tumulares destacavam-se na paisagem urbana pela sua construção em pedra e tipologia singular, como o comprovam alguns cronistas (Correia,

---

<sup>8</sup> Correspondem às duas cidades que o sultanato malaio fundou após a conquista de Malaca pelos portugueses. Ambas foram assaltadas e incendiadas, respectivamente, por D. Pero de Mascarenhas em 1526 (Correia, c.1550-1563, III, I: 83-91) e D. Estevão da Gama em 1533 (Couto, 1595, IV, II: 287).

<sup>9</sup> Sobre o programa arquitetónico e político da mesquita real, veja-se Alves, 2012.

c. 1550-1563, II, I: 250; Barros, 1552-1615, II: 262; Sousa, 1666-1675, I: 145), embora não mencionem diretamente as estruturas que lhes captaram, ou lhes disseram ter captado, o olhar. Mas percebemo-lo se tivermos em conta o tipo construtivo do programa religioso, que foi extensível a alguns dos lugares de culto privado (Alves, 2012) e às estruturas de lazer do sultanato, como a fonte em *Bukit China* (Erédia, 1613: 24-25), e que revelam uma particularidade não só da paisagem urbana das cidades malaias (Samsudin, 2013), mas uma adequação do urbanismo à cultura urbanística que é transversal também a outras áreas asiáticas, onde se reserva a construção em pedra ou tijolo aos edifícios religiosos. Veja-se, por exemplo, o caso do Malabar que referimos no capítulo dedicado a Santa Cruz de Cochim.

Ainda na análise morfológica da cidade do sultanato, importa indicar que a articulação entre as margens estava garantida por atravessamentos sobre o rio, dos quais se destacava a ponte junto à embocadura, que unia a rua principal,<sup>10</sup> vinda da zona de *Upeh* àquela de *Hilir*. Rasgada paralela à linha de costa, esta rua funcionou como espinha dorsal da composição de *Upeh* (Castanheda, 1551-1561, III: 192), e uma extensão adicional da dinâmica que ocorria no espaço público à entrada da ponte (*bazaar*), onde acontecia o mercado diário<sup>11</sup> e se exibiam atos públicos, como as penas capitais.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Encontramos a designação de “rua principal” em vários textos históricos, nomeadamente, nos *Comentários de Afonso de Albuquerque* (Albuquerque, 1557-1576, III: 117-119) e na crónica de Fernão Lopes de Castanheda (Castanheda, 1551-1561, III: 190).

<sup>11</sup> “marketplace, in the booths set up on the bridge and in the streets in front of houses” (Andaya e Andaya, 2001: 45).

<sup>12</sup> Foi nesta praça que “o rey de Malaca teve determinado de matar (...) Diogo Lopez de Sequeira” (Albuquerque, 1557-1576, III: 170). Dois anos mais tarde Afonso de Albuquerque usou esta mesma praça como demonstração do ajuste de contas a este episódio, quando “mandou degollar [Uti Mutaraja] com o cutelo da justiça delRey de Portugal” (Albuquerque, 1557-1576, III: 169-170).

Malaca, Malásia

Esta rua corresponde hoje à *Jonker Street / Jalan Hang Jebat*, uma das mais conhecidas de Malaca, que continua a fazer a ligação entre a margem de *Upeh* e *Hilir*, marcada pelo ambiente eclético, quer da população, quer da arquitetura que, no fundo, é o resultado de todas as administrações que submeteram a cidade. O dinamismo decorrente da massa turística que ao longo desta rua encontra uma série de pequenas lojas de comércio local, fá-la ser apelativa, imprimindo-lhe um sentido distinto do restante arruamento.



Jonker Street, Malaca.

Um conjunto extenso de casario com a estacaria fundeada na água completava a paisagem da margem de *Upeh*, imiscuindo-se com as embarcações surtas sobre a orla do mar (Castanheda, 1551-1561, III: 185).

Relativamente à paisagem rural, existente nas franjas da cidade, Manuel Lobato apontou a dificuldade dos estrangeiros em distingui-la da urbana (Lobato, 2012: 71-72). Sobretudo porque, como explica Paulo Pinto, “the cities [of the Malay world] were open spaces, adapted to and fused with their surrounding environment” (Pinto, 2012: 128). Alguns cronistas portugueses e tradutores de textos malaio revelam esta dificuldade de distinção entre o que é urbano e o que é rural, justapondo-as, como por exemplo vemos neste excerto retirado dos *Anais Malaio*: “from Ayer Leleh (the trickling stream) to the entrance of the bay of Moar, was one uninterrupted market place. From the Keling town, likewise, to the bay of Penajar [Rio de *Linggi*], the buildings extended along the shore, in an uninterrupted line” (Leyden: 1821: 323).

O excerto reproduzido claramente exagera na densidade populacional e naquela de habitações.<sup>13</sup> Bem como, talvez, aquelas dispostas ao longo da costa que compunham os arrabaldes. E na verdade, o que se traduz por “ininterrupta sucessão de casas” tratava-se de uma extensão de propriedades rurais, algumas com pequenos povoados, outras com casas de campo, *duções*, que de acordo com Paulo Pinto, “used in portuguese sources to designate a village or a village house (from the Malay *dusun*, ‘village’)” (Pinto, 2012: 172), e que é outra componente da urbanística vernácula malaia (Samsudin, 2013; Wiryomartono, 2013).

O cronista João de Barros parece ser aquele que melhor soube compreender a passagem da paisagem urbana a rural, quando relatou que “os cabos della ficáuem em módo de arabalde” (Barros, 1552-1615, II: 256). O que no negativo das partes se aproxima da informação contida na carta de Rui de Araújo enviada em 6 de fevereiro de 1510 a

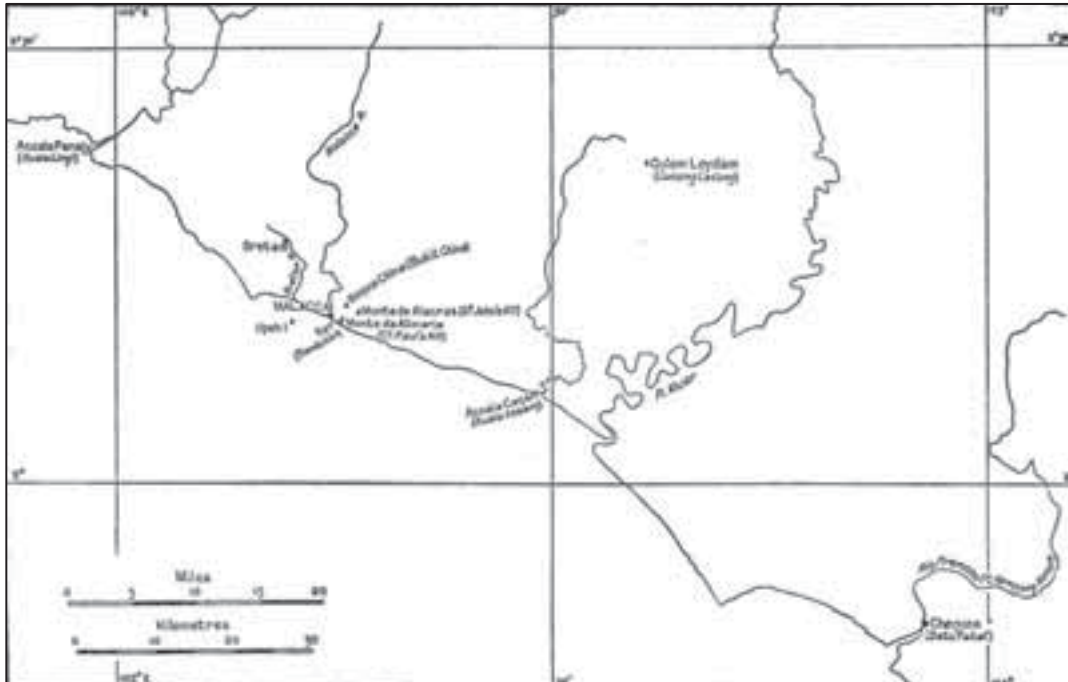
---

<sup>13</sup> Roderick Ptak e Manuel Lobato são dois historiadores que debatem este número fornecido pelas fontes documentais, veja-se Ptak, 2004 e Lobato, 2012.

Malaca, Malásia

Afonso de Albuquerque, clarificando que “os que mais longe vyvem seram do mar hum tyro de besta, pouca mais” (Sá, 1954-1988, I: 23).

Porém, no raciocínio de Barros, *arrabalde* é uma transferência do conceito *dução* para os das povoações rurais lusitanas – aquelas que em plena verdade conheceu –, e ignora toda uma zona onde se encontrava a maioria dos povoados e propriedades rurais: o “termo”, segundo Pires, composto por 1150 duções (Pires, 1515, 412-413), onde os moradores “(...) quãdo senfadão na cidade vanse desenfadar a quintaãs que tem muyto deleytosas fora ao longo do rio” (Castanheda, 1551-1561, II: 356), como era o caso do local de *Bertam* (Pires, 1515: 399), e mais significativo para o nosso propósito, correspondente aos limites atuais do distrito de Malaca.



Malaca e regiões vizinhas segundo Tomé Pires. Tomé Pires, 1515, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Armando Cortesão (ed.). Coimbra, 1978: Acta Universitatis Conimbrigensis; Universidade de Coimbra.

### 3.4. *a famosa e a primeira povoação*

À data da conquista da cidade pelos portugueses, Malaca contava apenas com algumas linhas de tranqueira construídas, precisamente, para rechaçar a armada portuguesa.<sup>14</sup>

Por isso, o processo de construção da fortaleza levado a cabo por Afonso de Albuquerque, foi tanto uma ação comum da política albuquerquiana,<sup>15</sup> quanto uma urgência perante um momento instável. Suspeitava-se o reaparecimento do sultão vencido para reclamar a capital que havia perdido e temia-se um motim dos mercadores gujaratis e malaios que pudesse pôr em questão a posse ainda frágil da armada portuguesa. Pesou a aproximação do período de mudança da monção favorável ao regresso a Goa.

A atitude de Afonso de Albuquerque de antecipar à construção da torre a elevação de um recinto circunscrito por paliçada revela um sentido pragmático atestado pelo cronista Fernão Lopes de Castanheda (1551-1561, III: 210) em resposta a uma situação concreta (Pires, 1515: 434-435; Sá, 1954-1988, I: 63) que o historiador Pedro Dias conclui (2009a, XIII: 13) e Rui Loureiro sintetiza: “there was the question of available materials and available manpower” (Loureiro, 2008: 79). Problemas que vamos

---

<sup>14</sup> Pedro Dias refere que também existiam fortins (2001). Esta observação apenas existe no primeiro texto que dedicou à análise da cidade não se repetindo nas investigações que desenvolveu posteriormente (Dias, 2009a, XIII: 13-28; in Mattoso e Rossa, 2010: 448-454). A fonte que usou para suporte do primeiro texto foi a descrição de Tomé Pires, mas a nossa interpretação do trecho em questão: “tranqueiras m<sup>tas</sup> & fortes” (Pires, 1515: 433) não nos permite corroborar esta ideia. Neste e noutros documentos, apenas encontramos menções a linhas de tranqueira, sem que haja qualquer indicação a fortins (Pires, 1515: 412; Castanheda, 1551-1561, III: 190; 197).

<sup>15</sup> Admitindo a veracidade da crónica de Castanheda, como recordado pelo capitão-mor aos homens da armada que assaltaram Malaca: “porq he minha determinação de em quanto governar a Índia não desembarcar com gente, nem pelear se não no lugar que ouer de soster cõ fortaleza” (Castanheda, 1551-1561, III: 201). A construção de fortalezas como instrumento da política de Albuquerque é também referida por Rui Loureiro: “Albuquerque immediately decided to occupy Malacca, and have a fortress built on the most appropriate spot, since his plans included the establishment of Portuguese strongholds in the most strategic locations within maritime asia, such as Hormuz, Goa, and Malacca proper” (Loureiro, 2008: 79).

encontrar em todo o processo de construção das defesas da cidade, como veremos mais à frente no texto.

Assim, o recinto agiu como primeira defesa e estaleiro de obras para a construção da “fortaleza, a que [Albuquerque] dió el nombre de **famosa** por su hermosura” (Sousa, 1666-1675, I: 149, destaque nosso), designação que chegou ao presente.

A fortaleza foi então iniciada, dentro do recinto, implantada na margem de *Hilir* por detrás do antigo terreiro, sobre as ruínas da mesquita real,<sup>16</sup> ficando próxima a dois poços de água potável (Albuquerque, 1557-1576, III: 155) e protegida no flanco sudeste pelo morro (Castanheda, 1551-1561, III: 260), materializando no terreno a transferência do poder do sultanato para a administração da Coroa Portuguesa e a passagem da religião muçulmana à católica, já que as pedras do anterior complexo religioso e túmulos descobertos aquando a abertura das valas para as fundações (Albuquerque, 1557-1576, III: 154) foram reutilizadas para a sua construção (Correia, c.1550-1563, II, II: 251; Alves, 2012).

As características formais desta estrutura são hoje bem conhecidas graças às minuciosas descrições que encontramos nos textos documentais. Não é de admirar que se tenha tornado um temas mais explorados pelos historiadores, destacando-se as análises de Pierre-Yves Manguin (1988), de Pedro Dias (2001; 2009a, XIII: 13-14) e de Rui Loureiro (2008), feitas em permanente cotejo com o punhado de representações que chegou aos nossos dias. No entanto, se as análises escritas são abundantes, as

---

<sup>16</sup> Tomé Pires diz que a fortaleza foi erguida sobre a mesquita real (Pires, 151: 402; 435). O texto de Jorge dos Santos Alves corrobora esta afirmação (Alves, 2012). No entanto, a análise que dedicámos aos painéis ilustrativos e modelos tridimensionais que mostrámos anteriormente, sugerem que a fortaleza foi implantada sobre a praça fronteira à mesquita (*medan*). Por atribuímos maior fiabilidade às fontes e trabalhos académicos, achamos mais plausível a localização proposta por Pires e Alves.

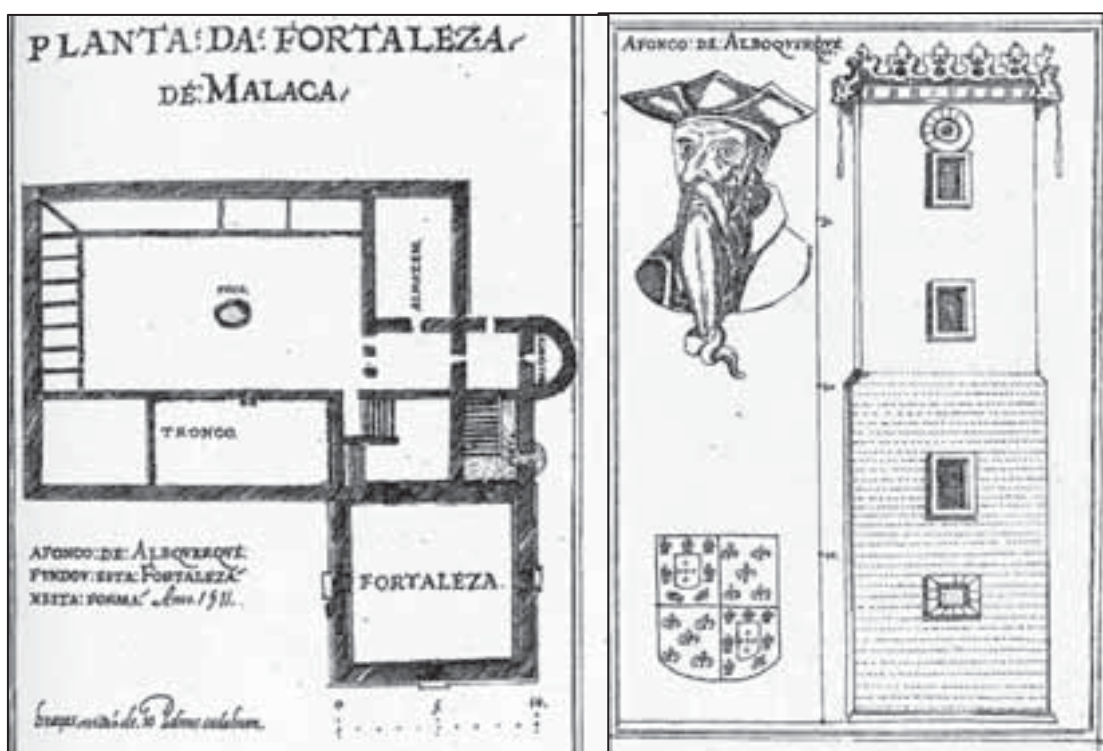


investigações que têm apresentado propostas desenhadas, não lhe dão uma forma, interessando-se mais pela representação do sistema fortificado posterior que, no fundo, a estrutura que lhe foi a génese. Por esta razão, os debuxos de Gaspar Correia<sup>17</sup> e de Manuel Godinho de Erédia, que captam a forma da fortaleza em c.1540 e em 1604, são, respetivamente, o primeiro e o desenho com maior apuro técnico da estrutura (em planta e em fachada), consentindo uma visão da forma e do tipo. Não obstante, limitaremos a apresentar aqui as principais conclusões dos investigadores que citámos, incluindo um ou outro pormenor que achamos pertinente referir.



Mallaqua. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, c.1540. Lisboa: Torre do Tombo, CF 40-43

<sup>17</sup> Importa incluir uma observação pertinente feita por Pedro Dias relativa ao desenho de Gaspar Correia, que tem que ver com a implantação da fortaleza não estar corretamente desenhada (Dias, 2001: 237). Segundo Dias, que gravuras posteriores confirmam, o recinto devia rodar 90° no sentido este, ou seja, a fachada fronteiria devia estar voltada para o morro e não para o observador do desenho. Podemos entender este erro de Gaspar, no entanto, como algo propositado se o entoncarmos com o que Luísa Trindade concluiu acerca do binómio intenção/função nas representações urbanas: que o autor de forma a “transmitir o máximo de detalhe e volume de informação, sem com isso comprometer a coerência global do desenho [recorreu à] (...) utilização conjunta de mais que um ponto de vista ou captação, a par de diferentes angulações ou tipos de visibilidade” (Trindade, in Rossa e Ribeiro, 2015: 407).



Planta da Fortaleza de Malaca. Manuel Godinho de Erédia. *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises*, 1613, fl. 5.

Era uma fortaleza composta por uma torre de menagem de planta quadrangular muito próxima à arquitetura militar tardo-medieval edificada no reino, com fachadas de 22 metros e 28,6 metros de altura, distribuídas por quatro pisos,<sup>18</sup> que serviam para armazenagem e acomodação do capitão. Anexado, como melhor se vê no desenho de Manuel Godinho de Erédia, estava um pátio com 66 metros de perímetro, com muros em pedra de oito pés de largura (Castanheda, 1551-1561, III: 260), que incluía um postigo com a vigia orientada ao banco de areia existente no canal marítimo entre Malaca e uma pequena ilha localizada a sudeste, a Ilha das Naus (*Pongor*) (Couto, 1595, IV, II: 276). O pátio estava encimado nos quatro cantos por torres de vigia e aposentos para o feitor e oficiais e no interior existiam o armazém, o poço, o tronco e

<sup>18</sup> O primeiro com 6,6 metros de altura, o segundo de 4,95m, o terceiro de 3,96m e o quarto de 2,64m (Correia, c.1550-1563, II, I: 251). Encimada por um eirado superior em coruchêu de remate piramidal.

ainda espaço suficiente para albergar uma guarnição até 100 homens (Correia, c.1550-1563: 252).

Além da flexibilidade prática sobre as condicionantes do terreno e a continuidade de práticas arquitetónico-militares que a construção da fortaleza demonstra, o que mais nos chamou a atenção no meio de todo o processo construtivo é a sua articulação com o espaço envolvente. Albuquerque não era engenheiro ou mestre de obras, era um militar, mas terá contado com a experiência do mestre-pedreiro, Tomás Fernandes (Viterbo, 1899, I: 347-351; Loureiro, 2008: 80) para levar adiante a obra fundada num solo que era arenoso e instável.<sup>19</sup> No entanto, o facto do morro ter ficado padraço à fortaleza suscitou, anos mais tarde, algumas críticas. Assim se explica a justificação que Brás de Albuquerque incluiu nos seus *Comentários*:

E porque póde ser que alguns, que lerem esta historia, reprovem fazer-se fortaleza em terra de imigos com tal defeito, responde-se, que lhe sofreu Afonso Dalboquerque o padraço, por não haver em toda a Cidade lugar mais acomodado pera segurança do Capitão, e gente, que nella ficasse, porque ao longo desta torre podia chegar huma não nossa (...) cada vez que quizessem, [...] (Albuquerque, 1557-1576, III: 154-155).

No entanto, a decisão respeita em absoluto as diretivas emanadas pelo monarca.

Primeiro a Francisco de Almeida, em 1506:

---

<sup>19</sup> Como se vê pelas observações de Castanheda e Brás de Albuquerque, a instabilidade da construção pelo facto do solo não ser uma base firme foi uma preocupação dos construtores. Porque “ho sitio da terra ho requeria assi” (Castanheda, 1551-1561, III: 260) ou “o demandava” (Albuquerque, 1557-1576, III: 154), a forma de contrariar a deslocação ou afundamento da estrutura passou pela abertura de fundações profundas, segundo Castanheda, de “mea lança darmas” ou “huma lança de armas de alto” de acordo com Brás de Albuquerque.

O asento e sytyo da fortelleza, posto que saybamos que ho aves de escolher tall como convem, nom ouuemos por pejo vos dar allguñas lenbranças, que aveemos por princypaes, a saber: - que seja o sytyo forte e sadyo, e de boom porto pera o acolhimento de nosa armada, que comvijira senpre la avermos de teer; e que tenha agoa dentro ou junto comsygo, e de maneira que se lhe nom posa tolher (Pato e Mendonça, 1884-1935, III: 273-274).

Depois a Diogo Lopes de Sequeira em 1508, como parte de uma regra geral: <sup>20</sup>

olharees principallmente em todollos lugares se ha hy deposysam pera fazer fortallezas junto ao mar, olhando por porto pera os nauios especiallmente pera de inverno podereem estar. Sytyo pera as fortallezas, que sera forte e tenha augua e llenha que se lhe nam possa tolher, e que seja lugar sadyo, e toda a outra cousa que se requiere pera asemto seguro e comvinhauell da fortalleza.” (Pato e Mendonça, 1884-1935, II: 416).




---

<sup>20</sup> O cumprimento destes princípios reflete o que mais tarde Manuel de Azevedo Fortes recomendou no capítulo *do modo de fortificar as Praças cituadas à borda dos rios, ou sobre portos do mar, ou costas marítimas*, do seu tratado dedicado às regras da engenharia militar portuguesa (Fortes, 1728-1729, II: 245-249): “como os citios varião de forma, e de figura não se podem dar regras certas para serem fortificados, e fica no bom juizo do Engenheiro accomodar a cada citio a obra com que fique mais bem accupado o terreno, e o porto melhor defendido” (Fortes, 1728-1729, II: 248).

# MALACA

PROPOSTA DA IMPLANTAÇÃO DA FORTALEZA (FAMOSA): 1511-1512



-  Área aproximada da mancha edificada herdada do sultanato de Malaca
-  Proposta do traçado da fortaleza
-  Traçado da rua principal de *Upeh*



10 50 100 500  
Escala gráfica: 1:5 000



Embora Albuquerque não tenha chegado a ver o desejo de construir a melhor fortaleza que pudesse em Malaca (Correia, c.1550-1563: 249), impediu-o o cerco posto pelo Idalcão a Goa, o governador não largou o projeto que idealizou. Não só deixou as decisões fundamentais para o seguimento da construção da fortaleza a Rui de Brito Patalim, nomeado capitão-mor de Malaca, como em abril de 1512 enviou navios carregados de materiais e carpinteiros para os acabamentos da fortaleza (Pato e Mendonça, 1884-1935, I: 50), e pediu o patrocínio régio para a contratação de mão de obra para a construção de uma cerca “do Rio per derredor do monte ao mar, que he espaço piqueno”, de forma a fechar a povoação que se começava a implantar junto à *Famosa*. Povoação para a qual pediu ao monarca povoadores: “jemtes desas partes que quá quiserem viir viver, e casados, aly será a sua povoaçam” (Pato e Mendonça, 1884-1935, I: 53). O que revela uma ação dirigida de povoamento.

Esta fase de ocupação do espaço por uma povoação está omissa nos trabalhos que versam sobre o urbanismo de Malaca, exibindo-se o processo urbanizador de uma forma mais contínua do que realmente foi. O que implica relativizar os três primeiros anos da narrativa da urbanização e, por sintoma, não avaliar as soluções frente a impasses ou questões antecedentes, que têm pertinência para o que se seguiu. Felizmente conhecemos o resultado desta primeira ação urbanizadora por um parágrafo do cronista Gaspar Correia:

porque o mal nunca vem só, se aqueceo que sendo noite n'este dia se acendeo o fogo nas casas dos portuguezes, que erão de madeira, que estavam defronte da fortaleza na borda d'agoa. A gente acodia com as armas cuidando que erão mouros, e o fogo com o vento tanto se acendeo que nom escapou nada, e nas casas arderão os doentes e feridos, e os que escaparão ficarão em camisa (Correia, c.1550-1563, II, I: 276).

Apesar de curto, o trecho de Correia é rico em informações, que quando coligidas com outros testemunhos documentais, visto que não há suportes desenhados, permitem retirar umas quantas conclusões quanto à forma da primeira povoação.

Em primeiro lugar, que era composta por três elementos principais fisicamente autónomos: a fortaleza, o casario (de construção precária e rudimentar) e a capela da invocação de Nossa Senhora da Anunciação (ou Anunciada)<sup>21</sup> (Castanheda, 1551-1561, III: 260), iniciada a par da fortaleza junto à fachada sudeste desta. Esta capela foi elevada a catedral em 1557 (Thomaz, 2000: 41-42; Sá, 1954-1988, II: 279-284), o que por certo, à mudança de nome para Nossa Senhora da Assunção, terá obrigado, senão antes, à reedificação para uma estrutura maior.

A estes elementos programáticos juntava-se o hospital,<sup>22</sup> localizado junto das habitações, já que foi consumido pelo incêndio que deflagrou na povoação.

Em conformidade com a disposição dos elementos em fases posteriores da urbanização e o desenho de Gaspar Correia que, relembramos, grava a forma urbana em 1540, podemos admitir que a fortaleza e o cruzeiro fronteiro à capela confinavam um terreiro aberto à praia.

Terreiro no qual, de acordo com um relato referente ao ano de 1550, existia, à semelhança do que encontramos em Santa Cruz de Cochim, “uma ramada”, que terá precedido a função destinada à Câmara Municipal, construída mais tarde, onde o capitão da cidade emitia as ordens civis e militares (Couto, 1595, VI, II: 284-285), e

---

<sup>21</sup> De acordo com Manuel Teixeira, a capela construída por Albuquerque à cota da fortaleza recebeu o nome de Nossa Senhora da Anunciada. A par da criação da Diocese de Malaca, a capela recebeu o nome de Nossa Senhora da Assunção. O primeiro nome terá então sido transposto para a capela de Nossa senhora da Graça, construída sobre a colina em 1521 (Teixeira, 1961: 97-98; 102).

<sup>22</sup> Aquando a entrega dos cargos em Malaca por Albuquerque ficou registado no rol um “Provedor dos defuntos, e Hospital Christão Dalmeida” (Pato e Mendonça, 1884-1935, III: 187).



aconteciam episódios, um tanto ou quanto caricatos, que revelam que este era um espaço onde se exercia o poder: “Alevantando-se hum dia o Capitão de huma cadeira que tinha na ramada, pera ir roldas, se assentou nella hu foão Cabral, (que era o senhor do cafre que tomou o Jáo) e disse: Quero agora ser Capitão; e pondo a perna por sima do braço da cadeira, veio hum bombarda dos inimigos, e o tomou por ella, que logo o matou” (Couto, 1595, VI, II: 278).

Um ponto curioso no trecho de Gaspar Correia que transcrevemos acima, tem que ver com a implantação do casario: “defronte da fortaleza”. Tudo leva a crer tratar-se de um erro de interpretação ou escrita pouco clara, até porque é o próprio Gaspar Correia que duas páginas à frente dá a entender que a zona da praia estava desocupada.<sup>23</sup>

Olhando os restantes equipamentos urbanos e o que escreveu Afonso de Albuquerque a D. Manuel I, se houvesse espaço para onde a povoação podia crescer, era aquele nas costas da fortaleza (como veio a acontecer), não naquele entre esta e o mar.

Do ponto de vista militar, não fazia sentido colocar a povoação entre a defesa principal (a fortaleza) e a via por onde podia ser atacada a cidade (o mar). De que outra forma se explica que as canhoneiras postas na torre de menagem e no muro fronteiro ao morro tenham sido abertas para flanquearem a praia?

Por tudo isto julgamos que o casario ocupou a porção de terreno triangulado pela fachada este da fortaleza, a ponte, a margem sudeste do rio e o morro.

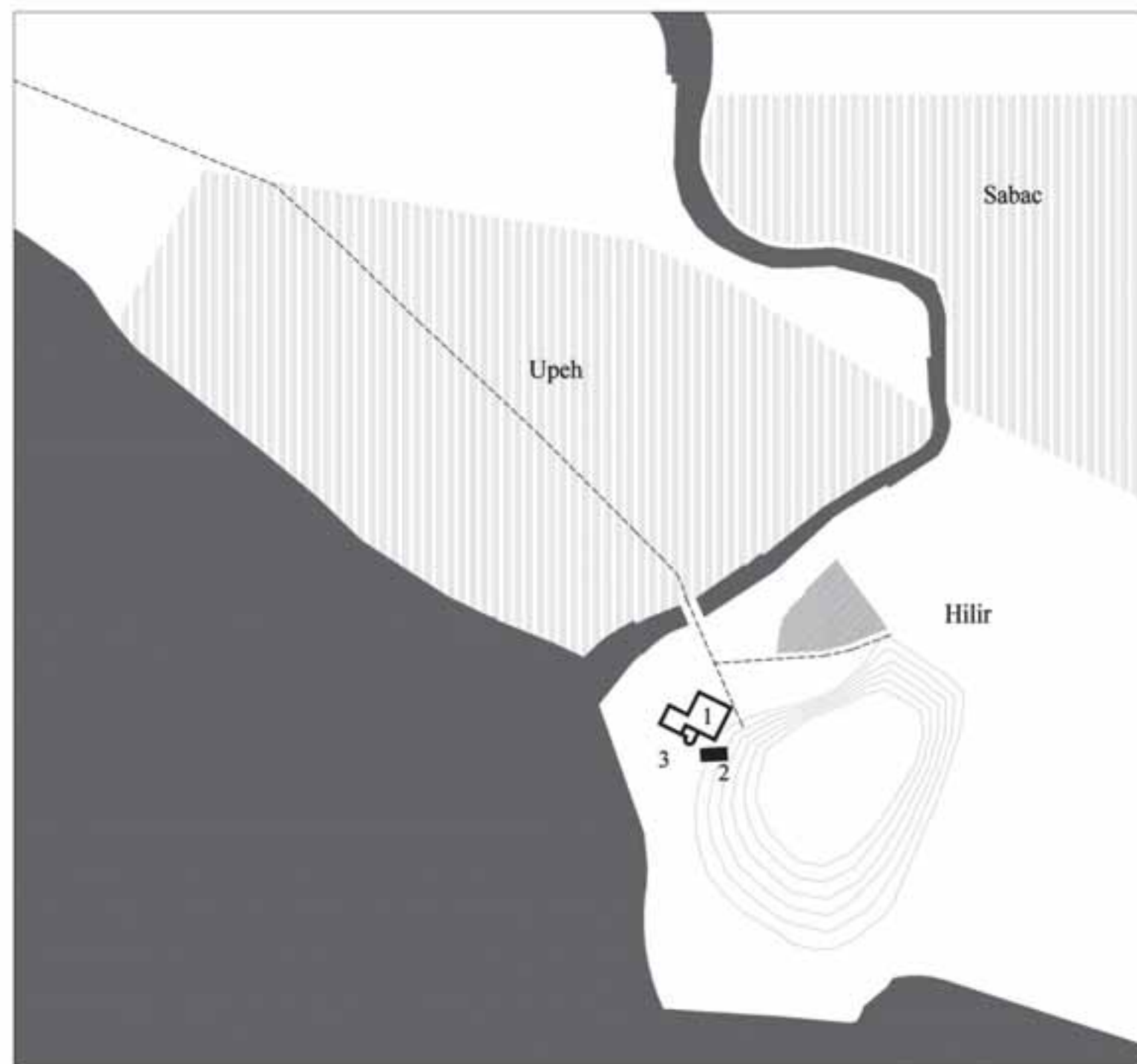
---

<sup>23</sup> Segundo o que interpretámos no trecho em Gaspar Correia dá conta de uma rebelião ocorrida em 1512: “O capitão, vendo o desmaio dos nossos, mandou chamar Afonso Pessoa, que estaua na tranqueira com cem homens, que com elle estauão, que mandou que viessem com piques que lhe lá mandou, e com seu tambor e bandeyra; o qual pôs a gente em ordem de quatro em quatro, e vierão pola praya [de Upeh], e passarão a ponte, e entrarão na fortaleza. Os quaes o capitão mandaua sayr pola porta que estava da banda do rio, e vinhão derrador da fortaleza, e tonauão a sayr á praya, e entrauão na fortaleza; com que pareceo aos mouros que estauão nos juncos que era muyta gente” (Correia, c. 1550-1563 II, I: 278).



# MALACA

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1511-1515



- Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
- Equipamentos (1: Fortaleza, 2: igreja de Nossa Senhora da Anunciação, 3: Terreiro)
- Área aproximada da mancha edificada herdada do sultanato de Malaca
- Traçado da rua principal



10 50 100 500  
Escala gráfica: 1: 5 000



Não temos qualquer indicação quanto à distribuição do casario. Mas tudo leva a crer que as habitações terão composto um núcleo, ao género de um quarteirão. É o que retiramos do resultado do incêndio.

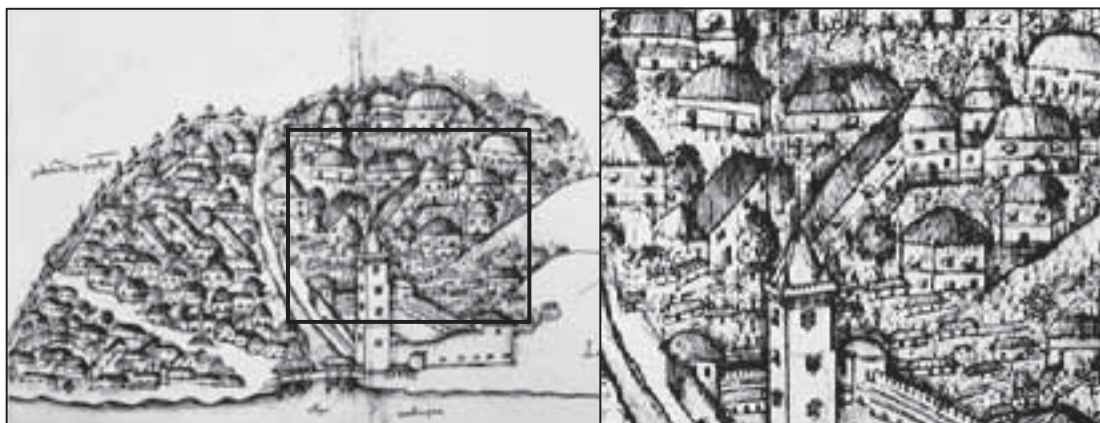
De forma igual, não temos qualquer dado que ateste haver ligações de *Hilir* a *Sabac* e *Bukit China*, antes ou depois da intervenção portuguesa. Mas sabemos, para períodos posteriores àquele que nos ocupa, sobretudo pela interpretação que fazemos da *Planta da Cidade e Povoacoes de Malaca*, da autoria de Godinho de Erédia, datada do início do século XVII, e da “variante” desta, como a apelida José Manuel Garcia (Garcia, 2009: 196), incluída no *Livro de plantaforma das fortalezas da India*, que a trama viária de *Hilir* se organizou na continuidade da “rua principal” de *Upeh*, já existente, e que a dada altura o eixo terá circundando as cotas do morro afim de se dividir em duas direções: para o povoamento em *Sabac* (mais tarde, rua de S. Lourenço) e para a fonte de água em *Bukit China* (mais tarde, rua da Madre de Deus), onde com o decorrer do tempo também os portugueses se iam abastecer de água potável (Sá, 1954-1988, II: 237).



Planta da Cidade e Povoacoes de Malaca. Manuel Godinho de Erédia. *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises* (detalhe), 1613. Marcação das direções de *Sabac* e *Bukit China* a tracejado preto.

Malaca, Malásia

Tendo em conta que o mercado diário e as grandes transações comerciais se efetuavam na zona do antigo *bazaar*, podemos admitir que, já nesta altura, um percurso entre o casario e esta área se terá começado a desenvolver.



Mallaqua. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, c.1540 (detalhe). Lisboa: Torre do Tombo, CF 40-43.

Este rasgo no terreno aparece, aliás, subentendido no desenho de Gaspar Correia pela reprodução de dois lotes com disposição alheia aos da restante malha, o que supõe ter sido um artifício do autor para a marcação de uma direção cadastral importante, compositora e, assim, assinalável. Pelo que o traçado desta rua, que na implantação portuguesa ficou conhecida por rua Direita, marca de forma indelével o tecido urbanizado atual correspondendo à rua *Jalang Gereja*, que liga a *Dutch Square* às traseiras da igreja de S. Francisco Xavier. E , no fundo, estamos perante o primeiro sinal da influência portuguesa no urbanismo de Malaca.



Marcação da *Jalang Gereja* no tecido urbano atual.  
*Dutch Square*, Malaca.

O que não significa que esta fase de urbanização tenha imposto, em contraponto com a urbanística local, uma rutura. Como vimos no subcapítulo anterior, a zona de *Upeh* era organizada por *kampungs*, e nada nos indica que a urbanização portuguesa, mesmo que acomodada num quarteirão, não possa ser lida como outro *kampung*, desta feita de parentesco português. À falta de informação que nos esclareça sobre o parcelamento dos lotes e disposição das habitações no interior do quarteirão, é pacífico admiti-lo.

### 3.5. a (nova) povoação sem muros

Logo após o incêndio, que foi só o primeiro de muitos (Sá, 1954-1988, II: 168-169), o casario foi refeito sobre as cinzas do anterior, como atesta o relato de Fernão Lopes de Castanheda, referente ao ano de 1518 (1551-1561, VI: 127). É sobre esta fase da urbanização que, por norma, os estudos do urbanismo de Malaca começam.

Em resposta às sucessivas rebeliões, parte da guarnição e oficiais portugueses foram hospedados no interior da fortaleza (Correia, c.1550-1563, II, I: 287), ficando a povoação habitada por soldados e *casados* na terra. Exceção feita, ao que parece, aos homens da embaixada do sultão de *Bintão* (ex-sultão de Malaca) quando se instalaram provisoriamente na cidade em 1514, numas “casas pegadas com a fortaleza” (Pato e Mendonça, 1884-1935, III: 118-119).

No entanto, “a pouoação grande & outra a pequena que era a nossa” (Castanheda, 1551-1561, IV: 112),<sup>24</sup> denuncia que a malha urbana não cresceu significativamente no intervalo de 7/8 anos. Situação que contrasta proporcionalmente à realidade em *Upeh*,<sup>25</sup> e terá sido sintomática do despovoamento que Jorge de Albuquerque transmitiu ao monarca em 1518 (Sá, 1954-1988, I: 97), que só a caminho do ano de 1524 se alterou, embora não por muito tempo.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> Não é claro no texto de onde retirámos esta citação que a comparação tenha sido feita entre a povoação portuguesa e a povoação de *Upeh*, ou com o aglomerado populacional da zona de *Sabac*, já existente antes da conquista da cidade e que Castanheda diz ter ficado ao encargo de “Tuão colascar jao de nação” (Castanheda, 1551-1561, III: 261), após a distribuição administrativa feita por Albuquerque.

<sup>25</sup> As fontes tendem a indicar que a conquista de Malaca não abalou o fluxo de mercadorias e mercadores que afluíam ao porto, alguns dos quais terão ficado a viver na área de *Upeh* (Pato e Mendonça, 1884-1935, III: 89; 91). No entanto, esta é uma realidade que tem vindo a ser atualizada e em parte desmentida em estudos mais ou menos recentes entre os quais o de Roderich Ptak, veja-se Ptak, 2004.

<sup>26</sup> O problema de despovoamento de Malaca é sublinhado novamente no desfecho da década de 50 de quinhentos por Francisco Barreto. Em carta escrita ao monarca, o vice-rei sugere que Malaca seja arrendada, “pela falta de mercadores, que nella residem, e per que se ella segura e defende, era necessario residirem sempre quinhentos soldados” (Sá, 1954-1988, II: 276). Situação que se agravou nos anos seguintes pelos ares enfermos (pelo visto apenas aconselháveis a asmáticos (Rego, 1947-1959, IX: 515) que assolaram grande parte da população (Sá, 1954-1988, II: 173). Em 1557, ainda se discutia a possibilidade e trâmites de arrendamento de Malaca (Rego, 1947-1959,



Quando Malaca foi assaltada duas vezes pelas forças de *Bintão*, vindas pelo lado sudeste da povoação, caracterizado por “grandes matos e heruações” (Correia, c.1550-1563, II, II: 549), a defesa da povoação foi feita tapando-se as “entradas das ruas principais da povoação dos portugueses, onde na principal se pôs dom Gracia Anriques, outra Ayres Coelho, outra Antonio Ferreira, outra Gracia Chaynho” (Correia, c.1550-1563, II, II: 799).

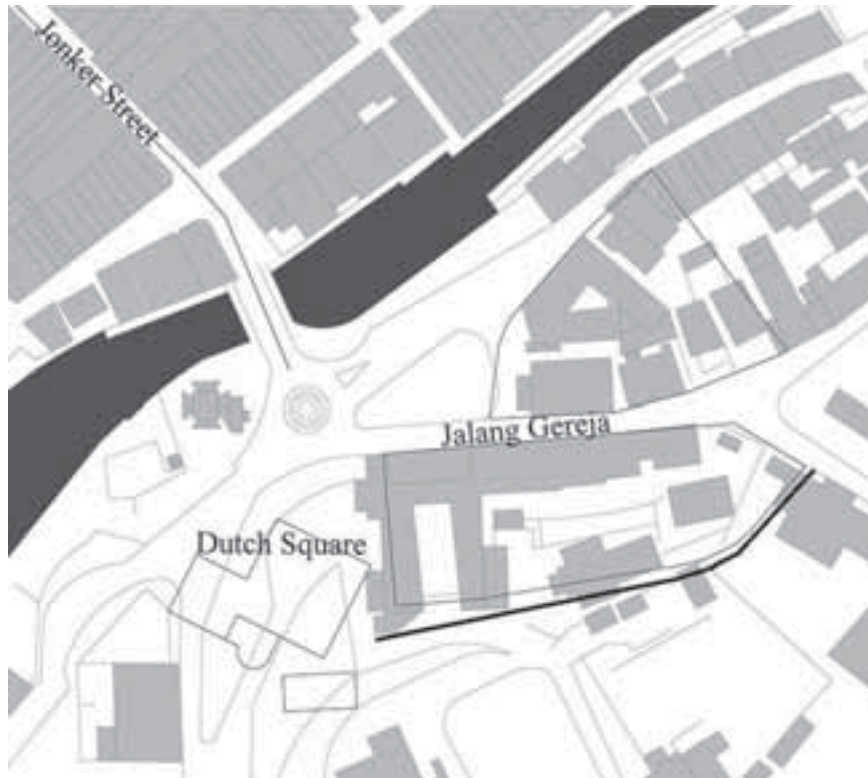
Do que se conta sobre este episódio depreende-se que a povoação do lado de *Hilir* cresceu e com ela a trama viária. Juntava-se à rua principal e ao espaço de desafogo aberto na fachada da fortaleza virada ao casario (que veio a projetar mais tarde um “terreiro” (Couto, 1595, VI, I: 345)), outras vias, que compunham hierarquicamente o sistema de arruamento.

Considerando que só a ermida de Nossa Senhora da Graça<sup>27</sup> (ou do Outeiro) construída por Duarte Coelho em 1521 (Pintado, 1990: 47) ocupava o morro, por isso, alheia à povoação (como aliás atesta o desenho de Gaspar Correia), supomos que as outras ruas rasgadas no alinhamento da rua principal, e às quais se terá acoplado a evolução do casario, se tratavam daquelas que partiam do fuso da fortaleza para: 1. em direção ao lugar onde mais tarde foi implantado o convento de S. Domingos (*Jalang Gereja*), na ligação ao caminho de *Sabac*; 2. a rua paralela a esta que saía da igreja Matriz e contornava o outeiro, correspondendo hoje, em parte, à fachada este da *Stadthuys*.

---

VI: 183-185). Para o final do século, o viajante John Huyghen van Linschoten volta a frisar a pouca população portuguesa, contabilizando “a hundredth [households]” (Linschoten, 1598, I: 104-105). O que se explica, também, pelos ares enfermos que contribuíam para uma taxa de mortalidade elevada na população portuguesa.

<sup>27</sup> Construída no topo de *St. Paul's Hill*, hoje apenas se conserva a volumetria.

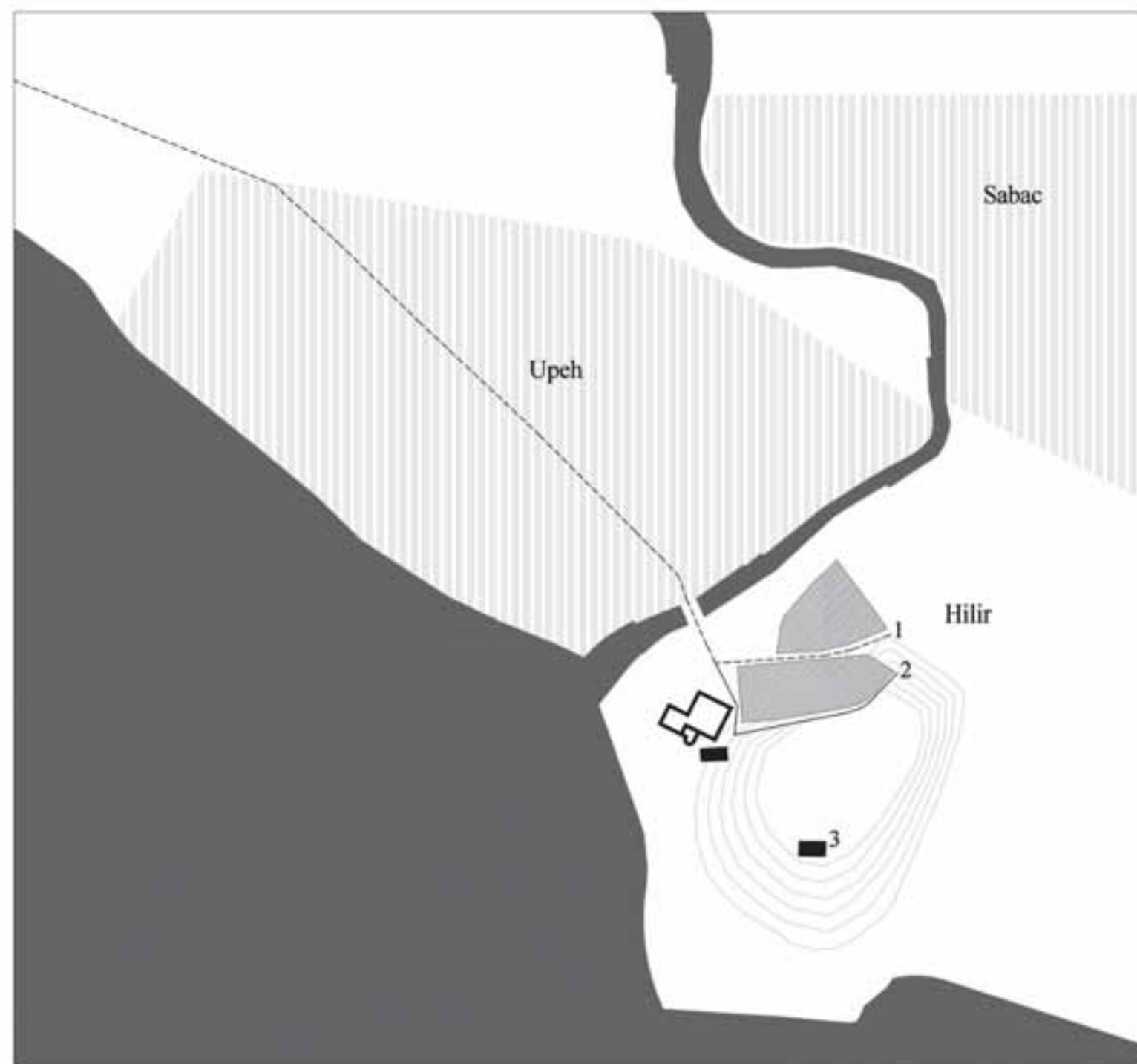






Relação da rua aberta em *Hilir* com os limites da *Stadthuys*.

Sem um limite físico artificial (tranqueira, cerca ou muro) a urbanização seguiu uma matriz concentrada, parte sobreposta à anterior, outra parte extrapolada ao espaço imediato, agarrando o loteamento a caminhos preexistentes e outros que se abriram no fuso convergente às estruturas do programa urbano anterior.

# MALACA

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1515-1524



-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Equipamentos (3. igreja de Nossa Senhora da Graça)
-  Traçado da rua principal
-  Traçado hipotético dos eixos viários principais da povoação portuguesa (1. ligação à estrada de acesso a Sabac (atual *Jalang Gereja*); 2. ligação a igreja Matrix à estrada de acesso a *Bukit China* (coincidente com a atual fachada este da *Stadhuis*))





### 3.6. o muro urbano

A construção da cerca do lado da povoação portuguesa foi iniciada por volta de 1526, ganhando celeridade dez a quinze anos depois (Dias, 2009a, XIII: 15). A morosidade das obras, ou adiamento, pode encontrar uma justificação na alteração do palco de guerra para as capitais fundadas pelo sultanato malaio após a perda de Malaca. Foram várias as campanhas efetuadas pelos capitães de Malaca para travar as tentativas de reconquista da cidade, obrigando os regentes malaios a transferir a corte, e assim a capital, de *Bintão* para *Ujungtana* e finalmente *Johor*. Uma análise à contra resposta mostra também que os planos de ataque a Malaca mudaram. Ao invés de assaltos a cidade era acometida pela fome, bloqueando-se com armadas de mar os Estreitos de Singapura<sup>28</sup> e Sabão (Couto, 1595, IV, II: 275).

Pelo menos até 1550 a povoação portuguesa estava encerrada por uma estacaria levantada da ponte ao final da povoação e daqui contornando o morro por fora até ao mar, como se vê no desenho de Gaspar Correia. Em 1561 procedeu-se à reedificação desta estrutura para um muro em pedra (Dias, 2009a, XIII: 15).

Nos enfiamentos dos arruamentos de ligação ao exterior foram rasgadas as portas urbanas da Alfândega, de S. Domingos, da Madre de Deus (também S. António) e a de Santiago, da qual o portal permanece hoje.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Também conhecido por Canal de Varela (Couto, 1595, IV, II: 284).

<sup>29</sup> É importante darmos conta do debate relativo à atribuição de origem do portal. Há quem advogue se tratar de uma obra restante da fortaleza instalada pelos portugueses, há quem o identifique como resultado da intervenção holandesa na cidade e na fortificação. Não obstante, o comum é identificá-lo enquanto vestígio material de origem portuguesa, e é assim que a própria administração municipal e indústria turística malaia o apresenta.



Porta de Santiago.

A única vertente da cidade deixada por encerrar foi aquela virada ao mar, como se percebe pelo relato que Couto (1595, VI, II: 261-262) faz do cerco levado a cabo pela coligação do sultão de *Bintão*, Alauddin Riayat Syah II.

É curioso discutir um pouco a informação proporcionada por Gaspar Correia. A sua representação pressupõe que o casario se estendeu ao limite da cerca sem chegar a tocar-lhe. O que é uma meia-verdade, pois terá existido um espaço deixado vago ao género de uma esplanada militar, entre os dois programas urbanos.

Espaço que mais tarde foi ocupado pelo convento dominicano e uma linha de casario onde se inseriu a Casa da Moeda, como atesta o desenho de Malaca incluído no códice

*Plantas e Praças das Conquistas de Portugal*, 1610, da autoria de Manuel Godinho de Erédia, à guarda da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



Malaca. Manuel Godinho de Erédia, *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal*, 1610. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cart 990145 (detalhe). Marcação da Casa da Moeda a preto.

O desenho de Correia, em especial se olharmos à escala das habitações, mesmo que se trate de uma representação genérica, dá ideia que houve duas fases da urbanização, o que confirma o que atrás falámos: uma fase que resulta da reconstrução após o incêndio na povoação, ou seja, sob a matriz original; outra fase que extrapola esta matriz para os espaços imediatos.



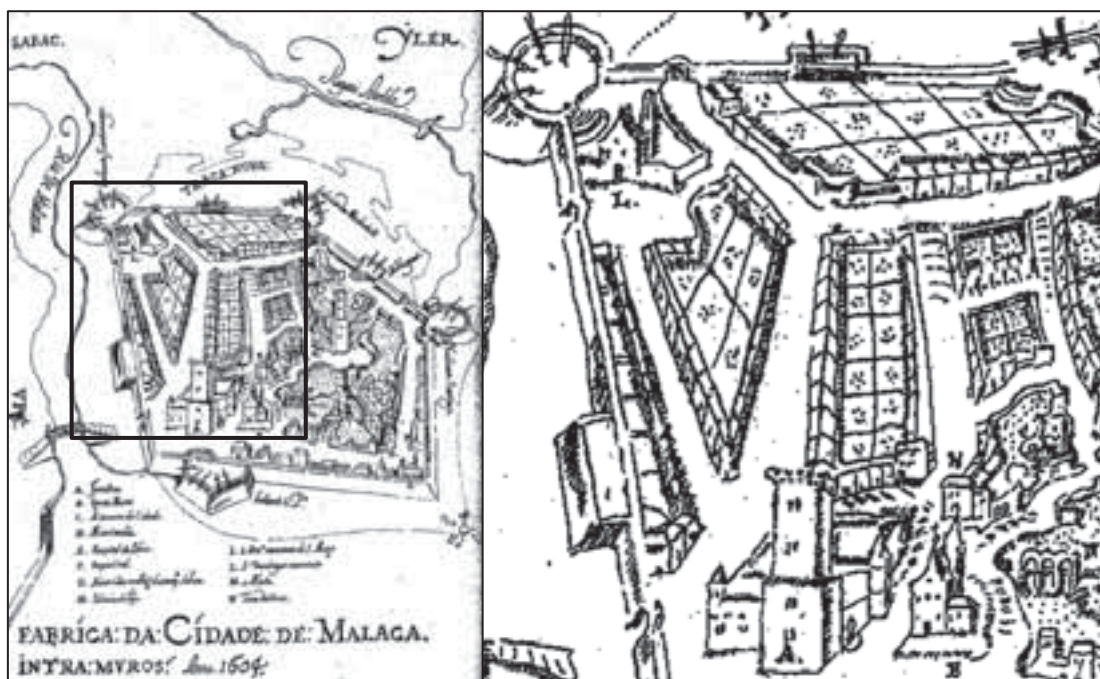
Mallaqua. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, c.1540 (detalhe).  
Lisboa: Torre do Tombo, CF 40-43.

Indo um pouco mais longe, fica por esclarecer se não se tratou de uma representação que mais olha à tipologia arquitetónica e componentes agregadas, que ao parcelamento urbano. Desenhos como os do cerco de *Malaca 1568*, à guarda da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o da *Fábrica da Cidade de Malaca intramuros anno 1604*, da autoria de Manuel Godinho de Erédia, já para não falar da cópia (exageradamente retocada) da última gravura, elaborada por Faria e Sousa, reproduzem a imagem da cidade numa fase posterior, contradizendo a malha habitacional rarefeita entre a vegetação que Correia insinua. O agrupamento das habitações em blocos de quarteirão é, aliás, uma particularidade comprovada (e até certo ponto mantida) pelos levantamentos e plantas holandeses feitos após a capitulação da cidade, nomeadamente, o *Plan van alle de bolwerken ofte punten (...) de stad en fortress Malaca*, c. 1656 (Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° VELH 1108), o *Hoofdplan van de Stad en Kaastel Malacca (...)*, c. 1750-1796 (Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° 4VEL 1113), o *Situatie-plan des*



*kasteels en der stad Malacca (...)*, c. 1750-1796 (Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° VEL 1112), e o *Plan oder Grund rifs der Stadt u. Vest. Malacca*, c. 1735-1744.

A pergunta que fazemos é: se não terá sido intenção de Correia apontar o conjunto de jardins e/ou quintais que existiam nas traseiras dos lotes preenchendo o interior dos quarteirões, que alguns desenhos dão a entender e as plantas holandesas sugerem terem sido preservados mesmo depois da substituição do casario levada a cabo pela administração holandesa?



Fabrica da Cidade de Malaca intramuros, anno 1604. Manuel Godinho de Erédia. *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises* (detalhe), 1613.

Malaca, Malásia



Plan oder Grund Rifs der Stadt u. Vest. Malacca. J. W. Heydt. *Allerneuester geographisch- und topographischer Schau-Platz, von Africa und Ost-Indien ...* (detalhe), 1735-1744. Willermadorff: Johann Carl Tetschner. Assinalamos com círculos pretos o que na legenda original se refere a “particular hauser”, sendo visível, nas traseiras, a existência de zonas ajardinadas ou de quintal.

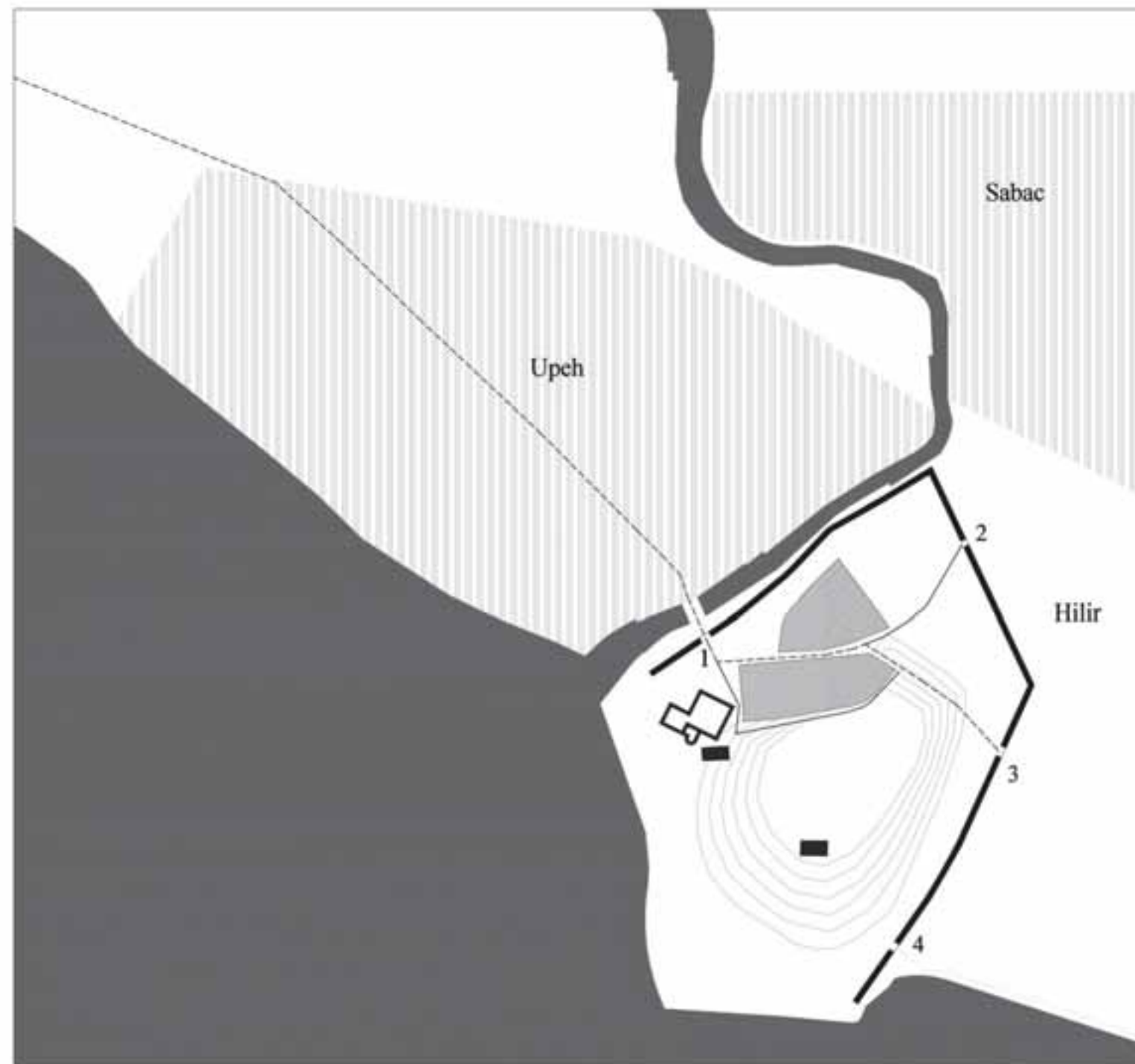
Zonas ajardinadas e pátios internos aos quarteirões que ainda hoje encontramos do tecido urbano.








Imagem aérea das áreas identificadas na gravuras anteriores. Google maps.

# MALACA

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1524-1550



-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Equipamentos
-  Traçado da rua principal e da rua Direita
-  Traçado da estrada de acesso a Piedade e Muar
-  Proposta do traçado do muro (1. Porta da Alfindega; 2. Porta de S. Domingos; 3. Porta da Madre de Deus; 4. Porta de Santiago)



10 50 100 500  
Escala gráfica: 1: 5 000



### *3.7. a cidade intramuros*

A década de 1550, marcada pela elevação da povoação a cidade (1552) e pela criação da diocese (1553), foi igualmente uma charneira importante para o processo de densificação da estrutura urbana. A tal ponto que em 1556 o Padre Baltasar Dias chamou a atenção para a dimensão reduzida onde se instalavam os portugueses (Sá, 1954-1988, II: 237), ficando o espaço entre a primeira fase de urbanização e o limite imposto pela cerca ocupado por novos lotes de habitação com dois pisos e pátio no rés-do-chão, o que vai ao encontro do tipo que muito vagamente encontramos caracterizado na documentação (Sá, 1954-1988, II: 473).

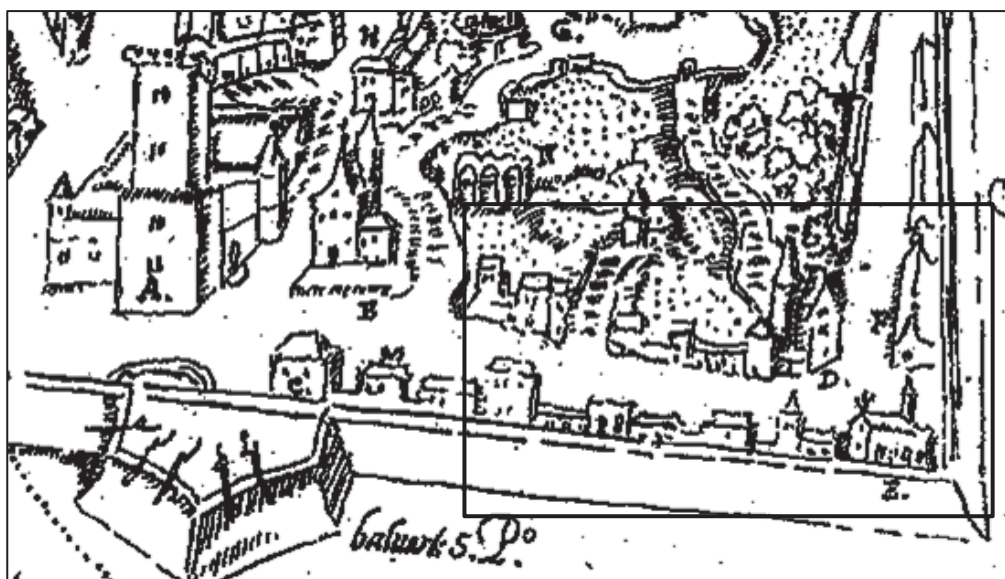
Como bem assinalaram António Bocarro e Pedro Barreto de Resende (Bocarro e Resende, 1635: fl.147; Resende, 1635: fl. 292), e é uma evidência que a historiografia confirma (Brockey, 2008: 2), os equipamentos relativos ao programa urbano religioso, ou a ele associados, foram os que mais esgotaram o espaço intramuros. Identificados em vários estudos, uns mais recentes que outros, e figurados numa mão cheia de representações da cidade, é eloquente a presença física com que marcaram o tecido urbano. Estamos perante equipamentos de grande volumetria, isolados da restante malha, formando por si só quarteirões.

Frente ao complexo da Misericórdia, instituído desde 1532,<sup>30</sup> existiu, sob a sua tutela desde 1540 o Hospital dos Pobres, que veio a ser incorporado pela linha de casas, de

---

<sup>30</sup> A Misericórdia estava definitivamente em construção em 1532, embora o andamento das obras fosse lento (Rego, 1949, II: 226-227; Teixeira, 1961: 285), mas não antes de 1522 ou 1523 (Teixeira, 1961: 290). Tinha agregada a si a igreja de Nossa Senhora da Visitação (ou da Misericórdia) e nas traseiras do complexo estendia-se, morro acima, um jardim, o qual o administrador holandês Justus Schouten propôs receber os espaços de recreação do governador e oficiais da Companhia das Índias Orientais holandesa (Schouten, 1936: 131).

construção rudimentar, dispostas ao longo da vertente virada ao mar. Assim o comprovam as diversas plantas de Godinho de Erédia e todas as que se seguiram. Nas imediações destes dois equipamentos foi construído o Hospital Real, em pleno funcionamento em 1556 (Sá, 1954-1988, II: 244).<sup>31</sup>



Fabrica da Cidade de Malaca intramuros, anno 1604. Manuel Godinho de Erédia. *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises* (detalhe), 1613. Na legenda: D. Misericórdia, E. Hospital dos Pobres; F. Hospital Real.

Terá sido nos “casóis” (Sá, 1954-1988, II: 204) junto ao Hospital dos Pobres, que S. Francisco Xavier ficou alojado quando ali aportou e, poucos anos mais tarde (1548),

<sup>31</sup> A implantação do Hospital Real gerou alguma confusão, que importa discutir aqui. Sempre figurado nas plantas portuguesas junto à Misericórdia e ao Hospital dos Pobres, a documentação textual holandesa elaborada pós-conquista (Schouten, 1936: 94) identificam-no na vertente junto ao rio, ao lado do convento dominicano. Esta alteração da localização pode justificar-se pelo facto de em 1605 terem sido enviados pelo monarca português oito jesuítas para dirigirem um hospital, uma vez que o que existia não era adequado. Pedido e necessidade reforçados após o cerco holandês de 1606, que terminou com a destruição parcial do Hospital dos Pobres, e a chegada de um número elevado de feridos após a refrega naval entre as duas potências ao largo da cidade. O vice-rei D. Martim Afonso de Castro, por ordem do monarca, terá então mandado construir um novo hospital entregando a administração aos jesuítas que, por falta de financiamento, a terão deixado cair. Em 1613 (Teixeira, 1961: 295-296) e em 1615 (Pato, 1880-1982, III: 206) foram feitos novos pedidos, mas não é certo que o hospital tenha sido construído. Ou que, a ter sido construído, tenha ficado sob administração jesuítica. Ou ainda que, no entretanto até ao último cerco holandês, se possa de facto ter criado ou improvisado um novo edifício hospitalar, num dos quarteirões ao largo do rio, que ficavam fronteiros ao convento dominicano. O que não só levou Barreto de Resende a identificar o baluarte próximo como Baluarte do Hospital (presumivelmente, o referente ao Baluarte da Alfândega) (Resende, 1635, II: fl. 290v), mas também Schouten a identificar num destes lotes o Hospital Real (Schouten, 1936: 94).

foram alojados os dois padres da Companhia de Jesus enviados a Malaca para a fundação do colégio. Equipamento cuja implantação decorreu da concessão feita pelo clero secular aos padres da Companhia de umas casas (Sá, 1954-1988, II: 561-562) e da igreja de Nossa Senhora da Anunciada (antes da Graça), próximas da Casa da Pólvora que existiu até pelo menos 1555 (Sá, 1955-1988, II: 169). Inicialmente um conjunto de reduzida dimensão (Rego, 1947-1959, VII: 172) e de construção rudimentar localizado bem no topo do morro, funcionou como base do que veio a ser o complexo colegial jesuíta encerrado por cerca e com um extenso jardim, iniciado em 1556 (Teixeira, 1961: 99; Wicki, 1948-1988, XIII: 50), a par da reconstrução da capela para uma estrutura de 110 x 35,5 palmos com vãos em laterite e cal (Teixeira, 1961: 303). As obras da capela estenderam-se até 1590, ficando rematada por um torre com cerca de 100 pés de altura na fachada, usada como campanário e torre de vigia (MHS, 1936: 30), já que a cal branca das paredes servia de ponto de referência à navegação (Pintado, 1990: 47).



Fabrica da Cidade de Malaca intramuros, anno 1604. Manuel Godinho de Erédia. *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises* (detalhe), 1613. Na legenda: G. Igreja de Nossa Senhora da Anunciada e colégio da Companhia de Jesus.

Malaca, Malásia

A capela foi nomeada de S. Paulo pelos holandeses, tal como ainda hoje é conhecida transportando o topónimo ao próprio monte. Integrada na estrutura fortificada edificada pela Companhia das Índias Orientais holandesa, foi usada para o culto calvinista até a igreja de *Christ Church* ter sido terminada (1741 ou 1753). Foi depois transformada em armazém de pólvora pela administração britânica (se bem que esta possibilidade foi posta em hipótese ainda pelos holandeses). *St. Paul's Church* é um dos raros vestígios materiais que subsiste.

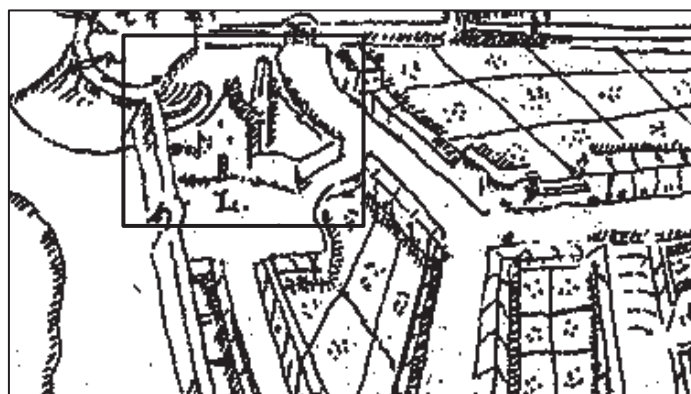


Igreja de Nossa Senhora da Graça ou do Outeiro, hoje *St. Paul's Church*.

Em 1554 chegaram a Malaca os dominicanos para fundar uma casa (Rego, 1947-1959, VII: 410), financiados pelo próprio rei português (Sá, 1955, III: 128). A fundação da igreja de Nossa Senhora do Rosário precedeu a construção do complexo conventual (Teixeira, 1961: 27-28) aproveitando a esplanada militar no topo nordeste do núcleo urbano, no enfiamento da rua e porta que ligou o centro da povoação a *Sabac*, sem,



porém, colidir com o alinhamento global dos quarteirões imediatos. O que terá obrigado, segundo se percebe pela cartografia, à criação de um adro fronteiro à igreja, que mais tarde resultou num alargamento da via criada pela composição do complexo conventual e os quarteirões habitacionais fronteiros e, ainda, à abertura de uma porta urbana secundária no muro virado ao rio.



Fabrica da Cidade de Malaca intramuros, anno 1604. Manuel Godinho de Erédia. *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises* (detalhe), 1613. Na legenda: L. igreja e convento de S. Domingos.

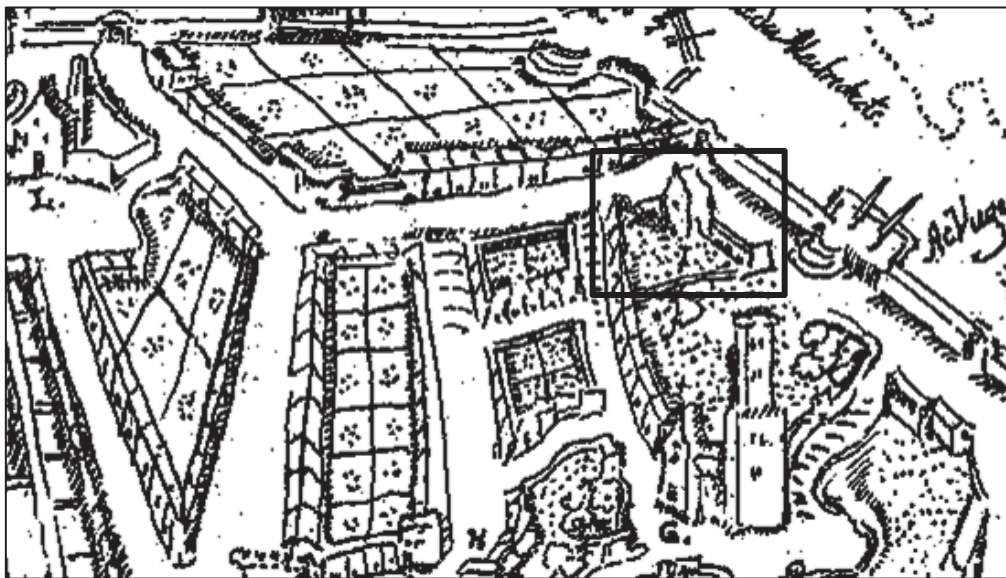
O volume do complexo que incluía nas traseiras um quintal, obedeceu ao limite imposto no terreno pelo muro urbano. Não admira por isso que o holandês Justus Schouten tenha entendido o conjunto como parte de uma primeira parede do sistema de fortificação abaluartado, dado o corpo do dormitório encerrar o jardim com o pano murado. Segundo Teixeira, o mosteiro situava-se onde hoje está a igreja de São Francisco de Xavier (Teixeira, 1961: 311).

Mas a intervenção dos dominicanos no tecido urbanizado de Malaca não se confinou ao interior dos muros urbanos. Foram também responsáveis pela criação e fundação da confraria e igreja de Nossa Senhora do Rosário numa das povoações ao largo do núcleo

Malaca, Malásia

português (Rego, 1947-1959, VII: 410). Instituição e estrutura que substituiu o papel da Misericórdia nos anos imediatos à perda da administração portuguesa (Brockey, 2008: 7), sendo transpostas, em 1703, para o anterior local da igreja de S. Lourenço (Pintado, 1990: 62).

Os agostinhos foram a última ordem a instalar-se na cidade. Concedida uma igreja pelo bispo Dom João Ribeiro Gaio, o conjunto conventual foi iniciado em 1587 (Rego, 1955: XI: 159) com a construção da igreja de S. António no sopé do monte, no alinhamento da rua Direita e da porta da Madre de Deus.



Fabrica da Cidade de Malaca intramuros, anno 1604. Manuel Godinho de Erédia. *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises* (detalhe), 1613. No quadro a preto, a implantação da igreja de Santo António.

Esta implantação era mais ou menos óbvia se percebermos que era, de facto, o único sítio vago no intramuros. Conferindo a data de fundação do convento com a representação do cerco de *Malaca em 1568*, torna-se claro que o espaço que sobrava da esplanada militar junto ao muro virado a *Sabac*, estava ocupado por casario, disposto lado a lado ao longo da rua Direita e servindo o muro de encosto aos quintais e hortas traseiros.



Malaca 1568. Autor anónimo (detalhe). Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Invº Nº CART. 531967.

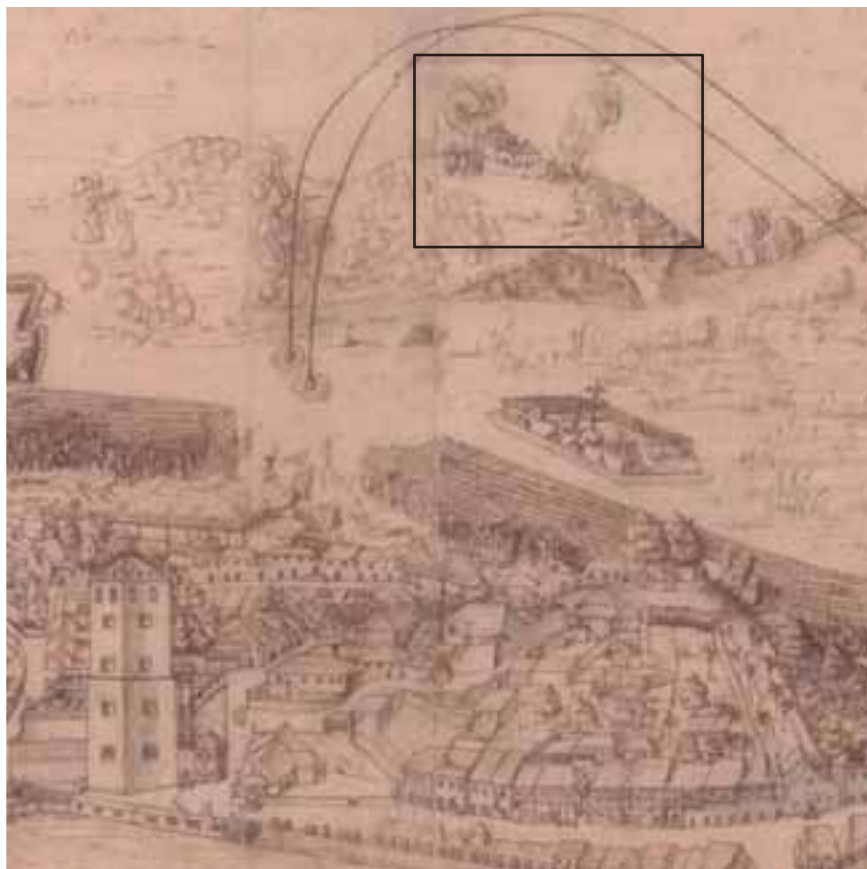
Neste ponto, não deixa de ser curioso verificar como a esplanada militar foi sacrificada pela progressiva ocupação de equipamentos e lotes habitacionais. Mas a justificação é bem simples e prende-se com uma ação prática frente a particularidades específicas dos espaços residuais.

O historiador Pedro Dias observou que a topografia acidentada do monte permitia apenas a construção de estruturas “muito modestas e pequenas”, à exceção da vertente onde se localizou o convento agostinho (Dias, 2009a, XIII: 18). Mas como explicou o Padre Visitador Valignano, o monte “perchè è un colle alto, non dà di se molte

Malaca, Malásia

commodità di fabricare se non con grossissima spesa” (Wicky, 1948-1988, XIII: 50). Despesa que por certo era maior tendo em conta a dificuldade de abertura de fundações numa base rochosa (Matos, 2000, I: 216), o que não era praticável à edificação de casas cuja estrutura, de um modo geral em madeira e cobertura de ola, remete para um tipo de construção pobre.

Um outro exemplo que oferece uma discussão interessante ao processo urbanizador é a instalação dos padres capuchos recolectos, em 1579 ou 1581, por preceder a dos agostinhos e, assim, por ser prévia à ocupação total do espaço intramuros. O mosteiro franciscano foi implantado em *Bukit China*, a cerca de um tiro de bombarda da cidade (Wicki, 1948-1988, XIII: 189).



Malaca 1568. Autor anónimo (detalhe). Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Invº Nº CART. 531967.

A doação de um lugar retirado do núcleo urbano causou relutância a Frei João Baptista Lucarelli de Pezaro.<sup>32</sup> No entanto, não obstante a oferta de uma casa intramuros pelo capitão da viagem da China e do Japão, Aires Gonçalves de Miranda (Cardon, 1938: 699), a pressão negativa da população à vinda do padre foi a razão que o levou a aceitar a ermida da Madre de Deus erigida pelo Bispo D. Frei de Santa Luzia, num local “deshabitado por medo dos elefantes e de certos gatunos que se diziam frequentadores, (...) que os soldados infiéis haviam destruído inteiramente” (Teixeira, 1939: 851). O receio de Pezaro relativo à segurança do lugar em caso de cerco, que Cardon dá conta, não só obrigou à colocação de uma bateria no complexo (Cardon, 1938: 702), mas veio a confirmar-se anos mais tarde.

O complexo da Madre Deus, de construção em madeira e encerrado por uma cerca em taipa com um largo quintal ao redor, acabou por ser sempre um dos pontos frágeis da cidade. É o que está atestado na representação feita aquando o cerco de 1568 posto pelo *Aceh*, que incluímos atrás, onde se vê o complexo em chamas.

O mosteiro foi destruído durante este cerco por Francisco Carvalho da Maia, de forma a evitar que as forças inimigas instaladas junto à capela no alto de S. João com baterias viradas a *Bukit China* tomassem o lugar (Sousa, 1666-1675, III: 407-408; MHS, 1936: 25). Tática, aliás, usada pelas as forças de *Jor* em 1587 (Couto, 1595, X, II: 370-371). Foi reconstruído (Teixeira, 1961: 313), incendiado em 1629 e depois assaltado pelas forças holandesas, de *Johor* e dos *Menancabos* de *Rombouw* em 1641, que o usaram como ponto de bateria à cidade (Cardon, 1938: 702).

---

<sup>32</sup> Franciscano de origem italiana ou castelhana que serviu na missão de Manila. Foi o responsável pela fundação do convento franciscano de Macau, tendo sido exilado em Malaca sob pena de excomunhão.

Malaca, Malásia

Junto a este complexo existiu no sopé de *Bukit China* um templo chinês e uma fonte (*Prigi Rajah*, fonte do Sultão), supostamente aquela que abastecia água potável à população, que atrás demos conta e figura em todas as representações. O chão de *Bukit China* foi cedido após 1677 por Li Kap (capitão da comunidade chinesa debaixo da administração holandesa) ao templo de *Cheng Hoon Teng* (fundado c.1704), utilizando-se parte do espaço para cemitério (Teixeira, 1961: 316), mantendo-se hoje, um espaço vacante.



*Bukit China*, Malaca. Google maps.

Voltando ao intramuros, há que assinalar a implantação da Casa do Bispo junto ao terreiro definido pela fortaleza e a Sé. Não é absolutamente claro que a ocupação precedeu ou procedeu o quarteirão que lhe ficava por detrás, mas é significativa a sua implantação junto dos equipamentos nucleares ao funcionamento da cidade, principalmente se a especularmos com a localização da Casa da Câmara (Senado).



Malaca 1568. Autor anónimo (detalhe). Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Invº N° CART. 531967.

Malaca. Manuel Godinho de Erédia, *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal*, 1610. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cart 990145 (detalhe).

A elevação a cidade dada quase em simultâneo à criação da diocese, terá obrigado à construção da Câmara Municipal, estando em pleno funcionamento em 1573 (Lemos, 1585: fl.11), ocupando, no início, um lugar secundário na malha urbanizada. Mas esta localização pode justificar-se se a incluirmos a par da existência de equipamentos como a casa do Capitão, a Misericórdia e depois o Hospital Real, que terão contribuído para a criação de uma *zona nobre*, que respeita a orientação canónica da Sé, ao contrário do terreiro aberto nas traseiras da fortaleza em conformidade com a rua Direita.

Supomos assim, que a Câmara fez parte de uma intervenção projetada ao longo da fachada principal da Sé, virada ao mar, atuando como baliza a um espaço igualmente

público que mais não faz que trazer para a frente urbana o coração cívico do núcleo urbano.

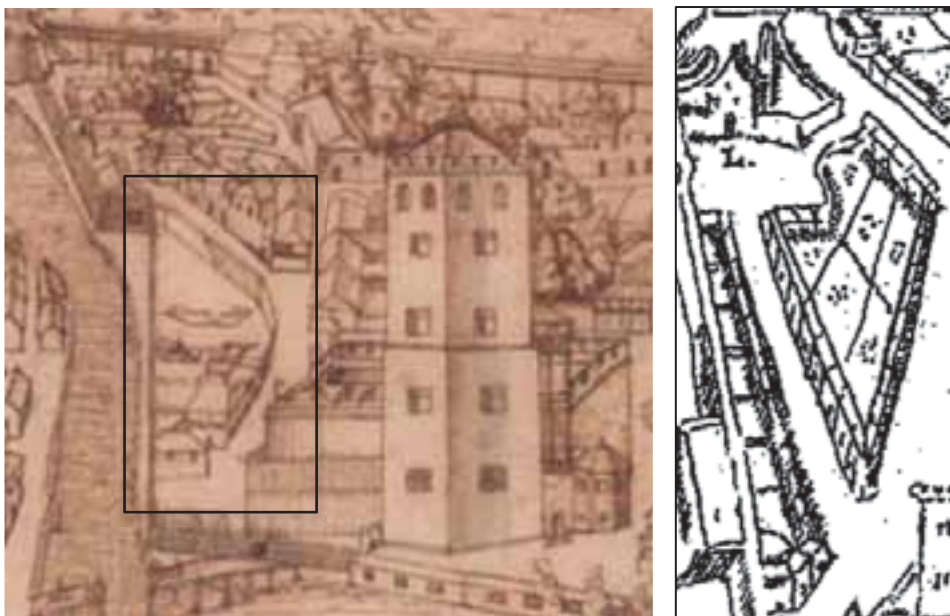
Por outro lado, tudo isto pode não passar de uma mera especulação se tivermos em atenção o relatório de Justus Schouten elaborado após a capitulação de Malaca, que declara que a Câmara funcionava numas casas arrendadas aos jesuítas (Schouten, 1936, 87-88). O que é possível, já que as parcelas urbanas de Malaca eram “carissima[s] per le guerre” (Wicki, 1948-1988, XIII: 51), não estando acessíveis a todos, e em parte pertenciam às Ordens Religiosas. E também porque, de acordo com o estudo de Luísa Trindade e Caroline Cabral, o aluguer de casas para o funcionamento do Paço do Concelho, ou Casa da Câmara, foi uma prática que se verificou recorrente no reino de Portugal no século XIV, e que só com a evolução para uma estrutura própria passou a ocupar a absoluta centralidade no burgo, sempre junto à igreja matriz (Trindade e Cabral, 2014). Característica que, no caso de Malaca, mesmo que a Câmara Municipal tenha ocupado uma casa alugada, estava garantida.

A um evidente crescimento urbano, surgiram novos quarteirões habitacionais, organizados por lotes alinhados lado a lado, e costas com costas, com quintais nas traseiras, como temos vindo a referir. O que resultou, em conjunto com a implantação dos equipamentos religiosos e municipais, na multiplicação da trama viária em ruas e travessas ajustadas aos limites e orientações do muro e portas urbanas, à topografia do monte (Dias, 2009a, XIII: 18) e aos limites dos quarteirões.

É o que acontece por exemplo, na rua que circunda as cotas do monte da Sé a Santo Agostinho. Ou, supomos, com a rua que liga a fortaleza a S. Domingos. Esta rua, antes



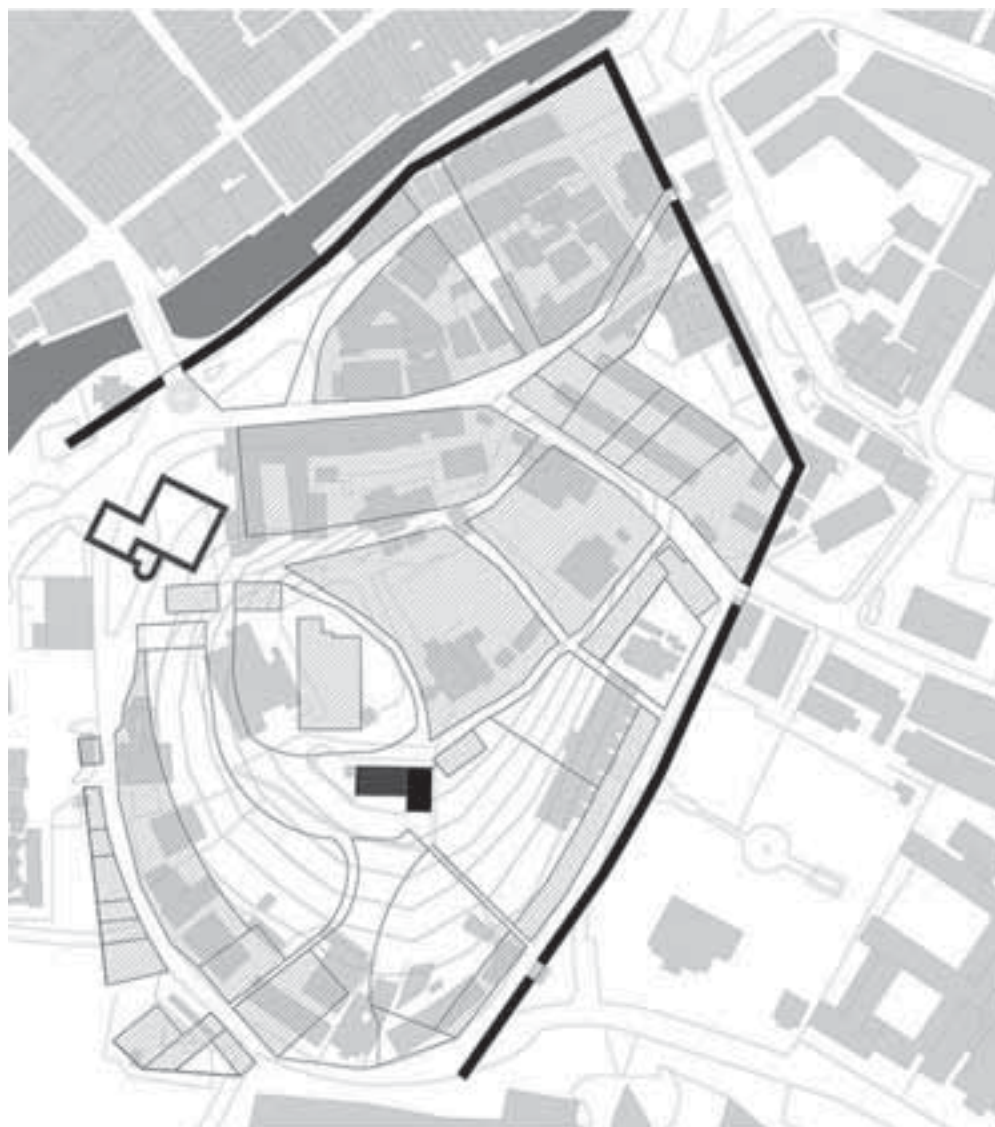
uma porção de terreno vago até ao encosto do muro, foi sucessivamente ocupada e definida por um novo quarteirão habitacional, que antes de concluído já o parcelamento prévio no terreno lhe impõe o limite, como se afere pela minuciosa representação do cerco de 1568, onde está desenhado o começo do loteamento agregado ao muro, e cuja conclusão está atestada por desenhos posteriores.



Malaca 1568. Autor anónimo (detalhe). Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Invº Nº CART. 531967.

Fabrica da Cidade de Malaca intramuros, anno 1604. Manuel Godinho de Erédia. *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises* (detalhe), 1613.

Grande parte destes arruamentos continuam hoje a marcar de forma indelével a estrutura urbana, como facilmente se vê quando sobrepomos o cadastro ao tecido urbano atual, tal como, resgatando Pedro Dias: a ladeira ou escadaria “situada no seguimento da descida da igreja dos jesuítas, que ainda hoje existe” em direção à Porta de Santiago (Dias, 2009a, XIII: 18).



Sobreposição do tecido urbanizado da ocupação portuguesa ao cadastro atual.

O mesmo pode ser dito da ligação ao piso superior do museu *Sejarah Den Ethnografi* do *Democratic Government Museum* que, ao que pudemos apurar, respeita a ladeira rasgada entre a Sé e o conjunto jesuíta, ou da ligação à Misericórdia, hoje um dos acessos secundários à igreja *St. Paul's*.



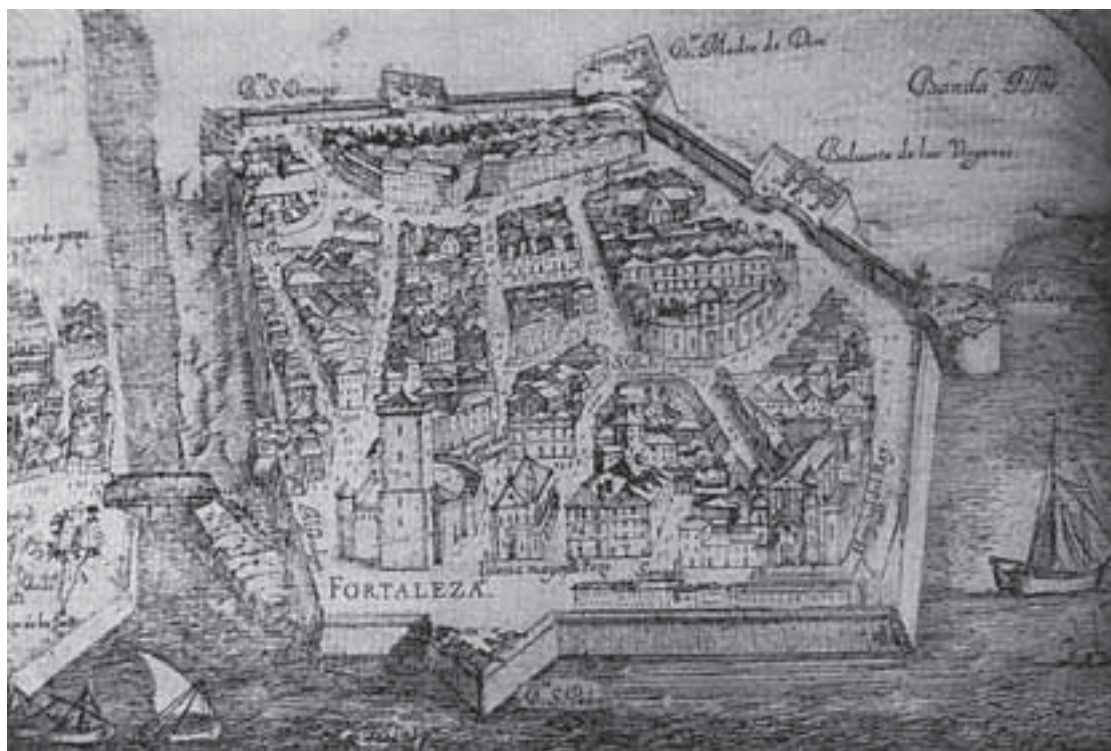
Acesso à igreja de St. Paul's, anexo ao *Muzium Senibina Malaysia*, Malaca.

O século XVII vem confirmar a escassez de espaço para acomodar novas construções, como foi o caso da construção de uma casa para fundição e a reconstrução dos armazéns de pólvora (Pinto, 2012: 220), que nunca chegaram a ser concluídos.

É esta a fâcies urbana que está patente nas plantas e cópias de plantas de Erédia que datam o início do século XVII. Mas não o sistema fortificado como veremos de seguida.



Fabrica da Cidade de Malaca intramuros, anno 1604. Manuel Godinho de Erédia. *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises* (detalhe), 1613.



Malaca. Manuel Faria e Sousa. *Asia Portuguesa*. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira: Officina de António Craesbeeck de Mello, 1666-1675, I, 149.

No entanto, estas representações parecem dar conta de uma grandeza e ostensão arquitetónica que não encontra paralelo a quem a viu, de facto, como Valignano em 1577 e 1580. Valignano refere-se a Malaca como “molto picciola cosa, perché non passa di 100 case di portugesi, tutte di legno o di taipa coperte di olla (...) e alla vista spiacevole”, “y de calles ruines” (Wicki, 1948-1988, XIII: 49; 190). Imagem que se aproxima ao relato do cerco de 1574 de Jorge de Lemos, pelo menos no que aos materiais construtivos do casario diz respeito (Lemos, 1585: fl. 29v), e ao número de habitações contabilizado pelo viajante francês Pyrard de Laval no final do século XVII (Laval, 1601-1611, I: 664). Ademais, o levantamento holandês de 1656 desmente a densidade habitacional e dá conta de um número bem mais reduzido de parcelas urbanas, especialmente na zona do morro, em grande parte ocupada pelas hortas e jardins do colégio da Companhia Jesuíta, da Misericórdia e lotes adjacentes.

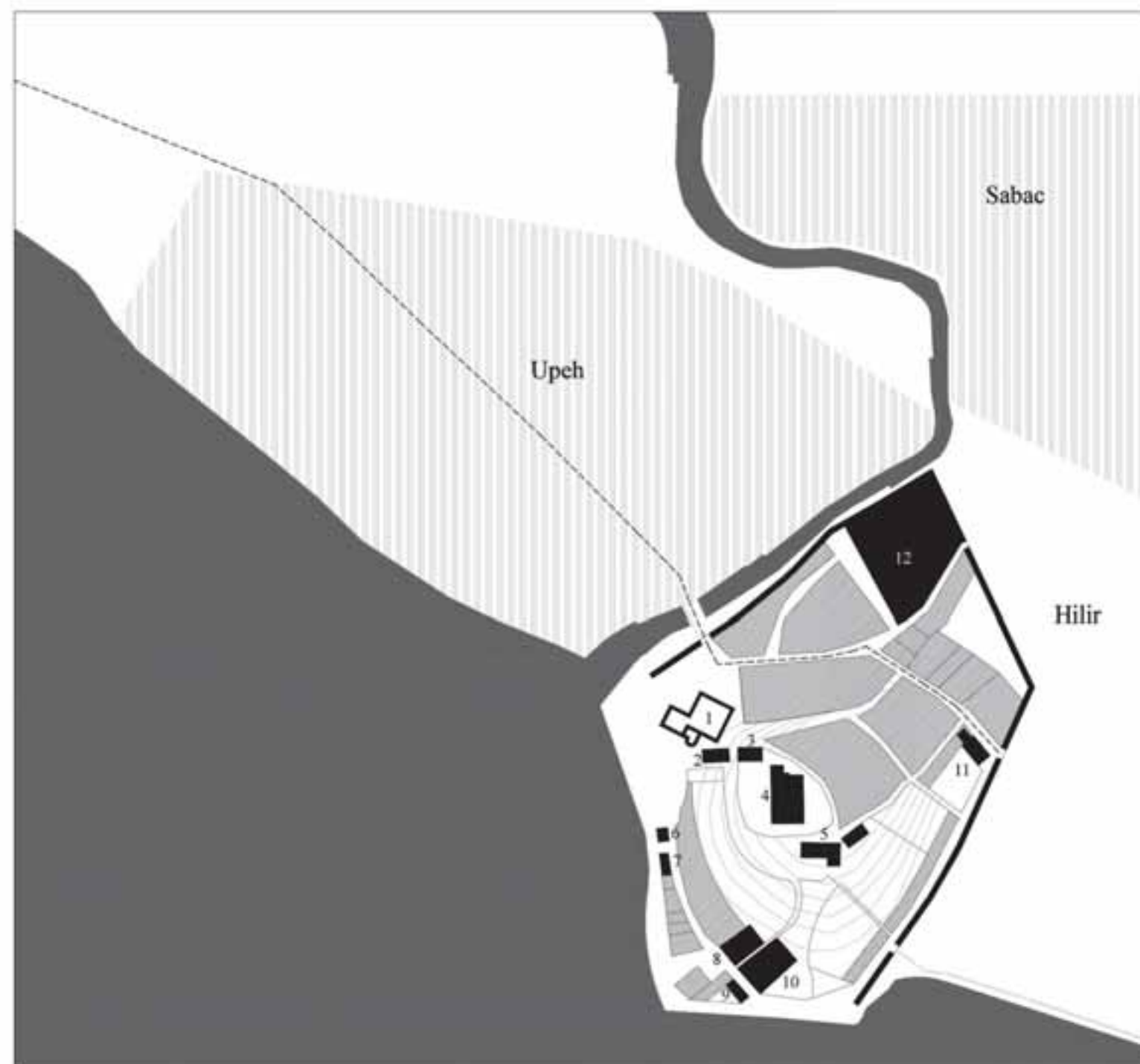







Plan van alle de bolwerken ofte punten (...) de stadt en fortresse Malaca. Autor Anónimo, c. 1656. Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° VELH 1108.



# MALACA

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1550-1568



-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Equipamentos (1. Fortaleza; 2. igreja Matriz; 3. Casa do Bispo; 4. igreja e colégio de S. Paulo; 5. igreja de Nossa Senhora da Graça; 6. Casa da Câmara; 7. Prisão; 8. Misericórdia; 9. Hospital dos Pobres; 10. Hospital Real; 11. igreja e convento de St. Agostinho; 12. igreja e convento de S. Domingos)
-  Traçado da rua principal e da rua Direita
-  Traçado da estrada de acesso a Piedade e Muar
-  Proposta do traçado do muro







### 3.8. a “nova traça” da fortificação

Em meados do século XVI, além da fortaleza com torre de menagem, o sistema defensivo de Malaca resumia-se a um muro urbano intervalado por três baluartes e um cubelo (S. Domingos, Madre de Deus e Santiago; Onze Mil Virgens) (Couto, 1595, VIII: 143, 158), tudo feito em taipa “á antiga” (Couto, 1595, VI, II: 262). Declaradamente desadequado à entrada de forças inimigas,<sup>33</sup> a debilidade fica patente no comentário de Leónis Pereira quando aí chegou em 1568: “avya muyto que fortificar e consertar na cidade” (Wicki, 1948-1988: 520).

O cerco de 1568 posto pelo *Aceh* numa altura em que o poder deste sultanato estava alavancado pela extensão do senhorio aos reinos de *Aru*, *Pedir* e *Pacém* (Couto, 1595, VIII, 131), representa não só a contravolta da pretensão portuguesa quando se estabeleceu na cidade,<sup>34</sup> mas a urgência/incentivo às campanhas de atualização do sistema defensivo.

Aliás, o rasto de destruição foi tal que assim que Luís de Ataíde ocupou o cargo de vice-rei “mandou embarcar nas náos dos mercadores officiaes de obras, e Pedreiros, pera reformarem aquela Fortaleza” (Couto, 1595, VIII: 255). Nos planos militares e político-administrativos, também se agilizavam condições que contrariassem a dependência da cidade relativamente ao centro político de Goa, como o prova a deliberação de D. Sebastião e do Conselho à criação de uma armada de mar permanente e a um vice-

---

<sup>33</sup> Segundo Couto, o sistema defensivo só por si não era suficiente para travar a entrada de inimigos na cidade. Como veremos mais à frente no texto, a altura dos muros não era adequada, o que obrigou o capitão D. Pedro da Silva, durante um dos ataques, a seguir os conselhos de um soldado de origem italiana ou alemã (Couto, 1595, VI, II: 277). A tática consistiu reunir em cima do parapeito da cerca mastros de juncos para serem arremessados aos inimigos que planeavam assaltar a fortaleza com escadas e máquinas de guerras. Como os mastros não foram suficientes, “mandou desmanchas casas sobradadas, e tirar-lhes as vigas pera isso” (Couto, 1595, VI, II: 278). O que causou grande espanto dos proprietários, e muitos outros, que viam aquele trabalho, sem saber para o que seria, já que a estratégia foi mantida em segredo.

<sup>34</sup> Com explica Couto: “pera ser Imperador de todo o Malayo lhe faltava a Cidade de Malaca pera senhorear” (Couto, 1595, VIII: 131).

reinado em Malaca (Couto, 1595, IX: 49), chegando-se a apontar para o cargo António Moniz de Barreto. Contudo, este assunto ficou pendente até meados de 1575<sup>35</sup> (Couto, 1595, IX: 250). No meio, a fortificação de Malaca prosseguiu de forma lenta e sempre desatualizada à exigência da guerra do *Aceh*. Mais que um plano concertado, as soluções relativas à fortificação aparecem como resposta a uma situação de emergência, arruinadas após cada assédio do inimigo.

O cronista Jorge de Lemos dá conta que em 1574 os muros eram baixos e haviam troços tapados por meros paus (Lemos, 1585: fl. 33v), provavelmente arrasados pela passagem das forças de Java no ano anterior (Couto, 1595, IX: 240). Ainda neste ano, Malaca foi de novo sitiada pelas forças de Java, ficando “debilitada de tudo, que era hua magoa & lastima vella” (Lemos, 1585, fl. 41).

Em 1575, às portas de novo cerco do *Aceh*, a realidade não era melhor. Não obstante, Tristão Vaz da Veiga empreendeu uma reforma aos muros “por se verem accurralados, & metidos entre paredes muito fracas de seiscentas braças dambito , & roda” (Lemos, 1585, fl. 49), baluartes e estâncias militares (Couto, 1595, IX: 240-241), iniciando-se por esta altura o baluarte cavaleiro de S. Pedro (também Couraça). No meio-tempo, Tristão Vaz da Veiga informava o vice-rei do “miseravel estado em que ficavam (...), e que fizessem conta que perdendo-se (...) se perdia todo o Sul, e ainda toda a India, que daquellas partes se sustentava” (Couto, 1595, IX: 250).

Alguma intervenção terá ocorrido, pois em 1580 restava concluir a reedificação do baluarte de Santiago (Couto, 1595, X, I: 273).

---

<sup>35</sup> O enfraquecimento dos cofres da fazenda do Estado pelas guerras contínuas, na altura em todos os pontos da instalação portuguesa na Índia, e também o choque de egos entre António de Noronha (apontado vice-rei de Goa) e Moniz Barreto, tornaram impossível a organização de duas armadas, pelo que Barreto se recusou a viajar para Malaca com uma armada improvisada, não tendo efeito a criação do vice-reinado de Malaca.

# MALACA

PROPOSTA DO TRAÇADO DO SISTEMA DE FORTIFICAÇÃO: 1550-1580



- Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
- Traçado da rua principal e da rua Direita
- Traçado da estrada de acesso a Piedade e Muar
- Proposta do traçado do sistema de fortificação (1. Baluarte de S. Pedro; 2. Baluarte de S. Domingos; 3. Baluarte da Madre de Deus; 4. Cubelo das Onze Mil Virgens; 5. Baluarte de Santiago)



10 50 100 500  
Escala gráfica: 1: 5 000



Malaca foi então integrada na reforma dos sistemas militares levada a cabo desde 1583, sobre a responsabilidade do arquiteto militar João Batista Cairato. Viana de Lima declara, até, que a fortificação foi inspecionada pelo arquiteto em 1588 (Lima, 1988: 51), mas não apresenta nenhum fundamento para esta conclusão. E, ao que pudemos apurar, a delegação para Malaca só foi formalizada em 1591-1592 (Viterbo, 1899-1922, III: 115).

O resultado da intervenção de Cairato, hoje amplamente explorado pelos historiadores Pedro Dias e Rui Loureiro, no seguimento do que fez Pierre-Yves Manguin, pode ser atestado nas plantas de Erédia. Legendado como “nova traça” ou “traça nova”, incidiu principalmente na vertente virada a *Bukit China*, Campo de S. João e Piedade, ou seja, as faixas de guerra.



Planta da Fortificacãm da Cidade de Malaca. Manuel Godinho de Erédia. *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises*, 1613.

Mapa de Malaca. Autor anónimo, *Lyvro de plantaforma das fortalezas da Índia*, c. 1612 ou c. 1635 (detalhe). Oeiras: Forte de São Julião da Barra.



Planta da Cidade e Povoacoens de Malaca. Manuel Godinho de Erédia. *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises* (detalhe), 1613.

Não podemos atestar com toda a fiabilidade que a contínua modernização da fortaleza de Malaca seguiu à regra o plano proposto por Cairato, nem ao certo que plano era. Com o regresso de Cairato ao reino em 1596, o projeto passou para as mãos do engenheiro militar Júlio Simão e, possivelmente para Sebastião Tibao, prosseguindo depois de 1615 sob as ordens do militar e inspetor das fortalezas António Pinto da Fonseca. Mas se o plano de Cairato compreendia a “traça nova” incluída nalguns desenhos de Godinho de Erédia e no relatório de António Bocarro e de Pedro Barreto de Resende concluído em 1635, nunca se realizou.



Malaca. António Bocarro e Pedro Barreto de Resende, *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, 1635. Biblioteca Pública de Évora, Inv. nº Cód. CXV/2-1.

Além disso, o relatório desenhado de Bocarro e de Resende, dá conta da pretensão em insular Malaca, mediante o rasgo do ribeiro de *Aerlele* até ao rio (proposta também considerada pela administração holandesa anos mais tarde (Oers, 2000: 48-49)). Mas tal nunca aconteceu, como nunca foram instaladas as várias linhas de tranqueira com baterias que representou. O próprio Pedro Barreto de Resende, autor dos desenhos que acompanham este relatório, não inclui nada deste aparato militar no relatório desenhado que compôs em simultâneo.

Por outro lado, está atestado que entre o final do século XVI e início de XVII, se procedeu à modernização do baluarte de S. Domingos, bem como à construção de um meio baluarte junto à Porta da Alfândega, e um outro entre os baluartes de S. Domingos e da Madre de Deus. Tal se explica pela desconfiança da entrada dos holandeses nos mares do Sul, que veio sublinhar a posição frágil de Malaca.





# MALACA

PROPOSTA DO TRAÇADO DO SISTEMA DE FORTIFICAÇÃO: 1583-1641



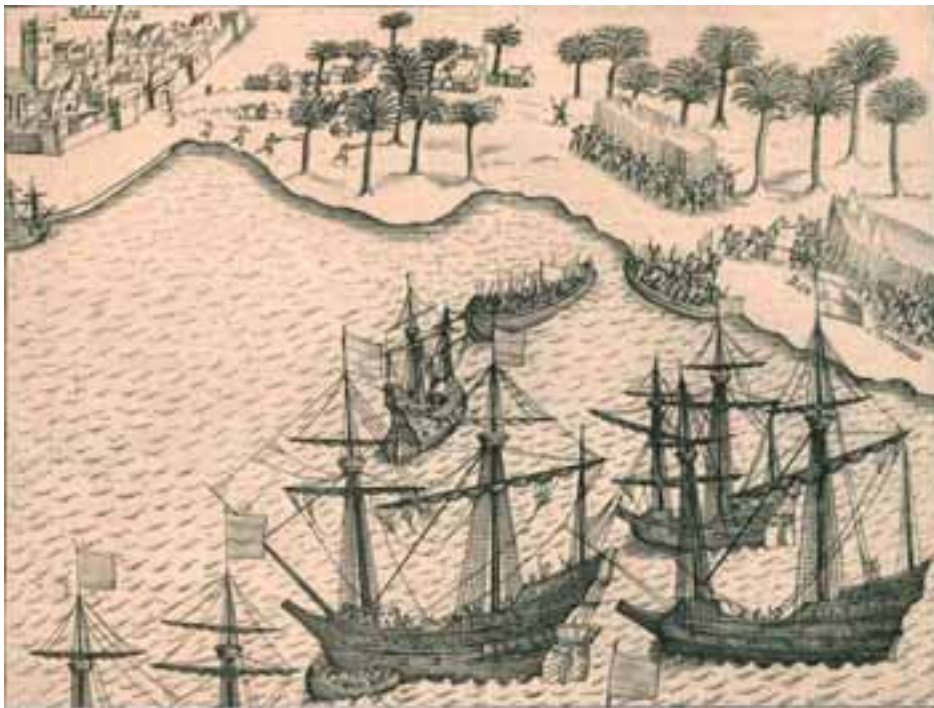
- Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
- Traçado da rua principal e da rua Direita
- Traçado da estrada de acesso a Piedade e Muar
- Proposta do traçado do sistema de fortificação (1. Balaarte de S. Pedro; 2. Balaarte de S. Domingos; 3. Balaarte da Madre de Deus; 4. Cabelo das Onze Mil Virgens; 5. Balaarte de Santiago; 6. Meio Balaarte da Alfândega; 7. Meio Balaarte novo)



10 50 100 500  
Escala gráfica: 1:5 000



Após o cerco posto pela Companhia das Índias Orientais holandesa e as forças de *Johor*, em 1606, do qual podemos fazer uma ideia graças a uma pintura que nos chegou, é manifesto que a área mais frágil de Malaca continuava a ser aquela virada ao Campo de S. João e à povoação da Piedade. Informação que é corroborada por Pyrard de Laval, que adianta que, após três meses e meio de cerco, “a étè très bien fortifiée et la fortifie-t-on tous le jours” (Laval, 1601-1611, II: 664-665; 667).



Belegering van Malacca door Cornelis Matelief. Autor Anónimo, 1606. Haarlem: Koninklijke Bibliotheek, Invº Nº 496 D 12 del II.

As obras que se seguiram terão tido um abrandamento de ritmo em grande parte provocado pelo despovoamento que se vivia, sobretudo pelo regresso dos *casados* à Índia (Pato, 1880-1982, I: 338; II: 73).

Apesar da insistência do monarca para a fortificação da cidade, ou o envio do vice-rei de avaliadores ao curso das obras (Pato, 1880-1982, III: 231), Malaca era quase um

ciclo fechado. Os assaltos eram uma constante, a destruição também, o dispêndio para erguer sistematicamente a fortaleza era sucessivo, os *casados* debandavam, faltava o dinheiro para reforçar as defesas da cidade e assim evitar novos assaltos e razias. Pesou a este cenário a instalação dos holandeses em Singapura em 1616 (Pato, 1880-1982, III: 381) e depois, de forma permanente, em Batávia em 1619.

É incontável a documentação relativa à urgência em fortificar Malaca e construir um forte na Ilha das Naus, que a um tempo funcionou como lugar de exílio (Sá, 1954-1988, II: 517-518), até 1622. Ano em que chegaram o mestre pedreiro e alguns oficiais (Pato, 1880-1982, VII: 226) para reforçar a supervisão e mão de obra. Mas ao que parece apenas faltava concluir um lanço de muro (Pato, 1880-1982, VII: 402).

Este ano coincide ainda com uma intervenção complementar àquela ao programa militar, onde se previu a telhagem obrigatória das casas inclusas aos muros, praticamente concluída em 1624 (Pato, 1880-1982, X: 22), e o corte de palmares nas imediações de *Sabac*, *Bukit China* e Campo de São João que se estendia da fortaleza ao monte de *Bukit Pipi*, ou *Sanjueng*, de forma a desbastar um campo ao jeito de esplanada militar (Pato, 1880-1982, VII: 407; VIII: 442). Intervenção que provavelmente não aconteceu,<sup>36</sup> ou terá acontecido entre 1628-1630, como sugere o desenho de Pedro Barreto de Resende incluído no relatório de Bocarro, que apresenta o terreno vacante.

Em 1623, as obras continuavam, faltando apenas terminar o muro do baluarte de S. Domingos, “com que se fecharia de todo, e se poria logo a mão no forte da ilha das

---

<sup>36</sup> Em 1626 António Pinto da Fonseca pediu a Filipe III a autorização para cortar os palmares e árvores que cercavam as muralhas da cidade (Matos, 2000, I: 204). O aval do rei foi positivo, mas aconselhava à cautela, para que “os moradores de Malaca não levantassem objecções, e aproveitando, para o efeito, a notícia de um cerco eminente a fim de evitar qualquer conflito entre os moradores e os ministros” (Matos, 2000, I: 204). Dois anos mais tarde a ordem não tinha sido executada (Matos, 2000, II: 12), sendo inclusive suspensas as indemnizações pelo conde da Vidigueira, por sugestão de Pinto da Fonseca (Matos, 2000, II: 19).

Naos em que Antonio Pinto (...) não trabalhou ategora por não ser possivel correr se com duas fabricas em hũ mesmo tempo” (Pato, 1880-1982, IX: 180). No entanto, é interessante que antes mesmo de terminada a obra já António Pinto da Fonseca pedia que lhe fosse enviado “hũ engenheiro por haver algũas couzas que traçar de novo”. O pedido caiu por terra por não haver ao serviço do Estado da Índia outro que Júlio Simão, por estes anos enfermo e entrado na idade (Pato, 1880-1982, IX: 180). Estaria António Pinto da Fonseca a dar conta da desatualização da fortaleza? A pedir um nova traça para o baluarte de S. Pedro que possivelmente estaria degradado, acabando por aluir no ano seguinte (Matos, 2000, II: 223)? Ou a pedir um projeto para o forte que pretendia construir na Ilha das Naus?<sup>37</sup>



Demonstração da Fortaleza de Malaca. Pedro Barreto de Resende, *Breve Tratado ou Epilogo de todos os Vissorreys que tem havido no Estado da India (...)*, vol. II, 1635.

<sup>37</sup> A traça do forte, sob a autoria de Manuel Homem de Pina, apesar de ter vindo de Goa pelas mãos do vice-rei, achou-se desajustada pelo Conselho de Malaca. O desenho, que supomos ser aquele que Barreto de Resende incluiu no relatório de 1635, foi refeito por Pinto da Fonseca e o engenheiro-mor Pedro Massay, nesta altura também em Malaca. Porém, no intervalo entre um plano e outro as obras do forte pararam, sendo só retomadas em 1636, precisamente dois anos antes da morte de Pinto da Fonseca. Ainda segundo Barreto de Resende, em visita à Índia desde 1629-1630, “as fundações estavam já sulcadas”, prevendo-se a construção de um forte com planta quadrangular com vãos de 30 pés, cujos materiais de construção estavam a ser preparados e reunidos em Malaca, para ser construído de uma só empreitada, evitando-se assim a construção gradual e desta forma a possibilidade de cair em mãos inimigas. O forte da Ilha das Naus tinha como principal função o bloqueio da navegação inimiga à entrada da barra, tornando-a, em conjunto com o baluarte de S. Pedro, uma zona de tiro cruzado, assemelhando-se assim à funcionalidade do fortim de Diu e à torre fronteira à Torre de Belém, implantada na margem posta do Tejo, em Lisboa.

Certo é que dois anos volvidos o vice-rei reiterou a D. Filipe III o envio de um engenheiro, de preferência acompanhado por dois homens “que tenham notícia desta arte para se irem qua perfeiçoando e se poderem mandar a hũa e outra parte quando cumprir” (Rego, 1947-1959, X: 167-168).<sup>38</sup> Requerimento que provavelmente só foi satisfeito em 1630, quando ao cargo de engenheiro-mor do Estado da Índia detido por Júlio Simão, se juntou Manuel Homem de Pina e Pedro Masai (Matos, 2000, II: 304).

Mas é importante determo-nos um pouco sobre o pedido de Pinto da Fonseca que falámos um parágrafo atrás. Em especial por sabermos que poucos anos mais tarde o lugar de implantação da torre de menagem foi posto em causa pelo capitão Filipe de Sousa. Segundo consta de uma carta enviada ao monarca em 1626, em plena fase de reconstrução e redefinição do sistema fortificado, o capitão após avaliar o estado da fortificação com Pinto da Fonseca, informou “o monarca das defesas naturais dessa fortaleza” (Matos, 2000, I: 215), recordando-o que o projeto para insular a cidade, (supostamente criado por Cairato), não era descontextualizado. Contudo, tanto Pinto da Fonseca, quanto o capitão, acharam mais útil erigir-se uma nova fortaleza no alto da colina, já que, relembramos, providenciava uma base rochosa que facilitava a construção e que dificultava a abertura de minas. Por outras palavras, a natureza do terreno adequava-se mais à proposta de Filipe de Sousa que ao projeto de insulação da cidade. Para tal, bastava deslocar os jesuítas, trocando a localização do complexo do colégio pela Casa dos Capitães, ou por outro sítio disponível na cidade. Esta proposta

---

<sup>38</sup> O próprio Júlio Simão chegou, em 1628, a propor a Filipe III que o seu filho, Luís Alvares, fosse nomeado ajudante do cargo alegando que “já possuía conhecimentos da profissão, para que lhe sucedesse após o seu falecimento” (Matos, 2000, II: 49). Embora o monarca tenha requerido ao vice-rei Francisco de Mascarenhas para averiguar a possibilidade, o resultado terá sido nulo. Se Luís Alvares era a mesma pessoa que neste ano foi condenada a cinco anos de degredo nas galés, então não chegou a exercer o cargo, dado que após um período breve de liberdade, em 1629 foi condenado à execução da pena (Matos, 2000, II: 75; 187).

agradou a D. Filipe III, ficando o conde da Vidigueira encarregado de estudar a proposta e comunicar o seu parecer (Matos, 2000, I: 215-216).

Uma discussão relevante quando analisamos esta proposta é a hipótese de ter sido esta a razão pela qual o projeto de insular Malaca nunca chegou a ser executado. Regra geral, as investigações em torno do decurso da fortificação de Malaca atribuem a justificação à empresa para a fortificação da Ilha das Naus, o que é perfeitamente sintomático da leitura da documentação. Mas além do forte da Ilha das Naus não ter sucedido, a partir de 1619 a intenção ganha um lugar secundário relativamente à fortificação da cidade (Pato, 1880-1982, V: 275; 304-306; VI: 16-17). A demora da correspondência, bem como o tempo necessário a um estudo da situação pelo Conde da Vidigueira e mais homens experientes em engenharia militar, por certo terá tido alguma influência na demora da decisão e quanto ao rumo da fortificação, protelando qualquer ação na Ilha das Naus. Além de tudo isto, a proposta de Fonseca e de Sousa, obrigava a uma atuação ao plano do urbanismo que não era leve, já que a transferência dos jesuítas exigia uma alteração considerável na organização do programa urbano.

Em 1629 não havia qualquer resolução quanto a este assunto. Houve, no entanto, de novo, a deliberação do monarca para que as obras que se faziam no sistema fortificado incluíssem o rio dentro dos muros, “e não a uns cinquenta ou sessenta passos como antes” (Matos, 2000, II: 126). Parece-nos então que D. Filipe III estava mal informado quanto à organização e componentes da cidade, pois para incluir o rio no intramuros tinha de mudar-se o seu caudal obrigando ao desmantelamento do convento dominicano e uma linha de casario acoplada ao muro da fortaleza. Ou o muro teria de ficar

sobreposto à margem de *Upeh*, desta feita obrigando a diminuir o espaço reservado ao mercado e a desmantelar uma linha de casario e a igreja de S. Estevão.

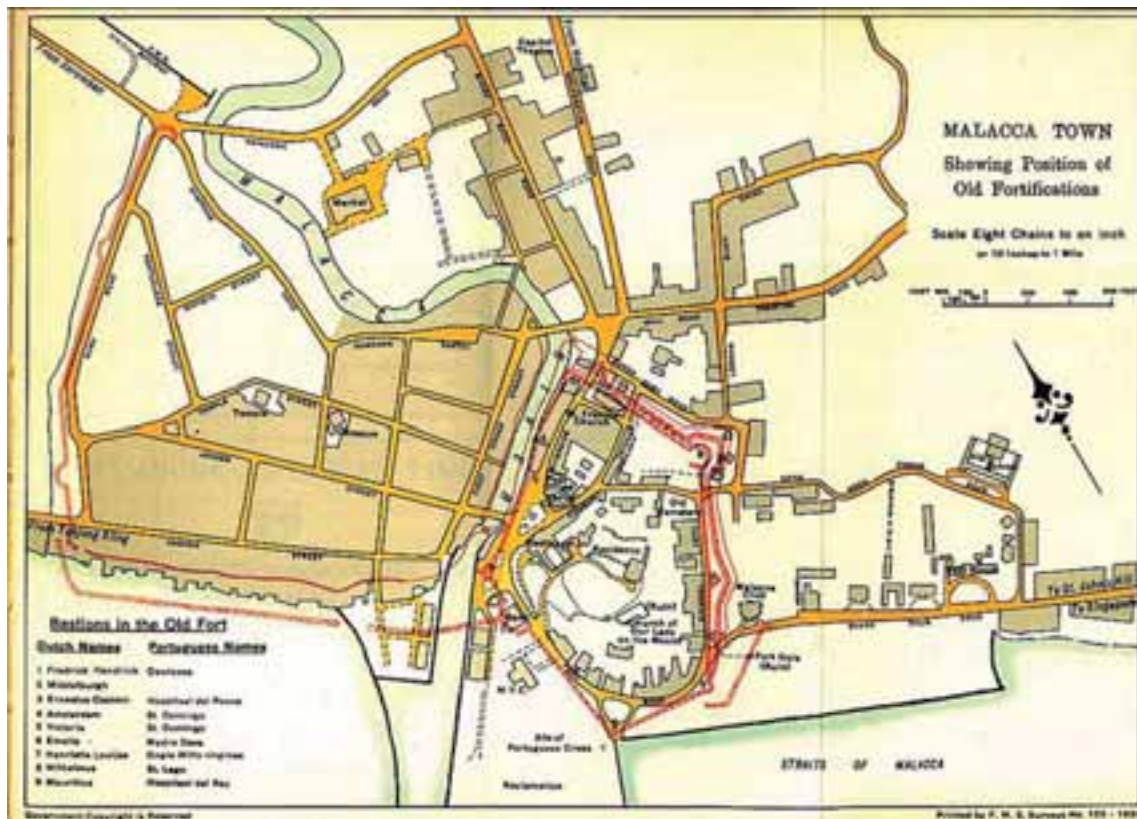
Tal como a malha urbana, o sistema fortificado acabou por resumir-se ao perímetro total das muralhas que ao longo dos anos foram construídas, num perímetro de “1310 jardas de cinco palmos por cada jarda”, cerca de 1441 metros.

A forma final do sistema fortificado está hoje suficientemente bem atestada não só por levantamentos holandeses, mas também pelas propostas de reconstituição levadas a cabo pela administração britânica em 1929 e 1936 e, tão ou mais relevante e útil ao seguimento de uma atualização crítica sobre o tema, às propostas de reconstituição que incluem igualmente as alterações feitas pela administração holandesa, desenvolvidas por algumas equipas de investigação (Abidin et al, 2008; Izani et al, 2010, 2010a), estimuladas pelos resultados das (controversas<sup>39</sup>) intervenções arqueológicas que desde 2001 põem a descoberto na estrutura contemporânea uma mão cheia de restos materiais.

---

<sup>39</sup> Veja-se Guimarães e Ferreira, 1996; Lim e Jorge, 2006.





Malacca Town showing positions of old fortifications. Malacca Historical Society, *Historical Guide of Malacca*, 1936. Singapore: Printers Limited.

### 3.9. A povoação dos kelings

Temos vindo até aqui a falar do processo de urbanização da povoação implantada em *Hilir*, omitindo qualquer dado crítico relativo à povoação que existiu do outro lado do rio, em *Upeh*, ou aquelas nas imediações da fortaleza portuguesa. A razão é só uma e prende-se com a leitura que fazemos do próprio processo de urbanização. Ao contrário do que aconteceu em *Hilir*, todas as outras não têm o mesmo suporte documental (especialmente no que aos textos se refere), e não são raras as vezes em que aparecem na documentação desenhada sem o mesmo nível de detalhe. Sintomático destes parcos

dados documentais e da clara distinção que os autores fazem das áreas,<sup>40</sup> são os textos relativos à historiografia contemporânea que tocam o estudo do urbanismo.

Luiz Filipe Thomaz, por exemplo, torna-o evidente no capítulo dedicado à “Town and the Population” (Thomaz, 2000: 35-101), no qual procurou esboçar um quadro sociológico servindo-se da própria organização da estrutura urbana, que reconhece que o lado de *Upeh* era uma entidade não só socialmente diferente, também marcada pela urbanização anterior à entrada dos portugueses, nomeadamente a identificação dos *kampungs*.

De facto, como procurámos dar a entender no subcapítulo dedicado à *pré-ocupação portuguesa, a cidade do sultanato de Malaca, Upeh* estava urbanisticamente definido à data da conquista por Albuquerque. Esta foi a estrutura, social e urbanística, que administração portuguesa herdou após a conquista e, como se verifica numa carta de 1514, se tentou manter de forma a segurar e a atrair as comunidades mercantis ali instaladas (Pato, 1880-1982, III: 91; Dias, 2001: 239).

Tal como Luís Filipe Thomaz, que é, aliás, a fonte a que recorre, Manuel Godinho de Erédia apresenta a povoação dos *kelings* reconhecendo a existência do “Campon China”, do “Campon dos Jaus”, do “Campon do Bendara” e do “Campo Chelin”.

---

<sup>40</sup> Além da já habitual identificação de *Upeh* e *Hilir* (muitas vezes também *Ilher*), Castanheda fala de uma cidade ou “povoação dos Quelis” (Castanheda, 1551-1561, VI: 127; VIII: 410), Diogo do Couto de uma “banda dos Chelins” (Couto, 1595, VI, I: 348) “á diferença da outra chamada de Ilher, que he do Poente” (Couto, 1595, IX: 123). Gaspar Correia indicou no desenho que fez da cidade a “povoação dos Quelins” por oposição a “Mallaqua” referindo-se à área da implantação portuguesa. Também Erédia na *Planta fortificação da cidade de Malaca*, 1613, distingue três áreas urbanizadas: a Fortaleza, *Upeh* e *Ilher*, ou seja, *Hilir*. Esta distinção está de novo patente na planta *História de serviços com martírios*, 1615.



Planta da Cidade e Povoacoens de Malaca. Manuel Godinho de Erédia. *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises* (detalhe), 1613.

A própria tranqueira, que vemos já neste desenho, construída nas traseiras da povoação, por volta de 1525-26, com cerca “dhum tiro de bêsta” (Castanheda, 1551-1561, III: 259) de comprido, acompanhando no lado virado a este um regato (Java), e apoiada no extremo noroeste por um “hũa albetoça com hũ camelo” (Castanheda, 1551-1561, III: 259-260), que foi substituída em 1537 por uma estrutura em taipa reforçada com um contramuro e baluarte junto ao mar (o do *Bandahara*) (Castanheda, 1551-1561, VIII: 410-413), veio substituir a anterior que rodeava o bairro sob a administração de Pate

Quatir (Castanheda, 1551-1561, III: 259-260). Por isso, não deve admirar que alguns autores atribuam a origem da tranqueira à ação da comunidade *keling* (Cardon, 1947: 105-106), outros ao capitão Estevão da Gama (Castanheda, 1551-1561, VIII: 413; Dias, 2001: 239). Mas ao que tudo indica, o regato e a malha urbanizada pré-existentes às fases de reedificação foram os elementos que determinaram a forma e a extensão da tranqueira.

E a “praça”, como a designa o Padre Balthasar Dias, implantada junto ao pelourinho erguido por Albuquerque em 1511 no arranque da ponte para *Hilir*, resultou de uma alteração que mais tem que ver com uma questão de denominação, que propriamente de ação sobre o espaço, uma vez que se sobrepôs a uma área pública preexistente: o *bazaar*.

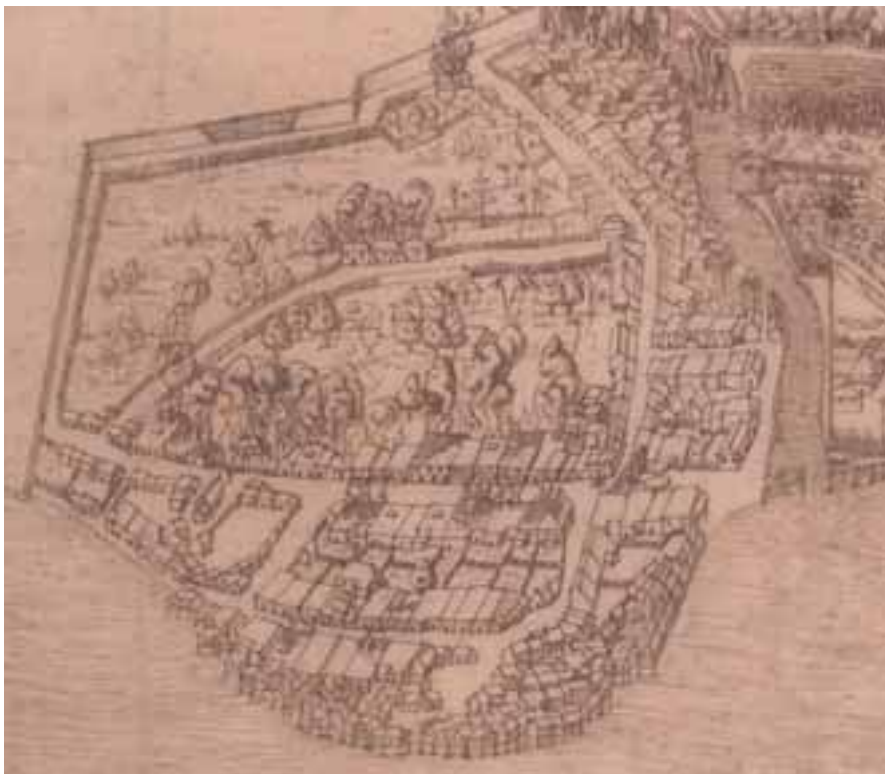
O que evidencia que a intervenção portuguesa na área de *Upeh* não foi assim tão significativa ao ponto de arrasar a definição urbanística herdada do tempo do sultanato. Conclusão, aliás, já avançada por Pedro Dias. No primeiro texto que dedica a Malaca, conclui que “a marca portuguesa no traçado de Malaca parece ter-se resumido ao espaço da cidadela, dentro das muralhas” (Dias, 2001: 238). Mas onze anos mais tarde o historiador verificou, valendo-se da análise das plantas holandesas, que a povoação não só estava estabelecida organizando-se em bairros étnicos, que “a povoação do tempo dos portugueses ainda existe, e que o seu traçado está intato” (Dias, in Mattoso e Rossa, 2010: 451).

De facto, também a planta de Manuel Godinho de Erédia prova que alguma ação de urbanização foi levada a cabo pelos portugueses nesta área, em particular, a mãos dadas com a ação pia, que ali ergueu a igreja de S. Estevão e a igreja de São Tomé, a última

em perfeito funcionamento em 1564 (Sá, 1954-1988, III: 105), implantada na atual junção da *Jonker Street* com a *Temple* (Teixeira, 1961: 323).

Mais a mais, *Upeh* não era apenas habitado por mercadores e famílias estrangeiras, mas igualmente por uma massa considerável de mercadores e *casados* portugueses. Situação que António Bocarro e Pedro Barreto de Resende dão conta para o início do século XVII, mas que Tristão de Ataíde refere ainda para 1548 (Sá, 1954-1988, I: 581).

Tudo sugere que a anterior impermeabilidade dos bairros étnicos terá sofrido alguma modificação, iniciada pela coabitação “na mesma rua (ainda que em diversas cazas)”. Situação intolerável aos olhos do Concílio Provincial de Goa, que tentou refreá-la em 1567 decretando ao “ Bispo de Malaca que procure com que se **apartem** dos Christãos em diversos bairros” (Rego, 1947-1959, X: 355-356, destaque nosso).



Malaca 1568. Autor anónimo (detalhe). Biblioteca Nacional Digital do Brasil, Invº Nº CART. 531967.

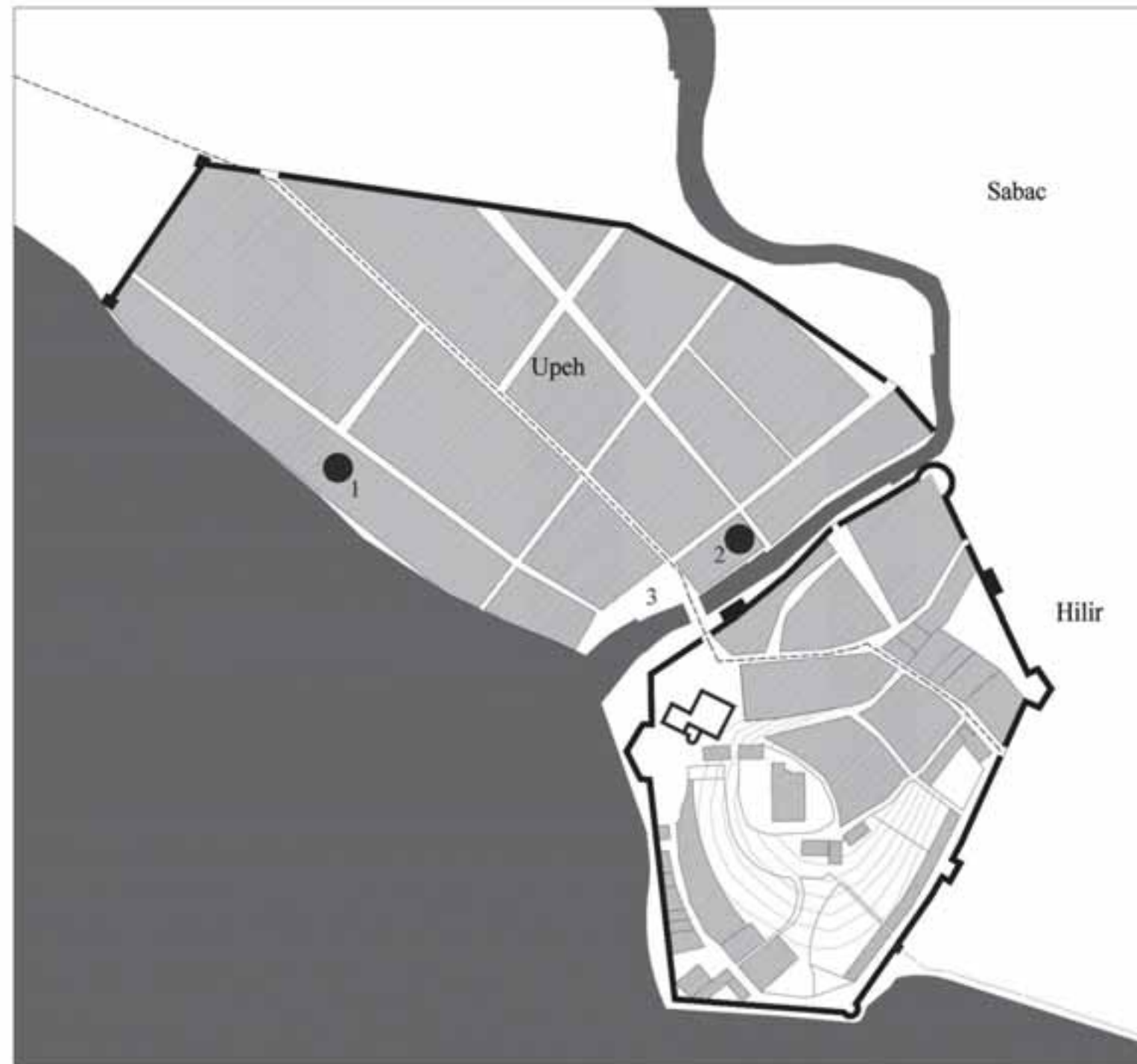
Uma análise cuidada à vista com a data de 1568, que temos usado abusivamente, releva esta situação, colocando lado a lado habitações incluídas em quarteirões compostos pelo alinhamento de lotes estreitos e compridos, e habitações assentes sobre estacas, dispostas numa malha rarefeita.






Mas, em bom rigor, a persistência do cunho *keling* é tal, que o próprio bairro acabou por transferir o topónimo para uma zona imediata, cerca de 1200 a 1300 metros depois do remate noroeste da cerca de *Upeh*: a “põta de Tãjaqueli” (Castanheda, 1551-1561, VIII: 413), atualmente coincidente com a área de *Tajung Kling*.

Algumas investigações que incidem na análise morfológica (arquitetónica e urbanística) holandesa (Oers, 2000; Weebers e Ahmad, 2006, 2007, 2009; Weebers et al. 2010, 2010a, 2011), têm vindo a concluir que o parcelamento dos lotes em *Upeh* tem origem numa urbanística holandesa. Mas em boa verdade, reconhecemos particularidades observadas igualmente para a divisão do lote estreito e comprido presente nos núcleos urbanos medievais portugueses (Trindade, 2013) e, depois, aplicados em casos simultâneos à urbanização de Malaca, como foi o caso de Vila Nova de Andrade, também Bairro Alto, em Lisboa (Carita, 1990; Rossa, 2015: 97-131). O que levanta uma questão: até que ponto a reconstrução dos bairros de *Upeh*, por exemplo, após o incêndio causado pelo cerco de Java em 1574 (Lemos, 1585: fl. 7v) não terá exigido uma reestruturação do tecido urbanizado que, e ainda que só em partes, não obstante ter seguido a organização dos *kampungs* para a formação de quarteirões, aplicou os moldes de loteamento praticado pela administração portuguesa com raiz na própria cultura do reino?

# MALACA

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: a povoação dos *kelings*



-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Equipamentos (1. igreja de São Tomé; 2. igreja de S. Estevão; 3. Praça do Pelourinho)
-  Traçado da rua principal e da rua Direita
-  Traçado da estrada de acesso a Piedade e Muar
-  Proposta do traçado da tranqueira



10 50 100 500  
Escala gráfica: 1: 5 000





Até porque, bastante significativo para a identificação de uma possível intervenção e avaliação da cultura urbanística, é a leitura que fazemos da vista datada de 1568, incluída atrás, por comparação à vista holandesa desenhada já quando a cidade estava sob administração da Companhia das Índias Orientais holandesa.



Malacca. [s.d]. Atlas of Mutual Heritage: [www.atlasofmutualheritage.nl](http://www.atlasofmutualheritage.nl).

Ambos os desenhos verificam, por distinção à zona urbanizada a norte da rua principal, marcada por um tipo habitacional malaio, imiscuído na vegetação, uma tipologia de habitação e organização parcelária que patenteia um tipo de lote identificado na frente virada à praia, no renque de habitações implantadas junto ao rio e à igreja de S. Estevão e na frente deste quarteirão.

Todas estas áreas apresentam uma constância de lote estreito e comprido, à exceção de algumas partes junto ao rio que, do ponto de vista da urbanização portuguesa, receberam uma enorme transformação para albergar os armazéns e estaleiros da Companhia das Índias Orientais holandesa, como corroboram os levantamentos *Hoofdplan van de Stad en Kaastel Malacca (...)*, c. 1750-1796 (Den Haag: Nationaal

Malaca, Malásia

Archief, Inv. n° 4VEL 1113) e *Situatie-plan des kasteels en der stad Malacca (...)*, c. 1750-1796 (Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° VEL 1112).

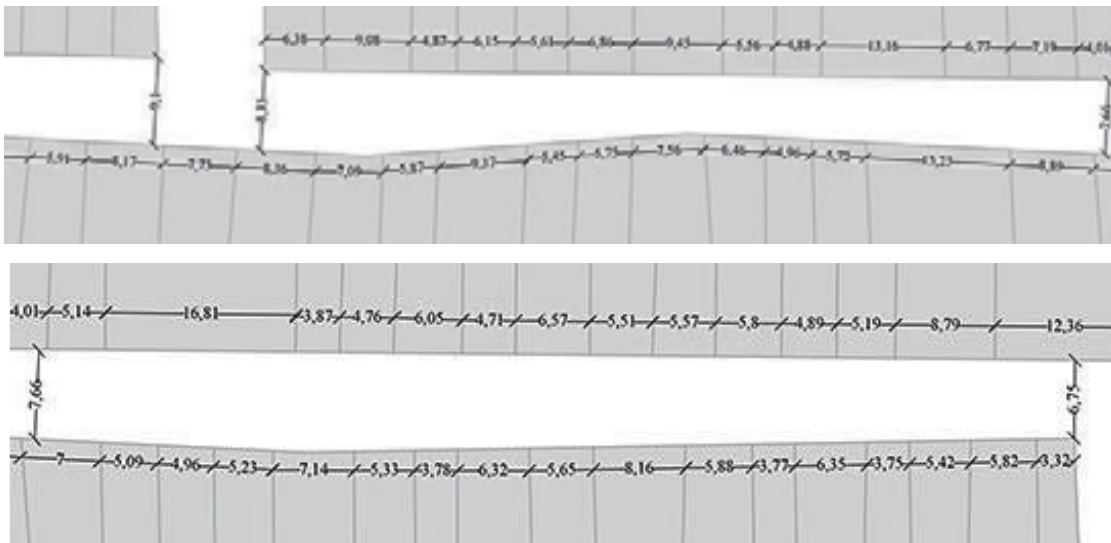
Comparando toda esta informação com o cadastro atual, vemos que a subsistência do lote estreito e comprido manteve-se e alargou-se aos demais quarteirões, muito embora apresentem um maior nível de esvaziamento cadastral.

Outra verificação é a manutenção do alinhamento dos lotes que identificámos na zona junto ao rio que, tal como no desenho de 1568, também hoje continuam a virar as fachadas ao arruamento.

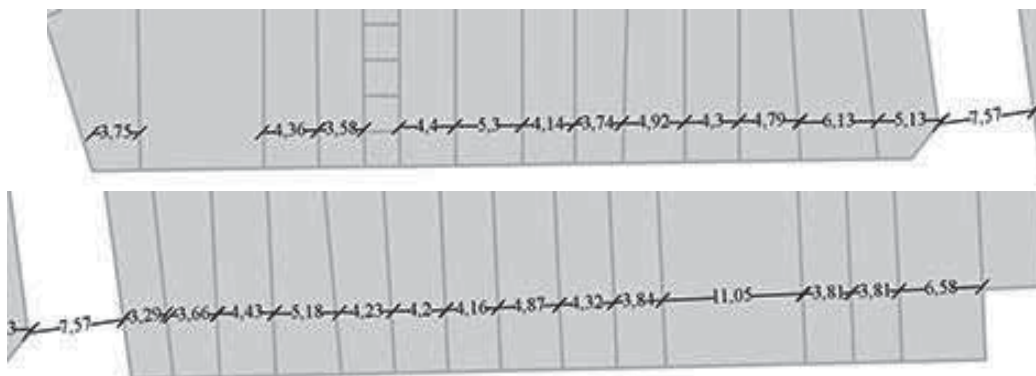


Cadastro atual da área em análise em *Upeh*. Marcação a preto das zonas onde se verifica uma maior constância na dimensão das parcelas urbanas.

Já a análise à métrica dos lotes confessa, no entanto, uma inconstância de valores. Mesmo assim, são vários os exemplares que respeitam uma profundidade entre os 50 e os 40 metros e larguras que se aproximam dos 4; 5,5; 6 e 8 metros.



Análise métrica da largura dos lotes na área 1.



Análise métrica da largura dos lotes na área 2.



Análise métrica da largura dos lotes na área 3.

Nada disto nos prova a aplicação de um elemento padrão, mas indicia uma distribuição de lote que foi rasgada no solo, definida por parcelas rectangulares postas lado a lado, na extensão dos arruamentos, para os quais viram as fachadas principais. Ao contrário

do que acontecia com a marca cadastral da urbanística malaia, onde não há imposição de limites no solo, inclusive na própria configuração dos *kampung*, verifica-se uma influência da urbanística portuguesa que, ainda que não tenha sido aplicada nos quarteirões imediatos, foi seguida pelas administrações procedentes e marca de forma categórica a morfologia da cidade atual, distinguindo-se do restante tecido urbanizado.

E aqui, precisamos deter-nos um pouco mais sobre esta continuidade cadastral.

Como revelam os estudos voltados à análise de influências holandesas na cultura urbanística de Malaca, a cidade, tal como todas aquelas construídas ou reconstruídas pela influência holandesa, não é uma exceção no que à aplicação de normas urbanísticas trazidas da Holanda diz respeito e, para as quais, os princípios formalizados em tratados de fortificação, planeamento de cidade e arquitetura redigidos pelo arquiteto e matemático Simon Stevin (1548-1620) tiveram uma forte influência, não obstante a manipulação das normas por consideração aos contextos em que as cidades foram implantadas (Oers, 2000; Weebers e Ahmad, 2006, 2007, 2009; Weebers et al. 2010, 2010a, 2011).

Contudo, como Ron van Oers deixa claro, a grande alteração urbanística holandesa aconteceu com a reconstrução e reforço do sistema fortificado da cidade, enquanto que “the town structure was left as it was found, but most buildings were replaced” (Oers, 2000: 48). Daí que as marcas da cultura urbanística por influência holandesa, e daquelas de Stevin sobre esta, sejam facilmente reconhecidas quando se analisam as estruturas arquitetónicas pelas particularidades das fachadas, nomeadamente a arquitetura civil que deu origem às *shophouses* de Malaca.

No que à estrutura diz respeito há, no entanto, uma dificuldade em atribuir-lhe uma influência direta e autenticável da cultura urbanística holandesa. Tomamos como exemplos as investigações que temos referenciado.

Ron van Oers, no estudo levado a cabo às cidades construídas pelas Companhias das Índias Orientais e Ocidentais, durante os séculos XVII e XVIII, classifica-as como exemplares de “typical Dutch colonial town planning” reconhecendo, e as aspas que usa sublinham esta insegurança, que a designação “the word ‘typical’ – the use of a certain type” é incorreta se vista como resultado de um estudo ao tipo da forma e ao tipo da estrutura, que a análise mostrou não existir. Mas é verdadeira se for atribuída, como é o caso, ao conjunto de regras que informam a prática da urbanização (Oers, 2000: 165).

Embora Oers ressalve que o estudo que fez “does not involve a comparison with other types of colonial town planning, for instance French, British or Portuguese” (Oers, 2000: 165), o seu erro, que não pode ser considerado erro pois à data do seu estudo não havia um conhecimento consolidado e mais abrangente sobre as práticas e as teorias que informam a cultura urbanística portuguesa, em especial aquelas que se reportam a tempos anteriores ou contemporâneos à urbanização das cidades na Ásia, foi não ter reconhecido uma semelhança com o que se praticava mediante a cultura urbanística portuguesa, que hoje sabemos não ser exclusiva, mas de âmbito europeu. E tudo aponta para que o conjunto de regras da cultura urbanística holandesa tenha o mesmo fundo.

Aliás, é significativo que os tratados de Simon Stevin sejam contemporâneos ao momento de produção de textos manuscritos portugueses, com teorias urbanas subjacentes importantes para a sistematização de regras, princípios e métodos

pragmáticos de urbanização amplamente experimentados, que sustentaram a *praxis* e a operacionalidade urbanística antes da constituição do *corpus* formal da Engenharia e da Arquitetura portuguesas e da regulação urbanística de normas e procedimentos, que só aconteceram após a Restauração (1640) (Conceição, 2008).

Talvez por essa razão, no trabalho mais recente de Weebers, Ahmad e Zuraini, não obstante os autores concluírem que nas *shophouses*, ou seja, nas habitações do lado do bairro dos *kelings*, as fachadas são estreitas não só por uma questão de aplicação de taxas mas porque “this was a typical ‘Dutch’ feature because some houses in the Netherlands have narrow façades as well” (Weebers et al., 2010a), a palavra ‘Dutch’ aparece entre aspas, aproximando-se da ressalva no estudo de Oers.

O que nos leva a considerar que em ambos os trabalhos se mantém em aberto a possibilidade de existir no cadastro de Malaca marcas da cultura urbanística impostas pela influência portuguesa que foram usadas e continuadas pela administração holandesa e seguintes, o que, como vimos, a análise morfológica e as fontes desenhadas exibem.

Um estudo comparativo entre as culturas urbanísticas portuguesa e holandesa leva-nos a reforçar esta conclusão. Ainda que superficial, mostra que, apesar da unidade base de composição urbana, no caso holandês e seguindo as regulamentações de Stevin, ser o quarteirão quadrado com 360 pés, a fórmula de loteamento resultava da divisão do quadrado primeiro em dois e depois de cada metade dos retângulos em 10, resultando no interior duas fileiras com lotes de 36 pés (ca. 12 metros) de largura com 180 pés (ca. 60 metros) de comprimento (Weebers; Ahmad; Zuraini, 2010a). Ou seja, um lote estreito e comprido. Tipo que em Malaca a administração holandesa herdou da

administração portuguesa e que, embora sem uma fórmula exata ao lote de Stevin, era semelhante aos princípios de loteamento, cumprindo também os requisitos para a aplicação de taxas. Compreende-se assim porque é que a reestruturação do cadastro, no bairro dos *kelings*, não foi uma exigência. A prática e tipo de loteamento era similar às duas culturas europeias.

Não significa isto que não possam ter ocorrido alterações às dimensões dos lotes originais, por junção ou repartição das unidades, durante a administração holandesa ou as seguintes. Situação que pode explicar a inconstância de um valor padrão nas fachadas hoje existentes no cadastro atual.

Contudo, extrapolando um pouco mais a análise métrica aos lotes, verificamos que as dimensões do comprimento, que rondam entre os 40 e 50 metros, estão mais próximas aos múltiplos da medida do “chão” (30 x 60 palmos, 6.6 x 13,2 metros) ou, por outras palavras, à parcela na origem da composição de várias núcleos e partes de núcleos urbanos no reino e ilhas atlânticas (Rossa, 2015: 97-131; Trindade, 2013; Leite, 2012; Carita, 1990), que à dimensão de lote formulada por Stevin.

Além disto, quer gravuras de origem portuguesa ou holandesa, atestam que também o arruamento foi mantido e, pelo que a malha urbana atual prova, até hoje. Identificando-se um sistema de arruamento composto por uma hierarquia de vias. As de maior largura e extensão são aquelas que ligam a povoação aos elementos significativos da tranqueira, como as portas que se rasgaram no enfiamento da rua principal (*Jonker Street / Jalan Heng Jabat*) e na paralela ao rio, aberta da zona do mercado à igreja de S. Estevão, que obrigou ao rasgo de uma porta junto ao bairro dos chineses (*Lorong Hang Jebat*). Também a rua aberta paralela ao rio (*Jalan Tun Tan Cheong Kock*), na qual a igreja de

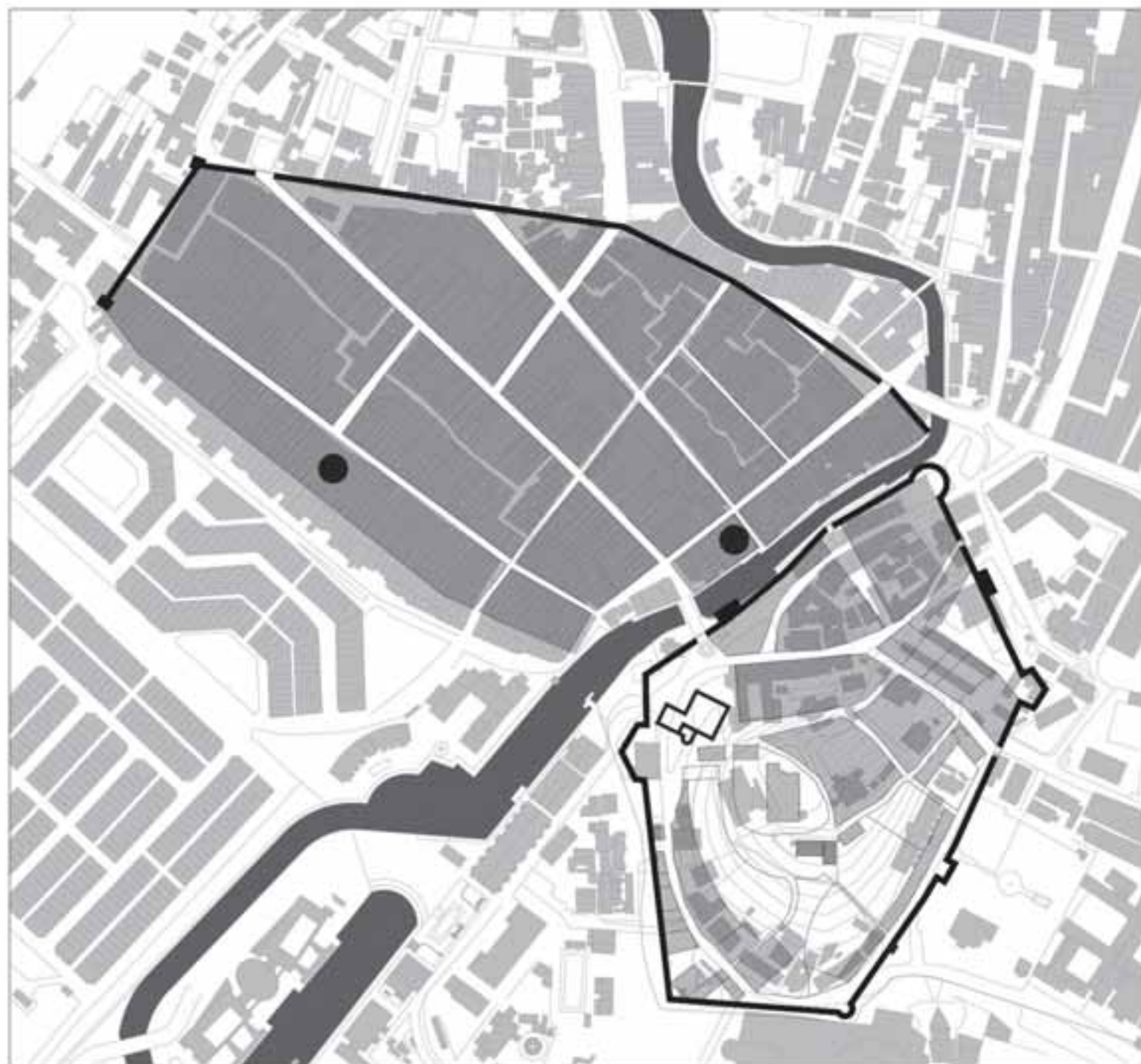
São Tomé foi implantada, ia ao encontro do baluarte sobre a praia, e a rua que saía da frente de São Estevão (*Jalan Tukang Besi / Jalan Takang Emas / Jalan Tokong*), dividindo o bairro dos chineses a meio, ia entestar na zona em que a tranqueira sofria uma inflexão. Verifica-se, portanto, toda uma composição que é feita olhando a todas as particularidades dos elementos que constituem a povoação e que é assente num princípio que revela uma aplicação de procedimentos experimentados e consolidados na cultura urbanística portuguesa que conforma os quarteirões numa relação estreita com a rede viária. Quarteirões cuja forma, por indiciar profundidades mais normalizadas e larguras mais diversas, nos admite colocar em hipótese que na matriz da composição do espaço urbano, ao contrário do que acontece na estruturação das cidades holandesas, não é o quarteirão o módulo-base, mas o lote em estreita relação com os eixos viários, alguns já existentes, outros que ajudou a marcar.

É então esta unidade base que, numa matriz cuja partida é o retângulo, alinha a fachada principal à rua e em fileira, única nalguns casos, noutros em dupla fileira de lotes dispostos costas com costas, se multiplica no seguimento do rio à tranqueira, não só fincando a dimensão do eixo viário no terreno, como, pela ausência de lote, o atravessam perpendicularmente, cravando as ruas travessas que agilizam a circulação entre o bairro dos chineses, a rua principal da povoação e a zona do mercado junto à beira-mar (*Jalan Hang Kasturi/Jalan Laksamana I*) ou entre a rua principal e a inflexão na tranqueira (*Jalan Hang Lekiu*) ou a igreja de S. Tomé (*Jalan Hang Lekir*). Definindo-se assim, também, a longitude dos quarteirões, que mantêm uma profundidade mais ou menos estável, embora adaptada ao eixo-médio do terreno em trapézio escaleno resultante entre as ruas.



# MALACA

INSERÇÃO DA PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA NO TECIDO URBANO ATUAL



10 50 100 500

Escala gráfica: 1:5 000



### 3.10. os arrabaldes e o termo

Toda esta questão relativa à avaliação da aplicação e subsistência da cultura urbanística levada pelos portugueses a Malaca, é extensível ao processo de urbanização feito nas povoações imediatas ao perímetro da cidade intramuros, os *arrabaldes*, que receberam o excedente da população convertida ao catolicismo: S. Lourenço, na área de *Sabac* e Piedade, implantada no enfiamento da estrada de ligação a Muar, junto à anterior igreja de Nossa Senhora da Piedade, no local da hoje *Sekola Menengah Kebangsaan Infant Jesus* (Teixeira, 1961: 323), que são descritas como paróquias “de los habitantes de Ilher” (Sousa, 1666-1675, III: 407).



Planta da Cidade e Povoacoens de Malaca. Manuel Godinho de Erédia. *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises* (detalhe), 1613. Marcação das povoações e paróquias de S. Lourenço e Nossa Senhora da Piedade.

Nada resta destas povoações, sucessivamente destruídas pelos diversos cercos que Malaca sofreu ao longo dos anos. Aliás, a planta do cerco de 1568 mostra bem esta

condição, e como fica claro pelos relatos do cerco, as habitações em madeira e cobertura de ola em S. Lourenço e Piedade foram desmanteladas e incendiadas em prol da defesa da fortaleza (Couto, 1595, VIII: 135). Em 1629 ambos os locais foram assaltados pelas forças do *Aceh* de forma a bater a cidade intramuros (Sousa, 1666-1675, III: 408). E as gravuras de António Bocarro e Pedro Barreto de Resende não dão conta de qualquer estrutura, à exceção das igrejas, que chegaram a integrar o relatório efetuado por Justus Schouten, a par daquelas implantadas na envolvente da cidade: Nossa Senhora da Boa Nova, Nossa Senhora de Guadalupe, Nossa Senhora do Amparo; e as ermidas de São Guilherme, São Jerónimo, Nossa Senhora da Vitória e São João Batista, a última implantada sobre o monte de S. João.

A análise urbanística é por este motivo, impraticável.

Contudo, sabemos que além destas aldeias que terão composto os arrabaldes de Malaca, pelo menos desde 1532 que está documentado, na carta do Padre Afonso Martins enviada ao monarca, o pedido para a concessão de quintas e herdades por parte dos moradores:

Eu, quando la fui ao reino, requeri a V. A. por sua parte, destes moradores, e por sua carta lhe pidiam que **lhes fizesse merce** dallguns officios desta cidade, e asy **dos duções que a nesta tera**, o que la chamamos casais, que sam montes agrestes, sem nenhuum adobio, que dam as frutas que a na tera, (...) **que o rei que foi de Malaqua tinha repartidos por seus moradores, sem disto lhe pagarem nenhuma pemsan nem direito.**

Vosa Alteza me remeteo Antonio Carneiro [secretário de el-rei] que o despachasse, e elle foi niso muito remiso [...]

Lembre se V. A de lhes mandar agora por seu allvara patente (...) pera // que tenham allgum comtentamento, e façam fundamento basto da tera (Rego, 1949, II:224, destaque nosso).

Não é seguro dizer que este pedido tenha tido o aval do monarca, nem que estas propriedades tenham resultado de uma demarcação territorial levada a cabo por parte da administração portuguesa, já que a carta que transcrevemos fala exatamente de propriedades que estavam já definidas (os *duções*). Mas em 1568, um dos palmares derrubados nos limites da cidade pertencia a Pedro de Lemos (Couto, 1595, VIII: 142). E também, de acordo com o relato de frei Paulo da Trindade, Dona Genebra conta que, depois de um milagre feito pelo padre Lucarelli: “de então até agora sempre lhe crescia o seu trigo por muito que os seus escravos lho furtavam” (Trindade, 1630-1636, III: 399), ou seja, Dona Genebra tinha em sua posse uma propriedade agrária, pelo que administração portuguesa tomou sobre a sua gerência também os solos rurais imediatos à cidade, e os concedia ou dava em mercê aos moradores portugueses.



s.d. Manuel Godinho de Erédia. *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises* (detalhe), 1613. Marcação da Horta do Bispo.

Ademais, o debuxo que incluímos atrás, de Manuel Godinho de Erédia, indica que uma destas propriedades pertencia ao Bispo da cidade e, o Padre Visitador Valignano reporta, em cerca de 1580, que os padres da Companhia de Jesus possuíam uma extensa propriedade rural usada para recreação e cultivo de árvores de fruto, a cerca de uma ou duas léguas de distância da cidade, para a qual se acedia subindo um braço de rio e junto à qual se deu início a um povoado agregado a uma igreja construída por um dos irmãos da Companhia (Wicki, 1948-1988, XIII: 51-52; 192). Igreja que, tendo em conta a distância e proximidade ao braço de rio que Valignano refere, suspeitamos ter ocupado o espaço que hoje alberga uma capela, edificada junto à zona de *Malim*, a cerca de 6km a noroeste de Malaca, cuja placa informativa refere que: “this church originally named Santa Cruz Chapel was built in 1850 and its construction was related to the finding of a cross here. (...) Historians believe that this site was a secret place of worship used by the Portuguese, who were Catholics, during the Dutch rule”.

Prática que não é invulgar, basta ver, regressando ao interior da cidade, a igreja de São Pedro, erguida em 1710, após a administração holandesa ter permitido o culto católico. É uma igreja que está em pleno funcionamento e à qual a população cristã, em particular os *kristang*, retornam por, segundo o Padre Manuel Pintado, “se orgulha[re]m pelo facto de pertencerem à igreja dos seus antepassados” (Pintado, 1990, 63).

A configuração mais antiga que conhecemos da Capela de Santa Cruz, encontra-se no Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau, publicado em abril de 1938.



Capela de Santa Cruz. Autor Anónimo. *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau* (1938), 409.



Igreja de São Pedro, Malaca.

Mas se a localização desta estrutura e a extensão das propriedades latifundiárias que foram concedidas aos moradores portugueses são difíceis de localizar, a plena asserção do que é o *termo* de Malaca é mais difícil de estabelecer.

Como explica Paulo Pinto: “after the Portuguese conquest, some of these villages [no interior do sertão de Malaca] came under Melaka’s jurisdiction but continued, nevertheless, to be strongly influenced by Johor” (Pinto, 2012: 173). Mesmo em tempo de guerra, as populações do interior (*Orang Asli*) não prestavam qualquer apoio militar

à cidade, mantendo-se muitas das vezes do lado do inimigo (Pinto, 2012: 173; Couto, 1595, X, II: 357).

Nem sequer a intervenção dos padres missionários podia reverter esta situação, já que “não ha nella conversão de gente natural, [não] por ser de matos inhabitaveis” (Sá, 1948-1988, II: 365), mas porque, a jornada ao interior do território era longa, feita por caminhos e em áreas desconhecidas e implicava bater de frente com povoados hostis (Couto, 1595, X, II: 357-361).

Uma alteração do quadro terá sucedido após se ter negado a entrada de agricultores chineses que previu contrariar a falta de subsistência alimentar de Malaca (Pinto, 2012: 177; Pinto, in Lobato e Manso, 2013: 91-220), com a nomeação de um *tumungão*, ou administrador das comunidades do interior, em 1585, plenamente estabelecido e sujeito ao vice-reinado de Goa em 1610. Estas comunidades estavam obrigadas ao pagamento de 10% sob as receitas obtidas nas explorações agrícolas (Pinto, 2012: 211-213) e à assistência militar à cidade em caso de necessidade (Schouten, 1936: 88).

Política que terá sido retomada pela administração holandesa, decretando que os maiores polos do interior (*Naning* e *Ringy*) “should be governed exactly as at the time of the Portuguese by a decent Tommagon without cancelling any of the old privileges or customs enjoyed by the vassals inhabitants” (Schouten, 1936: 133).

Tomé Pires foi quem melhor demarcou a fronteira da área que entendemos por *termo*.

Tem o dito termo de malaq<sup>a</sup> segumdo Ja he dito por seus límitjes mjll he cento he cimqenta qujmtaãs a que chamam duçoes dellas de palmeiras (...) //sem duuida tinha malaca desde acoala penajy [Rio de Panagim] atee o Rio De muar ao lomguo Do maãr huñ cate domêes Darmãs q podiam peleJar que sam cem mjll homêes // este tinha ao



tempo do capitam mor vjir ha malaqua quando a tomou // tem este termo de malaqa<sup>a</sup> alifantes brauos mujtos E mujtos tigris cervos. (Pires, 1515: 413).

Área que Faria e Sousa calculou a distância, pela costa marítima, em noventa léguas (Sousa, 1666-1675, I: 149). Valor que não confirmámos até ao momento, já que o magro trecho que dedica à extensão do território de Malaca arrastou o conceito de *território* para aquele de *reino*, incluindo, parece-nos, os territórios vassallos, mas independentes, pertencentes ao *umland*, que, desde 1957, é a parte sul da Península Malaia.

A área que fala Pires é então a área que Manuel Godinho de Erédia cartografou, fornecendo-nos, ao que pudemos apurar, o primeiro levantamento territorial do *termo* de Malaca.



Tábua Geographica da Tera do Sertam de Malaca. Manuel Godinho de Erédia, 1602. Biblioteca Nacional Digital Brasil, Inv. N° Cart. 990109.

Malaca, Malásia

Área que no total abarcou cerca de 1700 km<sup>2</sup>, coincidindo quase por completo com os limites atuais do distrito de Malaca.



Proposta do limite do *terno* de Malaca.

Precisamos então regressar ao início deste capítulo e recordar o que Pierre-Yves Manguin disse acerca da política territorial empregue pelo sultanato de Malaca: “in no way convey the notion of a topographically well-defined territory” (Manguin, 2000: 413). O que vai ao encontro do que Leonard Andaya apurou acerca da relação territorial e as características da política malaia:

The realm did not consist of continuous territories within clearly demarcated boundaries, but of communities scattered in the rivers, jungles, and seas – anywhere, in the region that agreed to submit to the spiritual forms of the ruler. It was peoples not the lands or seas they inhabited, that determined the extent of the realm” (Andaya, 2008: 67).

Daí que, pegando nas palavras de Paulo Pinto, a obediência das populações do interior ao sultanato de *Johor*, após a conquista da cidade por Albuquerque, se tenha mantido. E tenha sido difícil à administração portuguesa tê-las tornado úteis à defesa da cidade.

Já a aplicação de normas que pretenderam governar e enquadrar estas populações nas receitas do Estado da Índia são uma rutura à política e cultura territorial malaia. Tal como o é a delimitação de uma área de *termo* que, no fundo, veio emoldurá-las numa imagem física estabelecida por parte dos portugueses. Em suma, integrá-las num território topograficamente balizado, que não tinham, mas subsiste na configuração espacial do distrito de Malaca atual. E esta é também uma influência da ação da presença portuguesa no lugar.



## SÃO TOMÉ DE MELIAPOR, 1517-1662

(Tamil Nadu, costa sudeste da Índia)



Localização geográfica e topo geografia de São Tomé de Meliapor.

São Tomé de Meliapor, Tamil Nadu, Índia

*E foi tão grande a devoção que os portugueses tomaram àquela terra (...), que muitos foram fazer nela sua habitação, a qual em pouco tempo cresceu de maneira que se veio a fazer uma formosa cidade como hoje está com muitos e formosos edificios, a que puseram nome Santo Tomé.*

(Trindade , 1630-1636, III: 292).



Identificação do tecido urbano em análise.



1. Basílica de São Tomé; 2. Capela de Santa Rita.



3. Igreja de Nossa Senhora da Saúde (Monte Pequeno); 4. Igreja de Nossa Senhora da Expectação (Monte Grande).



5. Igreja de Nossa Senhora da Luz.

#### **4.1. introdução**

A instalação de portugueses em *Mylapore* decorreu, numa primeira fase, entre 1517 e 1662, e numa segunda de 1687 a 1749 de uma forma mais ténue e sem um vínculo administrativo. Pelo meio, São Tomé de Meliapor foi conquistada pelas forças muçulmanas de Golconda em 1662, dez anos depois pela Companhia das Índias Orientais francesa, voltando a ser reconquistada por Golconda em aliança com a Companhia das Índias Orientais holandesa em 1674 e, por fim, em 1749, foi entregue à posse britânica instalada em *Fort Saint George, Madras*.

São Tomé de Meliapor é um caso paradigmático para o urbanismo português, em especial, porque a razão da instalação, ao contrário de todas as outras cidades construídas pela ou com presença portuguesa na Ásia, teve a raiz num magnete religioso, o apóstolo São Tomé, não um desígnio portuário e, assim, comercial. Também, e não menos importante para a constituição do paradigma urbanístico da cidade, porque o processo de urbanização sucedeu da intervenção dos *lançados*, não de uma ação da Coroa Portuguesa, que aqui teve um papel mais nominal que efetivo.

A terra onde se construiu a povoação, elevada ao título de cidade em 1606, foi conseguida mediante o que hoje podemos interpretar como um contrato de aluguer obtido ao império de *Vijayanagar*, mantendo-se sobre a esfera da influência portuguesa num complexo jogo administrativo que tanto teve de tácito, quanto de diplomático e, em grande dose,positor, quer para com a Coroa Portuguesa, quer para com o poder local. Apesar de tudo, a presença firmou-se no lugar, alargando-se a outras zonas imediatas, por concessões e doações de terrenos ou, por regra, graças às ações pias levadas a cabo por moradores e religiosos.



No tecido urbanizado atual distinguem-se rastros desta influência portuguesa, sobretudo no conjunto de igrejas que, não obstante as intervenções e reedificações mais ou menos recentes, pontuam os lugares onde se atuou. Também algumas ruas guardam a influência portuguesa na toponímia, bem como o casario em alguns pormenores arquitetónicos. Aliás, é relevante do ponto de vista das influências que, após a descoberta de uma lápide, se mantenha em aberto a discussão sobre a origem do nome da metrópole onde São Tomé de Meliapor se insere, *Madrás*, admitindo-se ser um vestígio resultante da presença de uma família portuguesa na área.

São Tomé de Meliapor, como a área de *Mylapore*, integra, depois da concretização em 1992 de um projeto piloto levado a cabo pelo INTACH,<sup>1</sup> a *área de conservação* ou *área patrimonial* de Chennai, pelo valor cultural, histórico e pela manutenção de características vernaculares na arquitetura, tanto de influência portuguesa quanto britânica.

A historiografia de São Tomé de Meliapor converge, grosso modo, para os temas afetos à dimensão religiosa católica influenciada pela atividade portuguesa, sobretudo em temas que tratam da sua entrada, formas de fixação e impacto na estrutura social e cultural, quer no quadrante português, quer no indiano.

Em relação ao urbanismo, em particular no hiato cronológico que aqui interessa, os estudos, sintomáticos do alcance das fontes coevas, não são abundantes, menos ainda quando a urbanística é o foco da análise. De forma sucinta, Gaspar Correia (c.1550-1563) e frei Paulo da Trindade (1630-1636) fornecem dados relevantes para a construção crítica do processo histórico e aproximação a particularidades de

---

<sup>1</sup> Indian National Trust for Arts and Cultural Heritage, [www.intach.org](http://www.intach.org).

componentes urbanas, cujas compilações de documentação reunidas por Silva Rego (1947-1959) e Teodoro de Matos (2000) complementam. Salvo raras exceções, o processo e estrutura urbanas não são os assuntos em discussão, aparecendo um ou outro dado de forma esporádica, relativo a secções temporais não contínuas, e muitas vezes subentendido. Só com o relatório de António Bocarro e Pedro Barreto de Resende chegamos a um conhecimento mais próximo da forma urbana. No entanto, o relatório peca pela inconsistência das informações que apresenta e, principalmente, por incluir uma representação que diverge das outras duas únicas plantas que desenham a cidade em datas mais próximas daquelas que nos ocupam, embora posteriores: uma planta que, de uma maneira geral, se considera ter sido um levantamento elaborado pelos dirigentes franceses entre 1672 e 1674, quando se instalaram no local; a outra, com escala,<sup>2</sup> e datada de 1674, incluída na recensão de viagem do ministro da Companhia das Índias Orientais holandesa, François Valentyn (1724-1726, V: 12).

A esta escassez de dados e ilustrações, as *Mémoires* de François Martin (1665-1696) e a narrativa de viagem de Abbé Carré (1666-1674), que respeitam uma fase em que a cidade não está sob domínio português, são duas fontes que fornecem referências e detalhes indispensáveis para o teste e apuramento de resultados.

No quadrante da historiografia mais recente, apesar de poucos, os estudos têm vindo a contribuir significativamente para o conhecimento e caracterização da cidade, principalmente no que toca aos equipamentos do programa urbano e a arquitetura militar, propostas da forma urbana e procedimentos da urbanização. As contribuições de

---

<sup>2</sup> A planta está desenhada com uma escala de *Rijlandsen roede*, ou seja 1:3,76 metros, de acordo com os resultados listados na página em linha do *Meertens Institute, Research and documentation of Dutch language and culture*, [www.meertens.knaw.nl](http://www.meertens.knaw.nl).

cada um, ficarão claras no corpo do texto que se segue, mas, importa desde já, destacar os estudos do historiador Pedro Dias (2009a), do arquiteto Walter Rossa (in Mattoso e Rossa, 2010: 386-390) e, o mais recente e atualizado, do arquiteto José Silva (2014). Os últimos dois, principalmente, por serem precursores na apresentação de propostas da forma urbana. Conquanto os resultados concluídos sejam diferentes e não encerram o paradigma da forma ou da urbanística, foram dois orientadores da investigação que levamos a cabo, já que demonstram que, do ponto de vista morfológico, São Tomé de Meliapor tem impresso no cadastro muitas das marcas que resultaram da ação urbanizadora portuguesa sobre o espaço. É, no essencial, a este tecido urbanizado e às marcas que ficaram, que regressamos neste capítulo.

#### ***4.2. localização e contexto geopolítico***

São Tomé de Meliapor (*Santhome, Santhome of Mylapore*) é atualmente um bairro de carácter residencial e de serviços com uma importante espessura cultural, em parte, devedora da impressão histórica do lugar associado à religiosidade, da metrópole indiana do estado de *Tamil Nadu, Chennai* (antiga *Madras* ou *Madrasta*), situado na fachada oriental do subcontinente indiano.

A densa urbanização e processos de assoreamento da área metropolitana onde o bairro está inserido torna-o menos óbvio mas, quando ocorreu o estabelecimento dos portugueses, entre 1517 e 1662, São Tomé de Meliapor estava implantada numa zona de costa baixa e plana “como uma palma da mão” (Bocarro e Resende, 1635: fl. 144v), limitada a sul pela planície aluvial do rio *Adyar*, que ainda hoje é uma marca natural do território perfeitamente identificável em qualquer levantamento topográfico ou vista

São Tomé de Meliapor, Tamil Nadu, Índia

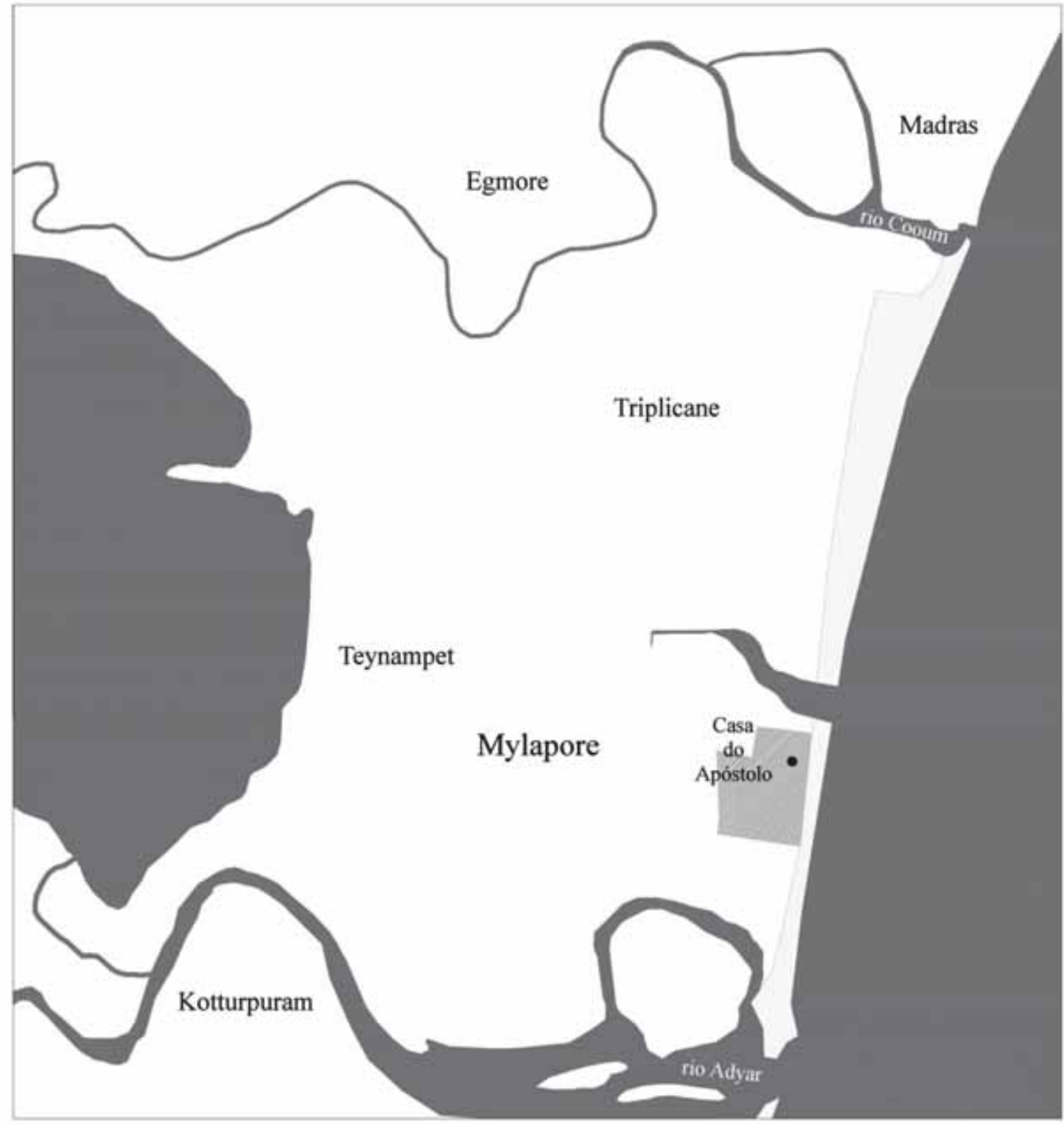
aérea; a oeste por uma vasta lagoa provavelmente decorrente de afluentes do *Adyar* e do rio *Cooum* (*Koovam*) situado a cerca de 3,5 quilómetros para norte, que a urbanização a oeste da *Anna Salai Road* (antes *St. Thomas Mount Road*) suplantou; a norte por um curso de água perpendicular à costa, cujo recorte e aluvião se leem na *Karaneeswarar Pagoda Street* e, tal como a lagoa, está bem vincado no *Plan of the Town of Madras and its limits, as surveyed in 1822...*, levantado pelo engenheiro civil britânico W. Ravenshaw, à guarda da Bibliothèque National de France (Paris: BnF, Cartes et plans, GE C-9293). Todos estes dados permitem-nos confrontar as particularidades do lugar que, de uma maneira mais figurativa que realista, a iconografia mais próxima à época que analisamos nos fornece e, assim, desenharmos uma proposta de inserção topográfica.



São Tomé de Meliapor. António Bocarro e Pedro Barreto de Resende, *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, 1635. Biblioteca Pública de Évora, Códice CXV/2-1.  
Plano e Perspectiva da Cidade de S. Tomé de Meliapor, e seus domínios, tomada pelos ingleses um Outubro de 1749 a Coroa de Portugal, c. 1768. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Gav. III, nº 22.

# SÃO TOMÉ DE MELIAPOR

PROPOSTA TOPO-MORFOLÓGICA DE MYLAPORE (OCUPAÇÃO PRÉ-PORTUGUESA)



■ Área aproximada da implantação portuguesa





A pertinente desconstrução do topónimo por Paolo Aranha (2011: 67), que chama a atenção para uma denominação composta, põe em evidência uma particularidade de São Tomé de Meliapor tão real quanto simbólica. Real, no sentido em que declara que a localidade foi, como continua a ser, uma componente urbana de uma outra entidade urbana: *Mylapore (Meliapor, Mayilāppūr)*. Simbólica, porque o nome agrega o mito que lhe deu origem: a passagem e estabelecimento do apóstolo São Tomé no lugar, que culminou na sua morte e sepulto na capela, ou Casa do Apóstolo como muitas vezes aparece designada nas fontes, que ali construiu sobreposta ao pagode de *Kapaleeshwarar*<sup>3</sup> (*Sri Kapāliswara*), para alicerce da comunidade de cristãos nestorianos que vinha a compor desde a fundação da primitiva igreja nos arredores de Cranganor, no Malabar (Srinivasachari, 1939).

O contexto e as características da Casa do Apóstolo que os portugueses ali encontraram estão detalhadas numa carta/relatório de julho de 1517 (Rego, 1947-1959, I: 296-299) e nas *Lendas da Índia* de Gaspar Correia, que terá tido acesso a esta carta (Correia, c.1550-1563, II, II: 722-725). De todo o conteúdo, importa referir a extraordinária (talvez muito exagerada) alteração do território que dá conta, e que terá ocorrido entre as datas da implantação do templo e da chegada dos portugueses ao local. Segundo o autor da carta, a movimentação das marés e aluviões do rio *Adyar* contribuíram para que a linha de costa tenha recuado cerca de 12 léguas (cerca de 60 quilómetros) para o interior, o que, em consequência, encurtou significativamente a distância entre a cerca

---

<sup>3</sup> De acordo com Sharam (2010), e a própria página em linha do templo (<http://www.mylaikapaleeswarar.tnhrcce.in/>), *Kapaleeshwarar* foi construído no século VII durante a administração *pallava*. O templo substituído, edificado em pleno século XVI pelo império de *Vijayanagar* e que permanece na malha urbana atual, ocupa, no entanto, um lugar mais interior à malha urbana que a estrutura original implantada junto à linha da praia. As suas características formais, nomeadamente a orientação no terreno sujeita às regras de *Agama Shastra*, evidenciam que é uma construção em substituição de outra (Sharam, 2010: 50). No interior, conserva-se esculpida a história que terá dado origem ao nome de *Mylapore*, associada com a adoração da deusa *Pārvati* a *Shiva* na aparência de um pavão (Srinivasachari, 1939: 68).

São Tomé de Meliapor, Tamil Nadu, Índia

que rodeava o templo e a beira-mar para “um tiro de malhão” (Rego, 1947-1959, I: 296-297).

Sobre o espaço onde os portugueses encontraram o templo, que mais não era que uma pálida e derruída imagem do que foi, o padre Belchior Nunes, numa carta de 20 de janeiro de 1567, dá um panorama geral: “antiguamente huma mui grande cidade, a qual esta agora cuberta do mar, e ainda agora os pescadores chamão os paços do mar, aonde vão pescar, a huma casa de el-rei e outro paso de el-rei e outros nomes que lhe ficarão do tempo antigo” (Rego, 1947-1959, X: 194).

É sobre a antiga cidade-portuária de *Mylapore*, que as fontes dão conta envolta de um misticismo que parece sobrelevar-se sobre a reconhecida importância comercial que teve na Costa do Coromandel desde século IV,<sup>4</sup> à qual a presença portuguesa sobrepôs São Tomé de Meliapor, reutilizando numa fase inicial os despojos “de tijolo quebrado que achavam debaixo da terra” (Correia, c.1550-1563, II, II: 789). Superposição, tanto material quanto alegórica, que está bem patente numa frase de frei Paulo da Trindade: “se veio a fazer uma formosa cidade como hoje está com muitos e formosos edifícios, a que puseram nome Santo Tomé (...) ficando sepultado o antigo Meliapor” (Trindade, 1630-1636, III: 292), e cujo processo tem sido visto pela historiografia de temperamento mais patriótico, o renascer do pavão em fénix (Rego, 1949, I: 432).

A sucessão de infortúnios que a cidade sofreu após a morte (ou assassínio) do apóstolo, reverteu a função de *Mylapore* de porto aduaneiro a local de devoção e peregrinação religiosa. Não nos interessa explorar aqui este processo, que ultrapassa o escopo da

---

<sup>4</sup> Tanto na provisão comercial da capital dinástica *pallava*, *Kāñcīpuram*, (séc. IV- IX) (Champakalakshmi, 2010: 392), quanto na alargada teia comercial que sustentou o império Chola (séc. IX-XII), sobretudo, na ligação à costa de *Karnataka* (Champakalakshmi, 2010; Andaya; Andaya, 2001: 392; 228).



nossa investigação, mas é pertinente destacar a alteração administrativa que ocorreu na passagem da autoridade *pallava* à chola e que foi continuada pelo império hindu de *Vijayanagar* (séculos XIV- XVII). Até porque, no âmbito da análise morfológica interessa, desde o primeiro momento, perceber o modo como ocorreu a fixação.

Uma diferença significativa de *Mylapore* relativamente às cidades portuárias onde a presença portuguesa se incrustou, por exemplo, Negapatão (*Negapatam, Nagapattinam*) situado a cerca de 300 quilómetros a sul, ou Paleacate (*Pulicat*), a cerca de 60 quilómetros a norte, é o regime de administração. O estudo de Champakalakshmi sobre os paradigmas de urbanização da Índia, nomeadamente no período tâmil chola (séculos IX a XIII), mostra que durante este império *Mylapore* não integrou o sistema de “portos reais” controlados diretamente pelas autoridades ou oficiais imperiais. Ao invés, era um porto frequentado e mantido por um corpo de mercadores (Champakalakshmi, 2010: 52) que, por volta das viagens de Marco Polo e de Nicolò di Conti, no século XIII e XV, não era mais que “a small Citie whither there goeth but few Merchants” (Polo, in Penzer et al., 1937: 110), ocupada por cerca de 200 habitantes (Conti, in Penzer et al., 1937: 128).

A chegada do apóstolo ao lugar e depois a sua morte, terá contribuído para uma natureza cada vez mais desagregada da especialidade portuária e entroncada com o conceito de *bhakti*, explicado por Champakalakshmi, que tem na raiz a devoção. *Bahkti*, ou, “the act of validation through an ideology in order to achieve institutional permanence and socio-political dominance” é o denominador comum a qualquer processo de urbanização na Índia, quer se trate de cidades interiores ou cidades portuárias, de zonas urbanas ou zonas rurais, nas quais o templo é o magnete da

São Tomé de Meliapor, Tamil Nadu, Índia

urbanização (Champakalakshmi, 2010: 58). *Mylapore* inseria-se nesta condição antes da entrada do apóstolo, estando no centro do *bahkti* o pagode de *Shiva* (*Kapaleeshwarar*, ao qual foi acoplado a Casa do Apóstolo) e também o de *Vishnu* (*Tiruvallikkēni, Parthasarathy*) em *Triplicane*, à data pertencente à área de *Mylapore* (Champakalakshmi, 2010: 399). Uma vista da cidade de São Tomé de Meliapor, composta durante o primeiro bloqueio da Companhia das Índias Orientais holandesa e do exército de Golconda contra a instalação francesa, dá conta da relação territorial entre *Mylapore* e os dois pagodes hindus, em particular se a articularmos com o estudo de Srinivasachari. Segundo o autor, *Kapaleeshwarar* foi fortificado de forma a rebater as forças de Golconda que atacaram pelo lado de terra oeste à cidade (Srinivasachari, 1939: 74), pelo que o “gibão de madeira” (*houte wambuys*) legendado na vista é, no fundo, a representação do pagode.



St Tome op de kust van Coromandel. Johan Nieuhof's, *Gedenkwaardige Brasilianense Zee-en Lant- Reize....*, 1682. Amsterdam: voor de Weduve van Jacob van Meurs, op de Keizers-gracht, 106. Legenda: 1. de Stadt S.t tome; 2. Houte wambuis; 3. Franse buyten watch; 4. Pagode trivilicuri; 5. Pagger; 6. Brandt watch.

Durante o império de *Vijayanagar*, quando se deu a entrada dos portugueses na área, *Mylapore*, última morada do apóstolo e, por isso, local de veneração de cristãos nestorianos e hindus, assegurava a ligação ao centro de poder do império por uma pequena povoação de crentes e religiosos. É o que o relatório de viagem de Friar Oderic, escrito no século XIV ou XV, dá a entender: “Within a certain church of the same country [Mobar], the body of St. Thomas the apostle is interred, the very same church being full of idols; and in fifteen houses round about this church, there dwell certain priests who are Nestorians, that is to say, false, and bad Christians, and schismatics” (Oderic, in Komroff, 1928: 220).

A representação da figura imperial, terá passado depois, com a morte do brâmane e a despovoação do lugar, para as mãos de um outro dirigente religioso. Acharmos ser o “abexim” ou “gentio muyto velho (...) que se encomendára ao santo, e seruia de varrer a casa, e acender huma alampada” que o relatório da Casa do Apóstolo S. Tomé, de 1517, (Rego, 1947-1959, I: 297) e Gaspar Correia (Correia, c.1550-1563, II, II: 724) dão conta. Concorre para esta suspeita o que afirma frei Paulo da Trindade acerca do mecenato de *Vijayanagar* na manutenção do templo.<sup>5</sup>

Por toda esta sequência de sistema de representação imperial podemos pôr em hipótese se *Vijayanagar* não terá permitido a intromissão portuguesa que, no fundo, lhe ficou locatária, porque viu nela uma forma de estabelecer uma espécie de delegação dedicada não só à manutenção do templo, mas também à do *bahkti*. Até porque, curiosamente, foi o mesmo que aconteceu, num contexto obviamente muito diverso, quando o apóstolo

---

<sup>5</sup> “E os mesmos reis de Bisnaga tiveram sempre cuidado de lhe aplicarem rendas para a sua fábrika, por que lhe não faltasse cousa alguma das que havia mister para a sua reparação e mais cousas necessárias” (Trindade, 1630-1636, III: 292).

São Tomé se quis instalar no lugar. Após o milagre do tronco realizado pelo apóstolo, o poder local consentiu-lhe a instalação de uma igreja num sítio ocupado por um templo hindu, advertindo-se, porém, que a casa podia ser tomada pelo apóstolo, mas não o chão, que pertencia ao brâmane responsável pelo pagode (Trindade, 1630-1636, III: 289), o que garantiu manter intata a representatividade política e gestão do lugar, as quais se preservaram durante a regência de *Vijayanagar*.

#### ***4.3. tipo da instalação portuguesa em Mylapore***

Como referimos na introdução a este capítulo, a instalação dos portugueses, em 1517, tem sido interpretada como resultado da interferência dos *lançados* (mercadores privados e/ou desertores da esfera oficial da Coroa Portuguesa), agentes do vulgo *império sombra* ou *informal*.

Silva Rego, comparando as várias crónicas e relatos de viagem que tocam o assunto, encadeou as missões (oficiais ou não) levadas a cabo à Casa do Apóstolo entre 1507 e 1521,<sup>6</sup> que foram o ponto de partida para o processo de ocupação do espaço. É comum aceitar-se 1507 como a data de arranque para a “descoberta” do sepulcro do apóstolo. Mas o manuscrito de frei Paulo da Trindade obriga-nos a recuar esta data desafiando uma outra perspetiva sobre o processo e agentes da instalação.

Conta Trindade, que em 1505 o padre Luís Fróis rumou a *Vijayanagar* para “semear nele a semente da palavra de Deus e juntamente **visitar o santo corpo do bem-**

---

<sup>6</sup> A par da missão encarregada a quatro mercadores portugueses para irem à costa do Coromandel em 1507 averiguar possibilidades de comércio com aquela costa e atualizar as informações que chegaram os portos frequentados no Malabar sobre Malaca, estavam os homens encarregados de inquirir sobre a Casa do Apóstolo (Rego, 1949, I: 412; Correia, c.1150-1563, I, II: 739). O resultado terá chegado a Lisboa, mas em 1508, no regimento de Diogo Lopes de Sequeira, foi pedida nova inquirição (Rego, 1949, I: 412). Três outras missões seguiram-se: em 1517 (sobre a qual falaremos um pouco mais à frente); outras duas de cariz oficial em 1519 por António Lobo Falcão, João Falcão e João Moreno e em 1521 por Manuel Frias (Rego, 1949, I: 417), a qual Gaspar Correia integrou (Rego, 1949, I: 423).

**aventurado apóstolo S.to Tomé que está em a cidade de Meliapor** nas terras de Bisnaga” (Trindade, 1630-1636, III: 284, destaque nosso). Os portugueses tinham conhecimento da existência do sepulcro pelo que terão ouvido da população cristã do Malabar depois de ali aportarem em 1498, e até mesmo antes, pelos relatos de viajantes que circulavam na Europa desde o século XIV, dos quais os de Marco Polo e Nicolò di Conti são exemplos entre outros.

Todavia, ao termos em conta os teores da embaixada de Luís Fróis, que resultou no primeiro contato e estabelecimento de amizade entre o monarca português e o regente de *Vijayanagar*,<sup>7</sup> encontrar a Casa do Apóstolo não sucede como obra do acaso ou providência de Deus, antes de uma estratégia concertada que respondia diretamente a um dos objetivos da entrada dos portugueses nos mares da Ásia: a procura por cristãos e a terra do Preste João resultante da tendência de Cruzada que marcou o discurso político da Expansão nas primeiras décadas. Como bem referiu Ines Zupanov, “the presence of these ancient Christians raised a number of important questions crucial to justifying and legitimating Portuguese expansion and the “conquest” of Asia” (Zupanov, 2005: 87). Além do mais, ainda na esteira da autora, encontrar cristãos ou símbolos do cristianismo na Ásia, “allow[ed] the new arrivals to weave their own genealogical legitimization

---

<sup>7</sup> De acordo com Trindade, o regente de *Vijayanagar* partilhava com os portugueses da mesma antipatia pelo quadrante árabe instalado na Índia. O teor das cartas que enviou a Francisco de Almeida (achando ser D. Manuel I) em resposta à embaixada de Luís Fróis, não só reiterou o acordo de amizade assente num auxílio comercial e também militar, como permitiu aos portugueses instalarem fortalezas na costa do Canará. Trâmites que anos mais tarde terão levado Afonso de Albuquerque a equacionar uma confederação com *Vijayanagar* a fim de destituir o Samorim de Calecute. Trindade fala ainda que se deve a *Vijayanagar* a conquista de Goa pelos portugueses, explicando que “foram [eles] os que informaram Afonso de Albuquerque desta cidade e lhe mostraram de quanta importância seria para os portugueses terem-na conquistada, e muitos deles o vieram acompanhar para esta empresa sendo o principal deles Timoja (...), cujos conselhos foram poderosos para divertir a Afonso de Albuquerque do caminho que queria fazer para Ormuz e persuadi-lo a que fosse tomar Goa, como o fez”. Aliás, para Trindade, já no tempo do vice-reinado de Diogo Lopes de Sequeira, quando a armada rumou a Diu e Ormuz e o Idalcão desceu das serranias para reconquistar Goa, foi o rei de *Vijayanagar*, quem desbaratou o Idalcão junto das cidades de Rachol e Biligão (Salcete) e terras de Balagate, acabando por entregar ao capitão de Goa, Rui de Melo, as tanadarias e terras que constituíram as *Velhas Conquistas* (Trindade, 1630-1636, III: 285-287).

with the strands of a founding myth and, by concealing the geographical and cultural discontinuities behind a spiritual continuity, to inscribe themselves in Indian space” (Zupanov, 2005: 88). *Mylapore*, era portanto o ponto lógico para onde as andanças dos nautas portugueses deviam confluir na constituição de uma geografia do sagrado (como diria a própria Zupanov) intimamente ligada e apologética do fenómeno da Expansão.

A tese de Zupanov, que vê no apóstolo e nas marcas e relíquias que deixou no território um dínamo e, em simultâneo, um conceito operativo, permite-nos detetar diferentes padrões de utilização ideológica, que a autora apontou ser o ponto de divergência entre os agentes da esfera oficial e aquela não oficial,<sup>8</sup> abrindo-nos, no rasto, um argumento para uma outra leitura da história, que o discurso de Paulo da Trindade nos deu a entender.

Voltando ao que elencou Silva Rego, só em 1517 surgiram novas notícias sobre a Casa do Apóstolo e se iniciou o processo de instalação dos portugueses, tendo à cabeça os *lançados*. Supomos que este lado da história desvaloriza uma quota-parte da intervenção de agentes régios, e admitimos que a viagem de 1517 pode ter-se tratado de uma missão oficial simulada, mas dirigida, à semelhança do que aconteceu em 1507. Silva Rego levanta um pouco o véu a esta hipótese quando coloca a missão de 1517 no capítulo “primeiras inquirições”, distinguindo-a do capítulo “primeiro conhecimento referente ao túmulo de S. Tomé” onde abordou as missões anteriores. E também Inês

---

<sup>8</sup> De acordo com Zupanov, foram dois os conceitos concebidos para São Tomé de Meliapor. Um que diz respeito à visão dos agentes oficiais sob a autoridade do vice-reinado de Goa, que a consideravam um centro de peregrinação essencial para a constituição de uma geografia sagrada dentro da geografia do império. O outro, relativo à visão dos mercadores autónomos à Coroa Portuguesa que se estabeleceram no lugar e, para quem, a povoação era um enclave, ou, como diz, “a refuge removed from the world, a lay “monastery”, administered by a secluded community” (Zupanov, 2005: 96). Este duplo arbítrio foi o motivo que opôs ambas as facções até pelo menos 1560, criando uma série de tensões, e, em boa verdade, nunca foi plenamente resolvido.

Zupanov vê na missão de 1517 “the first official discovery”<sup>9</sup> (Zupanov, 2005: 94). Soma-se a isto, o facto de, no conjunto de mercadores privados<sup>10</sup> que lideraram a jornada em 1517 que de Malaca chegou a Paleacate, e por mercadores arménios (com os quais alguns autores dizem ter viajado) terão obtido informações sobre a Casa do Apóstolo, se incluir Manuel Gomes, juntamente com João Ferraz, dito “criado do mestre de Santiago” (Rego, 1947-1959, I: 296). Ora se João Ferraz foi um cavaleiro ou militar que estava ou tinha estado ao serviço da Coroa Portuguesa, Manuel Gomes, que se apresenta como “criado de Dom Pedro de Castel Branco” (Rego, 1947-1959, I: 298) foi, nem mais nem menos, que o autor do relatório que chegou a Lisboa, para dar conta a D. Manuel I do que ali se viu e passou.<sup>11</sup>

O que retiramos da identificação dos agentes e da análise da maneira como se atuou, leva-nos a assumir que São Tomé de Meliapor é um caso urbano que decorreu, sim, da presença *informal*, mas não necessariamente desligado ou à laia da esfera oficial do império português.

A entrada de agentes autónomos de um poder monárquico comparável com o de *Vijayanagar* e com uma locução virada à refundação de *Mylapore* como cidade

---

<sup>9</sup> Importa chamar a atenção que, para Zupanov, esta missão não se tratou da primeira realizada em 1517 por um pequeno grupo de mercadores portugueses vindos de Malaca, mas de outra realizada no mesmo ano (Zupanov, 2005: 94).

<sup>10</sup> João Ferraz, Álvaro Ruiz, Diogo e Gil Fernandes e António Neto (Rego, 1947-1959, I: 296). Deve ressaltar-se, no entanto, que os intervenientes desta missão alteram-se consoante o historiador ou cronista. A título de exemplo, Correia e Trindade falam apenas de Diogo e Bastião Fernandes (Correia, c.1550-1563, II, II: 722; Trindade, 1630-1636, III: 291).

<sup>11</sup> Para Trindade um primeiro relatório foi feito por Diogo e Bastião Fernandes, que depois de partirem para Malaca e daí para Goa, o entregaram ao governador Diogo Lopes de Sequeira. Estes apontamentos terão sido entregues ao vice-rei sucessor, Duarte de Menezes, e, depois, a Manuel de Frias, nomeado feitor da Costa do Coromandel, o qual terá inspecionado em pessoa o lugar, elaborando, de novo, um outro levantamento (Trindade, 1630-1636, III: 291). Não temos dados que confirmem que Manuel Frias tivesse estado em *Mylapore* antes de 1521-1523, como veremos mais à frente no texto. Por esta razão, caso Trindade se refira a esta missão, Frias não foi o autor do relatório, mas sim Gaspar Correia.

São Tomé de Meliapor, Tamil Nadu, Índia

sepulcro do apóstolo que, aliás, João de Barros frisou anos mais tarde,<sup>12</sup> não exigiu uma significativa alteração administrativa ou simbólica aos moldes pelos quais *Vijayanagar* exercia a sua autoridade. Por esta razão, admitimos que tenha sido mais fácil permitir a instalação e o desenvolvimento de uma colónia com natureza autónoma e arrendatária, que uma povoação-portuária arreigada a um poder imperial.

Até que ponto a Coroa Portuguesa ou os seus delegados em Goa estavam cientes de todas estas condições e foi este o fundamento pelo qual relegaram nas mãos de particulares o desenvolvimento da instalação é um assunto que tem de ficar em aberto, mas deixamos aqui a nossa opinião. Porque, numa leitura político-comercial que olha a vantagem para o quadrante da Coroa Portuguesa, esta mantinha um acordo de amizade com o poder local que interessava preservar e, do ponto de vista comercial, Paleacate resolvia a questão, uma vez que era melhor porto que *Mylapore* (Subrahmanyam, 1990: 67).

Os agentes do domínio *informal*, que estudos atualizados têm vindo a demonstrar ser os precursores de uma geografia complementar à do Estado da Índia, foram um instrumento que, para o caso de *Mylapore*, enquadravam melhor os objectivos das duas autoridades: a interna, *Vijayanagar*, e a externa, a Coroa Portuguesa. No que respeita ao caso da última, foi a perseverança dos *lançados* que prorrogou a influência portuguesa adiante da data que marcou o início do abandono de postos portugueses na Ásia (1663), ajustando São Tomé de Meliapor às variações dos tempos e das políticas, de “reliquary town” a “portuguese relic”, como a designou Zupanov (2005) e, finalmente, “renascent

---

<sup>12</sup> “Meliapor, a que os nossos ora chamam S. Thomé, huma antiga Cidade, que eles tem renovado com magnificas casas de sua morada (...); assim por a terra ser mui abastada, e de grão tracto, como principalmente por renovar a memoria do Apóstolo” (Barros, 1552-1615, I: 343).



town”, como veio a concluir Paolo Aranha (2011). Ainda que numa fase posterior, entre 1687 a 1749, tenha sobrevivido num princípio mais simbólico que concreto, o seu teor muita tinta faz correr no prelo académico contemporâneo, nem sempre para defesa de uma boa reputação.<sup>13</sup> Todas as teses têm, no entanto, um traço transversal: assumem o começo da imposição do novo modelo de influência portuguesa (urbano, cultural e sociológico), o momento em que a reabilitação da Casa do Apóstolo, em 1523, se impôs sobre o pagode preexistente.<sup>14</sup>

#### ***4.4. a Casa de São Tomé e a primeira ocupação***

Quatro anos volvidos à “descoberta” da capela erguida pelo apóstolo São Tomé, a ocupação portuguesa agrupava-se junto da estrutura (Rossa, in Mattoso e Rossa, 2010: 386-392; Dias, 2009a, IX: 116-118; Stephen, 1998). Sem qualquer teor documental que nos informe sobre a composição e organização desta primeira fase de ocupação, a inclusão da Casa do Apóstolo nos percursos festivos da comunidade hindu autóctone de subsistência piscatória que ficava vizinha à instalação portuguesa, que as fontes atestam

---

<sup>13</sup> Da parte da academia científica estrangeira, a interferência da presença portuguesa é, até à data, um assunto cuja discussão se mantém acesa, e tem uma raiz bem mais profunda, no teor e na cronologia, desconstruindo a infalibilidade de S. Tomé na Índia. As discussões, que têm uma vasta historiografia de base iniciada desde o século XIX, passam por submeter as fontes e interpretações europeístas a novas perspectivas e cotejo como novos dados de forma a analisar também o impacto que a história que se criou em volta desta entrada do apóstolo teve na própria história (sociológica e religiosa) do subcontinente indiano. Há autores que consideram que os portugueses não foram inocentes quanto à história do Apóstolo e, muito menos quanto ao torná-la a seu favor. Que a procura pelo túmulo não foi uma mera coincidência ou providência de Deus, mas um usufruto dos escritos de Marco Polo e as “reedições” (não tão próximas do original como se advoga) do *Acts of Saint Thomas* que circulavam pela Europa no século XIV. Nesta perspectiva, S. Tomé foi um pivot para justificar a presença portuguesa em Meliapor, que nada de bom trouxe à vila hindu preexistente, aos cristãos nestorianos indianos, à história do catolicismo e hinduísmo na Índia, bem como para a própria História da Índia, já que pôs em cheque a verdadeira essência da nacionalidade hindu do país (Sharam, 2010). Por outro lado, há também autores que discutem estas teses de temperamento anticatólico e por oposição à versão católica (Nagy, 2014).

<sup>14</sup> Há várias conclusões sobre este assunto. Quem defenda que o pagode em 1517 não era mais que uma ruína devido à erosão provocada pelo passar do tempo e das correntes marítimas, ou que foi concedido aos portugueses demolir o pagode sob compensação de o reedificar num outro lugar (*apud* Nagy, 2014: 118-120). Por outro lado, Srinivasachari e Sharam são da opinião de que a igreja do apóstolo foi construída ao lado e não sobreposta ao templo hindu, o qual veio a ser paulatinamente desfeito até 1566 (Srinivasachari, 1939: 70; Sharam, 2010: 52).

São Tomé de Meliapor, Tamil Nadu, Índia

prestar veneração ao túmulo do apóstolo, é um dos dados mais úteis para podermos equacionar uma hipótese da forma e morfologia original.

Não conhecemos com detalhe as particularidades das celebrações e cortejos hindus mas, segundo Isaiah Ramalakshmi, que aflora um pouco as celebrações realizadas em *Kapaleeshwarar*, “religious activities such as processions occurred in and around the temple complex and the four *mada* (similar to “ward”) streets were the standard routes. Often the processions were extended to other destinations and temples as decreed by the ritual practices” (Ramalakshmi, 1996: 118).

Como se observa pela imagem aérea que incluímos de seguida, estas quatro ruas, que são uma infraestrutura dos templos hindus e da relação cultural, social e religiosa que a comunidade mantém com eles, são claramente visíveis e estão identificadas no entorno do templo (*N Mada Street*, *E Mada Street* e *S Mada Street*) e, segundo Ramalakshmi, foram elementos estruturadores do tecido urbano junto ao pagode.



Vista aérea do pagode *Kapaleeshwarar*. Google maps.

Se a Casa do Apóstolo ou o pagode *Kapaleeshwarar* original, fazia parte das procissões e celebrações hindus nos anos imediatos a 1521, é então possível que incluísse, também,

um circuito em volta da capela, constituindo as *madras*, que terá permanecido inalterado aquando a ocupação do espaço pelos portugueses, agindo como um elemento de estruturação urbana.

Por esta razão, a capela e as estruturas a ela associadas (cerca e *madras*), terão marcado, não só o local de fundação, mas igualmente o processo de desenvolvimento urbano.

A existência de um acidente natural a norte, como o foi o regato e o terreno aluvial na sua proximidade, constituiu um outro limite, pelo que o casario, por certo, terá tido início no lado sul da capela, dispendo-se paralelo à costa, ou ter-se-á encaixado entre a capela e o regato, aproveitando também o terreno na frente da Casa do Apóstolo, alinhando-se perpendicularmente ao eixo de uma das *madras*.

A hipótese de que o núcleo original terá ocupado esta porção do terreno tem um argumento de peso na organização da construção nos anos seguintes, mas também na possibilidade de existirem alguns eixos (caminhos) de acesso à capela.

Não temos qualquer dado que corrobore substancialmente a nossa hipótese mas, em primeiro lugar, tomamos em consideração a conclusão, algo hesitante, do arquiteto José Silva (2014: 271-273), que consente a atual *Bazaar Street* o eixo principal de atravessamento da povoação portuguesa. Embora não concordemos totalmente com esta conclusão, como explicaremos mais à frente no texto, admitimos que este eixo foi, de facto, um elemento estruturador da implantação e organização da povoação já numa primeira fase de ocupação do espaço.

Este é um troço que na *Plan of the town of Madras and its limits...*, de 1822, tem a dimensão de uma via principal e desempenha a ligação entre *Mylapore*, *Triplicane* e

São Tomé de Meliapor, Tamil Nadu, Índia

*Fort San George em Madras e, na malha contemporânea, equivale à extensão formada pela Bazaar Road, pela PV Koil Street e a Dr. Natesen Road.*

Não obstante os 300 anos que separam a planta da data de fundação do núcleo original, é possível assumirmos que se tenha tratado de uma ligação territorial antiga entre o templo de *Shiva* em *Mylapore* e o templo de *Vishnu* em *Triplicane*, possivelmente parte integrante de uma das vias territoriais principais de ligação da costa ao interior, atravessando *Tirupati*, *Chandragiri*, *Udayagiri* e *Penugonda até Vijayanagar* (Stephen, 1998: 251).

Em segundo lugar, equacionamos também a existência de um segundo acesso, talvez mais próximo ao tipo de um caminho que propriamente a um eixo territorial, que partia do eixo que falámos atrás e, perpendicular ao recorte do terreno aluvial do ribeiro, descia à zona da capela.



Plan of the Town of Madras and its limits, as surveyed in 1822 for the use of the Justices in Sessions. W. Ravenshaw, 1822 (detalhe). Paris: Bibliothèque National de France, departamento Cartes et plans, GE C-9293. Marcação dos acessos à Casa do Apóstolo a preto.

Será no renque paralelo à praia onde desembocam estes acessos junto da Casa do Apóstolo, que terá origem a ocupação portuguesa, por iniciativa individual e fora do

jugo da Coroa, cuja participação só teve início com a reedificação da capela, levada a cabo durante o vice-reinado de Duarte de Meneses.<sup>15</sup>

Sobre esta obra, a cargo do capitão e feitor do Coromandel, Manuel Frias,<sup>16</sup> do padre António Gil, de Vicente Fernandes, que foi munido com uns apontamentos do que se devia de executar, e o próprio Gaspar Correia, que tirou nota de tudo o que se passou, sabemos que se procedeu apenas à construção de um muro de suporte feito em tijolo que ali encontraram, argamassado por cal de casca de marisco e terra, erguido na fachada contígua à capela, e outras pequenas operações com vista a evitar o colapso da estrutura (Correia, c.1550-1563, II, II: 725-726; Andrada, 1613, I: fl. 33v).

Como concluiu José Silva, a direção desta intervenção comprova uma participação direta da autoridade real, representada em Manuel Gomes, e também o “conhecimento e capacidade técnica [de Vicente Fernandes] que traçou o fundamental da intervenção a realizar” (Silva, 2014: 264). Acrescentamos o pragmatismo, uma vez que, não obstante as diretivas do projeto terem sido concertadas em Lisboa ou Goa, Vicente Fernandes e os restantes intervenientes adaptaram-nas no e ao local, precedendo à traça uma avaliação do preexistente, “hum pedaço afastados da casa, (...) vendo todas as cousas, e capellas” (Correia, c.1550-1563, II, II: 726). Também, verificando que operação não foi mais que um paliativo, revela a competência resoluta em abandonar-se um projeto e traça quando situações excepcionais acontecem, como foi a descoberta da ossada do rei convertido pelo apóstolo.

---

<sup>15</sup> Rego coloca-a em 1523 (1949, I: 419), Gaspar Correia em 1521 (c.1550-1563, II, II: 726) e Francisco de Andrada em 1522 (1613, I: fl. 31v).

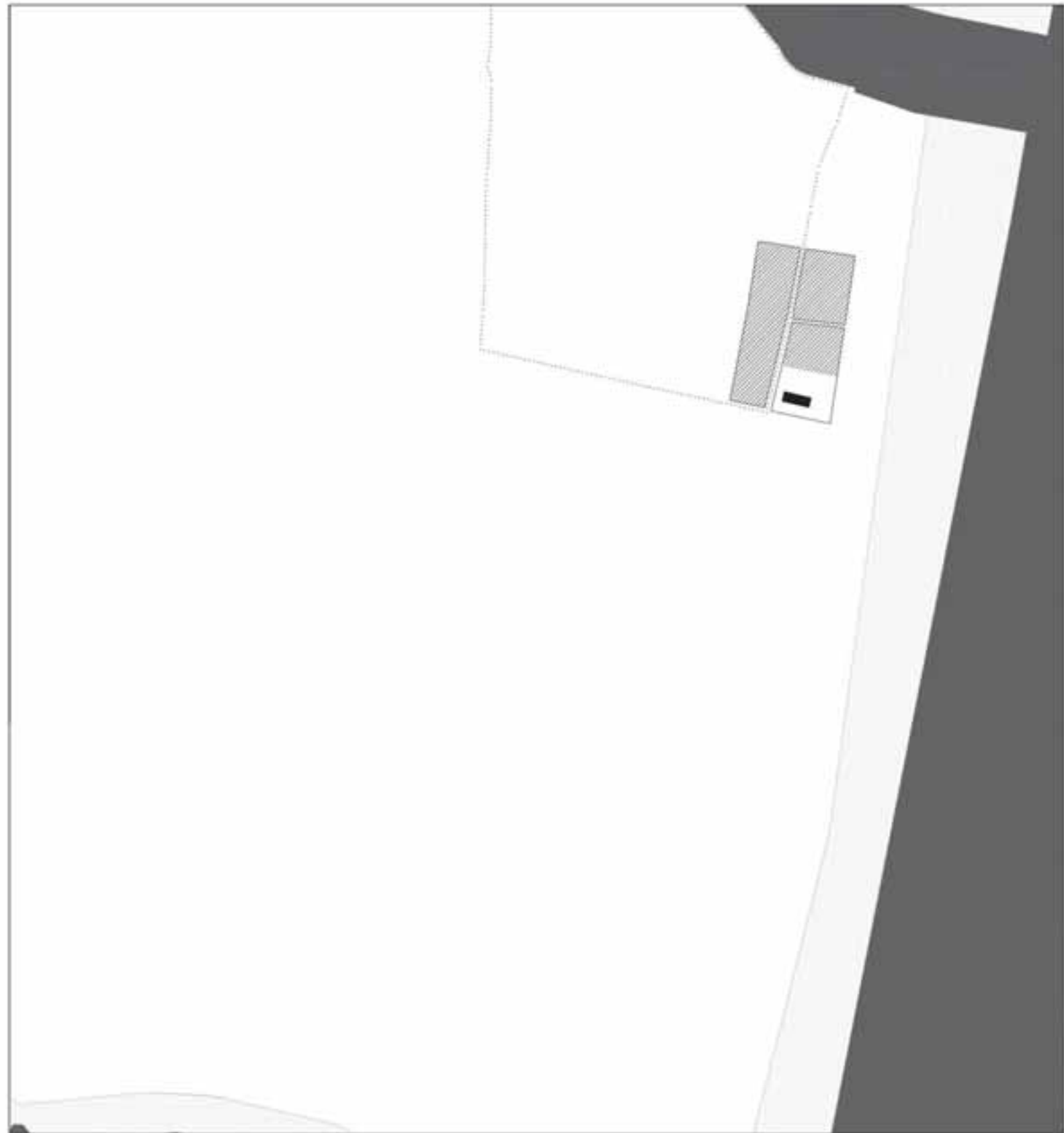
<sup>16</sup> Segundo Andrada, também enviado ao Coromandel para regulamentar os mercadores portugueses que habitavam ou comerciavam por aquelas bandas e o fluxo mercantil de naus estrangeiras mediante a entrega de cartazes (Andrada, 1613, I: fl. 31v).




São Tomé de Meliapor, Tamil Nadu, Índia

Esta armação de suporte foi demolida em 1524 pelos mesmos homens que a construíram, seguindo-se a construção de uma nova estrutura semelhante à capela original, com exceção para o comprimento, avaliado pequeno, o que anos mais tarde se veio a confirmar, sendo necessário acrescentar um alpendre na frontaria, de dimensão similar ao corpo da igreja. Anexas à fachada fronteira do templo construiu-se no lado esquerdo uma capela para a pia baptismal e, do lado oposto, uma torre sineira cerca de duas vezes mais alta que a altura do templo, que agiu como ponto de vigia. Sobre a porta principal foi aberta uma janela à altura do piso do coro protegida por uma guarita superior com seteiras. Uma cerca que terá seguido os limites da anterior, encerrava o santuário, ficando no seu interior uma zona de cemitério (Correia, c.1550-1563, II, II: 787; Andrada, 1613, I: 54-54v).

# SÃO TOMÉ DE MELIAPOR

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1517-1524



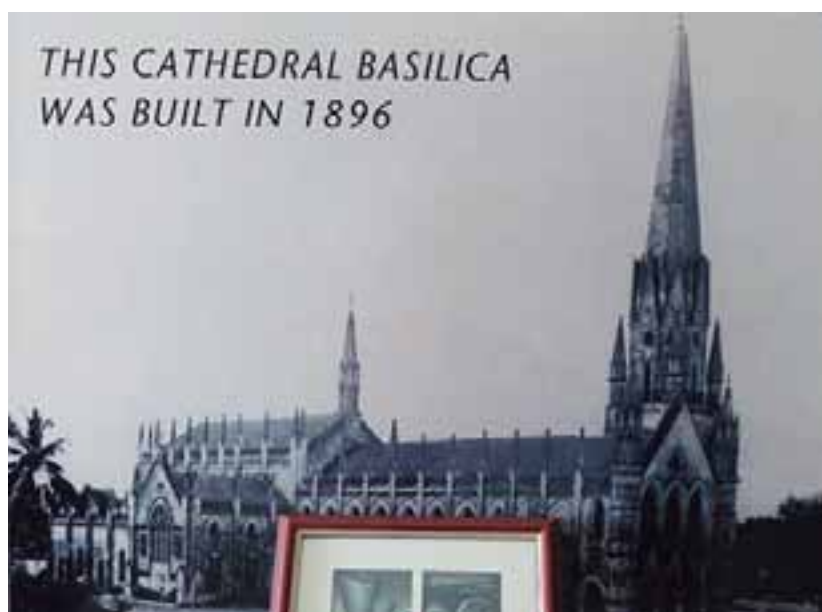
-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Casa do Apóstolo
-  Traçado das estradas de acesso à Casa do Apóstolo







A Basílica de São Tomé que hoje encontramos no local não corresponde ao templo que atrás demos conta. O primeiro edifício foi acrescentado em 1606 e conhecemos a sua configuração final por uma pintura em exposição numa exibição junto à basílica.<sup>17</sup> Foi demolido em 1892 e deu lugar a uma nova construção em 1896, esta sim, a da Basílica neogótica (Sharam, 2010: 52). Incluímos aqui as duas fotografias que tirámos às reproduções.



<sup>17</sup> Também disponível no sítio em linha da basílica, [www.thesanthomechurch.com](http://www.thesanthomechurch.com).

O que para nós é o mais interessante no percurso das empreitadas, além da obra em si, é a ação intervencionada a mando da Coroa Portuguesa, que reflete uma tentativa de exercer um certo controlo sobre o magnete religioso que, à data, estava sujeito a uma comunidade que não respondia à casa real portuguesa.

Regressando ao que foi construído em 1524, facilmente concluímos que o papel da igreja não se resumiu ao de templo de veneração, nem ao plano projetado em Lisboa ou Goa, como se argumenta pelo remate ameaçado da igreja que teceu comentários negativos do Padre Penteado,<sup>18</sup> nomeado para capelão da Casa do Apóstolo por D. João III em 1525.

De acordo com Silva Rego, Penteado não concordou com “a forma que os portugueses haviam dado e queriam dar à igreja e construções vizinhas, parecendo-se mais com uma fortaleza do que com uma igreja, fugindo assim ao plano que se tinha originalmente traçado” (Rego, 1949, I: 428). Obras que tentou alterar quando regressou ao reino, reunindo um conjunto de oficiais para o efeito, mas que nunca chegaram a ser executadas (Rego, 1949, I: 428).

A igreja de S. Tomé assumia-se, assim, como o dínamo e o último reduto da povoação em caso de assédio, afastando-a da tipologia de “monastic settlement” que Love (1913: 291) e Srinivasachari (1939: 71) atribuem à fase inicial da instalação portuguesa.

---

<sup>18</sup> Transcrevemos o parágrafo relativo a este assunto incluído na carta que o Padre Álvaro Penteado escreveu ao Cardeal D. Afonso: “Sabera que, querendo husar do que Elrey voso irmão mandou, que era fazer o que voso padre [D. Manuel I] que samta gloria aja tinha mandado, a saber, que fizesse a casa do apostolo Sam Tome como mosteiro omeens dessejosos de fugir das armadas e estar em aquela terra tratando me impedirão, dizemdo que eles a queriam fazer ha sua custa, e em a fazerem, como era mandado, fizeram fortaleza pera se defenderem, pelo qual nom sera muito ho senhor da terra acudir a derriba la” (Rego, 1947-1959, II: 357-358).

Foram estes dados acerca do desvio da obra que Penteado fez chegar a Dom João III, a razão para o monarca requerer no início do ano de 1530 uma nova inquirição à Casa do Apóstolo com vista a averiguar a sua veracidade, tendo o vice-rei encarregado o capitão do Coromandel, Ambrósio do Rego (Rego, 1949, I: 429) de executá-la, entregando-lhe uns apontamentos emitidos pelo rei, que, supomos, se tratam daqueles escritos por Gaspar Correia e entregues pela missão anterior. Porém, a busca pelo proveito pessoal afastou o capitão da tarefa, delegando-a a Miguel Ferreira, um cavaleiro e militar tido como homem de crédito<sup>19</sup> (Correia, c.1550-1563, III, II: 419), que acompanhou Albuquerque em algumas missões e assistiu na derrota dos *mappilas* de Calecute no Mar de Ceilão em 1539 (Flores, 1998: 35; 173-174), e que, por esta altura, era ele mesmo um *casado* de São Tomé de Meliapor, oscilando entre os círculos oficial e não oficial.

É esta inquirição que se assegura ter sido efetuada junto de pessoas locais e com conhecimento sobre os factos, treze, segundo o cronista, cujo número mostra a equidade que nestes casos se deve ter (Correia, c.1550-1563, III, II: 423), que transmite a história da chegada de São Tomé a *Mylapore* e o que sucedeu até ter sido obtida a autorização para erguer a capela. História que Correia diz ter visto esculpida ou pintada no pagode de *Camjauerão*, situado a vinte léguas de Meliapor (Correia, c.1550-1563, III, II: 424).

Os contornos desta inquirição deixam perceber uma estratégia energética da Coroa Portuguesa em chamar a si a superintendência de tudo quanto tinha que ver com o

---

<sup>19</sup> Couto descreveu Miguel Ferreira, falecido em 1548 (Flores, 1998: 194) com um homem : “grande de corpo, secco, enxuto, bem assombrado, grande Cavalleiro, e ardiloso na guerra. Nunca foi casado, teve alguns filhos naturaes; aposentou-se naquella Cidade, onde sempre foi rico, e honrado, e onde morreo. Dalli acudia com muita presteza ao serviço d’ElRey, e era chamado dos Governadores pera grandes necessidades” (Couto, 1595, V, I: 477). Silva Rego julga que Ferreira foi o primeiro capitão da povoação (Rego, 1949, I: 433). Ainda sobre Miguel Ferreira, veja-se Subrahmanyam, 1990: 68-70 e Flores, 1993.

São Tomé de Meliapor, Tamil Nadu, Índia

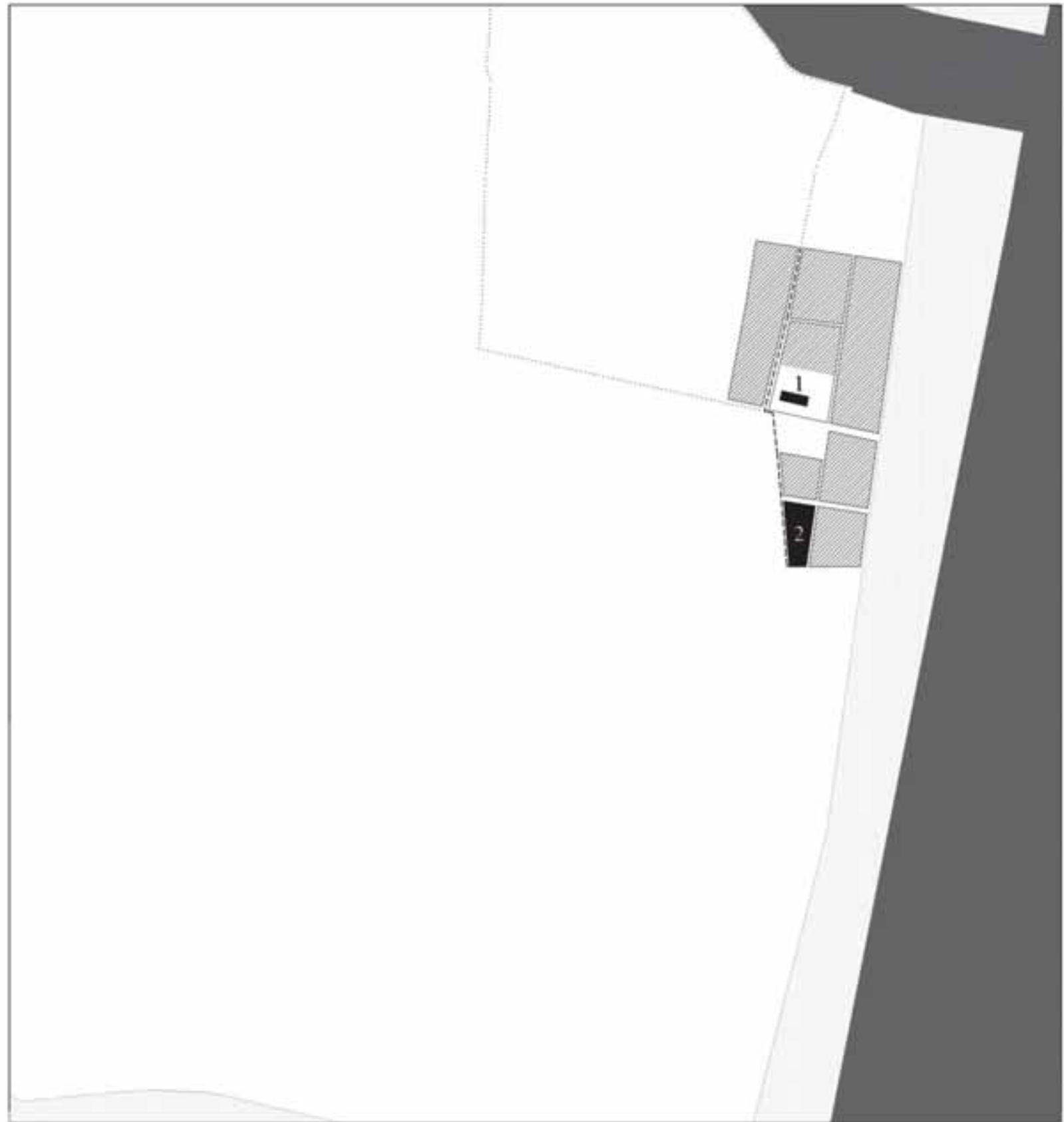
espaço do apóstolo (físico e simbólico) e, igualmente, um esforço em controlar a forte presença portuguesa que se avolumava na povoação. O arquiteto José Silva, refletindo sobre a quem foi atribuída, admite que a inquirição foi uma forma da autoridade real enquadrar sob a sua gestão o estabelecimento em *Mylapore*. Chega mesmo a pôr em hipótese que o grupo enviado para a reedificação da capela do Apóstolo (no início de 1520), como o próprio Miguel Ferreira, que agilizou a autorização da ocupação portuguesa junto de *Vijayanagar*, terão tido uma relevante participação “no primeiro traçado urbano, [e] na definição dos primeiros talhões” (Silva, 2014: 264) de loteamento.





Há que ter em conta que o inquérito surge justamente no momento em que São Tomé de Meliapor começava a ganhar a forma de uma “muyta pouoação de portugueses e alguns casados” (Correia, c.1550-1563, III, III: 424) com “casas de diversos andares em pedra e cal”, maioritariamente habitada por militares de mérito e soldados que “despois de cansados dos trabalhos da Guerra, fizeram nella assento de vivenda” (*Livro das Cidades, E Fortalezas...*, 1582: 79), e por mercadores particulares desertores das guarnições de Malaca e Cochim, tidos para os portugueses ligados à ação da Coroa um corpo de homens com um estatuto mais ou menos suspeito (homiziados e traficantes).

Ainda que batendo de frente à autoridade vice-real e valendo-se de árduos equilíbrios políticos e diplomáticos realizados entre os colonos portugueses e a autoridade nominal da raia hindu de *Vijayanagar*, cerca de 1540 a povoação estava estabelecida, tanto no sentido físico, quanto no sentido de consciência que dela tinham os seus habitantes e a administração do Estado da Índia.

# SÃO TOMÉ DE MELIAPOR

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1524-1537



-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Equipamentos (1. Casa do Apóstolo; 2. Casa do Capitão)
-  Traçado do eixo viário principal
-  Traçado das estradas de acesso à Casa do Apóstolo



Escala gráfica: 1: 7 000



#### **4.5. a Casa de São Tomé e a “mui nobre sidade”**

Em 1537, numa carta que tem sido largamente citada por vários investigadores, os moradores, quase ao número de cinquenta *casados*, deram conhecimento ao monarca que a povoação em breve seria uma “mui nobre sidade” (Rego, 1947-1959, II: 249), contando já com “nobres ruas e casaryos” que em muito extrapolava a representação que Gaspar Correia tinha feito e lhe enviado três anos antes.

Esta é uma informação que provavelmente exagera na grandeza urbana com vista a vincar a posição de São Tomé de Meliapor e a dos seus moradores junto do poder central. Evidenciando-lhe que, apesar de crescer sem qualquer estrutura defensiva (cerca ou muralha), que ponderavam vir a erguer em breve, a povoação mantinha uma composição convergente e, ao que indicam, tudo quanto o necessário para poder receber a carta de foral à semelhança da de Cochim, bem como um capitão residente (Rego, 1947-1959, II: 249-255).

Mas se dúvidas houvesse da prosperidade da comunidade, a fome que deflagrou de um modo transversal à Costa do Coromandel no final da década de 1530, corrobora-o. De acordo com Correia, foram os moradores portugueses de São Tomé de Meliapor que apaziguaram a situação, disponibilizando víveres aos mais pobres e naturais da terra e enterrando os muitos mortos que caíam nas ruas. Notícia “da humanidade e esmolos que os portugueses fizeram” que chegou a *Vijayanagar*, que lhes reconheceu o gesto (Correia, c.1550-1563, IV: 131-132).

Equacionamos que este clima de amizade entre os *casados* portugueses e *Vijayanagar* não caiu bem no seio dos governantes em Goa. Como chamou a atenção Silva Rego: “Parece, porém, que depois [de 1537] qualquer coisa houve de grave na vida desta

incipiente povoação” (Rego, 1949, I: 434). O que de grave houve, é explicado por Jorge Flores e antecede os episódios que marcaram a “Viagem ao Pagode” que, a ter sido bem sucedida, implicava o corte de amizade entre a Coroa Portuguesa e *Vijayanagar*. Em 1540, numa política gizada em torno da afirmação de poder do Estado da Índia no mar de Ceilão, o vice-rei Garcia de Noronha incumbiu o capitão do Coromandel de dissolver a povoação de São Tomé de Meliapor e enviar todos os moradores para a costa ocidental da Índia. Em bom rigor, tratava-se de transferir todos aqueles homens estabelecidos na Costa do Coromandel, com vista ao Estado da Índia “eliminar as suas próprias «excrecências»” (Flores, 1998: 192).

O que lemos aqui é uma tentativa de desfazer um polo que atraía não só uma facção importante dos efetivos da Coroa estabelecidos à parte da Fazenda Real, mas igualmente a estirpe de homiziados e traficantes cuja atividade afetava negativamente as receitas do trato régio nos portos do Coromandel e Golfo de Bengala. São Tomé de Meliapor, que António Bocarro e Pedro Barreto de Resende, para anos mais tardios, confirmaram ser uma terra cuja renda de propriedades era “estremo barata” (Bocarro e Resende, 1635: fl.145), não era, por esta altura, um satélite do império, sim um rival, um “couto no Mar do Ceilão”, como diria Jorge Flores.

Neste sentido, é muito significativo que o viajante holandês Johan Nieuhofs (1682: 106) aponte para um período de reedificação da povoação em 1545. Ano em que sabemos existirem cerca de 100 moradores portugueses (Sá, 1954-1988, I: 641), é coincidente com a instalação de Francisco Xavier no lugar que ficou alojado numa casa separada da igreja de São Tomé por um quintal (Sá, 1954-1988, II: 459) e, dois anos antes, *Vijayanagar* ter feito uma “doação à sobredita // igreja dos direitos das roupas e



mantimentos que àquele porto viessem por terra, o que chamaram a renda da chapa” (Trindade, 1630-1636, III: 292).

#### ***4.6. a cidade de São Tomé de Meliapor***

A passagem da década de 1540 para 1550 é um período recheado de eventos, estimulado pela densidade e rapidez construtiva de infraestruturas, sobretudo do programa religioso, que teve um resultado palpável no urbanismo, em especial, porque se alargou em muito a área do núcleo original instalado junto à Casa do Apóstolo.

Os franciscanos chegaram em 1540 acomodando-se numa pequena casa no enfiamento de um pagode (Trindade, 1630-1636, III: 307) e que, pelo que computámos com representações mais tardias à época que nos ocupa, pomos em hipótese ter-se situado no alinhamento da rua perpendicular à beira-mar que ligava a igreja de São Tomé ao novo pagode *Kapaleeshwarar* construído por volta de meados do século XVI, que presumimos estar representado junto à construção legendada com a letra F: *Caza e Forte rezidiao os governadores Mouros no Plano e Perspectiva da Cidade de S. Tomé de Meliapor.*



Plano e Perspectiva da Cidade de S. Tomé de Meliapor, e seus domínios, tomada pelos ingleses em Outubro de 1749 a Coroa de Portugal, c. 1768. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Gav. III, nº 22.

Rua hoje coincidente com *Nadu* e *Sullivan Street* que, não existindo, se definiu também pela passagem das procissões gentias que se deslocavam à adoração a S. Tomé e a Shiva, e terá funcionado como um segundo eixo principal da povoação, além daquele que a ocupação começou a definir paralelo à linha da praia, no enfiamento da Casa do Apóstolo.

No seguimento, suspeitamos que a casa foi o tipo original que deu lugar ao conjunto conventual de S. Francisco (também *S. Tomé*), que incluía oficinas, claustro e uma horta, situado numa primeira fase relativamente afastado da ocupação fundacional. A implantação é justificada pelo próprio desígnio da ordem dos franciscanos na conversão dos naturais, que pouco depois de terem chegado à povoação “mais de 1300 infiéis e foram baptizados” (Trindade, 1630-1636, III: 308). Além do mais, a posição exterior ao tecido urbanizado, é algo transversal aos casos de Cochim, Colombo e Malaca.

Por volta de 1549 (Sá, 1954-1988, II: 576) aportaram e instalaram-se os jesuítas. Embora não tivessem começado desde logo a construção de um colégio, os padres construíram algumas infraestruturas que incluíram “huma casa sobradada com tres cubiculos, e hum corredor, e huma varanda, e seu refeitorio e despensa e serca pera horta” junto da capela de São João,<sup>20</sup> concedida pelo Bispo (Rego, 1947-1959, X: 199). A estrutura foi alterada por volta de 1581 após a passagem de Valignano, que reconheceu a pequena dimensão da igreja e a fragilidade dos dormitórios, danificados pela cedência das fundações. Nada que deva constituir surpresa, já que estava implantado junto à zona da costa, sendo o terreno arenoso e, por isso, instável. Seguiu-

---

<sup>20</sup> Não temos qualquer dado que inscreva no tempo e localização esta capela de S. João. Silva Rego menciona que há uma “capella de São João” erguida antes de 1531 (Correia, c.1550-1563, III, III: 420) sobre um anterior espaço de oração relacionado com o apóstolo. Já Love, indica “a smaller chapel, a pistol-shot away, was said to mark the grave of a native prince who had been converted to Christianity by the apostle” (Love, 1913: 288). Não são dados muito precisos, mas somos levados a pensar que se referem à mesma estrutura.

se então uma intervenção à estrutura, erguendo-se um colégio organizado em torno de várias dependências e uma enfermaria, que incluía no interior da cerca uma horta. A localização deste equipamento é difícil de confirmar, e só valendo-nos da análise da fortificação erguida em pleno século XVII podemos aventar que terá ocupado um espaço justaposto à Casa do Capitão, transpondo o topónimo para o baluarte fronteiro, assim como para aquele contíguo, o da Madre de Deus, que a partir de 1587 funcionou sobre a alçada dos jesuítas.

Mas as intervenções urbanísticas não se cingiram ao entorno da igreja de São Tomé ou às ações pias.

No Monte Pequeno, situado a quatro quilómetros sudoeste de Meliapor, junto à margem sul do rio *Adyar*, na zona de *Saidapet*, existia uma pequena capela mantida pelos naturais seguidores do apóstolo, tratando-se provavelmente daquela que Sharam data de 1555, denominada Sagrado Sacramento.<sup>21</sup> O estado de ruína levou a que os moradores com o vigário da povoação tenham voltado a erguer a capela em 1547 (Couto, 1595, VII, II: 471),

No Monte Grande, situado duas milhas para sul, mesmo no limite do que era o território pertencente a Meliapor, no promontório com a topografia mais elevada da área, Diogo Fernandes iniciou a construção de um oratório em 1523 dedicado à Madre de Deus,<sup>22</sup> suplantando as ruínas de um templo hindu que aí estaria (Trindade, 1630-1636, III: 305). Esta estrutura foi substituída em 1547 porque a anterior se arruinou umas seis ou

---

<sup>21</sup> Igreja que António de Albuquerque Coelho (que diz ser um colégio da Companhia) viu erguida, mas não em funções em 1718 (Guerreiro, 1732: 163), da qual nada hoje resta, já que foi substituída em 1971 pela igreja de Nossa Senhora da Saúde, em forma circular (Sharam, 2010: 54), quando as comemorações do 19º centenário do martírio de S. Tomé (Sharam, 2010: 127).

<sup>22</sup> Walter Rossa atribui a construção a Vicente Fernandes (Rossa, in Mattoso e Rossa, 2010: 390).

sete vezes (Couto, 1595, VII, II: 468), passando a ser denominada de Nossa Senhora da Expectação.<sup>23</sup>

O processo de reedificação do oratório tem um conjunto de dados sobre a prática de construção que importa chamar a atenção porque indica que, cerca de 55 anos mais tarde, houve uma continuidade operativa com o que identificámos na construção da *Casa da Tranqueira* em Cochim. Diz-nos frei Paulo da Trindade que,

crescendo a romagem e devoção deste santo monte e da ermida da Madre // de Deus, determinaram os moradores daquele povo fazerem outra ermida maior que aquela. E tendo juntos uns duzentos pardaus para principio da obra, a quiseram começar no ano de 1547 pelo mês de Março, sendo aí vigário Gaspar Coelho e capitão Gabriel de Ataíde. Foram-se ao monte para isso o vigário e capitão com dez ou doze homens dos mais honrados daquele povo, e determinando fazer a igreja nova ao redor da velha **lançou o mestre da obra seus cordéis e medidas**. E começando depois disto a cavar os alicerces, uma terça-feira 23 do mesmo mês de Março (Trindade, 1630-1636, III: 304, destaque nosso).

Outra igreja de financiamento privado, sobre a qual desconhecemos a data de construção, foi a igreja de Nossa Senhora do Descanso, construída pela família Medeiros.

A todas estas iniciativas embora com data bem mais precoce, junta-se a igreja de Nossa Senhora da Luz, erguida sobre as ruínas de um templo hindu (Sharam, 2010: 55), em 1516 pelo padre franciscano Pedro de Atougua,<sup>24</sup> que terá continuado na posse da Ordem pelo menos até 1595 (Trindade, 1630-1636, III: 310).

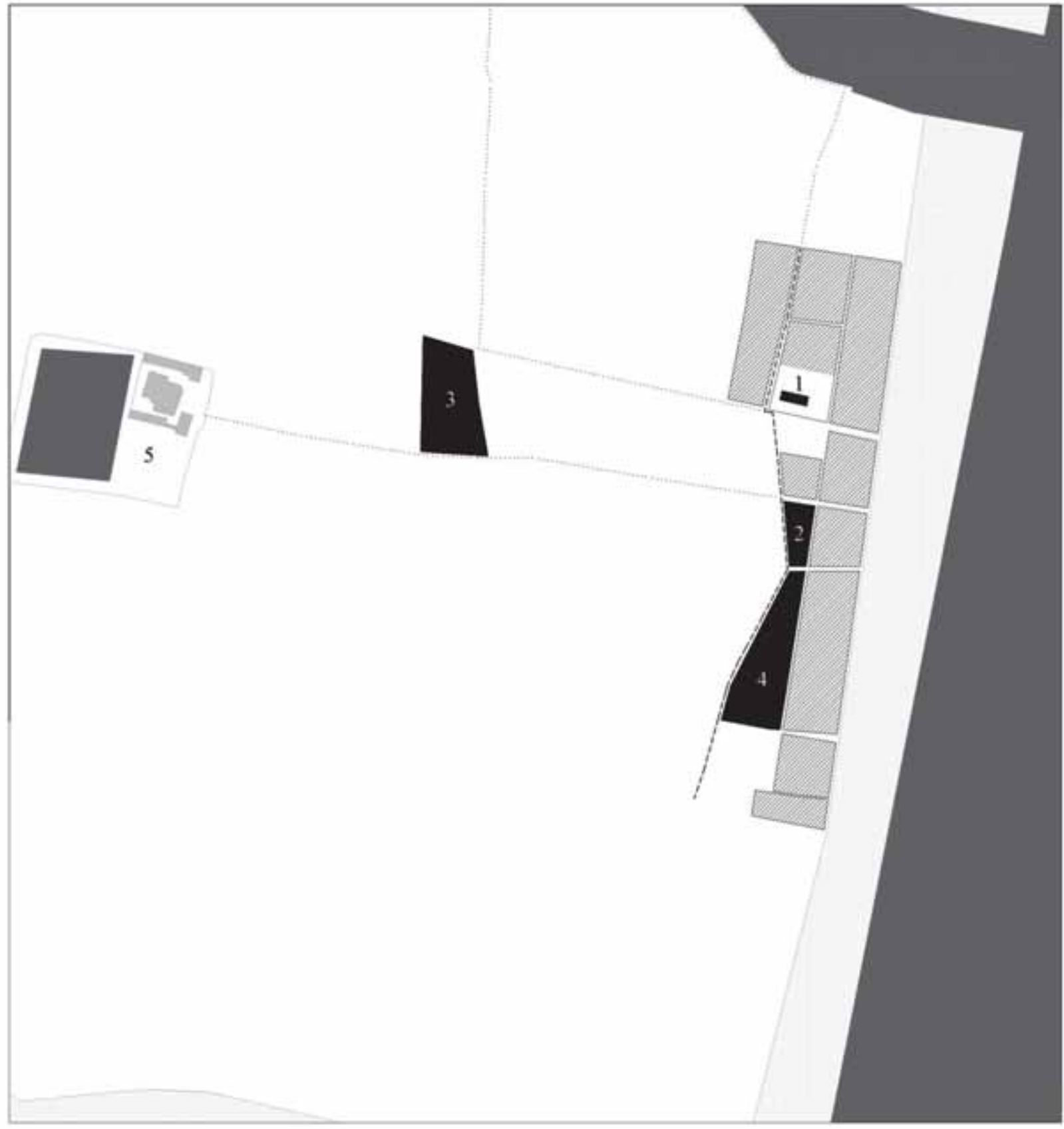
---





<sup>23</sup> Sobre esta estrutura, sabemos ainda que em 1707 voltou a ser reformada contando com a extensão do corpo e a inclusão de umas escadas de acesso financiadas por um mercador arménio (Sharam, 2010: 54-55).

<sup>24</sup> Data precoce que levanta algumas dúvidas, como referiram Subrahmanyam (1990: 66) e Love. Love chegou a dedicar duas páginas em torno deste assunto, apontando a data mais viável depois de 1547 (Love, 1913: 289-290).

# SÃO TOMÉ DE MELIAPOR

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1537-1560



-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Equipamentos (1. Casa do Apóstolo; 2. Casa do Capitão; 3. convento de S. Francisco; 4. colégio de S. Paulo; 5. Templo *Kapaleshwari*)
-  Traçado do eixo viário principal
-  Traçado das estradas de acesso à Casa do Apóstolo





#### **4.7. a cidade sem muros**

Em 1557-58 o ambiente pacífico entre *Vijayanagar* e os moradores de Meliapor teve uma contravolta. Em causa estavam as denúncias que as populações nativas faziam da entrada dos franciscanos que, na cauda da conversão, demoliam templos hindus para erguer cristãos, de Negapatão a Meliapor. Não obstante se tratarem de denúncias que não eram novidade, a este tempo acumularam com a queixa de um fidalgo português de Meliapor que afiançou a luxúria em que viviam os moradores. Terá sido a cobiça ou a falta de pagamento do tributo pelo usufruto da terra as razões pelas quais Râma Râja, governador provincial de *Vijayanagar* (Aranha, 2011: 68), decidiu por cerco à povoação, levantando-o somente após o pagamento de 100 mil pagodes (Couto, 1595, VII, II: 53-60).

Esta atitude do regente, certamente refreou a ação missionária. Tanto que à exceção de casos esporádicos de pequenas comunidades de conversos, os jesuítas queixavam-se ser praticamente impossível proceder à missão evangelizadora porque, além de não terem a autorização de *Vijayanagar*, os próprios naturais não eram afetos à conversão (Wicki, 1948-1988, XIII: 188).

Não obstante, para o nosso propósito o mais interessante no apertar do cerco de *Vijayanagar*, é a atitude dos moradores, que revela uma postura orientada à criação de um conselho municipal diretivo que, no fundo, precedeu a criação da Câmara Municipal de Meliapor, instituída em 1607 e, por certo, terá influenciado a instituição dos *Eleitos de Negapatão* em pleno século XVII (Subrahmanyam, 1998: 75-76; Stephen, 1998: 237).

Segundo frei Paulo da Trindade, foi em conselho que os nobres de Meliapor puseram de lado a hipótese de encerrar com um muro ou tranqueira a povoação, já que se achou mais viável o receberem em paz, “na cidade, [e] lha tivessem toda mui bem armada e concertada. A razão que para isso davam, era ser do dei // aquela cidade; e pois não tinham bastante poder para a defender pois não tinham muros nem peças de artilharia nem soldados” (Trindade, 1630-1636, III: 296).

Esta é uma decisão tão protocolar quanto pragmática que revela uma leitura e comportamento astutos à condição da povoação, quer na sua capacidade de rechaçar um ataque, quer no grau de dependência que mantinha com a autoridade local. Como diria Zupanov, “the inhabitants of Mylapore knew how to adapt rapidly to the hazards and contingencies of the local political arena” (Zupanov, 2005: 105).

A reação de Goa a esta resistência autónoma, foi a de uma nação com o orgulho ferido, mas claramente ciente da influência que os moradores tinham no microcosmo político de *Vijayanagar*. O envio de cartas pelo vice-rei, que reprova a atitude dos moradores ao porem-se na mão do poder local, assevera ao mesmo tempo que “lhes não havia o Estado da Índia faltar com o seu socorro; e que, pois queriam estar em terras de reis estranhos e tiranos, tratassem de fazer o possível por se cercarem e segurarem por que outra vez lhe não sucedessem semelhantes afrontas pois elas também redundavam em todos os Portugueses” (Trindade, 1630-1636, III: 297).

O ano seguinte, 1560, o vice-rei aproveitou esta situação para depois de entrar em *Jaffna*, requerer a passagem dos moradores para aquela cidade, “onde podiam viver sem o sobrosso com que viviam debaixo daquele bárbaro infiel, (...) prometendo de partir com todos as terras e aldeias, de feição que ficassem contentes” (Trindade, 1630-1636,



III: 297). Pedido que, em bom rigor, e com uma atitude mais branda, é um decalque da pretensão do vice-rei Garcia de Noronha em 1540 e que, tal como esta, caiu por terra.

O arco temporal de 1560 significou pois uma crescente independência dos moradores de Meliapor, fruto, talvez, como observou Subrahmanyam (1990: 75), da ascensão dos rendimentos vindos da atividade comercial, o que em consequência se traduziu numa maior intervenção na própria povoação, principalmente pela incorporação de estruturas civis de apoio à população mas também em mecenatos às infraestruturas religiosas. Sabemos, por exemplo, que em 1564, ano em que houve uma tempestade, segundo a carta de um religioso, se “desbaratou muitas casas (....). Forão os mesmos oficiais da Misericórdia dar esmolas, pera que os christãos pobres concertassem as casas” (Rego, 1947-1959, IX: 274). A instituição estava então em pleno funcionamento a esta data, e dois/três anos depois foi encarregada pelos moradores para a construção de um hospital (Rego, 1947-1959, X: 198).

O ano de 1565, marcado pela batalha de *Talikota* que resultou na desfragmentação do império de *Vijayanagar* às mãos dos exércitos dos reinos muçulmanos de *Golconda*, *Bijapur* e *Ahmednagar*, veio criar tensões quer no interior da esfera religiosa quer desta com o quadrante civil, e isto continuou a interferir na evolução do processo de urbanização de Meliapor.

A localização dos templos e das infraestruturas de albergue aos membros das ordens religiosas, parece então ter respondido a essencialmente três premissas: locais com vestígios materiais ou lendas intimamente relacionadas com a presença do apóstolo, e o clima de animosidade entre a classe portuguesa de mercadores e alguns dos elementos

das Ordens Religiosas, devido à tentativa de validação dos últimos enquanto guardiões dos lugares e símbolos sagrados, posta em causa pela paulatina transmutação do domínio espiritual a temporal (Subrahmanyam, 1990: 75).

Na malha urbana, analisando a localização do que é temporal e espiritual isto torna-se evidente. Contraposta à crescente massa construtiva e habitacional em torno da igreja de S. Tomé, pululam pelo território templos cristãos, muitas vezes centrais a pequenos núcleos populacionais de conversos, como era o caso da Madre de Deus (ou Nossa Senhora da Expectação), pertencente aos jesuítas a partir de 1587.

A negociação e concessão de propriedades, sobretudo aos jesuítas, por parte do *Nayak* de *Thanjavur*,<sup>25</sup> assente na doação de uma propriedade rural em 1571, que terá estado na origem da igreja construída em 1575 para a assistência aos naturais conversos (Wicki, 1948-1988, XIII: 187-188), e na autorização em 1594 para a coleta anual dos rendimentos das terras de cultivo na aldeia de *Egmore*, a cerca de 7km a noroeste de Meliapor, certamente terão forçado esta segregação espacial entre entidades (temporal e espiritual), embora, sejam rigorosos, as obras pias tivessem decorrido das esmolas de conversos e colonos, como o prova a construção da igreja de S. Lázaro em 1582 (Love, 1913: 300), exterior à malha urbana da povoação, que terá funcionado como gafaria, acolhendo os naturais afetados por elefantíase, que John Fryer regista no seu relato de viagem escrito entre 1672 e 1682 (Fryer, 1698: 43).

O que inferimos destas doações por parte do *Nayak* de *Thanjavur* é, no fundo, uma tentativa que tanto tem de favorecimento (para ambas as partes: arrendatários e

---

<sup>25</sup> Governador supervisor de *Vijayanagar*, que mobilizava também apoio militar ao regente em *Chandragiri* com vista à recuperação do território perdido às forças de *Golconda* e *Bijapur*.

senhorio), como de controlo. Por outras palavras, uma forma de conservar a jurisdição e lealdade de Meliapor a *Vijayanagar*.

Outros dados corroboram esta suspeita, como aqueles que atestam que a doação de aldeias e propriedades às ordens religiosas, foi extensível também aos clero secular responsável pela manutenção da Casa do Apóstolo,<sup>26</sup> e ainda aos nobres da cidade, até em datas mais precoces, como se vê pela doação das propriedades latifundiárias, casas e oratório sites no Monte Pequeno por Nuno Álvares de Faria aos padres da Companhia. Património que Faria tinha obtido dos *adhikāris* e *pālaiyakkāras* (regentes locais) de *Vijayanagar* em 1545 (Subrahmanyam, 1990: 76). Este é um assunto ao qual regressaremos no final deste texto, uma vez que entronca com o *termo* de Meliapor.

Pondo lado a lado descrições de viajantes que aportaram em Meliapor entre as décadas de 1560 e 1580, vê-se a franca evolução que houve na malha urbana e na composição de um sistema defensivo. Se aos olhos do veneziano Cesar Federici a povoação em 1567 “althought not very great, (...) is the fairest in all that part of the Indies” (Federici, in Purchas, X: 109), não mencionando o que quer que seja em termos de fortificação, o que bate certo com o que conclui o arquiteto José Silva citando um documento de 1568 transcrito por Subrahmanyam (Silva, 2014: 278-279), para Gasparo Balbi, em torno de 1582, o chão de Meliapor estava coberto por sumptuosas igrejas e casas de habitação, jardins e edifícios públicos de arquitetura nobre.

---

<sup>26</sup> De acordo com Bocarro e Resende: “Os clérigos da Sé não têm nenhum ordenado mais que 360 pagodes que o dito senhor da terra dá em uma aldeia, e são estes muito bem pagos por ficar-lha abrangendo pouco, mas como a terra é muito barata sempre os ajuda muito a sustentar-se” (Bocarro; Resende, 1635: fl.144v).

São Tomé de Meliapor, Tamil Nadu, Índia

Relativamente ao centro urbano, composto por cerca de 200 casas, Balbi diz, “The front is towards the West, very strong by reason of the Blocke-houses which are upon the Port [Porta do Mar], along towards the sea; this Port is so low that Elephants cannot enter in at it, for the Horses enter with not a little trouble” (*apud* Love, 1913: 293).

Mas o relatório de viagem de Balbi, deixa alguma margem para especulação. Na verdade, não refere nenhum muro, tranqueira ou cerca em torno da povoação, na qual estaria rasgada a Porta do Mar, como apontou Valignano dois anos antes. Quase ponto por ponto, um outro viajante português, refere que os equipamentos compositores do programa urbano estavam implantados “demaneira que cõ elles, com as paredes e cercas dos jardins que tem, se cercarom e fortificaram em roda para se poderem defender dos gentios da terra (...) e outros arménios, que (...) se deixaram ficar nella de vivenda” (*Livro das Cidades, E Fortalezas...*, 1582: 81).

O que julgamos destas lacónicas descrições é que é prematuro falarmos de um sistema defensivo propriamente dito. Provavelmente, entre 1567 e 1580, o que se terá acrescentado nas áreas não ocupadas por edifícios ou cercas privadas foram troços de muro ou tranqueiras com vista a encerrar-se os acessos à povoação. E, no fundo, a Porta do Mar que Valignano apontou, tratar-se-ia da desembocadura final da rua que corria perpendicular à linha da praia entre a Casa do Capitão e o colégio jesuíta.

Mais seguro é assumir que a malha urbanizada se mantinha convergente e organizada pela disposição de lotes postos lado a lado ou, como diz Balbi: “the houses joyne one to other, so to able to succour one another” (*apud* Love, 1913: 293).

O que lemos então é um tecido edificado composto por quarteirões dispostos numa grelha regular que toma o eixo frente à Casa do Apóstolo como espinha dorsal da

composição. É a partir deste eixo que surgem quarteirões rectangulares formalmente definidos também pelas travessas que ligam o eixo ao mar. Compostos por lotes de casario e quintais, outros por edifícios singulares com uma área de terreno disponível e inclusa aos limites da cercas, formam a totalidade do conjunto, destacando-se na paisagem como um corpo facilmente identificável e autónomo, em especial, e tendo em consideração o que interpretamos do relato de Balbi citado por Subrahmanyam (1990: 77), daquele habitado por nativos hindus, próximo à povoação portuguesa (talvez junto ao pagode de *Kapaleeshwarar*), que em 1582 assaltou Meliapor.

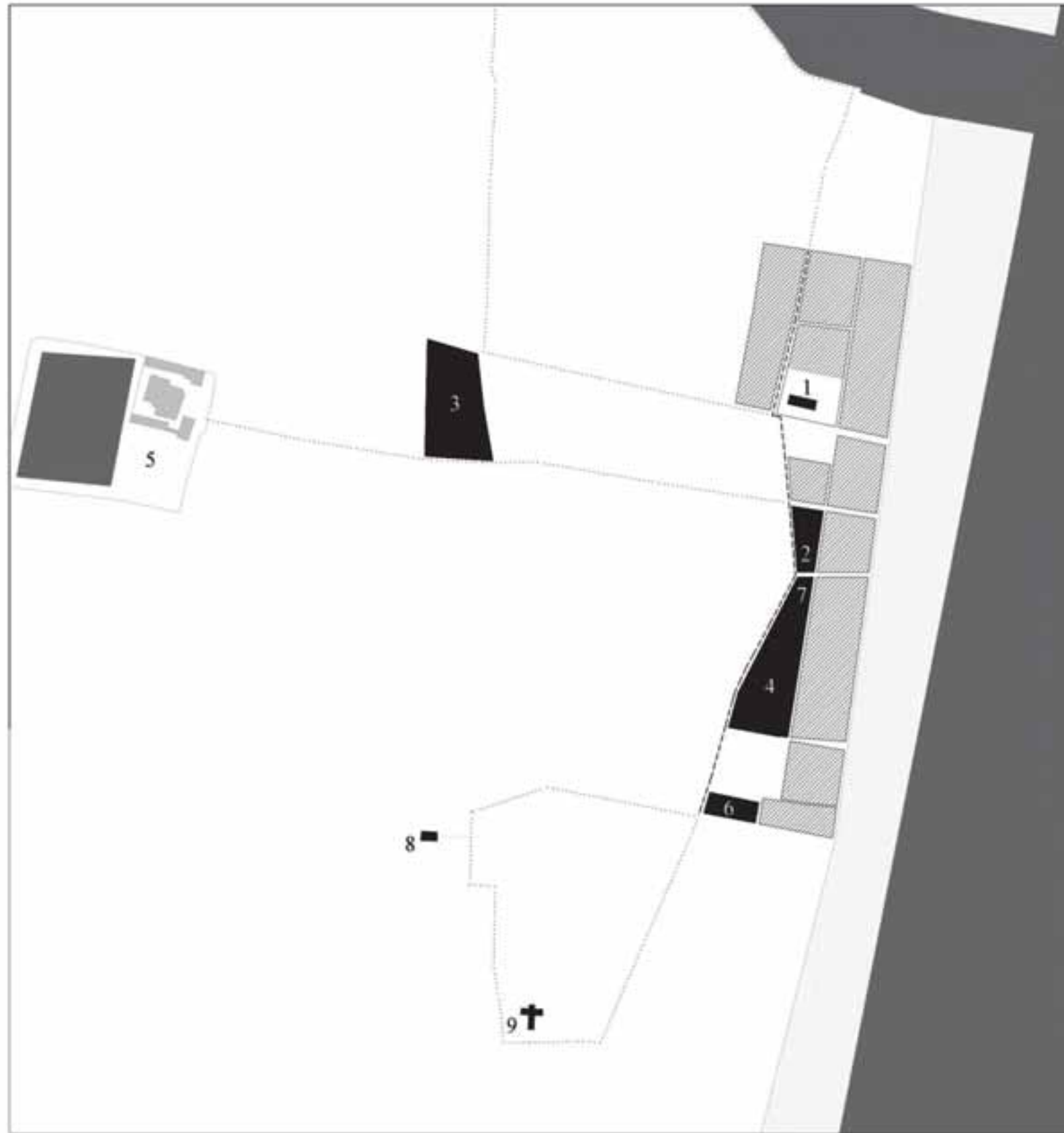
Por esta razão, e ainda pelo que nos sugere Balbi, concluímos que o tecido urbanizado era mais extenso, ou mais compacto, junto à beira-mar. Ou seja, a evolução, nomeadamente no que toca às componentes urbanas públicas, como a praça ao lado da Casa do Apóstolo e o terreiro entre o Hospital e o colégio dos jesuítas, bem como o casario, terá progredido primeiro na direção sul ao longo da rua principal da povoação, até à estrada de acesso às igrejas da Madre de Deus e de S. Lázaro, que aí forçariam um desvio à regularidade dos eixos viários e da morfologia dos quarteirões.

É para o eixo viário principal que as frentes das casas estão viradas, ou para a rua paralela a este, virando-se as traseiras e portas de serviço das habitações para o mar. É o que interpretamos da descrição que incluímos atrás: “demaneira que cõ elles, com as paredes e cercas dos jardins que tem, se cercarom e fortificaram em roda” (*Livro das Cidades, E Fortalezas...*, 1582: 81). Só depois a malha urbanizada progrediu para o interior, na direção do convento de S. Francisco, tomando também o templo de *Kapaleeshwarar* como fuso do arruamento e componentes programáticas.



# SÃO TOMÉ DE MELIAPOR

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1560-1600



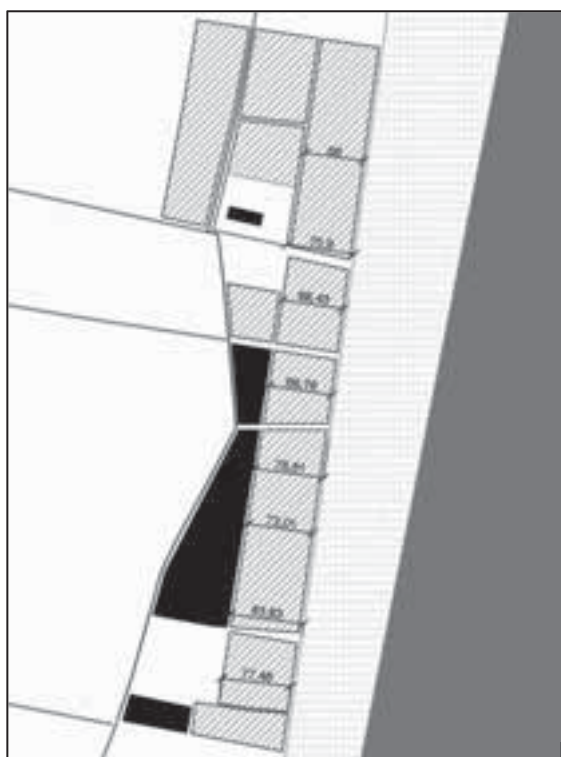
- Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
- Equipamentos (1. Casa do Apóstolo; 2. Casa do Capitão; 3. convento de S. Francisco; 4. colégio de S. Paulo; 5. Templo *Kapaleshwarar*; 6. Hospital; 7. Misericórdia; 8. igreja da Mãe de Deus; 9. igreja de S. Lázaro)
- Traçado do eixo viário principal
- Traçado das estradas de acesso







O relatório de António Bocarro e de Pedro Barreto de Resende, que descreve a forma urbana perto de meados do século XVII, corrobora a condensação em torno da Casa do Apóstolo e junto ao mar: “pela banda do mar (...) com casas, as quais têm portas para a praia onde quase bate o mar” (Bocarro, 1635: fl.144). Admitimos, tal como outros investigadores o fizeram antes de nós, que o relatório peca por algumas imprecisões no que respeita a forma urbana, no entanto, aceitamos que neste ponto os autores estavam bem informados e, de acordo com os resultados que temos na construção desenhada da malha urbana, que existiu um conjunto de quarteirões com uma profundidade de cerca de 100 passos (80 metros) enfileirados nas traseiras da Casa do Apóstolo, que terá continuado para sul no seguimento do conjunto colegial jesuíta. No entanto, é provável que Bocarro e Resende tenham incluído na largura dos quarteirões a largura da rua fronteira e daquela que separou os lotes do circuito da muralha que mais tarde se construiu.



Análise métrica da largura dos quarteirões.

Levando tudo isto em conta, bem como a ocupação dos espaços intersticiais por equipamentos edificados nos anos imediatos, podemos avançar com mais algumas considerações acerca da malha urbanizada. Primeiro, que a “povoação dos gentios” de que fala Subrahmanyam (1990: 77), se tratava de um bairro habitado por nativos convertidos, maioritariamente artesãos e ferreiros, situado junto à igreja de Nossa Senhora do Rosário (que ainda hoje dá o nome à rua) e, por isso, junto a S. Francisco. Próxima a este bairro, nas imediações da atual *Bazaar Road*,<sup>27</sup> também existia uma zona de mercado, que mais tarde ficou fora do tecido urbanizado fechado pelo perímetro da muralha.

No limite este deste bairro foi instalado o convento de São Domingos, por volta de 1603, cujos religiosos fundaram a confraria homóloga à igreja (Rego, 1947-1959, VII: 518; Sá, 1954-1988, V: 507).

Um terreiro desafogava a fachada sul da igreja de São Tomé, depois parcialmente ocupado por casario e pela Casa do Capitão, mais tarde Câmara da Cidade, e pela Misericórdia, que sabemos estar perto da Casa do Capitão (Subrahmanyam, 1990: 77). Local onde se intersectavam dois eixos viários principais da povoação, e que Subrahmanyam designa, valendo-se de uma das passagens de Balbi, de “praça principal”. Segundo Balbi, foi nesta praça que por volta de 1582, ou seja, anterior a um perímetro fortificado, os fidalgos e mercadores portugueses acorreram após um toque de rebate da Misericórdia (Subrahmanyam, 1990: 77).

Neste ponto, a leitura morfológica que fazemos é que o desenvolvimento urbano foi cumulativo, independente de um plano geral, de uma cinta de muralhas ou de um

---

<sup>27</sup> Segundo Stephen, era esta a área onde as comunidades autóctones eram convidadas a comerciar (Stephen, 1998: 251).

acidente geográfico (à exceção óbvia da linha marítima) que forçasse um limite ou implicasse uma qualquer distorção da malha urbana. A evolução orgânica mostra assim uma estrutura que tem no traço um pragmatismo alicerçado numa regularidade (não tão evidente quanto as representações dão a crer, mas ainda assim manifesta), principalmente quando verificamos o sistema de arruamento e a sua relação com as edificações que, em parte hoje coincidem com alguns dos eixos ou extremas de propriedade. Para além disso, lê-se ainda uma procura pela centralidade, primeiro em torno da Casa do Apóstolo, depois para o núcleo onde se acumularam os edifícios de maior representatividade civil.

O começo do século XVII significou uma transformação considerável em Meliapor, mas do ponto de vista da forma urbana, foi mais uma evolução alicerçada ao existente que um corte com o preexistente.

Elevada a título de diocese independente de Goa em 1606, o bispado foi entregue a um frei da Ordem dos Agostinhos que pediu ao rei que “mandasse comprar ou fazer casas para sua vivenda” (Pato, 1880, I: 82-82). Pelo que a Casa do Bispo, julgamos, ao contrário do que a historiografia tem vindo a apurar, se trata da construção que ficou anexa à Sé de S. Tomé, e não o convento dos agostinhos, cuja infraestrutura dedicada a Nossa Senhora da Graça, terá sido começada também por esta data, mas cremos ter-se instalado nas imediações da capela de Santa Rita, próxima ao seminário de S. Pedro dirigido pelo colégio da Companhia (Love, 1913: 300), e que ainda hoje encontramos em pleno funcionamento.<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> Em 1628 foi fundado no intramuros o hospício de Santa Rita com o intuito de albergar nele os religiosos que de Goa vinham para as missões em Bengala (Rego, 1955, XI: 225). Apesar da confusão de datas que envolve esta estrutura, percebemos que estaria terminado em 1682. Em 1727 procedeu-se à refundação desta casa, já que estava completamente arruinada, e pelo que consta foi de novo fundado em 1757 (Rego, 1955, XI: 310; 326; 487). O nome

São Tomé de Meliapor, Tamil Nadu, Índia

Um outro dado que pode corroborar a implantação da Casa do Bispo, é a pintura que está à guarda da exibição junto à Basílica quando cotejada com o desenho de António Bocarro e Pedro Barreto de Resende, de 1635. Veja-se na pintura está identificada uma divisão do complexo pertencente à capela, legendada com: “presbitério no qual morou S. Francisco Xavier em 1545”. No desenho de Bocarro e Barreto de Resende está incluída uma pequena casa junto à Casa do Apóstolo, pelo que ponderamos que, no fundo, se trate da representação do presbitério, que terá dado lugar à Casa do Bispo.



Fotografia da pintura da igreja de São Tomé em exposição junto à Basílica atual.  
São Tomé de Meliapor. António Bocarro e Pedro Barreto de Resende, *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, 1635 (detalhe). Biblioteca Pública de Évora, Códice CXV/2-1.

Henry Love, citando Doyle, refere que uma capela dos agostinhos estava construída antes de 1552, do lado oeste da Casa de São Tomé e que, em 1606 com a elevação a diocese, o espaço entre os dois edifícios foi coberto (Love, 1913: 292). Porém, esta conclusão implica que uma estrutura cortava o eixo principal da povoação na frente da Casa do Apóstolo, o que nos parece improvável. Mais seguro é pensar que Doyle tenha considerado a frente da igreja o norte e que, por isso, a capela estava no lado esquerdo

---

de Santa Rita é novamente usado em 1825 para nomeação do convento agostinho quando elevado a hospício (Rego, 1955, XI: 228). A capela de Santa Rita foi demolida em 1894 (Love, 1913: 292) para no ano seguinte dar nome ao hospício de Santa Rita (Rego, 1955, XI: 228).

da igreja, o que concorda com as informações contidas nos desenhos que incluímos atrás. Por tudo isto, consideramos que esta capela era uma casa ou estava agrupada a uma casa onde terá habitado o bispo da cidade antes de 1606, como o fez S. Francisco de Xavier, e que nesta data foi reformada para Casa do Bispo. No ano seguinte Meliapor recebeu o título de cidade, com foral decalcado do de Cochim.

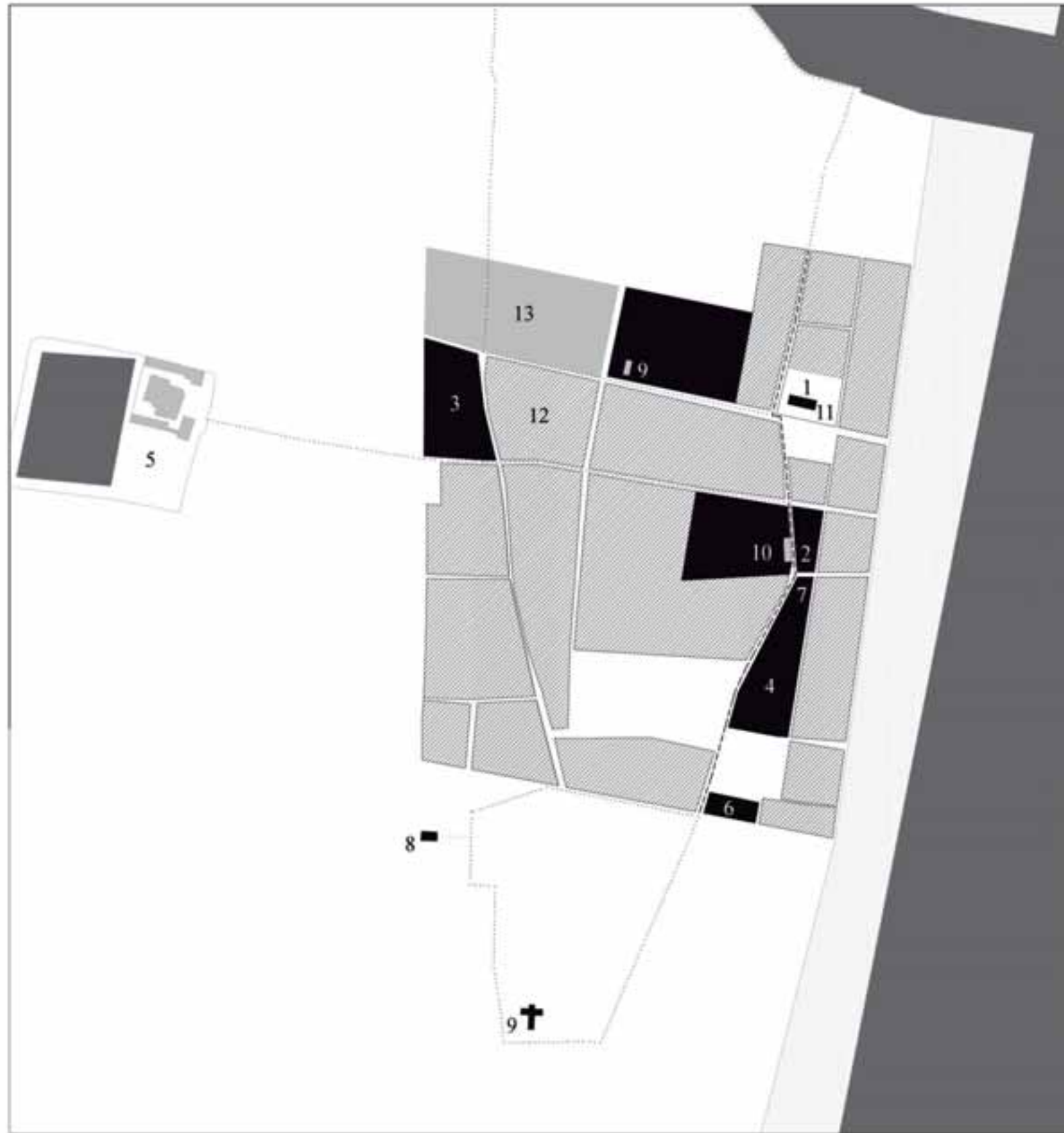
Com a evolução do casario para da direção oeste, a morfologia dos quarteirões responde diretamente ao alinhamento do arruamento. A título de exemplo, vemos que o quarteirão onde se instalaram os agostinhos é limitado pelo eixo principal, por aquele que desce no fuso do templo hindu em direção à Câmara da Cidade e pela rua que sai do complexo dominicano até se cruzar com a atual *Bazaar Road* que, como vimos, consideramos um eixo preexistente. No limite a sul terá sido criado um espaço desafogado, ao género de uma praça, comunicante com o terreiro dos jesuítas e do Hospital. Na metade oeste do limite do quarteirão dos agostinhos, o esquema de composição volta a tentar marcar uma regularidade, quer aos blocos de habitação, quer ao sistema de arruamentos. Mas a forma curva da *Bazaar Road*, certamente obrigou à distorção e adaptação da malha. No entanto, pelo menos nos arruamentos, é possível ler uma continuidade a eixo com os arruamentos (travessas e ruas principais) que rasgam a malha urbana no topo junto à praia.





Em género de conclusão a morfologia urbana aponta para três momentos. O primeiro fundacional a este do eixo principal, regular e que cresce ao longo da praia. O segundo que cresce no alinhamento dos eixos com sentido este-oeste, ou seja, do eixo principal para o interior do território. E o terceiro, que fecha a malha a oeste recuperando a morfologia do momento fundacional, tomando a *Bazaar Road* como espinha dorsal.



# SÃO TOMÉ DE MELIAPOR

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1600-1607



-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Equipamentos (1. Casa do Apóstolo; 2. Casa do Capitão e Câmara da Cidade; 3. convento de S. Francisco; 4. colégio de S. Paulo; 5. Templo *Kapaleeshwatur*; 6. Hospital; 7. Misericórdia; 8. igreja da Madre de Deus; 9. igreja de S. Lázaro; 9. igreja de Nossa Senhora do Rosário / convento de São Domingos; 10. igreja de Nossa Senhora da Graça / convento dos Agostinhos; 11. Casa do Bispo; 12. "Bairro dos gentios"; 13. Bazar)
-  Traçado do eixo viário principal
-  Traçado das estradas de acesso







#### **4.8. a fortificação**

À entrada do ano de 1607, o epicentro cívico e temporal de Meliapor estava situado ao meio do topo este da cidade, o que obrigou à abertura de uma Porta de Mar, junto à Câmara da Cidade, quando arrancaram as obras para a edificação do circuito muralhado da cidade.

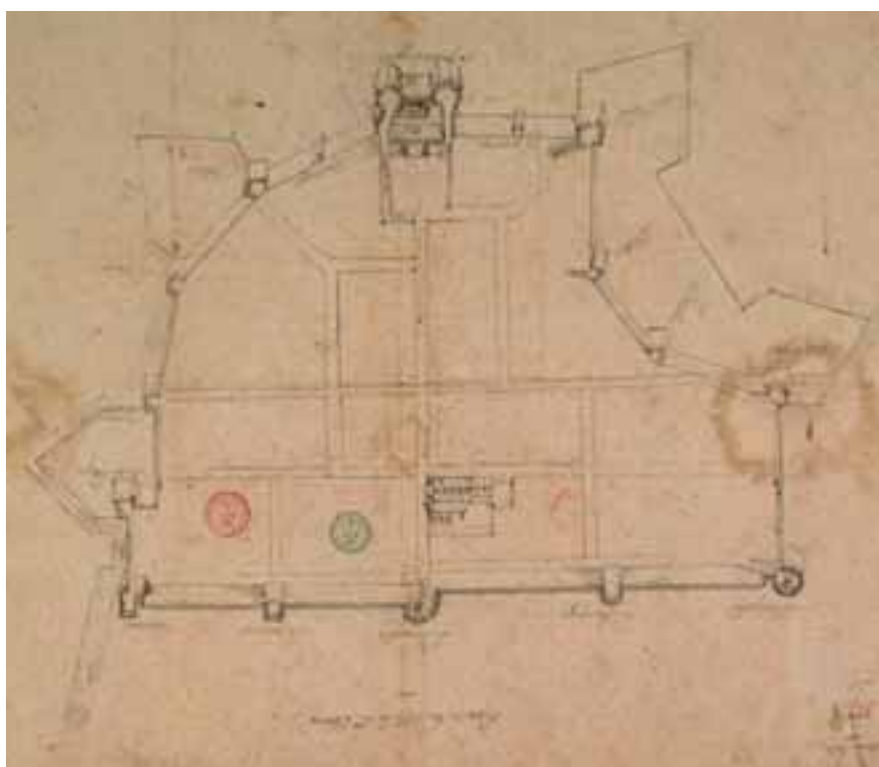
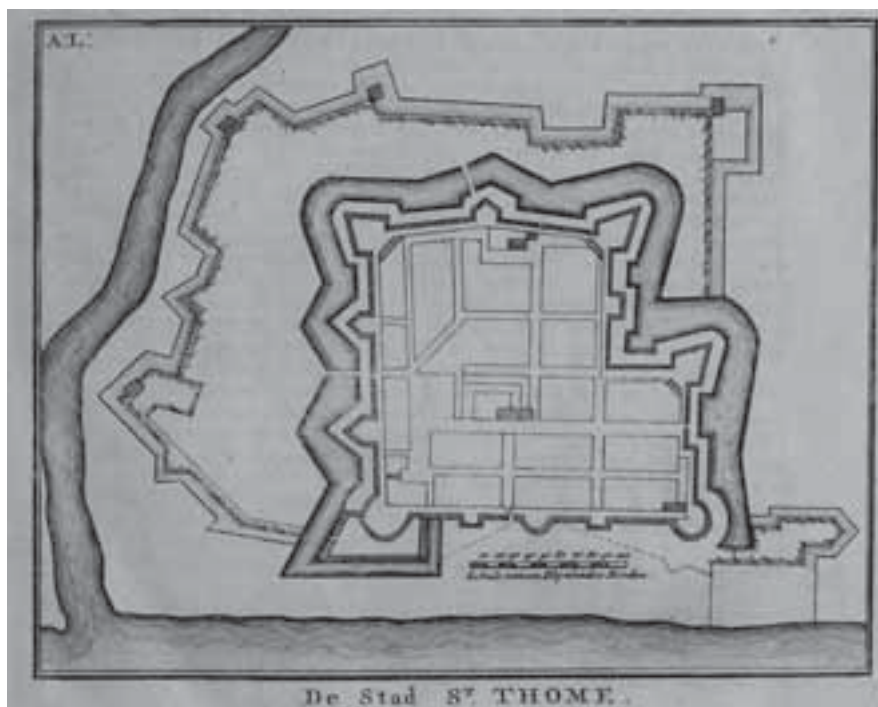
O arquiteto José Silva refere, valendo-se de informações coligidas por Silva Rego, conclui que em 1607 a cidade se encontrava encerrada por um muro abaluartado, erguido graças à intervenção do bispo da cidade, Fr. Sebastião de S. Pedro, sem qualquer patrocínio régio ou do vice-reinado de Goa. No entanto, a construção terá seguido a traça desenhada pelo engenheiro-mor das fortificações do Estado da Índia, Júlio Simão (Silva, 2014: 279-280).

Como referimos na introdução são apenas três os registos gráficos que mostram o resultado final da empreitada do sistema defensivo. O primeiro, da autoria de Barreto e de Resende, incluído no relatório finalizado em 1635, e cuja descrição textual, relativa a Meliapor, é muito pouco precisa. O segundo, uma planta com escala<sup>29</sup> e datada de 1674, incluída na recensão de viagem de Valentyn. O terceiro, uma planta que José Silva identifica como um levantamento elaborado pelos franceses entre 1672 e 1674. Estas duas últimas plantas representam o sistema defensivo e a forma urbana após as gestões intervenções de Golconda e da Companhia das Índias Orientais francesa.

---

<sup>29</sup> A planta está escalada em *Rijlandsen roede* cuja proporção é: 1=3,76 metros, de acordo com os resultados listados na página em linha do Meertens Institute, Research and documentation of Dutch language and culture, [www.meertens.knaw.nl](http://www.meertens.knaw.nl); [www.meertens.knaw.nl/mgw/maat/9](http://www.meertens.knaw.nl/mgw/maat/9).

São Tomé de Meliapor, Tamil Nadu, Índia



De Stad St. Thome. François Valentyn (1724-1726), *Oud en Nieuw Oost-Indien, vervattende een Naaukeurige en Uitvoerige Verhandeling van Nederlands Mogentheyd in die Gewesten...*, 1724-1726. Dordrecht; Amsterdam: Joannes van Braam; Gerard Onder de Linden, 13.

Plan of de la ville de Saint Thome. Autor Anónimo. Aix-en-Provence: Archives Nationales d'Autre Mer, Inv. n° FR ANOM 25DFC327B.

Todas estas plantas, embora sejam representações estilizadas e mais regulares que a realidade, têm sido as bases gráficas recorrentes de profundas análises, permitindo em paralelo a outros dados, levantar algumas hipóteses de reconstrução da fortificação e do perímetro da cidade. Henry Love, logo em 1913, Walter Rossa em 2010 e José Silva que apresenta duas propostas em 2014. Todas apresentam resultados diversos, embora tenham alguns traços em comum, pelo que a questão da fortificação (forma, características e impacto do tecido urbanizado) se mantém um assunto em aberto.

Do nosso lado, levantamos uma outra hipótese, que procede da análise de todas as anteriores, da releitura das fontes e autores citados pelos investigadores que mencionámos e do teste dos desenhos existentes e hipóteses (de outros e nossas) sobre fotografia aérea. A razão por detrás deste exercício não é, claro, a diversidade de amostras. Alguns documentos que consultámos permitem-nos retirar outras conclusões do estado de conclusão da estrutura fortificada e até mesmo a autoria da traça que José Silva conclui. Vejamos a par e a passo, porque neste ponto, o estudo do caso de Meliapor obriga a um texto e argumentação extensos.

Em 1613 D. Filipe II pediu ao vice-rei Jerónimo de Azevedo que estivesse atento ao estado da fortificação (que por uma carta anterior sabemos estar em progresso), advertindo-o que devia ficar concluído em breve e conforme as instruções dadas ao provedor e visitador geral das fortalezas, António Pinto da Fonseca. Para tal disponibilizou uma viagem ao Coromandel e decretou que lhe fosse aplicado o direito do 1% relativo à venda das fazendas (Pato, 1880-1982, II: 370-371; 383).

Contudo, no ano seguinte, o assédio levado a cabo por habitantes hindus, que montaram uma espécie de forte junto do pagode *Kapaleeshwarar* (*apud* Love, 1913: 296), destruiu “as terras que o rey de Bisnagá dava para sua sustentação” (Pato, 1880-1982, III: 65), enfraquecendo a disponibilidade monetária para a fortificação. Ainda neste ano, Meliapor passou por uma reformulação administrativa que, no fundo, foi uma estratégia de entretenimento e aparente autonomia concedida aos moradores de Meliapor, de forma a segurar a administração total da cidade à Coroa Portuguesa, inclusive na direção das relações com *Vijayanagar* (Pato, 1880-1982, III: 31-32).

Por estes motivos, em 1618 a fortificação não estava terminada (Pato, 1880-1982, IV: 252-253), e a todas estas condicionantes juntou-se o desvio de dinheiro reservado num cofre no colégio dos Jesuítas para a fortificação, bem como a não realização da viagem dada pelo monarca.

D. Filipe II voltou assim a insistir na fortificação. Na carta que escreveu, um dos itens mais interessantes sobre a direção das obras, entregue ao Bispo da Cidade, é a outorga, se necessário, das decisões no que toca especificamente à questão militar da fortificação a “hum fidalgo que servisse de cabeça das cousas da guerra” (Pato, 1880-1982, V: 291-292). Por outras palavras, o monarca reiterava que, à falta de quem de conhecimento sobre arquitetura militar, as decisões seriam tomadas por um prático, não necessariamente encartado, mas ciente das particularidades militares atualizadas à máquina de guerra holandesa por esta altura estacionada em Paleacate, e cujas tentativas de expulsão, de forma diplomática ou com o auxílio de uma armada de mar (Pato, 1880-1982, IV: 267; VI: 334), ou interpondo junto dos *nayaks* da região uma aliança para que

a instalação dos portugueses no porto fosse restabelecida (Pato, 1880-1982, VI: 363; V: 318-319), saíram goradas.

Também as frações familiares em Meliapor punham em causa a estabilidade da cidade (Bocarro, 1635, I: 183; 296-297), e para tornar o caso ainda mais complicado, os ingleses começavam a fortificar-se em Masulipatão, o que constituía mais uma ameaça à presença portuguesa e ao comércio da costa do Coromandel (Pato, 1880-1982, V: 318-319).

Em 1620 o monarca, atendendo às notícias que tinha da fortificação “aberta por todas as partes, e sem nenhuma defesa consideravel” (Pato, 1880-1982, VII: 9), exigiu que se continuasse com todo o calor, e se mantivesse na superintendência do bispo, subordinando-lhe Manuel Frias, dado o capitão da altura não ser um homem de confiança (Pato, 1880-1982, VII: 10). Ainda em maio deste ano, chegou à cidade o engenheiro-mor Júlio Simão, que ali permaneceu menos de um ano, visto que em fevereiro do ano seguinte estava em Goa pronto para partir para as fortificações de Suar e Ormuz (Pato, 1880-1982, VII: 109).

A sua intervenção por esta data é algo obscura, pois não temos nada que confirme que Júlio Simão tivesse estado ali para dirigir *in loco* os trabalhos, ou para avaliar (e talvez readaptar) a condição em que se encontrava. O que de facto fez, sabemo-lo, foi enviar uma planta da cidade a D. Filipe II, que em 1621 foi substituída por outra mais atualizada, para que o monarca pudesse avaliar o resultado da empreitada, provavelmente com outros engenheiros que estivessem no reino. As palavras do vice-rei são muito explícitas quanto a isto: “por ella poderá Vossa Magestade sendo servido

**mandar ver a obra** que hora alli dexou traçada, e a mais que dantes havia” (Pato, 1880-1982, VII: 105, destaque nosso).

Por esta carta, concluímos que, embora Júlio Simão tenha sido o autor da traça, e que a obra pudesse estar em andamento segundo o que projetou, a última palavra cabia a um corpo de avaliadores no reino, e ao monarca, e a execução a quem em São Tomé de Meliapor estava encarregado.

Em 1622 uma espécie de indefinição de autoridade sobre a cidade, colocou o estabelecimento de São Tomé de Meliapor nos pratos da balança. Até à data todo o distrito de *Mylapore* era tributário do *nayak* de Negapatão, incluindo São Tomé de Meliapor, sendo depois entregue a outro que ali cobrou os seus direitos, como aqueles da praia, ou seja, relativos ao porto, que estavam afetos à Fazenda do Estado desde a altura do capitão geral Rui Dias de Sampaio. À entrada do novo capitão geral, António Manuel, em 1621, as rendas passaram a ser cobradas em dobro, pela Fazenda do Estado e pelo dirigente enviado pelo *nayak*, pelo que os moradores se rebelaram. Para o novo capitão geral a solução passava em entregar as rendas ao agente de Negapatão, mas por determinação do procurador do *nayak* ficou acordado que as mesmas, e a da “peta” seriam doadas à Fazenda Real, firmando-se o acordo num documento. Nenhuma cópia deste acordo escrito terá chegado a Goa, nem o próprio vice-rei ficou convicto que tal acordo foi concretizado. Até porque, ao que parece, o ordenado do capitão geral provinha destas rendas e se as mesmas tivessem sido entregues ao procurador, não fazia sentido ter bloqueado a entrada de víveres na cidade (Pato, 1880-1982, VII: 413-414).

O capitão geral chegou a escrever para Goa que achou a cidade repartida entre quem obedecia à Coroa e a quem olhava mais aos seus interesses pessoais virando-se para o

comércio que se fazia em Paleacate e, assim, fugindo à subordinação do Estado da Índia. Esta situação teve impacto não apenas no rumo da fortificação, mas na forma da cidade. Uma das soluções que o capitão apresentou ao monarca passava pela readaptação da fortificação:

se cerque aquella cidade per tamanho e maneira que se possa defender porque cercandose na grandura que agora tem não haverá cousa que baste, havendo somente ali duzentos moradores, os quais estão tam pouco domesticos que se não deixão cerquar por onde convem, por quererem suas ortas e quintas dentro da cerqua, nem a que agora se faz presta para sua defensam” (Pato, 1880-1982, VIII: 358-359).

Em suma, parte da povoação ficava fora do limite previsto, pelo que a nova traça devia ser projetada de forma a reservar no interior todos os moradores. Da mesma maneira, porque não existia, pediu a construção de um último reduto, como um castelo a ser implantado junto à beira-mar, feito por uma “pessoa particular que não trate de outra coisa”, pedindo-se para o efeito, um engenheiro ou prático.

Mas os dias de São Tomé Meliapor pareciam estar contados. Em 1623, contra tudo o que o que se tentou junto de *Vijayanagar*, estava em curso a entrega da cidade aos holandeses, visto os moradores de Meliapor não cumprirem o pagamento do direito de consulado ao reino hindu, de que eram tributários.

Pedia-se um certo nível de sangue-frio para se tratar deste assunto junto do poder regional, dissimulando-se saber deste acordo para com os holandeses e recordando-lhe a amizade que sempre houve entre a coroa portuguesa e *Vijayanagar*, de forma a levar a vontade do regente local à boa causa dos portugueses, e a desviá-lo de pedir o consulado, já que era deste rédito que se pagava a fortificação da cidade (Pato, 1880-

São Tomé de Meliapor, Tamil Nadu, Índia

1982, IX: 171-172). Ainda chegou a estar em cima da mesa, comprar-se a fortaleza holandesa de Paleacate até um valor não superior a 20 mil pagodes (Matos, 2000, I: fl. 95), até por se saber da inexistência de fortificações (Matos, 2000, I: fl. 81).

Sangue-frio e estratégias que são necessários para a diplomacia vencer quando não há nenhum apoio militar naval. A armada de mar da costa do Coromandel, a cargo de Diogo de Melo de Castro, estava desde o governo de Fernão Albuquerque com a armada no Norte (Província do Norte), passando depois para Cochim, pelo que São Tomé de Meliapor e toda a costa do Coromandel estava há alguns anos sem a armada, devendo regressar quando a empresa de Cochim estivesse terminada (Pato, 1880-1982, IX: 52-53). O que não aconteceu, pois a armada seguiu para Goa (Pato, 1880-1982, X: 24-25).

Por esta altura o assédio holandês tomou o epicentro em São Tomé Meliapor, como o prova o roubo e o incêndio da nau carregada com cal vinda de Manar para as obras da fortificação. A isto juntou-se o assédio que os “os negros que aly forão no principio daquelle inverno fizerão ha fortaleza diante da cidade hum tiro de mosquete” (Pato, 1880-1982, IX: 302-303) e, ainda, desconfiava-se da instalação dos dinamarqueses em Tranquebar (*Tharangambadi, Trankebar*) e Triquilimale (*Trincomalee*), o que podia uma instalação em Negapatão (Pato, 1880-1982, IX: 322). Desconfiança que em 1624 levou o vice-rei a fazer planos para os expulsar e arrasar com a fortaleza em Tranquebar e, assim expulsar os dinamarqueses da Costa do Coromandel, o que não foi adiante por trâmites de política externa entre Portugal e a Dinamarca (Pato, 1880-1982, X: 28).

Em 1626 a condição dos habitantes de Meliapor era a de total descrédito para com a gestão régia, que continuava a exigir novos impostos (Matos, 2000, I: fl. 299) quando

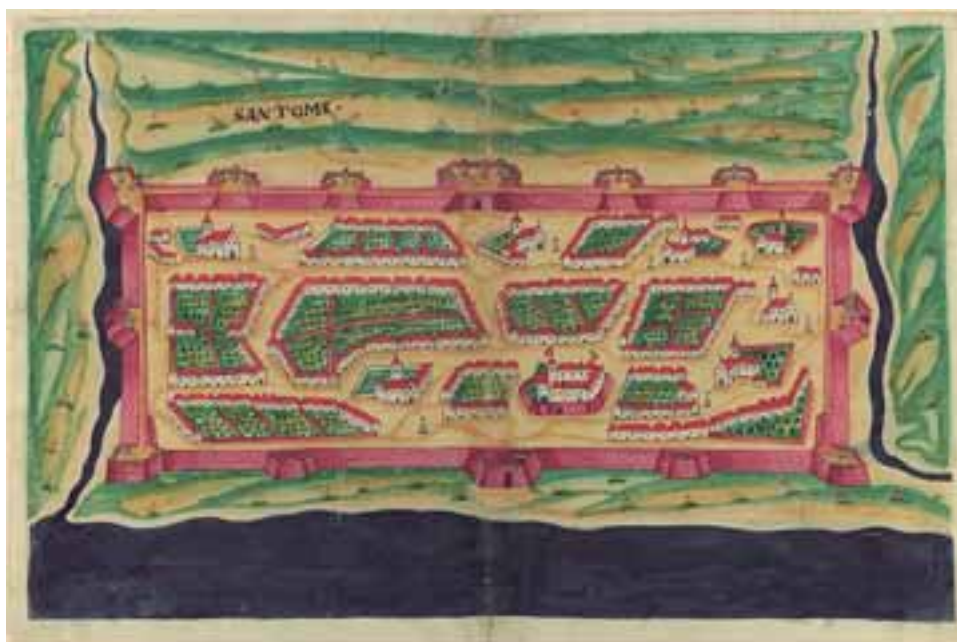


não havia dinheiro sequer para as obras da fortificação (Pato, 1880-1982, X: 37). Tudo isto teve repercussões no atraso do assunto da fortificação, que se arrastou até 1630 (Matos, 2000, I: fl. 426; II: 281; 321), e no ambiente da cidade, provocando um nível de instabilidade ao ponto de ter sido equacionado enviar no início de abril um ouvidor-geral do crime (Matos, 2000, I: fl. 460).

Não obstante a série de entraves que envolveram a construção do sistema fortificado, o relatório de Bocarro e Resende dá o ponto da situação até 1635, atestando um circuito de muralhas com cerca de cinco braças de altura e dez palmos de largura.

Partilhamos da opinião dos investigadores Pedro Dias, Walter Rossa e José Silva (ou melhor, da opinião geral de vários investigadores) que avaliam este desenho mais exagerado e perfeito que a própria realidade (Dias, 2009a, IX: 118; Rossa, in Mattoso e Rossa, 2010: 389; Silva, 2014: 299). Mas isto até os próprios autores souberam reconhecer, uma vez que afirmam no relatório que os baluartes “estão afastados uns mais outros menos” (Bocarro e Resende, 1635: fl.144v), contrariando o espaçamento regular que evidenciam na representação.

No entanto, é na própria imprecisão e contrariedades entre os conteúdos do texto do relatório com a representação que o acompanha que, para nós, surgem os dados mais interessantes para podermos avançar com uma hipótese de reconstituição do perímetro e estrutura fortificada.



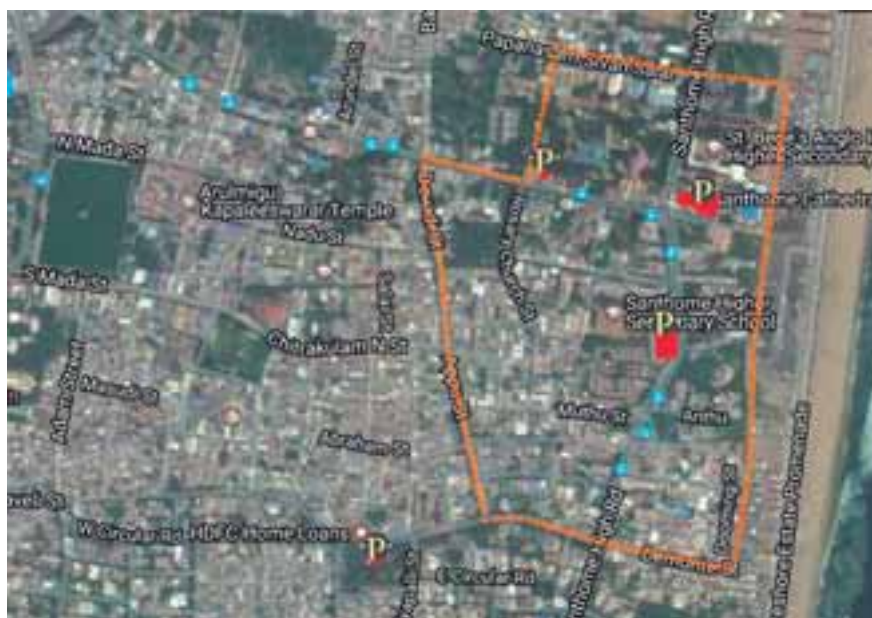
São Tomé de Meliapor. António Bocarro e Pedro Barreto de Resende, *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, 1635. Biblioteca Pública de Évora, Códice CXV/2-1.

No relatório afirma-se que “a cidade está situada quase em redondo com 2600 passos de circuito”, mas o registo gráfico apresenta uma forma rectangular. Também, como bem notou Henry Love (1913: 297), no relatório contabilizam-se doze bastiões, nomeiam-se treze e desenham-se catorze. O que implica admitir, como diz Walter Rossa, “que os autores nunca ali terão estado” (Rossa, in Mattoso e Rossa, 2010: 389). Mas isto não significa que António Bocarro e Pedro de Resende não estivessem a par dos projetos para a fortificação e do percurso das obras, como viemos a perceber para o caso de Malaca, e o cargo de secretário pessoal do vice-rei António de Noronha (1629-1635), não tivesse permitido a Pedro Barreto de Resende saber (Garcia, 2009: 26).

O próprio conteúdo do relatório concorre para esta hipótese, dado que patenteia o estudo que se equacionava para insular a cidade, aproveitando-se dois cursos de água, a norte e a sul, como mostra a representação: “e se trás em prática que se podem juntar

ambas [as lagoas] com que fica a cidade cortada de água porque não tem ao presente nenhuma cava que defenda o muro” (Bocarro e Resende, 1635: fl. 144v, destaque nosso). Mais, a representação inclui o conjunto torreado e fortificado localizado no interior da muralha que poderá corresponder ao pedido que o capitão António Manuel fez em 1623 ao monarca, para servir como último reduto, e que hoje se encontra detalhado por Pedro Dias (Dias, 2009a, IX: 115-116).

Trabalhando os dados que Bocarro e Resende disponibilizam, concluímos que os 2600 passos indicados, falham apenas em cerca de 350 metros a hipótese testada por Henry Love e Walter Rossa, que supõem que a fortificação foi erguida em dois momentos. Para Henry Love um antes e outro depois de 1635, para Walter Rossa um antes de 1614 e outro depois de 1660, resultando em dois rectângulos.

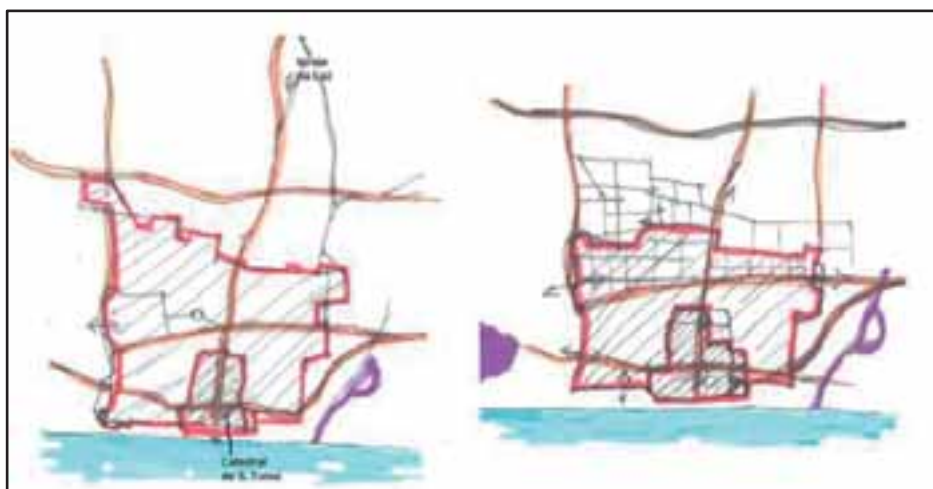


Proposta do limite da muralha. Walter Rossa, 2010. [www.hpip.org](http://www.hpip.org).

Considerando a dimensão e limites do primeiro rectângulo que Walter Rossa diz estar em construção em 1614, é verdade que o convento de S. Francisco, como parte do

casario, ficava extramuros. Condição que Bocarro e Resende atestam ser verdade. Mas acarreta reconhecer que nem a forma urbana se aproximava a um “redondo”, nem o circuito muralhado tinha 2600 passos e, mais uma vez, contradiz a representação, que dá a entender que o convento de S. Francisco ficava intramuros.

O arquiteto José Silva, admite duas hipóteses diferentes de Walter Rossa. Uma que recupera a hipótese de Henry Love, assumindo que o perímetro muralhado resultou de duas fases. Uma primeira ao género de cidadela nuclear, em que a muralha fechava à zona junto à Casa do Apóstolo e os edifícios centrais da cidade, ou seja, as construções a este da *Bazaar Street*. Uma segunda fase, para a qual apresenta duas propostas do circuito, que foi ligada ao primeiro circuito, com uma linha de muralhas mais extensa, que rodeou a restante cidade construída no século XVII, com o limite a oeste da hoje *Bazaar Street*. Este último circuito muralhado terá tido diversas operações de reforma e demolição por parte das forças de Golconda e pela administração francesa (Silva, 2014: 294-301).



Proposta do circuito muralhado. José Silva, *S. Tomé de Meliapor em fins do século XVII na Storia do Moghor de Niccolao Manucci*, 2014, 301.

Ambas as hipóteses ultrapassam a dimensão proposta por Bocarro e Resende. E o resultado da sobreposição das várias suspeitas com a malha urbana atual, tendo em conta a localização de alguns elementos para os quais está atestada ou existe hoje marcas de implantação, aproxima-nos de uma conclusão que é intermédia a todas. Acrescentamos, até como forma de explicação do processo a que submetemos todos os dados coligidos e trabalhados, que, os doze baluartes contabilizados por Bocarro e Resende são o mesmo número que se contabiliza na planta de Valentyn de 1674.

Bocarro e Resende dão também conta que o baluarte sobreposto à Porta de Terra (no desenho, Porta de São Francisco) era “novo” (Bocarro e Resende, 1635: fl. 144), pelo que podiam estar a referir-se a uma construção recente ou a uma adição a um projeto anterior. Baluarte que Henry Love considera estar implantado sob um caminho preexistente que, na atualidade coincide com a rua *Rosary Church* (Love, 1913: 300), ou seja, próximo do limite a oeste inferido por Walter Rossa e por José Silva numa das hipóteses, e que depois de 1635 acompanha a linha de muralha até *Arundel Street*.

A tudo isto, juntam-se os dados da outra planta do estado da fortificação em 1674, que se aproxima, no topo oeste, mais a um semicírculo que a um retângulo, e ao que testámos, inclui no perímetro interno o convento de S. Francisco, como a planta publicada por Valentyn.

Em resumo, parece-nos que o relatório de Bocarro e de Resende dá conta do estado de transição da fortificação, o que nos leva a supor uma das três. Ou se continuava a seguir o plano de Júlio Simão, estando resolvida a questão de 1622 na qual parte dos moradores dificultava a passagem da muralha, obrigando à exclusão de parte da povoação. Ou, o plano de Júlio Simão, estava desatualizado à condição urbana já em

1622 excluindo parte da povoação, pelo que, como vimos atrás, o capitão António Manuel foi obrigado a informar vice-rei do desajuste da fortificação à forma da cidade. Ou o próprio Júlio Simão ter-se-á apercebido deste desajuste, tendo procedido à atualização da traça no local, possivelmente incluindo a proposta de insulação e enviando a nova proposta ao monarca depois do levantamento que fez do estado da obra que encontrou, mas o projeto mantinha-se em discussão.

De qualquer maneira, as plantas de 1672 e 1674 revelam a conclusão da obra, ainda que contenham as alterações, nomeadamente na fachada virada ao mar, que sabemos ter sido logo intervencionada por Niknam Khan em 1662, e na Porta de Terra, que foi reconstruída durante as administrações mogul e francesa, alterando-se a sua denominação para *Porte Royal*.

Mas quanto a ter existido uma significativa alteração da forma e dimensão da muralha, como Srinivasachari dá a entender quando diz que durante a administração francesa houve “a considerable extension of the fortifications of the place, particularly on the western or land side” (Srinivasachari, 1939: 74), sabemos que não é verdade. Aliás, James Wheeler, que antecede a análise de Srinivasachari, e pertenceu aos quadros da administração inglesa de Madras, diz que “they fortified far more **strongly** than the English were fortified at Fort St. George” (Wheeler, 1861: 78, destaque nosso), não que a fortificação foi ampliada.

Segundo a obra *Mémoires de François Martin* a muralha urbana ao tempo dos portugueses, era mais frágil do lado virado ao mar, sem qualquer flanco, não passando de um muro com oito a dez pés de altura, ao qual Niknam Khan acrescentou quatro

bastiões (Martin, 1665-1696: 336-337). Reforma que contou com a destruição da “porte de terre qu’on nomma depuis la Porte Royale” (Martin, 1665-1696: 337).

Uma das primeiras resoluções do governador francês de São Tomé de Meliapor, De La Haye, foi proceder a um levantamento de tudo quanto diz respeito à cidade e reforçar a fortificação. É talvez este é o motivo pelo qual conhecemos hoje a planta com o topo em redondo que marca a *Porte Royale*. No entanto, um mês após a entrada dos franceses, teve início o assédio (quase) ininterrupto das forças muçulmanas, em grande parte incidindo sobre esta porta, a parte da muralha que, além do topo sudeste onde se reestruturou o bastião de S. Paulo (depois *Fort San Peur*) (Carré, 1666-1674, II: 465), teve de facto uma intervenção por parte do dirigismo de De La Haye. Uma nova intervenção terá acontecido, possivelmente depois de dezembro de 1673.<sup>30</sup>

Perante a agressividade dos exércitos de Golconda, De La Haye acrescentou uma série de redutos, minas, contraminas e valas ao redor das muralhas que as *Mémoires* (Martin, 1665-1696) e o relato de Abbé Carré (1666-1674) dão conta e estão patentes na planta publicada por Valentyn. Além de tudo isto, fortificou o pagode situado na direção da *Porte Royale*, ao que tudo indica, o pagode de *Kapaleeshwarar*.

Ainda segundo estas duas fontes, sabemos que distância entre o baluarte da porta da muralha, que como vimos corresponde ao baluarte da Porta de Terra da muralha portuguesa, e o templo hindu, era de 400 passos (Martin, 1665-1696: 336), “a musket-shot” ou “half a cannon-shot” (Carré, 1666-1674 II: 445; 475), ou seja, tendo em conta que o passo francês ronda os 0,624 ou 0.649 metros, cerca de 250-260 metros, que

---

<sup>30</sup> “there was heavy rain in Santhome inundating many parts of the town. The rains were so heavy that the walls on the western side of Santhome were completely washed away by the flood waters. These walls were actually made of a mixture of mud and bricks some time earlier” (Stephen, 1998: 257).

batem na malha urbana atual um pouco a oeste da intersecção da *Salai Street* com a *Nadu Street*, ou seja, a oeste da linha traçada por Walter Rossa (em *Bazaar Road*) e próxima à segunda proposta de circuito muralhado apresentada por José Silva.

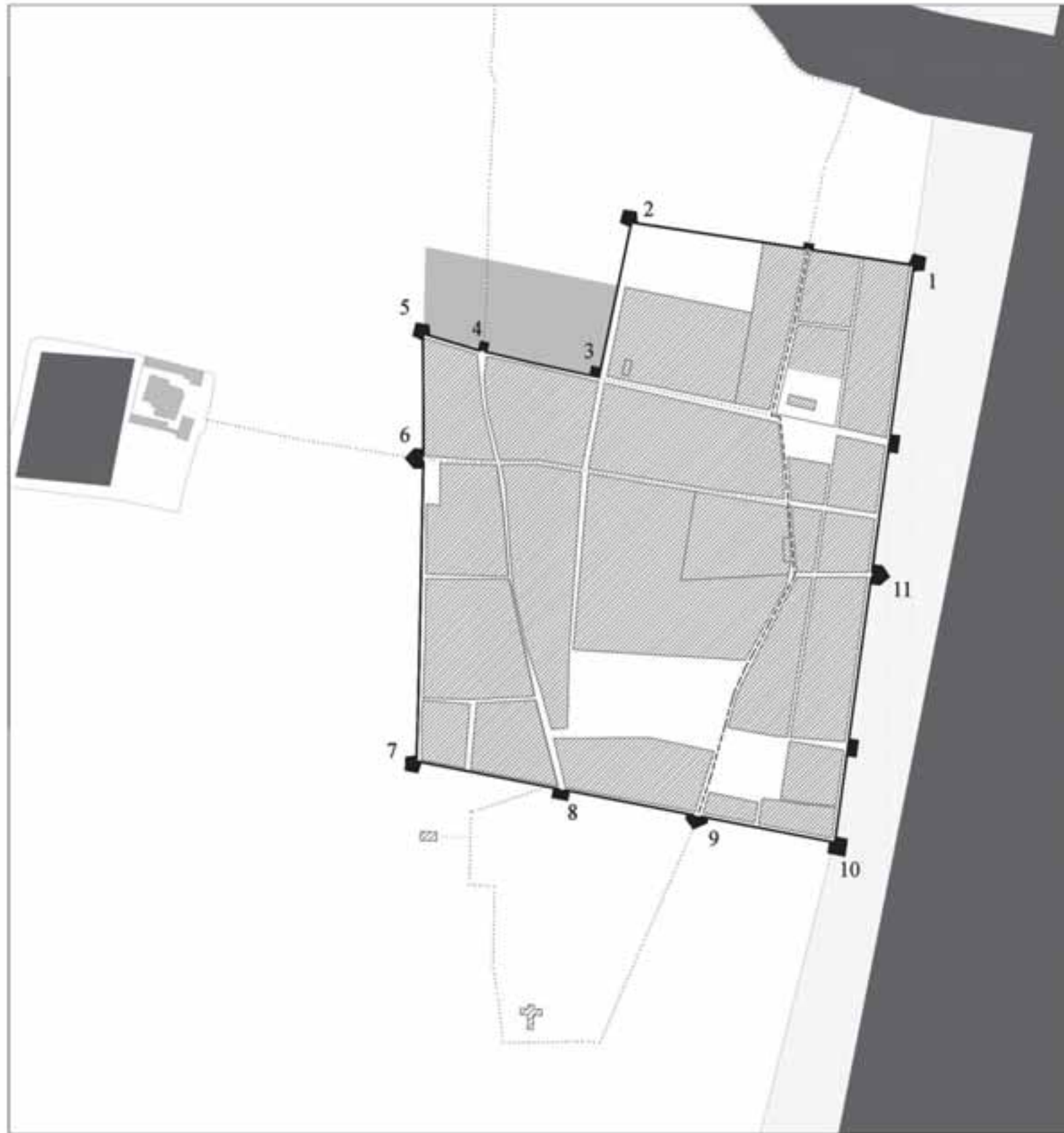
Esta distância coincide com a passagem da muralha abaluartada da planta publicada por Valentyn sobre a *Nadu Street*, quando sobreposta à malha urbanizada da cidade contemporânea. No entanto, a sobreposição da planta revela que o desenho, apesar de escalado, não é rigoroso. A título de exemplo, a igreja de Nossa Senhora do Rosário, está posta do lado de fora da muralha, bem como a rua da *Bazaar Road* rasga a muralha bem mais a oeste do que a planta dá a entender. Quando a toda esta informação acrescentamos a planta francesa de 1674, a *Porte Royal* situa-se um pouco abaixo da intersecção da muralha da planta publicada por Valentyn com a *Nadu Street*. Por tudo isto e, tendo em consideração o perímetro da muralha dado por Bocarro e Resende, consideramos que a Porta de Terra da muralha portuguesa se tenha localizado na intersecção da *Salai Street* com a *Nadu Street*, onde, aliás, a malha urbana apresenta uma dilatação da via, que não acontece na parte do arruamento atravessado pela muralha da planta publicada por Valentyn.









# SÃO TOMÉ DE MELIAPOR

## PROPOSTA DO TRACADO DO SISTEMA DE FORTIFICAÇÃO



-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Proposta do traçado do sistema de fortificação (1. Balaarte de S. Domingos; 2. Balaarte de S. Tiago; 3. Balaarte de S. António; 4. Balaarte de S. Agostinho; 5. Balaarte dos Ferreiros; 6. Balaarte de S. Francisco; 7. Balaarte de Salvador Resende; 8. Balaarte de João Ruiz de Sousa; 9. Balaarte da Madre de Deus; 10. Balaarte de S. Paulo; 11. Balaarte da Couraça)
-  Traçado do eixo viário principal
-  Traçado das estradas de acesso





# SÃO TOMÉ DE MELIAPOR

INSERÇÃO DA PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA NO TECIDO URBANO ATUAL



10 50 100 500 700

Escala gráfica: 1: 7 000



A hipótese do circuito que avançamos é, pois, esta: corre sobre a rua entre a Basílica e a praia, apanhando quase no topo sul a *Dooming Street*, virando no sentido oeste pelas ruas *Demonte* e *Madha Church* (cujos nomes sugerem um rastro da influência portuguesa e a última, aliás, pode ter que ver com a localização da Madre de Deus). A muralha terá seguido, virando no sentido norte, pela *New Street* seguindo depois pela *Salai Street* e daí até entestar com a *Kutchery Road* (um pouco a oeste do cruzamento com a *Bazaar Road*), onde hoje rasga um quarteirão cuja disposição dos lotes e limites apontam para a existência de uma linha ou limite anterior à sua construção. A partir daí terá descido no sentido este, perpendicular à costa, pela *Kutchery Road* até encontrar a *Rosary Church Street 1st Lane*, seguindo paralela à praia, correndo sob o que hoje é um muro de estrema, até intersectar com a *Papanasam Sivan Salai Road*. Terá seguindo depois perpendicular à *Santhome High Road* até ao fecho da muralha no topo nordeste.

Tendo um limite físico traçado, podemos supor mais algumas considerações acerca da malha urbana.

Um dos primeiros aspetos é a localização das portas urbanas, que rasgam no circuito a continuidade dos eixos viários que estariam já presentes no terreno. Assim sendo, identificamos na malha urbana atual, além da Porta de Terra e da Porta de Mar aberta junto à Câmara da Cidade e à Misericórdia, que foram rasgadas obedecendo a um dos eixos principais da cidade, coincidente com a *Nadu e Sullivan Streets*, a Porta Sul, situada no atravessamento do eixo principal, onde hoje a *Santhome High Road*, se intercepta com a *Madha Church*. Existe ainda uma outra porta secundária neste lado da muralha que liga o eixo de atravessamento desde a porta aberta junto ao Bazar à parede

São Tomé de Meliapor, Tamil Nadu, Índia

sul da muralha, na direção da estada de acesso à igreja da Madre de Deus. Esta porta coincide hoje com a intersecção da *Appu Mudali Street* com a *Madha Church Street*.

Ainda na análise morfológica, o eixo principal da cidade, atual *Santhome High Road*, não era, na sua forma mais literal, uma rua Direita, mas era de facto o eixo de atravessamento e cruzamento da povoação que ligava a Porta Norte localizada na intersecção da *Santhome High Road* com a *Papanasam Sivan Salai Road* à Porta Sul. É a este eixo que o arruamento conflui, quer se trate do arruamento perpendicular (travessas), quer o paralelo, descarregando-se na praça ou terreiro fronteiro ao Colégio de S. Paulo. Também nesta praça se descarregava a rua que hoje coincide com a *Devadi Street* e *Appu Mudali Street*, na continuidade da *Bazaar Street* que, à época a que este estudo diz respeito, terá sido um eixo secundário do arruamento, mas como vimos influenciou a morfologia urbana. Um circuito ao género de liça, rodeava todo o perímetro da muralha, pelo que a muralha, embora independente da malha urbana segue os limites dos quarteirões, sem, no entanto, tocar-lhes.

Em relação ao loteamento, tudo indica, como temos vindo a expor, que o parcelamento dos lotes correspondeu a um tipo estreito e comprido, que disposto lado a lado, conforma a dimensão dos quarteirões.

O estudo de Isaiah Ramalakshmi, focado à análise da estrutura urbana da zona de *Mylapore*, em particular, à componente de arquitetura habitacional vernacular colonial e propostas de conservação, conclui que “outside the temple [Kapaleeshwarar], the spatial lay-out of long deep narrow plots of contiguous buildings dates the environs to the end of the seventeenth century. The conversion of adjacent open lands and coconut groves into housing took place in the eighteenth century and this led to a change in settlement

pattern” (Ramalakshmi, 1996: 116). O que corrobora o tipo e prática transversal de loteamento aplicada pela ação portuguesa em São Tomé de Meliapor.

Mas este lote estreito e comprido, verifica-se na malha urbana atual com maior incidência nas áreas a oeste da *Bazaar Road*, sendo a que a urbanização do lado este, apresenta uma maior concentração de “colonial style elegant bungalows each in its own spacious compund”. Porém, como explica Ramalakshmi, “although the site of an early Portuguese settlement, today owes its urban form with wide streets and spacious bungalows (...) primarily to colonial influences” (Ramalakshmi, 1996: 118- 119).



Housing in the Heritage Zone. Isaiah Ramalakshmi, *Development through Conservation: a sustainable development strategy with special reference to a heritage zone in Madras*, 1996, 118.

Tudo isto vem ao encontro das conclusões de José Silva, que admite a importação de um módulo de base do loteamento, estreito e comprido, que foi implementado em São Tomé de Meliapor e que, além do rei de Golconda ter mandado “*arrazar* a cidade em 1674, «não ficando pedra sobre pedra»” “na área que terá sido o núcleo e a parte mais antiga da cidade de S. Tomé, leva-nos a formular a hipótese de ter a administração inglesa de Madras, depois da ocupação de 1749, iniciado um processo, por um lado, de esvaziamento do núcleo central da administração dos portugueses (...) e, por outro lado, de demolição dos edifícios mais antigos que poderiam não oferecer condições de segurança e salubridade, deixando somente alguns edifícios religiosos” (Silva, 2014: 289; 295-296).

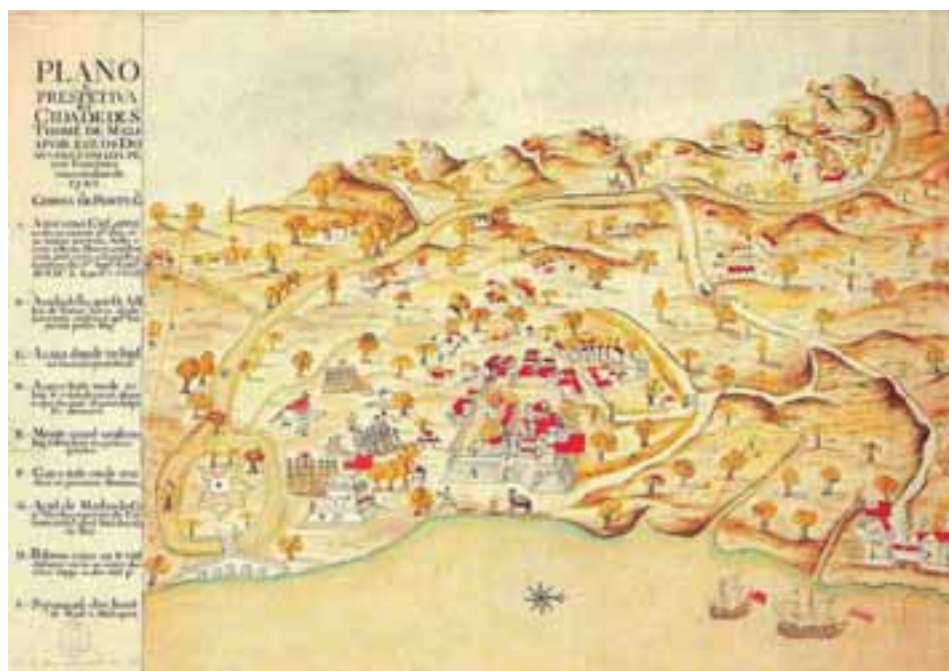
Na linha do que Walter Rossa apurou, também a nossa hipótese para a dimensão da muralha, “deixa de fora bairros inteiros onde ainda hoje encontramos não só a maior parte das igrejas, mas casario com claras influências portuguesas” (Rossa, in Mattoso e Rossa, 2010: 389). Condição que se manteve até à capitulação da cidade em 1662, e até bem depois. O que pode ter uma explicação no raio de ação onde a influência portuguesa chegou, e que subentende a existência de um *termo*.

José Silva analisou já, de forma profunda e bem documentada o desenrolar dos acontecimentos entre a perda da cidade em 1662 e 1750, o que inclui os episódios que envolveram a destruição da fortificação em 1674, bem como a sua reconstrução parcial nos anos seguintes (Silva, 2014: 188-210). O início do século XVIII é, no entanto, o ponto onde devemos voltar para discutirmos os arrabaldes e o *termo* de Meliapor.



#### 4.9. os arrabaldes e o termo

De acordo com Hélder Carita, à semelhança de Cochim e Negapatão, Meliapor era uma entidade urbana com “aldeias que asseguravam o seu suporte logístico” (Carita, 2005: 96). Por outras palavras: o *termo*. Carita chega a listar estas aldeias: *Kottur, Theynampettai, Monte Pequeno e Monte de São Tomé (ou Monte Grande)*, identificando-as num mapa do século XVIII, que corresponde ao *Plano e Perspectiva da Cidade de S. Tomé de Meliapor*.



Plano e Perspectiva da Cidade de S. Tomé de Meliapor, e seus domínios, tomada pelos ingleses um Outubro de 1749 a Coroa de Portugal, c. 1768. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Gav. III, nº 22.

Em 1718 existia em Meliapor um capitão-mor delegado pela Coroa Portuguesa e o vice-reinado de Goa, que administrava a povoação de portugueses, inclusa aos muros do bairro (Noronha e Radulet, 1994: 159) conservado até à administração muçulmana, mas não tinha qualquer poder sobre as terras ou populações fora deste limite. São Tomé de

Meliapor era um enclave da própria cidade. Uma “pequena, e pobre Republica, com seus Officiaes, [...] [onde se viam ainda] algumas familias, que procuraõ como podem, fomentar o lustre Portuguez” (Guerreiro, 1732: 154-155). Por esta altura os muros foram derrubados, tornando-se São Tomé Meliapor mais uma parte da cidade, não um mundo à parte (cf. Silva, 2014).

No início da década de 1750, no vice-reinado do Marquês de Alorna, foi equacionada a possibilidade de voltar a submeter Meliapor à administração portuguesa, alimentada pela confirmação a António de Noronha dos privilégios que antes haviam sido concedidos pelos regentes de Golconda. O que implicou o restabelecimento da administração da Coroa Portuguesa sobre as aldeias que teriam constituído o anterior termo de Meliapor (Noronha e Radulet, 1994: 160). António de Noronha terá visto nesta atitude uma hipótese de reverter a situação de enclave a que o bairro estava submetido, propondo a sua substituição para um tipo de cidadela, voltando a construir-se os muros segregadores. Foi sol de pouca dura esta ténue administração portuguesa, já que os ingleses viram nesta ação um impasse ao desenvolvimento do seu porto em *Madras*, e a redução do território que desde 1749 incluiu a área de *Mylapore* (Love, 1913: 338), acabando por exilar Noronha. A intervenção dos franceses em São Tomé de Meliapor em 1758 acabou por restituir Noronha ao cargo e o bairro e termo de Meliapor à Coroa Portuguesa durante três meses, mas de novo o assédio britânico afastou Noronha dos objetivos, obrigando-o a retirar-se para *Pondicherry* (Noronha e Radulet, 1994: 162). Os limites das terras e rendas associadas que se pretendia ter de novo e que os portugueses alegavam ter herdado do que ao apóstolo S. Tomé foi doado pelos regentes

antecessores ao regente de *Vijayanagar*, seriam então aqueles que estão descritos numa carta de 1517 e que, pelo conteúdo da própria carta, foram inspecionados no local:

Esta casa do apóstolo São Thomee tinha grande terra asy pelo sertão como pela ourela do mar que lhe pagava grandes tributos e tinha grandes padrões por onde demarcava a terra com as outras comarquas, os quaes nos vimos e plo desfalecimento dos christãos o rey da terra tomou tudo pera sy (Rego, 1947, I: 298).

Estes “padrões”, que em bom rigor nada têm que ver com marcos de extremas em pedra, foram referidos por Couto, que explica que em 1552 foram pagos a um brâmane que advogou ser o único conhecedor do seu paradeiro, pelo vigário de Meliapor, António Penteadó, e os moradores. Tratavam-se de três placas de metal datadas de 1259, cuja descodificação Couto incluiu no seu texto, que confirmavam a doação de *Vijayanagar* pela mão do *modeliar* (representante local da autoridade), à Casa do Apóstolo, das seguintes terras:

partem do Chandegari com Paliorcota, Cotur, e Meliapor; e este lugar de Meliapor parte com o Palepate, e com o de Cotur da banda do Nascente, e além do rio da banda do Sul, e da outra parte com o mar, e da do Norte com Frivanor. Entre estes lugares ha hum, que se chama Urur, e outro Cateparede, e outro Catetangul, e outro Perogum Rey, que he cabelá delles. E estes lhe dou Abadara Modeliar pera ajuda de alumiar a sua casa. E todos estes lhe dou com suas casas, sementeiras, hortas, rios, aguas de prezas, thesouros, rubis, e todas as mais pedras preciosas, que se acharem por sima, e por baixo da terra, e todo o navio, e cousas que vierem de mar em fóra quebrar em seus termos, e toda a madeira, e os direitos de alguma náó que alli carregar, tirando algum pedaço de terra, se antes disto tiver dada a algum Pagode (Couto, 1595, VII, II: 485).

Segundo uma carta de D. Filipe II, de fevereiro de 1610, sabe-se que muitos dos habitantes de São Tomé de Meliapor possuíam aldeias e propriedades, pertencentes à esfera da Fazenda Real, que escapavam aos foros da Coroa, sendo, para mais, obtidas por herança à laia da autorização ou confirmação do Estado. O monarca pediu que esta situação fosse averiguada, ordenando a elaboração de “hum breve termo diante de hum julgador e pessoa de confiança” (Pato, 1880-1982, I: 313), feito conforme a apresentação dos títulos das propriedades, de forma a proibir a confirmação dos foros a quem não possuísse o título. Atitude que revela uma forma de enquadramento administrativo-jurídico das propriedades, que no fundo é o embrião da criação de um *termo*.

Também em 1610, avaliando a política interna ao subcontinente indiano e a proximidade da morte do rei de *Vijayanagar*, que certamente iria causar dissensões entre os três herdeiros e sobre que territórios iriam herdar, o monarca antecipou ao governador em Goa que,

devia mandar secretamente que, tanto que elle fôr morto, **se accrescentem a esse Estado as terras que estão ao redor da cidade de São Tomé tres ou quatro léguas e adjacentes a ella**, o que se poderá bem fazer com pouca mais gente das que ora ha n’ella, por as de que são habitadas ser fraca e não exercitada na guerra, e haver de folgar de se livrar das tyrannias do dito rey e seus ministros; **e que depois de senhoreada e repartida não haverá alteração**, e sem muito cabedal poderei ser senhor de todo o Concão, e terá minha fazenda n’ellas mais renda que em todo o Estado da India (...) e que se pode esperar alcançar-se com a morte do dito rey o thesouro do pagode de Tripiti, que está seis léguas de São Thomé, que se diz ser de grandissima importancia, por acudirem a elle de todas as partes do Oriente, sem o que n’elle entra sair mais; sobre que me pareceu dever-vos encommendar, como faço, me envieis vossa informação (Pato, 1880-1982, I: 359, destaque nosso).

Encontramos neste extenso trecho os limites do que o monarca considerava ser o termo de São Tomé de Meliapor. Bem como a ação dirigida da repartição e atribuição das propriedades que antecede uma estratégia de povoamento.

Em 1617 este pedido foi reiterado, de forma subliminar, mas apoiado pela nomeação do cargo de capitão para o efeito, como fica claro na expressão: “de lançar mão de alguma coisa em Bisnagá, como dizeis que se fizera, se em Meliapor houvera capitão, quando aconteceu a morte do rey” (Pato, 1880-1982, III: 363).

Os trâmites em que decorreu a posse do território, bem como aquela que Miguel Ferreira concertou com o *Vijayanagar* (Silva, 2014: 264), ou como homens como Nuno Álvares de Faria obtiveram dos *adhikāris* e *pālaiyakkāras* de *Vijayanagar* o direito à posse do Monte Pequeno em 1545, ou os jesuítas os terrenos em *Egmore*, que atrás demos conta, são-nos desconhecidos. Mas Jeyaseela Stephen assevera que após a perda da cidade para Golconda, “several of the Portuguese traders who lived on the outskirts of Santhome were permitted to retain their property and houses in Santhome so as to continue their trade” (Stephen, 1998: 253). Propriedades que podiam estar incluídas na autorização de coleta de receitas de cinco aldeias nas imediações de Meliapor que os *nayakas* reverteram aos capitães portugueses (Stephen, 1998: 384), em data incerta, mas que pode coincidir com a concessão de dez aldeias em Negapatão pelo *nayak* de *Thanjavur* (Stephen, 1998: 240).

Também as *Mémoires* de François Martin referem que um dos pontos tidos no levantamento feito por De La Hay exigia “dresser un état de ce qu’on avait trouvé dans la ville, de faire un dénombrement des maisons, **un papier des terres, des dépendances** et généralement de tout” (Martin, 1665-1696: 386, destaque nosso).

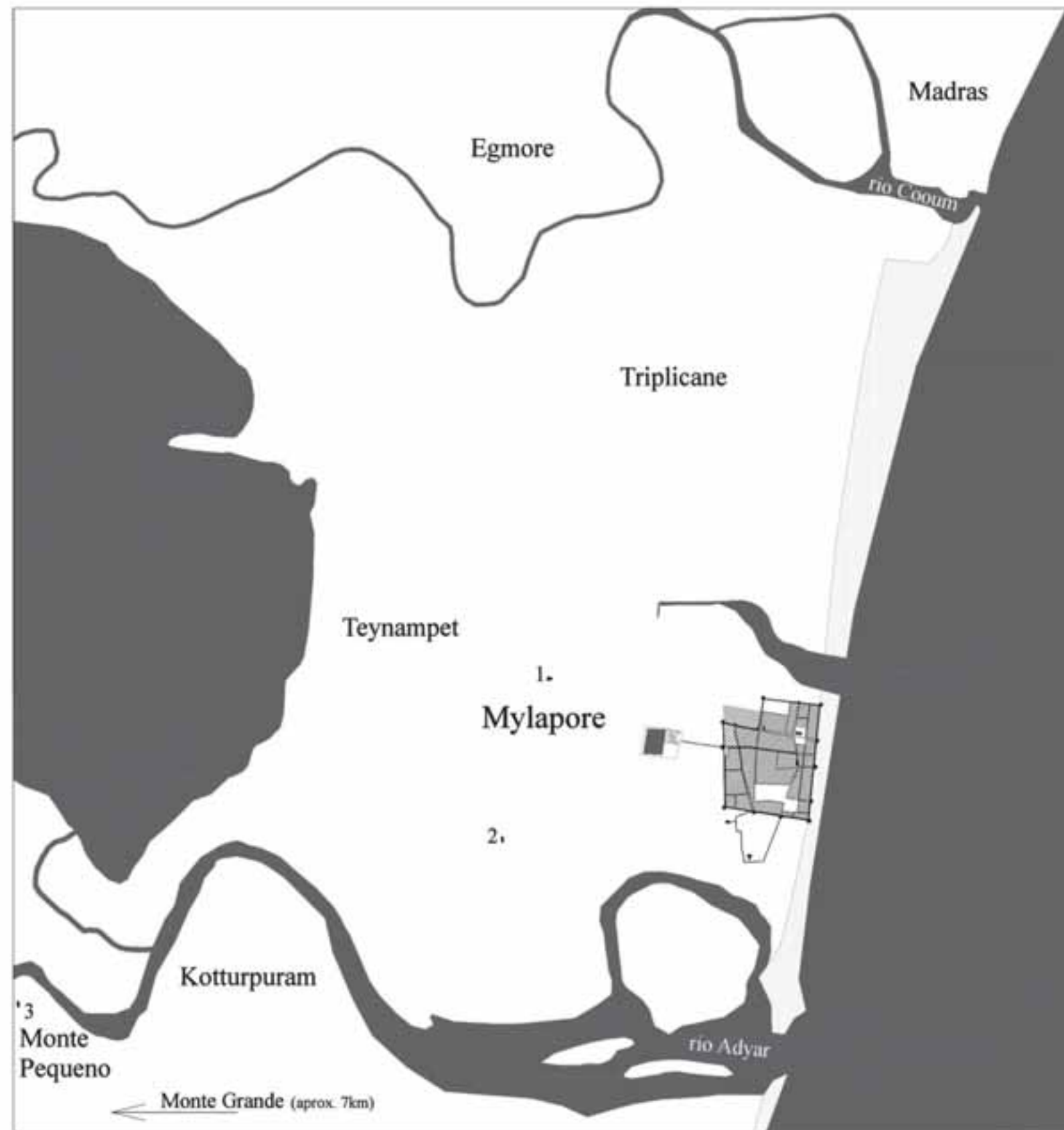
Terras e dependências que provavelmente seriam aquelas que chamaram a atenção ao governador francês De La Haye, onde os portugueses habitantes do intramuros após a conquista pelas forças de Golconda foram autorizados a “de demeurer dans les dehors où ils avaient du bien en terre et maisons” (Martin, 1665-1696: 336) e onde se situavam “country houses that provided large revenues to the town”. Também as propriedades que os franciscanos e jesuítas tinham em sua posse pelo território (Carré, 1666- 1675, II: 438-439), as quais De La Haye não confunde com a paisagem frente à *Porte Royale*, marcada por “streets and houses of the suburbs” incrustadas no meio da vegetação (Carré, 1666-1675, II: 455). Paisagem rural que coincide com aquela que Bocarro e Resende dão conta no seu relatório nas imediações da cidade:

os casados tem algumas hortas ao longo dos muros pela banda de fora com casas de pedra e cal, com muita fruta onde se dão todas as da Índia porque o clima desta terra é de excelentes ares muito sadio, onde vivem os homens com muita saúde e a terra muito fresca e fértil e abundante de todo o necessário para a vida humana, e em extremo barata (Bocarro e Resende, 1635: fl.145).

Em conclusão, o termo de Meliapor por certo não se traduzia numa posse territorial em extensão, sim em bolsas que, aqui e ali, mais ao género de arrabalde, como o trecho de Bocarro e Resende dá a entender, ou mais para o interior pelas concessões de terra que vimos antes, estavam tributadas à presença portuguesa, fosse ela, oficial, informal ou pela ação dos religiosos. No entanto, avaliando os dados que temos, é razoável avançarmos com uma noção hipotética do termo da cidade, que inclui o Monte Grande, Monte Pequeno, *Kutturpuram*, *Teynampet*, *Egmore* e *Saidapet* que, em nome do bom rigor, nunca poderá circunscrever em absoluto o raio da ação e influência portuguesa.

# SÃO TOMÉ DE MELIAPOR

PROPOSTA DAS ÁREAS AFETAS AOS ARRABALDES E TERMO



- Área aproximada da implantação portuguesa
- Equipamentos (1. igreja de Nossa Senhora da Luz; 2. igreja de Nossa Senhora do Descanso; 3. igreja do Sagrado Sacramento (atual Nossa Senhora da Saúde))



10 350 700 1750 3500

Escala gráfica: 1: 35 000





## MACAU, 1553-1663 (...1999)

(Região Administrativa Especial de Macau, China)



Localização geográfica e topo geografia de Macau.

Macau, R.A.E.M., China

*Macau como uma folha de lótus (...) com dezenas e dezenas de casas brancas, mergulhadas em fumos e neblinas. São as habitações dos bárbaros. Percorrendo mais 60 li atinge-se a Porta do Cerco.*

(Qu Dajun, in Yin e Zhang, 2009: 327).



Vista do Porto Interior tirada da Fortaleza do Monte.  
Vista das traseiras da fachada da igreja de S. Paulo para a área da Praia Grande.



Identificação do tecido urbano em análise.

Macau, R.A.E.M., China



1. Fachada da igreja de São Paulo; 2. Vestígios da muralha portuguesa.



3.. Placa do Largo da Sé; 4. Igreja de S. Domingos.



5. Largo do Senado; 6. Santa Casa da Misericórdia.

### ***5.1. introdução***

Macau<sup>1</sup> é a cidade do império português na Ásia que mais tempo esteve sob administração portuguesa, de 1557 a 1999, constituindo-se, por este motivo, a última cidade do colonialismo europeu. A declaração acordada entre Portugal e a China em abril de 1987, resultou na entrega total da administração de Macau à China em 1999, tornando Macau uma das Regiões Administrativas Especiais da República Popular da China, que, tal como Hong Kong (R.A.E.H.K., antiga colónia britânica), adquiriu um estatuto administrativo especial que lhe confere uma certa autonomia.

O porquê de interrompermos o estudo da urbanística de Macau em 1663 tem que ver não só com o próprio arco cronológico que definimos para a investigação, que coincide com a entrega da última possessão portuguesa na Ásia, Cochim, mas também e, do ponto de vista da história de Macau, com o momento em que, entre 1663 e 1667, o império da China ponderou, dentro do plano político transversal às populações do litoral e embargo do comércio marítimo, o encerramento da cidade, requerendo a transferência dos moradores para o interior do país. Não logrou, como sabemos, mas o que se passou depois, em especial durante a dinastia Kangxi (1662-1722), é matéria do foro político e dos árduos equilíbrios que, recuperando parte de um dos títulos de Jorge Flores, jogou “a sobrevivência de Macau” (Flores, in Marques, 1998-2003, II: 72), nas relações com as autoridades do Império do Meio (centrais e locais) e com as de Goa e Lisboa. Em Macau viveram-se anos de uma aguda crise económica. O que teve impacto no urbanismo, em particular, na venda de propriedades a homens de negócio chineses (Flores, in Marques, 1998-2003, II: 113), que desde finais do século XVII instalaram

---

<sup>1</sup> Sobre o topónimo de Macau, veja-se Jin e Wu, 2007: 157-178.

alfândegas na cidade. Tudo isto resultou, já no século XIX, numa elevada pressão de urbanização, portuguesa e chinesa, que extrapolou a forma da cidade de fundação, que aqui é o nosso objeto de análise.

Macau é o exemplo das cidades implantadas pela presença portuguesa que melhor conserva traços da presença portuguesa dos séculos XVI e XVII e, ao contrário de casos como Baçaim, ou Damão, estes traços são um património ativo no dia-a-dia dos habitantes. Vemo-los maioritariamente na instituição do Senado da Câmara e nas estruturas religiosas, mas também no cadastro, praças, ruas, hoje significativamente asfixiado e alterado pelo elevado grau construtivo que aumentou a área útil de Macau, quer no plano horizontal quer no vertical. Não obstante, são marcas evidentes que pululam na cidade entre um ambiente cultural marcadamente simbiótico: português e chinês, decididamente macaense, que em 2005 foram reconhecidas como centro histórico pela UNESCO.

Estes são motivos mais que válidos para incluirmos Macau como um dos estudos de caso. Mas Macau reúne outras particularidades que a tornam problemática e um caso de estudo indispensável. É que, um pouco como São Tomé de Meliapor, embora num contexto muito diferente, não resultou de uma instalação levada a cabo por agentes da coroa portuguesa, sim, mercadores que aqui tiveram de facto o estatuto de *lançados*. A ação da coroa sucedeu já no século XVII com o envio do primeiro capitão e governador permanente, quando Macau era uma cidade implantada, quer no terreno, quer ao nível institucional, sendo regida por um Senado da Câmara constituído por moradores proeminentes, quer ainda na consciência da coroa portuguesa ou das autoridades cantonesas, e dos próprios habitantes. Também como São Tomé de Meliapor, Macau

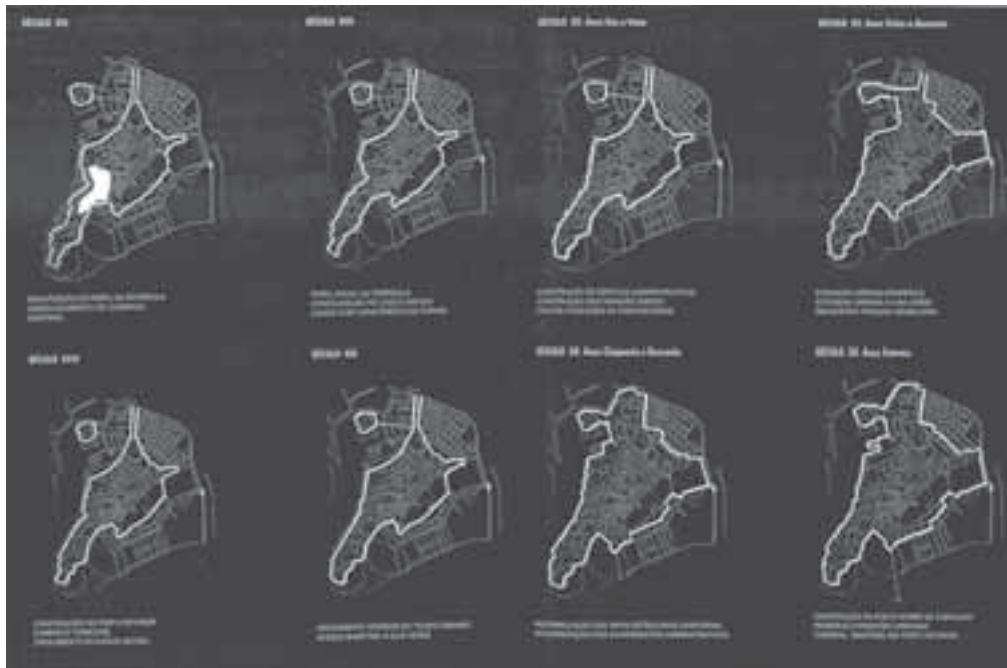
desenvolveu-se numa terra “alugada” (em breve o significado destas aspas ficará claro), dependente da vontade e objectivos do mandarinato e governadores locais e regionais de Cantão. Mas o magnete aqui, foi exclusivamente o comércio, principalmente com o Japão.

A par de Velha Goa, Macau é a cidade do primeiro império da geografia asiática com maior volume historiográfico, nas mais diversas áreas académicas, como facilmente se pode julgar pelo acervo e dimensão dos temas, que vão além daqueles que entroncam diretamente nas questões da identidade cultural de Macau, das instituições implementadas pela presença portuguesa, da arquitetura ou do património construído, ou até da crítica aos planos de conservação ou de políticas de ordenamento de território, que periodicamente se publicam na *Revista de Cultura*, do Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, mas não só. A estes estudos juntam-se, para o propósito do nosso trabalho, os seis volumes *História dos Portugueses no Extremo Oriente* (Marques, 1998-2003), que resultam do esforço e do conhecimento de vários historiadores. Com um olhar mais dirigido à situação económica, social e política, não só numa dinâmica local, mas em permanente cotejo com o ambiente (e ambições) da Coroa Portuguesa, do império da China e das rotas de comércio que atravessaram a Insulíndia e se prolongaram ao Japão, proporcionam uma leitura contínua dos anos em que Macau esteve sob administração portuguesa informando de forma sistemática e profunda o ambiente em que a cidade se fundou e desenvolveu, colmatando as lacunas que as fontes, porque parcas, em especial para os primeiros decénios da instalação, não esclarecem ou se cingem a uma interpretação europeísta. Também o estudo de Jin e Wu (2007) oferece uma leitura que, recuperando o próprio título da obra, *Revisita[r] os*

*primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História*, é feita tendo em consideração as fontes de origem chinesa e a versão das autoridades chinesas, igualmente sujeitas a uma crítica sistemática, permitindo-nos bastas vezes discernir mais facilmente o teor de documentos sínicos que nos chegaram por traduções como a *Breve Monografia de Macau*, de Yin e Rulin (2009).

O que não significa que a análise urbanística esteja facilitada. Pelo contrário, a documentação escrita sobre o período que aqui nos interessa aprofundar é escassa, as espécies desenhadas ou dizem respeito a representações de épocas bem posteriores ou contêm um grafismo mais pictórico que rigoroso à realidade e, como dissemos atrás, a morfologia de Macau, em especial a cidade fundacional, há muito que foi adulterada pelo ajuste necessário da cidade à evolução do tempo e das exigências da sociedade, por catástrofes naturais e por planos urbanísticos que a partir do século XIX transformaram a forma e a paisagem urbana, sobretudo pelos sucessivos aterros que acrescentaram terra ao mar aumentando a área original de Macau de 3km<sup>2</sup> (Sit, 2013: 2). Esta evolução pode ser vista no desenho de João Vicente Massapina, que incluiremos de seguida e, chamamos atenção, que o último desenho diz apenas respeito ao ano de 1970. Taipa e Coloane, são outro exemplo claro da mutação territorial. Antes duas ilhas independentes no arquipélago de Macau formam hoje uma só plataforma. O mesmo pode ser dito acerca da relação entre Macau e a Ilha Verde que, atualmente, só se lê na massa peninsular pela toponímia que a recorda (Estrada Marginal da Ilha Verde, Rua da Ilha Verde e Beco da Ilha Verde).





Desenvolvimento do tecido urbano da cidade de Macau. João Vicente Massapina, “Desenvolvimento do Tecido Urbano da Cidade de Macau: Urbanismos e Urbanidades”, 2002. Macau: *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 2, 51.

A Macau da frase com que abrimos o texto não se encontra pois evidente ao viajante contemporâneo, como tentámos dar a entender pelas fotografias que lhe anexámos, e só vistas como aquelas publicadas no *Atlas van Stolk* nos acedem uma analogia.



Gezigt van Macao, van Casabranca komende. Joan Blaeu (1790-1885) (detalhe), *Atlas van Stolk*.

Foi o que sentimos quando visitámos a cidade, mergulhados no caos de gente e urbanização que diariamente se acumulam nas ruas e tamponam as vistas.

Os estudos dos historiadores Jorge Flores (in Marques, 1998-2003, I, II: 237-257), Rui Loureiro (2002), Pedro Dias (2005; 2009a, XIII: 59-102; in Mattoso e Rossa 2010: 480-496), Jin e Wu (2007), Victor Sit (2013) e José Manuel Fernandes (2015), também em coautoria com Maria de Lurdes Janeiro e Maria João Janeiro (2015), que têm por base fontes documentais (portuguesas e chinesas) e investigações de outros autores anteriores (alguns dos quais citaremos ao longo do texto), são os primeiros onde se faz um resumo do tema da estrutura urbana e da história que lhe deu origem. Com algumas digressões à análise da urbanística, embora de um ponto de vista mais institucional que ao nível dos procedimentos, são os trabalhos fundamentais à nossa investigação e aos quais recorreremos amiúde para levar a bom porto o nosso trabalho. Inclui-se neste pacote o *Nomination Dossier The Historic Centre of Macao* (China; China, 2005), entregue à UNESCO para a deliberação de Macau integrar a lista do Património Mundial, que além de constituir-se uma síntese descritiva dos monumentos e particularidades arquitetónicas de Macau, tem propostas desenhadas do tecido urbanizado nos séculos XVI e XVII.

Também o trabalho de identificação da urbanística chinesa na malha urbanizada contemporânea lançado pelo *Cultural Affairs Bureau of Macau*, que resultou na publicação da obra *Study of Macao's Historical Urban Fabric* (Wang e Cheong, 2010), é uma ferramenta essencial para a correta avaliação dos processos de coexistência, até porque, como Jorge Flores chama a atenção, é necessário refletir acerca das marcas da influência chinesa no tecido urbano de Macau (Flores, in Marques, 1998-2003, I, II: 243), já que a houve nos planos da organização da urbe e da concepção do espaço.

## 5.2. localização e contexto geopolítico

Macau está situada no delta do rio das Pérolas, fronteira à área de *Zhuhai*, integrando a província chinesa de *Guangdong*. A morfologia original do terreno confere a Macau uma particularidade mais vincada que em qualquer outra cidade que constitui os casos de estudo desta investigação. A península praticamente em forma de ilha, apenas ligada ao continente por um fino istmo de base arenosa (*Lianhuaqing*), que em 1574 recebeu a Porta do Cerco e hoje se mantém a linha de fronteira que separa Macau da massa continental chinesa, intercala sete colinas de elevado declive topográfico (de 27 a 91 metros de altura) com zonas planas que se espraiam do sopé destas à zona da costa, na qual se destacam as zonas do Porto Interior e da Praia Grande, situadas na fachada oeste e este da península, respetivamente. A norte das colinas de *Mong-Há*, da Guia e do Monte, outra zona plana estendia-se até à base do istmo.



Plan de la Ville de Macao, et de Ses Environs aux Portugais. Laffite de Brassier, 1781. Paris: Bibliothèque National de France, Département Cartes et Plans, GE SH 18 PF 179 DIV 12 P 3/2.

A carta iconográfica que incluímos, dá-nos uma ideia mais clara da topografia e forma da península de Macau que temos vindo a descrever, estando inclusive assinalada, pela inclusão de barcos, o Porto Interior, onde teve início o porto e a ocupação da península pelos portugueses, já que oferecia melhores condições de atracagem e guarda das naus que a vertente da Praia Grande, mais exposta às condições climáticas, sobretudo nos períodos da monção nordeste e de tufões, originando a movimentação das areias, de maneira que, de ano para ano, a baía perdeu profundidade (Staunton, 1797: 592).

A procura por um estabelecimento de relações comerciais com Malaca, que como vimos em capítulo próprio, resultou na sua conquista em 1511, teve sempre por segunda intenção a ligação à China. Daí que seja usual encontrarmos nos regimentos e documentação relativa à cidade do sueste asiático a procura pelos *chins*. *Chins*, em bom rigor, mercadores chineses, que a armada de Afonso de Albuquerque encontrou em Malaca. O auxílio que prestaram na conquista levada a cabo pela armada portuguesa, resultou no primeiro contato entre portugueses e chineses e Afonso de Albuquerque terá chegado a enviar um chinês para Lisboa em 1512, talvez o primeiro que um dia pisou solo português (Pato e Mendonça, 1884-1935, V: 186; 493) que, segundo a investigadora Maria Manuela Paiva, citando o trabalho de Luis Keil, foi enviado para a capital como um representante cultural do Império do Meio (Paiva, 2008: 46). De Malaca partiram as primeiras viagens comerciais à China, feitas em juncos malaios com auxílio de pilotos e mercadores malaios.

No arco temporal entre a regência de D. Manuel I e de D. João III, à viagem do primeiro feitor português Jorge Álvares, rumo a Tamão (*Ta-mang, Tunmen*)<sup>2</sup> em 1513,<sup>3</sup> seguiram-se muitas outras, umas regimentadas pela Coroa portuguesa, outras de iniciativa privada. A viagem realizada em 1516 é das que conhecemos melhor, pois é tema comum na historiografia que trata do período antecedente à entrada dos portugueses em Macau, encontrando-se sumarizada na obra dos historiadores Jin e Wu (2007: 99-133). Dirigida por Fernão Peres e Tomé Pires, que na esteira deviam procurar por Rafael Perestrelo que estaria surto ou aprisionado algures na zona de Cantão, foi adiada para 1517 pela mudança de monção favorável à navegação para o Extremo Oriente (Castanheda, 1551-1561, IV: 5-6; Thomaz, in Marques, 1998-2003, I, I: 74-75) e foi o primeiro envio de uma comissão à China, por um lado comercial, por outro lado cultural. Enquanto Tomé Pires prosseguiu com uma embaixada para a cidade capital do império chinês, Pequim, Fernão Peres alcançou o aval das autoridades de Cantão para a instalação de uma feitoria no porto da Veniaga. Como em Cochim, e por um breve momento, Malaca, a feitoria ficou a funcionar numa casa cedida pela autoridade local e depois foi mudada para uma casa em pedra e cal que, no fundo, concretizou o objetivo de Peres: decidir no lugar “õde avia destar” (Castanheda, 1551-1561, IV: 71).

Outras viagens à China se seguiram, estando analisadas por Roderich Ptak (1992) e Luiz Filipe Thomaz (in Marques, 1998-2003, I, I: 87-92), pelo que aqui não as incluímos, bastando o ponto de chegada comum a todas as atracagens: a zona portuária

---

<sup>2</sup> Sobre a identificação de Tamão nas fontes portuguesas e chinesas, veja-se Jin e Wu, 2007: 44-95. Os autores concluem que Tamão se trata de *Dongchong*, Hong Kong. Já o historiador Pedro Dias, localiza-o em *Leng-Teng*, a cerca de 20 quilómetros de Cantão (Dias, 2005: 14).

<sup>3</sup> Para Luiz Filipe Thomaz, e também Pedro Dias (2005: 14), esta viagem não se tratou de uma missão diplomática ou do envio de uma embaixada, antes uma “expedição de comércio e prospecção do mercado” (Thomaz, in Marques, 1998-2003, I, I: 64).

e comercial de Cantão ou, em bom rigor, a Ilha da Veniaga (Tamão), situada a dezoito léguas da cidade de Cantão. Veniaga era o porto de escala internacional da China (Castanheda, 1551-1561, IV: 61). Ali afluíam os mercadores do trânsito de produtos que a lei do comércio externo proibia aos mercadores chineses de ir buscar fora, e no qual os portugueses almejavam introduzir-se. Como diriam Jin Jin e Wu Wu, a China era, à chegada dos portugueses, um “Império Imóvel, hermeticamente fechado ao mundo exterior” (Jin e Wu, 2007: 40).

A historiadora Maria Manuela Paiva vê no momento de subida ao trono de D. João III a charneira para a oscilação do caráter das comunicações mantidas com a China via Cantão, entre oficiais e não oficiais. No entanto, pelo menos mais duas missões estão registadas pelo cronista Francisco de Andrada, em 1522 e 1523. O mais interessante da última é a mudança a que se começa a assistir e que entronca com o que conclui Paiva. Segundo o cronista, Pero Lourenço, que devia acompanhar Martim Afonso a quem foi regimentada a viagem, demorou-se em Cochim de forma a seguir só no ano seguinte e a título individual. Contudo, “Tão caro custaõ has vezes pontos de honra sem fundamento misturados com cubiça” (Andrada, 1613: fl.31). Um temporal ao largo de Pacém acabou por fazê-lo perder a rota e ser morto pelo rei de Arracão. Pero Lourenço é, no fundo, e a título de exemplo, um dos muitos que à laia da Coroa Portuguesa começaram a entrar nas rotas e portos chineses paralelos à carreira oficial, através dos quais se sustentou uma ininterrupta ligação entre os dois impérios.

Ligação que no decorrer das relações comerciais entre a esfera oficial da Coroa Portuguesa e a China, no período inicial da regência de D. João III, de forma a evitar

bater de frente com a soberania chinesa ou imposições imperiais, se deixou nas mãos dos capitães de Malaca (Thomaz, in Marques, 1998-2003, I, I: 102).

### ***5.3. o fanfang de Macau***

Muitas têm sido as investigações que exploram a origem de Macau, que procuram uma fundamentação plausível para a instalação portuguesa neste lugar em meados do século XVI, tanto na perspectiva portuguesa quanto na chinesa. O que tem anulado as teses de que a ocupação levada a cabo por mercadores privados portugueses, *lançados*, *aventureiros*, semioficiais, foi clandestina e à margem da jurisdição e autorização de Pequim, por suborno das autoridades locais de *Guangdong*, como a tese de Fong (2002).

Há quem afirme que a instalação de um porto em Macau, para além de não ter tido origem num suborno (Tan, 2002; Tan e Cao, 2002; Li, 2002; Jin e Wu, 2003; 2007), não significou uma espécie de exclusividade comercial dada aos portugueses, antes que era um local de atracagem de mercadores estrangeiros que, ao fecho do porto de Cantão pelo assédio de piratas, mudaram o centro de atividade para Macau (Shi, 2002). Ou que Macau não foi um terreno concedido aos portugueses precisamente pelo auxílio a esta ameaça pirata (Loureiro, 2002). Há ainda quem conclua que a instalação portuguesa de Macau não sucedeu de um arrendamento de terreno à China mediante o pagamento de um tributo anual, o *foro-de-chão* (Shi, 2002; Jin e Wu, 2003; 2007). Quem discuta a data em que ocorreu a fixação dos portugueses em Macau, qual o tipo de instalação e como se desenvolveu (Li, 2002; Tan, 2002, Loureiro, 2002; Jin e Wu, 2003; 2007). Em

suma, várias são as teses,<sup>4</sup> também a documentação, portuguesa e imperial chinesa analisada e interpretada.

Para o nosso propósito, mais que todas estas questões que pertencem essencialmente a uma discussão dos quadros políticos, jurídicos e económicos, interessa-nos o tipo de fixação e a forma como ocorreu.

A obra de Jin e Wu (2007) que reúne uma vasta documentação e textos profundamente explorados, condensa as conclusões da maior parte das teses que apontámos atrás, e, sobretudo, apresenta um dado interessante quanto ao tipo de instalação realizado em Macau, que admite tratar-se de uma decorrência da tipologia institucional chinesa, o que nos permite, assim, afastarmo-nos das interpretações europeístas, de que a *Relação do princípio que teve a Cidade de Macau*<sup>5</sup> é um exemplo, e sumariarmos a sua história em quatro parágrafos:

Depois de anos a atracar em vários portos da zona de *Guangdong*, os anos de 1553 e 1554 marcam a época em que os portugueses começaram a desembarcar das naus, para se instalarem no atracadouro de Macau em habitações provisórias, feitas de madeira e palha, que eram desfeitas após o período das feiras mercantis, partindo os mercadores

---

<sup>4</sup> Citamos a título de exemplo apenas os autores que estabeleceram diálogo sobre o tema no nº1 da mesma revista, a *Revista de Cultura* (2002).

<sup>5</sup> Incluída na dissertação de doutoramento de Maria Helena Paiva, com transcrição de Manuela Catarino. Citamos somente as partes que mais diretamente têm que ver com a nossa análise: “Depois de conquistada a Cidade de Malaca (...) forão Recebidos e agazalhados os Portugueses dos Chins por Homens mercadores de Malaca E como esses foram tratados; indo a Cantão com as mesmas caravellas Embarcações em que la passavão, e depois de alguas desordens (que nunca faltão) o não consentirão

Mas lhe derão porto em Lampacao (...) Primeiro em choupanas E casas de palha que depois de defaserem sua feira e seus empregos Vindosse pera a India as queimavão (...); Não se achando bem se mudavão pera Sanchuas (...) morando em as mesmas cazas de palha (...)

Socedeo neste tempo andar hu alevantado Chinchas com grande armada Roubando E fazendo grandes insultos nos Lugares e Rios (...) E não lhe podendo resistir os do governo de Cantão pedirão socorro aos Portugueses (...)

Por este grande E memorável serviço que os Portugueses fiserão A el Rey da China concedeo podessem viver na Ilha de Macao dandolhe aquelle lugar (...) pondo lhe uma penção no sitio que hoje se paga de quinhentos taes de prata fina” (Paiva, 2008: 240- 242).



com o fecho da monção. Estamos então perante um tipo de instalação de lógica provisória.

Só no ano seguinte, os portugueses se começaram a fixar de forma mais permanente em Macau, alterando pouco a pouco o tipo das habitações para construções em pedra e cal.<sup>6</sup>

O tipo permanente ganhou maior fôlego e caráter efetivo nos dois anos seguintes com a emissão do decreto imperial sobre o âmbar cinzento (Jin e Wu, 2003<sup>7</sup>), não sem que antes, no entanto, ter sido posto em causa o direito de ali permanecerem. Segundo consta do relato do padre Gregório Gonzales, que tanto Rui Loureiro (2002: 83-84) quanto Victor Sit mencionam: “No segundo ano lá permaneci [ou seja, 1557] com setenta e cinco cristãos e fomos presos por estadia ilegal. Postos em liberdade no ano seguinte, começámos a construir casas e uma igreja” (Gonzales, in Sit, 2013: 24). Tipologia permanente que, aliás, teve pouco, ou nenhum eco, nas relações feitas por viajantes portugueses que passaram pelo litoral de Cantão (Loureiro, 2002: 84-85).

Aos olhos do Império Celeste, Macau, como concluem Jin e Wu, não era “um problema, novidade ou inovação no território chinês” (2007: 213). À semelhança do que os autores analisaram para a área de *Suzhou*, e também Victor Sit para *Ningbo* (*Mingzhou*) (Sit, 2013: 7), a instalação de *fanfangs* (bairros de estrangeiros), que é o caso de Macau, constitui uma das tipologias, ou instituições, de povoamento, integrada no sistema administrativo chinês, embora em menor número e expressão na corte dos Ming (Jin e Wu, 2007: 209-210). Segundo esta tese, “a autorização chinesa da presença

---

<sup>6</sup> Como nos locais onde anteriormente os mercadores portugueses aportaram, também em Macau não era autorizada, por parte das autoridades de Pequim, a construção de habitações permanentes. Como refere Almerindo Lessa, num tom quase caricato, “Les lois de l’Empire interdisaient que les étrangers y habitassent en permanence, mais subrepticement, à titre privé et au gré du commerce maritime (à chaque agent une escale; à chaque mousson une aiguade; à chaque aiguade un troc), [(...)les portugais] avons bâti peu à peu de petites habitations” (Lessa, 1974: 64).

<sup>7</sup> Trata-se de um aprofundamento da tese desenvolvida pelos autores num texto anterior: “Reformular as Origens de Macau: imperadores, âmbar-cinzento e Macau”, de 1999, e que é retomada em Jin e Wu, 2007.

portuguesa em Macau teria origens institucionais, não tendo resultado de subornos activos e passivos, com que alguns historiadores chineses tentam explicar o misterioso surgimento de Macau” (Jin e Wu, 2007: 211).

Porém, como continuam a explicar os autores, a forma peninsular de Macau na costa de Cantão, quase desligada do continente da China, conferiu-lhe uma especificidade geográfica por comparação a outros *fanfang* (Jin e Wu, 2007: 213), que também as autoridades mandarínicas souberam usar, já que a fixação dos portugueses resultou de uma intenção das autoridades chinesas de *Guangdong* em povoar Macau. A Porta do Cerco, construída em 1574 sobre o istmo de Macau, funcionou como um muro segregativo, tornando Macau um enclave da China, mas igualmente um muro simbólico de subordinação. Através dele o império chinês mantinha os habitantes de Macau dependentes de víveres do interior (Jin e Wu, 2007: 212), uma vez que a terra de Macau não era subsistente por não haver exploração agrícola.<sup>8</sup>

Por todo isto, para Jin e Wu, Macau não sucedeu de uma ocupação encetada por portugueses, sim da mudança da estratégia chinesa para com eles. Logo a ocupação não foi clandestina, foi aliciada (Jin e Wu, 2007: 214).

O *foro-de-chão* que tantas vezes tem sido visto como a moeda de troca para o arrendamento da terra de Macau, segundo, mais uma vez, Jin e Wu, não passou de um imposto aplicado a produtos cerealíferos que abasteciam a povoação e, no fundo, era uma pré-condição para a instalação. Em tal enquadramento jurídico, as autoridades sónicas viam os portugueses de Macau como vassalos do imperador chinês, ficando

---

<sup>8</sup> “Pela barreira estabelecida no Lianhuajing deixava-se passar, anualmente, um determinado número de dan de arroz. Para tal, a Porta do Cerco abria-se seis vezes por mês, sob a inspeção conjunta das autoridades civis e militares. Depois de cada abertura, a porta era selada com papel de selagem, que o daotai de Guangzhou, Zhaoqing, Nanxiang e Shaoguan mandava para o efeito. (ca. 1663-1668)” (Shangpeng, in Yin e Zhang, 2009: 86).

obrigados a prestar serviço militar no combate aos piratas que assolavam os portos de *Guangdong*. Ao encontro desta tese, embora veja o *foro-do-chão* como a aplicação de uma renda anual, Victor Sit conclui que “a China sempre considerou Macau com um bairro estrangeiro (*fanfang*) em terra própria”, mantendo um chapéu administrativo na forma de representantes do poder central que, pelo menos, até 1839, realizavam visitas de inspeção e emissão de ordenações (Sit, 2013: 18).

Ambas as condições, o *foro-do-chão* e o serviço militar, satisfaziam o código de relação que permitiu o uso da terra de Macau (Jin e Wu, 2007: 217) e, pouco depois, o estabelecimento de um porto de escala regional e internacional de três grandes rotas marítimas: Macau-Malaca-Goa-Lisboa; Macau-Nagasaki; Macau-Manila-Acapulco, mantidas sob o monopólio das naus portuguesas (Yeung, in Ooi, 2004, I: 810; Sit, 2013: 25). Mas não só. Macau funcionou como porto de abrigo do trânsito marítimo internacional da China, aberto a todos os mercadores estrangeiros, independentemente do lugar de origem, até à reabertura do porto de Cantão ao comércio internacional a meio da dinastia Qing (d. 1644-1912) (Yeung, in Ooi, 2004, I: 811).

#### **5.4. a ocupação pré-portuguesa**

Para a generalidade dos investigadores de Macau,<sup>9</sup> a fixação no lugar não decorreu sobre terra desabitada, sim, junto a algumas aldeias autóctones de subsistência

---

<sup>9</sup> Cf. Almerindo Lessa, (1974: 63); Pedro Dias (2005, sendo que conclusão acerca de uma ocupação prévia àquela começada pelos portugueses em 1557 aparece apenas na obra do historiador de 2005, não sendo mencionada nos trabalhos seguintes. Cf. Dias, 2009a, XIII; in Mattoso e Rossa, 2010: 480-482); Victor Sit (2013: 24; 29) e Tan Tan (2002).

Macau, R.A.E.M., China

piscatória: *Patane, Mong-Há, Monchion* e junto ao templo *A-Má* (Templo da Barra),<sup>10</sup> identificadas e legendadas, no *Map of the Town and Harbour of Macao*, de 1834.



Map of the Town and Harbour of Macao. By N.B. corrected and improved by W. B.. Andrew Ljungstedt (1836), *Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China*, 1834 Boston: James Munroe & Co

Conforme os arquitetos Francisco Pinheiro, Kogi Yagi e Miki Korenaga, estes núcleos de povoamento eram, no fundo, “provisional dwellings” erguidos por mercadores das zonas de *Guangdong* e *Fujian* durante os períodos de espera para as feiras de Cantão ou devido a períodos de temporal, tornando-se, mais tarde, focos de povoamento administrados pelos clãs de origem. Conclusão que vem ao encontro do estudo de Tan Tan, que admite que este quadro de ocupação prévia era composto por pequenos povoados alienados a qualquer zona ou entidade administrativa local chinesa, dado que

<sup>10</sup> De acordo com Victor Sit e os autores do volume *Desenhos de Levantamento do “Centro Histórico de Macau”* (2010), no qual é possível aceder a um rigoroso levantamento da arquitetura, o templo dedicado à deusa dos navegadores teve início com a construção do Pavilhão da Benevolência, em 1488 (Sit, 2013: 24; Cheong, 2010: 8). Outros pavilhões foram acrescentados no decorrer dos anos.

as primeiras aldeias de Macau a serem oficialmente reconhecidas, foram estabelecidas entre o 26º ano de Jiajing (1547) e o 1º ano do reinado de Kiangxi (1662). As aldeias que antecedem a ocupação portuguesa em Macau, eram então núcleos instalados por “rebeldes fracassados, piratas chineses e estrangeiros, comerciantes, pescadores, agricultores, personalidades e monges não oficialmente registados das dinastias Song, Un, Ming e Qing (...) [ficando, por isso,] excluídas temporariamente do mapa distrital pelas autoridades governantes” (Tan, 2002: 21).




A esta mancha urbanizada interpolada, juntava-se ainda um posto de alfândega chinesa, instalado desde 1553 junto à logística portuária montada por mercadores portugueses nas imediações a sul da aldeia de *Patane* (Sit, 2013: 29), provavelmente na área que nos anos imediatos acolheu a ocupação efetiva e desenvolvimento urbanístico levados a cabo pela presença portuguesa.



# MACAU

## PROPOSTA TOPO-MORFOLÓGICA DO PORTO DE MACAU (OCUPAÇÃO PRÉ-PORTUGUESA)



-  Proposta de implantação das povoações chinesas (1. aldeia de Patane; 2. aldeia de Mong-Ha; 3. aldeia de Monchion; 4. aldeia de A-Má; 5. templo de A-Má).
-  Área aproximada das colinas de Macau
-  Área aproximada da implantação portuguesa (primeira ocupação)



10 100 800 1600

Escala gráfica: 1: 16 000





### *5.5 a primeira povoação e o muro de Tristão Vaz da Veiga*

Pedro Dias é quem apresenta uma localização mais específica da primeira fase de instalação portuguesa. Segundo o historiador, a instalação ocupou um local balizado a sul pelo templo de *A-Má*, a norte pela rua de *Gaolou* (rua do Galo) e a nordeste pelo Monte de São Francisco. Apoiando-se nas conclusões de Maria Calado e outros investigadores, chega mesmo a reduzir a escala, colocando o epicentro junto da rua dos Mercadores que segundo a terminologia chinesa (*Leng-Tai-Kai*) identifica um acampamento. A toponímia viária imediata: rua dos Ervanários e rua de Nossa Senhora do Amparo, são argumentos que apresenta para corroborar a proposta de uma primeira instalação. E, de facto, foi junto às ruas dos Mercadores, dos Ervanários e das Estalagens, que funcionou o antigo bazar chinês (Cheong, 2010: 84), ficando, desta feita, próximo à zona onde funcionou a Ribeira e o cais de comércio antigos de Macau. Terá sido nesta área que ocorreu a transição de um povoado efémero e amovível para uma povoação permanente, como atesta a *Crónica Geral de Guangdong* de Guo Fei, citado por Jin e Wu: “De início, fizeram apenas umas dezenas de cabanas de palha, mas passado algum tempo, à medida que os artificies e comerciantes que procuravam lucros fáceis transportavam para lá tijolos, telhas, madeiras e pedras, construíram casas e tomou forma de uma povoação” (Fei, in Jin e Wu, 2007: 235).

O trabalho de Rui Loureiro (2002) fornece-nos outras pistas essenciais para acedermos a uma localização e tipologia mais fina, que resulta da leitura da obra do historiador Gaspar Frutuoso, *As Saudades da Terra*, escrita entre 1580-1591.<sup>11</sup> Pedro Dias inclui o

---

<sup>11</sup> A obra de Gaspar Frutuoso, como deixa bem claro Rui Loureiro, é, no essencial, dirigida à descrição dos Arquipélagos Atlânticos e também Cabo Verde, mas contém uma breve referência a Macau e Malaca, precisamente na parte em que Gaspar Frutuoso narra, de forma panegírica, para usarmos o termo aplicado por Loureiro, as façanhas do capitão-mor Tristão Vaz da Veiga. O capitão-mor recebeu em 1582 a capitania-donatária de Machico

conteúdo desta fonte, mas não o trabalha na aproximação à morfologia urbana fundacional (Dias, 2005: 86), que é o que tentaremos fazer, cotejando-o com o trabalho de Rui Loureiro e a obra de Frutuoso.

De acordo com o que Rui Loureiro apurou da obra que citámos, em 1568 o capitão Tristão Vaz da Veiga terá sido o autor da “construção de um muro de taipa com cerca de quinze palmos de altura e quatrocentas braças de circuito” (Loureiro, 2002: 95), erguido de forma a prevenir o entreposto português de possíveis ataques de piratas. Poucos dias antes, Macau tinha sofrido um ataque pirata, e dias depois os arrabaldes da cidade de Cantão foram saqueados (Frutuoso, 1580-1591: 131). Loureiro adianta que este muro, que Gaspar Frutuoso garante ter sido erguido com a autorização dos mandarins da China e “poderia muito bem ter nome de fortaleza” (Frutuoso, 1580-1591, II: 17), foi edificado em pouco mais de quinze dias pelos habitantes, e contou com quatro baluartes quadrados e uma cava seca exterior.

Relendo a obra de Frutuoso, ao que tudo indica, a ação de Tristão Vaz da Veiga resultou de um pedido dos moradores e do bispo nomeado por D. Sebastião, Belchior Carneiro, para a construção de um forte. Forte que o capitão-mor considerou que não devia ser construído apenas por uma questão de necessidade imediata, mas funcionasse a longo-prazo como último reduto da povoação.

O pragmatismo da ação na construção da estrutura revela um sentido experimentado no que toca à construção de elementos defensivos e o seu comportamento perante ofensivas. Tristão Vaz da Veiga, pretendeu um pequeno reduto que pudesse levantar em

---

(Madeira) depois de ter servido em Malaca (1574-1575), pelo que Rui Loureiro pondera, pela assertividade do relato de Gaspar Frutuoso, que o autor terá obtido informações ou junto do personagem de quem fala, ou na imensa biblioteca que constituiu. Ressalva, no entanto, que no manuscrito original a caligrafia é diferente no capítulo em que se fala de Tristão Vaz da Veiga. Mesmo assim, Rui Loureiro, que não encontrou outra fonte que corroborasse os dados de Gaspar Frutuoso, considera admissível as informações reportadas pelo autor (Loureiro, 2002: 92-93).

escassos dias, mas dada a topografia do lugar, “não o pôde traçar de menos de quatrocentas braças de circuito, por causa de um outeiro que está sobre o porto, e não o metendo dentro, ficava-lhe tudo o que fizesse muito sujeito, e também (...) era necessário não ser pequeno, porque aquella provação vai crescendo muito” (Frutuoso, 1580-1591: 132). Talvez a leitura da relação que a fortaleza de Malaca tinha com o monte que lhe ficava padrao e com a evolução do casario no espaço imediato, como vimos em capítulo próprio, tenha servido de caso exemplar ao capitão-mor, tentando agora colmatar essa falha defensiva, o que o levou a tentar incluir parte da povoação dentro do recinto.

Um outro nível de leitura pragmática às condicionantes do lugar é a decisão de não fechar por completo o circuito na frente virada à baía do Porto Interior, pois Tristão Vaz da Veiga estava ciente que poderia estar a infringir a autoridade dos mandarins de Cantão. O que lemos nesta decisão e no comissionamento do decorrer das obras aos moradores da cidade, é a perfeita noção que tal obra, feita por um homem do Estado da Índia, podia significar o banimento da atracagem da carreira comercial oficial dos portos litorais da China e, assim, pôr-se em causa a ligação ao Japão. No entanto, Tristão Vaz da Veiga terá deixado bem claro o seguimento da obra, determinando que cada morador estava obrigado, às suas portas, de construir o restante lanço de muro, de maneira que “lhe ficassem em caes e em muro” (Frutuoso, 1580-1591: 133). O que implica reconhecer uma ação dirigida e não casual.

Também o capitão-mor seguinte, Manuel Travassos, pretendeu fechar a povoação, mas tal como Tristão Vaz da Veiga, entendeu bater de frente com os acordos que se mantinham com os mandarins cantoneses, deixando tudo como estava.

Para além de tudo isto, Gaspar Frutuoso chega a dizer que, aquando o ataque de piratas anterior à elevação do muro, Tristão Vaz da Veiga puxou a peleja para “fora da povoação, para que lha não queimassem”, já que era “muito grande e mui espalhada”, com casas “de madeira e de palha” (Loureiro, 2002: 94).

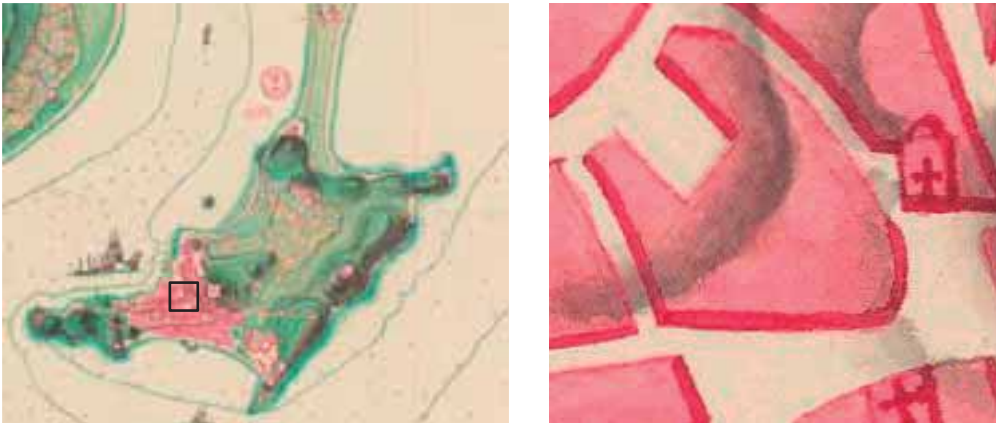
Esta informação, a ser verdadeira, é preciosa. Quando cotejada com a análise de Pedro Dias, a iconografia setecentista e a estrutura urbana atual, põe-nos em condição de equacionarmos uma proposta da forma e implantação de um primeiro núcleo português, balizado pela rua dos Mercadores, pela avenida de Almeida Ribeiro, pela travessa da Cordoaria e pela travessa do Pagode na direção da travessa do Armazém Velho, que aí atravessa a meio o quarteirão até entestar com a rua dos Mercadores.



Proposta do traçado do muro no tecido urbano atual.

Com um perímetro com cerca de 873 metros, valor que se aproxima à contagem das braças de Frutuoso, desenhava um quadrado quase perfeito. No topo este, a linha curva é facilmente explicável se atendermos à condição imposta por Tristão Vaz da Veiga de incluir o outeiro, o que por certo terá obrigado, a distorcer, neste lanço, a forma quadrangular que pretendia dar ao muro defensivo.

Embora a representação não seja rigorosa e o núcleo que estamos a analisar tenha já acoplada a mancha de ocupação que veio a implantar-se nas traseiras da rua dos Mercadores, no *Plan de la Ville de Macao* o autor do desenho faz coincidir o desenho de uma curva de nível precisamente neste topo do quarteirão.



Plan de la Ville de Macao, et de Ses Environs aux Portugais. Laffite de Brassier, 1781 (detalhe). Paris: Bibliothèque National de France, Département Cartes et Plans, GE SH 18 PF 179 DIV 12 P 3/2.

As fontes e os vestígios não são eloquentes o suficiente para podermos avançar muito na análise morfológica do tecido interior ao muro, mas tudo indica, em especial a cartografia oitocentista e novecentista, que duas ruas mais largas compunham o traçado principal. Uma paralela à baía, com cerca de 12 palmos de largura (cerca de 5,5 metros), (rua de Camilo Pessanha), que rasgava o circuito a meio, outra, transversal, com cerca de 16 palmos de largura (cerca de 7 metros), (ruas da Estalagens) pela qual se

Macau, R.A.E.M., China

comunicava com a zona da Ribeira. Como vemos no tecido urbano atual e na iconografia e cartografia, da qual destacamos, de novo, o *Map of the Town and Harbour of Macao*, era precisamente no fuso dessa rua que estava implantado o “bazar”.



Map of the Town and Harbour of Macao. By N.B. corrected and improved by W. B.. Andrew Ljungstedt (1836), *Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China*, 1834 (detalhe). Boston: James Munroe & Co. Na legenda, o nº 15 refere-se a *Bazaar*. Marcação da rua das Estalagens a branco.

Os quarteirões internos ao muro são claramente identificáveis no tecido urbano atual, precisamente pela morfologia rectangular que se alonga da zona do Porto Interior para o interior da massa peninsular e que foi aplicada nos blocos de quarteirão imediatos que resultaram do aumento da população e construção. O mesmo não podemos dizer da morfologia do restante tecido urbano, que apresenta uns quarteirões mais quadrangulares, outros mais disformes, porque mais sujeitos à adequação da malha urbana ao declive das encostas.

As plantas de Macau que levantam o tecido urbano antes das grandes intervenções urbanísticas que ocorreram a partir do século XIX também atestam a permanência da morfologia dos quarteirões interiores ao muro.



Planta da Península e Porto de Macau com as sondagens levantadas em 1884 e com o projecto do caes interior, molhe da Taipa, docas da Ilha Verde e Praia Grande, dique da Taipa e revestimento marginal entre a Ilha verde e Pac-Siac. Júlio César Júdice Samora, 1884 (detalhe). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Cota do exemplar digitalizado cc-247-r.

Planta da Península de Macau. António Heitor, 1889 (detalhe). Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.



Análise métrica dos quarteirões do núcleo proposto.

Macau, R.A.E.M., China

São quarteirões com uma dimensão média de 50 x 100 metros, se descontarmos a deformação da malha em relação à sua acomodação no terreno, que se organizam nos alinhamentos das duas ruas principais, separados por ruas de menor largura, com cerca de 2 metros e cujos eixos revelam a ligação do núcleo à Ribeira.

Menos seguro que os resultados que temos concluído, é julgarmos que o tecido edificado se manteve inalterado, até porque, ao que o trabalho de reconhecimento de influências urbanísticas tradicionais chinesas no tecido urbano de Macau levado a cabo por Wang e Cheong apurou, também este núcleo recebeu a população chinesa que no final do século XIX se mudou para o interior da muralha. Em resultado, o tecido edificado foi alterado não só para a construção de templos e casas de comércio, mas também para a criação de “pátios e becos” no interior dos quarteirões, que terão aproveitado o sistema das travessas preexistentes (Wang e Cheong, 2010).

Outro dado transversal à iconografia seiscentista e setecentista, é o vazio quadrangular, com 100 metros de lado, no interior do núcleo cerrado, que só nas plantas mais tardias (séculos XIX e XX) aparece preenchido por blocos de quarteirão.



De Stadt Macao. Johannes Vingboons, c. 1665 (detalhe). Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° 4VELH 619.65.

Platte Grond van de Stadt Macao. François Valentyn (1724-1726), *Oud en Nieuw Oost-Indien, vervattende een Naaukeurige en Uitvoerige Verhandeling van Nederlands Mogentheyd in die Gewesten...*, 1724-1726 (detalhe). Dordrecht; Amsterdam: Joannes van Braam; Gerard Onder de Linden.



O que nos coloca muitas perguntas, para as quais não encontramos uma resposta segura. Entre muitas: teria sido aqui onde se implantaram outros elementos do programa urbano, que mais tarde foram mudados, deixando no rastro o espaço vazio?

São vários os argumentos a favor desta possibilidade. Segundo as conclusões de Pedro Dias à *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto (1614), que passou por Macau em 1555, existiam dois hospitais (Dias, 2005: 16), um para a assistência aos pobres (hospital de São Rafael) e a Santa Casa da Misericórdia (Jin e Wu, 2007: 230), e três igrejas, uma delas a igreja Matriz da invocação da Nossa Senhora construída em 1554, em madeira e telhado de colmo (Dias, 2005: 131; Dias, in Mattoso e Rossa, 2010: 496), que foi elevada a Sé em 1576. O que, talvez, obrigou à deslocalização e substituição do templo para um outro lugar e estrutura, os mesmos que ocupa hoje, embora contabilizando diversas reconstruções (Fernandes et al., 2015: 63) e se acrescentou o Paço Episcopal (Dias, 2005: 134).

Caso que não foi único na história do programa urbano religioso de Macau. Uma das primeiras igrejas erguidas pelos padres da Companhia de Jesus, foi deslocada no início do século XVII para implantar-se no local onde ainda hoje as suas ruínas testemunham a volumetria da estrutura, e é um dos ex-libris da cidade: a igreja de São Paulo.

A somar a tudo isto, o mercador florentino Francesco Carletti, que viveu em Macau entre março de 1598 e dezembro de 1599, diz que Macau era “a small unwalled city without fortresses” (apud Colla, 2008: 132; Sit, 2013: 30),<sup>12</sup> o que sugere a possibilidade do muro defensivo ter sido desmantelado.

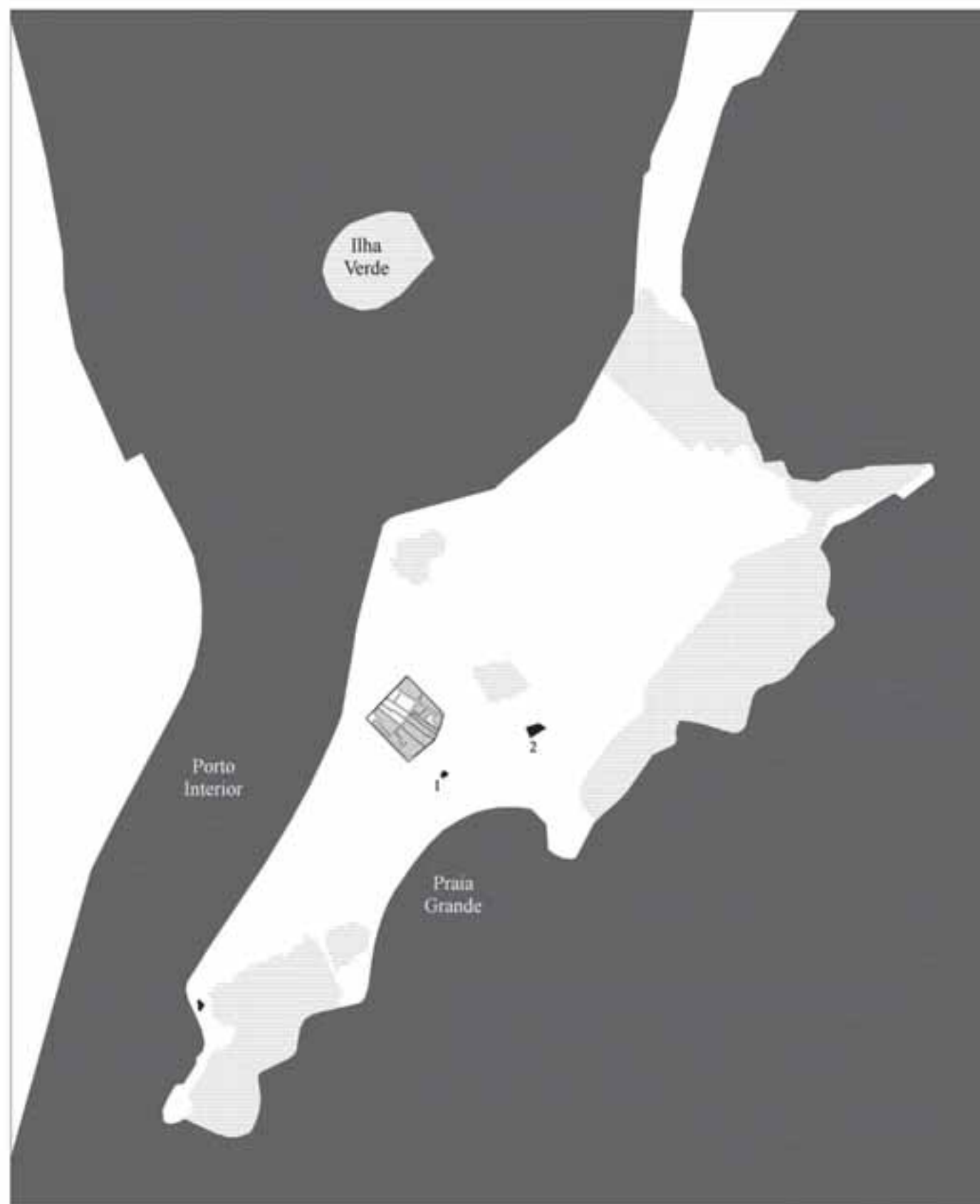
---




<sup>12</sup> Os conteúdos da relação de viagem que Francesco Carletti realizou, nomeadamente as descrições que fez do Japão e de Macau, encontram-se estudadas por Elisabetta Colla. Veja-se Colla, 2008.

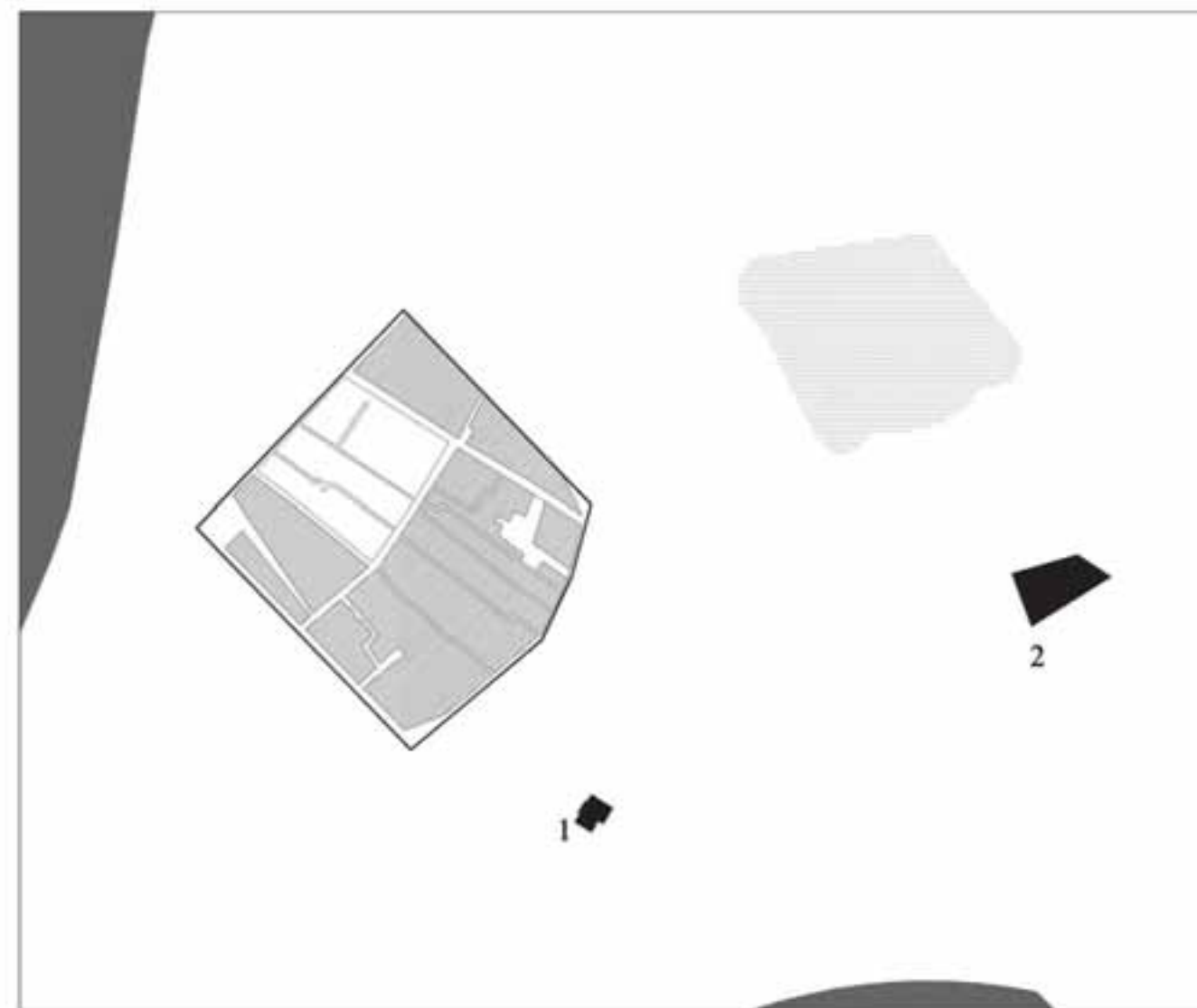


# MACAU

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1557-1568



-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Proposta do traçado do muro defensivo
-  Equipamentos (1. Santa Casa da Misericórdia, 2. hospital de São Rafael)



Pormenor do traçado do muro defensivo e do tecido urbano da ocupação portuguesa. Escala 1: 4000.

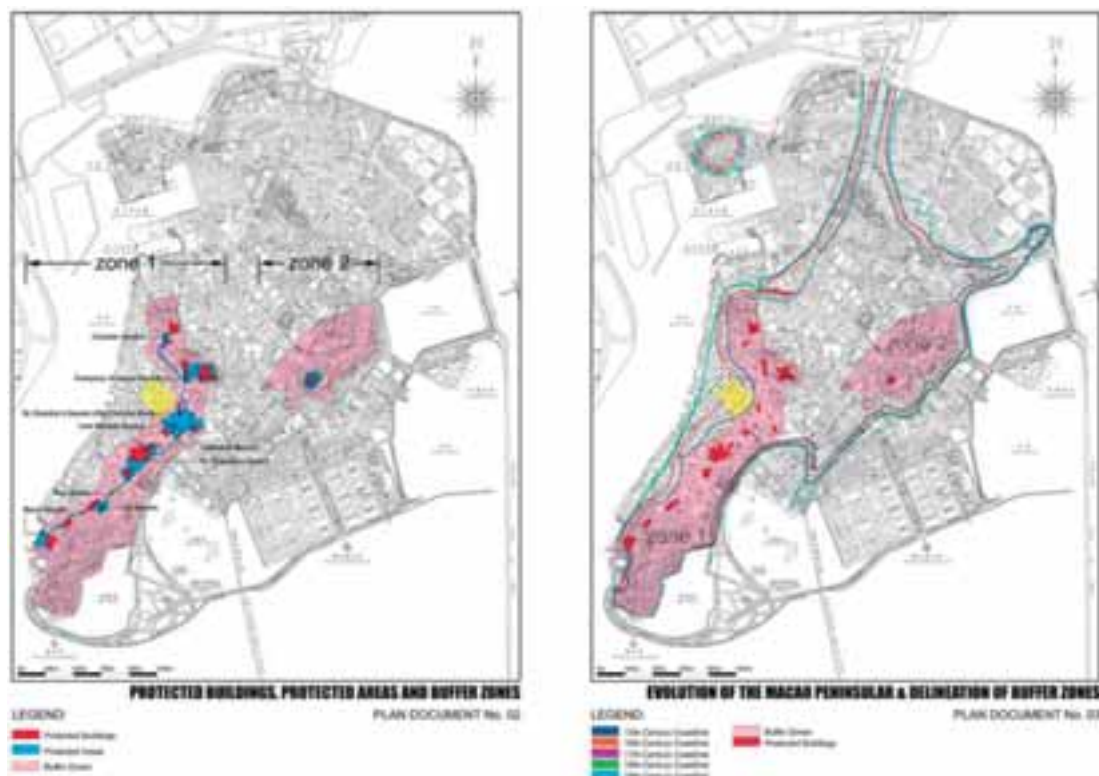


10 100 800 1600

Escala gráfica: 1: 16 000



Temos a noção que, por um lado, a proposta formal deste núcleo implica reconhecer que não está contemplado na área do *centro histórico* de Macau e localiza-se sobreposto às linhas de costa propostas para os séculos XVI e XVII no *Nomination Dossier The Historic Centre of Macau*, entregue à UNESCO em 2005. Mas, recordamos, Tristão Vaz da Veiga terá determinado que o muro da povoação devia ser feito de forma a que “lhe ficassem em **caes**” (Frutuoso, 1580-1591: 133, destaque nosso). Condição que se aproxima ao que aconteceria, pelo menos, no século XVII, se considerarmos a proposta desenhada incluída no referido dossier.



Protected Buildings, protected areas and buffer Zones; Evolution of the Macao Peninsular & Delineation of Buffer Zones. The State Administration of Cultural Heritage of the People’s of China e Macao Special Administration Region of the People’s of China, *Nomination Dossier The Historic Centre of Macao*, 2005. A amarelo incluimos a proposta do núcleo fundacional.

Por outro lado, contraria a morfologia urbana dada por Frutuoso que, relembramos, diz “muito grande e mui espalhada”. Mas não sabemos se o exterior da povoação onde diz ter ocorrido a peleja entre Tristão Vaz da Veiga e os corsários que assolaram Macau, alude a povoação sujeita a portugueses ou à totalidade das povoações que existiam em Macau.

Não obstante tudo isto, ainda dentro da análise morfológica, o *Memorial ao trono* de Wang Xiwen ao imperador Ming Jiajing (d. 1522-1567), é explícito ao dizer que: “**Com as casas altas que se amontoam umas atrás de outras**, esta terra, com o correr do tempo, acabou por ficar ocupada por eles [portugueses]” (Xiven, in Yin e Zhang, 2009: 79, destaque nosso).

Nesta passagem que destacámos, não é claro que Wang Xiwen se refere à celeridade de urbanização levada a cabo em Macau, ou se descreve o tipo de lote. Se o caso é o último, o autor reconhece um parcelamento que decorre da disposição de lotes postos em fileira, lado a lado, que vai ao encontro do relato de Zhang Rulin, onde se conta que as fachadas principais estavam viradas ao arruamento.<sup>13</sup>

O que explica a composição de quarteirões rectangulares, construídos em contínuo da baía para o interior da península, nos quais as casas se amontoam, porque sulcam o declive da colina. Por tudo isto, lemos neste núcleo urbano uma composição de casario que contraria a urbanização desregrada de Macau que muitas crónicas e relatos seiscentistas referem.

---

<sup>13</sup> De acordo com o poema de Zhang Zhang, *Flores do pátio da hospedaria*: “Os prédios são cercados de muros, com portões na parte da frente e numa posição central. Também existem godões, onde se comercializam as mais variadas mercadorias. Os mais pobres não têm prédios para viver, residem em casas térreas. As casas que são alugadas aos Tangren **dão todas para as ruas**, onde se estabelecem as mais variadas boticas. Existem também pequenos prédios, tomados de aluguer aos padres das igrejas” (Zhang, in Yin e Zhang, 2009: 199, destaque nosso).

A título de exemplo, Álvaro Semedo (1643) na sua *Relação da China*, descreve que os portugueses “Cominciarono subito à fabricare, pigliando ciascheduno quel posto, e campo che voleva” (Semedo, 1643: 212). Também Diogo Caldeira do Rego, citado por vários investigadores, diz que por volta de 1623 Macau era um assentamento urbano em que “cada um edificava para si e a seu modo aonde lhe melhor estava sem respeito ao comum”, de maneira a justificar a “cidade mui espalhada, mal armada” (Flores, in Marques, 1998-2003, I, II: 241; Dias, 2009a, XIII: 59; Jin e Wu, 2007: 205).

São descrições como estas que têm incentivado a historiografia a caracterizar a morfologia de Macau como não “planificada, nem dentro dos conceitos do urbanismo chinês nem da arruação europeia” (Dias, 2005: 40; 2009a, XIII: 59; in Mattoso e Rossa, 2010: 480), “pouco estruturada” (Flores, in Marques, 1998-2003, I, II: 241), espontânea (Gomes, 2007: 189), orgânica ou desorganizada (Pinheiro et al, 2005: 4), o que gera interpretações de um procedimento feito ao livre arbítrio, sem que seja essa, muitas vezes, a intenção dos autores.

Com a análise que fizemos até aqui, podemos assumir que todas estas características processuais são a raiz da urbanização de Macau, mas nada disto põe de parte, no resultado, a existência de uma conduta e organização urbana transversal aos indivíduos, ou pelo menos, parte deles, como o núcleo fundacional mostra.

Em suma, não houve um plano prévio, mas houve um acordo de atuação e de forma quando foi preciso agir sobre as condicionantes do espaço. A estrutura foi simples, mas patenteia um conhecimento empírico na leitura, mais uma vez, das condicionantes espaciais, e que procurou manter uma regularidade formal que só se concebe quando na matriz há um conhecimento, ainda que básico, da aplicação da geometria. A ocupação e

o início de urbanização foram espontâneas, sim, mas o apontamento de Zhang Zhengtao, incita uma ação urbanizadora em torno de um conceito de unidade: “Já na extinta dinastia Ming, vice-reis e governadores propuseram que se criasse na povoação onde se **concentravam** os bárbaros uma avenida cercada por altos tapumes. As casas seriam numeradas e divididas em duas secções, a do leste e a do oeste, para que vivessem num regime de vigilância mútua e sob o controlo da Shibotijusi” (Yin e Zhang, 2009: 352, destaque nosso).

### ***5.6. a povoação do Nome de Deus do Porto de Macau***

Depois deste período inicial em que a ocupação terá, por volta de 1564, atingido as cerca de mil casas pertencentes a portugueses (Dias, 2005: 19) (o que por certo extrapolou o perímetro do núcleo fundacional, tal como a narrativa de Gaspar Frutuoso dava já a entender), a entrada da década de 1570 representou a evolução da instalação encosta acima, para a zona que é a espinha dorsal do *centro histórico* de Macau, rasgada entre a colina do Monte e a colina da Penha. Evolução e alastramento da ocupação que, no essencial, teve à cabeça a instalação das estruturas do programa religioso.

Em primeiro lugar temos a registar a transferência da igreja Matriz, que falámos há pouco, para uma zona de topografia elevada e isolada da mancha de casario, ficando sobranceira à Praia Grande, não obstante virar-lhe as costas.

Não temos dados seguros que nos permitam concluir se esta posição se deveu ao acompanhamento da evolução do casario para este da rua dos Mercadores, ou foi anterior a esta ocupação. Mas é importante destacar que a sua posição coincide com o



eixo central do núcleo original, exprimindo que terá sido implantada no enfiamento global dos quarteirões.



Marcação do eixo de ligação da igreja Matriz ao núcleo fundacional proposto. 1. Santa Casa da Misericórdia; 2. Igreja Matriz.



1. Igreja Matriz; 2. Santa Casa da Misericórdia.

Relativamente próxima à implantação da Santa Casa da Misericórdia, que foi construída assim que o primeiro bispo de Macau foi designado, podemos assumir que, não estando esta área ocupada, as duas estruturas começaram a definir no planalto de Macau, exterior à mancha de casario, uma primeira definição de terreiro, usando o terreno vacante entre as duas estruturas e a dimensão dos adros que teriam nas suas frentes. Também, que terão dado início a um aglomerado essencialmente organizado em torno do programa religioso que, como veremos, a par e passo foi ganhado espessura na urbanização da área acima da mancha de casario, aproveitando os declives de Macau para se implantar.

Veja-se que acresce à transferência da igreja Matriz, a igreja de Santo António, construída no lote das primeiras igrejas elevadas pelos jesuítas em Macau.



1. Santa Casa da Misericórdia; 2. Igreja Matriz; 3. Igreja de St. António.

Desconhecemos a sua posição original, mas, ao que tudo indica, em especial a sua localização hoje (rua de Santo António), foi implantada nas imediações do núcleo

inicial de ocupação portuguesa, junto ao bazar dos chineses, o que pode indicar uma implantação relacionada com a própria ação missionária vertida à conversão de populações não cristãs. Foram várias as intervenções que alteraram a estrutura, pelo que a igreja que encontramos pouco ou nada deve à forma original (Dias, 2005: 169; Fernandes et al., 2015: 69).

Como referimos anteriormente, a década de 1570 coincide ainda com a mudança da implantação original dos padres jesuítas, que terão residido numas casas térreas com estrutura em madeira. Porque de materiais perecíveis foram incendiadas pelos moradores chineses, tendo recebido em 1582 uma cobertura de telha (Dias, in Mattoso e Rossa, 2010: 497). Não obstante, à entrada do ano de 1600, as instalações jesuítas foram mudadas para um lugar de topografia elevada e retirada da mancha urbanizada, tendo à cabeça a construção da igreja dedicada à Assunção de Nossa Senhora e o colégio da Madre de Deus. Isolamento que não constitui surpresa para o caso da Madre de Deus. Recordando essencialmente os casos de Cochim, Colombo e Malaca vemos ser uma prática recorrente.

Segundo o Padre Visitador Valignano, a nova localização escolhida não era a melhor “por averse errado en la traça pareceme que con el tiempo se deve mudar” (Wicki, 1948-1988, XIII: 196). Esta segunda transferência não aconteceu, como o prova, como dissemos, a implantação da igreja, também conhecida por São Paulo, cuja fachada que resiste na malha urbana de hoje, tem talhada a data de construção (1602).



1. Santa Casa da Misericórdia; 2. Igreja Matriz; 3. Igreja de St. António; 4. Igreja de Nossa Senhora (S. Paulo).



Fachada da igreja de S. Paulo.

Conhecemos bem as particularidades arquitetónicas da igreja e da colegiada e a sucessão de reformas que sofreram ao longo dos anos graças ao esforço de Pedro Dias (2005: 140-148; in Mattoso e Rossa, 2010: 497-499), dos arquitetos Francisco Pinheiro,

Kogi Yagi e Miki Korenaga (2005), e pelo relato que o mercador e viajante Peter Mundy fez quando visitou Macau em 1637, no qual deu conta do terreiro na frente da igreja ao qual se acedia “by many steppes” (Mundy, 1607-1667, III; I: 163). Componentes que estão bem patentes no desenho de António Bocarro e de Pedro Barreto de Resende e, mais que a volumetria do conjunto jesuíta, sobreviveram e marcam o espaço público da cidade hodierna.



Macau. António Bocarro e Pedro Barreto de Resende, *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, 1635 (detalhe). Biblioteca Pública de Évora, Inv. nº Cód. CXV/2-1.



Fachada e escadaria da igreja de S. Paulo.

Macau, R.A.E.M., China

Ainda sob a alçada da intervenção jesuíta foi construída em 1576 a igreja de São Lourenço, que em 1618 recebeu as primeiras das muitas obras que lhe mudaram a configuração (Dias, 2005: 149-152; in Mattoso e Rossa, 2010: 502; Fernandes et al., 2015: 68).



Igreja de S. Lourenço.

Implantada fora do polo religioso que se começava a desenvolver na encosta do Monte, a igreja terá contribuído para a marcação de um eixo, que a ligava às outras instituições, em especial a igreja Matriz, o qual se constituiu a rua Direita, hoje constituída pela rua Central, rua do Padre António, rua e calçada da Barra. Ainda na análise morfológica é interessante ver como a sua implantação coincide a meio do eixo que do largo do Senado desce para o largo do Lilau, onde existia uma fonte de água potável que abastecia a população, e segundo Cheong foi “o primeiro distrito dos portugueses em Macau” (Cheong, 2010: 22), funcionando S. Lourenço, desta feita, como um elemento de ligação também entre as componentes urbanas públicas do cadastro.



1. Santa Casa da Misericórdia; 2. Igreja Matriz; 3. Igreja de St. António; 4. Igreja de Nossa Senhora (S. Paulo); 5. Igreja de São Lourenço; 6. Largo do Senado; 7. Largo do Lilau.

Voltando à urbanização de natureza pia que se desenhava nas costas do núcleo original, temos de acrescentar, por um lado, a implantação, em 1587, do mosteiro de S. Domingos, que com o mecenato dos moradores ergueram uma casa, que veio a funcionar como hospício dos missionários enviados para Solor, depois da perda de Malaca (Sá, 1954-1988, V: 501-503). Embora construído por padres das missões das Filipinas, foi entregue à direção de padres com origem nas missões portuguesas (Dias, 2005: 157-162; in Mattoso e Rossa, 2010: 501). A implantação, ao que tudo indica, virada ao terreiro da Santa Casa da Misericórdia e da igreja Matriz, terá resultado como uma peça de transição entre este espaço e a área desafogada aberta na frente da colegiada de São Paulo que comunicava com o terreiro da Santa Casa da Misericórdia,

como vemos pela gravura de António Bocarro e Pedro Barreto de Resende, incluída antes.

No seguimento da tipologia dos elementos isolados que temos vindo a referir, foi implantada a igreja de Nossa Senhora dos Anjos da Porciúncula e o mosteiro de S. Francisco, em 1579. Construídos no extremo nordeste da povoação, num lugar que coleciona as características locais que encontramos no Colégio de São Paulo e na igreja Matriz: alto e cavaleiro à Praia Grande, hoje ocupado pelo Clube Militar de Macau.

Segundo o franciscano, nascido em Macau, frei Paulo da Trindade, “se deu princípio à igreja, escolhendo para ela posto dos melhores na cidade, uma ponta dela em um alto, com boas águas, ares e vistas (...) se fizeram umas celinhas pequenas e estreitas, de madeira, arrimadas à mesma igreja em forma de convento” (Trindade, 1630-1636, III: 518). No entanto, a obra a cargo do italiano Giovanni Baptista Lucarelli (Dias, 2005: 153; Trindade, 1630-1636, III: 520), sofreu, em 1611, um incêndio que lavrou o convento, a capela, a igreja, a torre e os dormitórios, o que obrigou à sua reconstrução, só possível graças às esmolas e participação dos moradores (Trindade, 1630-1636, III: 522).

Nas imediações do convento, foi construído o Hospital de São Lázaro, dado que o local, precisamente por ser externo à povoação e ter “boas águas [e], ares” era favorável à cura de leprosos (Trindade, 1630-1636, III: 384). Doença à qual se dedicavam os padres franciscanos, e que impôs, mais tarde, a criação de um *Fafengsi* ou Gafaria, por detrás do mosteiro, junto da igreja de São Lázaro administrada pela Santa Casa da Misericórdia, onde se recuperavam os “leprosos bárbaros”, ou seja, os portugueses (Yin e Zhang, 2009: 204). Igreja e gafaria, que como é usual noutros casos, foi construída



afastada do tecido urbanizado, vindo a constituir um núcleo de povoamento que deu origem à freguesia de São Lázaro.



1. Santa Casa da Misericórdia; 2. Igreja Matriz; 3. Igreja de St. António; 4. Igreja de Nossa Senhora (S. Paulo); 5. Igreja de São Lourenço; 6. Largo do Senado; 7. Largo do Lilau; 8. Igreja de S. Domingos; 9. Mosteiro de S. Francisco; 10. Igreja e Hospital de São Lázaro; 11. Igreja de St. Agostinho.

Retomando a fuso o eixo que saía do polo da Santa Casa da Misericórdia à igreja de São Lourenço, foi construído, em 1591, o convento dos Agostinhos, aproveitando uma zona de planalto antes da descida escarpada para a zona do Porto Interior.



Igreja de S. Agostinho.

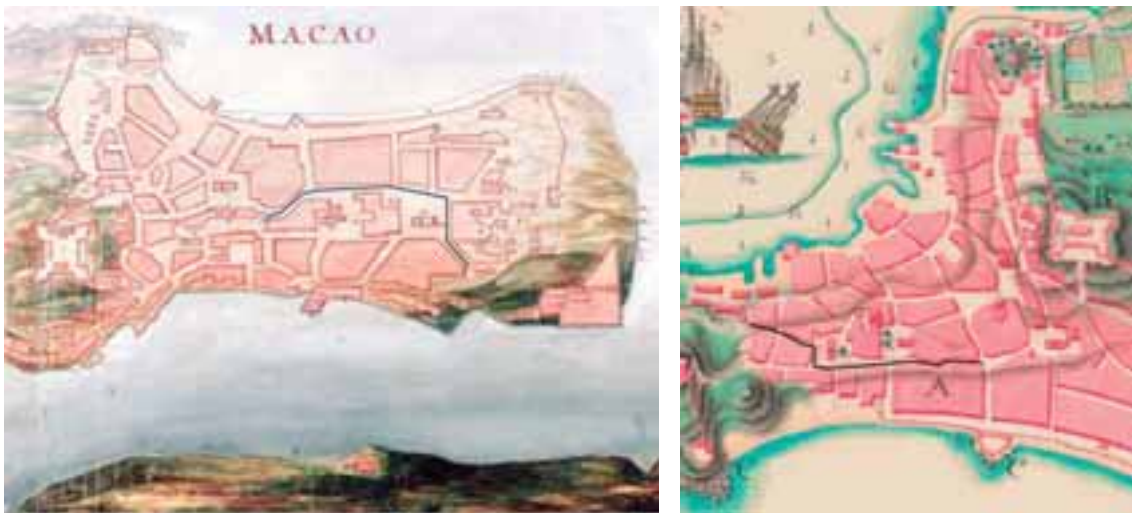
Na verdade, segundo Pedro Dias (2005: 163; in Mattoso e Rossa, 2010: 499), os padres agostinhos castelhanos com ligação à missão das Filipinas tinham já anos antes ocupado uma outra zona na povoação que desconhecemos. Mas sendo Macau uma terra de fronteira, no limite oriental das zonas de influência dos impérios português e castelhano, é um dos exemplos mais claros da política segregativa que a Coroa Filipina impôs e o convento dos agostinhos é um claro reflexo desta política. Segundo a carta de D. Filipe I a Matias de Albuquerque de 12 de janeiro de 1591: “todos os castelhanos siculares e eclesiasticos, que achase naquela çidade, fizesse embarcar pera essas partes, ou pera os Luçois, de maneira que não ficasem em Macao senão os portugueses, moradores antigos, por se atalhar o perjuizo que nisto recebem meus vasalos portugueses” (Sá, 1954-1988, V: 195). Talvez a mudança da instituição para o braço da missão portuguesa, em 1589, e a procura por um lugar mais favorável à construção de um mosteiro tivessem estado na origem da mudança de implantação do convento.

Como nos outros casos que completam o programa religioso, também o convento dos Agostinhos sofreu diversas intervenções que alteraram a estrutura original.

A todo este conjunto acrescia um pequena igreja dedicada a São Martinho de Tours, construída por volta de 1579 nas traseiras do Colégio dos jesuítas (Dias, 2005: 153).

Em suma, e valendo-nos de uma frase de Montalto Jesus “There was scarcely a street without church” (1902: 48), já que no espaço de cerca de vinte anos, foram várias as instalações pias que pontuaram a vertente mais alta da topografia de Macau, destacando-se na paisagem pela sua implantação isolada e pelo volume dos conjuntos que incluíam dentro das cercas e muros, jardins e hortas.

De relevante importância para a morfologia e paisagem de Macau, estas constelações religiosas obrigaram à criação de um eixo que percorria, e percorre, longitudinalmente o centro do terreno, e para o qual o intrincado arruamento disposto nas vertentes veio a confluír. Esta relação entre a rua Direita e a hierarquia viária, bem como a sua ligação aos elementos do programa religioso e ao terreiro aberto entre a Santa Casa da Misericórdia e S. Domingos, está bem explícita em todas as espécies desenhadas de Macau, ficando patente nalgumas vistas e iconografias seiscentistas e setecentistas uma largura considerável. Largura que as plantas cartográficas posteriores e a própria dimensão do tecido urbano atual não mostram tão evidente, pelo que podemos assumir que nos primeiros casos desenhados há um impulso evidente em caracterizá-la como uma via essencial.



Platte Grondt van Stadt Macao. Johannes Vingboons, c. 1665 (detalhe). Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° VELH 619. 66. Marcação da rua Direita a linha preta.

Plan de la Ville de Macao, et de Ses Environs aux Portugais. Laffite de Brassier, 1781 (detalhe). Paris: Bibliothèque National de France, Département Cartes et Plans, GE SH 18 PF 179 DIV 12 P 3/2. Marcação da rua Direita a linha preta.



De Stadt Macao. Johannes Vingboons, c. 1665 (detalhe). Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° 4VELH 619. 65  
Marcação da rua Direita a linha preta.  
Planta da Península de Macau. António Heitor, 1889 (detalhe). Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.  
Marcação da rua Direita a linha preta.

Como fomos referindo ao longo do elenco relativo ao programa religioso, apoiando-nos amiúde nos trabalhos do historiador Pedro Dias, todas as estruturas originais foram adulteradas ao longo dos anos. O que encontramos hoje no tecido urbano e nos levantamentos da arquitetura incluídos no *Desenhos de Levantamento do “Centro Histórico de Macau”* (Cheong, 2010), está longe das fâcies iniciais. No entanto, uma das particularidades que os trabalhos de Pedro Dias revela é que todas as componentes do programa urbano religioso tratavam-se, inicialmente, de estruturas precárias, de construção em madeira.

Facto que é corroborado pelo olhar descritivo chinês de Shi Jinzhong:

Existe uma igreja chamada Banzhangmiao [S. Domingos]. Segundo dizem, era uma construção baixa e estreita para a qual os bárbaros pobres se terão servido de tábuas de cânfora, facto que deu origem ao seu nome em chinês: Templo das Tábuas de Cânfora. Hoje em dia é uma igreja de aspecto majestoso. Aquele que se chamam Longsongmiao

[S. Agostinho, Templo da Juba do Dragão] fica a noroeste de Macau. O primitivo templo há muito que se desmoronou. As ruínas estavam cobertas de colmo desordenado, que bem lembrava os pêlos desgrenhados da juba de um dragão. (Jinzhong, in Yin e Zhang, 2009: 203).

As notícias que temos revelam então que este tipo construtivo foi alterado, na maioria dos casos, em anos muito próximos à data de fundação dos templos. E, ao que tudo indica, esta alteração construtiva foi extensível, a dada altura, também à tipologia de construção do casario, revelando, inclusive, um elevado nível de adaptação às condições locais. De acordo com o relato de Francesco Carletti: “the houses were made of earth and quicklime mixed together; the walls were fortified every arm’s length with partitions of stone set in lime and covered with tiles” (apud Colla, 2008: 136). O que significa, que o contacto com as condições naturais do lugar, nomeadamente os ciclos de tufão e ventos fortes, obrigou não só um cuidado mais específico na construção dos equipamentos mais prestigiantes, como o são as igrejas e complexos monásticos, mas também nos elementos mais elementares, como o é o casario.

Infelizmente, não temos dados que nos permitam uma análise mais fina, quer ao tipo construído, quer à forma dos quarteirões que terão ocupado, por estes anos a zona entre o sul de *Patane* e o início da colina da Penha. Conhecemos apenas a forma dos quarteirões e sistema de arruamento pelas representações pouco rigorosas, e muitas vezes estilizadas, que nos chegaram e que só podemos avaliar quando as sobrepomos a plantas que retratam a cidade num período mais tardio. O que é um trabalho inglório,

visto que os dados apresentados variam substancialmente e é, por isso, quase impossível encontrar pontos de contacto, e assim proceder a uma análise maturada do conjunto.

Mas pelo que computámos pelo programa religioso e, por confronto ao volume iconográfico e cartográfico que dispomos, podemos falar de uma paisagem pontuada por uma fileira de estruturas religiosas, que concentrou o grosso da urbanização a sul da área de *Patane*, não se alastrando, salvo com a implantação da igreja e gafaria de São Lázaro, às zonas das povoações autóctones. Limite que as elevações do Monte (hoje Monte do Forte), da Guia e do Jardim de Camões impuseram, agindo como um segundo tamponamento à urbanização, já restrita à área por detrás da Porta do Cerco que em 1574 marcou, como vimos anteriormente, a “separação” entre Macau e o continente da China.

De relevância na constituição da malha urbana é, a par da influência portuguesa, a influência construída pela população chinesa convertida ao cristianismo. Tecido urbanizado que, como vimos, é detetável no núcleo original português.

Relativamente a outras áreas urbanizadas, o estudo de Wang e de Cheong clarifica que a maior concentração das unidades urbanísticas tradicionais chinesas se encontra na antiga área da Praia do Manduco,<sup>14</sup> praticamente no topo sul da península de Macau e na imediação do templo de *A-Má*. Mas outras unidades podem ser observadas, de forma mais disseminada, no meio do tecido construído até à zona Sul de *Patane*.

---

<sup>14</sup> Área onde a toponímia do arruamento recorda as unidades residenciais vernáculas chinesas: Pátio da Claridade, Pátio do Mungo, Pátio da Esteira, Pátio da Estátua; Pátio do Piloto, Pátio do Godão, Pátio de Hing Fat, Pátio da Papaia, Beco do Sal.



Historical wall, monuments and Pátios of Macau. Weijen Wang e Cheok Kio Cheong, *Regenerating Pátio: Study of Macao's Historical Urban Fabric*, 2010. Macau: Instituto Cultural do Governo da R. A. E. de Macau, 18. A preto estão identificados os "pátios".

Pátio and street blocks of Southern Inner Harbour District. Weijen Wang e Cheok Kio Cheong, *Regenerating Pátio: Study of Macao's Historical Urban Fabric*, 2010. Macau: Instituto Cultural do Governo da R. A. E. de Macau, 29.

Outra característica que este estudo torna evidente, é grande presença de lotes de habitação, dispostos lado a lado e, na grande maioria dos casos, com dimensões similares e correspondentes ao tipo de lote estreito e comprido típico do parcelamento de propriedade europeia, como verificámos ser a tendência no núcleo original, e os levantamentos de Wang e Cheong do tecido urbano de *Beijing* e *Suzhou*, patenteiam não ser prática chinesa.

O resultado deste trabalho de identificação, que traduz as áreas nas quais a população chinesa se instalou após as reclamações de propriedade no século XIX é, no fundo, e em

Macau, R.A.E.M., China

boa verdade, correspondente às áreas onde a população chinesa reconheceu um vínculo patrimonial com Macau. Ou pelas palavras dos autores:

the Chinese settlements outside the city hall, west of ridgeline facing the Inner Harbor, through years of reclamation, had developed into areas with layers of dense fabric connected by Streets and Lanes. Most of these Streets, such as Rua da Tercena and Rua dos Mercadores, Rua de Camilo Pessanha, Rua de Cinco de Outubro, and Rua da Praia do Manduco, **responded to the history of reclamation.** (Wang e Cheong, 2010: 18, destaque nosso).

O que põe a olho as marcas chinesas que Pedro Dias reconheceu existir na forma de Macau, quando se reporta aos bazares, vias e quarteirões que chegaram a receber a instituição de “cabeças rua” responsáveis pela sua defesa e organização populacional (Dias, 2005: 41).

Que Macau dependia da população chinesa para funcionar é uma certeza. Como atestou George Staunton,

[t]he market is supplied with grain and meat, from the Chinese part of the island, and sometimes from the main land. The Portuguese are above pursuing any other industry than of commerce and navigation. [Por esta razão,] [t]here is not, perhaps, throughout their territory a single labourer, or artist, or shopkeeper, who is a Portuguese, either by birth, or descent. The whole population amounts to about twelve thousand, considerably above half of which are Chinese (Staunton, 1797: 586).

População chinesa que Marco d’Avalo, na descrição que fez entre 1638 e 1639, assegura ter estabelecimentos de comércio na cidade (Avalo, in Boxer, 1942: 89) e, à qual, sabemos não raras as vezes os portugueses e ordens religiosas alugarem, por renda



anual, o rés-do-chão das habitações e propriedades para residência<sup>15</sup> (Dias, 2005: 193-194; Yin e Zhang, 2009: 89-90). São muitas as fontes chinesas que atestam esta realidade, Deixamos aqui apenas o comentário feito por Zhengtao, que compila as demais:

Os bárbaros residem dentro do muro, onde chineses vivem misturados com eles. Os chineses tomam de aluguer casas aos bárbaros. Estes, apesar de beneficiarem dos alugueres pagos pelos chineses, de vez em quando causam distúrbios. Houve uma proposta para mandar sair os nossos súbditos de Macau. Os projectos ainda existem, mas são apenas palavras vãs no papel.

[...] Agora, os bárbaros vivem nos andares de cima e os chineses nos de baixo, o que repto de uma inversão de estatuto (Zhengtao, in Yin; Zhang, 2009: 363).

Como mostram Susana Münch Miranda e Cristina Serafim, e pode ser aferível no rol da população recolhido por Almerindo Lessa (1974: 138-139), a população chinesa convertida desde cedo ultrapassou a população portuguesa (que incluía euro-asiáticos), sendo esta realidade clara na primeira vintena do século XVII onde se contavam cerca de 700 a 800 casados portugueses e 10 000 indivíduos chineses (Miranda e Serafim, in Marques 1998-2003, I, I: 195-196). Completava o quadro populacional de Macau a população escrava, de diversas origens, mas sobretudo africana.

Também as vagas migratórias japonesas em 1597, 1614, 1626 e 1634, de acordo com Pedro Dias, potenciadas pela fuga à perseguição dos conversos ao cristianismo, avolumou a população de Macau, o que se traduziu na criação de um bairro étnico, próximo da igreja e colégio de São Paulo (Dias, 2005: 19; 39-40).

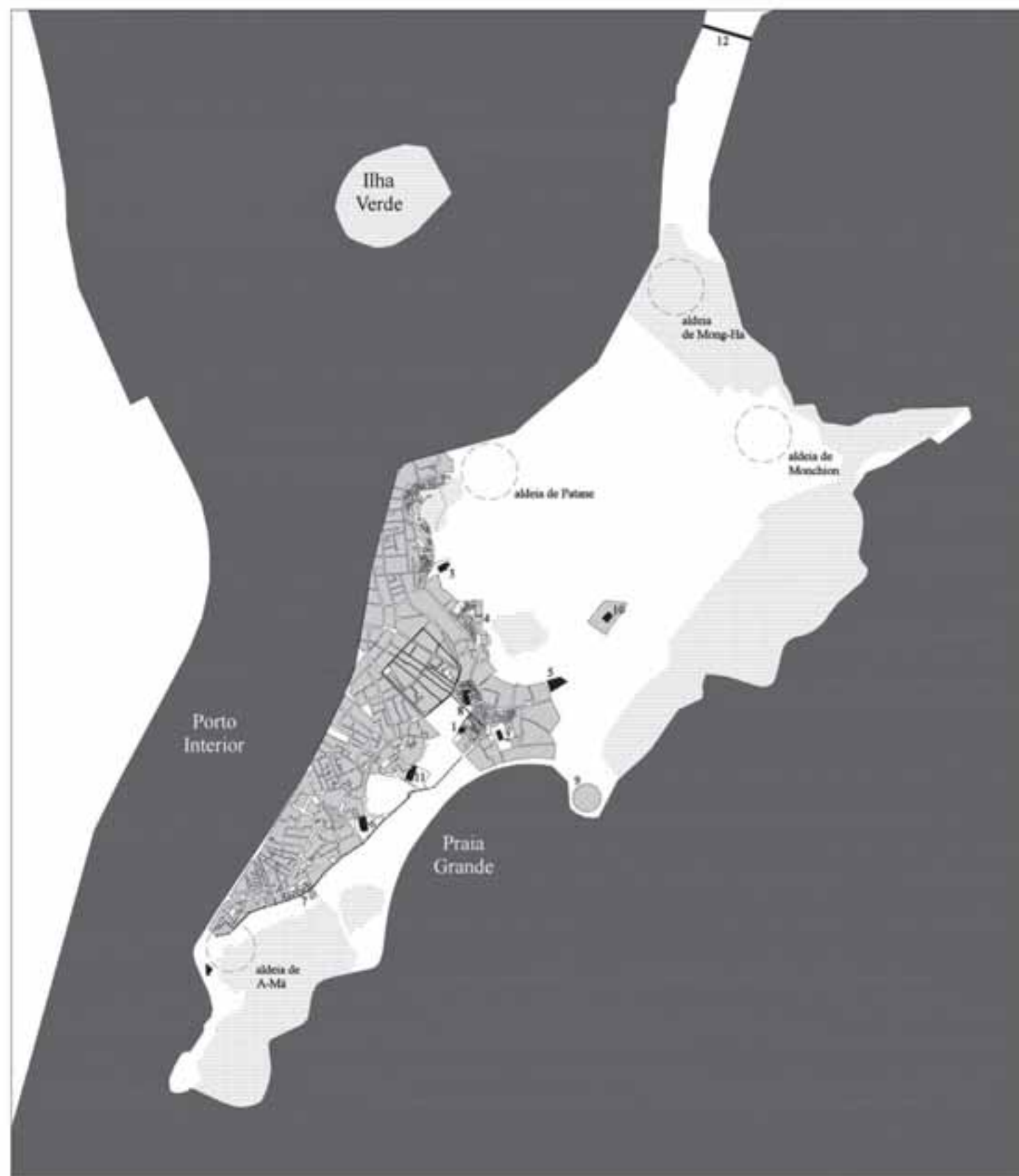
---






<sup>15</sup> Montalto de Jesus aponta para a existência de um pagamento de taxas de alocação/residência: “poll or house tax assessed by valuers” (Jesus, 1902: 39), sugerindo que existiu uma avaliação dos imóveis, provavelmente para determinar a percentagem do pagamento.



# MACAU

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1568-1583



-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Proposta do traçado do muro defensivo
-  Equipamentos (1. Santa Casa da Misericórdia; 2. igreja Matriz; 3. igreja de St. António; 4. igreja de Nossa Senhora (S. Paulo); 5. hospital de São Rafael; 6. igreja de São Lourenço; 7. Largo do Lilau; 8. igreja de S. Domingos; 9. mosteiro de S. Francisco; 10. igreja e hospital de São Lázaro; 11. igreja de St. Agostinho; 12. Porta do Cerco).
-  Traçado da rua Direita (atual rua Central, rua do Padre António, rua e calçada da Barra)
-  Traçado hipotético do eixo viário



10 100 800 1600

Escala gráfica: 1: 16 000



### ***5.7. a cidade do Nome de Deus do Porto de Macau***

A povoação de Macau foi fundada e cresceu sem qualquer braço da Coroa Portuguesa. Mesma a tutela exercida pelo capitão-mor da viagem do Japão, desde 1550, teve pouca intervenção no rumo da povoação e, como diz António Vale, foi uma intervenção mais teórica que efetiva (Vale, in Cunha, 1999: 205), cabendo aos fidalgos eleitos por entre a população as decisões relativas à vida de Macau.

Regime que não é novidade nos espaços cuja presença portuguesa criou uma espécie de representação intersticial do espaço do império. Relembremos os casos de São Tomé de Meliapor e Negapatão, regidos por um Senado da Câmara, que foi precedido por um corpo de “elleitos” como, para o caso de Macau, fica explícito na *Relação do princípio que teve a Cidade de Macau* (Paiva, 2008: 243).

No ano de 1583, como explica Rui Loureiro, “os cidadãos macaenses formalizavam a sua relativa independência, elegendo um governo de câmara e ministros dela” (Loureiro, 2002: 96). Autonomia relativa, já que se regiam pelas *Ordenações do Reino* (Dias, 2005: 21).

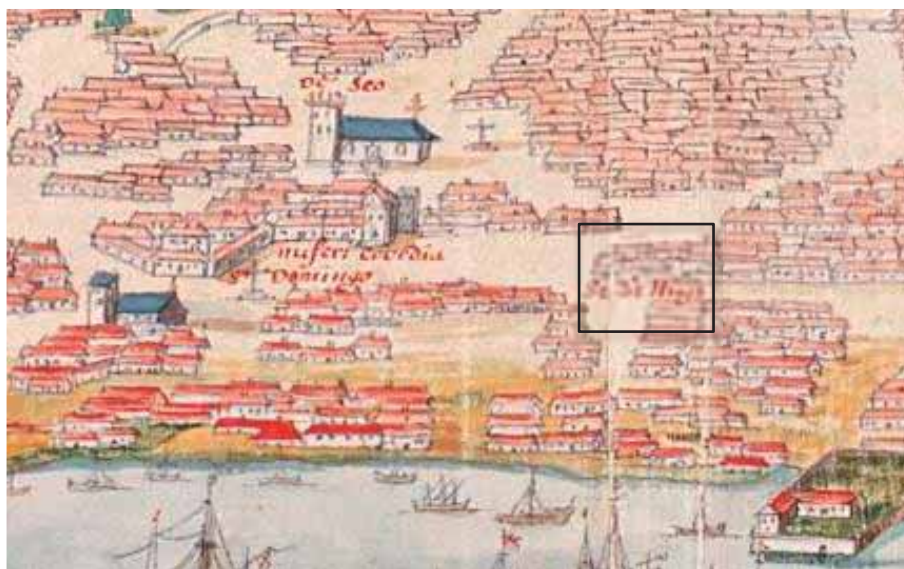
Numa carta de D. Filipe I ao vice-rei Duarte de Meneses, de 6 de março de 1587, fica patente que a casa real anuiu à criação de uma Câmara Municipal ministrada por um Conselho de fidalgos e homens casados de Macau, à semelhança do sistema legislativo com que se governavam todas as cidades do Estado da Índia (Sá, 1954-1988, V: 68).

Em resultado, Macau, depois *Cidade do Nome de Deus do Porto de Macau*, foi elevada

ao título de cidade, com regalias decalcadas das cartas de foral de Cochim e, daí, Évora (Bethencourt, in Bethencourt e Curto, 2010: 219; 229) .<sup>16</sup>

Da parte da casa real portuguesa, não houve uma entrega beneplácita ou absoluta da gerência da cidade ao corpo do Senado, antes, foi enviado um representante na forma do ouvidor, Francisco Machado de Barbosa (Sá, 1954-1988, V: 133).

Como é perfeitamente aferível no levantamento de Joahannes Vingboons de 1665 a construção da Casa do Senado, em 1583, justaposta à Santa Casa da Misericórdia, tamponou o lado norte do terreiro que se começava a balizar com outras construções religiosas, tornando o atual Largo do Senado, não só um espaço público caracterizador e catalisador do cristianismo em Macau, mas o coração cívico e cultural de Macau, que ainda hoje o é.



De Stadt Macao. Johannes Vingboons, c. 1665 (detalhe). Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° 4VELH 619. 65.

---

<sup>16</sup> Segundo Montalto de Jesus, o Senado de Macau, consciente da crescente prosperidade da cidade, pediu a renovação da carta de foral em 1593 para que fosse igualada à cidade do Porto. O pedido foi recusado, tendo apenas sido reconfirmada a carta decalcada de Évora em 1595 (Jesus, 1902: X).

Um outro dado importante para a análise morfológica é a centralidade da Casa do Senado face ao sistema de arruamento, e em boa verdade, a todo o território da península de Macau. Ali se cruzam a rua Direita e o eixo de acesso ao Porto Interior (atual avenida Almeida Ribeiro), frente ao Largo do Senado, ou seja, as artérias que ligam as vertentes norte e sul e oeste e este de Macau.



1. Santa Casa da Misericórdia; 2. Igreja Matriz; 3. Igreja de St. António; 4. Igreja de Nossa Senhora (S. Paulo); 5. Igreja de São Lourenço; 6. Largo do Senado; 7. Largo do Lilau; 8. Igreja de S. Domingos; 9. Mosteiro de S. Francisco; 10. Igreja e Hospital de São Lázaro; 11. Igreja de St. Agostinho; 12. Casa do Senado.

Profundamente alterada da estrutura original, existem, poucas representações que nos acedem a uma visualização da fase inicial. Uma delas, incluída na obra *Monografia de*

*Macau*<sup>17</sup> que, segundo Pedro Dias: “dá-nos uma construção claramente chinesa (...) podendo o desenhador, habituado à sua própria arquitetura nativa, ter adaptado formas que lhe eram estranhas, ou seja ter dado um ar chinês a um imóvel com características mais ocidentais” (Dias, 2005: 208; in Mattoso e Rossa, 2010: 515).

O mesmo podemos dizer de um outro desenho incluído na obra *Breve Monografia de Macau*.



Leal Senado. Auto Autor anónimo, s.d. Guangren Yin e Rulin Zhang, *Breve Monografia de Macau*, 2009. Macau: Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, 303. Este desenho reporta-se àquele incluído na obra *Monografia de Macau* (1744-1746).

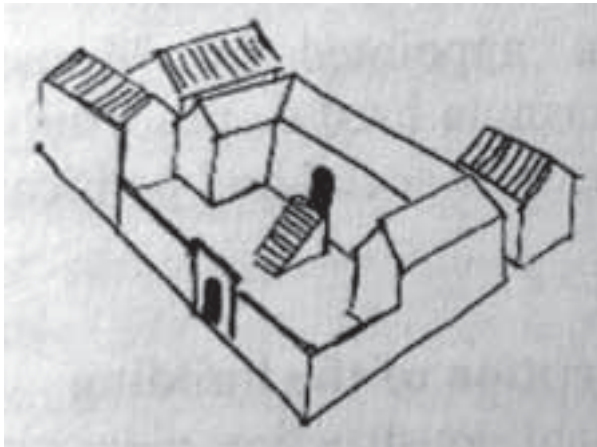
Leal Senado. Autor anónimo, s.d. Guangren Yin e Rulin Zhang, *Breve Monografia de Macau*, 2009. Macau: Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau, 308-309.

A mesma conclusão tem o arquiteto Francisco Pinheiro (2005), o que o levou a proceder a um estudo mais exaustivo no qual comparou as várias representações da Casa do Senado a exemplares com construção coeva em Portugal. Em resultado, Pinheiro advoga um tipo que tem matriz nos solares portugueses, resolvido numa estrutura em forma de U, com um pátio central, ao qual se acedia por um portão aberto no muro fronteiro, do qual existem ainda vestígios arqueológicos.

---

<sup>17</sup> No título original *Ou-Mun Kei-Lok*, da autoria de Cheong-ü-Lâm e Ian-Kuong-Iâm, a obra que terá sido escrita entre 1744 e 1746, foi traduzida para português por Luís G. Gomes, e publicada em 1979. Foi reeditada e republicada por Yin e Zhang em 2009, versão que corresponde àquela que temos vindo a usar.





The Senate building conjectural reconstruction in “U” shape around the open courtyard, with adjacent buildings attached. Francisco Pinheiro, “Using a comparative graphic method in the analysis of the evolution of the Macao Senate”, 2005, *Journal of Asian Architecture and Building Engineering*, 4, 1, 4.

Não obstante, há uma particularidade no segundo desenho de autoria chinesa, que incluímos atrás, e que Pedro Dias tomou nota, que tem que ver com o desenho de um alpendre na frente do edifício, que serve como espaço de acesso, espera e recepção. Este pormenor, remete-nos invariavelmente para os casos da Casa da Câmara de Cochim e de Malaca e, como referimos nos capítulos próprios, para o tema da Casa da Câmara e Paços do Conselhos construídos em Portugal (Trindade, 2013: 613-661; Trindade, 2012; Trindade e Cabral, 2014).

Da mesma maneira que a escadaria à qual se acede ao edifício, também incluída na reconstituição de Francisco Pinheiro, recorda particularidades arquitetónicas das Casas da Câmara e outros edifícios institucionais que encontramos não só em solo português, mas um pouco pelos territórios da Expansão do primeiro império, não se limitando ao arco temporal que admitimos para a nossa investigação.

Não é este o lugar, nem nossa intenção, aprofundarmos sistematicamente o tema da Casa da Câmara numa dimensão holística aos territórios do império português, no entanto, e somente a título de exemplo, vejam-se os casos da Praia e de Angra do Heroísmo (Açores), que segundo a investigação de Antonieta Reis Leite, confirmam um

Macau, R.A.E.M., China

modelo tradicional consolidado, apresentando um corpo com pórtico no piso térreo e com alpendre ou varanda ao qual se acede por uma escadaria (Leite, 2012).

Também, a composição das fachadas da Sede de Administração das Matas e Residência do Administrador (hoje Câmara Municipal) de Pondé (Goa, ndia), o anterior edifício do Tribunal de Quepm (Goa, Índia) (Faria, in Mattoso e Rossa, 2010: 313-314), o Tribunal de Damão (Índia) (Faria e Mendiratta, in Mattoso e Rossa, 2010: 110), ou ainda a Casa da Câmara de Damão, todos edifícios cuja data de fundação  oitocentista, todos com uma fachada com acesso em escadaria que d acesso a uma galeria ou alpendre.



Câmara Municipal de Damão.

Ainda no espaço brasileiro, encontramos características comuns, em especial, no uso das escadarias de acesso ao piso superior e, nalguns casos a existência de galerias superiores, como nas Casas da Câmara e Cadeias de Cachoeira e São Félix, Maragogipe (embora neste caso a escada de acesso  interior  fachada), São Cristóvão, Santa Rita, Laguna, São João da Barra ou São Sebastião (Esterzilda de Azevedo, Eugnio Lins e

José Pessoa, in Mattoso e Araújo, 2010: 82, 130, 220, 210-211, 281, 326-327, 336-337).

Quer isto dizer que, independente de estarmos a usar como base de trabalho a iconografia chinesa ou a proposta de Francisco Pinheiro, observam-se na Casa do Senado de Macau características que apontam para uma clara influência dos seus congéneres em Portugal, que tem uma continuidade de práticas em outros lugares do império,<sup>18</sup> não obstante a diferença de modelos, em muitos casos por necessidade de adaptação às condicionantes e particularidades climáticas locais.

Em 1597 a intuição do capitão Paulo de Portugal não estava assim tão longe da verdadeira intenção que fez chegar à cidade dois padres franciscanos, que vinham pedir armas e mais apetrechos militares para o serviço das armadas de Castela ao largo das Filipinas. No entanto, como o capitão previu e tentou bloquear, os castelhanos estavam em negociação com as autoridades sínicas para se instalarem em Cantão, fixando-se de seguida no porto de Pinhal. O capitão acabou por, no ano seguinte, lançar fora do lugar os castelhanos. Segundo dizia: “perder-se-hia aquelle commercio, e não tinham os Portugueses pera que morar naquella Cidade” (Couto, 1595, XII: 248).

A proximidade dos castelhanos a Macau, era mais uma ameaça à estabilidade da cidade portuguesa, que por esta altura não tinha qualquer sistema defensivo.

---

<sup>18</sup> Devemos deixar claro que a procura por elementos comuns foi estendida aos territórios do continente africano (Mattoso; Barata; Fernandes, 2010), mas não se encontrou modelos similares. Deprendemos que, na maioria dos casos em que a ocupação se desenvolveu no século XVI e por períodos de curta estadia, não há um conhecimento sustentado desta instituição, sequer chegou a ser implementada. Por outro lado, nos território onde a instalação portuguesas decorreu no longo prazo, as Casas da Câmara e Paços do Conselho listados tratam-se de edifícios de arquitetura modernista, não nos permitindo retirar conclusões.

Como bem referiu Luiz Filipe Thomaz, “ao contrário de Maluco e Banda, o Extremo Oriente asiático foi deixado aos mercadores privados, aos corsários e aos aventureiros [pelo que desde o início da instalação portuguesa em Macau], [o]s direitos portugueses ao comércio com a China não eram, por então, contestados pela Espanha” (Thomaz, in Marques, 1998-2003, I, I: 102). Por outras palavras, a esfera de influência de cada uma das coroas da expansão ao largo das Molucas ficou concordada no Tratado de Saragoça, assinado em 1529, contudo, Macau não existia, na altura, como instalação portuguesa.

A partir da década de 1570, de acordo com Jorge Flores, há uma progressiva intromissão dos castelhanos instalados em Manila em Maluco, que chega ao desfecho do projeto de anexação do Brunei à Coroa Espanhola. A par, também esta interferência se alastrou aos portos do litoral chinês, ao Japão, e outras zonas da Ásia do Sueste, sendo muitas das vezes conduzida não só por mercadores, mas igualmente missionários (Flores, in Marques, 1998-2003, I, I: 147-148).

Ainda que depois da união das coroas, concretizada em 1580, se ter advogado a separação das esferas de influência de cada uma, Macau, relembramos, é uma terra de fronteira, muito mais próxima a nível geográfico das Filipinas que de qualquer possessão portuguesa, e sem a sua posição definida no enquadramento destas esferas de influência.

A toda esta instabilidade vivida em Macau, a presença de um representante da Coroa Portuguesa, ou melhor, a sua conduta perante a expulsão dos castelhanos, não era bem vista pelos moradores, que suspeitavam não ter sido bem recebida pelas autoridades chinesas, já que se sobrepunha à autoridade de Pequim. Por todos estes motivos, os moradores de Macau alegavam e temiam que “viviam n’ uma terra toda aberta, e sem

defensão alguma; e todas as vezes que os Chins quizessem, os tomariam ás mãos” (Couto, 1595, XII: 248).

Como sublinha Rui Loureiro, os habitantes de Macau sempre tiveram consciência da precariedade da sua posição e permanência, mas “esta atitude de subserviência era essencial à manutenção do estatuto de extraterritorialidade que a povoação havia adquirido” (Loureiro, 2002: 97).

### ***5.8. a tentativa de fortificar Macau***

A ameaça holandesa em Macau, como em todas as restantes cidades do Estado da Índia, aumentou toda uma urgência para a construção de um sistema defensivo. Iniciada em 1604, com a tentativa de desembarque de Alexandre van Waerwijk e, depois, em 1607, pelo almirante Matelief, no ano seguinte o D. Filipe II reiterava que Macau devia ser encerrada por um muro, de acordo com as instruções remetidas no ano anterior em carta para o vice-rei. Instruções que, como a própria carta explica, eram advertências para que a fortificação decorresse com a anuência das autoridades sínicas (Pato, 1880-1982, I: 239). Embora em 1610 estas recomendações ainda tivessem validade, tinham, no entanto, uma pequena diferença.

Na verdade, D. Filipe II não tencionava pedir a autorização às autoridades chinesas para a construção da fortificação, encarando-a como um projeto e decisão que apenas respeitava à coroa Filipina e aos cidadãos de Macau. O que se esperava da China era, pois, o consentimento. Para tal, o monarca ordenou que se usassem os “meios mais suaves que houver” no tratamento do caso com o mandarinato, que tanto tiveram de suborno aos mandarins com a entrega de presentes, como alegações de que a própria

China beneficiava com a construção, já que em questão estava a manutenção do comércio com o porto em Macau (Pato, 1880-1982, I: 395).

Em 1615 o assunto da fortificação não estava encerrado. D. Filipe II punha em hipótese colocar um capitão que concertasse os assuntos relativos à fortificação e à guerra, sem ter qualquer outro ofício que não este, “indo (...) advertido que de maneira o ha de fazer” (Pato, 1880-1982, III: 277). Como antes, o capitão devia chegar a um bom consenso com o mandarinato, sem cair no erro de pôr em causa a jurisdição portuguesa no lugar, recordando-o, para tal, que a interferência dos holandeses na área podia ser prejudicial primeiro para o porto de Macau e depois para os da China (Pato, 1880-1982, III: 276-277). Ora este pedido vem no seguimento da instalação dos holandeses na Ilha Formosa, que, dada a localização entre rotas, podia simplesmente bloquear o comércio com o Japão (Pato, 1880-1982, III: 203).

Não deve surpreender, por isso, que a ação do monarca na nomeação do capitão estivesse diretamente relacionada com esta condição. Veja-se que não equacionou um capitão residente como, aliás, já achara inconveniente uns anos antes (Pato, 1880-1982, I: 141), mas manter um homem que fosse a cabeça da capitania das viagens do Japão. A questão da superintendência diária das obras e do conselho de guerra resolvia-se com a entrega destas questões a um ouvidor (Pato, 1880-1982, III: 277), cujo cargo devia ser dissimulado tanto ao mandarinato quanto aos moradores.

O que lemos aqui é uma tentativa de D. Filipe II colocar sob o chapéu da Coroa Filipina a gestão da cidade de Macau. A fortificação, ao que consta foi um meio para tal.

A ação neste sentido foi de tal ordem que, mal foi nomeado o Capitão da Guerra, que em bom rigor, era o representante e pulso da coroa, já em Goa estavam prontas todas as

ordens, oficiais, tesoueiros e condições relativas à fortificação “e forma d’ella” (Pato, 1880-1982, III: 335) que deveriam acompanhá-lo na viagem para Macau. Por outras palavras, estavam preparadas a equipa de empreitada, o livro de obra e a tela final da fortificação.

A chegada do ouvidor na cidade não caiu bem no seio dos moradores que preferiam o capitão da viagem do Japão, opondo-se a uma autoridade efetiva, ainda que nominal, que claramente lhes diminuía o nível e participação nos assuntos de gestão urbana.

O que originou a constituição de “cabeças de rebelião”, começando a crescer o clima de tensão entre os membros do Conselho e o ouvidor (Pato, 1880-1982, VI: 30). Até porque, a estabilidade da administração portuguesa em Macau agravou-se com a chegada da “chapa” das autoridades chinesas, que o ouvidor Francisco Carrasco declarou a D. Filipe II ser quase uma ordem de despejo: “vem com pressuposto de nos deitarem fora desta terra e terem nella como cativos” (Pato, 1880-1982, VI: 29).

Mas o que analisamos no teor desta ordem, não é uma intenção de acabar com Macau, sim, de reenquadrar a gestão e a ação missionária dos religiosos. Pois se a *chapa* que ali chegou era, no fundo, o *Memorial ao Trono* elaborado pelo *haidao* Yu Anxing, cerca de 1617 e que conhecemos através de Shangpeng, o conteúdo é suficientemente explícito e não apresenta nenhuma ordem de despejo:

solicitando a devida autorização para se levantarem umas cercas nas quatro ruas principais, onde se concentravam as casas, e que davam para todos os lados. Nas altas paliçadas afixaram-se cartazes com os seguintes dizeres. “Temam a nossa grandeza e reconheçam a nossa virtude.” As casas, de ambos os lados, foram identificadas com 20 caracteres de *Luao*, formando a seguinte frase: “Pela prudência e virtude do imperador

da dinastia Ming, os bárbaros das quatro direções são encarados como convidados (Shangpeng, in Yin e Zhang, 2009: 84).

Ademais, a este *Memorial* estavam anexas cinco normas gravadas em pedra, a serem seguidas pelos moradores de Macau. De todas, interessa-nos chamar a atenção para a que previa que: “É proibida qualquer obra clandestina. Qualquer construção dos bárbaros de Macau só poderá ser restaurada conforme o seu primitivo plano. Toda e qualquer construção clandestina nova, nem que seja um tijolo posto, uma viga atravessada, será destruída pelo fogo. Os contraventores terão penas agravadas” (Yin e Zhang, 2009: 85).

A resposta de D. Filipe II, deliberada internamente, pautou-se por uma tentativa de apaziguar a situação. Por um lado, Francisco Carrasco foi retirado do cargo, com vista a terminar as suas contendas com os moradores, por outro lado, solicitou que a entrada dos jesuítas no território chinês fosse feita de forma dissimulada. Além disto, que a comunidade de chineses em Macau ficasse de fora da interferência pelouro da justiça (Pato, 1880-1982, VI: 26-27).

No entretanto, o tema da fortificação nunca foi posto de parte. Sabemos por uma carta de D. Filipe III escrita ao vice-rei em 8 de fevereiro de 1622, que entre a ordem de trabalhos encarregue a António Pinto da Fonseca, Provedor e Visitador das fortalezas, se incluía a supervisão das fortificações de Macau. O que não era uma tarefa fácil.

Pinto da Fonseca queixava-se da dificuldade de manter a empreitada por estar fora (em Malaca), em idade avançada e por ser um cargo difícil de exercer por uma só pessoa, olhando a vasta dimensão territorial do império e, em bom rigor, a própria dimensão e



morfologia de Macau. Além de todas estas razões, acrescia que não havia em Macau “engenheiro nem mestre pedreiro” (Pato, 1880-1982, VIII: 102), que pudesse executar as decisões da obra.

A solução passou por se procurar em Goa “o mestre pedreiro e oito ou dez pedreiros bons e (...) se achar algum engenheiro, ainda que não seya muito práctico” (Pato, 1880-1982, VIII: 102). Pinto da Fonseca não requereu especificamente o engenheiro-mor do Estado da Índia, nesta altura Júlio Simão, por provavelmente saber da quantidade de trabalho que tinha, ou por achar que se encontrava, por esta altura, em São Tomé de Meliapor. Mas o pedido deixa-nos adivinhar que a urgência se sobrepunha ao domínio da arte e que, independente do grau do engenheiro, a última palavra acerca das soluções para a fortificação de Macau era de Pinto da Fonseca.

Um ano mais tarde nenhuma obra foi iniciada, pois sabemos que apenas as cercas das casas e tapumes postos nas ruas encerravam a cidade. Solução que, à falta de tipos defensivos, foi empregue também nas cidades de Cochim e São Tomé de Meliapor, como tivemos oportunidade de ver. No caso de Macau, a situação do colégio de S. Paulo, implantado num plano alto e cavaleiro à cidade, complementou a frágil linha de defesa, dispondo-se para o efeito, artilharia, usando-o como um bastião (Pato, 1880-1982, VI: 28).

A possível instalação de uma fortaleza holandesa na Ilha dos Pescadores, situada no arquipélago da Ilha Formosa a meio caminho das rotas que de Manila e Macau seguiam para o Japão (Pato, 1880-1982, IX: 31-32), apesar de não ter sido construída, pôs, de novo, a cidade e a fortificação de Macau assuntos urgentes da agenda de D. Filipe III. Mas nenhuma das soluções previstas pelo rei tiveram sucesso. O empréstimo que se

tentou obter junto dos moradores de Macau para a concretização das defesas da cidade, caiu em saco roto, uma vez que os moradores não reuniam condições monetárias para pagar o custo da obra. (Pato, 1880-1982, IX: 285-286). A aplicação dos lucros obtidos pelo restabelecimento do comércio entre Macau e Manila também não sucedeu, pois não era bem visto pelo vice-rei da Índia, que considerava que retomá-lo sujeitava administrativamente Macau a Manila, pondo a gestão da cidade fora da esfera de influência pertencente ao império português (Pato, 1880-1982, X: 13).

Aliás, se a preocupação com a interferência castelhana em Macau sempre existiu e, ainda antes da União das Coroas, se conseguiu retirar das mãos de padres missionários vindos das Filipinas a direção das obras pias, em 1633, existiu um volte-face.

Junto ao mosteiro franciscano foi construído o convento de Santa Clara, por religiosas vindas da missão de Manila (Trindade, 1630-1636, III: 527), a quem foram concedidas “as casas de um cidadão honrado e muito devoto, chamado Bartolomeu da Rocha, que [havia] dois meses as tinha despejadas para efeito de se concertarem para seu recolhimento” (Trindade, 1630-1636, III: 527), o que veio a acontecer em 8 de novembro de 1633 e estiveram até 30 de abril de 1634 “no qual dia as passaram para as suas casas que se compraram por dez mil patacas e estavam mui bem concertadas e acomodadas a modo de um // conventozinho com todas as suas oficinas” (Trindade, 1630-1636, III: 528).

Porém, o que mais nos interessa destacar nesta “intromissão” castelhana, digamos, é a informação que nos presta a nível do urbanismo, revelando que a malha urbanizada de Macau, ter-se-á alastrado aos espaços livres, nomeadamente entre o eixo da rua Direita e a zona da Praia Grande chegando inclusive às imediações do mosteiro de S. Francisco.

Paisagem que está atestada por qualquer vista ou espécie cartográfica de Macau, onde se destaca a manutenção dos eixos de arruamento que centralizam a Casa e o Largo do Senado, e também a hierarquia de ruas que, na vertente este de Macau, sulcam o declive até entestar com a rua Direita.

Ainda na análise morfológica é importante destacar a regularidade que a urbanização desta vertente apresenta, de um modo geral, nas representações quer seiscentistas quer oitocentistas ou no próprio tecido urbano atual, por oposição aos quarteirões e ruas disformes do lado oeste de Macau.

Não só a dimensão dos quarteirões é maior e tendencialmente mais próxima de formas quadradas e rectangulares, como o arruamento tem uma tipologia mais ortogonal, o que supõe uma urbanística que contém, ela mesma, um princípio de ortogonalidade.

Para além disto, argumentando com o estudo de identificação de traços da urbanística vernacular chinesa (Wang e Cheong, 2010), vemos que esta é uma das áreas em que a detecção desta influência é praticamente nula.

O que não supõe que a área não foi habitada por moradores de origem chinesa, como vimos, sempre em maior número que a população portuguesa, mas pressupõe que a urbanística aplicada tem na matriz princípios de parcelamento ortogonal, certamente usado pelos órgãos de gestão concelhia.

Macau, R.A.E.M., China



De Stadt Macao. Johannes Vingboons, c. 1665 (detalhe). Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n° 4VELH 619. 65.

Plan de la Ville de Macao, et de Ses Environs aux Portugais. Laffite de Brassier, 1781 (detalhe). Paris: Bibliothèque National de France, Département Cartes et Plans, GE SH 18 PF 179 DIV 12 P 3/2.

Planta da Península de Macau. António Heitor, 1889 (detalhe). Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa. Marcação dos arruamentos a preto.

# MACAU

PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA: 1583-1623



Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa



Equipamentos (1. Santa Casa da Misericórdia; 2. igreja Matriz; 3. igreja de St. António; 4. igreja de Nossa Senhora (S. Paulo); 5. hospital de São Rafael; 6. igreja de São Lourenço; 7. Largo do Lilau; 8. igreja de S. Domingos; 9. mosteiro de S. Francisco; 10. igreja e hospital de São Lázaro; 11. igreja de St. Agostinho; 12. Porta do Cerco; 13. Casa do Senado; 14. Largo do Senado).



Traçado da rua Direita (atual rua Central, rua do Padre António, rua e calçada da Barra)



Traçado hipotético do eixo viário



10 100 800 1600

Escala gráfica: 1: 16 000



### **5.9. o sistema de fortificação**

Com a nomeação de Francisco de Mascarenhas para primeiro capitão-geral e primeiro governador de Macau, em 1623, (Dias, 2005: 22), estava em marcha, no ano seguinte, a concretização do sistema defensivo (Pato, 1880-1982, X: 191), patrocinada pelas rendas do Caldeirão da cidade, ou seja, pelos cidadãos (Pato, 1880-1982, X: 252). Esta era uma segunda fase do sistema defensivo de Macau, como diz Pedro Dias (2005: 87) que, no essencial, estava concluída em 1638. A *Descrição de Macau*, de Zhengtao, sintetiza a expressão final:

Como a cidade se espalha por várias colinas, as suas casas, nas quais vivem os bárbaros de Macau, estão apinhadas como colmeias e formigueiros.

(...) Em Macau, **há cinco fortalezas** e oito igrejas. As casas bárbaras foram construídas ilegalmente, enquanto **as fortalezas se elevam em locais privilegiados, de importância estratégica** (Yin e Zhang, 2009: 350-351, destacado nosso).

A fortaleza de Nossa Senhora da Guia junto do eremitério homónimo, construída em 1622, ocupava a topografia mais elevada de Macau, o Monte da Guia. Tinha uma posição cavaleira à cidade e à passagem para o continente chinês, bem como uma vista desafogada extensível à Ilha da Taipa.



Capela de Nossa Senhora da Guia. Vista da plataforma da capela para a zona da Praia Grande.

A Fortaleza do Monte, instalada junto a uma colina na lateral este do colégio dos jesuítas. Hoje ocupada pelo Museu de Macau, todo o circuito de muros e plataformas marcam indelevelmente o terreno, mas também a paisagem de Macau. Terminada em 1626, tinha uma forma quase quadrangular com bastiões nos quatro cantos.



Fortaleza do Monte.

Gezigt van Macao, van Praia Grande te Macao. Joan Blaeu (1790-1885) (detalhe), *Atlas van Stolk*. Destaca-se a relação entre a fortaleza do Monte (ao centro), a igreja de Nossa Senhora /S. Paulo (à esquerda), e a fortaleza de Nossa Senhora da Guia (à direita).

A Fortaleza de S. Francisco, erguida em 1623, ficava cavaleira à Praia Grande e era complementada pelo fortim de S. Pedro, (que também vemos no lado esquerdo do desenho) construído entre esta e a Fortaleza do Bom Parto localizada à cota térrea da colina da Penha. Do outro lado da colina estava disposta a Fortaleza de São Tiago da Barra, protegendo a entrada no Porto Interior.

No cimo da colina, junto à igreja de Nossa Senhora da Penha de França, erguida em 1623, graças ao mecenato do capitão José da Silva (Rego, 1947-1959, XI:161; 166-167), estava instalada a fortaleza homónima. Como ainda hoje nos é permitido ver, funcionava como a testa de ferro da defesa sul de Macau.





A igreja no lado esquerdo na primeira fotografia trata-se da igreja de Nossa Senhora da Penha de França. Na fotografia de baixo, tirada do miradouro que ocupa uma das plataformas da fortaleza, é possível ver a extensa paisagem que se alcança, entre Macau e a Ilha da Taipa. Do lado oposto, tem-se a vista desfocada para o Porto Interior.

Apesar da morosidade da empreitada, a obra sofreu alguns reveses e alterações ao plano inicial, não obstante, na década de 1630 alguns dos elementos defensivos terem recebido obras de reforço e/ou reparação (Dias, 2005: 88, 103, 109). Mas como esclarece Rulin:

Em meados do reinado de Wanli, o grande coordenador e governador He Shijing (...) mandou deitar abaixo alguns lanços de muralhas da cidade com torrões [ca.1624-1625]. No reinado de Tianqi, os bárbaros de Macau solicitaram ao haidao interino, Xu Ruke,

Macau, R.A.E.M., China

que, pelo facto de os Cabelos Vermelhos estarem prestes a invadir Xiangshan, com extrema urgência lhes fossem dados soldados e provisões, bem como pedras e madeira para repararem as muralhas (...) a muralha da cidade crescia diariamente, numa extensão de uns 100 zhan. Ruke despachou, para Macau, um zhongjun acompanhado de efectivos para transmitir aos bárbaros as suas instruções: “A muralha não está a ser destruída por falta de recursos humanos em Macau. Caso necessitem, poderei mandar ajudá-los a destruí-la.” Em menos de dois dias a muralha foi arrasada (...) Actualmente, as muralhas da cidade são fortes, mas baixas. O portão principal chama-se Sanbamen. Os portões secundários são ao todo três. A saber: Xiaosanbamen, Shalitoumen e Huawangmiaomen (Yin e Zhang, 2009: 199-200).

Da vasta extensão da muralha, hoje resiste apenas um troço junto à igreja de S. Paulo e ao templo de *Na-Tcha*.



Troço da muralha.

Conhecemos bem o resultado e características arquitetónicas do conjunto que constituiu o sistema defensivo, bem como as zonas de corte impostas pelas autoridades chinesas (Jesus, 1902; Dias, 2005: 85-125, 2009a, XIII: 65-66; in Mattoso e Rossa, 2010: 492-496; Garrett, 2010; Fernandes et al., 2015). As estruturas do programa militar, como as estruturas religiosas, são as que mais páginas avolumam na historiografia.

A representação de António Bocarro e Pedro Barreto de Resende dá uma imagem aproximada do que foi projetado para o complexo sistema defensivo, conquanto os levantamentos holandeses provam o que efetivamente foi construído depois das ordens sínicas.






Macau. António Bocarro e Pedro Barreto de Resende, *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, 1635. Biblioteca Pública de Évora, Inv. n.º Cód. CXV/2-1.  
Platte Grondt van Stadt Macao. Johannes Vingboons, c. 1665. Den Haag: Nationaal Archief, Inv. n.º VELH 619. 66.



# MACAU

## PROPOSTA DO TRACADO DO SISTEMA DE FORTIFICACÃO



-  Proposta do tecido urbano da ocupação portuguesa
-  Proposta do traçado do sistema de fortificação (1. Fortaleza do Monte; 2. Fortaleza de Nossa Senhora da Guia; 3. Fortaleza de S. Francisco; 4. Fortaleza de Nossa Senhora do Bom parto; 5. Fortaleza de Nossa Senhora da Penha de França; 6. Fortaleza de São Tiago da Barra).
-  Proposta do traçado da muralha



10 100 800 1600

Escala gráfica: 1: 16 000



Em conclusão, o desenho pensado para a muralha, que está atestado na representação de António Bocarro e de Pedro de Resende, pretendia cercar toda a cidade que, em bom rigor, correspondia ao território alcançado pelos portugueses às autoridades sínicas. Como observou Peter Mundy, em 1637-1638, “all the recreations of this Citty ly within themselves, As their faire large strong Ritche and well furniched houses, (...) having Neither Feilds Nor gardeins abroad, the Cjinois not allowing them” (Mundy, 1608-1667, III, II: 267).

Por esta razão, o caso de Macau não tem um subcapítulo dedicado ao “arrabaldes e termo”. Se houve lugares exteriores à cidade onde houve presença portuguesa, foi junto à igreja e leprosaria de S. Lázaro que, como vimos, deu origem a uma freguesia homónima, aliás, como todas as igrejas implantadas em Macau que ainda hoje formam uma espécie de distrito espiritual, ou na Ilha Verde, mediante a ação dos jesuítas. Ali se ergueu, em 1606, uma igreja que deveria ter um caráter de reduto militar, visto nesse ano as autoridades chinesas terem solicitado para que fosse destruída “uma alta muralha” (Yin e Zhang, 2009: 22). O que aconteceu apenas em 1621, integrado nas ordens de demolição da muralha da cidade, pois “receando as autoridades locais que a presença de uma muralha pudesse dar origem a problemas, mandaram o jiansi Feng Conglong demolir a cidadela que se encontrava já levantada, o que se alcançou sem qualquer resistência por parte dos bárbaros” (Yin e Zhang, 2009: 22).

As convulsões internas à organização e composição territorial do Estado da Índia alavancadas com a perda de Malaca em 1641, com o fecho das relações com o Japão em 1644, com a soberania da Companhia Holandesa das Índias Orientais nas rotas do

sudeste asiático e com a alteração dinástica da China, como argumentou Pedro Dias, teve resultados visíveis na manutenção de Macau, sobretudo pelo decréscimo da população portuguesa (que não passaria de trezentos habitantes) e, também, da chinesa, ao ponto do império da China ter ponderado o encerramento de Macau, calculando a transferência dos moradores para o interior do país. Em 1667 estas possibilidades foram de novo equacionadas pelo mandarim Heong-San mas, desta vez, como uma ordem a executar, à qual os portugueses em Macau se opuseram e nunca veio a cumprir-se. Tudo o que se passou a seguir, e que, segundo Pedro Dias, mobilizou por parte da Corte Portuguesa uma série de embaixadas a Pequim é matéria, no entanto, para outra análise que não a nossa, pois extrapola o arco temporal que aqui nos importou explorar. Mas vale a pena deixar claro que muito já se tem feito neste sentido, quer se tratem de monografias, quer de olhares mais dirigidos à arquitetura.



# MACAU

INSERÇÃO DA PROPOSTA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA NO TECIDO URBANO ATUAL



10 100 800 1600

Escala gráfica: 1:16 000

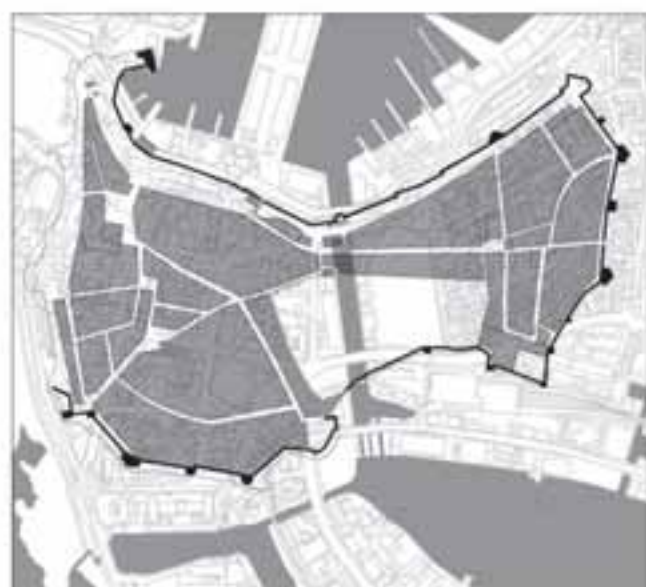


## DE COCHIM A MACAU

COMPARAÇÃO MORFOLÓGICA DOS NÚCLEOS URBANOS EM ESTUDO



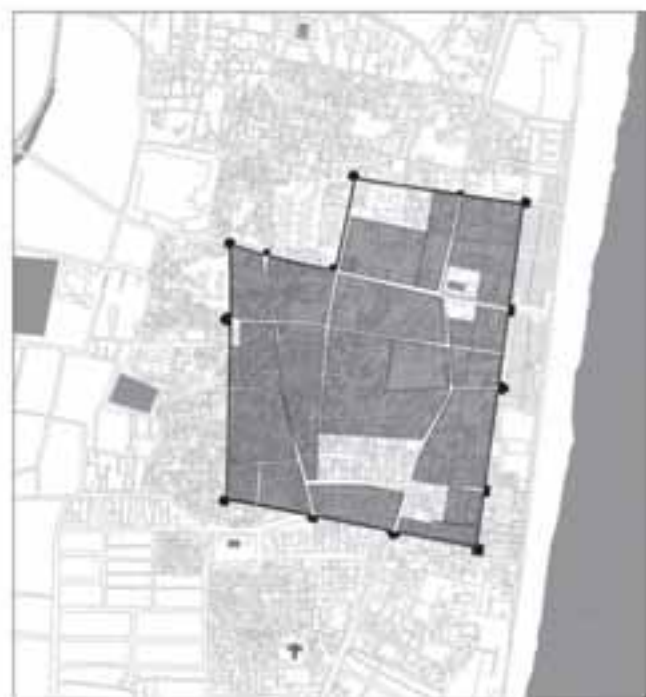
COCHIM: aprox. 51,7 hectares intramuros



COLOMBO: aprox. 67,5 hectares intramuros



MALACA: aprox. 28,3 hectares intramuros



SÃO TOMÉ DE MELIAPOR: aprox. 43,8 hectares intramuros



MACAU: aprox. 68,7 hectares intramuros

10 100 1000 1750  
Escala gráfica: 1: 17 500





### PARTE III: CONCLUSÃO

As cidades cuja forma e processo de estruturação urbanas foram aqui objeto de análise, são uma amostra do compromisso estabelecido entre a cultura urbanística de influência portuguesa e as culturas asiáticas onde desde então se inserem. Ainda que as evidências da influência portuguesa sejam, por vezes, apenas discerníveis num troço de rua, num limite de quarteirão, num elemento arquitetónico, toponímia ou num limite territorial cuja leitura é forçosamente abstrata, esse vinco urbanístico caracteriza o espaço urbano, expressa linhas de afinidade culturais numa variedade de características morfológicas e, em grande parte, explica as estruturas físicas e funcionais da atualidade.

O que aconteceu depois desse processo de influência não poderia ser da conta deste trabalho, apontando-se apenas que, na maioria dos casos, o que houve – transformação das muralhas urbanas e a reorganização dos seus elementos programáticos – dificilmente poderia ter produzido alterações estruturais significativas que tivessem obliterado por completo as matrizes cadastrais iniciais. É, de resto, isso que as caracteriza como património urbanístico e nos permitiu tentar desenhar a sua história.

Desenho tornado cartografia operativa que, se foi assumido como o método e um dos objetivos desta dissertação, no final é, talvez, o seu mais significativo resultado, não só no âmbito do conhecimento sobre o urbanismo português, mas para a operacionalidade da urbanística segundo outros pontos de enunciação.

O conjunto de cartografia nova, retomando a expressão de Walter Rossa usada na introdução, é um registo de uma *idade sistemática* que confirma que não houve uma rutura da estrutura inicialmente instalada, antes um processo contínuo de integração de tudo o que o processo histórico aportou a cada cidade.

Tudo isso é relevante na tomada de consciência de um património urbanístico vivo, ou melhor, que é um *património ativo*, cujo valor não reside apenas como chave de autenticidade ou *discurso autorizado* (Smith, 2006; Smith e Campbell, 2016) em projetos culturais, sejam eles de mera natureza político-turística ou de política cultural de salvaguarda, como nos casos que integram a Lista do Património Mundial da UNESCO, como Malaca e Macau. De facto, parece-nos que a cartografia produzida poderá vir a ter utilidade para a definição sustentada de instrumentos de política de gestão urbana e patrimonial de cada um destes bens, em particular enquanto ferramenta de ações de *salvaguarda em desenvolvimento* (Gonçalves, 2011; Rossa, 2015: 35-57; Rossa, in Rossa e Ribeiro, 2014: 477-519; cf. Winter, 2013; Moore, 2011: 278-279; Oers, 2016), que incorporam no teor e nos objetivos a História, não apenas como informação, mas como ativo para a regeneração.

E aqui temos de retomar o *efeito* da influência, expressão desenvolvida por Renata de Araujo a que já recorremos na introdução, uma vez que a influência pode ser lida “como a ação exercida por algo ou alguém sobre um lugar, um fenómeno ou uma pessoa” (Araujo, in Rossa e Ribeiro, 2015: 48). Por outras palavras, cabe refletir *qual o significado atual, o valor, deste património?*

O processo histórico fez com que em Macau não houvesse rejeição sistémica do passado português que, aliás, depois da passagem para a administração chinesa tem vindo a ser brandido como elemento diferenciador dentro das tendências hegemónicas anglófonas. Em Cochim, a força do episódio holandês e a passagem do tempo erodiu a consciência da marca portuguesa, hoje resistente num conjunto de igrejas e no vinco religioso católico. Condição semelhante, embora por processos históricos diferentes, ao caso de São Tomé de Meliapor, cuja marca portuguesa funciona como um operador ora

de inclusão ora de recusa de identidade. Nos casos de Colombo e de Malaca, o valor reside como princípio de reenquadramento histórico das identidades e culturas, respetivamente, cingalesa e malaia. Embora em Malaca, o discurso de reenquadramento, em particular, feito pelas narrações históricas exibidas pelos diversos museus instalados na cidade, use a marca portuguesa como forma de elevar a identidade malaia original, a islâmica (Ahmad, 2015). O que não bate certo com as imagens identitária e turística divulgadas, nem com o seu significado enquanto código de enraizamento cultural da comunidade *kristang*.

Esta passagem por todos os casos, breve, pois levanta uma série de questões complexas que não são fáceis de explicar, em especial, num texto de conclusão, mostra como não se tratam de consciências que decorrem diretamente da expressão urbanística do património, mas antes da sua tradução feita pela lente das histórias dos processos de colonização. Mais relevante, que a desestruturação do património urbanístico elide a caracterização destas cidades enquanto exemplos com estrutura portuguesa. É verdade que parte do que foi a matriz urbana construída pela influência portuguesa ainda subsiste, mas nas experiências *in loco*, só muito forçadamente é possível reconhecê-la.

Parece-nos assim que outra contribuição importante desta tese é, para planeadores e público em geral, a descodificação da origem e a razão da estrutura urbana. E para a compreensão de ambos, tudo serve do que apurámos ao longo deste trabalho.

Nesse sentido, a cartografia operativa pode funcionar como um instrumento de diálogo entre as comunidades e as suas culturas, dando a conhecer uma das expressões que as compõe e as identifica, o património urbanístico, e nele reside o valor da influência portuguesa enquanto operador de ligação cultural.

Foi fundamentalmente por conservarem esse valor que Cochim, São Tomé de Meliapor, Colombo, Malaca e Macau se revelaram um grupo significativamente eloquente para a interpretação da cultura e património urbanísticos da rede urbana asiática de influência portuguesa.

Enquanto conjunto, são casos que confirmam a diversidade, que não só diz respeito à forma urbana, mas também aos processos e escalas de ocupação, como pudemos verificar ao longo desta investigação, e alguns autores em trabalhos anteriores denunciaram. Por essa razão, são cinco cidades que não estabelecem um paradigma, são casos incomparáveis, cuja leitura teve de necessariamente ser feita caso a caso. No entanto, na articulação da diversidade há aspetos comuns e é por isso que, chegados ao fim deste inquérito, cumpre avançar com o balanço global que permitem da cultura e património urbanísticos de influência portuguesa, referido aos seus ciclos geográficos.

Este balanço tem, no entanto, de desrespeitar e condensar tempos e aspetos próprios de cada um dos casos analisados, afim de vincar-lhes as afinidades.

Como nos esclarece a historiografia mais atual sobre as dimensões políticas e conceptual do Estado da Índia, aquele foi um organismo compósito desenvolvido, a par da guerra, numa boa dose de negociação e diplomacia, tanto nas instituições, quanto nos relacionamentos interasiáticos. Flexibilidade que foi extensível aos processos de ocupação de cidades e territórios. Tratou-se de fazer convergir nos portos os organismos fundamentais para se assegurar a ocupação continuada da presença portuguesa e induzir autoridade às periferias do Império.

Dessa flexibilidade, ajustada a uma leitura às realidades que se encontraram em cada lugar, à geopolítica, à estratégia comercial, à topografia e às estruturas urbanas



preexistentes, resultaram processos de urbanização que tiveram origem em cooperação político-comercial (Santa Cruz de Cochim e Colombo), em conquista direta (Malaca), de presença *informal* (São Tomé de Meliapor) e de lógica provisória (Macau).

Entre os vários procedimentos regista-se, porém, uma mesma lógica: a construção de uma nova entidade urbana, que se estabeleceu quase sem subverter a cultura urbanística própria de cada lugar. Foi assim com Santa Cruz de Cochim implantada à margem da cidade existente. De Malaca que ocupou o centro político antecedente, mas não interveio na organização da margem de *Upeh*. Colombo na relação justaposta a *Kolamba* e *Kotte*. São Tomé de Meliapor na relação entre a Casa do Apóstolo e o pagode de *Kapaleeshwarar*, e Macau, que se encravou entre as povoações endógenas e a topografia difícil.

Desse confronto dos agentes de influência portuguesa com as culturas locais resultaram estruturas fundacionais de tipos variados: o forte de pequena dimensão ao qual se acoplou a igreja e o casario (Santa Cruz de Cochim, Colombo e Malaca); a igreja convertida a último reduto à qual se avizinhou uma mancha de habitações (São Tomé de Meliapor); a povoação convergente que só mais tarde recebeu uma estrutura defensiva (Macau).

Em todos os casos, estrutura defensiva, igreja e casario, funcionando como elementos programáticos isolados na paisagem mas interdependentes, constituíram o programa-base do desenho urbano e da urbe, ao qual, nuns casos mais imediato que noutros, se juntou o programa assistencial encabeçado pela Misericórdia e o hospital, fazendo progredir os primeiros focos de povoação para uma matriz urbana mais complexa, que manteve uma articulação na composição que é lida a dois níveis.

No primeiro nível, pela convergência dos elementos programáticos entre si, o que deu origem à definição de espaços públicos claramente identificáveis nos terreiros e nos arruamentos. No segundo nível, pelo confronto às preexistências, que invariavelmente agiram na configuração das formas urbanas.

Exemplos disso são, em primeiro lugar, a escolha dos materiais para a construção dos equipamentos do programa urbano, para os quais foi frequente o uso de materiais disponíveis nos locais, mais adaptados ao clima e às vicissitudes culturais das regiões. Em breve, a madeira, a taipa e as coberturas em vegetação seca das fortalezas e igrejas seriam substituídas por paredes em pedra e telha, impondo na paisagem urbana arquiteturas diferentes que quebraram as práticas urbanísticas endógenas. Mas esta alteração não foi tão recorrente no casario.

Em segundo lugar, pelo uso dos eixos territoriais, já essenciais às relações entre entidades e frações urbanas que, no desenvolvimento matricial dos cinco núcleos urbanos analisados, vieram a assumir-se a espinha dorsal da organização dos elementos programáticos. Em efeito, a evolução do casario decorreu com as fachadas principais perpendiculares ao eixo tornado rua principal, unindo os lotes lado a lado na continuidade do seu alinhamento.

Tudo isso concorreu para que no processo aditivo a arrumação dos lotes tenha dado origem à composição de quarteirões maioritariamente retangulares e formalmente regulados às características do terreno e aos limites de outros equipamentos. Mas também à desmultiplicação do arruamento, em ruas e travessas, que garantiram a ligação das partes urbanas ao eixo principal e atuaram na definição de espaços públicos – adros, terreiros e praças – enquadrados às fachadas dos principais equipamentos.

Ainda, na definição das portas urbanas, rasgadas quando as povoações foram circunscritas aos limites de uma tranqueira, cerca, muro ou muralha urbana.

Mas não só.

A ligação dos eixos territoriais aos acessos internos aos núcleos urbanos fizeram convergir todos os equipamentos ao centro funcional da urbe, demarcado pela fortaleza, pela ribeira, pela igreja em breve tornada Sé. Espaço volvido público onde se concentraram outras instituições – Casa do Capitão, Casa do Bispo, Casa do Senado ou da Câmara – que consolidaram o estatuto de diocese e de cidade instituído pela entrega da carta de foral e formalizaram os lugares concelhios e cívicos antes realizados debaixo das “ramadas” à porta das fortalezas.

Tudo isto evidencia práticas simples e rotineiras que denunciam um saber comum aos agentes da urbanização, apto para fundar e adicionar o e ao desenho urbano sem um plano traçado ou regras inflexivelmente determinadas. E todos os casos aferem na sua estrutura as diretrizes emanadas pelos monarcas: a competência defensiva e portuária da urbe. À exceção de São Tomé de Meliapor, cujo desígnio de instalação não foi a criação de uma entidade urbana marítimo-comercial.

Trata-se, portanto, de uma forma de atuar empírica e necessariamente antecedente, instituída na cultura do povo e dos seus agentes, que por razões operativas às especificidades de cada lugar, originou morfologias diversas.

Mas isso não desmente o carácter regulado das ações de urbanização. A verificação de parcelamentos prévios à materialização no terreno, com a aplicação de técnicas como o cordear, que acusam uma ação dirigida para a ocupação do espaço e a organização das suas componentes ao longo da sua evolução, é um argumento de peso, embora Macau se constitua o caso menos resoluto.

Por isso, não se assistiu ao esvaziamento da anterior organização do cadastro urbano quando a meados do século XVI se instalaram os grandes volumes dos equipamentos das ordens religiosas, isolados da restante malha. Nem quando foram incorporados no tecido urbanizado, a par da evolução do casario que ocupou os espaços deixados vagos e as esplanadas militares. Ou quando as povoações foram circunscritas aos muros de pedra, que todos os núcleos analisados revelaram por diversas vezes, e em diversos documentos, terem sido decididos por homens que estavam nos lugares. Inclusive, já em pleno século XVII, quando se alinharam projetos de reforma e atualização dos sistemas defensivos concebidos por práticos de arquitetura e de engenharia militar.

Razão pela qual os relatórios e instrumentos de planeamento dão conta de dados e outras propostas que, em alguns casos, não se compaginam com o que na realidade se construiu. Além disso, confirma o ambiente de experimentação/intervenção que, de uma forma geral e sobretudo pelo campo da engenharia militar, ocorreu com o início da reforma do sistema de fortificação e reorganização de Mazagão, em 1541 (Rossa e Trindade, 2014) e nas ilhas atlânticas (Soromenho, 1997-1998: 199), e que ficou sistematizado em textos sobre cidade e fortificação (Conceição, 2008).

Colombo e Malaca, onde se procedeu ao exame e proposta de reorganização urbana em favor de uma defesa mais eficaz, denunciam o ambiente de atualização que se vivia no mundo cultural do reino e como a Ásia serviu de laboratório nutrido para essa renovação.

Neste ponto, é importante destacar o papel do Provedor e Visitador das fortalezas António Pinto da Fonseca que, nas primeiras três décadas de seiscentos executou, dirigiu e reajustou as traças desenhadas pelos arquitetos e engenheiros-mores do rei, nas

idades abaixo e a este de Goa, ou das diversas figuras que na sua ausência assumiram a direção das obras. Tratou-se de uma correlação de cargos e tarefas que, não é absurdo pensar, foi a fórmula adoptada na Ásia do que décadas antes se testou na África Setentrional com Duarte Coelho (Rossa e Trindade, 2014) ou, olhando de forma dirigida a Pinto da Fonseca, ao cargo de Provedor das Obras Reais criado ao tempo de D. Manuel I (Soromenho, 1997-1998). Em efeito, assiste-se a uma ação dos órgãos régios na regulação das componentes do espaço urbano, sobretudo, e por maioria de razão, da fortificação.

Neste balanço global que temos vindo a construir, cabe incluir dois apontamentos.

Como estudos anteriores já indicaram, o primeiro refere-se à rutura que a ação dessa influência imprimiu às organizações urbanas preexistentes, marcadas por bairros arrolados à nacionalidade dos moradores (Rossa, 2005: 61; Gomes, 2007: 205). O estudo desenvolvido mostrou que durante a administração portuguesa esse *apartheid* ganhou linhas porosas e diversas fórmulas. Já transversal é a ausência de templos não cristãos no interior das muralhas urbanas, o que não se verificou no reverso, em particular em áreas não sujeitas à jurisdição portuguesa, como confirmam Santa Cruz de Cochim, São Tomé de Meliapor e Colombo.

O que nos transporta para o segundo apontamento, decorrente do estudo aos arrabaldes e ao termo, cuja definição e mapeamento foi difícil de estabelecer.

Por norma, o sistema de apropriação destas duas entidades orbitais às cidades ocorreu pela instalação das ordens religiosas e por concessões de propriedades rurais aos moradores do intramuros. Mas não houve uma fórmula comum nas estruturas de enquadramento de propriedades e populações. Não obstante a concretização de

instrumentos dos quais os *tombos* são um exemplo, ou os sistemas de freguesias e paróquias, que recuperaram os quadros jurídico-administrativos do reino, o meio e as circunstâncias ditaram a acomodação dos sistemas anteriores de cada lugar e, de sobremaneira, a falibilidade dos mecanismos. Em efeito, houve uma disseminação da influência portuguesa sobre o território, nalguns casos contribuindo para a marcação de limites ainda verificáveis e a implantação de equipamentos religiosos, mas não existiu uma intervenção expressiva na estruturação do território, nem se efetivaram processos de territorialização. Arrabaldes e termo foram assim o flanco fraco das cidades. Veja-se que Santa Cruz de Cochim, Colombo, Malaca e São Tomé de Meliapor foram as únicas da rede urbana asiática sem território, e aquelas que o Estado da Índia perdeu na cronologia do Primeiro Império.

Por último, importa destacar: o confronto entre práticas urbanísticas plenamente consolidadas reiterou o carácter diversificado de cada uma destas cidades, o que as distingue do conjunto do universo urbanístico português no Primeiro Império. São as únicas que confirmam uma perturbação à cultura urbanística anterior ativada pelas culturas com as quais conviveu e pela adaptação das lógicas de ocupação a esta circunstância.

Mas este processo não foi particular ao grupo das cidades aqui objeto de estudo. Foi transversal aos processos de fundação e evolução das cidades implantadas na costa ocidental da península indostânica. Os temas historiográficos que lhes são próprios manifestam um caldeamento urbanístico entre a cultura portuguesa e as locais, para não falarmos dos rastros que se mantêm até hoje nos cadastros.

Se o *desenhar a história* e a cartografia operativa aqui desenvolvidos contribuí para o conhecimento do processo urbanístico de cada uma das cinco cidades analisadas e, assim, para a interpretação e valorização do seu património urbanístico, é também, por certo, um bom ponto de partida para uma releitura ao conjunto de outros casos não devidamente explorados. Só depois de caracterizada toda a diversidade é correto desejar conhecer o percurso do urbanismo português construído em cidades na Ásia, onde o património urbanístico de influência portuguesa é um produtor e produto dos processos culturais.





## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**



## FONTES

ALBUQUERQUE, Afonso de (1557-1576), *Comentários do grande Afonso d Albuquerque, Capitão Geral que foi das Índias Orientais em tempo do muito poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*, 2 vols.. António Baião (rev. e pref.). Coimbra: 1922, Imprensa da Universidade.

ANDRADA, Francisco de (1613), *Cronica do muyto alto e muito poderoso Rey destes reinos de Portugal Dom João o III*. Lisboa: Jorge Rodriguez.

BALDAEUS, Philip (1672), *A Description of East India Coasts of Malabar and Coromandel A.D. 1640 and also of the Isle of Ceylon*. New Delhi, 2000: Asian Educational Services.

BARROS, João de (1552-1615) *Ásia de João de Barros*, 4 vols., António Baião (rev. e pref.). Lisboa, 1992: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

BARBOSA, Duarte (1516), *O Livro de Duarte Barbosa: edição crítica e anotada*, 2 vols., Maria Augusta da Veiga e Sousa (ed.). Lisboa, 2000: Ministério da Ciência e da Tecnologia; Instituto de Investigação Científica e Tropical; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

BIKER, Julio F. Judice (1881), *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da India Portuguesa fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Asia e Africa Oriental desde o principio da conquista até ao fim do seculo XVIII*, tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional. (Archive.org)

BLUTEAU, Raphael (1712-1728), *Vocabulario Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...*, 10 vols. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/13969>).

BOCARRO, António; RESENDE, Pedro Barreto de (1635), *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental* (Fac-símile digital do Códice CXV/2-1 da Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/27184>).

BOCARRO, António (1635), *Década 13 da História da Índia*, 2 vols., Rodrigo José de Lima Felner (dir.). Lisboa, 1876, 1ª série: Typographia da Academia Real das Sciencias (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/26126>).

CARRÉ, Abbé (1666-1674), *The Travels of the Abbé Carré in India and the Near East, 1672-1674*, 2 vols., Richard Burn e Charles Fawcett (ed.). London, 2010: The Hakluyt Society.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de (1551-1561), *Historia do Descobrimento & Conquista da India pelos Portugueses*, 8 vols. Coimbra. (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/15294>).

*Dagh-Register gehouden int Casteel Batavia passerende daer ter plaetse als over geheel Nederlands-India, anno 1663*, J.A. van der Chijs (ed.). Batavia; Hage, 1891: Landsdrukkerij; M. Nijhoff (Hathi Trust Digital Library: <http://hdl.handle.net/2027/njp.32101055818262>).

CORREIA, Gaspar (c.1550-1563), *Lendas da Índia*, 6 vols., Rodrigo J. de Lima Felner (dir.). Lisboa, 1858-1863: Typographia da Academia Real das Sciencias (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/12121>).

COUTO, Diogo do (1595), *Da Ásia de Diogo do Couto*, 15 vols. Lisboa, 1778-1788: Regia Officina Typografica (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/7030>).

ERÉDIA, Manuel Godinho de (1610), *Plantas de Praças das Conquistas de Portugal: feytas por ordem de Ruy Lourenço de Tavora Vizo rey da India* (Biblioteca Nacional Digital Brasil: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart990145/cart990145.htm](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart990145/cart990145.htm)).

ERÉDIA, Manuel Godinho de (1613), *Description of Malaca and Meridional India and Cathay in three treatises*.

FORTES, Manuel de Azevedo (1728-1729), *O Engenheiro Portuguez: dividido em dous tratados*, 2 vols. Lisboa Occidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/14547>).

FRUTUOSO, Gaspar (1580-1591), *As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Fructuoso. Historia das ilhas do Porto-Sancto, Madeira, Desertas e Selvagens*, Álvaro Rodrigues de Azevedo (anot.). Funchal, 1873: Typographia Funchalense (Archive.org).

FRYER, John (1698), *A new account of East-Indies and Persia, in eight letters. Being nine years travels, begun 1672 finished 1681*. London: RR for RI Chiswell (Google Books: [http://books.google.pt/books?id=CrYIAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.pt/books?id=CrYIAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)).

GODINHO, Fr. Manuel (1665), *Relação do novo caminho que fêz por terra e mar vindo da Índia para Portugal, no anno de 1663, o Padre Manuel Godinho*, Augusto Reis (ed.) Lisboa, 1944: Agência Geral das Colónias (Biblioteca Digital da Memória de África e do Oriente: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/Oriente-Historia/RNCFTMVI&p=34>).

GÓIS, Damião de (1566), *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*. Lisboa, 1749: Officina de Miguel Manescal da Costa (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/288>).

GONÇALVES, Sebastião (1614), *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus*, 3 vols., José Wicki (pub.). Coimbra, 1957-1962: Atlântida (Archive.org).

GUERREIRO, João Tavares de Vellez (1732), *Jornada que Antonio de Albuquerque Coelho, Governador, e Capitão General da Cidade do Nome de Deos de Macao na China, Fez de Goa até chegar á dita Cidade no anno de 1718*. Lisboa: Officina da Musica (Archive.org).

JACOB, H. K. (ed.) (1976), *De Nederlanders in Kerala 1663-1701. De memories en instructies betreffende het commandement Malabar van de Verenigde Oostindische Compagnie*. 's-Gravenhage: Martinus Nijhoff (Huygens Ing: <http://resources.huygens.knaw.nl/retroboeken/kerala>).

LAVAL, Pyrard de (1611) *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611)*, 2 vols., Xavier de Castro (ed. e notas) e Geneviève Bouchon (pref.). Paris, 1998: Chandeigne.

LEMONS, Jorge de (1585), *História dos Cercos de Malaca*. Lisboa, 1982: Biblioteca Nacional.

LESPINAY, Louis A. Bellanger de (1670-1675), *Mémoires de L. A. Bellanger de Lespinay, vendomois, sur son Voyage aux Indes Orientales, 1670-1675*, Henri Froidevaux (ed. e notas). Vendome, 1895: Typographie Charles Huet (GoogleBooks).

L'ESTRA, François (1677), *Relation ou Journal d'un Voyage fait aux Indes Orientales, despous l'année 1671 jusqu'en 1675*. Paris: Estienne Michallet.

LEYDEN, John (1821), *Malay Annals: translated from the malay language*, London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown.

LINSCHOTEN, John Huyghen van (1598), *The voyage of John Huyghen van Linschoten to the East Indies*, vol.1, Arthur Coke Burnell (ed.). New Delhi; Madras, 1988: Asian Educational Services.

LJUNGSTEDT, Sir Andrew (1836), *Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China*. Boston: James Munroe & Co (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/17116>).

*Livro das Cidades, E Fortalezas Que a Coroa de Portugal Tem Nas Partes Da India, E Das Capitancias, E Mais Cargos, Qve Nelas Ha, E Da importancia Delles* (1582), Francisco Mendes da Luz (pub. e pref.). Coimbra, 1952: Biblioteca da Universidade.

MARIA, José de Jesus; BOXER, Charles R. (ed.) (c. 1744-1745), *Azia Sinica e Japonica: obras póstuma e inédita do frade José de Jesus Maria*, 2 vols. Macau, 1941: Escola Tipografica do Oratorio de S. J. Bosco (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/26735>).

MARTIN, François (1665-1696), *Mémoires de François Martin, fondateur de Pondichéry, 1665-1696*, Alfred Martineu (ed.) e Henri Froidevaux (cont.). Paris, 1931-1934: Société d'éditeurs géographiques, maritimes et coloniales (Gallica, Bibliothèque National de France).

MATOS, Artur Teodoro de (dir.) (1999), *O Tombo de Diu, 1592*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Centro de Estudos Damião de Góis.

MATOS, Artur Teodoro de (dir.) (2000), *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções (1625-1627)*, 2 vols. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Centro de Estudos Damião de Góis.

MATOS, Artur Teodoro de (dir.) (2000a), *O Tombo de Chaul, 1591-1592*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Centro de Estudos Damião de Góis.

MATOS, Artur Teodoro de (dir.) (2001), *O Tombo de Damão, 1592*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Centro de Estudos Damião de Góis.

MENEZES, Juan Rodrigues de Saa y (1681), *Rebellion de Ceylan, y los Progressos de su Conquista en el Gobierno de Constantino de Saa, y Noroña*. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello Impressor (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/11476/5/#/4>).

MUNDY, Peter (1608-1667), *The Travels of Peter Mundy in Europe and Asia, 1608-1667*, 4 vols. Richard Carnac temple (ed.). London; Cambridge, 1907-1919: The Hakluyt Society.

NIEUHOF, Johan (1682), *Gedenkweerdige Brasilianense Zee-en Lant- Reize (...)*. Amsterdam: voor de Weduve van Jacob van Meurs, op de Keizers-gracht (Archive.org: <https://archive.org/stream/johannieuhofsged00nieu#page/n7/mode/2up>).

PATO, Raymundo A. de Bulhão (dir.) (1880-1982), *Documentos Remmetidos da India ou Livros das Monções*, 10 vols. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/26875>).

PATO, Raymundo A. de Bulhão; MENDONÇA, Henrique Lopes de (dir.) (1884-1935), *Cartas de Affonso de Albuquerque*, 7 vols. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa; Imprensa Nacional; Academia das Ciências de Lisboa (Biblioteca Digital da Memória de África e do Oriente: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/CAA.aspx>).

PENZER, Norman Mosley (ed.) (1937), *The Most Noble and Famous Travels of Marco Polo together with the Travels of Nicolò de' Conti*. London: Adam and Charles Black (Archive.org: <https://archive.org/details/mostnoblefamoust00polo>).

PINTO, Fernão Mendes; MONTEIRO, Adolfo Casais (transc.) (1614), *Peregrinação*. Lisboa (1983): Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/26737>).

PIRES, Tomé (1515), *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Armando Cortesão (ed.). Coimbra, 1978: Acta Universitatis Conimbrigensis; Universidade de Coimbra.

PURCHAS, Samuel (1625), *Hakluytus Posthumus, or Purchas his Pilgrimes, contayning a History of the World, in Sea Voyages, & Landes Travels by Englishmen and others*, 21 vols. Glasgow, 1906: James MacLehose and Sons.

QUEIROZ, Fernão de (1688), *Conquista Temporal, e Espiritual de Ceylaõ, ordenada pelo Padre Fernão de Queyroz, da Companhia de Jesus da Provincia de Goa*, P. E. Pieris (ed.). Colombo, 1916: H.C. Cottle, Government Printer (Russian State Library: <http://dlib.rsl.ru/viewer/01004490567>).

REGO, António da Silva (ed.) (1947-1959), *Documentação para as Missões do Padroado Português do Oriente: Índia*, 12 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

REGO, António da Silva (ed.) (1949), *História das Missões do Padroado Português do Oriente: Índia [1500-1542]*, vol.1. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

RENNEFORT, U. Souchu de (1688), *Histoire des Indes Orientales*. Paris: Arnoul Seneuze; Daniel Hortemels (Archive.org: [https://archive.org/details/bub\\_gb\\_uFyheURR2c0C](https://archive.org/details/bub_gb_uFyheURR2c0C)).

RESENDE, Pedro Barreto de (1634), *Liuro de toda resseita e despeza do Estado da india em que vai declarado pormenor o rendimento de cada huma das fortalezas delle (...)*, vol.1. (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/14874>).

RESENDE, Pedro Barreto de (1635), *Breve Tratado ou Epilogo de todos os Vissoreys que tem havido no Estado da India (...)*, 2 vols., Cristina Garin dos Santos (ed.), 1887-1889 (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/26238>).

RIBEIRO, João (1685), *Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão*, Luís Albuquerque (dir. e coment.). Lisboa, 1989: Alfa.

ROUSSELOT de SURGY, Jacques-Philibert (1750), “Voyage de La Haye aux Indes Orientales”, in *Histoire générale des voyages, ou Nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues*, vol.8. Paris: Didot, 626-650 (Gallica, Bibliothèque Nacional de France: [http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k105211w/fl\\_image](http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k105211w/fl_image); acedido em: 10 Outubro 2013).

SÁ, Artur Basílio de (ed.) (1954-1988), *Documentação para as Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*, 6 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar; Instituto de Investigação Científica Tropical; Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga.

SCHOUTEN, Wouter (1676), *Oost-Indische Voyagie*. Amsterdam: Jacob van Meurs; Johannes van Sommeren.

SCHOUTEN, Justus; HACOBIAN, Mac (trad.) (1936), “Schouten's Report of His Visit To Malacca”, *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, 14, 1, 69-147.

SEBASTIANI, Giuseppe Maria (1672), *Seconda Speditione All'Indie Orientali di Monsignor Sebastiani Fr. Giuseppe di S. Maria Dell'Ordine De Carmelitaniscalzi, prima Vescovo Di Hierapoli, Hoggi Di Bisignano E Barne Di Santa Sofia, Ordinata da Alessandro VII Di Gloriosa Memoria*. Roma: Mancini (Bayerische Staatsbibliothek Digital; Münchener Digitalisierungs Zentrum Digitale Bibliothek: [http://reader.digitale-sammlungen.de/en/fs1/object/display/bsb10366753\\_00001.html](http://reader.digitale-sammlungen.de/en/fs1/object/display/bsb10366753_00001.html)).

SEMEDO, Alvaro (1643), *Relatione della Grande Monarchia della Cina*. Romae: Scheus. (Bayerische Staatsbibliothek Digital; Münchener Digitalisierungs Zentrum Digitale Bibliothek: [http://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs1/object/display/bsb10359654\\_00005.html](http://reader.digitale-sammlungen.de/de/fs1/object/display/bsb10359654_00005.html)).

SOUSA, Manuel Faria e (1666-1675), *Asia Portuguesa*, 3 vols. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira: Officina de António Craesbeeck de Mello (Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/27182>).

TRINDADE, Pe. Frei Paulo da (1630-1636), *Conquista Espiritual do Oriente*, 3 vols. F. Félix Lopes (intr. e notas). Lisboa, 1967: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

VALENTYN, François (1724-1726), *Oud en Nieuw Oost-Indien, vervattende een Naaukeurige en Uitvoerige Verhandelinge van Nederlands Mogentheyd in die Gewesten...*, 8 vols. Dordrecht; Amsterdam: Joannes van Braam; Gerard Onder de Linden.

VALENTYN, François; MÜLLER, Mr. (1884), “Valentyn's description of Malacca”, *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, 13, 29-246.

VARTHEMA, Ludovico (1510), *The Travels of Ludovico Di Varthema in Egypt, Syria, Arabia Deserta and Arabia Felix, in Persia, India, and Ethiopia, a.d. 1503 to 1508 translated from the original italian edition of 1510*, George Percy Badger (ed.). London, 1863: The Hakluyt Society (Archive.org: <https://archive.org/details/travelsofludovic00vartrich>).

VISSCHER, Canter (1743), *Letters from Malabar by Jacob Canter Visscher; now first translated from the original dutch*, Major Heber Drury (ed.). Madras, 1862: Adelphi Press (Archive.org: [https://archive.org/stream/bub\\_gb\\_HMFw5dFAEK8C#page/n3/mode/2up](https://archive.org/stream/bub_gb_HMFw5dFAEK8C#page/n3/mode/2up)).

WICKI, José (ed.) (1948-1988), *Documenta Indica*, 18 vols. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu (Biblioteca Digital da Memória de África e do Oriente: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/DocumentaIndica.aspx>).

ZINADÍM (1498-1583), *História dos Portugueses no Malabar*, David Lopes (trad. e notas). Lisboa, 1998, 2ª ed.: Edições Antígona.

## BIBLIOGRAFIA

ABIDIN, Wan Burhanuddin (1981), *The Malay House: Rationale and Change*. Massachusetts: dissertação de mestrado em Estudos de Arquitetura apresentada ao Massachusetts Institute of Technology.

ABIDIN, M. I. Zainal; BRIDGES, A.; RAZAK, A. (2008), “The Digital Archeological Reconstruction of the a Famosa Fortress, Malaysia”. *Paper* apresentado na *XIV International Conference on Virtual Systems and MultiMedia*. Lymassol, 25-28 outubro 2008.

AHMAD, Abu Talib (2015), *Museums, History and Culture in Malaysia*. Singapore: Nus Press.

ALMEIDA, Fortunato; PERES, Damião (ed.) (1968), *História da Igreja em Portugal. Nova Edição*, 2 vols. Porto; Lisboa: Livraria Civilização.

ALVES, Jorge M. R. dos Santos (2003), *Três sultanatos malaio do Estreito de Malaca nos séculos XV e XVI (Samudera-Pasai, Aceh e Malaca/Johor): estudo comparativo de História Social e Política*. Lisboa: dissertação de doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

ALVES, Jorge M. R. dos Santos (2005), “Kalu Muhammad Hilali, Sultan of the Maldives (1491-1528)”, *Archipel*, 70, 53-65.

ALVES, Jorge M. R. dos Santos (2007), “Aceh through portuguese eyes: views of an indian port-state”, *Proceedings of the Internacional Conference: Aceh and India Ocean Studies*. [s.d.].

ALVES, Jorge M. R. dos Santos (2012), *De Malaca a Kudus: O Islão Malaio-Indonésio e os Projectos Teocráticos (séculos XV e XVI)*. (texto gentilmente cedido pelo autor).

ALVES, Jorge M. R. dos Santos (2012a), “Malacca: a centre for islamic debate and a "new Mecca" (1480-1511)”, in Luís F. Barreto e Wu Zhiliang (ed.), *Port Cities and Intercultural Relations 15th -18th Centuries*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau; Fundação Macau.

AMARO, Vanessa (2014), “‘We’, ‘They’ and the Spaces In-Between: Hybridity in Intercultural Interactions between Portuguese and Chinese Residents in Macau”, *Multilingua*, 34, 3, 293-318.

ANDAYA, Barbara W.; ANDAYA, Leonard Y. (2001), *A History of Malaya*. Hampshire; New York: Palgrave Macmillan.

ANDAYA, Leonard (2008), *Leaves of the Same Tree: Trade and Ethnicity in the Straits of Melaka*. Hawaii: University of Hawai'i Press.

ANG, Ien (2011), “Unsettling the National: Heritage and Diaspora”, in Helmut Anheier e Yudhishtir Raj Isar (ed.), *Heritage, Memory & Identity*. London; California; New Delhi; Singapore: Sage, 82-94.

ANTUNES, Luís Frederico (2002), “Algumas considerações sobre os prazos de Baçaim e Damão”, *Anais de História de Além-Mar*, 3, 231-257.



ANTUNES, Luís Frederico (2014), “A persistência dos sistemas tradicionais de propriedade fundiária em Damão e Baçaim (século XVI)”, in José Vicente Serrão; Bárbara Direito; Eugénia Rodrigues; Susana Münsh Miranda (ed.), *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*. Lisboa: CEHC; ISCTE-IUL, 155-167.

ARANHA, Paolo (2011), “From Meliapor to Mylapor, 1662-1749: the portuguese presence in São Thomé between the Qutb Shāhī conquest and its incorporation into british Madras”, in Laura Jaznagn (ed.), *Portuguese and Luso-Asian Legacies in Southeast Asia, 1511-2011*, vol.1. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 67-82.

ARAUJO, Renata Malcher de; CARITA, Hélder; ROSSA, Walter (2002), *Exposição. Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Câmara Municipal de Lisboa: Centro de Informação Urbana de Lisboa.

ARAUJO, Renata Malcher de; DOMINGUES, Vera (2015), “As cidades (in)visíveis: a representação urbana em mapas do Brasil”, in Francisco Roque de Oliveira (org.), *Cartógrafos para toda a Terra. Produção e circulação do saber cartográfico ibero-americano: agentes e contextos*, vol.2. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; CEG-IGOT/UL; CHAM-FSCH/UNL e Açores, 571-599.

ASCHER, François (2010), *Novos Princípios do Urbanismo: seguido de novos compromissos urbanos: um léxico*. Lisboa: Livros Horizonte.

AUBIN, Jean; BOUCHON, Geneviève (ed.) (1971-1973), *Mare-Luso-Indicum: études et documents sur l’histoire de l’Océan Indien et des pays riverains à l’époque de la domination portugaise*, 2 vols. Genève; Paris: Dorz; Minard.

BANERJEE, Aparna (2012), “Trade and Urbanization in pre-independent India: a historical perspective”, *Journal of History & Social Sciences*, 3, 2, [s.d.].

BATALHA, Graciete N. (1986), *Malaca – o Chão de Padre e seus Moradores «Portugueses»*. Macau: Imprensa Oficial.

BAXTER, Alan (2005), “Kristang (Malacca Creole Portuguese) – a long-time survivor seriously endangered”, *Estudios de Sociolingüística*, 6, 1, 1-37.

BBB (2004-2007), *Bombaim antes dos Ingleses: o Distrito de Baçaim da Província do Norte do Estado da Índia (base de dados e Relatório Final do Projeto)*. Coimbra; Lisboa: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Centro de História de Além-mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BERNHARD; Jenny; HURNI, Lorenz (2011), “Studying cartographic heritage: analysis and visualization of geometric distortions”, *Computers and Graphics*, 35, 402-411.

BERKWITZ, Stephen C. (2012), “In praise of the portuguese: images of power and religion in seventeenth-century Ceilão”, *Anais de História de Além-Mar*, 13, 433-454.

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) (1998-2000), *História da Expansão Portuguesa*. 5 vols. Lisboa: Temas e Debates.

BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo R. (dir.) (2010), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70.

BIEDERMANN, Zoltán (2006), *A Aprendizagem de Ceilão: a presença portuguesa e Sri Lanka entre estratégia talassocrática e planos de conquista territorial (1506-1598)*. Lisboa: dissertação de doutoramento em História Moderna, História da Expansão Portuguesa e História da Ásia do Sul, apresentada à École Pratique des Hautes Études e Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

BIEDERMANN, Zoltán (2009), “The Matrioshka Principle and How it was Overcome: Portuguese and Habsburg Imperial Attitudes in Sri Lanka and the Responses of the Rulers of Kotte (1506-1598)”, *Journal of Early Modern History*, 13, 265-310.

BIEDERMANN, Zoltán (2009a), “Colombo versus Cannanore: contrasting structures of two colonial port cities (1500-1700)”, *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 52, 413-459.

BIEDERMANN, Zoltán (2014), “Imagining Asia from the Margins: Early Portuguese Mappings of the Continent’s Architecture and Space”, in Vimalin Rujivacharakul; Hazel H. Hahn; Ken Tadashi Oshima; Peter Christensen (ed.), *Architecturalized Asia: Mapping a Continent through History*. Hong Kong: Hong Kong University Press, pp.35-52.

BIRD, Isabella L. (1883), *The Golden Chersonese and the Way Thither*. London: John Murray.

BORT, Balthasar; BREMNER, M.J. (trad.); BLADGEN, C. O. (cont.) (1927), “Report of Governor Balthasar Bort on Malacca 1678”, *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, 5,1, 1-232.

BOUCHON, Geneviève (1999), *Inde découverte, Inde retrouvée: 1498-1630, études d’histoire indo-portuguese*. Paris; Lisboa: Centre Culturel Calouste Gulbenkian; Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.

BOXEM, Robert; FUHREN, René; RODERS, Ana; VELDPAUS, Loes; COLENBRANDER, Bernard (2012), “Assessing the Cultural Significance of World Heritage Cities: the historic centre of Gile as case study”, in K. Similä e S. M. Zancheti (ed.), *Measuring Heritage Conservation Performance*. Olinda; Rome: CECI; ICCROM, 75-81.

BOXER, Charles R. (1942), *Macau na Época da Restauração*. Macau, 1993: Fundação Oriente.

BOXER, Charles R. (1948), *Fidalgos in the Far East, 1550-1770: fact and fancy in the history of Macau*. Hague: Martinus Nijhoff.

BOXER, Charles R. (1951), *The Christian Century in Japan, 1549-1650*. Manchester, 1993. Carcanet Press.

BOXER, Charles R. (1965), *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800*. London; New York; Victoria; Ontario; Auckland; Middlesex (1990): Penguin Books.

BOXER, Charles R. (1969), *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa (2001): Edições 70.

- BOXER, Charles R. (1980), “Some Portuguese Attitudes to the Tamils in Sri Lanka, 1550-1658”, *The Sri Lanka Journal of South Asian Studies*, 2, 1, 1- 11.
- BOXER, Charles R. (1980a), *A Índia Portuguesa em Meados do Século XVII*. Lisboa, 1982: Edições 70.
- BOXER, Charles R. (1991), *Estudos para a História de Macau, Séculos XVI a XVIII*, vol.1. Lisboa: Fundação Oriente.
- BROCKEY, Liam M. (ed.) (2008), *Portuguese Colonial Cities in the Early Modern World: empires and the making of the modern world, 1650-2000*. Surrey; Burlington: Ashgate.
- BUNNELL, Tim; DRUMMOND, Lisa; HO, K. (ed.) (2002), *Critical Reflections on Cities in Southeast Asia*. Singapore: Times Academic Press; Brill Academic Publishers.
- CARDON, Fr. R. (1934), “Portuguese Malacca”, *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, 12, 2, 1-23.
- CARDON, Fr. R. (1938), “Le Couvent des Franciscains de la «Madre de Deos» à Malaca”, *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, 409, 699-703.
- CARDON, Fr. R. (1950), “Old Malacca Tranqueira & Gajah Běrang”, *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, 21, 1, 104-116.
- CARITA, Hélder (1990), *O Bairro Alto: tipologias e modos arquitectónicos*. Lisboa, 1994: Câmara Municipal de Lisboa.
- CARITA, Hélder (1995), *Os Palácios de Goa: modelos e tipologias de arquitectura civil indo-portuguesa*. Lisboa: Quetzal.
- CARITA, Hélder (1999), *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna, 1495-1521*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CARITA, Hélder (2003), “Os armazéns portuários de Cochim de Cima: persistências de urbanismo e arquitectura de influência portuguesa na zona de Cochim”, *Oceanos*, 5, 48-61.
- CARITA, Hélder (2005), *Arquitetura Indo-Portuguesa na região de Cochim e Kerala: modelos e tipologias dos séculos XVI e XVII*. Faro: dissertação de doutoramento em História da Arte Moderna na especialidade de História de Arquitectura e do Urbanismo, apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.
- CARITA, Hélder (2006), “O Índico: redes urbanas, instituições e arquitectura”, in Rosa Maria Perez (ed.), *Os Portugueses e o Oriente: história, itinerários, representações*. Lisboa: Dom Quixote, 113-126.
- CARITA, Hélder (2008), *Arquitetura Indo-Portuguesa na região de Cochim e Kerala*. Transbooks.
- CARITA, Hélder; ARAUJO, Renata Malcher de (coord.) (1998), *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português: 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

CARTIER, Carolyn (2001), “Imagining Melaka’s Global Heritage”, in Teo Peggy; T.C. Chang; K. C. Ho (ed.), *Interconnected Worlds: tourism in Southeast Asia*. Oxford: Pergamon, 194-212.

CARVALHO, Eduardo Kol de (2008), “Entre Nagasáqui e Angra”, *Atlântida*, 14, 87-98.

CARVALHO, Marco (2007), “Ser Português na Malásia”, *Revista Macau*, série 4, 7.

CARVALHO, Rita Bernardes de (2006), *La présence portugaise à Ayutthaya (Siam) aux XVI<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècles*. Paris: dissertação de mestrado em Ciências Históricas, Filológicas e Religiosas, na especialidade de Estudos Asiáticos, apresentada à École Pratique des Hautes Études.

CHAMPAKALAKSHMI, R. (1996), *Trade, Ideology and Urbanization: South India 300 BC to AD 1300*. Oxford, 2010: Oxford University Press.

CHEONG, Cheok Kio (ed.) (2010), *Desenhos de Levantamento do ‘Centro Histórico de Macau’*. Macau: Instituto Cultural do Governo da R. A. E. De Macau.

CHINA, The State Administration of Cultural Heritage of the People’s of; CHINA, Macao Special Administration Region of the People’s of (2005), *Nomination Dossier The Historic Centre of Macao* (<http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1110.pdf>).

CHOAY, Françoise (1982), *A Alegoria do Património*. Lisboa, 2000: Edições 70.

CHOAY, Françoise (2011), *As Questões do Património: antologia para um combate*. Lisboa, Edições 70.

CHUNG, Thomas (2009), “Valuing Heritage in Macau: on contexts and processes of urban conservation”, *Journal of Current Chinese Affairs*, 38, 1, 129-160.

CID, Pedro (2001), “As fortalezas manuelinas no Índico: características e antecedentes”, *Anais de História de Além-Mar*, 12, 9-42.

CLAYTON, Cathryn Hope (2002), “Discourse on the City: identity formation and urban change in contemporary Macao”, *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 3, 59-81.

COHEN, Anthony P. (1993), “Culture as Identity: an anthropologist’s view”, *New Literary History*, 24, 1, 195-209.

COLLA, Elisabetta (2008), “16th century Japan and Macau described by Francesco Carletti (1573?-1636)”, *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies*, 17, 113-144.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2008), *Da Cidade e Fortificação em Textos Portugueses (1540-1640)*. Coimbra: dissertação de doutoramento em Arquitetura na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

CORBOZ, André (2001), *Le Territoire comme palimpseste et autres essais*. Paris: L’Imprimeur.

CORBOZ, André; MORISSET, Lucie K. (ed.) (2009), *De la ville au patrimoine urbain: histoires de forme et de sens*. Québec: Presses de l’Université du Québec.

- CORREIA, José Horta (1985), *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*. Porto, 1997: Faculdade de Arquitetura do Porto.
- COSME, O. M. da Silva (1986), *Sri Lanka and the Portuguese, 1541-1557*. Colombo: Gunasena.
- COSME, O. M. da Silva (1994), *Fidalgos in the Kingdom of Jafanapatam (Sri Lanka), 1543-1658*. Colombo: Harwoods Publishers.
- COSTA, João Paulo Oliveira e (1995), *A descoberta da civilização japonesa pelos portugueses*. Lisboa: Instituto de História de Além-Mar; Instituto Cultural de Macau.
- COSTA, João Paulo Oliveira e (1997), *O Império Português do Oriente*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- COSTA, João Paulo Oliveira e; LACERDA, Teresa (2007), *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa: séculos XV. XVIII*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Gaspar (2008), *A conquista de Goa 1510: 1512: campanhas de Afonso Albuquerque*, vol. I. Lisboa: Tribuna da História.
- COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Gaspar (2012), *A conquista de Malaca 1511: campanhas de Afonso de Albuquerque*, vol II. Lisboa: Tribuna da História.
- COUTO, Dejanirah (1995), “Em torno da concessão da dortaleza de Baçaim, 1529-1546”, *Mare Liberum*, 9, 117-132.
- CRUZ, Maria Augusta Lima (1996), “Degredados e arrenegados portuguese no espaço do índia, nos primórdios do século XVI”, *Povos e Culturas*, 5, 41-61.
- CUNHA, J. Gerson da (1876), *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*. New Delhi; Madras, 1993: Asian Educational Services.
- CUNHA, Mafalda Soares da (coord.) (1999), *Os Espaços de Um Império*, 2 vols. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- DIAS, Charles (2009), *Social History of Luso-Indians in Kerala*. Calicut: dissertação de doutoramento em Filosofia, apresentada ao Departamento de História da Universidade de Calicut (Shodhganga: <http://hdl.handle.net/10603/13205>).
- DIAS, Pedro (2001), “Malaca: a evolução urbana ao tempo do domínio português”, in Renata Malcher de Araujo; Hélder Carita; Walter Rossa (coord.), *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 235-245.
- DIAS, Pedro (2005), *A Urbanização e a Arquitectura dos Portugueses em Macau, 1557-1911*. Lisboa: Portugal Telecom
- DIAS, Pedro (2009a), *A Arte de Portugal no Mundo*, 15 vols. Lisboa: Público.
- DIFFIE, Bailey W; WINIUS, George D. (1993), *A Fundação do Império Português, 1415-1580*, vol. 2. Lisboa: Vega.

DOMINGUES, Vera (2016), “Desconstrução da *cidade portuguesa* num discurso a três: Luísa Trindade, Margarida Tavares da Conceição e João Horta”, *Cabo dos Trabalhos*, 12 (em linha, <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n12/ensaios.php>).

ELEY, Geoff; SUNY, Ronald (ed.) (1996), *Becoming National: a reader*. New York; Oxford. Oxford University Press.

FARIA, Alice Santiago (2007), “Pangim entre o passado e a modernidade: a construção da cidade de Nova Goa, 1776-1921”, *Murphy*, 2, 66-97.

FARIA, Alice Santiago (2010), *L'Architecture Coloniale Portugaise à Goa. Le Département des Travaux Publics, 1840-1926*. Paris: dissertação de doutoramento apresentada à Université Paris 1 – Pantheon-Sorbonne.

FERNANDES, José Manuel (1987), “O lugar da cidade portuguesa”, *Povos e Culturas*, 2, 79-112.

FERNANDES, José Manuel (1989), *Angra do Heroísmo*. Lisboa: Presença.

FERNANDES, José Manuel (1996), *Cidades e Casas da Macaronésia*. Porto: Faculdade de Arquitetura do Porto.

FERNANDES, José Manuel (2001), “Elaboração de uma base de dados sobre as estruturas urbanas da Expansão – aplicação à análise de alguns espaços urbanos de influência portuguesa na Índia”, in Renata Malcher de Araujo; Hélder Carita; Walter Rossa (coord.), *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 661-668.

FERNANDES, José Manuel (2015), *Recife-Macau: duas cidades, dois mundos, duas histórias, relações e contrastes*. Macau: Instituto Internacional de Macau.

FERNANDES, José Manuel; JANEIRO, Maria de Lurdes; JANEIRO, Maria João (2015), *Macau: Cidade, Território e Arquitetura*. Macau: Instituto Internacional de Macau.

FERRÃO, Lúvia (1995), “Tenants, rents and revenues from daman in the late 16th century”, *Mare Liberum*, 9, 139-148.

FITZLER, M. A. Hedwig (1927), *Os Tombos de Ceilão da Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.

FITZLER, M. A. Hedwig (1928), *O Cêrco de Colombo: últimos dias do domínio português em Ceilão: Rompimento das hostilidades pelos holandeses até à rendição de Colombo (1652-1656)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

FLORES, Jorge Manuel (1993), “Um «Homem que tem muito crédito naquelas partes»: Miguel Ferreira, os «Alevantados» do Coromandel e o Estado da Índia”, *Mare Liberum*, 5, 21-37.

FLORES, Jorge Manuel (1996), “Fazer política ou negócio? Estratégias privadas dos Portugueses no ‘Mar do Ceilão’ em meados do século XVI”, *Povos e Culturas*, 5, 63-98.

FLORES, Jorge Manuel (1998), *Os Portugueses e o Mar de Ceilão: trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*. Lisboa: Edições Cosmos.

FLORES, Jorge Manuel (2001), *Hum Curto Historia de Ceylam: Five hundred years of relations between Portugal and Sri Lanka*. Lisboa: Fundação Oriente.

FLORES, Jorge Manuel (2001a), *Os Olhos do Rei: Desenhos e Descrições Portuguesas da Ilha de Ceilão (1624-1638)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

FLORES, Jorge Manuel (2002), “The Portuguese-Chromosome: reflections on the formation of Macao’s identity in the sixteenth and seventeenth centuries”, *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 3, 83-95.

FLORES, Jorge Manuel (2007), *Re-exploring the links: History and Constructed Histories between Portugal and Sri Lanka*. Wiesbaden; Lisboa: Harrassowitz Verlag; Fundação Oriente.

FLORES, Maria da Conceição (1995), *Os Portugueses e o Sião no século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

FONG, Wong Io (2002), “Análise Histórica do Período do Estabelecimento de Macau”, *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 1, 35-47.

FRANÇA, José Augusto (1962), *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa, 1987: Bertrand.

GAASTRA, Femme (2003), *The Dutch East India Company: expansion and decline*. Zutpen, 2007: De Walburg Pers.

FUNAKOSHI, Akio (1969), “Malacca Appearing in Old Maps: Maps of the Town During the Portuguese-Dutch Ages”, *Southeast Asian Studies*, 6, 4, 130-154 (<http://kyoto-seas.org/2011/02/southeast-asian-studies-vol-6-no-4/>).

GALLETTI, A.; BURG, A. J. van der; GROOT, P. (1911), *The Dutch in Malabar: being a translation of selections n<sup>o</sup>s 1 and 2*. Madras: Government Press.

GALVIN, Michael (2008), “Power and place, nodes and networks: reflections on the status of postcolonial Malacca”, *ANZCA08 Conference: Power and Place*, Wellington: 9-11 julho (<http://www.anzca.net/conferences/past-conferences/2008-conf/2008-conf-p2.html>).

GANESA, Vithya; NOOR, Shuhaida; JAAFAR, Mastura (2014), “Communication Factors Contributing to Mindfulness: a study of Melaka World Heritage Site Visitors”, *Journal of Sustainable Development*, 7, 3, 49-58 (<http://www.ccsenet.org/journal/index.php/jsd/article/view/34879>).

GARCIA, José Manuel (2008), “Relações históricas entre Macau e as Filipinas: uma perspectiva portuguesa”, *Anuário de Estudos Americanos*, 65, 2, 39-70.

GARCIA, José Manuel (2009), *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia – séculos XVI e XVII*. Matosinhos: QuidNovi.

GARRET, Richard J. (2010), *The defences of Macau: forts, ships and weapons over 450 years*. Hong Kong: Hong Kong University Press.

GASPAR, Jorge (1969), “A Morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média”, *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, 4, 8, 199-215.

GILROY, Paul (2004), *After Empire: melancholia or convivial culture?*. Oxfordshire: Routledge.

GOH, Daniel P. S. (2014), “Between History and Heritage: Post-Colonialism, Globalisation, and the Remaking of Malacca, Penang, and Singapore”, *TRaNS: Trans-Regional and-National Studies of Southeast Asia*, 2, 1, 79-101 ([http://profile.nus.edu.sg/fass/socgohd/trans\\_2.1.pdf](http://profile.nus.edu.sg/fass/socgohd/trans_2.1.pdf)).

GOITIA, Fernando Chueca (1982), *Breve História do Urbanismo*. Barcelona, 2010: Editorial Presença.

GOMES, Artur Levy (1957), *Esboço da História de Macau: 1511-1849*. Macau: Repartição Provincial dos Serviços de Economia e Estatística Geral (Secção de Propaganda e Turismo) (Biblioteca Digital da Memória de África e do Oriente: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=Macau/EsbocoHistoriaMacau&p=1>).

GOMES, Paulo Varela Gomes (2001), “Apresentação da secção II: *O espaço de um mundo novo no contexto da Expansão portuguesa*”, in Renata Malcher de Araujo; Hélder Carita; Walter Rossa (coord.), *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 115-116.

GOMES, Paulo Varela (2007), *14,5 ensaios de História e Arquitetura*. Coimbra: Almedina.

GOMES, Paulo Varela; ROSSA, Walter (2006), “O primeiro território. Bombaim e os Portugueses”, *Oceanos*, 41, 210-224.

GONÇALVES, Adelino (2011), *Património Urban(ístic)o e Planeamento da Salvaguarda: os seus contributos para a desagregação urbana e a necessidade de (re)habilitar a patrimonialização na cidade na sua (re)feitura*. Coimbra: dissertação de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

GRANCHO, Nuno (2003), “Diu: uma tentativa de cidade”, *Revista Oriente*, 6, 86-101.

GRANCHO, Nuno (2005), “Hibridismo na Índia: Diu, cidade guzerate e “cidade católica””, *Jornal dos Arquitetos*, 220-221, 34-40.

GRANCHO, Nuno (2017), *Diu, uma História Social da Arquitetura e da Cidade*. Coimbra: dissertação de doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa, na especialidade de Arquitetura e Urbanismo, apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

GUEDES, Maria Ana Marques (1994), *Interferência e Integração dos Portugueses na Birmânia, ca. 1580-1630*. Lisboa: Fundação Oriente.

GUEDES, Maria Ana Marques (1999), *A História Birmano-Portuguesa além das relações oficiais. Assimilação e aculturação nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: dissertação de doutoramento em História, na especialidade de História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

GUEDES, Pedro (2014), “Infrastructures for the Spice Trade: Factories and Fortified Enclaves on the Shores on the Indian Ocean and Far East”, in Christoph Schnoor (ed.), *Proceedings of*



*the Society of Architectural Historians, Australia and New Zealand: 31, Translation.* Auckland; Queensland: Sahanz and Unitec Press; Gold Coast, 703-713.

GUIMARÃES, João P.; FERREIRA, José M. (1996), *O Bairro Português de Malaca*. Porto: Edições Afrontamento.

HASKELL, Dennis (2008), “The Meanings of Malacca: Identity and Exile in the Writings of Ee Tiang, Shirley Lim and Simone Lazaroo”, *Asiatic*, 2,1, 21-31.

HILL, A. H. (1950), “Munshi ‘Abdullah’s Account of the Malacca Fort”, *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, 23, 1, 84-99.

HO, Kah-Chun; HASAN, Ahmad S.; NOORDIN, Norizal M. (2005), “An influence of colonial architecture to building styles and motifs in colonial cities in Malaysia”, *8th International Conference of the Asian Planning Schools Association*, Penang: 11-14 setembro (<http://www.scribd.com/doc/102121151/An-Influence-of-Colonial-Architecture-to-Building-Style-and-Motifs-in-Colonial-Cities-in-Malaysia>).

HOOKER, Virginia (2003), *Short History of Malaysia: Linking East and West*. Crows Nest NSW: Allen & Unwin (<http://www.sabrizain.org/malaya/library/shorthisoryofmalaysia.pdf>).

HORTA, João (2006), *Vila Real de Santo António: forma limite no urbanismo histórico português*. Faro: dissertação de doutoramento em teoria e História das Ideias e da Cultura e História da Arte do urbanismo, apresentada ao Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

IZANI, M.; BRIDGES, A.; GRANT, P.; RAZAK, A.; RAFI, A. (2010), “3D Modelling of the Famosa Fortress in Melaka, Malaysia”, *EuroMed 2010, LNCS6436*, 373-380.

IZANI, M.; BRIDGES, A.; CALDER, B.; GRANT, P. (2010a), “Digital Preservation of a Famosa Fortress in Malaysia”. *Paper* apresentado no *II Workshop on Electronic Heritage and Digital Art Preservation*. Florença: 25 outubro 2010.

JACKSON, Kenneth David (1993), “O Texto do Folclore Indo-Português”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 38, 169-191.

JACKSON, David (2003), “‘Aqui jaz nada’: Fantasmas do império na Índia Portuguesa”, in Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (org.), *Fantasmas e fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 203-226.

JESUS, C.A. Montalto (1902), *Historic Macao*. Hong Kong: Kelly & Walsh, Limited.

JIN, Guoping; WU, Zhiliang (1999), “Reformular as Origens de Macau: imperadores, âmbar-cinzentos e Macau”, *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 38-39, 5-22.

JIN, Guoping; WU, Zhiliang (2003), “Tentativa de uma nova abordagem às origens históricas da presença portuguesa em Macau”, *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 8, 71-111.

JIN, Guoping; WU, Zhiliang (2007), *Revisitar os primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História*. Macau: Instituto Português do Oriente; Fundação Oriente.

JONES, SIÂN (2010), “Negotiating Authentic Objects and Authentic Selves: beyond the deconstruction of authenticity”, *Journal of Material Culture*, 15, 2, 181-203.

KARMAKAR, Dipesh (2011), “Socio-cultural space of Vasai during Portuguese era: a case in historical cultural geography”, *Online Internacional Interdisciplinary Research Journal*, 1, 1, 53-59.

KARMAKAR, Dipesh (2012), “Changing status of Ports in Colonial Western India: a case in urban historical geography”, *Online Internacional Interdisciplinary Research Journal*, 2, 3, 129-133.

KEARNEY, Milo (2004), *The Indian Ocean in World History*. New York: Routledge.

KENNEDY, J. (1962), *A History of Malaya a.d. 1400-1959*. London; New York: Macmillan & Co Ltd; St Martin's Press.

KOEK, E. (1886), “Portuguese History of Malacca”, *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, 17, 117-149.

KOSAMBI, Meera (1996), “The Konkan Ports and European Dominance: an urban perspective”, in A. R. Kulkarni; M. A. Nayeem; T. R. de Souza (ed.), *Mediaeval Deccan History*. Bombay: Popular Prakashan PVT, 108-123.

KURUPPU, Indrajith Dias (2001), “An Interface of east and west: the Sri Lanka Cities of Mutual Heritage”, in Renata Malcher de Araujo; Hélder Carita; Walter Rossa (coord.), *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 197-200.

LEE, Wen Hao (2016), *The History of Melaka's Urban Morphology* (em linha: [www.researchgate.net](http://www.researchgate.net) (DOI: 10.13140)).

LEITE, Antonieta Reis (2012), *Açores, Cidade e Território: quatro vilas estruturantes*. Coimbra: dissertação de doutoramento em Teoria e História da Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

LESSA, Almerindo (1974), *L'Histoire et les Hommes de la Première République Démocratique de l'Orient: Anthropobiologie et Anthroposociologie de Macao*. Toulouse: Centre National de la Recherche Scientifique.

LEUPE, P.A.; HACOBIAN, Mac (trad.) (1936), “The Siege and Capture of Malacca from the Portuguese in 1640-1641. Extracts from the Archives of the Dutch East India Company by P. A. Leupe”, *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, 14,1, 11-68.

LI, Jingming (2002), “Actividades dos portugueses nos mares da China nos primórdios da demanda da Ásia”, *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 1, 2-19.

LIM, Huck Chin; JORGE, Fernando (2006), *Malacca voices from the street*. Malaysia: Lim Huck Chin.

LIMA, A. Viana de (1988), *Reviver Malaca*. Porto: Figueirinhas.

LOBATO, Manuel (1998), “A Carreira da Índia e a variante de Malaca (1507-1641)”, *Separata das Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, 343-376.

LOBATO, Manuel (1999), *Política e comércio dos portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*. Macau: Instituto Português do Oriente.

LOMBARD, Denys; AUBIN, Jean (ed.) (2000), *Asian Merchants and Businessmen in the Indian Ocean and the China Sea*. New Delhi: Oxford University Press.

LONGMIRE, R. A. (1983), “Malacca and the throat of Venice”, in Kernial Sandhu e Paul Wheatley (ed.), *Melaka: the Transformations of a Malay Capital c.1400-1980*. Kuala Lumpur: Oxford University Press, 2 vols., 179-185.

LOPES, Maria de Jesus M. (1996), *Goa Setecentista: tradição e modernidade*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa; Universidade Católica Portuguesa.

LOUREIRO, Rui (1999), *Guia de História de Macau, 1500-1900*. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

LOUREIRO, Rui (2002), “As Origens de Macau nas Fontes Ibéricas”, *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 1, 82-99.

LOUREIRO, Rui (2004), “Manuel Godinho de Erédia e os seus tratados geográficos”, *Revista Oriente*, 9, 94-107.

LOUREIRO, Rui (2008), “Historical Notes on the Portuguese Fortress of Malacca (1511-1641)”, *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 27, 78-96 (<http://www.icm.gov.mo/deippub/rcMagP.asp>).

LOUREIRO, Rui (2016), “Uma cidade cercada: Malaca durante a União Ibérica (1580-1640)”, *e-Spania: Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes* (em linha, 25 outubro 2016; <http://e-spania.revues.org/25971>).

LOURENÇO, Eduardo (2003), “Os Girassóis do Império”, in Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (org.), *Fantasmagorias e fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 29-41.

LOVE, Henry Davison (1913), *Vestiges of Old Madras 1640-1800 traced from the East India Company's records at fort St. George and the India office and from other sources*, vol.1. London: John Murray.

LUNG, David (2002), “The Future of Macao's Past: an epilogue”, *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 4, 13-16.

MALACCA HISTORICAL SOCIETY (1936), *Historical Guide of Malacca*. Singapore: Printers Limited (National Library of Australia: <http://www.nla.gov.au/apps/cdview/?pi=nla.gen-vn5758319-s2-v>).

MALAYSIA STATE PARTY (2008-2011), *Nomination Dossier Historic Cities of the Straits of Malacca: Melaka and George Town* (<http://whc.unesco.org/en/list/1223/documents/>).

MALEKANDATHIL, Pius (1998), *Portuguese Cochin and the Maritime Trade of India: 1500-1663*. Pondicherry: dissertação de doutoramento em Filosofia (História), apresentada à Universidade de Pondicherry (Shodhganga: <http://hdl.handle.net/10603/829>).

MALEKANDATHIL, Pius (2009), “City in Space and Metaphor: a study on the port-city of Goa, 1510-1700”, *Studies in History*, 25, 1, 13-28.

MANGUIN, Pierre-Yves (1988), “Of Fortress and Galleys: the 1568 Acehnese Siege of Melaka, after a Contemporary Bird's-eye View”, *Modern Asian Studies*, 22, 3, 607-628.

MANGUIN, Pierre-Yves (2000), “City-States and City-States Cultures in pre-15th-Century Southeast Asia” in Herman Hansen (ed.), *A Comparative Study of Thirty City-States Cultures: an investigation conducted by the Copenhagen Polis Centre*. Copenhagen: Det Kongelige Danske Videnskabernes Selskab, 409-416.

MARQUES, A. H. De Oliveira (dir.) (1998-2003), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, 6 vols. Lisboa: Fundação Oriente.

MARREIROS, Carlos (2002), “Macao mixed architecture and urbanization”, *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 3, 7-31.

MASSAPINA, João Vicente (2002), “Desenvolvimento do tecido urbano da cidade de Macau: urbanismos e urbanidades”, *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 3, 43-57.

MATHEW, K. M. (1995), “The Portuguese naval establishments”, *Mare Liberum*, 9, 180-185.

MATHEW, K. S.; AHMAD, Afzal (1990), *Emergence of Cochin in the pre-industrial era: a study of portuguese Cochin*. Pondicherry: Mission Press.

MATOS, Artur Teodoro de (1995), “Tenants and rents of Diu in the 16th century: an appraisal on the accounts of the Fazenda Real”, *Mare Liberum*, 9, 197-207.

MATTOSO, José (dir.); ARAUJO, Renata Malcher de (coord.) (2010), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo. América do Sul*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MATTOSO, José (dir.); BARATA, Filipe Themudo (coord.); FERNANDES, José Manuel (coord.) (2010), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo. África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MATTOSO, José (dir.); ROSSA (coord.) (2010), *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo. Ásia e Oceania*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MAXWELL, W. George (1911), “An Account of De Siqueira's Voyage to Malacca”, *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, 57, 193-195.

MAXWELL, W. George (1911a), “Barreto's de Resende Account of Malacca”, *Journal of the Straits Branch of the Royal Asiatic Society*, 60, 1-24.

M'BOKOLO, Ekilia (2007), “De que falamos quando falamos de pós-colonial, sentidos do pós-colonial e do pós-colonialismo?”, *Cabo dos Trabalhos*, 2 (<http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n2/index.php>).

- MELCHIOR, Yvan (1885), *Six Months among the malays; and a year in China*. London: James Blackwood.
- MEYER, William S.; BURN, Richard; COTTON, James S.; RISLEY, Herbert H. (ed.) (1908-1931), *Imperial Gazetteer of India, New Edition*, 26 vols. Oxford: Clarendon Press.
- MENDIRATTA, Sidh Losa (2007), “From Islands to Mainlands: territorial policy change and the creation of the Northern Province of the Estado da Índia”
- MENDIRATTA, Sidh Losa (2014), “Two towns and a villa: Baçaim, Chaul and Taná, the defensive structures of three Indo-Portuguese urban settlements of the Estado da Índia”, in Yogesh Sharma e Pius Malekandathil (org.), *Medieval Cities in India*. New Delhi: Primus Book, 805-814.
- MENDIRATTA, Sidh Losa (2011), “Uncovering Portuguese History within Mumbai’s Urban History”, *Mumbai Reader*, 6.
- MENDIRATTA, Sidh Losa (2012), *Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia, 1521-1739*. Coimbra: dissertação de doutoramento em Arquitectura, na especialidade de História e Teoria da Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- MIRANDA, Susana Münch (2009), “The center and the periphery in the administration of the Royal Exchequer of the Estado da Índia (1517-1640), *e-JPH*, 7, 2.
- MIRANDA, Susana Münch (2014), “Property rights and social uses of land in Portuguese India: fundiária em Damão e Baçaim (século XVI) in José Vicente Serrão; Bárbara Direito; Eugénia Rodrigues; Susana Münch Miranda (ed.), *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*. Lisboa: CEHC; ISCTE-IUL, 169-180.
- MOHAMED, Badaruddin; MUSTAFA, Rahmat A. (2005), “Heritage Tourism in a Multicultural Society: the case of Malaysia”, *3rd Global Summit on Peace through Tourism – Education Forum: “One Earth One Family: travel and tourism – serving a higher purpose”*, 141-147.
- MONTEIRO, Anabela Nunes (2011), *Macau e a presença portuguesa seiscentista no Mar da China: interesses e estratégias de sobrevivência*. Coimbra: dissertação de doutoramento em História, na especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MOORE, Henrietta (2011), “Intangibles: culture, heritage and identity”, in Helmut Anheier e Yudhishtir Raj Isar (ed.), *Heritage, Memory & Identity*. London; California; New Delhi; Singapore: Sage, 273-280.
- MOREIRA, Rafael (1995), “From Manueline to Renaissance in Portuguese India”, *Mare Liberum*, 9, 401-407.
- MOREIRA, Rafael (1995a), “Goa em 1535: uma cidade manuelina”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 2, 8, 177-221.

- MOREIRA, Rafael (ed.) (1989), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Alfa.
- MOSTERT, Tristan (2007), *Chain of command: The military system of the Dutch East India Company, 1655-1663*. Leiden: dissertação de mestrado apresentada ao Department of History, Research Master of the History of European Expansion and Global Interaction da Universidade de Leiden (<http://vocwarfare.net/pdf/chain-of-command-complete.pdf>).
- NAGY, Thomas Charles (2014), *Catholic Shrines in Chennai, India: the Politics of Renewal and Apostolic Legacy*. Wellington: dissertação de doutoramento na especialidade de Filosofia em Estudos Religiosos, apresentada à Victoria University of Wellington. (<http://researcharchive.vuw.ac.nz/xmlui/bitstream/handle/10063/3138/thesis.pdf?sequence=2>).
- NEWBOLD, T. J. (1839), *Political and Statistical Account of the British Settlements in the Straits of Malacca viz. Pinang, Malacca, and Singapore; with a history of the Malayan Straits of the Peninsula of Malacca*, vol. 1. London: John Murray.
- NEWITT, Malyn (ed.) (1986), *The First Portuguese Colonial Empire*. Exeter: University of Exeter Press.
- NEWITT, Malyn (2001), “Formal and informal empire in the history of Portuguese expansion”, *Portuguese Studies*, 17, 1-21.
- NEWITT, Malyn (2005), *A History of Portuguese Overseas Expansion, 1400-1668*. London; New York: Routledge.
- NIGHTINGALE, Carl H. (2012), *Segregation: a global history of divided cities*. Chicago; London: The University of Chicago Press.
- NOONAN, Laurence A. (1968), “The Portuguese in Malacca: A Study of the First Major European Impact on East Asia”, *Studia*, 23, 33-105.
- NORONHA, D. António José de; RADULET, Carmen M. (ed.) (1994), *Sistema Marcial Asiático, Político, Histórico, Genealógico, Analítico e Miscelâneo*. Lisboa: Fundação Oriente.
- ODEGARD, Erik (2014), *Fortifications and the Imagination of Colonial Control: the Dutch East India Company in Malabar 1663-1795*. Paper apresentado na *Urban History Conference*, sessão: Imagined and Imagining Cities: Conquest and Appropriation of Unknown Worlds (1400-1850), Lisboa, setembro 2014. ([https://www.academia.edu/9618862/Fortifications\\_and\\_the\\_Imagination\\_of\\_Colonial\\_Control\\_The\\_Dutch\\_East\\_India\\_Company\\_in\\_Malabar\\_1663-1795](https://www.academia.edu/9618862/Fortifications_and_the_Imagination_of_Colonial_Control_The_Dutch_East_India_Company_in_Malabar_1663-1795)).
- OERS, Ron van (2000), *Dutch Town Planning Overseas during VOC and WIC Rule (1600-1800)*. Zutphen: Walburg Pers.
- OERS, Ron van (2016), “The Economic Feasibility of Heritage Preservation”, in William Logan; Máiréad Nic Craith; Ulrich Kockel (ed.), *A Company to Heritage Studies*. Malden; Oxford; West Sussex: Wiley Blackell, 309-321.
- OERS, Ron van; HARAGUCHI, Sachiko; UNESCO World Heritage Centre (ed.; coord.) (2010), *World Heritage Papers: Managing Historic Cities. Gérer les villes historiques*. Paris: Unesco World Heritage Centre.

- OLIVEIRA, Barradas de (1953), *Roteiro do Oriente: na viagem do Ministro do Ultramar, Comandante Sarmiento Rodrigues, às Províncias Portuguesas da Índia, Timor e Macau, no ano de 1952*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- OLIVEIRA, Barradas de (coord.) (1954), *Relação da Primeira Viagem do Ministro do Ultramar às Províncias do Oriente 1952*, vol. 2. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- O'NEILL, Brian J. (2006), “Estudo de Caso: Emular de longe – O povo português de Malaca”, *Antropologia Social – Sociedades Complexas*. Lisboa: Universidade Aberta, 350-390.
- OOI, Keat Gin (ed.) (2004), *Southeast Asia: a historical encyclopedia from Angkor Wat to East Timor*, vol.1. Santa Bárbara: ABC – CLIO.
- PAIVA, M. Manuela Gomes (2008), *Traduzir em Macau. Ler o outro – para uma história da mediação linguística e cultural*. Lisboa: dissertação de doutoramento em Estudos Portugueses na especialidade de Estudos de Tradução apresentada à Universidade Aberta.
- PANDITHARATNA, B. L. (1960), “The Harbour and Port of Colombo: a Geographical Appraisal of its Historical and Functional Aspects”, *The Ceylon Journal of Historical and Social Studies*, 3, 2, 128-143.
- PEARSON, M. N. (1987), *Os Portugueses na Índia*. Lisboa: Editorial Teorema.
- PEREIRA, Paula C. M. da Silva; ALVES, Fernando M. Brandão (2011), “The Eulogy of Urbanity: a critical perspective intersecting urban planning and philosophy”, *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, 28, 217-236.
- PIERIS, P. E. (1920), *Ceylon and the Portuguese 1505-1658*. Tellippalai: American Ceylon Mission Press.
- PIERIS, P. E. (1920a), *The Kingdom of Jafanapatam 1645: being an account of its administrative organisations as derived from the portuguese archives*. New Delhi; Madras, 1995: Asian Educational Services.
- PINHEIRO, Francisco Vizeu (2005), “Using a comparative graphic method in the analysis of the evolution of the Macao Senate”, *Journal of Asian Architecture and Building Engineering*, 4, 1, 1-8.
- PINHEIRO, Francisco Vizeu (2008), “Rehabilitation of Public Spaces in Macao: History and Tradition-related contributions towards the definition of Intervention Philosophies in Public Open Spaces in Historical Centers. Case Study of the Cathedral Square Project”. *Paper* apresentado no *Simpósio Urban Renovation in Asia*. Tokyo: Horsei University.
- PINHEIRO, Francisco Vizeu; YAGI, Kogi; KORENAGA, Miki (2005), “St Paul College historical role and influence in teh development of Macao”, *Journal of Asian Architecture and Building Engineering*, 4, 1, 1-8.
- PINHEIRO, Francisco Vizeu; YAGI, Kogi; KORENAGA, Miki (2005a), “Role of the Iberian institutions in the evolution of Macao”, *Journal of Asian Architecture and Building Engineering*, 4, 2, 1-8.
- PINTADO, Pe. Manuel (1990), *Um Passeio por Malaca Antiga*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

PINTO, Paulo J. de Sousa (1997), *Portugueses e Malaios: Malaca e os sultanatos de Johor e Achém 1575-1619*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

PINTO, Paulo J. de Sousa (2011), “Os casados de Malaca, 1511-1641: estratégias de adaptação e de sobrevivência”, *bHL: blogue de História Lusófona* (em linha, [http://www2.iict.pt/archive/doc/bHL\\_Ano\\_VI\\_10\\_Paulo\\_Pinto\\_\\_Os\\_casados\\_de\\_Malaca\\_\\_1511-1641\\_\\_estrategias\\_de\\_adaptacao\\_e\\_de\\_sobrevivencia.pdf](http://www2.iict.pt/archive/doc/bHL_Ano_VI_10_Paulo_Pinto__Os_casados_de_Malaca__1511-1641__estrategias_de_adaptacao_e_de_sobrevivencia.pdf)).

PINTO, Paulo J. de Sousa (2012), *The Portuguese and the Straits of Melaka 1575-1619: power, trade and diplomacy*. Singapore; Kuala Lumpur: NUS Press; Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society.

PINTO, Paulo J. de Sousa (2013), “Malaca, Manila e Batávia. Os chineses ultramarinos no conceito dos impérios europeus na Ásia do Sueste (séculos XVI-XVII)”, in NICPRI (ed.); Manuel Lobato; Maria de Deus Manso (coord.), *Mestiçagens e Identidades intercontinentais nos espaços lusófonos*. Braga: NICPRI, 91-108.

PINTO, Sandra (2012), *As interações no sistema das operações urbanísticas nos espaços urbanos portugueses até meados de oitocentos*. Coimbra: dissertação de doutoramento em Arquitectura, na especialidade de Teoria e História da Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

PIRES, Ema (2012), *Paraísos Desfocados: Nostalgia Empacotada e Conexões Coloniais em Malaca*. Lisboa: dissertação de doutoramento em Antropologia, na especialidade de Museologia e Património apresentada ao Instituto Universitário de Lisboa.

PORTUGAL (1997), *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

PTAK, Roderich (1992), “Early Sino-Portuguese Relations up to the foundation of Macao”, *Mare Liberum*, 4, 289-297.

PTAK, Roderich (2004), “Reconsidering Melaka and Central Guangdong: Portugal’s and Fujian’s Impact on Southeast Asian Trade (Early Sixteenth Century)”, in Peter Borschberg (ed.), *Iberians in the Singapore-Melaka Area and Adjacent Regions (16th to 18th Century)*. Wiesbaden; Lisboa: Harrassowitz Verlag; Fundação Oriente, 1-20.

PUGA, Rogério Manuel (2005), “As primeiras viagens inglesas a Macau 1635-1699”, *Anais de História de Além-Mar*, 6, 159-214.

QIN, Dashu; XIANG, Kunpeng (2011), “Sri Vijaya as the Entrepôt for Circum-Indian Ocean Trade”, *Études Océan indien*, 46-47, 308-336 (<http://oceanindien.revues.org/1379>).

RABEN, Remco (1996), *Batavia and Colombo. The ethnic and spatial order of two colonial cities, 1600-1800*. Leiden: dissertação de doutoramento apresentada à Rijksuniversiteit te Leiden.

RABEN, Remco (1997), “Colombo: mirror of the colonial mind”, *Mare Liberum*, 13, 95-120.

RAMALAKSHMI, Isaiah V. (1996), *Development through Conservation: a sustainable development strategy with special reference to a heritage zone in Madras*, dissertação de



doutoramento apresentada ao Institute of Advanced Architectural Studies da University of York (<http://theses.whiterose.ac.uk/2472/1/DX195626.pdf>).

REID, Anthony (2000), “Negeri. The Culture of Malay-Speaking City-States of the fifteenth and sixteenth centuries” in Herman Hansen (ed.), *A Comparative Study of Thirty City-States Cultures: an investigation conducted by the Copenhagen Polis Centre*. Copenhagen: Det Kongelige Danske Videnskabernes Selskab, 417-130.

REID, Anthony (2006), “Hybrid Identities in the Fifteenth-Century Straits of Malacca”, *ARI Working Paper*, 67, 3-31 (<https://ari.nus.edu.sg/Publication/Detail/374>).

RODRIGUES, Jorge; DEVEZAS, Tessaleno (2009), *Portugal, o pioneiro da Globalização: a herança das descobertas*. Vila Nova de Famalicão: Centro Atlântico.

ROHATGI, Pauline; GODREJ, Pheroza; MEHROTRA, Rahul (ed.) (1997), *Bombay to Mumbai: changing perspectives*. Mumbai, 2006: Marg Publications.

ROSSA, Walter (1995), “A cidade portuguesa”, in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol.3. Lisboa: Círculo de Leitores. 233-323.

ROSSA, Walter (1997), *Cidades Indo-Portuguesas: contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

ROSSA, Walter (2001), *DiverCidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: dissertação de doutoramento em Arquitectura, na especialidade de Teoria e História da Arquitectura), apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

ROSSA, Walter (2002), *A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina.

ROSSA, Walter (2005), “Portuguese land ordinance and urbanising strategies for Asia”, in Ernst van Veen e Leonard Blussé (ed.), *Rivalry and Conflict: European Traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th centuries*. Leiden: CNWS Publications, 55-70.

ROSSA, Walter (2005a), *Construção da cidade portuguesa*. Relatório da disciplina apresentado ao concurso para provimento da vaga de Professor Associado do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra: edição do autor.

ROSSA, Walter (2006), “Bombay before the british: the indo-portuguese layer”, *Mumbai Reader*, 1, 260-269.

ROSSA, Walter (2012), *Desconstrução da cidade portuguesa: urbanização e conceito*. Relatório da unidade curricular *Construção da Cidade Portuguesa* do curso de doutoramento *Patrimónios de Influência Portuguesa*, CES-III/UC, apresentado para as Provas de Agregação em Arquitectura na Universidade de Coimbra. Coimbra: edição do autor.

ROSSA, Walter (2012a), “Le città nuove dell’universo portoghese: invariabilità ed evoluzione”, in Aldo Casamento (ed.), *Fondazione urbane. Città nuove europee dal medioevo al Novecento*. Roma: Edizioni Kappa, 245-264.

ROSSA, Walter (2015), *Fomos Condenados à Cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

ROSSA, Walter (2015a), *Stone Raft, allegory on the spread of European urbanistics in Early Modern times*, *Joelho*, 6, 78-93.

ROSSA, Walter; GUTIERREZ, Ramón; ARAUJO, Renata Malcher de; MÉNDEZ, Patrícia (org.) (2000), *Bibliografia Ibero-Americana da História do Urbanismo e da Urbanística, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

ROSSA, Walter; MENDIRATTA, Sidh Losa (2008), *Ghost Towns: ruined and disappeared portuguese colonial settlements in coastal Maharashtra, Índia new search results*. Paper apresentado na 61st Annual Meeting of the Society of Architectural Historians, Cincinnati, abril 2008.

ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate (org.) (2015), *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa (2006), “O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português”, in Beatriz Arízaga Bolumburu e Jesús Telechea (ed.), *El Espacio Urbano en la Europa Medieval*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos.

ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa (2006a), Questões e Antecedentes da “Cidade Portuguesa”: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica, *Murphy*, 1, 70-109.

ROSSA, Walter; TRINDADE, Luísa (2014), “1514 El Jadida 1541. Le vicende della fondazione di una città marocchina”, in Aldo Casamento (ed.), *Il Cantiere della Città: strumenti, maestranze e tecniche dal Medioevo al Novecento*. Roma: Edizioni Kappa, 103-120.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. (1992), *A World on the Move: the portuguese in África, Asia and América, 1415-1808*. Algés, 1998: Difel 82.

SAID, Edward W. (1978), *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente*. Lisboa, 2004: Edições Cotovia.

SAMSUDIN, Noor Aimran (2013), “Influence of Traditional Malay Settlements Physical Design Attribute on Social Characteristics: Johor, Malaysia”, *Paper* apresentado no *12th International Congress Asian Planning Schools Association*. Taipei: National Taiwan University.

SANJEEWANI, Habarakada (2012), *The Transformation of Space in the Galle Fort (Sri Lanka) by its Inhabitants*. Muncie: dissertação de mestrado em Ordenamento Urbano e Regional apresentada à Ball State University (<http://liblink.bsu.edu/catkey/1698819>).

SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), “Entre Prospero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade”, in Maria Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro (org.), *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos de identidade*. Porto: Edições Afrontamento, 23-85.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2009), “Portugal: Tales of Being and not Being”, *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 1-46.

SANTOS, Catarina Madeira (1999), “Goa é a chave de toda a Índia”: perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

SANTOS, João Marinho dos; SILVA, José Manuel A. (coord.), (2011), *Goa. Portugal e o Oriente: História e Memória*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e Cultura; Palimage.

SANTOS, João Marinho dos; SILVA, José Manuel A. (coord.) (2012), *Malaca. Portugal e o Oriente: História e Memória*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e Cultura; Palimage.

SARKISSIAN, Margaret (1997), “Cultural Chameleons: Portuguese Eurasian Strategies for Survival in Post-colonial Malaysia”, *Journal of Southeast Asian Studies*, 28, 2, 249-262.

SARKISSIAN, Margaret (2000), *D’ Albuquerque’s Children: performing tradition in Malaysian’s Portuguese settlement*. Chicago; London: The University of Chicago Press.

SARKISSIAN, Margaret (2005), “Being Portuguese in Malacca: the politics of folk culture in Malaysia”, *Etnográfica*, 9, 1, 149-170.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1992), *Portugal e o Mundo nos Séculos XII a XVI: um percurso de dimensão universal*. Lisboa: Verbo.

SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) (2001), *Nova História da Expansão Portuguesa*, 12 vols. Lisboa: Editorial Estampa.

SERRÃO, José Vicente (2014), “The Portuguese land policies in Ceylon: on the possibilities and limits of a process of territorial occupation”, in José Vicente Serrão; Bárbara Direito; Eugénia Rodrigues; Susana Münsh Miranda (ed.), *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*. Lisboa: CEHC; ISCTE-IUL, 183-195.

SHARAN, Ishwar (2010), *The Myth of Saint Thomas and the Mylapore Shiva Temple*. New Delhi: Voice of India (Google Books: [https://books.google.pt/books?id=HL35NxR5S\\_QC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=HL35NxR5S_QC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false)).

SHI, Cunlong (2002), “A abertura oficial de Macau como porto para o exterior: um contributo para o apuramento dos factos”, *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 1, 49-66.

SILVA, R. K de; BEUMER, W. G. M. (1988), *Illustrations and Views of Dutch Ceylon 1602-1796*. London: Serendib Publications.

SILVA, C. R. de (1975), “The First Portuguese Revenue Register of the Kingdom of Kotte, 1599”, *The Ceylon Journal of Historical and Social Studies*, new series, 5, 1/2, 71-153.

SILVA, C. R de (1975a), “The Rise and Fall of the Kingdom of Sitawaka, 1521-1593”, *Ceylon Journal of Historical and Social Studies*, 5, 1-2, 71-151.

SILVA, Beatriz Basto da (1992), *Cronologia da História de Macau: séculos XVI-XVII*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação.

SILVA, José Manuel (2014), *S. Tomé de Meliapor em fins do século XVII na Stória do Moghor de Niccolao Manucci*. Lisboa: dissertação de mestrado em Estudos de Património apresentada à Universidade Aberta.

SILVEIRA, Luís (1956), *Ensaio de Iconografia das Cidades portuguesas do Ultramar*, 4 vols. Lisboa: Ministério do Ultramar; Junta de Investigação do Ultramar.

SIM, Stefanie (2010), *Redefining the Vernacular in the Hybrid Architecture of Malaysia*. Wellington: dissertação de mestrado em Arquitectura apresentada à Victoria University of Wellington (<http://hdl.handle.net/10063/1511>).

SIT, Victor F. S. (2013), *Macau ao longo de 500 anos: como surgiu e evoluiu uma cidade chinesa atípica*. Hong Kong: Silkroad Press.

SOMADEVA, Raj (2006), *Urban Origins in Southern Sri Lanka. Studies in Global Archaeology 3*. Uppsala: dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada ao Departamento de Arqueologia e História Antiga da Uppsala University.

SMITH, Ronal Bishop (1972), *A projected portuguese voyage to China in 1512 and new notices relative to Tome Pires in Canton*. Bethesda; Maryland: Decatur Press.

SMITH, Laurajane (2006), *Uses of Heritage*. London; New York: Routledge

SMITH, Laurajane; CAMPBELL, Gary (2016), “The Elephant in the Room: Heritage, Affect and Emotion”, in William Logan; Máiréad Nic Craith; Ulrich Kockel (ed.), *A Company to Heritage Studies*. Malden; Oxford; West Sussex: Wiley Blackell, 443-460.

SOUZA, Teotónio R. (1988), “A portuguese embassy to Siam en 1595 and some curious observations”, *Indica*, 25, 15-34.

SOUZA, Teotótio R. (2002), “A diasincronia multicultural: as traduções não bastam”, *Revista de Humanidade e Tecnologias*, 6, 7, 8, 256-260.

SRINIVASACHARI, Rao Sahib (1939), *History of the City of Madras*. Madras: P. Varadachary & Co.

STANLEY-PRICE, Nicholas; KING, Joseph (ed.) (2009), *Conserving the authentic: essays in honour of Jukka Jokilehto*. Rome: ICCROM.

STAUNTON, Sir George (1797), *An Authentic Account of an Embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China*. London: W. Bulmer and Co, for G. Nicol, Bookseller to his Majesty.

STEPHEN, S. Jeyaseela (1998), *Portuguese in the Tamil Coast: historical and explorations in commerce and culture 1507-1749*. Pondicherry: Navajohti Publishing House.

SUBRAHMANYAM, Sanjay (1989), *The South Coromandel Portuguese in the late 17th century: a study of Porto Novo – Nagapattinam Complex*. Lisboa: Ministério da Educação; Instituto de Investigação Tropical; Centro de Estudos de História e cartografia Antiga.

SUBRAHMANYAM, Sanjay (1990), *A presença portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700: Comércio e Conflito*. Lisboa: Edições 70.

SUBRAHMANYAM, Sanjay (1993), *O Império Asiático Português 1500-1700: uma História Política e Económica*. Algés, 1995: Difel 82.

SUBRAHMANYAM, Sanjay (1997), “Connected Histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia”, *Modern Asian Studies*, 31, 3, 735-762.

SUBRAHMANYAM, Sanjay (1999), “Manila, Melaka, Mylapore...: A Dominican Voyage through the Indies, ca. 1600”, *Archipel*, 57, 223-242 ([http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arch\\_0044-8613\\_1999\\_num\\_57\\_2\\_3526](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arch_0044-8613_1999_num_57_2_3526)).

SUBRAHMANYAM, Sanjay (2007), “Holding the World in balance: the connected histories of the Iberian Overseas Empires 1500-1640”, *The American Historical Review*, 112, 5, 1359-1385.

TAJUDEEN, Imran B. (2012), “Beyond Racialized Representation: Architectural Linguae Francæ and Urban Histories in the Kampung Houses and Shophouses of Melaka and Singapore”, in Mrinalini Rajagopalan e Madhur Desai (ed.), *Colonial Frames, Nationalist Histories: Imperial Legacies, Architecture and Modernity*. Surrey: Ashgate, 213-252.

TAN, Shibao (2002), “Estudos sobre a Lenda das Aldeias na Península de Macau antes da sua Fundação”, *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 1, 20-33.

TAN, Shibao; CAO, Guoqing (2002), “Nova avaliação de Wang Bo e do primeiro acordo sino-português”, *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 1, 67-81.

TANG, Kaijian (2002), “Referências históricas relativas a Macau nos relatórios de Cantão”, *Revista de Cultura - Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau*, 2, 131-144.

TAVIM, José A. da Silva (2002), “Judeus de Cochim: um caminho em aberto... sinopse de estudos editados e em publicação”, *Anais de História de Além-Mar*, 3, 307-332.

TEIXEIRA, André (2006), “A fortaleza manuelina de Cananor”, *Murphy*, 2, 164-179.

TEIXEIRA, André (2008), *Fortalezas do Estado Português da Índia: Arquitectura Militar na Construção do Império de D. Manuel I*. Lisboa: Tribuna da História.

TEIXEIRA, André (2010), *Baçaim e o seu território (1534-1738): administração, economia e sociedade*. Lisboa: dissertação de doutoramento em História, especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

TEIXEIRA, Manuel (1990), “Portuguese Traditional Settlements, a result of cultural miscegenation”, *Traditional Dwellings and Settlements Review*, 1, 2, 23-34.

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida (1999), *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII, Portugal Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.

TEIXEIRA, P. Manuel (1939), “Fundação do Convento da Madre de Deus em Malaca”, *Boletim Eclesiástico da Diocese de Malaca*, 423, 848-853.

TEIXEIRA, P. Manuel (1961), *The Portuguese Missions in Malacca and Singapore (1511-1958)*, vol.2. Lisboa: Agência – Geral do Ultramar.

THOMAZ, Luís F. Reis (1975), “Maluco e Malaca”, *Separata de A Viagem de Fernão Magalhães e a Questão das Molucas*, 16, 28-48.

THOMAZ, Luís F. Reis (1992), *A Lenda de S. Tomé Apóstolo e a Expansão Portuguesa*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território; Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia; Instituto de Investigação Científica Tropical.

THOMAZ, Luís F. Reis (1994), *De Ceuta a Timor*. Algés: Difel 82.

THOMAZ, Luís F. Reis (2000), *Early Portuguese Malacca*. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Instituto Politécnico de Macau.

THOMAZ, Luís F. Reis (dir.) (2002), *Aquém e Além da Taprobana: estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar.

TRINDADE, Luísa (2012), “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa”, in Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo (coord.), *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 209-227.

TRINDADE, Luísa (2013), *Urbanismo na Composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

TRINDADE, Luísa; CABRAL, Caroline Aragão (2014), “‘Um bom e feroso paço do concelho’ no ‘milhor e mais nobre lugar da uila’”, *Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França Sessões Simultâneas (2.ª edição revista e aumentada)*, 348-358. ([www.apha.pt/wp-content/uploads/docs/Actas%20IV%20CHAP%20final.pdf](http://www.apha.pt/wp-content/uploads/docs/Actas%20IV%20CHAP%20final.pdf)).

VILLIERS, John (1987), “Portuguese Malacca and Spanish Manila: two concepts of empire”, in Roderich Ptak (ed.), *Portuguese Asia: aspects in history and economic history, sixteenth and seventeenth centuries*. Stuttgart: Steirner Verlag Wiesbaden, 37-57 (<http://nawe.umdl.umich.edu>).

UMBRO, Carmela (2010), “Renewed in Translation: If Malaysia is truly Asia, is Kristang truly Malaysia?”. *Paper* apresentado na *Conferência Internacional sobre Tradução e Multiculturalismo: “Found in Translation”*, Kuala Lumpur: University of Malaya, 23-25 de julho.

VEEN, Ernst van (2000), *Decay of Defeat? An inquiry into the Portuguese decline in Asia, 1580-1645*. Leiden: Research School of Asian, African and Amerindian Studies (CNWS).

VITERBO, Sousa (coord.) (1899-1922), *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou ao Serviço de Portugal*, 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.

YEOH, Brenda (2001), “Postcolonial cities”, *Progress in Human Geography*, 25, 3, 456-468.

YIN, Guangren; ZHANG, Rulin (2009), *Breve Monografia de Macau*. Macau: Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau.

WANG, Weijen; CHEONG, Cheok Kio (ed.) (2010), *Regenerating Pátio: Study of Macao's Historical Urban Fabric*. Macau: Instituto Cultural do Governo da R. A. E. De Macau.

WEEBERS, Robert; AHMAD, Yahaya (2006), “The Dutch Settlements in South-East Asia: historical background and planning”. *Paper* apresentado no *2nd APGS Asean Post Graduate Seminar in Built Environment*. Kuala Lumpur: 4-6 dezembro 2006.

WEEBERS, Robert; AHMAD, Yahaya (2007), “The Dutch Settlement and its Development in the Historic City of Melaka”. *Paper* apresentado no *3rd ASEAN Post Graduation Seminar in Built Environment*. Kuala Lumpur: 3-5 dezembro 2007.

WEEBERS, Robert; AHMAD, Yahaya (2009), “The Dutch Fort of Melaka”. *Paper* apresentado no *4th ASEAN Post Graduate Seminar in Built Environment*. Kuala Lumpur: 14-16 abril 2009.

WEEBERS, Robert; AHMAD, Yahaya; ZURAINI, M. A. (2010), “VOC Heritage Settlements in Southeast Asia”. *Paper* apresentado no *1st International Conference for Urban Heritage in the Islamic Countries*. Riyadh: 23-28 maio 2010.

WEEBERS, Robert; AHMAD, Yahaya; ZURAINI, M. A. (2010a), “Analysis of Facade Typology of “Dutch” Shophouses in Melaka”. *Paper* apresentado no *5th ASEAN Post Graduation Seminar in Built Environment*. Kuala Lumpur: 1-2 novembro 2010.

WEEBERS, Robert; AHMAD, Yahaya; ZURAINI, M. A. (2011), “Simon Stevin’s ideas on Settlements”. *Actas da 2nd International Conference on Behavioral, Cognitive and Psychological Sciences*. Singapore: IACSIT Press, 177-182.

WHEELER, James Talboys (1861), *Madras in the olden time: being a history of the presidency from the first foundation*. Madras: Printed for J. Higginbotham by Graves and Co. (Hathi Trust Digital Library: [http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.\\$b53960;view=1up;seq=1](http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.$b53960;view=1up;seq=1)).

WILLIAMS, Tim (2010), “Melaka and World Heritage Status”, *Conservation and Management of Archeological Sites*, 12, 3, 197-208.

WILSON, Brian (2015), *In the shadow of the cathedral: the production of urban landscapes, human environment interaction and ruination in Velha Goa during portuguese colonial occupation*. Chicago: dissertação de doutoramento em Filosofia apresentada ao Departamento de Antropologia da Faculdade da Divisão de Ciências Sociais da Universidade de Chicago.

WINIUS, George D. (1985), *A Lenda Negra da Índia Portuguesa. Diogo do Couto, os seus contemporâneos e o Soldado Prático: contribuição para o estudo da corrupção política nos impérios do início da Europa moderna*. Lisboa, 1994: Edições Antígona.

WINTER, Tim (2013), “Clarifying the critical in critical heritage studies”, *International Journal of Heritage Studies*, 19, 6, 532-545.

WIRYOMARTONO, B. (2013), “Urbanism, place and culture in the Malay world: The politics of domain from pre-colonial to post colonial era”, *City, Culture and Society* (<http://dx.doi.org/10.1016/j.ccs.2013.05.004>).

WORDEN, Nigel (2010), “National Identity and Heritage Tourism in Melaka”, in Michael Hitchcock; Victor King; Michael Parnwell (ed.), *Heritage Tourism in Southeast Asia*. Copenhagen: Nias Press, 130-146.

WU, Yao; PINHEIRO, Francisco (2011), “Analysis on ecological principles in Macau Urban Design”, *HKIA Journal*, 61, 78-80.

WU, Zhiliang (2009), "The establishment of Macao as a special port city and sending debates", *Social Sciences in China*, 30, 2, 116-133.

XAVIER, Ângela Barreto (2008), *A invenção de Goa: poder imperial e convenções culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

ZUPANOV, Ines G. (2005), *Missionary Tropics: the Catholic frontier in India (16th-17th centuries)*. Michigan: University of Michigan Press.



